

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ARQUITETURA E
URBANISMO**

DE URUK À *VILLA HADRIANA*

**CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DA
URBANIZAÇÃO NA ANTIGÜIDADE**

Tese apresentada como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Doutor no Programa de Pós-Graduação em Estruturas Ambientais Urbanas da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Aluno: Antonio Celso Xavier de Oliveira

Orientador: Prof. Dr. Nestor Goulart Reis

**São Paulo
2007**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

ANTONIO CELSO XAVIER DE OLIVEIRA

De Uruk à *Villa Hadriana*:

**Contribuição ao estudo da urbanização na Antigüidade -
relações entre espaços de uso público, privado, coletivo e
restrito**

Tese apresentada à Faculdade de Arquitetura e
Urbanismo da Universidade de São Paulo para a
obtenção do título de Doutor em Arquitetura

Área de concentração: Estruturas Ambientais Urbanas
Orientador: Prof. Dr. Nestor Goulart Reis

**São Paulo
2007**

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTES TRABALHOS, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

ASSINATURA:

E-MAIL: acxavier@mre.gov.br

Xavier de Oliveira, Antonio Celso

X3d De Uruk à Villa Hadriana: contribuição ao estudo da urbanização na Antiguidade – relações entre espaços de uso público, privado, coletivo e restrito / Antonio Celso Xavier de Oliveira. - - São Paulo, 2007.

705 p. : il.

Tese (Doutorado – Área de Concentração: Estruturas Ambientais Urbanas) – FAUUSP.

Orientador: Nestor Goulart Reis Filho.

1.Urbanização – História 2.Cidades antigas – História 3.História da arquitetura – Antiguidade 4.Planejamento territorial urbano – História 5. História do Mundo Antigo I.Título

CDU 711.4(091)

ERRATA

Página	Linha	Onde se lê	Leia-se
---------------	--------------	-------------------	----------------

FOLHA DE APROVAÇÃO

Antonio C. Xavier de Oliveira

De Uruk à *Villa Hadriana*

Tese apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutor em Arquitetura
Área de concentração: Estruturas Ambientais Urbanas

Banca examinadora:

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Tese apresentada e aprovada em: / / .

A Antonio Xavier, meu pai. E a Andrea, minha esposa e minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço especialmente a meu caríssimo orientador, Professor Doutor Nestor Goulart Reis, de cujos ensinamentos tive o privilégio de usufruir, além de muito me honrar com seu diálogo e sua convivência no cotidiano do LAP, onde tão bem me acolheu a despeito de meu peculiar aparecimento *ex nihilo*. Sua sabedoria efetivamente faz jus à de seu homônimo herói homérico, soberano de Pylos. Igualmente, agradeço a todos meus colegas e amigos do LAP, cuja gentileza e companheirismo somente podem ser aquilatados na dimensão da grandeza de um Pátroclo ou de um Telêmaco. Não posso esquecer a contribuição dos funcionários da biblioteca da FAUUSP, cuja paciência com meus atrasos e em muito supera aquela proverbial de Penélope. Muito devo também aos familiares de minha esposa, fiéis como argonautas, e aos meus muitos amigos de *symposion* nos longos e felizes anos em minha *alma mater*, a Universidade de São Paulo, em seu aprazível *campus* do Butantã. A todos eles posso atribuir a maioria das boas idéias deste trabalho; já a autoria dos erros cabe a mim mesmo.

e(/kastoʝ kri/nei kalw=j a(\ gignw/skei
kai\ tou/twn e)sti\n a)gaJo\j krith/j.

)Aristote/lhj

(Cada um julga bem as coisas que conhece e destas é bom juiz - Aristóteles)

SUMÁRIO

1. Introdução e considerações preliminares
 - 1.1 Considerações gerais e apresentação da tese
 - 1.2 Problematização
 - 1.3 Definições, conceituações e convenções terminológicas
 - 1.4 Considerações teóricas e metodológicas

2. As primeiras experiências urbanas na Antigüidade:
os focos da Suméria, Índia e Egito
 - 2.1 Apresentação
 - 2.2 O primeiro sistema de Cidades-Estado
 - 2.3 A outra Mesopotâmia e o comércio do Golfo Pérsico
 - 2.4 O problema egípcio: o reino
 - 2.5 A expansão do sistema urbano

3. A maturidade da linhagem principal do sistema urbano da
Mesopotâmia
 - 3.1 O Império e a Cidade-Capital: a metrópole de Babel
 - 3.2 Os bairros comerciais assírios
 - 3.3 O zigurate: papel do monumento na trama urbana

4. A Idade do Ferro e as mudanças no mundo urbano
 - 4.1 Os Hititas, a Idade do Ferro e a crise da urbanização
 - 4.2 A segunda onda de expansão da urbanização

5. A urbanização integrada do Império Universal
 - 5.1 O primeiro Império Universal e sua rede de cidades

6. A variante mediterrânea da linhagem principal da urbanização antiga
 - 6.1 Apresentação do capítulo (2D)
 - 6.2 Antecedentes da paisagem cênica
 - 6.3 Antecedentes da teatralidade bidimensional
 - 6.4 O mundo urbano no Mediterrâneo Oriental no 1º mil. a.C.
 - 6.5 A fundação de novas cidades na expansão colonial

7. A difusão da variante cênica no segundo Império Universal
 - 7.1 O jogo polar 2D/3D do espaço cênico aberto grego
 - 7.2 Casos
 - 7.3 A oikoumene
 - 7.4 as metrópoles helenísticas
 - 7.5 Conclusão do capítulo

8. O mundo urbano bipolar
 - 8.1 Apresentação do capítulo: o mundo urbano bipolar

9. O sistema urbano do Império Universal do Oeste
 - 9.1 As reformas urbanas de Augusto em Roma (Res Gestae)
 - 9.2 Os sistemas urbanos imperiais: fundações e reformas
 - 9.3 Vitruvius e a maturidade do sistema das ordens
 - 9.4 Trajano, Apolodoro de Damasco e os Foros Imperiais

10. O principado de Adriano
 - 10.1 Adriano e o apogeu da onda de urbanização
 - 10.2 A Villa Hadriana como laboratório do mundo (3D x 2D)

11. O fim do sistema urbano do Império Universal do Oeste e da Urbanização Antiga
 - 11.1 *A Forma Urbis Romae* e a metrópole do séc. IV
 - 11.2 Decadência e opulência do sistema
 - 11.3 O retorno para o leste
 - 11.4 Conclusão do capítulo

- 12 Conclusão
 12. Conclusão

Anexos

Bibliografia e Fontes

RESUMO

Este trabalho condensa extensa pesquisa dos processos de constituição arquitetônica e urbanística da Antigüidade, sustentando a tese de que é possível estabelecer um quadro geral do processo de urbanização da Antigüidade com base no estudo dos ambientes construídos de uso coletivo. Por quadro geral entendemos o produto da decisão metodológica de adoção de parâmetros de longa duração e larga extensão para os ambientes construídos de uso coletivo, a saber do 3º milênio a.C. ao VII d.C., na região da Afreurásia. Propõe, com base em tal recorte metodológico original, reler o mundo clássico em uma perspectiva mais próxima dos sentidos que os homens daquele tempo compartilhavam, com o amparo de testemunhos de época e de resgates arqueológicos, evitando distorções de projeção teleológica e contribuindo para a superação do olhar eurocêntrico dos estudos clássicos de urbanização. O procedimento adotado permitiu o estabelecimento de alguns contrastes críticos sobre os conjuntos urbanos daquele período, entre as concepções daquele universo e as do presente, propiciando novos enfoques para as discussões de hierarquização e transição entre espaços públicos e privados.

Palavras-chave:

História da Urbanização;

Arquitetura (Antigüidade: Suméria - Mesopotâmia - Grécia - Roma)

ABSTRACT

This paper summarises extensive research of the processes of constitution of architecture and urbanisation in the Ancient world. It presents the thesis that it is possible to outline a general and coherent frame of the urbanisation process in the Ancient world based on the study of collective use buildings. By a frame the author refers to the methodological adoption of standards of long view and large extension in the selection of collective use buildings, ranging from the III millenium B.C. to the VII century A.C. and covering the Afro-Eurasian region. This original methodological approach enables the author to interpret the Ancient world from a standpoint closer to the people's who then lived. The approach is also based on period literary anecdotal records and archaeological finds, which help avoid present day biases and to overcome the problem of parochialism, especially in the eurocentric studies on urbanisation of classical civilisations. Such procedure allowed for the identification of some critical contrasts between city buildings and compounds of the Ancient world and between architectural and urban notions present then and now. The approach also rendered possible the discussion of some of the issues concerned in the public and private uses of buildings.

Key words:

History of Urbanization

Architecture (Antiquity: Sumer - Mesopotamy - Greece - Rome)

LISTAS DE FIGURAS, ABREVIATURAS, ETC...

Introdução

Introdução

Este trabalho assume, como premissa, que a História da Arquitetura e do Urbanismo constitui uma valiosa ferramenta de projeto para os profissionais desses campos. O estudo das soluções desenvolvidas no passado permite reestabelecer lógicas que lançam luz sobre as razões que orientaram as escolhas compositivas e construtivas das obras realizadas. No transcorrer desse processo de reavaliação, as questões presentes, enfrentadas pelo arquiteto ou urbanista, tendem a se recolocar dentro de uma nova perspectiva: a História é produtora de novos sentidos. Cada vez que é abordada, oferece novas visadas criativas.

Em consonância com esta proposta teórica, enfocamos nesta tese o problema da formação das noções de espaço público e privado tendo como objeto as questões presentes nas cidades do mundo contemporâneo. Em um momento em que as noções tradicionais sobre estes conceitos parecem estar em cheque, propomos uma visada histórica de longa duração que poderá contribuir para esclarecer as principais variáveis a serem debatidas.

Nossas cidades são produto do desenvolvimento de uma linha que convencionou-se chamar de ocidental. Sua ascendência direta reporta-se ao mundo greco-romano e aos conjuntos de regras compositivas para a arquitetura e os conjuntos urbanos conhecido como Sistema das Ordens, que tem matriz vitruviana. Foi sobretudo nas cidades do Império Romano, entre os séculos I e IV de nossa era, que as principais questões afeitas ao espaço

urbano de uso coletivo encontraram suas primeiras e mais profícuas formulações, trabalho que foi recuperado e teve seqüência a partir da Renascença.

No entanto, para que possamos compreender satisfatoriamente como os antigos romanos resolveram suas questões concernentes ao tecido e paisagem urbanas, é preciso estabelecer a cadeia de eventos que deram origem às suas cidades e às suas formas de urbanização. Esse estudo deve ser feito de forma contrastiva com relação às circunstâncias históricas em que a sociedade Clássica evoluiu.

Para tanto, é imprescindível recuperar os percursos históricos no que tange à configuração dos ambientes construídos urbanos e aos seus usos. O mundo urbanizado greco-romano constituía parte de um complexo bem maior, que aqui denominamos de urbanização na Antigüidade. Sem o conhecimento desse universo, em que as novas soluções clássicas se deram, não é possível aquilatar com precisão o sentido e valor de suas soluções.

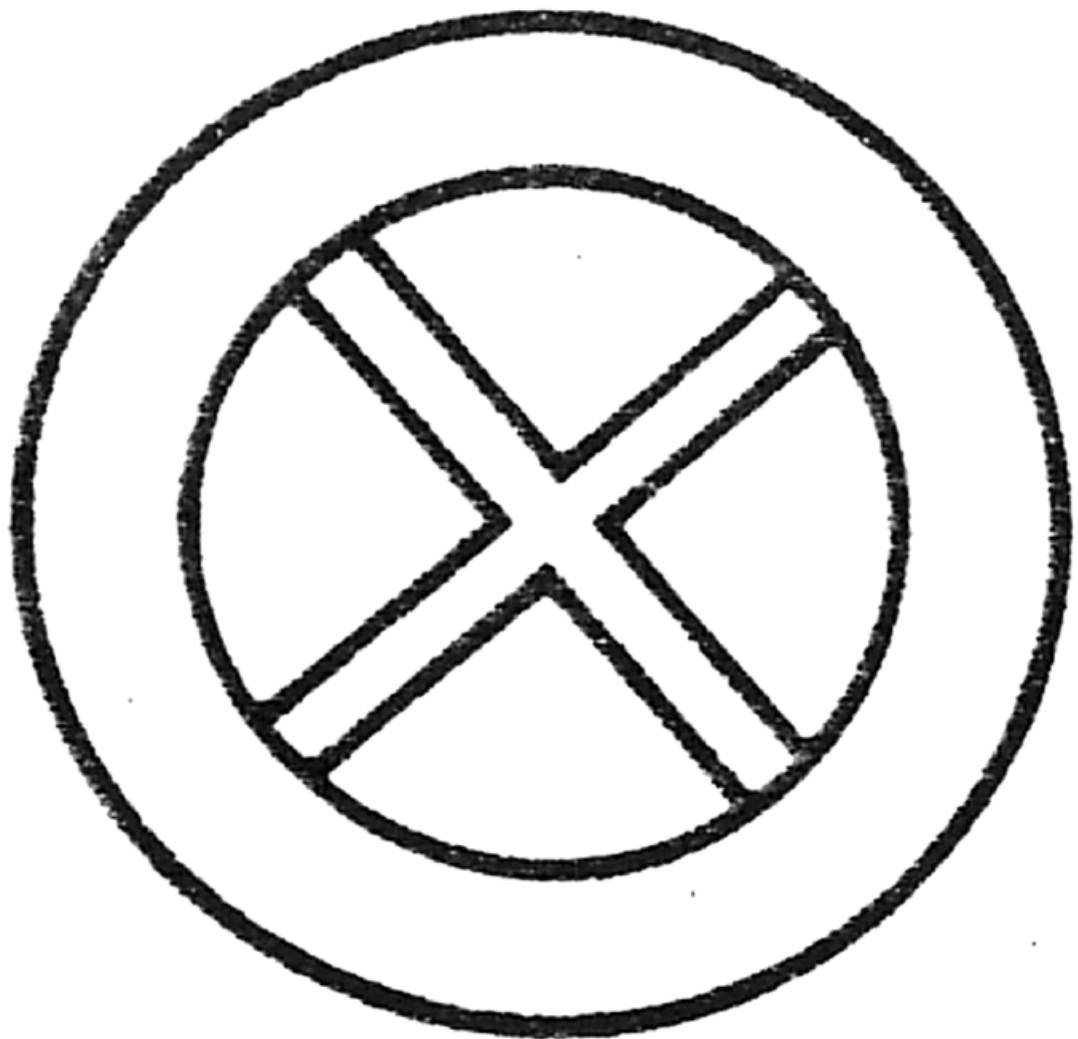
A primeira onda de urbanização na Antigüidade é sobretudo de cepa Suméria. Muito antes da formação das cidades gregas, criou a forma urbana e os principais modos compositivos para solucionar suas relações espaciais. Essa formulação ancestral - de um lado completamente interiorizada, pela adoção generalizada de um partido arquitetônico vinculado à organização em torno de pátios internos, e por outro lado completamente exteriorizada, pela vinculação do do espaço urbano à imagem do monumento - cristalizou-se em uma linhagem que disseminou-se por todo o mundo antigo. Não só se encontrava na origem das cidades helenas e latinas, como ainda atualmente seus ecos são detectáveis em diversos pontos do globo. É o que representamos por meio de Uruk, a mais antiga grande cidade até hoje conhecida.

A inovação grega constituiu uma variante do caso da linhagem principal, na qual o tratamento dado a ambientes construídos de uso coletivo criou uma cenografia urbana aberta e ordenada que servia de palco para a evolução de uma nova forma de política e de cidadania - no sentido lato de ambos os termos. Posteriormente os romanos codificaram as invenções helenísticas, aplicando-as em larguíssima escala tanto na fundação de novos núcleos na porção oeste do Império quanto nas reformas das cidades conquistadas na parte do leste. É o caso que exemplificamos através da *Villa* do Imperador Adriano, verdadeiro laboratório das mais elaboradas experiências espaciais.

Assim, por meio da delimitação de um quadro geral de longa duração das formas urbanas, no qual ressaltam-se regularidades, discrepâncias, continuidades e mudanças, nas séries históricas, pretendemos contribuir para o entendimento das demandas de programa que se colocam frente ao profissional de hoje.

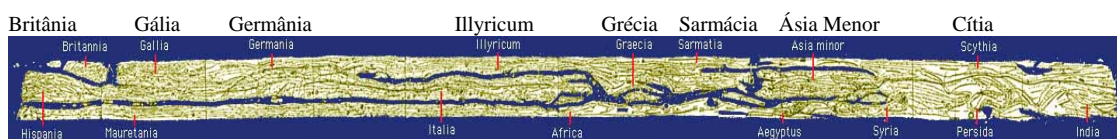
Em consonância com a formação visual de arquiteto, este quadro busca na História elementos bastantes para estabelecer um repertório de imagens referente aos casos aqui estudados.

1 - Considerações preliminares



O *niwt* é o hieroglifo que representa a cidade. Sintetiza de maneira exemplar a concepção egípcia dos elementos mínimos e indispensáveis para defini-la: uma cercadura circular delimitadora - a cinta de muralhas - dois segmentos de reta diametrais que se cruzam em "x" - as principais vias de penetração no tecido urbano e a clara marcação do centro e das portas - ao mesmo tempo que entre o setor círculo e cada um dos ângulos do "x" são delimitados quadrantes - as zonas ou "bairros" do núcleo. Muralha, portas, vias, centro e zonas: eis a quintessência da forma urbana em seus primórdios

1.1 - Considerações gerais e apresentação da tese



Hispânia Maurítania Itália África Egito Síria Pérsia Índia

A longa faixa da *Tabula Peutingeriana*: espécie de diagrama de rotas do mundo antigo, representando o sistema de cidades das costas do Atlântico ao subcontinente indiano.

A *Tabula Peutingeriana*¹, pergaminho de 6,82 m de comprimento e 34 cm de largura, constitui cópia, do século XIII ou XIV d.C., de um original datado de entre os séculos III ou IV d.C. Sobre tal relíquia descortina-se um esquema viário ligando toda a teia urbana do Império Romano, da Grã-Bretanha ao Ceilão, registro de que, por volta do início da era cristã, havia no mundo da *oikoumene*² greco-romana uma rede urbana cuja complexidade só é comparável àquela das atuais cidades industriais. Centrado na bacia do Mediterrâneo, esse mundo dialogava com praticamente todas as culturas de maior riqueza material da Afreurásia. Ao longo da Rota da Seda, passando pelos Impérios Parta e Kushan, Roma – cidade que em seu apogeu tinha quatro vezes o tamanho de Uruk e pouco mais do dobro do tamanho da cidade de Babilônia³ - trocava produtos com a Índia Maurya e a China Han. Ao sul

¹ Cf. fac-símile do original no endereço:

http://www.fh-augsburg.de/~harsch/Chronologia/Lspost03/Tabula/tab_intr.html

² A terra cultivada ou habitada, ou toda a terra, o universo. Cf. BAILLY, A. *Dictionnaire Grec Français*. Paris: Hachette, 1985. p. 1356.

³ Alguns dos cálculos mais aceitos pela comunidade acadêmica especializada estimam a área ocupada pela cidade de Roma de Constantino, no século III d.C., em cerca de 2.000 ha; de Uruk, aproximadamente 500 ha em seu auge de fins do período Dinástico Inicial I (séc.

do Egito, os reinos de Kush e de Aksum utilizavam o Mar Vermelho para seu comércio com os latinos e com a *Arabia Felix* iemenita. Ao norte do Danúbio e nas costas do Mar Negro, os contatos com populações germânicas e nômades também rendiam interessantes intercâmbios de mercadorias e culturas, como o provam a arte greco-cita⁴ e os achados de cerâmicas provenientes da área do Mediterrâneo em aldeias no norte da Alemanha.

Todas essas vias terrestres e marítimas ligavam mercados sediados em cidades. Já se disse que as culturas grega e latina eram eminentemente urbanas, a despeito da enorme importância da vida rural para elas, pois não havia a oposição moderna entre esses dois pólos⁵. Assim, o estudo das cidades da Antigüidade Clássica, com sua tendência à aglomeração e à vida em ambientes compartilhados, pode oferecer inspiração para soluções de problemas hodiernos prementes. É a idéia inspiradora deste trabalho que encontramos no texto "A Perspectiva do Arquiteto sobre a Cidade", de nosso orientador, Prof. Dr. Nestor Goulart Reis:

*O exame do modo pelo qual a paisagem urbana foi construída na História pode nos mostrar o desenvolvimento de um olhar progressivamente mais complexo sobre a cidade, sobretudo no mundo contemporâneo. E pode, eventualmente, nos revelar uma visão mais igualitária.*⁶

As análises e projetos modernos que se baseiam na dicotomia público/privado nos parecem ter chegado a impasses⁷. É o que se constata em

XXIV a.C.); e da Babilônia de Nabucodonosor II, no séc.VII a.C., em cerca de 850 ha. Cf. PALLOTTINI, M. *Alle Origini della Città Europea*. Roma: Quasar, 1983. MIEROOP, M. *The Ancient Mesopotamian City*. NY: OUP, 1999. BAHN, P. (Ed.) *The Penguin Archaeology Guide*. Londres: Penguin, 2001.

⁴ SCHLUMBERGER, D. *op. cit.* e GHIRSHMAN, R. *op. cit.*

⁵ Ver o estudo de CHEVITARESE, André Leonardo. *O Espaço Rural da Pólis Grega*. Rio de Janeiro: Fábrica de Livros/Senai, 2001.

⁶ REIS Fº, Nestor Goulart. "A Perspectiva do Arquiteto sobre a Cidade". *Cadernos de Pesquisa do LAP*, São Paulo, Nº 20, p. 17, Julho-Agosto 1997.

⁷ O projeto temático "Urbanização Dispersa e Mudanças no Tecido Urbano" desenvolvido no LAP-FAUUSP (Laboratório de Estudos sobre Urbanização, Arquitetura e Preservação do Departamento de História da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo) tem como um de seus enfoques justamente os problemas advindos das mudanças no

inúmeros conjuntos habitacionais de grande porte, onde a transição entre o domínio do indivíduo no interior de sua moradia para as áreas externas, sejam elas escadarias, equipamentos de uso comum ou as próprias ruas, se faz de maneira abrupta e agressiva: a coisa pública se torna "terra de ninguém", terreno baldio de exclusão e abandono. O mesmo se percebe no encapsulamento de porções da cidade em formas condominiais, espécie de parcelamento feudal que em nada auxilia à constituição de uma cidadania urbana⁸. Os espaços de contato entre as classes e grupos sociais não visam ao diálogo ou às trocas democráticas livres, sendo freqüentemente ditados por interesses mercadológicos que vêm em formulações conservadoras, autoritárias e preconceituosas um meio de controle ideológico e político.

Trabalhos como o de Rem Koolhaas⁹ destacam evidências de gradações conceituais, como semi-público, semi-privado, espaços privados de uso comum, espaços públicos semi-privatizados, entre outros. A existência, por exemplo, de noções como a de um "Terceiro Espaço" ou de "Espaços Intermediários" (zonas de transição entre os espaços públicos e os privados) já era defendida desde a primeira metade do século XX por autores como Bruno Taut ou Kevin Lynch¹⁰.

Se nossa prática projetual se encontra frente a dificuldades como as acima descritas, havendo um descompasso entre os modelos teóricos e a

processo de urbanização no Brasil, em particular as alterações nas relações entre espaços públicos e privados, entendendo que o tecido urbano é a escala em que essas articulações se definem. Cf. REIS Fº, N. G. *Notas sobre Urbanização Dispersa e Novas Formas de Tecido Urbano*. São Paulo: Via das Artes, 2006. pp. 12-13.

⁸ CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2000.

⁹ "Como Construir una Ciudad - sistema operativo romano." In: KOOLHAAS, Rem & The Harvard Project on the City; BOERI, Stefano & grupo Multiplicity; KWINTER, Sanford; TAZI, Nadia; OBRIST, Hans Ulrich. *Mutaciones. Evénement culturel sur la ville contemporaine*. Bordeaux: Arc en rêve centre d'architecture, nov 2000/mar 2001.

¹⁰ Cf. o trabalho de pós-doutoramento da pesquisadora Dra. Eliza M. Tahara., no LAP.

realidade em que devemos intervir¹¹, talvez isso se deva à excessiva proximidade que temos com o problema, uma vez que vivemos imersos nele. Um afastamento e enfoque em um objeto similar possivelmente reestabeleçam um contraste elucidativo¹². Eis a base de nossa proposta. Sublinhamos, portanto, que menos do que um estudo sobre o passado, trata-se da busca de uma outra urbanização paradigmática. Não se trata de uma cronologia histórica sobre a Arquitetura e o Urbanismo entre os povos da Afreurásia na Antigüidade, como também não se trata de uma busca de conceitos modernos como "nacionalidade" ou "patriotismo" projetados sobre as culturas do passado, mas sim do contraste entre diferentes noções e modos de organização das condições de existência.

Para tanto desenvolvemos pesquisa extensa, resumida neste trabalho e logramos sustentar a tese de que é possível estabelecer um quadro geral do processo de urbanização da Antigüidade com base no estudo dos ambientes construídos de uso coletivo. Por quadro geral entenda-se o produto da decisão metodológica de adoção de parâmetros de longa duração e larga extensão para examinar séries históricas e estabelecer uma visão de conjunto que permita compreender continuidades e mudanças e elaborar modelos explicativos.

O método, que o autor da presente tese em História da Arquitetura e da

¹¹ *O subitem V de nosso projeto temático inclui a proposição de diretrizes para políticas públicas e profissionais, em relação às mudanças que estão ocorrendo no processo de urbanização no Brasil. (...) são a base para a fundamentação da atividade típica dos arquitetos e urbanistas, para identificar alternativas e propor formas viáveis de enfrentá-las. (...) a inadequação dos métodos e esquemas operacionais disponíveis, para lidar com as novas formas de tecido urbano... Cf. REIS Fº, N. G., TANAKA, Marta Soban (coord.). "Aglomerações Urbanas e Novas Formas de Tecido Urbano: Discussão sobre Diretrizes para Políticas Públicas e Políticas Profissionais para Intervenção". *Brasil: Estudos sobre Dispersão Urbana*. São Paulo: FAUUSP, 2007. pp 167-8.*

¹² *... para melhor compreender a amplitude das mudanças e para observá-las como partes de um processo, procuramos realizar também análises em perspectiva histórica de longa duração, para melhor caracterizá-las como continuidades ou ruptura, nas séries de padrões projetuais.(...) As características projetuais dos novos padrões de tecido urbano são vistas também como parte de um processo que se iniciou há 5.000 ou 6.000 anos com índices de urbanização mínimos (cerca de 5%) e chega hoje a índices máximos (cerca de 100%). Cf. REIS Fº, N. G. Notas... Op. cit., p. 40.*

Urbanização toma de empréstimo à História, mais especificamente à linha de pesquisa da *Nouvelle Histoire* de Fernand Braudel¹³, e ao orientador deste trabalho, Prof. Nestor Goulart Reis Filho¹⁴, justifica-se pela principal característica dos estudos sobre urbanização: processo que se estende por milhares de anos, pelos quatro cantos do mundo humano.

As medidas de passagem de tempo variam de disciplina para disciplina, e mesmo de setor para setor dentro de uma única disciplina. Na Arquitetura, por exemplo, uma edificação de dez anos pode ser considerada praticamente nova. Vinte anos, a depender de sua solidez, podem marcar a necessidade de algumas primeiras obras de conservação. Já o tempo dos usos arquitetônicos e das lógicas de projeto é muito mais dilatado do que aquele de uma geração ou de um homem. Algumas das práticas construtivas vernaculares que ainda se encontram no Oriente Médio remontam a mais de cinco mil anos. Não se trata apenas da peculiaridade local da construção com tijolo e adobe, que, é certo, influi na permanência. As edificações em madeira, tão comuns aos homens do norte europeu, habitantes dos antigos - e agora inexistentes - bosques, encontram ecos na construção contemporânea estadunidense.

Assim a proposta de apresentação de um quadro geral tem como premissa a noção de que o estudo histórico rende, inevitavelmente, a identificação de regularidades, permitindo-nos realizar um panorama do processo de urbanização da Antigüidade, de circunscrição, ainda que ampla, definida.

Do ponto de vista temporal, esse processo abre-se com os ambientes de uso coletivo das primeiras cidades sumérias e encerra-se com a decadência das cidades do Império Romano, a oeste, e o fim do Império Persa Sassânida, a

¹³ Braudel, Fernand. *Memórias do Mediterrâneo*. Rio de Janeiro: Multinova, 2001.

¹⁴ REIS F., N. G. "Notas sobre a Evolução dos Estudos de História da Urbanização no Brasil". *Cadernos de Pesquisa do LAP*, São Paulo, N° 29, pp. 7-13, Jan.-Jun. 1999.

leste, fatos que marcam o desaparecimento do mundo politeísta que caracterizava a Antigüidade e suas práticas sociais, soterradas pelo cristianismo e o islamismo. Mais especificamente, a construção da *Villa* de Adriano representa a síntese do apogeu de um modo particular de agenciar os ambientes de uso coletivo no mundo antigo. Do ponto de vista geográfico, recobre toda a extensão da rede de cidades direta ou indiretamente articuladas pelo Mediterrâneo.

Se o argumento sobre a necessidade do recorte de longa duração repousa sobre a transmissão social e a materialização construtiva de usos e costumes, das soluções e das práticas arquitetônicas e urbanísticas, o argumento sobre a necessidade do olhar de larga extensão explica-se de forma um pouco diversa. Poder-se-ia dizer que, no primeiro caso, quase não seria preciso justificar a longa duração, afinal qualquer urbanista sabe de sua razão. No entanto, a experiência deste autor demonstrou que não é bem assim. O recuo temporal até a civilização greco-romana é praticamente esperado; o recuo até os sumérios vale pelo caráter exemplar na humanidade do nascimento das primeiras cidades.

A mesma lógica vigora para a larga extensão. Os limites do Império Romano, do Império Helenístico ou do Império Egípcio têm sua presença assegurada, mas por que incluir Harappa ou Mohenjo Daro? Articula-se nesse ponto a segunda lógica da redação desta tese: contribuir para a superação, como propôs Colin McEvedy¹⁵, do olhar eurocêntrico dos estudos clássicos de urbanização. O preconceito etnocêntrico concentra-se exclusivamente na cultura greco-romana, a que os historiadores de tradição européia decidiram filiar-se e negligenciar a contribuição, por assim dizer, iraniana.

A Mesopotâmia encontrava-se, então, politicamente dominada pelos iranianos, e durante todo o período clássico, o planalto iraniano foi a

¹⁵ McEvedy, Colin. *Atlas da História Antiga*. São Paulo: Verbo, 1990.

*sede de um poderio comparável ao do Mediterrâneo, tanto em extensão quanto como à organização social. Nossa cultura greco-romana pode menosprezar os estados aquemênida, parto e sassânida, mas as comunidades políticas do Mediterrâneo e do Irã constituíram na realidade uma só unidade, quando muito bilobada. Tentar abordá-las separadamente soa sempre falso, visto sua interação haver sido constante.*¹⁶

A existência de uma unidade de estudo consistente formada pela região que compreende a Europa, a costa meridional do Mediterrâneo e o Oriente Próximo, pelo menos, é portanto, também, um dos pilares sobre o qual se assenta o recorte metodológico desta tese.

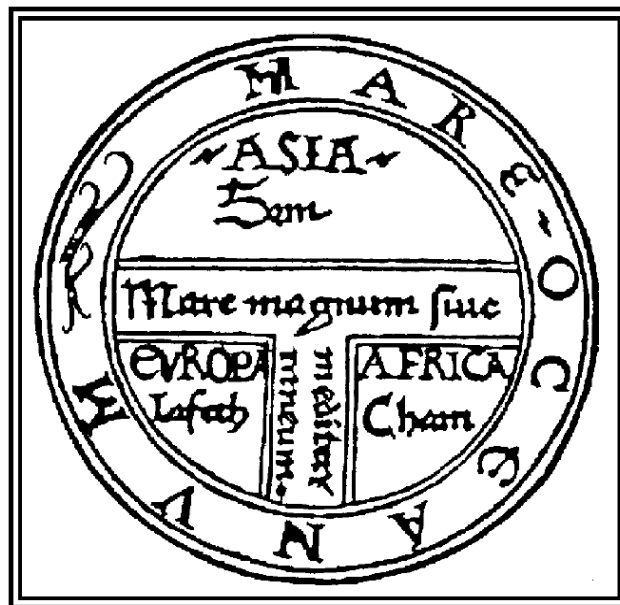
Para além do recorte de espaço e de tempo, que de *per si* constitui proposta original, e das regularidades necessárias para a composição de um quadro geral da urbanização da Antigüidade, evidenciadas pela varredura, aparentemente indistinta quando do início da pesquisa, fomos capazes de agregar nossa contribuição a um terceiro, inicialmente não previsto.

Representações da noção de Afreurásia: massas em torno do Mediterrâneo em Agripa (1), 20 d.C; o mapa tripartite "T-O" de Isidoro de Sevilha (2), 1472; o mundo trilobado com centro em Jerusalém (3) no esquema de 1585 de Heinrich Bunting, de Hannover.

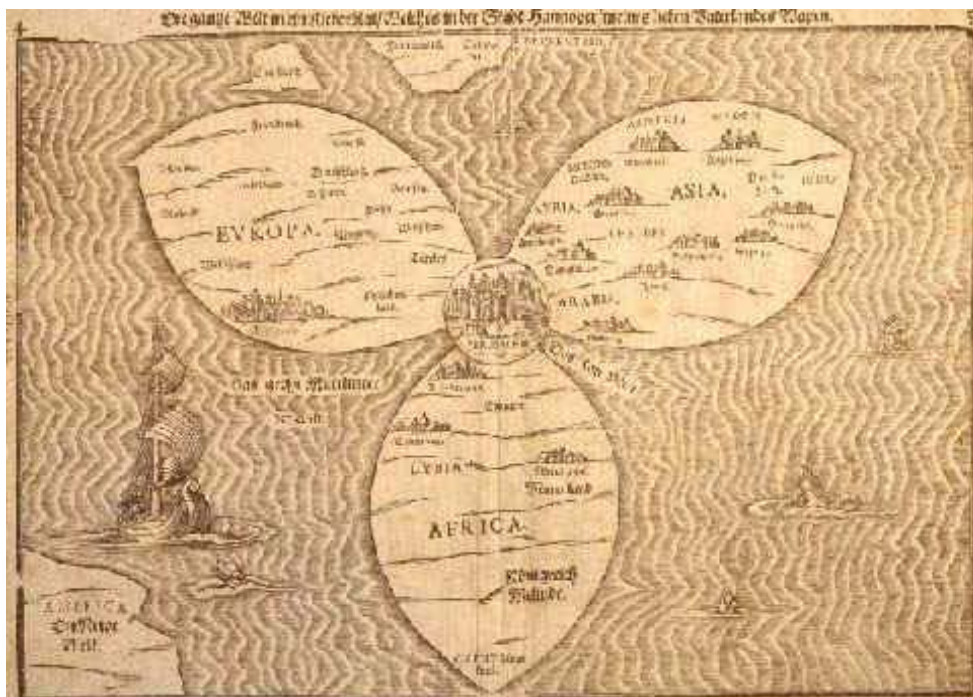
¹⁶ *Idem*, p. 7.



(1)



(2)



(3)

fonte: HARLEY, J.B.; WOODWARD, David (Ed.). *The History of Cartography*. Chicago: University of Chicago Press, 1987.

Antes de identificá-lo, permitimo-nos, à guisa de analogia explicativa, invocar uma metáfora ouvida de um especialista de uma área totalmente alheia à nossa.¹⁷ Frente a uma massa muito grande de informações desconhecidas e desprovidos de instrumentos capazes de guiar nosso caminho de forma mais certa, cumpre fazer como uma criança que busca decalcar a superfície de uma moeda: recobri-la com uma folha de papel de seda, passar levemente sobre a moeda recoberta a ponta de um lápis, tentando rabiscar com delicadeza toda a superfície envolta da moeda. Se tivermos suficiente paciência e cuidado, emergirão, dos traços quase aleatórios, dois resultados: um será a própria linha circular que distingue a moeda do nada, ou melhor, da mesa ou de qualquer outro plano sobre o qual estivesse apoiada; a outra, causará à criança a mesma surpresa e satisfação que causou ao autor destas linhas - uma figura singular, reprodução da efígie gravada no metal.

¹⁷ Essa contribuição deriva de palestra do psicanalista Fábio Herrmann, da Sociedade Brasileira de Psicanálise, seção São Paulo.

Em outras palavras, leituras muito variadas e abrangentes e a compulsão de grandes séries de informações foram condição *sine qua non* para determinarmos ser possível fazer emergir o delineamento das regularidades do processo de urbanização antigo, como deliberamos realizar neste trabalho. O ultrapassamento dos limitantes do conceito greco-latino - dito clássico - exigiu metodologia contrastiva pouco usual, excêntrica ou teratológica, para que pudéssemos delimitar o círculo externo da moeda, ou melhor dizendo, estabelecer os limites do quadro geral que constituiu a hipótese inicial de trabalho deste pesquisador.

Daí advém uma contribuição singular que este trabalho viu-se em posição de oferecer para a discussão do surgimento, ou invenção, dos espaços de uso público em sua modalidade cênica, na Grécia Clássica. O levantamento das formas e configurações assumidas pelos ambientes de uso coletivo ou restrito na Antigüidade, realizado para a construção do quadro geral da urbanização antiga, resultou na emersão de séries regulares que permitem avançar uma hipótese da localização do nascimento da composição de fachadas e massas que criaram a prática de uso de um ambiente coletivo externo, de um espaço constituído por um jogo entre objetos tridimensionais paisagísticos e planos bidimensionais exteriores, que a posteridade nomeou de praças e ruas e que constituem o cerne de nossa concepção de espaço público, novidade que parece ter surgido no leste do Mediterrâneo por volta do século IX a.C. e que teve uma fortuna particular no mundo greco-romano.

O trabalho de pesquisa que resultou na identificação de aspectos de continuidades e regularidades, descontinuidades e mudanças das formas de espaços construídos ao longo do processo de urbanização antiga, estabelecendo uma linhagem principal na onda de urbanização e uma importante variante mediterrânea representa, pois, a tese defendida. Ele dá conta do estabelecimento do quadro geral pretendido. A contribuição para a

discussão da gênese do espaço cênico - depois público como expressão da cidadania política - a partir do desmonte do pátio ancestral constitui a exceção, ou irregularidade, que confirma a regra e inaugura uma nova forma de urbanizar, extrapolando a circunscrição inicial desta empreitada acadêmica.

1.2 - Problematização

Se o cerne desta tese situa-se nas questões relativas às linhas fundamentais da configuração dos ambientes construídos e articulações resultantes, sejam espaços de uso público, coletivo, restrito, privado ou mesmo sagrado, no âmbito da onda de urbanização da Antigüidade, em um recorte de longuíssima duração - *c.* 3.200 a.C. a *c.* 700 d.C. - e larga extensão - a definição geográfica denominada Afreurásia - isso não exclui que algumas outras questões compareçam ou de forma ancilar, ou de maneira subjacente ao tema principal. Trata-se de fundamentos que tiveram de ser considerados para garantir a espessura ontológica do argumento principal, sob pena de incidir em pena capital para arquitetos, a saber, erigir sobre fundações frágeis.

1.2.1 - A ruptura entre Romantismo e Classicismo

Uma diferença fundamental marca os discursos do século XX daqueles que os precederam: seus referenciais. As argumentações, sejam políticas, teóricas ou artísticas, passam a ser baseadas em novos paradigmas de pensamento: Darwin abala a filiação divina da espécie humana, Marx, por sua vez, erode o papel individual do herói na História, Freud demole a confiança do homem em sua própria razão e Einstein reduz as certezas da ciência do século XIX a pequenos detalhes de fenômenos muito mais complexos. Um procedimento típico passa a ser a reflexão centrada em si mesma, que trata de

temas amparada em seu próprio passado recente. A modernidade começa a se estruturar negando o antigo, depois o supera e esquece.

Essa aparente ruptura com o passado não se deu da noite para o dia. De certa forma, podemos dizer que ela coroa um longo processo de formação de uma nova episteme¹⁸. Nosso mundo moderno data aproximadamente de 1750 para cá, embora raízes mais profundas sejam traçáveis. O Grande Racionalismo de Descartes ou a obra de Espinosa exemplificam essas fontes mais distantes. No entanto, é a produção industrial, são as revoluções burguesas e o nascimento da sensibilidade romântica que instauram a cosmovisão¹⁹ que nos norteia até hoje.

Antes, no conjunto que conhecemos como Ocidente²⁰, vigia um outro sistema de referência, que mesclava elementos greco-romanos, judaicos e cristãos sobre um substrato de povos germânicos, eslavos, celtas e mediterrâneos, contando ainda com significativos influxos persas e árabes. Tal sistema se apoiava na citação de tradições longamente estabelecidas, mesmo quando queria inventar algo novo. Assim, Homero, Platão, Aristóteles e a mitologia grega serviam de mote para a argumentação e o pensamento, tanto quanto a Bíblia, Santo Agostinho ou Santo Tomás. A prática era válida para a Filosofia, as Artes, as Ciências, a Política, a Moral e o Direito: o estilo parábólico e alegórico recorria sempre a algum relato edificante já sucedido, um caso modelar.

Tomando o caso do atual estágio da urbanização em nosso planeta,

¹⁸ Foucault, Michel.

¹⁹ Hobsbawnm, Eric.

²⁰ A conceituação do constructo de Ocidente é peça-chave em nosso trabalho e será tratada mais adiante. Cabe aqui, no entanto, avançar que neste ponto do texto nos referimos *grossomodo* aos territórios da atual Europa Ocidental, a partir dos séculos IX e X d.C.

perguntamo-nos se os instrumentos conceituais disponíveis são suficientes para resolver os problemas de projeto arquitetônico e urbanístico que se nos deparamos. O recurso a referenciais recentes pela Modernidade obsta, por vezes, apreensões mais gerais, implicando o risco de deixar-nos sem parâmetros para captar uma visão de conjunto do processo.

A proposta de utilizarmos a alteridade histórica, isto é as diferenças descobertas no contraste, como matriz de novos enfoques para problemas atuais é sustentada pelo trabalho de alguns pesquisadores de vanguarda, como o arquiteto holandês Rem Koolhaas. A *Harvard School of Design*, da qual ele é professor, vem desenvolvendo um *Project on the City*, onde examina os efeitos da modernização sobre o fenômeno urbano, e, anualmente, escolhe um caso significativo para

*[...] documentar e entender as mudanças da cultura urbana de forma a desenvolver uma estrutura conceitual e um vocabulário novos para fenômenos que já não podem continuar sendo descritos dentro das categorias tradicionais da arquitetura, da paisagem e do planejamento urbanístico.*²¹

O primeiro projeto daquela equipe enfocava as novas formas e velocidades de urbanização na China; o segundo, o impacto dos *shopping centers* na cidade; o terceiro, Lagos, na Nigéria; e, o quarto "*examina a invenção e a expansão da 'sistemática' cidade romana como precursora da modernização e protótipo do processo de globalização atual.*"²²

Entretanto, diferentemente de tal proposta, que se centra na urbanização colonial romana, "ocidental"²³, nosso trabalho prefere um enfoque de longa

²¹ *Op. cit.*, p. 19.

²² *Idem, ibidem*, p. 19.

²³ É sempre oportuno lembrar que as fundações romanas na Europa e no Maghreb se deram sobre um território virgem em termos de urbanização. As culturas e povos encontrados pelas legiões assentavam-se em aldeias e vilarejos. A expansão helenística alexandrina enfrentou o que havia de mais civilizado e urbano nos tempos de então.

duração e grande extensão, englobando tanto as áreas latinas a oeste quanto as helenizadas a leste²⁴, por entender que somente o quadro geral pode dar conta da real complexidade do sistema de trocas em questão.

Supomos, pois, que a rede urbana atual, dinâmica e complexa, abranja diversas sociedades em diferentes estágios de organização, com disparidades regionais e divisões de função flagrantemente desiguais, possa encontrar paralelos com o universo da urbanização antiga, também pujante e multifacetada. Feitas as devidas ressalvas quanto ao grau de tecnologia e fontes energéticas disponíveis, avançamos a hipótese de que a malha de cidades vinculadas por estradas e comércio em torno do Mediterrâneo, na Antigüidade, serviria como matéria de reflexão para algumas das principais questões do presente. Um vislumbre de sua complexidade nos é dado pela já mencionada *Tabula Peutingeriana*²⁵.

Essa urbanização antiga parece apresentar dois momentos principais. Em um primeiro tempo, a Suméria e a civilização do Sindhu-Sarasvati²⁶ lançam as bases modelares para o tipo de configurações urbanas que se espalharam pela Afreurásia nos quatro milênios seguintes, em que pesem variações locais. Neste trabalho, denominamos esse movimento de linhagem

²⁴ Segundo as recentes descobertas arqueológicas da importância das culturas irânicas nas trocas econômicas e culturais entre o oriente indiano e chinês e a bacia do Mediterrâneo, evidenciadas em obras como SCHLUMBERGER, Daniel. *L'Orient Hellénisé - l'art grec et ses héritiers dans l'Asie non méditerranéenne*. Paris: Albin Michel, 1970. ou GHIRSHMAN, Roman. *Iran - Parthians and Sassanians*. [S. l.]: Thames & Hudson, 1962.

²⁵ *Op. cit.*

²⁶ Preferimos esta denominação à de "Civilização do Indo" ou "Harappianos" devido ao fato de que as pesquisas mais recentes demonstrarem que não só grande parte dessas antigas cidades se localizavam na Índia, nos atuais Rajastão e Gujarat, como Dolavira e Lothal, na bacia extinta do mítico rio védico Sarasvati, como também pelo fato de que Harappa e Mohenjo-Daro não parecerem ter sido dos maiores centros urbanos desse imenso sistema, que pode ter ocupado uma área de até 800.000 km². Cf. LAHIRI, Nayanjot. *Finding forgotten Cities - How the Indus civilization was discovered*. Delhi: Permanent Black, 2005.; KEAY, John. *India discovered - The recovery of a lost civilization*. London: Harper Collins, 1981. ; THAPAR, Romila. *The Penguin history of early India - from the origins to AD 1300*. New Delhi: Penguin Books India, 2002.; GROVER, Nirad (ed.). *The timechart history of India*. Bath, UK: Robert Frederick, 2005.; TADGELL, Christopher. *The History of Architecture in India*. Londres: Phaidon, 1990.

principal da onda de urbanização na Antigüidade. Em um segundo tempo, por no leste do Mediterrâneo, uma variante da linhagem principal - que hoje é conhecida como "clássica" - começa a se desenvolver por volta do século IX a.C., a partir de um amálgama de fontes pré-existentes diversas, com a constituição das *poleis* gregas, enquanto, ao mesmo tempo mas de forma independente, funda-se a cidade de Roma. As culturas grega e latina paulatinamente se expandem, encontram e mesclam, formando um conjunto - parte do projeto da *oikoumene* ou Império Universal alexandrino - que dura até cerca do século VII d.C., com a dissolução da rede na parte oeste do Império Romano e a ascensão do poderio muçulmano. Têm como centro a bacia do Mediterrâneo, em torno do qual surgem suas principais cidades capitais: Atenas, Pérgamo, Alexandria, Antióquia, Roma, Constantinopla. Essa rede urbana apresenta notável coesão e coerência, devendo ser tomada sempre em sua integralidade, a despeito da vastidão geográfica e temporal que recobre, para evitar o fracionamento de seu organismo social e distorções em sua análise.

Não obstante, em termos práticos resulta pouco produtivo tentar analisar esse sistema como um todo. Assim, nosso objeto de estudo centra-se nas questões referidas às formas dos ambientes construídos de uso coletivo e público, os conjuntos urbanos²⁷, questão interessante frente ao impasse a que chegou a moderna de oposição do espaço público e espaço privado. Encontram expressão privilegiada na paisagem e tecido urbanos da variante mediterrânea e diferenciam-se marcadamente da expressão monumental do templo religioso e do palácio sede de poder terreno e profano, grandes objetos arquitetônicos de acentuada presença na paisagem das cidades da linhagem principal. Expressam-se, freqüentemente, em conjuntos de moradias, espaços de comércio, no que compreendemos hoje como serviços, lazer, vias e praças.

²⁷ Tomamos o conceito de conjuntos urbanos na acepção que lhe empresta o prof. Dr. Nestor Goulart Reis Filho: conjuntos de construções com características que definam uma homogeneidade ou monumentalidade por justaposição de suas unidades, expressando a individualidade de uma classe ou grupo social.

1.2.2 - O rastreamento da gênese do espaço público na cidade ocidental

Ao se estudarmos a urbanização na Antigüidade, é digna de nota a continuidade nas práticas urbanísticas e arquitetônicas ligadas ao espaço privado ou de uso restrito²⁸, desde os primórdios da forma urbana na Suméria - e mesmo antes, no casario denso das proto-cidades do Crescente Fértil - até a cidade islâmica, incluindo nesse percurso o mundo greco-romano.

Em contrapartida, a noção de espaço público ligado a uma prática de cidadania - em grego, *política*, adjetivo referente a *polis* - destaca-se distintamente da série de regularidades das formas urbanas praticadas até por volta do séc. IX a.C., nas cidades-estado gregas, ainda que em seus primórdios e apresentando diferenças significativas para com as acepções contemporâneas da idéia.²⁹

Tal concepção urbana demonstra continuidade, nas posteriores expansões territoriais helenísticas e romanas, atingindo seu ponto alto durante o principado de Adriano, entre 117 e 138 d.C., para lentamente declinar até

²⁸ A rigor não se pode falar em espaço privado na Antigüidade sem incorrer em anacronismo. O ambiente construído das moradias constituía, até onde sabemos, algo mais próximo de um espaço de uso de um grupo - tribo, clã ou família - sendo coletivo para seus membros mas restrito a elementos a ele não pertinentes. O argumento é objeto de discussão mais adiante.

²⁹ Também é ajuizado estabelecer a diferença entre o sentido moderno de público e aqueles antigos. Hiperbolicamente, para a sensibilidade moderna, a cidadania antiga corresponderia a nossa noção de mandato ou investidura. Além disso, Mieroop (op. cit) adverte que já nas cidades mesopotâmicas havia formas de participação na gestão da cidade que antedatam o caso grego.

seu virtual desaparecimento, no que hoje denomina-se Europa ocidental, entre os séculos VII e IX d.C.³⁰.

Intrinsecamente vinculadas à questão da cidadania nas sociedades grega e romana e aportando mudanças profundas no tecido e na paisagem urbanas - até mesmo em âmbito "privado" ou restrito, como no caso das *insulae* - as práticas urbanísticas e arquitetônicas concernentes às diferentes edificações de uso público e coletivo foram-se codificando, de seu surgimento a seu ocaso, em uma regra de soluções projetuais conhecida como Sistema das Ordens, registrada em forma escrita, por exemplo e sobretudo, no *De Architectura* de Vitrúvio, uma vez que este foi o único tratado antigo a chegar até nós.

Esse cânon, bem como as numerosas construções remanescentes por toda a extensão do Império Romano, está na base dos diversos renascimentos europeus no decorrer da Idade Média e depois, em particular, naquele que se institui a partir da Itália, dos séculos XIII/XIV em diante.³¹

Para demonstrar a existência dessas duas linhagens na urbanização na Antigüidade, de um lado a continuidade e a regularidade das formulações de espaço privado articuladas em torno de um *locus* focal e de outro a derivação diferencial do inédito espaço público cenográfico nas áreas de cultura helênica e romana, é imprescindível traçar um quadro histórico das ocorrências urbanísticas e arquitetônicas do sistema geral em que o caso grego e, posteriormente, romano se inserem.

³⁰ Conforme se embasará mais adiante, neste trabalho defende-se o ponto de que a variante mediterrânea chega a um fim total na Europa Ocidental. Segundo essa visada, o século VIII em particular corresponde a um "ponto morto" na urbanização. A cidade romana estaria morta e a cidade medieval praticamente não nascera. Seria nesse exato intervalo que a forma urbana ocidental teria começado a emergir.

³¹ Cf. PANOWSKI, E. *Renascimento y renascimientos nel arte occidental*.

A síntese resultante desse quadro contribui para o entendimento das lógicas de projeto que presidem aos diferentes ambientes construídos de uso coletivo ou de uso restrito que se encontram na base histórica de problematização contemporânea de público e de privado no fenômeno urbano.

1.2.3 - O eurocentrismo: a glória que era a Grécia e a grandeza que era Roma

*Helen, thy beauty is to me
Like those Nicean barks of yore
That gently o'er a perfumed sea
The weary way-worn wanderer bore
To his own native shore*

*By desperate seas long wont to roam
Thy hyacinth hair, thy classic face
Thy naiad airs have brought me home
To the glory that was Greece
And the grandeur that was Rome.*

*Edgar Alan Poe*³²

O problema do preconceito etnocêntrico nos estudos acadêmicos não deve surpreender, uma vez que está longe de ser inédito e, sobretudo, por não se restringir às áreas dos estudos sobre história, arqueologia, arquitetura, urbanismo, artes ou técnicas. Parece estender-se a todos os campos discursivos que tenham potencial de estruturar e justificar uma retórica de superioridade, seja de uma etnia, de uma cultura ou de uma nação. Trata-se de uma estratégia ideológica que teve especial utilidade no processo de constituição dos estados nacionais, particularmente durante os movimentos românticos no século XIX.³³

³² Este é um poema muito famoso entre os norte-americanos, espécie de lema local sobre a Antigüidade, cuja linha final é *a glória que era a Grécia e a grandeza que era Roma*. Por sua nacionalidade, não se deveria poder acusar Poe de eurocentrismo exacerbado. No entanto, em sua atitude, patente por todo o seu poema, vê-se a mesma atitude daqueles que, como Byron, tomavam como certo que a Grécia e o Império Romano deveriam ser a segunda pátria de qualquer homem civilizado.

³³ Ver os casos dos discursos acadêmicos dos teóricos da geopolítica Theodor Hertzell e Vidal de La Blache na constituição dos imperialismos europeus em finais do séc. XIX.

No entanto, é possível estabelecer um enfoque mais instigante da questão a partir da verificação de que no caso dos países europeus e de suas principais colônias haveria um denominador comum nessa atitude de supremacia. Essa convergência seria a idéia de Ocidente, forma de ser particular do “oeste”, identificado com alguns centros situados na Europa, habitados por populações aparentemente homogêneas, descritas como pertencentes à “raça branca”, falando em sua maioria línguas da família indo-européia, de práticas confessionais cristãs e tendo uma hipotética ancestralidade cultural comum, baseada na Grécia e Roma antigas. Seria esse Ocidente o produtor da Revolução Industrial e, decorrentemente, da vanguarda econômica, tecnológica, social e moral do planeta, com direitos naturais de liderança emanados dessa autoridade. As decorrências desse raciocínio para a teoria e a história da arte, da arquitetura e do urbanismo são óbvias e conhecidas. Tal conceito de Ocidente não precisa ser aceito como fato incontestável, como se fora fenômeno da natureza tal qual pretendem alguns discursos. Antes, trata-se de um constructo, de uma interpretação largamente difundida. E para bem construí-lo foi necessário erigir sua antítese, o ponto geográfico por onde passa a linha divisória demarcadora da diferença: o Oriente.

O Oriente, matéria a partir de que foi inventada a noção de Ocidente, é seu avesso constitutivo e estrutural, fundo que destaca o contorno da figura. Dois autores em particular ocuparam-se da genealogia dos argumentos que sustentam este sólido arcabouço teórico com notável competência: o primeiro enfocando o movimento nos últimos dois séculos; o segundo, a gênese das culturas na base do discurso, a saber, a grega.

Para iniciar, o professor de Columbia recentemente falecido, Edward Said, enfrentou o desafio em sua obra já clássica, *Orientalismo*³⁴, investigando exaustivamente as operações de legitimação do domínio colonial sobretudo pelo viés dos imperialismos inglês, francês e estadunidense. Se as idéias de imperialismo, colonialismo e de racismo não constituem nenhuma novidade e podem mesmo resvalar para o denunciamento fácil, a lista de intelectuais que subscreveram o argumento pode sim surpreender: Chateaubriand, Nerval, Disraeli, Flaubert, Hugo, Renan, Lamartine, Burton, entre outros, misturaram o exotismo e o devaneio ao estudo “científico” que justificava a autoridade sobre o oriental, que não podia - e não devia - falar sobre si e por si. A tutela seria inevitável, desejável e humanitária, vez que a aproximação racional e bem fundamentada dos europeus permitia "corrigir os descaminhos das mentalidades e costumes distorcidos dos povos de leste, que a despeito dos feitos monumentais de suas civilizações no passado".

O que pode igualmente surpreender é o quanto esse processo se deu a despeito da vizinhança geográfica e da história comum de muitos dos atores envolvidos. Como no caso da experiência familiar do próprio Prof. Said, populações urbanas cultas do Levante viram-se de repente rotuladas de exóticas e orientais, por isso menosprezadas ou tratadas com condescendência. Conseqüentemente, no fim do século XIX, profissionais liberais de Beirute, educados na Europa e tendo um estilo de vida em tudo similar aos habitantes de Marselha ou Nice, eram considerados asiáticos e irmanados a moradores de Xangai ou Yokohama, a despeito da herança mediterrânea comum de libaneses e franceses do *Midi*. Também nesse caso incidiam todos os europeus do leste, russos, ucranianos, russos-brancos, moldávios, romenos e búlgaros, os povos dos Bálcãs e aqueles da franja meridional do Mediterrâneo, em especial das ilhas, como Malta, Sicília e Chipre. O grande obstáculo à

³⁴ SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990. Segundo informa o autor, o manuscrito original data de 1975/76.

generalização irrestrita sempre foi a própria Grécia: como taxar de asiática e oriental a pátria-mãe do Ocidente?

O segundo autor é Martin Bernal, que explora os caminhos das escolhas ideológicas de pesquisadores e autores que se recusam a incluir ou a dar o impacto devido a contribuições de povos menos populares no imaginário europeu. Seu livro *Black Athena*³⁵ é eloqüente a esse respeito. O argumento central baseia-se nas evidências de que a civilização grega teria mais do que bebido de raízes anteriores, sobretudo egípcias. Um de seus exemplos mais significativos constitui o contraste entre a figura do *kouros* arcaico e a estatuária egípcia que representa faraós em posição ereta e rígida. A mesma equivalência pode caber para elementos arquitetônicos, como veremos adiante.

Se concordarmos em descartar a noção racial ou geográfica como divisória determinante para estudarmos a urbanização, o panorama da Antigüidade assume outras feições. Os critérios propostos por Gordon Childe³⁶, de revolução neolítica, revolução urbana e revolução industrial, adquirem maior relevância teórica; as cidades do Mediterrâneo e do Crescente Fértil³⁷, vistas como um conjunto que trocava experiências e influências -

³⁵ BERNAL, Martin. *Black Athena*.

³⁶ CHILDE, Vere Gordon. "The Urban Revolution". In LEGATES, Richard T.; STOUT, Frederic. *The City Reader*. London: Routledge, 1996. Childe usa os seguintes critérios para definir a ocorrência de uma cidade, propriamente dita: **1)** população significativa concentrada; **2)** hierarquização social; **3)** artesãos especializados; **4)** culto religioso organizado com sacerdotes; **5)** manifestações artísticas; **6)** sistema de escrita; **7)** sistema numérico e contábil; **8)** trocas comerciais; **9)** conhecimentos astronômicos; **10)** obras públicas.

³⁷ A expressão Crescente Fértil, hoje questionada, foi cunhada nos anos 1920 por James Breasted e descreve a extensão de terras em arco que vai do Sinai até o Iraque setentrional. Acompanha de um lado a costa mediterrânea do Levante de norte a sul, até ligar-se com o vale do alto Eufrates, acompanhando este rio e mais o Tigre até a foz no Golfo Pérsico. Beneficia-se do regime de chuvas gerado pela cadeia montanhosa que se estende ao longo da costa síria e da Anatólia meridional. Ao sul desse cinturão de montanhas e vales, abre-se o deserto da Arábia. Foi no Crescente Fértil com seu clima favorável que se originaram, há 10.000 anos, os primeiros assentamentos humanos e os primórdios da agricultura e da

evidentemente com uma velocidade muito distinta daquelas experimentadas em períodos mais recentes - podem ser descritas como pré-industriais e vinculadas a um modo de produção eminentemente escravista. Isso as diferencia de outras urbanizações, como a medieval, predominantemente servil.

Para além dessas generalidades, as divisões passam a ser de lugar ou de tempo por razões principalmente didáticas e esquemáticas. Uma vez que já se superou a noção de linhas de desenvolvimento entendido como progresso, para além da estrita esfera da cultura material, as rubricas tradicionais devem no mínimo ser vistas com desconfiança. Mesmo morfologicamente há dúvidas bastante grandes sobre os recortes plausíveis; resta, no entanto, a possibilidade de leitura das formas urbanas através das instituições políticas e sociais da cidade-estado e da rede de cidades dos impérios.

domesticação de animais. O conceito tendia a igualar regiões muito díspares e negligenciar áreas cruciais dos contrafortes iranianos, da Anatólia e do Cáucaso.

1.2.4 - A História como ribalta

Este é antes de mais nada um trabalho de História da Arquitetura, da Urbanização e do Urbanismo. Como tal, deve interrogar-se sobre sua própria essência, seu sentido e sua importância. A primeira pergunta imediata parece ser conhecer o porquê arquitetos estudam História. A segunda, por que têm esse viés incorporado a sua formação. A resposta passa, a nosso ver, pela própria compreensão do que é projeto de arquitetura. Cremos que a visão estética peculiar do arquiteto contém uma forte componente de natureza histórica. Seria essa concepção de constante re-visão das obras, tanto aquelas de colegas quanto as vernaculares, que educa a sua visão, a sua memória e seu arsenal de soluções a serem usadas como matéria-prima nos problemas de concepção criativa da construção. O que diferencia o fazer arquitetônico de outras profissões técnicas pode ser essa reflexão sobre seu próprio passado. No decorrer de sua prática profissional, querendo ou não, o olhar do arquiteto-urbanista vai elegendo, apreciando e gravando amostras que acabam por constituir um repertório de uso pessoal, talvez menos explícito e articulado que o feito pelo historiador de arquitetura. Mas essa visada histórica é intrínseca e constitui o próprio pensamento sobre o fazer. A História da Arquitetura, a História da Urbanização, a História do Urbanismo, como a História da Arte e a História da Técnica, constituem instrumentos básicos de reflexão profissional. São elas que diferenciam o projetista de um mero construtor.

Se o ato criativo é sintético, a reflexão sobre a ação, sobre o fazer, é de natureza histórica, ampara-se na História. Sem ela não há possibilidade de planejamento ou de projeto, entendidos em perspectiva temporal: é a matéria do passado, os feitos dos homens no tempo que permitem antever, pro-jetar, jogar adiante as apostas de como bem fazer. Desta forma, é fundamental explicitar nosso conceito de História, que estrutura nosso pensamento e norteia nosso trabalho.

A principal distorção causada por uma visão fragmentária da História parece ser fruto da prática de se focar seus grandes momentos em detrimento de uma visão de conjunto. Seus praticantes substituem a complexidade de múltiplos processos simultâneos por um olhar específico sobre um evento por vez, congelando os outros ao seu redor. Essa narrativa das transformações pressupõe que a explicação do desenvolvimento das sociedades pode ser feita por um modelo praticamente linear que enfileira épocas ao mesmo tempo em que salta no espaço. O efeito assemelha-se muito a circunstâncias cênicas, como um palco em que um poderoso holofote dirigisse seu fecho de luz ora a um, ora a outro protagonista, acompanhando sua movimentação pelo fundo escuro em que figurantes se mantêm estáticos. Na história urbana a prática é tão costumeira que raramente é questionada: no início da peça apresentam-se os personagens que representam as primeiras urbanizações conhecidas, na Mesopotâmia, nos vales do Nilo, do Indo e do Huang He, e nas Américas pré-colombianas. Imediatamente os dois últimos são esquecidos; o foco é dirigido para o Oriente Próximo, com rápida menção ao caso indiano de Harappa e Mohenjo-Daro. A Mesopotâmia - e suas terras circundantes - é eleita atriz principal por alguns milênios, pipocando em rápida sucessão por locais tão díspares e distantes uns dos outros como Choga Mami, Çatal Hüyük, Jericó, Ur, Babilônia, Nínive, Susa, Ecbátana ou Pasárgada. Um breve intermezzo dedicado ao Egito, e a nova estrela passa a ser a Grécia. Esquece-se o Crescente Fértil com a mesma facilidade com que

se descartaram chineses, indianos e mexicanos. Fica-se sem saber por que razão haviam sido citados. Por sua vez, morto Alexandre, pula-se para Roma, ignorando os trezentos anos de *oikoumene* helenística. E mesmo a cidade eterna será preterida por Constantinopla, como se mais nada de importante acontecesse nela.

Ciosos da necessidade de maior atenção aos processos, circunstâncias e complexidade, convencemo-nos de que se, efetivamente, em termos de cultura material, a acumulação a leste do Mediterrâneo e no Oriente Próximo foi extremamente intensa e produtiva, isto não constitui escusa para ignorar outros eventos a sua volta, sob pena de não compreendermos devidamente o funcionamento do sistema geral. As terras ao redor dos vales do Tigre e Eufrates mantiveram suas riquezas por todo o período greco-romano e para além dele, alimentando califados árabes e o domínio otomano e só sendo superadas pela produção industrial no século XIX. Não é correto supor que tivessem um papel meramente coadjuvante. Da mesma forma, não se deve desprezar as realizações das culturas berberes por todo o norte da África e mesmo na região sub-saariana, que já no III século d.C. despontava com o Império de Gana, tanto quanto não se ignoram as aldeias das tribos celtas e germânicas da Europa, anteriormente à conquista romana. Trabalhando em paralelo aos Impérios principais, a saber, o mediterrâneo greco-romano, o iraniano dos persas e partas e os diferentes domínios indianos e chineses, havia nações e estados tributários de importante contribuição, como atesta o fato de que calças compridas, contribuição dos citas, terem-se tornado peça padrão de vestuário. Particularmente, vê-se nos materiais de construção de diferentes monumentos um registro de seu comércio inter-regional.

No que tange ao comércio, duas malhas articulavam a rede de cidades: o complexo de estradas conhecido por Rotas da Seda, que estendendo-se pelo Turquestão, vinculava por via terrestre as cidades da Eurásia; e, as rotas

marítimas do Oceano Índico, que compunham uma espécie de "mar globalizado" da era pré-industrial.

Além de berço da cidade (conforme os critérios definidos por Childe), a região entre o Tigre e o Eufrates e o arco de montanhas circundantes - Zagros, Tauros, etc. - também é teatro da primeira rede de cidades vinculadas entre si. Das primitivas cidades-estado - nome, aliás, péssimo por insistir mais na noção de cidade que no fato de constituírem na verdade nações compostas por certo número de aldeias em torno de um núcleo urbano real que as domina e aos seus campos³⁸ - passa-se ao primeiro império conhecido, de Sargão, que apresenta a diferença fundamental de uma cidade dominando não mais aldeias, mas outras cidades: a cidade capital.

Outro dado extremamente importante é que boa parte das experiências de desenho urbano que frutificaram no mundo mediterrâneo são originárias do Levante, como os layouts hipodâmicos e radioconcêntricos. A primeira grande metrópole, por assim dizer, Babilônia, pertence a essa onda de urbanização.

Para fins práticos, é importante anotar uma sucinta cronologia das terras onde a revolução urbana aconteceu, inicialmente. Talvez a melhor definição moderna do seu local seja a de "Oriente Médio", por englobar as culturas desenvolvidas ao longo do vale do Nilo.

No entanto, de uma forma mais precisa, um "Crescente Fértil estendido" corresponde melhor à circunscrição da primeira rede de cidades. Grosso modo, suas sub-regiões seriam:

- 1 - Baixa Mesopotâmia (Suméria e Acádia);
- 2 - Alta Mesopotâmia (Assíria);

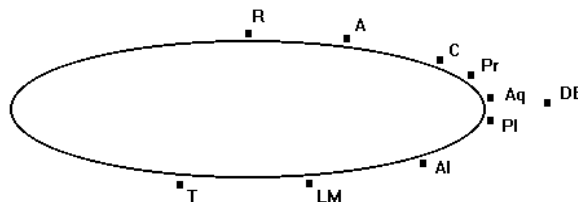
³⁸ Kitto, *op. cit.*

- 3 - Síria, Levante e ilhas do Mediterrâneo Oriental;
- 4 - Anatólia e contrafortes do Cáucaso;
- 5 - Montes Zagros e Planalto Iraniano.



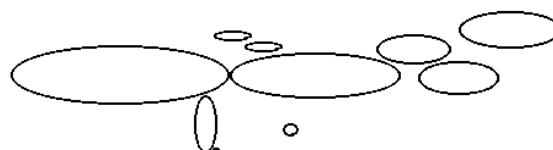
representação esquemática das principais zonas de influência e do jogo de forças no oeste da Eurásia/ África; à esquerda, a zona do Mediterrâneo latino; à direita, a área onde se encontram elementos helênicos e irânicos - persas e partas; ao centro, em sua intersecção, o mundo mesopotâmico e egípcio que precedeu estes impérios.

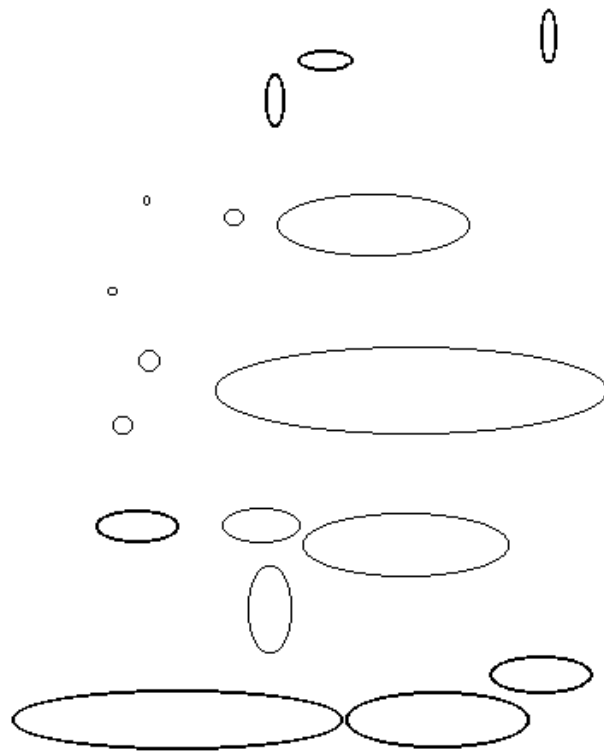
Para evitar um olhar viciado pelos mapas modernos, propomos um esquema do mundo greco-romano que destaque apenas suas principais cidades em torno do "Mare Nostrum" do Império, o Mediterrâneo. Constata-se que elas se localizavam sobretudo na parte leste, mais rica e povoada.



R=Roma, A=Atenas, C=Constantinopla, Pr=Pérgamo, Aq=Antioquia, DE=Dura Europos, Pl=Palmyra, Al=Alexandria, LM= Leptis Magna, T=Tazrugadi

Esquema geopolítico por volta do I séc. d.C. À esquerda, o Império Romano, mediterrâneo; ao seu sudeste, os reinos vassallos do alto Nilo, como Meróe e Aksum, e a Arabia Felix no mar Vermelho; a nordeste, outros estados dependentes como a Armênia e as cidades gregas do mar Negro. Bem ao centro, o Império Parta no planalto iraniano. A sua direita, à nordeste, a área helenizada do reino da Bactria, e posteriormente, de Kushan; ao seu sul, a zona dos reinos de Gandara e do Império Gupta, na Índia; e, a leste, no fim da rota da seda, o Império Chinês.





Cinco estágios geopolíticos no Velho Mundo: inicialmente, as culturas ao longo dos vales de rios (egípcia, mesopotâmica e na bacia do Indo);

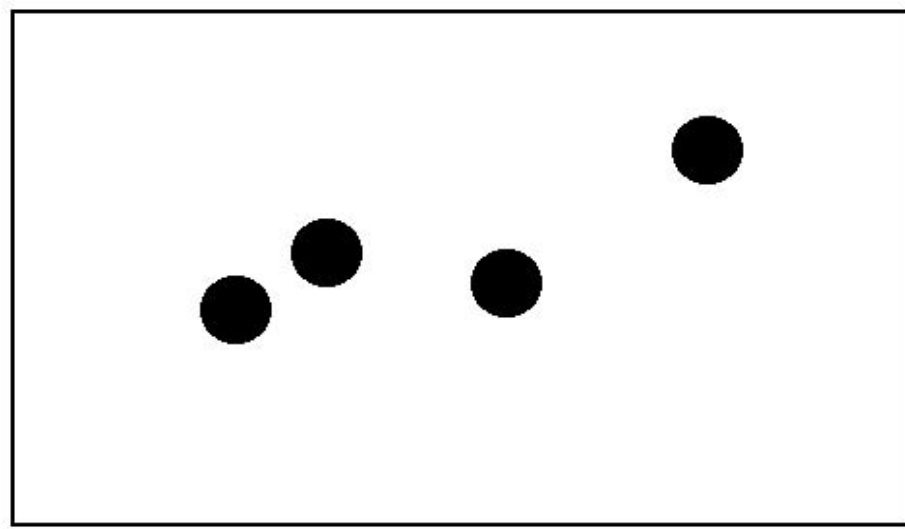
Posteriormente, a zona do Egito e Crescente Fértil é sucessivamente unificada, atingindo um ápice sob o Império Persa; a oeste surgem gregos, latinos e cartagineses;

Alexandre conquista toda a zona sob domínio aquemênida até a Índia; Roma e Cartago crescem;

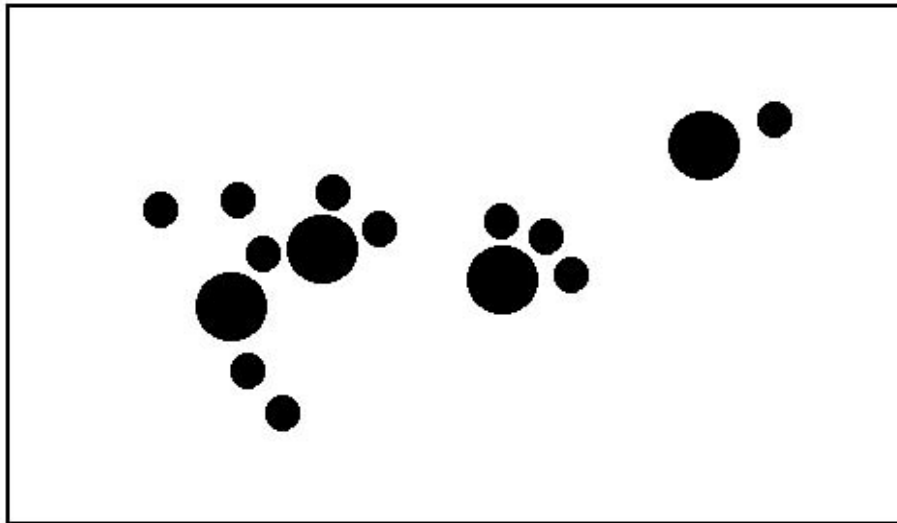
A área helenizada se divide; a leste, nos antigos domínios persas, há os Selêucidas; na Grécia/Macedônia, os Antígônidas; no Egito, os Ptolomeus. A oeste os romanos se expandem.

Por fim, no ocidente, o Império de Roma se consolida, bordeando a zona persa/parta. Há reinos gregos a leste.

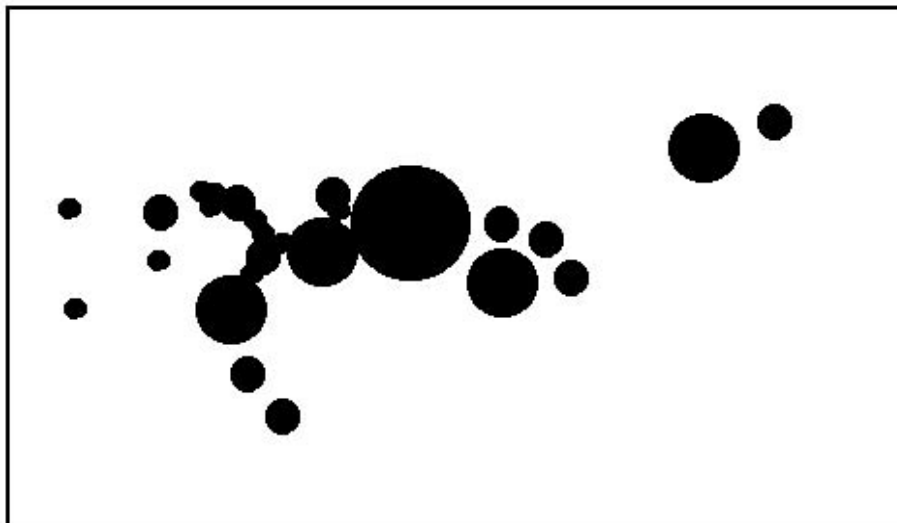
Abaixo apresentamos um esquema interpretativo do processo de urbanização na Afreurásia: o 3º milênio a.C. (1º quadro); 2º milênio a.C. (2º); 1º milênio a.C. (3º) e c. 500 d.C. (4º). Note-se que as culturas da área da China permanecem relativamente isoladas até o último quadro, quando a Rota da Seda já se mostrava efetivamente praticável. A vantagem abstrair o planisfério consiste em poder enfatizar o incremento e fusão do sistema urbano, em que pesem as crises da urbanização em diferentes épocas e lugares. Em todo caso, durante a Antigüidade o processo apresentou um saldo geral positivo em crescimento. Note-se igualmente que durante toda a Antigüidade a concentração urbana sempre esteve a leste; Roma, Siracusa e Cartago como que delineavam a fronteira das grandes cidades no poente.



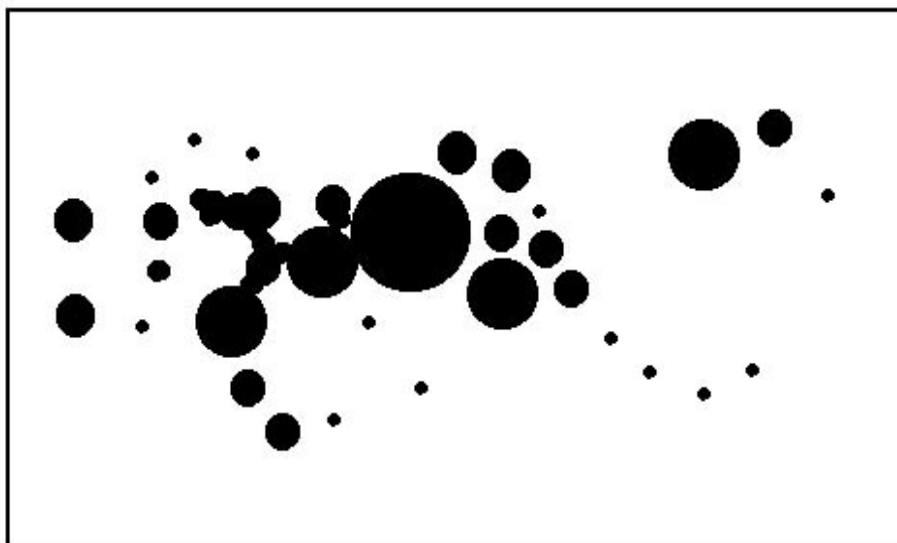
Os 4 focos de urbanização primigênia: Egito, Suméria, Índia e China



Novos focos no sul do Vale do Nilo, Mar Vermelho, Levante, Anatólia, Cáucaso, Leste do Mediterrâneo (Creta), Assíria, Elam, Ásia Central e Planície Gangética



Fusões; o Irã assume dimensões imperiais; novos focos a oeste do Mediterrâneo.



Europa, norte da África e sudeste asiático integram o mundo urbano.

1.3 - Definições, conceituações e convenções terminológicas

Definições

Talvez o principal cuidado que se devamos ter em uma tese que pretende contribuir para a construção de um quadro da urbanização na Antigüidade seja o perene risco de projeção teleológica. A projeção de compreensões e estruturas exclusivas do presente sobre um passado que mal conhecemos apresenta-se como armadilha a todo momento e pode comprometer os corolários que constituem tese em si. Assim, algumas das noções capitais para o desenvolvimento do pensamento que embasa este trabalho merecerão alguns cuidados preliminares, por meio do estabelecimento da circunscrição conceitual particular que empregamos para a discussão. Esta é, pois, uma tentativa de convencionar quais instrumentos conceituais foram usados, com vistas a evitar leituras em chaves conceituais alheias ao campo de interpretação pretendido.

1.3.1 - Espaço

Fiquei perplexo ao observar nos praticantes de arquitetura, arquitetos profissionais, professores e estudantes, uma espécie de mal-estar, um desencanto que os levava a negligenciar o estudo ativo do desenho ou mesmo a denunciá-lo como um desvio frívolo das obrigações sociais tão sérias do arquiteto. Vi arquitetos escreverem livros nos quais se dedicavam a relatar suas leituras e conhecimentos de lingüística, de teoria da informação, do estruturalismo, da psicologia experimental e do marxismo. E, por vezes, essas excursões por outros domínios evitavam, aparentemente, a discussão da arquitetura propriamente dita. Sem dúvida todas essas abordagens teóricas lançam alguma luz sobre determinados aspectos de nosso tema, mas se essa luz não incidir visivelmente sobre os produtos concretos da arquitetura, ou seja, sobre a aparência, o efeito e o uso dos edifícios, a discussão acadêmica mais confunde do que revela.³⁹

A noção de espaço entre os arquitetos, segundo Van de Ven⁴⁰, surge com a proliferação das teorias estéticas no final do século XIX. Na época, apareceu uma nova consciência do espaço arquitetônico como uma entidade material. Tal concepção foi inicialmente desenvolvida pelos projetistas do *Art Nouveau* em sua composição de ornamento e construção. Ao traçar a genealogia da noção, Van de Ven, assimila a origem daquela concepção ao estímulo gerado pela teoria geral da relatividade, proposta por Albert Einstein em 1905. Os artistas e arquitetos teriam ficado preocupados com uma síntese da abstração do espaço na criação de uma obra de arte, atividade que envolve pintura, escultura e, principalmente, arquitetura. Inicialmente pensada como um conceito estético e funcional, a idéia de espaço físico - o mais intangível de todos os meios de expressão - gradualmente se transferiu para o

³⁹ Rudolf Arnheim. *A Dinâmica da Forma*. Lisboa: Editorial Presença, 1988, p. 12

⁴⁰ *In The Theory of Space in Architecture*, apud Tom Porter, *The Architect's Eye. Visualization and Depiction of Space in Architecture*. Londres: ConwayLloyd Morgan, 1977, p. 47.

funcionalismo. Tornou-se central para os experimentos de artistas como Van Doesburg e El Lissitzky e arquitetos como Gropius e multiplicou-se nos ensinamentos da Bauhaus. Em 1953, no entanto, Einstein publicou sua definição clássica, acontecimento que gerou uma série de interpretações espaciais na arquitetura. Ao propor o conceito de espaço como *lugar*, o conceito de espaço absoluto e o conceito relativo de espaço-tempo, Einstein estabeleceu três vertentes discretas e coerentes, que provêm a base teórica sobre a qual qualquer teoria arquitetônica se desenvolve.

O presente trabalho filia-se às correntes arquitetônicas e urbanísticas que lidam com a noção de espaço como *lugar*. Essa tradição, que não nasce com as teorias da relatividade, mas recebem impulso delas, remonta à filosofia de Kant. Para o filósofo de Königsberg o espaço é uma forma de *experiência* externa. O termo importante na expressão é *experiência*, que remete, como em Einstein, ao papel central desempenhado pelo sujeito. De fato, Kant tentou demarcar com rigor a distinção entre o espaço como modalidade de experiência externa e as coisas dadas nessa experiência. Importa observar que não se trata de uma relação de continente e conteúdo, pois tal relação implicaria uma relação de inclusão lógica, a exemplo do que seria a relação entre um indivíduo e a classe a que pertence. Para a concepção de espaço usada neste trabalho, seguindo Kant e Merleau-Ponty⁴¹, *o espaço não é o ambiente (real ou lógico) onde as coisas estão dispostas, mas o meio pelo qual a posição das coisas se torna possível*. Essa idéia de meio refere-se antes a uma *potência universal de conexões* de que dispõem os sujeitos, do que a qualquer noção semelhante a uma substância, como o éter ou a água, nos quais as coisas estariam imersas.

⁴¹ Merleau-Ponty, Maurice. *Fenomenologia da Percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 1994, p. 328.

Esse poder de ligações pertinente aos sujeitos, essa possibilidade geral de posicionar, espécie de síntese de que são capazes os animais⁴², constitui noção bem distinta da noção de espaço entendido como entidade. O autor desta tese concorda com Rudolf Arnheim⁴³ e com Susanne Langer⁴⁴ que afirmam que o arquiteto não constrói o espaço, antes o *cria*.

Que essa operação varie dos graus mais rarefeitos de interveção ou interferência aos graus mais maciços de modificação, não altera a validade da premissa. Assim algumas cabaças ou caveiras de animais, guizos de cobra e dentes de grandes presas podem ser atados a um cordão e dependurados em arbustos ou árvores, delimitando certo território de dada tribo. O mesmo pode ser feito por menires, obeliscos, torres de televisão ou satélites espaciais.

Com isso se quer dizer que a arquitetura não é o exercício de inserir formas no espaço, mas a própria enformação, articulação ou invenção do espaço.

⁴² Von Uexküll, Jakob Johann. *Umwelt und Innerwelt der Tiere*. 1934. Von Uexküll fala do entorno criado por animais como o percevejo ou o camarão como sendo particular para cada espécie, o mesmo valendo para seres humanos.

⁴³ Arnheim, Rudolf. *A Dinâmica da Forma*. Lisboa: Editorial Presença, 1988, p. 24.

⁴⁴ Langer, Susanne. *Sentimento e Forma*. São Paulo: Perspectiva, 1980, p. 100.

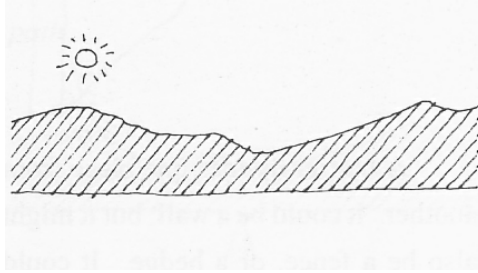
Princípios de composição arquitetônica

Os esquemas a seguir foram retirados da obra do professor galês Simon Unwin⁴⁵, e representam seu esforço didático em resumir a estudantes de Arquitetura os princípios materiais sensíveis do fenômeno do projeto. Lugar, delimitação do terreno, planos acima e abaixo de uma cota padrão, marco, foco, barreira, cobertura, apoios, caminho, portal, envasadura, emolduramento da paisagem, ponte, cercadura, cela, estrutura simples de quatro apoios e cobertura, são todas noções básicas que antecedem a concepção da obra em si, apresentando-se mescladas umas às outras na configuração de qualquer ambiente construído.

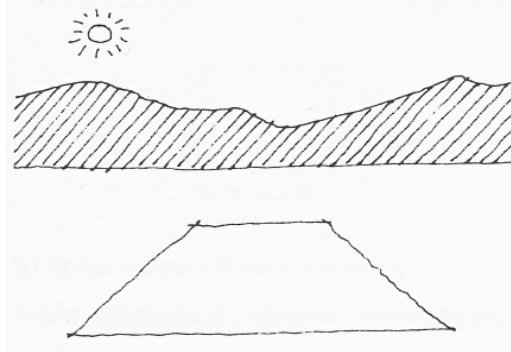
Ao mesmo tempo, constituem um ponto de contato entre a arquitetura e os estudos antropológicos. Não importa quão sofisticada seja sua execução concreta por cada grupo social, o que se evidencia antes de mais nada é a presença de sentidos que se realizam ao mesmo tempo tanto como matéria quanto como desenho. Para além de fetiches tecno-ideológicos, o anzol de osso ou da liga de aço mais resistente têm em comum o traço humano de seu engenho.

Um mergulho na historicidade radical dos achados arqueológicos faz emergir a presença de princípios geradores da arquitetura. Mesmo que não se possa falar em absolutos, as matrizes das soluções que serão empregadas na forma da cidade exemplificam nosso olhar sobre a idéia de projeto.

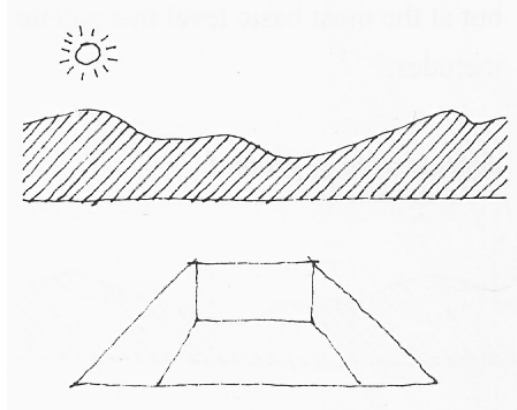
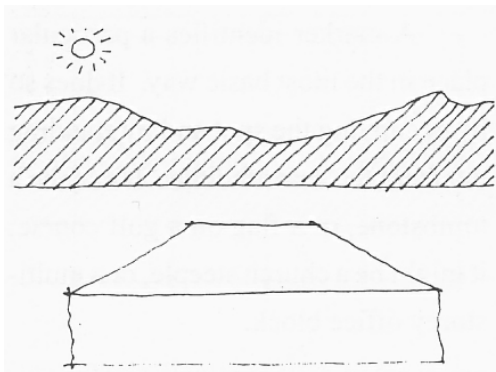
⁴⁵ UNWIN, Simon. *Analysing Architecture*. London: Routledge, 1997.



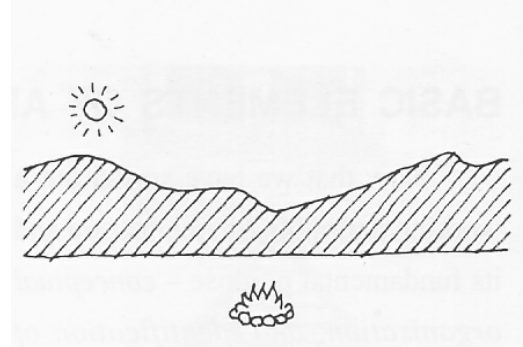
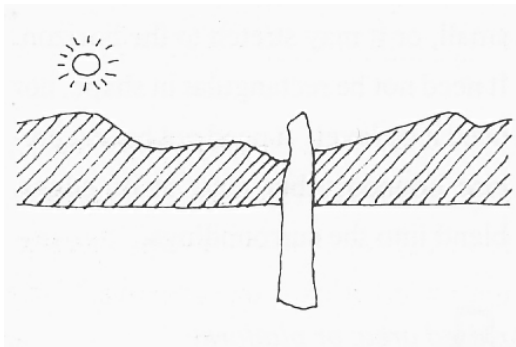
1) o lugar: o cenário natural somente contemplado pelo homem;



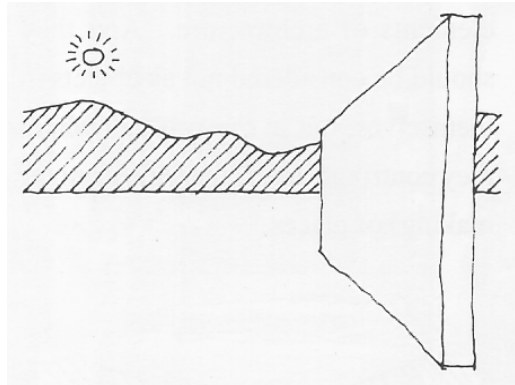
2) o lote: a partição do terreno natural, delimitado por um signo no plano do solo;



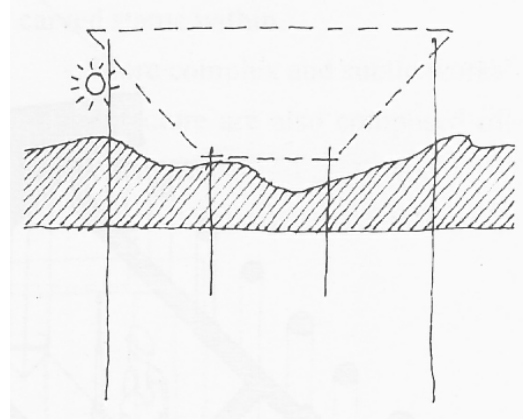
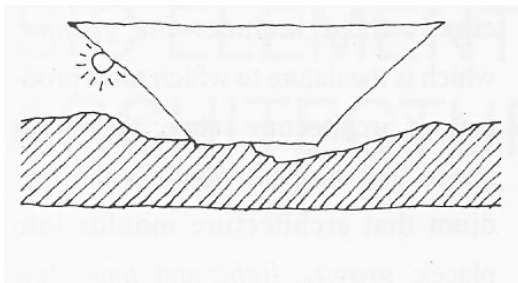
3) o plano elevado e 4) o plano rebaixado: primeiras intervenções no solo original, trazendo as noções dinâmicas de cota, em cima e embaixo, piso superior ou inferior;



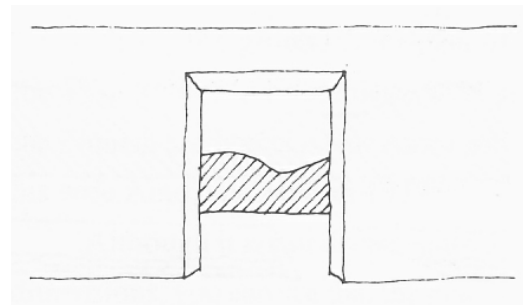
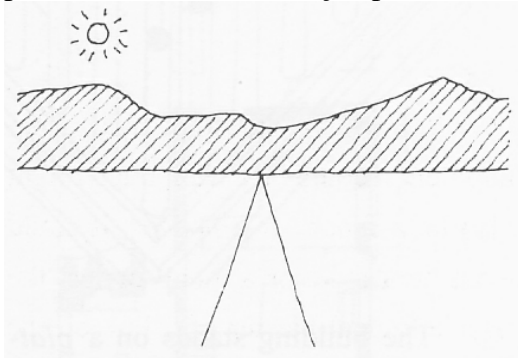
4) o marco tridimensional, projetando-se em altura, e 5) o foco no plano do solo constituem formas de organização arquitetônica básica no lugar, estabelecendo noções de antes e depois, e de entorno ou ambiente circundante através de uma polarização centralizadora e atrativa;



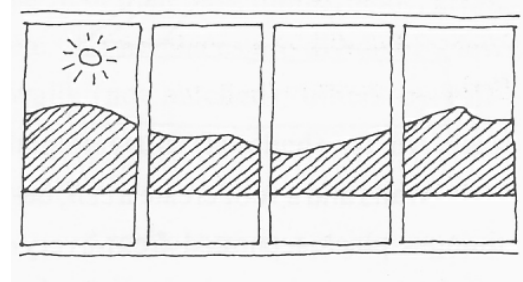
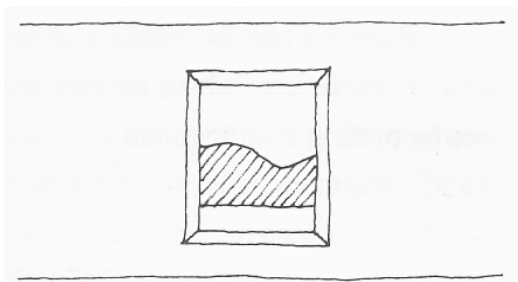
7) a barreira: outro elemento arquitetônico fundamental, introduz as concepções de controle e de mistério, de resguardo e de proteção, de separação, repúdio e proibição;



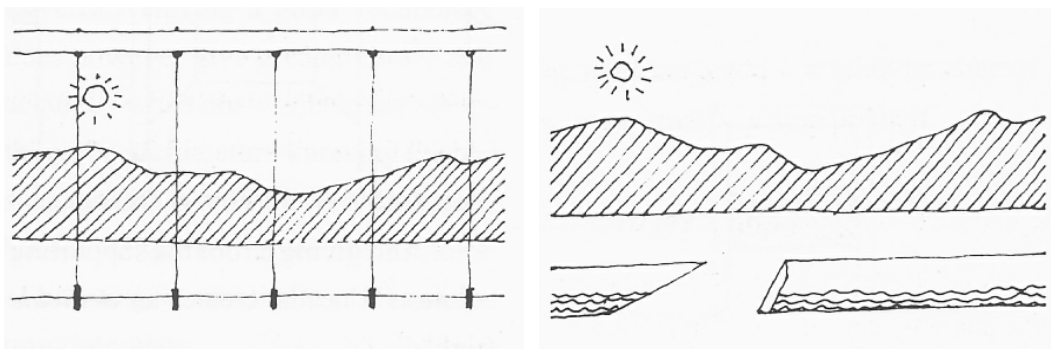
8) a cobertura, ou plano elevado, protege e inibe; 9) os apoios, pos sua vez, além de possibilitarem a sustentação particionam o espaço;



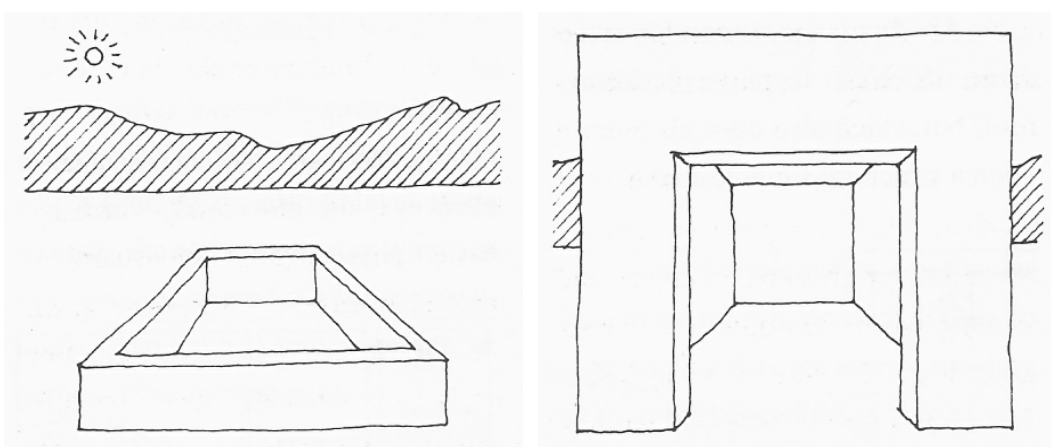
10) o caminho: atração ao longo de um fio condutor, divisão do território em lados, lá e cá, direita ou esquerda; 11) o portal: controle da barreira, promessa de revelação;



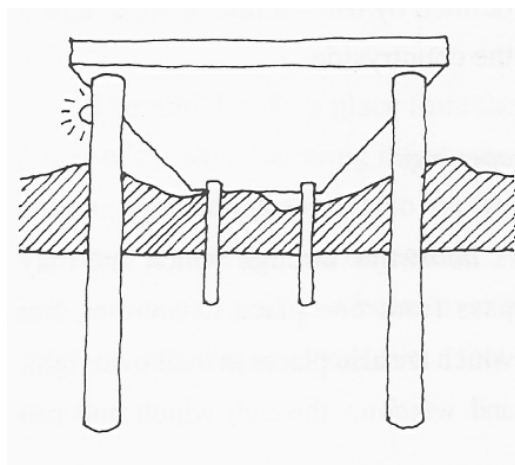
12) a envasadura: descortinamento, luz, sugestão; 13) o enquadramento: composição;



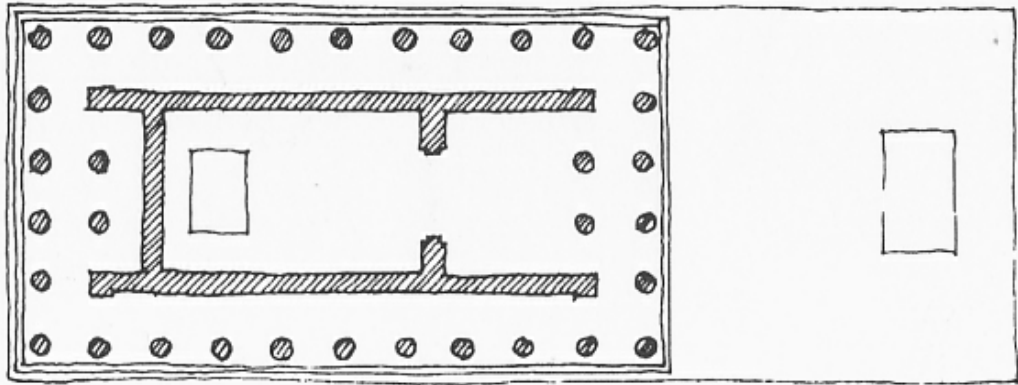
14) a suspensão e 15) a ponte: estruturas vencendo e definindo vãos, estabelecendo a clara noção de estrutura e de níveis - ou de desníveis;



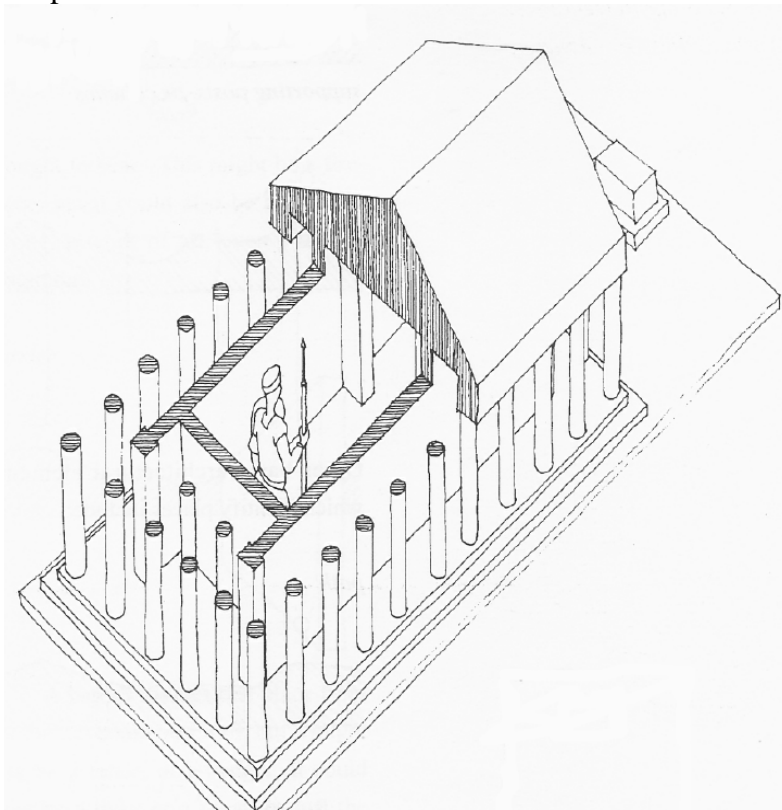
16) a cercadura: dentro e fora, limites; 17) a cella: a quintessência do cômodo;



18) a estrutura arquitetônica em sua essência: apoios e teto definindo o abrigo;



O templo grego constitui um exemplo da aplicação dos princípios expostos, quase que em seu estado puro; não surpreende que essa solução tenha tido uma pregnância absoluta na constituição de um sistema compositivo baseado em elementos discretos simples e altamente controláveis.



1.3.2 - Espaços e formas de uso coletivo e formas de uso público e privado

De acordo com a segunda chamada de trabalhos para o caderno E&D, espaço público é a dimensão social constitutiva da vida moderna e há um perigo quanto a sua sobrevivência nos moldes clássicos. Tal perigo implicaria ameaça à existência do próprio homem público⁴⁶. Trataremos, portanto, inicialmente de cingir a discussão sobre espaços de uso público, coletivo ou privado, para, em seguida, delimitarmos como tal problema nos afeta no plano urbanístico.

No caso da consideração sobre as noções de público e privado o risco⁴⁷ reside no fato de que a discussão historiográfica relacionada aos conceitos de público e privado está longe de esgotar-se. Não obstante, conhecermos o pensamento do filósofo alemão Jürgen Habermas⁴⁸, que afirmava ser

⁴⁶ Caberia, aqui, lembrar da definição de homem para Aristóteles como o *zoon politikon*, isto é, o homem político, na medida em que o homem econômico ou social não se alçaria acima das configurações gregárias encontradas nos animais que não dispõem de linguagem verbal.

⁴⁷ Trata-se de um cuidado constante que todo aquele que se aproxima da História deve ter, o de não projetar sentidos e entendimentos do presente para o passado, criando uma espécie de *ilusão retrospectiva*, nas palavras de Maurice Merleau-Ponty⁴⁷, ou projeção teleológica no dizer de outros autores. A tentação de encontrar leis universais e genéricas que liguem as práticas de hoje às de ontem é uma armadilha costumeira. Isso não impede que se encontrem recorrências, regularidades e tendências no estudo de culturas antigas, e que estas acabem por desenhar padrões e características que podem ser úteis.

⁴⁸ Habermas defende a tese de que "a esfera pública pertence especificamente à sociedade burguesa, que, na mesma época (séc. XVIII), se estabelece como setor de troca de mercadorias e de um trabalho social conforme leis próprias. [...] do ponto de vista histórico, o nexa entre esfera pública e esfera privada começou a aparecer nas formas de reunião e organização de um público leitor, composto de pessoas privadas (burgueses), que se aglutinavam em torno de jornais e periódicos. [A esfera pública] pode ser descrita como uma rede comunicacional do agir orientado pelo entendimento, a qual tem a ver com o espaço

inadequado aplicar o conceito de público e privado à cidade-Estado da Antigüidade, ou a de Henri Lefèbvre quanto à impertinência da noção de cotidiano a sociedades pré-industriais⁴⁹.

Não nos cabe, pois, tentar solucionar, nos limites deste texto, divergências fundamentadas que têm oposto autores do calibre de Jürgen Habermas a Georges Duby ou Paul Veyne. Tratamos apenas de indicar a que corrente teórica se alinha esta tese no que tange à propriedade do uso de tais categorias. Assim, recorreremos a Duby:

*é uma evidência universal que sempre e em todos os lugares se expressou, através da linguagem, o contraste, nitidamente percebido pelo senso comum, que opõe público e privado. [...] em todos os idiomas existe uma palavra com aqueles significados.*⁵⁰

Georges Duby, Yvon Thébert e Peter Brown, em a *História da Vida Privada*⁵¹, discorrem sobre a transformação de uma forma de comunidade pública em outra, contexto determinante para mudanças equivalentes na experiência do privado. A experiência antiga do privado estava associada a uma marcada consciência da relação íntima e duradoura com a própria comunidade e da posição desta frente a outras comunidades semelhantes.

Jean-Pierre Vernant⁵², entre outros, examinou o tema do público e do privado nas *poleis*. Espaço público e Estado parecem confundir-se nas origens das cidades-Estado. Variavam de cidade para cidade, ao longo do tempo. Inicialmente o espaço público se identificava com o lugar do exercício do poder: conselhos de cidadãos (*gerousia* espartana ou *boule* ateniense, tendo-

social gerado no agir comunicativo." In Habermas, Jürgen. *Direito e Democracia. Entre Factividade e Validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997, p. 92-93.

⁴⁹ CARDOSO, Ciro Flamarion. "Prefácio." In: THELM, Neyde. *Público e Privado na Grécia do VIII ao IV século a.C.: o modelo ateniense*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1988.

⁵⁰ Duby, Georges et alii.. *História da Vida Privada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p.226 e seguintes e p. 301 e seguintes.

⁵¹ *Op. cit.*

⁵² Vernant, Jean-Pierre. *Mythe et Pensée chez les Grecs*. Paris: Maspero, 1965.

se em conta que os cidadãos representavam cerca de 10% da população total de Atenas na época de Péricles, e nunca superaram 15% a 20%), assembleias, magistraturas, tribunais. Nesses momentos, nesses lugares, definia-se a lei comum, fixada, divulgada e imposta à coletividade. Percebemos aí que o público não recobria o coletivo, restringindo-se às áreas de prática política. Poderíamos chamar de áreas de uso coletivo na Grécia antiga, e por extensão, no restante das civilizações da Antigüidade, as áreas destinadas ao culto comum das divindades específicas de cada cidade-Estado; às festividades populares, que seguiam calendários igualmente específicos; às comemorações matrimoniais; às negociações comerciais de bens móveis - incluídos aí os escravos - e imóveis. Na maioria das cidades-Estado, esses ambientes de uso coletivo materializavam-se em um centro urbano de equipamentos comuns: os templos; a praça do mercado; o porto; as oficinas de artesãos; as lojas de pequeno comércio; a acrópole, como núcleo de defesa e símbolo da unidade territorial.

[Importa notar, como o fez Guarinello, que] as *cidades-Estado eram comunidades em um sentido mais forte do que nos Estados-Nação contemporâneos. Eram também comunidades imaginárias, que se construíram e inventaram ao longo do tempo. Ao contrário do que pregava a historiografia tradicional, não eram primevas originais ou naturais, nem tampouco resultado da divisão e subdivisão progressiva de um grupo de famílias. A realidade foi bem mais complexa. Sua identidade comunitária foi **construída** ao longo do tempo, a partir de populações muitas vezes díspares, sem unidade étnica ou racial. Foi criada e recriada, reforçada e mantida por mecanismos que produziram o cidadão ao mesmo tempo em que faziam nascer cultos comuns, moeda cívica, língua, leis, costumes coletivos - modos de a comunidade fechar-se sobre si mesma e definir seu território*⁵³.

A observação de Guarinello reveste-se de particular interesse para nosso argumento na medida em que destaca o caráter construído das comunidades e sua especialização na construção da cidadania.

⁵³ Guarinello, Norberto Luiz. *Cidades-Estado na Antigüidade Clássica*. In Pinsky & Pinsky. *História da Cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 34.

O binômio público e privado adquire relevância explícita quando, com a perspectiva do Direito Romano, a distinção primeira entre o público e o privado afirma a supremacia do público como sendo aquilo que é de interesse comum e, justamente por isso, sobrepõe-se ao que é de interesse particular. O exame dos termos implica duas acepções básicas sobre as quais se estrutura sua relação de oposição, conforme Celso Lafer⁵⁴: na primeira, o público é o que afeta a todos ou a maioria, sendo, por conseqüência, o *comum*, que se contrapõe ao privado, visto como o que afeta a poucos; já na segunda acepção, o público é o que é *acessível a todos*, enquanto o privado é reservado e pessoal.

Na segunda acepção, público é aquilo que é aberto ao conhecimento de todos, em oposição ao privado, que está limitado a poucas pessoas, em última instância, o secreto. Neste uso, segundo Lafer, a noção de público está imbricada àquela de democracia, entendida desde a ocorrência entre os gregos, como sendo o governo do do poder público, exercido em público⁵⁵.

Ao discutir a esfera do público, Hannah Arendt⁵⁶ distingue dois fenômenos relacionados: a publicidade, isto é, aquilo que vem a público e pode ser visto e ouvido por todos; e, o mundo compartilhado por todos, mundo de artefatos que unem e separam os homens em seu *habitat*.

Segundo Arendt, o *habitat* humano, que cada um de nós adentra ao nascer e deixa ao morrer, é composto e objetos *coletivos*. Tais objetos existem independentemente dos indivíduos, mas são por eles vistos e percebidos em conjunto, quer sejam materiais - a exemplo das cidades, dos monumentos -, quer sejam imateriais, a exemplo das leis ou instituições sociais. Coletivo e

⁵⁴ Lafer, Celso. *A Reconstrução dos Direitos Humanos: um Diálogo com o Pensamento de Hannah Arendt*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 243.

⁵⁵ Bobbio, Norberto. *Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 9-11.

⁵⁶ Arendt, Hannah. *A Condição Humana*.

público não se diferenciam nessa compreensão. No entanto, seguindo um pouco mais seu raciocínio, Arendt afirma que o mundo comum deve ir além do horizonte temporal das premências da vida individual para poder ser compartilhado, o que exige uma definição das *regras* que permitem caracterizar e perpetuar o espaço público.

A introdução da referência à regra, que pode ou não transformar-se em normativa, pode auxiliar a circunscrever as noções de ambientes de uso privado, de uso coletivo e de uso público, instrumental necessário ao presente trabalho.

Uma nascente usada por várias pessoas para obtenção de água potável é uma forma de uso coletivo. Enquanto não se desrespeitar as regras tácitas de apropriação do bem em questão - a água, envasada em quantidades razoáveis pelos usuários - o recurso comunal à nascente permanecerá. O abuso ensejará a necessidade de explicitar a regra e dará origem a sua publicidade para coibir a injustiça. A dificuldade de acesso ao bem requer a intervenção humana construída, seja pelo proprietário do bem, seja por aqueles que agem como seus fiéis depositários, a coletividade ou as autoridades. Do ponto de vista da Arquitetura e do Urbanismo, é a forma pela qual o espaço será tratado para permitir ou impedir o acesso, que constitui o foco de interesse.

O ser humano de cinco mil anos atrás precisava organizar-se em grupos para sobreviver, sendo o uso coletivo dos bens o modo mais difundido de sua apropriação. A presente tese identificará as primeiras formas urbanas de uso coletivo e, no processo, discutirá o surgimento das primeiras formas urbanas de uso público. Veremos que a construção das primeiras formas de uso público em função da necessidade de serviços públicos dos impérios, em contraste com as formas de uso meramente coletivo, fez-se lentamente, ao longo de milênios. É no tecido urbano que a *esfera pública*, que diz respeito ao político

instituído ou mesmo estatutário, não apenas o político entendido como conflito de interesses⁵⁷, encontrará sua principal arena e arquitetará formas de solução.

⁵⁷ Aristóteles pensava o justo político como diverso do justo doméstico. O justo político consistia na aplicação da justiça da cidade, ou seja, de algo atinente ao corpo de cidadãos. *In* Almeida, Guilherme Assis de & Bittar, Eduardo C. B. *Curso de Filosofia do Direito*. São Paulo: Atlas, 2004, p. 106-109.

1.3.3 - Urbanização

Neste trabalho levamos em conta não somente as cidades, das quais no entanto buscamos fazer inventário exaustivo e criterioso no anexo Quadro Geral da Urbanização; levamos em conta o processo de constituição das cidades, ou seja, de urbanização. O processo de urbanização que nos concerne inicia por volta do terceiro milênio a.C., atinge seu auge entre os séculos V a.C. e III d. C. e interrompe-se *circa* séculos VI/VII d.C., no momento em que na porção ocidental do Império Romano a vida urbana se reduz dramaticamente, e a leste a ascensão do Islã dá-se sobre os territórios outrora helenizados, transformando definitivamente as culturas de influência grega que aí existiram. Quanto a sua circunscrição geográfica, a rede de cidades afeita às culturas mediterrânicas abarcou um vasto território, da Península Ibérica ao vale do Rio Indo, e da Bretanha ao Iêmen. Sem deixar de considerar uma escala mais generosa das trocas comerciais e culturais, nosso foco central se dá sobre os territórios em torno da bacia do Mediterrâneo.

Creemos, portanto, ser fundamental compreender o processo de nascimento e alastramento da urbanização para entender as inovações urbanísticas cruciais que se disseminaram a partir do século IX a.C. e que serão a base do Sistema das Ordens. O entendimento do Sistema das Ordens estabelecerá a cadeia de significantes constitutiva do atual sistema de composição urbana.

Analisemos o que diz Eric Lampard, em *Aspectos Históricos da Urbanização* a propósito das três vertentes teóricas - a comportamental

(*behavioral*), a estrutural e a demográfica - que caracterizam o debate nas Ciências Sociais:

1. *O primeiro [conceito] concebe a urbanização como um ajustamento do comportamento pessoal, no sentido de que põe em foco a conduta dos indivíduos. Certos tipos de comportamento ou pensamento, independentemente de seu âmbito social e local, são tidos como "urbanos". Conseqüentemente, o processo de urbanização é experimentado pelos indivíduos no tempo. Esta abordagem tem o mérito especial de não restringir o urbanismo ao meio físico da cidade e é adotada por muitos estudiosos da cultura e das artes.*

2. *O conceito estrutural ignora o comportamento padronizado do indivíduo e fixa-se nas atividades-padrão da população global. O processo de urbanização, tipicamente, envolve um movimento de população das comunidades agrícolas em direção às comunidades geralmente maiores, não-agrícolas. Este conceito reconhece, em primeiro plano, um grau diferente de ocupações ou indústrias dentro de um espaço territorial determinado. A abordagem estrutural tem muitas aplicações em Ciências Sociais e serve de estrutura para, virtualmente, todos os modelos econômicos relacionados com desenvolvimento.*

3. *A abordagem demográfica focaliza outra vez o espaço, mas ignora, na maior parte, o comportamento individual e a estrutura das ocupações. Em sua forma mais sucinta, supõe a urbanização como um processo de concentração populacional. Reconhece apenas duas variáveis: população e espaço. Em conseqüência, a conexão entre urbanização e, digamos, certa estrutura ocupacional ou certos traços particulares não é julgada antecipadamente. Esta abordagem é comumente adotada nos estudos de população e ecologia humana.*⁵⁸

Como indica o próprio Lampard, cada uma dessas abordagens presta-se melhor ao estudo desta ou daquela questão. Para fins da presente pesquisa, tomar os três aspectos concorrem para compor o quadro geral da urbanização na Antigüidade, até o esgotamento de uma primeira onda coesa de urbanização.

Sobre isso, a propósito, servimo-nos de ainda outra inspiração de Lampard. Entendendo, como o autor, urbanização como *um meio pelo qual a população é ordenada, no sentido de atingir certo nível de subsistência e*

⁵⁸ *In Estudos de Urbanização*, p. 487-488.

*segurança, em dado ambiente*⁵⁹, derivamos duas noções com que trabalhamos: a existência de ondas de urbanização; e, o desdobramento da questão do público em termos urbanísticos como sendo a escolha do projeto arquitetônico ou urbanístico a ser realizado pelo grupo social.

A primeira noção, a compreensão da urbanização em ondas, encontra inspiração em Lampard porque deriva de seus conceitos de *urbanização incipiente* ("*primordial urbanization*"), *urbanização efetiva* ("*definitive urbanization*"), *urbanização clássica* e *urbanização industrial*, a análise sobre o artefato social que é a cidade. O fenômeno da urbanização, ao mesmo tempo em que não é característica intrínseca às organizações humanas, surge em todo o planeta como modo de organização social perseguido⁶⁰. Escavações arqueológicas dão notícia de como as primeiras tentativas de urbanização (exemplo, Jarmo, *circa* 6.750 a.C., no Curdistão-Iraque) refluíram até desaparecer nos locais em que originalmente surgiram. Tal tipo de organização, portanto, não se impõe por si mesma e exige do corpo social certas configurações específicas para que se implemente. Robert M. Adams⁶¹, em suas considerações sobre as origens da cidade no IV milênio a. C., na Mesopotâmia observou que

o aparecimento das cidades foi proeminentemente um processo social, mais o resultado das mudanças verificadas pela interação do homem com seus semelhantes do que de sua interação com o meio. A inovação da cidade consistiu de uma série completa de novas instituições e no tamanho e complexidade muito maiores da unidade social, de preferência a renovações básicas na subsistência.

Algumas populações bem ajustadas a um sistema de caça e/ou pesca e coleta com agricultura suplementar mostraram-se simplesmente indiferentes à

⁵⁹ *Id. ibid.* p. 489.

⁶⁰ Os números sobre o espraimento da urbanização são eloqüentes por si só.

⁶¹ Robert M. Adams, "the Origin of Cities", *Scientific American*, set. 1960.

possibilidade de urbanização, para além de eventuais obstáculos encontrados no meio físico⁶².

Assim compreendemos ser admissível aventar a possibilidade de uma primeira onda de urbanização que vai dos primórdios da chamada urbanização efetiva de Lampard até o fim do Império Romano, o início das invasões otomanas e o espraiamento da Cristandade pela Europa.

Antes de passarmos à segunda noção que derivamos a partir de Lampard, cabe mencionar as características necessárias para que o processo de urbanização se instale, a saber: excedente econômico (grãos, animais, etc.); insumos (mão-de-obra, fontes energéticas, material de construção); repertório construtivo (técnicas e soluções); e, sobretudo, como vimos, organização social e processo cultural conducentes à urbanização (usos e costumes específicos, como a prática agrícola, o comércio com outro grupo social, especializações laborais, hierarquia político-religiosa). Tais características foram descritas na grande maioria dos exemplos documentados de populações sedentárias de alta densidade, embora não garantam o desenvolvimento na direção inevitável da cidade. Compreendemos, pois, que se trata mais de potenciais presente do que de imperativos, sejam eles culturais ou ambientais.

Os critérios definidos para qualificar o que seja uma cidade (assentamento compacto de, pelo menos quatro a cinco mil habitantes) pelo arqueólogo Vere Gordon Childe⁶³ ajudam-nos a evitar o risco da circularidade da questão da urbanização: presença permanente de artífices e artesãos; capital excedente efetivo baseado na agricultura e aumentado pelo comércio externo; arquitetura monumental; sistemas de escrita; conhecimento matemático avançado ou de calendário; estratificação social; e, hierarquia política.

⁶² *Id. ibid.* p. 493.

⁶³ *Op. cit.*

1.3.4 - Um conceito de História

Retomando etimologicamente o sentido grego da palavra história, reencontramos a sua noção primeira, ancestral, como usada em Homero: testemunha, aquele que sabe porque viu, da raiz do verbo **oi¹=da** (*ôida*, ver, saber), *uideo* (ver) em latim. Mas já em Heródoto e Xenofonte, seu sentido pode ser o de pesquisa, estudo, julgamento - procura ou coleta dos testemunhos - conforme vemos nos extratos de dicionário que se seguem⁶⁴:

h(i(stori/a, aj (*historía, substantivo f.*)
*I - busca, informação, exploração;
por conseguinte
1) resultado de uma informação, conhecimento;
2) registro verbal ou escrito do que se ouviu, relato,
donde história*⁶⁵.

i(store/w - w= (*verbo historêo*)
*I - procurar saber;
1) buscar, pesquisar;
2) examinar, observar, explorar (um país ou região, uma
cidade, etc.);
3) questionar, interrogar, informar-se sobre
alguma coisa;
4) saber, conhecer.*

*II - relatar verbalmente ou por escrito o que se sabe,
contar, descrever; questionar, interrogar.*⁶⁶.

⁶⁴ BAILLY, A. *Dictionnaire Grec-Français*. Paris: Hachette, 1950.

⁶⁵ *I - recherche, information, exploration; p. suite 1) résultat d'une information, connaissance; 2) relation verbale ou écrite de ce qu'on a appris, récit, d'où histoire*⁶⁵.

⁶⁶ *I - chercher à savoir; 1) rechercher; 2) examiner, observer, explorer (un pays, une ville, etc.); 3) questionner, interroger, s'informer de quelque chose; 4) savoir, connaître. II - rapporter verbalement ou par écrit ce qu'on sait, raconter, décrire; questionner, interroger.*

i(storiko/j, h/, o/n(*adjetivo historikôs*)

I - que trata do conhecimento de uma coisa;

II - que trata da história, donde histórico.⁶⁷

História não é discurso pronto, mas a constante releitura, a reinterpretação e questionamento do conhecido. Feita do hoje para o ontem, implica, antes de tudo, rever verdades consagradas e procurar novos sentidos e configurações para os fenômenos a explicar. Antes de servir de modelo, é contraponto: possibilidade de descobrir o que muitas vezes é encoberto pela ideologia dominante, ou seja, revisão ideológica na tentativa de estabelecer novos paradigmas, como propõe Thomas Kuhn⁶⁸.

Isso pode parecer óbvio, mas não o é. Ao voltarmos ao passado, não é o presente de antanho que encontramos. O passado é diferente. Para compreender o que conseguimos vislumbrar, é necessário trabalho, desmonte do olhar atual. Nesse processo de desconstrução de nossa visão atual para abrimo-nos à alteridade do antigo, é também o presente que emerge.

Este é um subproduto importantíssimo do estudo histórico: visitar o presente. Muitos ainda dizem que se aprende com as lições do passado. Essa história tradicional, cartilha de fatos a serem decorados em ordem imutável, ou compilação de datas que pretende ser uma espécie de "experiência pessoal acumulada" de toda humanidade, é um conceito obsoleto, como bem explicita Hobsbawn neste trecho sobre o passado como autoridade para o presente:

[...] Mas o que pode a História nos dizer sobre a sociedade contemporânea? Durante a maior parte do passado humano [...] supunha-se que ela pudesse nos dizer como uma dada sociedade, qualquer sociedade, deveria funcionar. O passado era o modelo para o presente e o futuro. [...] Daí o significado do velho, que representava sabedoria não apenas em termos de uma longa

⁶⁷ *I - qui concerne la connaissance d'une chose; II - qui concerne l'histoire, d'où historique.*

⁶⁸ KUHN, T. A *Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2000.

*experiência, mas da memória de como eram as coisas, como eram feitas e, portanto, de como deveriam ser feitas.*⁶⁹

Aliás, o mesmo autor destaca as noções de experiência e precedente da "lição" que determinados indivíduos crêem ser o papel preponderante da História. Este equívoco corrente assenta-se na noção de História como modelo, desconsiderando a complexidade do já vivido, o que não nos impede de encontrar lógicas e regularidades.

Por conseguinte, partindo desse conceito de História, esta tese visa contribuir para os estudos arquitetônicos ao recuperar elementos da cultura urbanística da Antigüidade que digam respeito à relação dos homens comuns com seu espaço cotidiano. Cremos que até o momento haja poucos trabalhos de profissionais brasileiros tentando ler a cidade antiga à luz de conceitos modernos e *uice-versa*, propondo um diálogo contrastivo entre essas culturas. Nosso interesse estaria em traçar, à luz da concepção de revisão crítica, a gênese das discussões que resultaram na forma arquitetônica e urbanística da cidade ocidental, e em particular as discussões sobre espaços públicos e privados, como encontramos em Vitruvius, na abertura do capítulo III do livro I (caput 3.1):

*[As partes próprias da arquitetura são três, edificação, gnomônica e maquinário. A edificação por sua vez é dividida em duas, das quais uma é a disposição em locais públicos de muralhas e obras da comunidade, e a outra o projeto de edifícios privados. Há três divisões das obras públicas, uma das quais as de defesa, outra, as religiosas, e a terceira, as de conveniência. As de defesa são muros, torres e portas repelindo sempre o ímpeto dos inimigo; as religiosas, a construção de monumentos e templos sagrados para os deuses imortais; e, as de conveniência, a disposição em locais comuns para uso público de portos, praças, pórticos, banhos, teatros, calçadas que desta forma são designados locais públicos.]*⁷⁰

⁶⁹ HOBBSAWM, Eric. *Sobre a História*. São Paulo: Cia das Letras, 1998. pg. 37.

⁷⁰ *Partes ipsius architecturae sunt tres, aedificatio, gnomonice, machinatio. Aedificatio autem diuisa est bipertito, e quibus una est moenium et communium operum in publicis locis conlocatio, altera est priuatorum aedificiorum explicatio. Publicorum autem distributiones sunt tres, e quibus est una defensionis, altera religionis, tertia opportunitatis. Defensionis est*

A tratadística que se fundou sobre os dogmas vitruvianos, em particular sobre o tripé *utilitas, uenustas, firmitas*⁷¹, utilidade-beleza-firmeza, ou em um entendimento moderno funcionalidade, estética e estrutura, é fonte privilegiada para entender o que se pretendia que a arquitetura fosse, e o que os arquitetos entendiam que fosse arquitetura. Como em grande parte a obra dos arquitetos do século XX foi reativa a essas concepções, revisitá-las é, em certa medida, ir de volta às nossas raízes, a algo que nos baliza.

murorum turriumque et portarum ratio ad hostium impetus perpetuo repellendos excogitata, religionis deorum immortalium fanorum aediumque sacrarum conlocatio, opportunitatis communium locorum ad usum publicum dispositio, uti portus fora porticus balineae theatra inambulationes ceteraque quae isdem rationibus in publicis locis designantur.

VITRVVII. *De Architectura Libri Decem*. Lipsiae: Aedibus B. G. Teubneri, 1899. tradução do autor.

⁷¹ 2. *Haec autem ita fieri debent ut habeatur ratio firmitatis utilitatis venustatis.* Op. cit.

1.4 - Considerações teóricas e metodológicas

1.4.1 - Premissas metodológicas

Após havermos realizado a apresentação preliminar dos instrumentos conceituais que fundamentaram nossa reflexão, cumpre mencionar que elegeremos algumas cidades como casos representativos daqueles fenômenos que nos parecerem mais significativo exemplificar, sobretudo respeitando o fato de que se trata de um trabalho voltado a questões de urbanismo. Para realizar essa tarefa com propriedade assumiremos uma abordagem fenomenológica como fundamento descritivo propício a reduzir as ocorrências a seus termos essenciais e, assim, destacar os fenômenos pertinentes da massa de dados compilados. Tal procedimento permite estabelecer uma abertura para os estranhamentos sublinhados.

A intenção ao discutir conjuntos urbanos da Antigüidade é criar estranhamento esclarecedor. Abraham Moles⁷² chama esse processo de "método do novo olhar ou descontextualização", tipo de estudo fenomenológico muito usado, por exemplo, na antropologia. Ou, em outro momento, de "método teratológico", cujo princípio é: "o patológico elucida o normal"; o paradoxal, o bizarro pode ajudar a entender o que está próximo, através de um deslocamento que faz o ver o conhecido como outro, como

⁷² CAUDE, R.; MOLES, A. "Le contenu d'une méthodologie appliquée: un essai de recensement des méthodes". In: *Méthodologie - vers une science de l'action*. Paris: Gauthier-Villars & Entreprise Moderne d'Ed., 1964. pp. 45-82

diferente: a alteridade como matriz criativa criativa para a análise do presente.

Assumimos, pois, a premissa metodológica de que o contraste já elucidada, praticamente de per si: a pesquisa descobre diferenças que causam o choque revelador. Por isso as oposições, por exemplo do onde - aqui *versus* lá, do quando - o hoje *versus* o então. Conforme diz Décio Pignatari⁷³, o método se construirá heurísticamente, dado tanto pelo "objeto" como pelo "sujeito", em um processo heurístico-semiótico⁷⁴. Para tanto é de importância máxima seguir métodos auxiliares: **i)** definições puntuais (*e. g.*: o que é rua, etc.); **ii)** etimologias (*e. g.*: qual a origem da palavra rua); **iii)** explicações históricas (origens e percursos) (*e. g.*: de onde vem a idéia de rua); **iv)** busca de princípios (*e. g.*: qual a essência da rua); **v)** descobertas (*e. g.*: uma forma urbana sem rua); **vi)** dúvidas formuladas como questões; **vii)** retroalimentação.

Duas suposições gerais fundamentam a própria possibilidade de concepção deste trabalho. A primeira diz respeito ao fato da História da Arquitetura e do Urbanismo poder ser tomada como uma ferramenta de projeto de arquitetura, seja instrumento de reflexão da atividade, seja como método de apropriação dos conhecimentos indispensáveis ao exercício profissional. Notadamente a História das Soluções proporcionaria ao arquiteto o vislumbre das lógicas que teriam orientado os autores das construções em estudo. O contraste entre diferentes respostas para demandas similares, em tempos e circunstâncias de produção diversas, lançaria novas luzes sobre as questões a resolver e seria matriz de novos entendimentos. É isso que faz com que a presente pesquisa se desenvolva em uma Faculdade de Arquitetura e não de História ou de Arqueologia.

A segunda noção refere-se à maneira de encarar o estudo de História da Arquitetura. Devido às características intrínsecas da disciplina, seus aspectos

⁷³ PIGNATARI, Décio. *Semiótica da Arte e da Arquitetura*. São Paulo: Ed Cultrix, 1981.

⁷⁴ VALÉRY, Paul. *Introdução ao Método de Leonardo da Vinci*. São Paulo: Ed. 34, 1998.

morfológicos, funcionais e construtivos se prestariam de modo especialmente adequado ao exame em longa duração. Através dessa metodologia as séries históricas significativas poderiam ser constituídas com base nas regularidades e discrepâncias dos casos, registrados principalmente em imagens. A título de exemplo, basta lembrar que o sistema das ordens vigorou como motor compositivo por cerca de dois mil e quinhentos anos e até hoje possui adeptos de seu uso.

Dito isto, é necessário ponderar sobre a série de pressupostos que embasaram inicialmente a pesquisa da dissertação e as hipóteses que dela emergiram, lastreando a proposta de doutorado. Sua linha argumentativa seria a seguinte:

- a) Dentro do processo de urbanização pré-industrial seria possível discernir períodos coerentes definidos por regularidades nas práticas construtivas. As características destas seriam sobretudo morfológicas e funcionais e demonstrariam a concretização de conjuntos de princípios materiais culturais.
- b) Um desses períodos seria aquele da formação da rede de cidades na Afreurásia, correspondendo, *grosso modo*, à Antigüidade, tomada de seus primórdios ao período conhecido como Clássico. Inicialmente esse processo se teria restringido aos próprios focos de emergência da forma urbana, as cidades-estado. Posteriormente teriam surgido sistemas imperiais integrados em torno de cidades capitais.
- c) Essa urbanização teria assumido duas configurações principais:
 - uma linhagem mais antiga, em que prevaleceriam cidades em que as formas arquitetônicas interiorizadas e fechadas do casario denso, de partido frequentemente resolvido em plantas organizadas ao torno de átrios ou pátios descobertos, solução aliás usada também no palácio,

dialogariam com um grande monumento completamente exteriorizado;

e uma outra variante dessa linhagem principal em que, além da presença dessa mesma configuração urbana, alguns outros ambientes construídos mais relevantes seriam abertos, ao ar livre e dispostos de maneira a produzir um efeito cenográfico de pano de fundo para uma atividade citadina - em grego, *política*.

A primeira teria sido desenvolvida na Suméria, durante o 3º milênio a.C., e tornada típica das regiões mesopotâmicas, difundindo-se depois por todo o mundo antigo, com variantes regionais, particularmente através dos impérios iranianos; a segunda teria se desenvolvido na área do leste do Mediterrâneo na primeira metade do 1º milênio a.C. e adquire particular expressão nas *poleis* gregas.

- d) A variante, a urbanização aberta mediterrânea, seria uma derivação da linhagem principal, a urbanização fechada continental. A origem social da variante parece ligar-se tanto às práticas religiosas de culto no exterior dos templos quanto aos costumes de reunião decisória do grupo social, em que a questão de maior produtividade econômica das sociedades da Idade do Ferro pode ter sido fator considerável. Em termos de solução arquitetônica e urbanística, os elementos utilizados para se configurar esses novos ambientes parecem ter advindo da reinterpretação de práticas anteriores amplamente comuns, especialmente aquelas vinculadas ao átrio, aos pórticos trilíticos e ao jogo entre planos bidimensionais e grandes objetos edilícios dispostos na paisagem. A variante se teria diferenciado da linhagem principal a partir sobretudo do século IX a.C. e ambas teriam convivido até a crise do mundo antigo pagão por volta do século VII d.C.
- e) As práticas cerimoniais e sociais ao ar livre teriam pouco a pouco se diferenciado entre si e gerado ambientes construídos de configurações

específicas como: a ágora, a *stoa*, o *gymnaseion*, a *palaistra*, o *nympheion* e o anfiteatro. Nestas duas últimas teria aparecido a solução do *frons scenae*, o trabalho em uma fachada de aparato que teria a função de ordenar as relações espaciais. Diferentemente da tridimensionalidade típica dos monumentos tumulares e dos templos, seu funcionamento assemelhar-se-ia mais às telas planas.

- f) A paisagem urbana resultante da combinação de locais abertos e fachadas seria de cenografia cívica. Os conjuntos urbanos de uso coletivo teriam paulatinamente passado a receber esse tipo de tratamento, que se teria tornado a marca comum das cidades da rede greco-latina. O sistema das ordens, originalmente concebido para regular as relações espaciais dos templos, teria sido adaptado para solucionar essas novas demandas.
- g) As experiências mais interessantes da urbanização aberta greco-latina situar-se-iam entre os três últimos séculos a.C. da época dos reinos helenísticos e os três primeiros séculos d.C. do Império Romano. Um ponto alto em particular teria sido o principado de Adriano. Dentre as suas obras, a *villa* de Tívoli sintetizaria exemplarmente as concepções urbanas do tempo, inclusive aquelas dos grandes equipamentos de uso coletivo.
- h) O estudo das relações arquitetônicas das diferentes partes da *villa Hadriana* permitiria uma abordagem privilegiada das questões centrais e das soluções do modo de composição da urbanização aberta mediterrânea. A reconstituição das lógicas de seu projeto demonstraria, dentro de uma visada de longa duração, as propriedades operativas da cidade antiga.

- i) Após o desaparecimento da urbanização aberta nas terras antes pertencentes ao Império Romano do Ocidente, as experiências da cidade antiga teriam sido recuperadas e reinterpretadas a partir do Renascimento, em uma outra onda de urbanização surgida desde o século XI d.C. Assim, não haveria continuidade direta entre os dois casos, mas sim reinvenção. O repertório clássico de soluções teria sido uma condição de possibilidade dos desdobramentos posteriores.

O modelo de estudo que inspira nossa proposta, ademais do já mencionados, é aquele da escola arqueológica dos pesquisadores de Cambridge A. M. Snodgrass⁷⁵ e J. Bintliff⁷⁶, quando idealizam a prospecção extensa de superfície (*survey*) em seus levantamentos sobre os assentamentos na Beócia - cobrindo desde a idade do Ferro até o período Bizantino. Estes pesquisadores se contrapõe à visão clássica da Arqueologia, que escolhe um sítio e o analisa literalmente em profundidade, buscando uma especialização cada vez maior sobre um determinado pormenor - a pintura cerâmica votiva em um dado local e época, por exemplo. Sem menosprezar a importância de trabalhos eruditos de tal fôlego, a intenção de Snodgrass e Bintliff é fazer emergir as grandes correntes dos processos históricos, caracterizando os sentidos de organização dos grupos humanos e as suas transformações. Esse procedimento parece particularmente adequado à História da Arquitetura e do Urbanismo, tendo em vista uma característica básica de seus objetos: a grande quantidade de tempo e recursos que demandam para serem construídos e consolidados.

⁷⁵ SNODGRASS, A. M. *Arqueologia de la Grecia*. Barcelona: Ed. Crítica, 1990. Cap. 4 "El paisaje rural de la Grecia actual." pp. 107-147.

⁷⁶ BINTLIFF, J. " The origins of the Greek city-state and the significance for the World Settlement History." In: RUBY, P. (ed.) *Les princes de la Protohistoire et l'emergence de l'État*. Actes de la table ronde international de Naples (1994). Naples: coll. EFR 252, 1999: 43-56.

Da mesma forma, como no caso destes dois pesquisadores e de seus discípulos, essa concepção se liga à corrente francesa de História do Cotidiano e da cultura material, a qual conta com autores como Fernand Braudel⁷⁷, que empreende uma descrição abrangente (dos australopitecos à ascensão de Constantinopla como capital do Império Romano) das evoluções humanas na bacia do Mediterrâneo em seu *Memórias do Mediterrâneo*, Paul Veyne⁷⁸, que narra a vida privada no mundo romano, ou Jean-Pierre Vernant⁷⁹ a constituição do homem grego.

Propomos concluir esta seção, neste ponto, recuperando as perspectivas de maior relevância para o arquiteto-urbanista da discussão que pretendemos aprofundar nas próximas partes. Afirmamos, anteriormente, que para o profissional da área a questão do público se exprime como a escolha do projeto arquitetônico ou urbanístico a ser realizado por dado grupo social. O problema deste ponto de vista pode ser apresentado em algumas considerações fundamentais, descritas nos tópicos enunciados, a seguir, e que serão explorados adiante.

a) A cidade do século XXI ostenta impasses que se ligam à noção de cidadania.

b) O tema da cidadania, entendido hoje como pertinência ao mundo, ou seja, todos teriam direito à cidade, implica uma crise no sistema de participação política no processo decisório de alocação de verbas para implementação de políticas ou equipamentos públicos, isto é, de acesso universal.

⁷⁷ BRAUDEL, F. *Memórias do Mediterrâneo - Pré-História e Antiguidade*. Rio de Janeiro: Multinova, 2001.

⁷⁸ VEYNE, P. "O Império Romano." In: *História da Vida Privada - Do Império Romano ao Ano Mil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990. pp. 21-223.

⁷⁹ VERNANT, J.-P. *Les origines de la pensée grecque*. Paris: PUF, 1969. _____. *Mythe et pensée chez les Grecs; études de psychologie historique*. Paris: F. Maspero, 1971.

c) A participação de um processo de realização de obras arquitetônicas e urbanísticas que tenham decorrência positiva, atualmente, passa pelo crivo da decisão política. A decisão política transcende a dimensão da existência individual, às vezes, até geracional. Na democracia existir equivale a votar, o que abre passagem para grupos de pressão político-econômica e de formadores de opinião. Nos regimes autocráticos, por outro lado, o ponto central é a decisão da aristocracia, termo tomado aqui em seu sentido lato.

d) Em arquitetura e urbanismo, as obras são fruto da ordem de um comando central que dispara a necessidade da obra, que chamaremos de comitente, não importando o número de pessoas envolvidas na decisão ou das circunstâncias locais que determinarão suas modificações. como decidir sobre o plano, o projeto e o desenho ou a configuração da obra a ser construída?

e) A Arquitetura e o Urbanismo contam, desde sempre, com uma instância reflexiva que é a História. Em suas modalidades - História da Arte, História da Arquitetura e do Urbanismo, história da técnica e das soluções que se podem resumir em uma só expressão, a história das soluções, sejam estruturais, projetuais, organizacionais, distributivas e decorativas, puramente técnicas de qualquer ramo ou práticas. A solução material dos problemas de expressão tridimensional dos espaços urbanos de uso público ou coletivos constitui um desafio para arquitetos e urbanistas do século XXI. A história das soluções auxilia-nos na busca de respostas apropriadas a perguntas como aquelas avançadas anteriormente. A reunião das citadas modalidades da História permite-nos, com base nas obras arquitetônicas e urbanísticas a levantar hipóteses sobre o repertório construtivo do poder decisório ao longo do tempo. Em outras palavras, as modalidades de estudo histórico lastreiam nossas hipóteses sobre as lógicas de projeto.

f) Se a História da Arquitetura e do Urbanismo e a história das soluções constituem um recurso sempre acessível ao arquiteto e ao urbanista nada mais lícito do que alargar o alcance do instrumental até o limite do observável, ou seja, da urbanização.

g) Para contribuir para a compreensão, portanto, do estado atual da urbanização esta tese propõe estender nosso olhar até os limites de sua constituição, de forma a poder discernir no processo o que é primário e o que é secundário, ou o que essencial e o que é acidental. Face aos Estados árabes modernos, a urbanização não obedece a nenhuma das tendências atuais e nem responde a programas ideológicos: trata-se de um processo histórico que ultrapassa línguas e culturas particulares para espalhar-se em uma grande tendência global.

1.4.2 - Metodologia de constituição do Quadro: a Varredura

Para mapear as formas e usos que os ambientes construídos exibiam durante a longa circunscrição temporal da Antigüidade, empregamos uma técnica de pesquisa de varredura sincrônica, inspirada na idéia de *survey* descrita acima. Isso significou estabelecer um certo número de recortes temporais -*grosso modo*, um a cada século - por toda a área da Afreurásia que induzimos ser afeita ao fenômeno. Em seguida, a partir de mapas e levantamentos arqueológicos, procurar levantar como se comportava o fato urbano no período. Além de identificar as cidades existentes, procurar algum tipo de suporte gráfico ou de cultura material que permitisse inferir algo sobre as condições do sítio e suas relações com outros contemporâneos.

Uma vez obtido o material, majoritariamente imagético (mapas, plantas, elevações, perspectivas, reconstituições, esquemas e esboços, fotos dos sítios, fotos de objetos neles reencontrados, reproduções de relevos, mosaicos, cerâmicas, gravações, etc.), o passo seguinte foi catalogá-lo - no sentido encontrado no canto I da *Ilíada*, no famoso *Catálogo das naus*: estabelecer coleções a partir de sua origem e "pertinência familiar", em um procedimento completamente empírico e paratático. Uma vez as imagens colocadas umas ao lado das outras, o processo subsequente envolveu o desenvolvimento de um procedimento de leitura e comparação, em busca das regularidades e discrepâncias que deveriam delimitar as séries.

Os catálogos que abrigaram o *corpus* da pesquisa foram:

- catálogo de regiões;
- catálogo de mapas;
- catálogo de cidades;
- catálogo de obras arquitetônicas
- catálogo de povos;
- catálogo de personagens antigos
- catálogo de autores antigos
- catálogo de textos antigas
- catálogo de temas

Dentro de cada um dos catálogos, a coleção se aglutina segundo os critérios de vizinhança temporal e vizinhança espacial. Com base no material organizado e com o amparo da bibliografia especializada no assunto, procedemos à elaboração de espécies de "estudos de caso" relativos àqueles tópicos que pareceram mais significativos para descrever o processo histórico de materialização das formas de ambientes construído na urbanização antiga.

Para facilitar o olhar sobre os casos, seguimos um "roteiro de visita" marcadamente funcionalista. Seu objetivo consistia em disciplinar um tipo de análise ancorado na experiência projetiva pessoal, espécie de "check-list" para permitir entender, dentro do possível, a lógica de funcionamento de cada exemplar.

Antes de apresentar esse roteiro, cabe fazer duas ressalvas: sobre as circunscrições temporal e espacial.

1.4.2.1 - Circunscrição temporal: a Antigüidade pagã

De uma forma geral, o recorte de longuíssima duração praticado aqui justifica-se como sendo o único que não distorceria os princípios operativos gerais do fenômeno. Qualquer divisão de menor tamanho deixaria de fora partes fundamentais para a compreensão global.

É evidente que o risco derivado dessa proposta. A imensidão do período exige fazer tábula rasa de distinções que talvez fossem importantes, e por outro lado forçar aproximações possivelmente pouco recomendáveis. É um risco calculado, impossível para um arqueólogo, historiador ou cientista social, mas perfeitamente aceitável para um arquiteto em busca das lógicas de projeto e das razões tomadas em sua mecânica fundamental

Assim, o período assumido inicia-se com o surgimento efetivo da cidade nos três focos que interagem entre si: Suméria, Civilização do Sindhu-Sarasvati e Egito, sobretudo o sistema urbano da primeira, representado pelo fenômeno conhecido com "expansão Uruk", provavelmente em fins do 4º milênio - algo como 3.200 a.C. - e finda-se com o fim dos dois grandes Impérios Universais, Roma e Pérsia. No caso romano, utilizou-se o marco da morte do imperador Justiniano (565 d.C.), último momento em que, ao menos em parte, o Império do Oriente e o Império do Ocidente se viram reunidos. No caso persa, a morte de Yezdigerd III (651 d.C.), último imperador sassânida antes do domínio árabe muçulmano. Para a Pérsia, a introdução do maometanismo significou o fim das religiões mazdeísta e mitraica - portanto o

fim do "paganismo" politeísta. As duas grandes religiões monoteístas, cristianismo e islamismo, tiveram influência bastante importante no desenho da cidade a partir desse momento. Ambas são herdeiras da urbanização antiga, mas diferentes desta.

Em resumo: a circunscrição temporal segue os critérios já expostos de MeEvedy⁸⁰, de *c.* 3.200 a.C. a *c.* 700 d.C., partindo de Cidades-Estado organizadas em três focos locais até chegar a dois grandes impérios universais.

1.4.2.2 - Circunscrição espacial: a Afreurásia

Também derivada da proposição de McEvedy⁸¹, o conceito de Afreurásia é uma solução para evitar a injeção de uma visão anacrônica, de continentes modernos, através da soma de parte das massas continentais africana e euro-asiática. A África sub-saariana, por exemplo, não pertence a esse conjunto, como também não o fazem as terras setentrionais da Eurásia. Entende-se o valor do conceito na medida em que se verifica a continuidade espacial do conjunto no mundo antigo. Organizando-se em torno de um núcleo central constituído pelo Mediterrâneo, diversos impérios se espalharam sobre o que hoje são os três continentes, com maior ou menor grau de sucesso, tais como egípcios, fenícios-cartagineses (púnicos), persas, gregos, romanos e bizantinos.

Da mesma maneira, o olhar integrado permite melhor compreender as articulações e os fios condutores a interligar o sistema da rede urbana antiga. Assim, por exemplo, ao sul do Egito, Kush e Aksum sucediam-se ao longo dos eixo do Nilo, paralelamente ao Mar Vermelho, terminando por fechar um

⁸⁰ op cit.

⁸¹ op cit.

circuito com a *Arabia Felix* iemenita de Sabá e, mais além, com o Golfo Pérsico, onde Magan e Dilmun encontravam-se com o Crescente Fértil e o planalto iraniano.

Em contraposição, a visão atomizada de continentes hoje vigente, separa Europa, Ásia e África em conjuntos estanques de realidades distintas entre si, inviabilizando seu uso no estudo das relações entre povos e regiões na Antigüidade.

1.4.2.3 - Roteiro de investigação das cidades antigas

O roteiro propõe investigar o que disto existia na cidade antiga e , em caso positivo, como a configuração se dava. Seu funcionamento vincula-se com a idéia de descrever o fenômeno icônico observado, nomeando-o.

1) vias / sistema viário

(exemplos de vias: *rua; passagem; travessa; caminho; estrada; viela; avenida (ou rua larga); caminho sagrado; de acesso ao templo, palácio ou outro ponto de atração; de acesso à cidade pelas portas; de distribuição às vias de acesso às casas; de acesso às casas; alameda (via arborizada); ladeira; escadarias; passagem subterrânea; túnel; pontes, passagens de nível; confluência; cruzamento; entroncamentos; rotatórias; rua particular; vias projetadas, com calçamento ou pavimentação; precárias, de terra, mal cuidadas; "eixos", espinhas de circulação; becos, ruas sem saída; descontinuidades de vias ou de eixos; calçadas; passarelas de pedestres; ruas de fluxo primárias, secundárias, terciárias; ruas comerciais; ramificações que levam às habitações, ao palácio, ao templo, ao quartel, à fortaleza; ruas internas; ruas de serviço, etc.);*

2) circulação e funcionamento dos sistemas de transporte

(exemplos: *local de parada, estacionamento de carros, carroças ou animais; restauração dos animais, estrebarias e tratadores; ferreiros; fretes ou transporte de cargas; balsas; barcos; portos; cais; canais; transporte individual; itinerários praticados, etc.);*

3) objetos arquitetônicos da cidade

(exemplo: *templos; tesouros; palácios; fortalezas; muralhas; porta; torres; fossos; poços; fontes e adução de água;; mercado; portos; obras-de-arte, taludes, paredes de contenção; obras*

públicas; escolas, jardins; hortos; criadouros ou zoológicos; hospitais e socorros; farmácias, drogarias ou apotecas; sanitários públicos; restauração, estalagens e hospedarias; edifícios de administração pública ou coletiva; correios ou comunicação oficial; cartórios e tabeliães; polícia; tribunais, foros; presídios; maternidades, orfanatos e assistência à criança; hospícios; asilos de idosos; cemitérios, crematórios, funerárias, velórios; bibliotecas; abastecimento público de alimentação, lenha e outros insumos; edifícios para "cultura e lazer"; edifícios para esportes; edifícios para uso financeiro, bancos; habitação; parques; escoamento de águas pluviais; esgotos, saneamento; conjuntos de comércio, de negócios; museus, cultos ao passado ou antepassados; centros de reunião; limpeza pública, lixões, áreas para feiras; hipódromos, postos fiscais, controles, alfândegas; portos secos; representações de estrangeiros, guetos, colônias; ligas e associações de comércio; quartéis, regimentos; praças militares; arsenais; casernas; reservatórios, mananciais; margens, várzeas, canalizações; bombeiros ou controles de incêndios; granários, grandes armazéns, depósitos; indústrias; oficinas de artesãos; ocupações irregulares, invasões; sítios; grandes áreas ocupadas por equipamentos diversos, etc.);

4) outros elementos da cidade

(exemplos: praças, largos, locais de assembléia; campos (de Marte...); esplanadas; espaços sagrados, públicos, coletivos, privados, restritos, de aparato e representação; espaços para atividades agrícolas, pecuárias, de extração, de comercialização na cidade; "indústria" ou transformação; comércios, serviços diversos (prostituição); Estado e Administração; iniciativa particulares privadas; trabalho escravo, assalariado, voluntário, etc.);

5) regulamentações urbanas

(exemplos - existência ou não de: nome da via; identificação do lote/edificação na via; mão (sentido) de circulação na via; marco (zero) p/ distâncias e numerações; pontos cardeais; sinalização: de trânsito, placas, faixas no solo (regulamentação, advertência, serviços auxiliares, pré-sinalização, sentidos e distâncias, localização); estacionamento; baias, etc.; restrições a determinados veículos em determinadas vias; restrições sonoras; passagens de pedestres; contornos p/ atreessar vias; regulamentações sobre abastecimento de lojas, entrepostos;

entregas; viaturas de enfermos; regras de tráfego, serviço de remoção; serviços para deficientes físicos e visuais; informações públicas para visitantes estrangeiros; controle de animais; carros de aluguel; ruas ou locais de comércio especializados; pedágios; scriptoria de escribas; infra-estrutura; falta de infra-estrutura (calçamento, luz, água, esgoto), etc.);

6) divisões territoriais

(exemplos: lote; gleba; quarteirão; loteamento; praça; área livre; áreas de servidão: dutos, divisão distrital; bairro; chácara; colônia; conjunto; fazenda; morro; monte; ribeirão; sítio; vila; granja;; parque; tecido urbano disperso; sub-urbanização; loteamentos incompletamente ocupados; terrenos baldios; vazios urbanos; córregos; tecidos urbanos regulares em parte; padrões geométricos, desenhos; zonas ou distritos industriais; várzeas, terrenos de difícil ocupação regular; desenhos de vias determinados por topografia ou por ligação de polos, interesses comerciais, etc.);

**2. - As primeiras experiências urbanas
na Antigüidade:
os focos de urbanização da
Suméria, Índia e Egito
e a configuração de seus
ambientes edificados**



Este relevo representando um acampamento militar assírio parece ser a perfeita resposta mesopotâmica ao *niwt* egípcio na abertura do capítulo anterior. Os mesmos elementos comparecem aqui, mas a eles se juntam as torres de ameias sobre as muralhas e a explicitação das atividades cidadinas. Na Mesopotâmia a cidade encontra seu lugar de sinônimo e centro da civilização

2.1 - Quadro da Urbanização na Afreurásia mediterrânea e continental

Neste trabalho assumimos que a varredura extensa é o método de construção necessário a ser aplicado à leitura do processo de urbanização na Antigüidade. Mais do que isso: ele é produtor de sentido para um fenômeno que somente pode ser compreendido se encarado em sua totalidade. A visão em partes, de especialista, impediria a noção do conjunto e de seu sentido dinâmico. Em outros termos, é imprescindível utilizar a longa duração e a larga extensão para conhecer os mecanismos atuando na constituição e uso dos ambientes construídos urbanos.

Nesta perspectiva, iniciamos este estudo delineando os grandes subconjuntos culturais que produziram obras urbanísticas e arquitetônicas relevantes durante a Antigüidade. O caso chinês, conforme já exposto, não se enquadra em nossa definição de zona de urbanização contínua, tendo se dado à parte.

Em nove zonas desenvolveram-se complexos culturais distintos e destacados, correspondendo a grupos lingüísticos diversos. Trata-se dos povos da Antigüidade mais facilmente reconhecidos hoje. Conquanto sirvam como referenciais, de forma alguma constituem os únicos.

1	Sumérios	sécs. XXX a XVIII a.C.
2	Indianos ⁸²	sécs. XXVII a XVII a.C.
3	Egípcios	sécs. XXX a VII a.C.
4	Acádios (babilônios e assírios) ⁸³	sécs. XXIV a VII a.C.
5	Fenícios	sécs. XXVI a II a.C.
6	Cretenses	sécs. XXVIII a XIII a.C.
7	Helenos	sécs. XIII a II a.C.
8	Iranianos ⁸⁴	sécs. VII a.C. a VIII d.C.
9	Romanos	sécs. VIII a.C a VII d.C

Por sua vez estes complexos culturais podem ser reagrupados em quatro grandes zonas, a saber,

- a zona continental de urbanização primigênia do centro da Afreurásia, composta pelo Levante, Anatólia, Mesopotâmia, Planalto Iraniano e as terras altas da Ásia Central;
- a zona do vale do Nilo, costa do Mar Vermelho e Arábia iemenita;
- a zona dos vales dos rios Sindhu e Sarasvati;
- a zona da bacia do Mediterrâneo.

A civilização do Sindhu-Sarasvati tem sua relevância limitada a dois motivos principais:

⁸² Anteriormente conhecidos como harappianos ou Civilização do Vale do rio Indo; o termo mais apropriado atualmente parece ser Cultura do Sindhu-Sarasvati, CSS.

⁸³ Uma forma genérica de referir-se a esse complexo seria o termo "mesopotâmicos". No entanto este não revela o amálgama de povos e línguas que desfilou pela região durante milênios; ao utilizarmos o qualificativo por via da língua dominante, podemos melhor circunscrever o fenômeno.

⁸⁴ As tribos de cavaleiros e pastores nômades indo-europeus que vagavam pelas estepes do centro-norte da Afreurásia foram conhecidas por diversos nomes, de acordo com seu local de assentamento, medos, persas e partas sendo dos mais importantes por terem capitaneado impérios. Todos eles parecem ter mantido contatos de intercâmbio que sugerem uma afinidade ancestral, que abarcaria também citas, sármatas, *yeuh-chi* e a cultura védica.

- 1 seu contato com a Suméria, através das trocas conhecidas como Comércio do Golfo Pérsico;
- 2 ser o ponto final da rota que, partindo do Oriente Próximo, resultou nas culturas do centro da Afreurásia que instituíram a Estrada da Seda.

Por outro lado a civilização egípcia e suas vizinhas de Kush, Axum, Meroe, Hadramaut ou Marib participam de modo peculiar no fenômeno da urbanização antiga. Embora tenham produzido monumentos arquitetônicos de destaque indiscutível, suas cidades não se destacam do mesmo modo.

Assim sendo, a zona continental e a zona da bacia do Mediterrâneo sobressaem-se como os dois principais teatros para se apreciar os movimentos da urbanização na Antigüidade. Não por acaso durante o auge das formas imperiais na Antigüidade cada uma delas apresentava a sua hegemonia, no bipolo mundo romano-helenístico versus mundo mesopotâmico-persa. Em termos práticos, essa divisão permite agregar-lhes outras culturas e estabelecer suas ligações mútuas.

De todo modo, nestas zonas parece ter-se repetido um padrão de formação de cidades-estado, seguida por agrupamento destas em torno de cidades-capitais de pequenas organizações imperiais ou reinos. Em paralelo, algumas destas culturas expandem suas áreas de ocupação através de colonizadores que fundam novas cidades ligadas à cidade-mãe ou metrópole. Por fim, a grande reunião de reinos em torno de um poder central forma o Império propriamente dito. O modelo cidades-estado / reino / império é reiteradamente encontrado por toda a História da Antigüidade, com conseqüências particularmente significativas para a forma urbana, como veremos a seguir.

A Suméria e a Grécia fornecem exemplos particularmente paradigmáticos de organização de rede de cidades-estado. A Mesopotâmia acadiana de Sargão I conta como modelo de império formado pela relação de cidades-estado subordinadas à cidade capital. Fenícios e Gregos demonstram o movimento colonizador, enquanto que Roma e a sucessão de dinastias iranianas dos Medos, Persas e Partas constituem à perfeição o caso do grande Império.

No que tange ao estudo da História da Urbanização e da Arquitetura, o que é importante é que cada um desses períodos apresenta uma maneira de materializar o quadro de existência de seus integrantes coerente com seu tipo de organização social e política, a despeito das diferentes circunstâncias econômicas, técnicas e expressivas.

2.1.1 - Os modelos ideais: Cidade-Estado e Cidade-Capital

A cidade-estado tem como uma de suas características mais destacadas uma grande obra civil monumental, espécie de orgulho e marca distintiva da coletividade . Normalmente essa obra liga-se ao sagrado, ao *temenos* ou complexo do templo, à morada da divindade do grupo.

A passagem de uma dentre as cidades-estado de uma dada região para o papel de cidade capital, de *caput* ou cabeça, desse conjunto modifica substancialmente sua configuração. No mais das vezes o poder torna-se secular e manifesta-se tanto no palácio do governante quanto em outras edificações vinculadas à potência que fez com que a capital estabelecesse a relação de centralidade. São exemplos as muralhas, torres, portas e demais obras defensivas da cidade, mas por vezes mesmo a largura das vias, seu calçamento, as dimensões e acabamento dos edifícios.

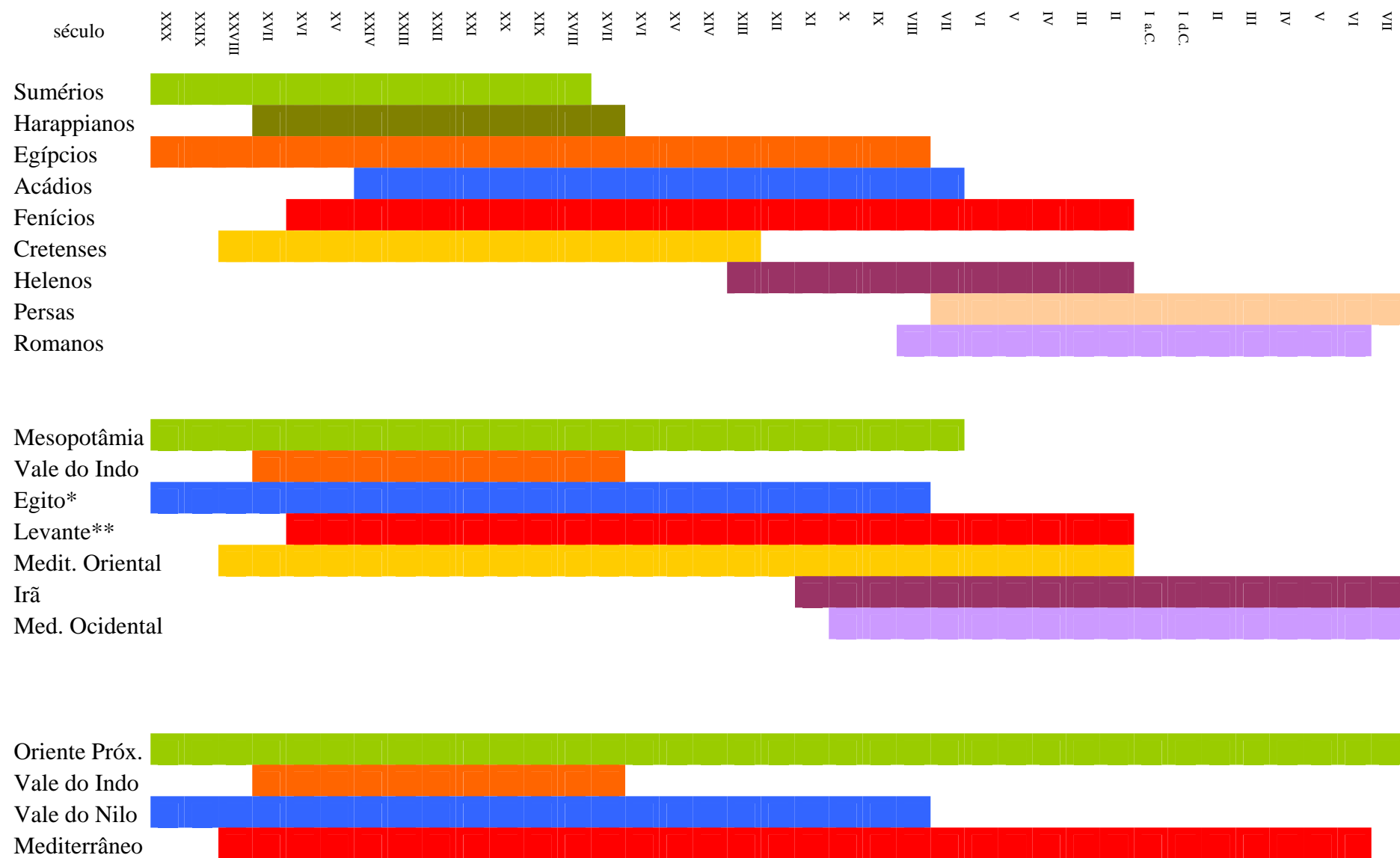
A *Capital*, adjetivo doravante definitivamente transformado em nome próprio, deve apresentar-se de tal modo a inequivocamente ser lida como centro da forma imperial.

Tanto a cidade-estado quanto a forma imperial tendem a se desenvolver em nuvens (*clusters*)⁸⁵, pois o fenômeno urbano nunca existe sozinho, é da natureza do processo de urbanização o funcionamento interligado das cidades. Isso implica uma malha viária ou estruturas portuárias, com todas as obras de arte daí decorrentes, como pontes, taludes, aterros, cais, etc. É lógico supor que um poder central sempre dispõe de maiores meios para construir e manter essas ligações, embora cidades mercantis bem sucedidas também sejam capazes de realizar esse tipo de empreendimentos.

Desta forma, em resumo, quando se trata de uma expansão de cidades-estado livres, estas apresentam-se vinculadas em um sistema em rede, constituindo os nós da malha. Quem a percorrer encontrará cada unidade discreta dotada de fortes marcas distintivas, geralmente ligadas à identidade com a divindade local. A marca desta rede é a diferença. Cada núcleo apresenta seu diferencial.

Porém no que tange à cidade-capital, a sua identidade não está vinculada somente à cidadania de pertinência por laços de sangue ou de cultura lingüística e religiosa. Pertence-se à capital por ser súdito do Império; a cidade tende a ser multicultural, e os espaços públicos tendem a demonstrar esse estado de coisas.

⁸⁵ Cf. KOSTOFF, S.



2.1.2 - A zona continental de urbanização primigênia



O mapa acima ilustra as afirmações feitas até aqui. O recorte sobre as terras da Afreurásia enfoca um trecho que se estende do leste do Mediterrâneo aos vales dos rios Azul e Amarelo, na China, durante o fim do 3º milênio a.C. As linhas contínuas representam rotas de trocas comerciais.

Primeiramente, observamos que o sistema chinês é completamente isolado do sistema a oeste pelo imenso maciço montanhoso dos Himalaias e pelos desertos acima destes.

Em segundo lugar, notamos que as linhas de comércio tendem a se agrupar e confluir para um ponto localizado aproximadamente na Síria. Reúne rotas que acessam o mundo helênico (Creta, Peloponeso, Jônia e Chipre a NW), o Vale do Nilo e a costa do Levante (a SW) e a Mesopotâmia (a SE). Prosseguindo rio abaixo pelos vales do Eufrates e do Tigre, as rotas se dividem em três tramos. A SE, seguem por mar pelo Golfo Pérsico, até alcançar o vale do rio Indo. Ao centro, sobe

pelos montes Zagros e demanda o Planalto Iraniano. A NE, bordejando o Mar Cáspio, busca o alto vale do Indo.

Esse ponto nodal na Síria como que define a zona tradicionalmente conhecida como Oriente Próximo. Criticamos essa noção por considerar que ela incide no discurso do tipo Ocidente-Oriente, criticado em capítulo precedente. No âmbito deste trabalho, parece preferível falar em zona de urbanização primigênia. É nessa zona que se situavam as proto-cidades mais antigas conhecidas, como Jericó, Çatal Höyük e Khirokitia. Também nessa zona surgiram as primeiras cidades, na Baixa Mesopotâmia, justificando o título.

A expressão define portanto o território estratégico na articulação das massas da Afroeurásia, reunindo em sua vizinhança a área do Egeu e seus sistema insular, o Vale do Nilo e a região continental que se estende das costas mediterrâneas ao planalto iraniano, na qual surgiram e desapareceram diversas culturas na Antigüidade. Essa definição geral engloba⁸⁶ um conjunto de grandes subregiões de características paisagísticas mais homogêneas, como a Baixa Mesopotâmia, a Alta Mesopotâmia, o nordeste da Síria junto ao Taurus, o sul do Levante, a Anatólia, as terras altas do Irã para além dos Zagros e os desertos da península da Arábia, cada uma das quais pode ser subdividida em partes ainda menores e de maior coesão.

A relevância do recorte geográfico justifica-se pelos acontecimentos que os estudos até hoje empreendidos têm revelado⁸⁷. Foi ali o primeiro cenário conhecido

⁸⁶ BAHN, Paul, ed. *The Penguin Archaeology Guide*. Londres: Penguin, 2001. pp. 313-6.

⁸⁷ Nos sítios de Ubeidiyeh e de Dmansi foram encontrados vestígios que parecem indicar que foi através da região que o *Homo erectus* passou do continente africano para a Eurásia há mais de 1 milhão de anos atrás; há muitos sítios datados do Paleolítico Médio, alguns com traços de neandertais, em Shanidar e nas cavernas de Monte Carmelo. Nestas últimas e em numerosos outros pontos do Levante houve importantes achados de exemplares de ossadas de *Homo sapiens*, praticamente modernas em termos de anatomia. BAHN, op. cit.

de produção agrícola e de criação de animais⁸⁸. Estes novos arranjos produtivos - chamado por Childe de Revolução do Neolítico⁸⁹ - permitiram aldeamentos de agricultores e, posteriormente, proto-cidades de culturas do Neolítico Acerâmico no Levante, na Anatólia, norte da Mesopotâmia e oeste do Irã. São exemplos Jericó, Ain Ghazal, Abu Hureyra, Çayönü, Asikli, Zawi Chemi, Shanidar, Ali Kosh, Ganj Dareh. Apesar de apresentarem diferenças regionais significativas em cultura material, aparentemente ligavam-se pela troca de obsidiana e de outros bens, até mesmo em longa distância. Por volta de 6.000 a 5.500 a.C. assentamentos agrícolas trabalhando com um mesmo número de espécies de criações e de culturas eram comuns por todo o Oriente Próximo, com exceção dos desertos da Arábia, como atestam Shulaveri-Shomu, Djeitun, Mehrgahr.



As terras altas do "Crescente Fértil", zona a Revolução do Neolítico.

⁸⁸ No sul do Levante acham-se cabanas da cultura Natufiana, datando de cerca de 12.000 anos atrás. Pouco depois também a norte, vêm-se assentamentos nos contrafortes do Taurus e na Anatólia, por exemplo em Hallan Çemi Tepe. Estas populações contavam com abundantes fontes selvagens de alimentos mas também já manipulavam algumas plantas e animais de tal modo que suas ações levaram, por volta de 10.000 anos atrás, à domesticação de certos cereais e legumes, no Levante, e pouco depois, de carneiros, cabritos, porcos e gado, na Anatólia. BAHN, op. cit.

⁸⁹ Op. cit.

2.1.3 - O Caldo Primordial

Esse fato, de extrema relevância para nosso modelo de mecânica da urbanização, parece definir um fenômeno que se comporta de forma análoga à idéia de "caldo primordial"⁹⁰, emprestada da Biologia.

Assim como a vida pode ter se originado a partir de uma sopa de aminoácidos que reuniam as pré-condições para uma mudança qualitativa de estado, a partir de uma "centelha" deflagradora, propomos que, para efeito de compreensão nos estreitos limites de um trabalho de Urbanização e Arquitetura - e não em História, Arqueologia ou Ciências Sociais, que requeririam explicação muito mais pormenorizada - o processo seja descrito como uma sucessão de três etapas:

- em um primeiro momento, uma zona apresenta condições propícias para assentamento, cultivo e criação de animais domesticados; a população organiza-se em aldeias e fazendolas; essa seria a etapa de formação do caldo primordial;
- em um segundo momento, muito provavelmente devido ao incremento da produção, ocorre aumento populacional; alguns dos aldeamentos assumem formas arquitetônicas mais complexas, as proto-cidades; esta seria a etapa de amadurecimento do caldo primordial;

⁹⁰ OPARIN, A. I. químico russo e HALDANE, J. B. S., geneticista inglês, desenvolveram esta teoria independentemente em 1920.

- em um terceiro momento, há como que o acontecimento de uma "massa crítica" que desencadeia uma mudança qualitativa: surgem cidades como uma nova forma de organização social.

A partir do momento em que surge a forma urbana, o esquema parece funcionar por contágio. O esquema abaixo ilustraria a configuração espacial do modelo.



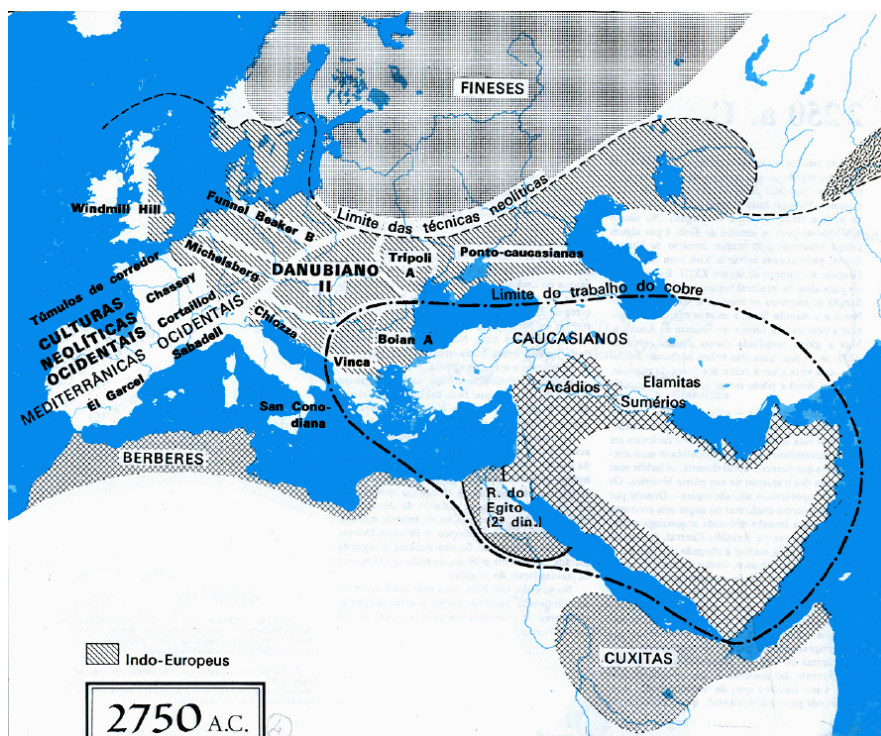
A progressiva expansão da zona central empurra as duas zonas subseqüentes cada vez mais longe. É o que se verificou acontecer no caso Suméria (zona de urbanização primigênia, 1) - Elam/Alta Mesopotâmia/Síria/ /Levante (zona de estágio proto-urbano, 2) - Balcãs / Anatólia / Cáucaso / /Planalto Iraniano (zona de aldeamentos e pastoreio, 3). O mesmo modelo permanece válido se aplicado a outros focos primordiais, como a Cultura do Sindhu-Sarasvati (1) e o Complexo Arqueológico da Bactria e Margiana (BMAC, 2), ou ainda o caso do Egito (1) com a Núbia, Etiópia e Arábia Iemenita (2).

Voltando ao mais antigo caso conhecido de surgimento das cidades, o do sul da Mesopotâmia, o período Uruk (3.800-3.100 a.C.) testemunha o aparecimento de cidades e de sociedades complexas, as Cidades-Estado sumérias, e será tratado em separado mais adiante. A leste, subindo os contrafortes dos Montes Zagros, nas cidades de Susa e Tal i-Malyan (Anshan), por exemplo, dá-se o mesmo na área proto-elamita.



A vida urbana não se propagou até cerca de 2.600 a.C., quando disseminou-se pelo norte da Mesopotâmia (Assíria), pelo norte da Síria, como, por exemplo, a cidade de Ebla, pelo platô iraniano (caso de Shahr i-Sokhta), na área onde mais tarde se definiu a Rota da Seda (o já citado BMAC, onde se encontram as cidades de Namazga, Altyn, Mudigak) e pelos vales do Indo (Sindhu) e do Ghaggar-Hakra (Sarasvati). Na Anatólia, a riqueza dos túmulos em Alaca também representa um movimento na direção de sociedades mais complexas.

Estas regiões estiveram em contato entre si durante o III milênio a.C., trocando materiais valiosos como *lapis lazuli* e bens como vasos de pedra entalhados em um “estilo intercultural” como atesta o comércio do golfo Pérsico.



Posteriormente, o imperialismo dos invasores semitas acadianos sobre a Suméria ou dos próprios sumérios restaurados do período Ur III afetou os contatos políticos.

Já o Levante meridional seguiu uma trajetória independente, com assentamentos desenvolvidos (Ghassul) e importantes avanços metalúrgicos (Mishmar). Contatos com os egípcios, talvez até colonização, foram frequentes durante os primórdios da Idade do Bronze I (3.500-3.100 a.C.), ao que se seguiu o aparecimento de cidades com muralhas nas Idades do Bronze Iniciais II e III (3.100-

2.300 a.C.). A cerâmica conhecida como Khirbet Kerak reflete o movimento de populações das regiões para além do Cáucaso (Transcaucásia) para o Levante.

2.1.4 - A alternativa à expansão do sistema: as invasões

Se o modelo de "caldo primordial", "massa crítica", salto qualitativo e expansões por contágio parece funcionar para explicar o crescimento dos sistemas urbanos, é necessário fazer uma ressalva a respeito de uma ocorrência alternativa frequente: invasões de povos não urbanizados⁹¹.

Estas invasões representam duas alternativas: ou o sistema urbano, normalmente ainda incipiente, não resiste ao impacto e desaparece, ou sofre uma profunda alteração mas consegue absorver os novos elementos como mais um fator de contribuição - por vezes até renovação - civilizatória.

No final do III milênio há uma espécie de crise, ou seja, a vida urbana até então observada sofre uma diminuição em muitas áreas. Mudanças etno-lingüísticas ocorrem, como a tomada do poder em cidades da Mesopotâmia por "bárbaros" semi-nômades como os amorritas⁹² e hurritas⁹³. Populações de cultura do bronze da atual Ásia Central, das regiões da Bactria e da Margiana (BMAC), aparecem no planalto iraniano e nas bordas do atual Paquistão, talvez no quadro de movimentos de tribos indo-européias.

A vida urbana volta a florescer durante a Idade do Bronze Média (2.000-1.600 a.C.) no Levante, com os cananeus, na Anatólia (cidades como Kanesh e Bogazköy), na Síria e no norte da Mesopotâmia (Ebla, Mari e Leilan) e oeste do Irã

⁹¹ Munford ou Braudel

⁹² Os "martu", de quem sumérios e acadianos troçavam por não conhecerem pão, comerem carne crua e não terem casa. Há até uma canção, "O Casamento de Martu" achada no sítio arqueológico da cidade Suméria de Nippur, que se refere pejorativamente ao tema. Não obstante, serão elemento fundamental na constituição do Império Babilônio de Hamurabi. Cf LEICK, G. *Mesopotâmia, a invenção da cidade*. RJ: Imago, 2003. p. 176.

⁹³ Outro povo de fortuna notável: fundaram o Império de Mittani, que dominou os assírios.

(as já citadas Susa e Malyan). O reino mais conhecido deste período é a Babilônia de Hamurabi, assim como as colônias de comércio assírias, tais que Kültepe, na Capadócia - organizadas em *karum*, espécies de ligas de comerciantes portuários, um dos exemplos de sistemas de trocas interligados da época. A Idade do Bronze Tardia (c. 1.600-1.200 a.C.) testemunha rivalidades entre impérios pelo controle da Síria, como o egípcio, o mittani, o hitita e o assírio. Uma convulsão interregional, envolvendo os Povos do Mar⁹⁴, outra onda invasora, marca o fim da Idade do Bronze.

⁹⁴ O termo refere-se a um complicado amálgama de vários grupos populacionais díspares em movimento no leste do mediterrâneo entre os séculos XIII e XII a.C. Entre eles talvez se contassem elementos do Egeu, além de outros ilhéus como os sardos. a eles se acredita atacarem e destruírem cidades como Ugarit, no norte do Levante, e serem contidos pelos egípcios. Seu sucesso mais destacado foi a invasão do sul do Levante, onde entraram em choque com os hebreus - vide a história de Davi e Golias - e estabeleceram uma liga de cidades, a *pentápolis*, e legaram até hoje o nome da região, Palestina, terra dos filisteus

2.1.5 - Desdobramentos do 1º milênio a.C.

Nos primórdios da Idade do Ferro, entre 1.200 e 1.000 a.C., os neo-hititas retiveram o controle de cidades como Carchemish e Halaf, na Anatólia. Os fenícios prolongaram a cultura cananita. Novos povos surgiram em diferentes lugares, como os filisteus e israelitas no sul do Levante, arameus na Síria, frígios na Anatólia. A Babilônia experimentou declínio. No início do séc. X a.C. os assírios estenderam seu controle sobre uma grande parte da zona, criando um império que atingiu seu ponto alto no começo do séc. VII a.C., quando incluía tanto o Elam quanto o Egito. A nordeste o reino de Urartu resistiu com sucesso. A leste do mar Cáspio, junto ao delta do rio Murghab⁹⁵, a cultura Yaz reestabeleceu a vida urbana.

O império neo-babilônico (612-539 a.C.) substituiu os assírios, para ser rapidamente avassalado pelas ondas de medos e persas que geraram o imenso Império Persa Aquemênida (550-330 a.C.), que se estendeu até o Egito. A cultura helenística da *oikoumene* presidiu à ocupação macedônica durante um curto período, declinando durante a era Selêucida⁹⁶.

Sucessivamente povos de fala indo-européia oriental, como os partas - Império Arsácida, de 150 a.C. a 220 d.C., - e novamente os persas - Império Sassânida, de 220 a 640 d.C. - retomaram a atitude imperial e continental, nêmesis do Império Romano e com este competindo pelo domínio do oeste da Mesopotâmia. A decadência do poderio romano e as conquistas muçulmanas do século VII d.C. reposicionaram toda a região quanto a sua elite, mas deram continuidade e impulso a práticas ancestrais das diferentes populações locais.

⁹⁵ Atual Turkmenistão.

⁹⁶ A cidade de Ai Khanum, na Bactria, fundação do séc. IV a.C., é expressiva da combinação de elementos gregos, mesopotâmicos, iranianos e bactrios.



A bacia dos rios Eufrates (W) e Tigre (E) e os afluentes da margem esquerda deste, Grande e Pequeno Zab, Diyala (Assíria), e Karkheh (Elam).

2.1.6 - A Mesopotâmia

Dentro do panorama geral da zona de urbanização primigênia, destaque particular deve ser dado à região da bacia dos rios Tigre e Eufrates, que concentrou quatro formações estatais fundamentais no desenvolvimento da forma urbana: a Suméria, o breve Império Acádio, a Babilônia e a Assíria.

A Mesopotâmia, a rigor "terra entre rios" em grego, é na realidade definida pelas bacias de seus dois formadores principais. A oeste, a drenagem do Eufrates,

que tem como afluentes dignos de nota os rios Khabur e Balik, ambos na margem esquerda e que, como o próprio Eufrates, descem das terras altas do leste da Anatólia e faldas do Cáucaso. A leste, pelo sistema do Tigre e seus tributários Zab, maior e menor, e Diyala, todos descendo da Assíria. Apesar de ambos rios terem suas cabeceiras ao norte, nas montanhas, estas terras altas não são costumeiramente contadas como pertencentes ao recorte geográfico recoberto pelo termo. De fato, a região mesopotâmica divide-se no montante fluvial setentrional, da Assíria até o médio Eufrates na Síria - a Alta Mesopotâmia - onde o plantio vinculado ao ciclo das chuvas é possível, e nas planícies aluvionais meridionais a jusante, Babilônia, Suméria e Acádia - a Baixa Mesopotâmia - em que a irrigação é indispensável para a agricultura. Não obstante, as bacias que irrigam o sudoeste do Irã e a zona dos Zagros, constituída pelo Karkheh, afluente do baixo Tigre, e do Karun, rio que deságua no canal resultante da junção do Tigre e do Eufrates pouco antes do encontro com o Golfo Pérsico, na região de brejos inundados hoje conhecida como Chat el Arab, também pode ser considerada como sendo parte da área mesopotâmica, sobretudo pela presença de sítios antigos como Susa no Elam nas suas margens.

A vida em aldeias do Neolítico Acerâmico surgiu no norte, na zona síria da Mesopotâmia⁹⁷. A partir de cerca de 6.000 a.C. o desenvolvimento de técnicas de irrigação e construção de canais no final do Neolítico Cerâmico permitiu que agricultores colonizassem as partes no centro e no sul⁹⁸. As evidências de cultura material de Ubaid, no sul, suplantam as de Halaf, no norte, por volta de 4.500 a.C⁹⁹.

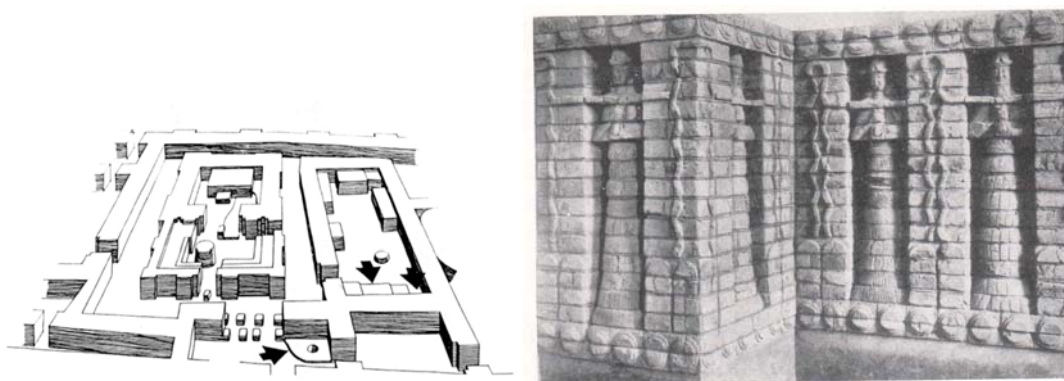
⁹⁷ Por exemplo em Abu Hureyra, e pouco depois também mais a norte, como atestam sítios como Maghzaliya e Qermez Dere, apesar destas últimas áreas ainda terem sido pouco escavadas com relação a esse período.

⁹⁸ Respectivamente as culturas de Samarra e de Ubaid, sem esquecer Choga Mami. O paralelo no norte da Mesopotâmia inclui as culturas de Hassuna e de Halaf.

⁹⁹ No entanto desde o 6º milênio a.C. algumas comunidades do norte, como atesta o sítio Sabi Abyad, registravam suas transações usando selos ou pequenos objetos de argila de formatos geométricos ver os trabalhos de D. Schmandt-Besserat acerca da influência destes no surgimento da escrita.

A partir deste ponto até o domínio assírio, quase três milênios depois, a primazia estava com os moradores da Baixa Mesopotâmia.

Durante o 4º milênio a.C. a cultura de Uruk, no sul, marcou o aparecimento da tradição de civilização da Mesopotâmia, ou seja, de cidades, de escrita cuneiforme, de técnicas administrativas elaboradas, de grandes edifícios públicos - como o templo de Eanna em Uruk - e de complexidade social.



Templo de Eanna, Uruk: perspectiva das fundações e elementos decorativos externos.

Elementos importantes derivados desta cultura surgiram também no Elam, no norte da Mesopotâmia e nas montanhas adjacentes, em um processo hoje conhecido como Expansão de Uruk. A tradição mesopotâmica desenvolveu-se de forma significativa durante o 3º milênio a.C., no período Dinástico Inicial, nas cidades-estado da Suméria. Apesar da zona setentrional ter ficado para trás com relação ao sul, por volta de 2.600 a.C. cidades também surgiram ali, como Assur, Leilan, Taya. Quando os acadianos emergiram como força política no sul, *c.* 2.300 a.C., impuseram-se igualmente sobre o norte (Brak, Ebla). O reino de Ur III (2.050 a.C.) também controlou territórios no norte, apesar de muitas cidades nortistas já haverem então decaído.

A seguir enfocaremos cada período e região de acordo com sua relevância para nosso estudo.

Seguem abaixo dois quadros descrevendo os principais períodos da história mesopotâmica. A cronologia para as diferentes regiões não é evidentemente exata, e a terminologia também pode variar segundo o autor

Períodos Pré-Históricos

Neolítico ¹	c. 10.000 - 6.000 a.C.
Calcolítico	c. 6.000 - 3.000 a.C.
Hassuna	c. 5.500 - 5.000 a.C.
Halaf ² / Ubaid ³	c. 5.000 - 4.000 a.C.
Uruk	c. 4.000 - 3.200 a.C.
Jemdet-Nasr	c. 3.200 - 3.000 a.C.

¹ Neolítico Acerâmico c. 8.500 - 7.000 a.C.

² Alta Mesopotâmia e Síria

³ Baixa Mesopotâmia

Períodos Históricos

Baixa Mesopotâmia

Alta Mesopotâmia

Dinástico Inicial I	c. 3.000 - 2.750 a.C.	
Dinástico Inicial II	c. 2.750 - 2.600 a.C.	
Dinástico Inicial III	c. 2.600 - 2.350 a.C.	
Dinastia Acádia (<i>Sargão I</i>)	c. 2.350 - 2.000 a.C.	
III Dinastia de Ur	c. 2.150 - 2.000 a.C.	
Babilônio Antigo	c. 2.000 - 1.600 a.C.	Período Assírio Antigo c. 1.900 - 1.400 a.C.
	Dinastia Isin-Larsa c. 2.000 - 1.600 a.C.	
	I Dinastia Babilônia (<i>Hammurabi</i>) c. 1.800 - 1.600 a.C.	
Dinastia Cassita	c. 1.600 - 1.155 a.C.	Período Assírio Médio c. 1.400 - 1.050 a.C.
II Dinastia de Isin	c. 1.155 - 1.027 a.C.	
II Dinastia da Terra do Mar	c. 1.026 - 1.006 a.C.	Império Neo-Assírio c. 934 - 610 a.C.
Dinastia de E	c. 979 - 732 a.C.	
Dominação Assíria	c. 732 - 626 a.C.	
Dinastia Neobabilônia (<i>Nabucodonosor</i>)		

c. 626 - 539 a.C.

2.2 - *History begins at Sumer*¹⁰⁰: o primeiro sistema de Cidades-Estado

"[nam]-lugal an-ta èd-dè-a-ba
[eri]du^{ki} nam-lugal-la"

"Quando o reino baixou dos céus,
o reino foi para Eridu."

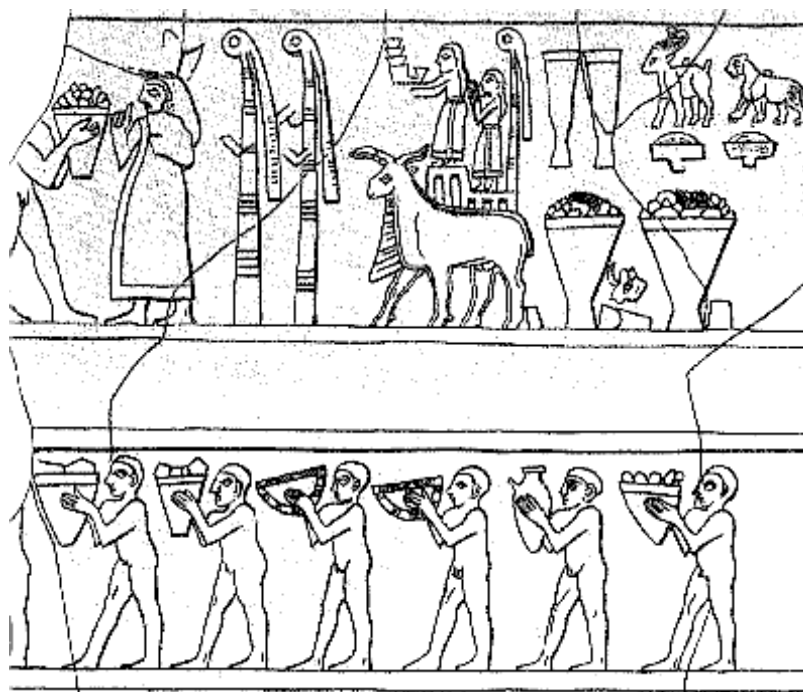
Na cosmologia suméria o paraíso - termo aliás muito posterior, posto que de origem persa e designando jardins reais luxuriantes - talvez não se vinculasse a uma noção bucólica e árcaica de natureza aprazível, apesar do termo Éden ser de origem suméria e haver discussões se o "Jardim do Éden" bíblico não seria a área de charcos inundados do extremo sul da Mesopotâmia, não longe da cidade de Eridu. Há fortes evidências que para eles a idéia de local de felicidade além da morte - o *Dilmun* - fosse uma cidade¹⁰¹. Esse fato já é bastante significativo do lugar que a forma urbana ocupava na cultura dos sumérios.

No alvorecer do 3º milênio a.C., no período conhecido como Dinástico Inicial I, o sistema das Cidades-Estado sumérias, funcionando em rede, já está plenamente implantado. Isso graças aos sucessos da 2ª metade do 4º milênio, na mesma região, nos períodos conhecidos como Uruk (4.000-3.200 a.C.) e Jemdet Nasr (3.200-3000 a.C.). Após a preparação proto-urbana a norte, a efetivação da conquista da planície de aluvião, fértil desde que irrigada e trabalhada convenientemente, produz um

¹⁰⁰ Referência ao célebre trabalho do sumeriólogo Samuel Noah Kramer, *History begins at Sumer*. Londres: Thames & Hudson, 1958.

¹⁰¹ Cf. LEICK, op. cit, p. 24.

excedente de tal ordem que a riqueza pode ser canalizada para atividades diferentes do trabalho de sobrevivência. Esse constitui um fundamento recorrente em diversas teorias que explicam o sucesso do caso sumério, ilustrado na procissão representada no vaso encontrado em Uruk (c. 3.000 a.C.), cujo desenho se reproduz abaixo.



Nele observamos uma abundância de bens, talvez oferendas, talvez endereçadas à deusa Inanna. Atrás da figura de um bode, vemos uma edificação em forma de pedestal, talvez um templo escalonado. De toda forma, é importante perceber que essa evidência material, somada às demais descobertas arqueológicas a nossa disposição, indica que estamos em um contexto novo, que parece ratificar as propostas de Childe. Max Weber, ao conceber a proposta de que a existência de um assentamento populacional grande e denso é condição *sine qua non* para a existência da cidade, ressalta que

(...) a população ali assentada satisfaz uma parte economicamente essencial de suas necessidades de consumo diário em seu próprio mercado, e em grande parte

*mediante produtos que a população ali assentada ou das terras próximas produz ou obteve de outro modo para sua venda no mercado (...)*¹⁰²

Se a urbanização constitui um processo que pode ser descrito como uma maneira de existir¹⁰³, esta maneira de existir está vinculada à vida urbana e por decorrência, à cidade como sendo um dos artefatos produzidos pela cultura material das diferentes sociedades. De acordo com as características peculiares que cada grupo humano utiliza para configurar seus objetos, a forma construtiva da cidade varia. Em termos comuns ao vocabulário da arquitetura e do urbanismo, as soluções projetuais assumem concepções particulares que materializam razões específicas de seus construtores.

Em termos de interesse para o Urbanismo e a Arquitetura, o caso sumério se destaca por ser aquele em que pela primeira vez essas questões são não só postuladas e enfrentadas mas também resolvidas satisfatoriamente. Praticamente todas as cidades no 2º milênio a.C. seguirão caminhos derivados das soluções sumérias.

Essas soluções giram em torno das características gerais já descritas para a Cidade-Estado, mas também sobre alguns elementos básicos:

- o casario;
- obras ligadas ao templo;
- obras ligadas ao mercado e abastecimento funcional;

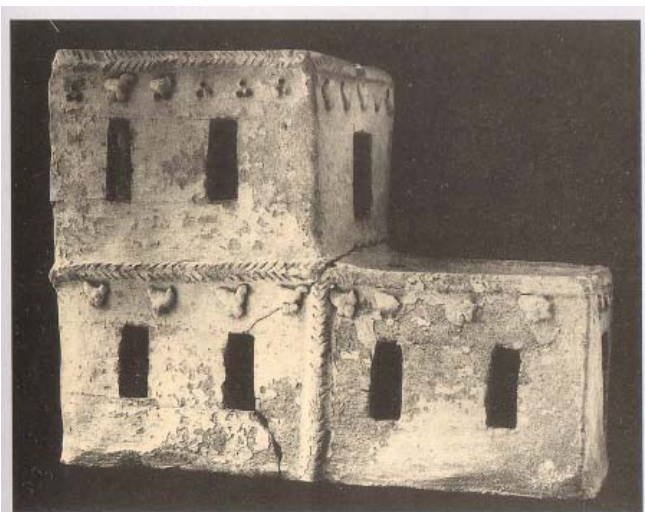
Além destas, duas outras categorias se impõe, as obras públicas (ou de interesse coletivo) de caráter marcadamente funcional, tais como canais, portos,

¹⁰² Apud KOLB, F. *La ciudad en la Antigüedad*. Madri: Gredos, 1992. p. 13.

¹⁰³ procurar referências ou definições no Nestor e na Childe.

fossos, muralhas, torres, portas, vias de circulação, e as obras ligadas ao palácio e à fortaleza, no polo administrativo e militar.

2.2.1 - O casario denso



Hama, Síria, c. 3º milênio a.C.:oferenda votiva de argila em forma de casa. 42 cm.¹⁰⁴

Se há algo na cidade antiga que se assemelhe a nosso conceito de "privado", ou melhor, de acesso e uso restritos a somente algumas pessoas, são as unidades do casario denso, o primeiro elemento constitutivo do conjunto urbano. Algumas de suas propostas construtivas parecem estar na base do repertório arquitetônico posterior, sobretudo o átrio. Aliás, ele parece anteceder a própria cidade, na medida em que parece ter sido concebido no período das proto-cidades. Encontram-se seus exemplares mais antigos em sítios como Jericó, Çatal Höyük, Jarmo e Hacilar, entre outros¹⁰⁵.

¹⁰⁴ ROAF, M. *Mesopotamia*. Madrid: Ed. del Prado, 1996. p. 127.

¹⁰⁵ Situados, respectivamente, no Levante (atual Cisjordânia, primeira ocupação no período Natufiano, c. 10.000 a.C., escavado por Garstang e Keyon), na Anatólia (centro da atual Turquia, c.

Grosso modo há dois partidos arquitetônicos principais envolvidos na solução habitacional desse casario:

- a planta resolvida pela enfiada de alcovas e
- a planta resolvida pela distribuição em torno de um pátio central.

Ambas obtiveram um sucesso tão grande como esquema compositivo que continuaram a ser praticadas durante toda a Antigüidade - tanto continental quanto mediterrânea - e mesmo depois desta, notadamente no mundo islâmico árabe e nos vilarejos do sul da Europa.

2.2.1.1 - A solução em alcovas

Neste tipo de partido a característica mais marcante é a virtual ausência de envasaduras para o exterior, excetuado o vão de entrada - que por vezes se situa no teto. As unidades tomadas isoladamente têm por volta de 25 m², e suas plantas tendem à forma quadrangular. O mesmo vale para seus cômodos. As paredes têm prumo vertical e os tetos são planos, estruturados em madeira ou ramagens.

À guisa de exemplificação, é interessante observar as descrições da James Mellaart para Çatal Höyük.

Çatal Hüyük

O sítio neolítico de Çatal Hüyük (“monte da forquilha”) foi descoberto em fins de 1950 e escavado por James Mellaart em quatro fases entre 1961 e 1965.

6.500-5.600 a.C., escavado por Mellaart), nas encostas dos Zagros (NE do Iraque, c. 7º milênio a.C., escavado por Braidwood) e no flanco norte dos Taurus (sul da Turquia, c. 5.600-4.500 a.C., também escavado por Mellaart).

Tornou-se rapidamente famoso internacionalmente devido a sua grande extensão e densidade ocupacional, bem como às espetaculares pinturas parietais e relevos murais descobertos no interior das casas¹⁰⁶. Estas não possuíam portas para o exterior e eram acessadas através de escadas a partir do teto, e os habitantes enterravam seus mortos sob o piso.

Uma das últimas casas a serem construídas na parte norte - o Edifício 1 - foi inumada em 95-98. Sob ela havia uma edificação neolítica mais antiga, o Edifício 5. As paredes, pisos e instalações (como áreas com piso alteado, recipientes de armazenagem escavados no solo, nichos e fornos) são tudo o que restou do Edifício 5 depois que seus moradores o demoliram para construir o Edifício 1.

A escavação deste edifício teve lugar em 1998. Consiste de uma sala principal com quatro salas menores próxima a ela, dois a leste e dois a oeste. Não havia porta para o exterior, em vez disso a entrada se fazia por via de uma escada no teto. Sob a escada existia o forno principal do cômodo, instalado na parede sul. Em torno, áreas de piso elevado de reboco, a que os arqueólogos se referem como plataformas. Algumas destas eram provavelmente recobertas com esteiras trançadas de palha que as mantinham muito limpas. Troncos de madeira embutidos dentro das paredes suportavam o teto acima. Estes eram removidos quando a casa era demolida, deixando somente as marcas no reboco da parede e buracos no piso onde se encaixavam.

Duas portas baixas levavam do cômodo principal aos dois quartos a leste. Aquele mais a norte dos dois tinha um pilar de tijolos de adobe e um baixo banco contra a parede norte, e o quarto sul tinha duas pias rasas, provavelmente para a

¹⁰⁶ Muitos objetos da vida diária foram achados. Alguns eram decorativos, como as excepcionais “adagas” de sílex com empunhaduras decorativas de osso, as figuras de argila ou pedra, representando pessoas ou animais. Outros objetos utilitários incluem bolas de obsidiana, sílex, cerâmica, osso trabalhado ou argila.

preparação de alimentos. Uma fina parede de reboco suportada por um pilar de tijolos de adobe separava estes dois quartos.

Outra porta baixa conduzia aos quartos a oeste. O primeiro deles continha seis recipientes de armazenagem escavados no solo. Originalmente, estes teriam tampas arredondadas e pequenos orifícios em sua frente. Grãos, ervilhas, lentilhas e outros produtos alimentícios seriam neles estocados. Quando da escavação, esses recipientes continham traços de cestas de palha trançada datando do neolítico. Ainda outra porta baixa permitia o acesso deste quarto àquele mais a norte, que se apresentava vazio e sem uso.

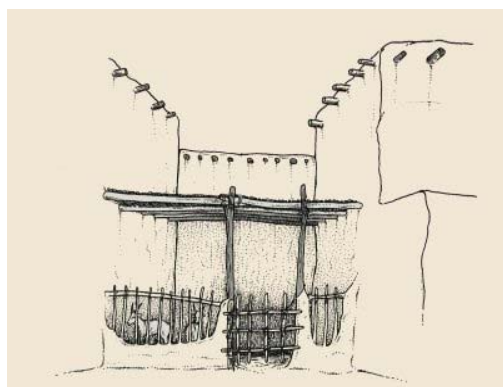
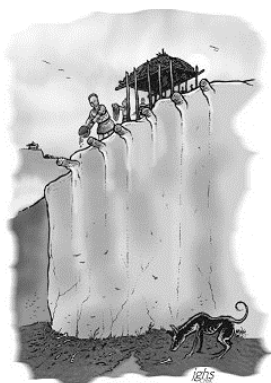




Çatal Höyük: edifício 5

O casario de Çatal Hüyük

As casas neolíticas em Çatal Hüyük eram construídas de modo denso e contínuo. Havia poucos espaços entre elas, e quando existiam, parecem ter sido usados como área de lixo doméstico da comunidade - uma espécie de sambaquis. Restos de alimentos como ossos de animais e talos de plantas, cacos de cerâmica e objetos quebrados eram jogados aqui. Alguns dos espaços demonstram evidências de terem sido usados como cercadinhos para animais como cabras e ovelhas. Atividades como escavar a terra para obter material de construção ou descascar cereais se davam na borda do assentamento. Por isso também havia depósitos de dejetos ainda maiores aqui, próximos aos pântanos que rodeavam o sítio.

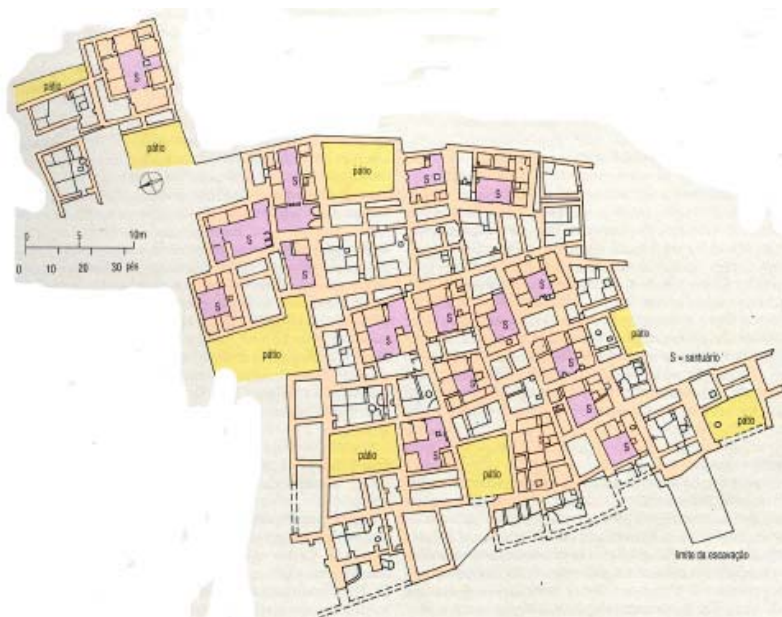


Os raros espaços entre as casas serviam como lixeiras ou cercados para animais.

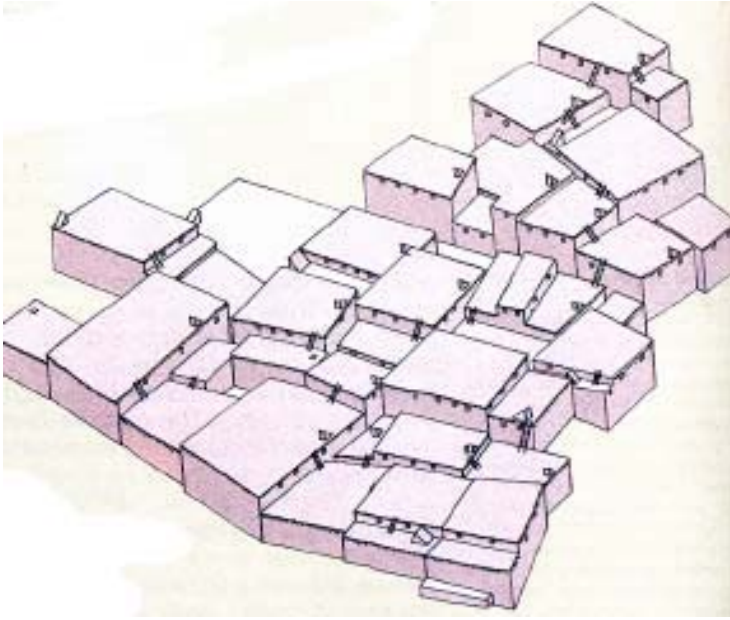
A técnica construtiva era o tijolo cru de adobe com uma argamassa de cal ou argila. Os tetos eram planos, sustentados por troncos recobertos por grossa camada de argila. As teorias em voga sugerem que algumas das tarefas diárias como cozinhar eram feitas tanto aí quanto dentro das casas.

Internamente, os edifícios devem ter sido escuros e esfumaçados, uma vez que não há evidências de janelas. Sem elas, o único caminho para para a exaustão de fornos ou lareiras era a passagem da escada do teto. Toda a parte interna era

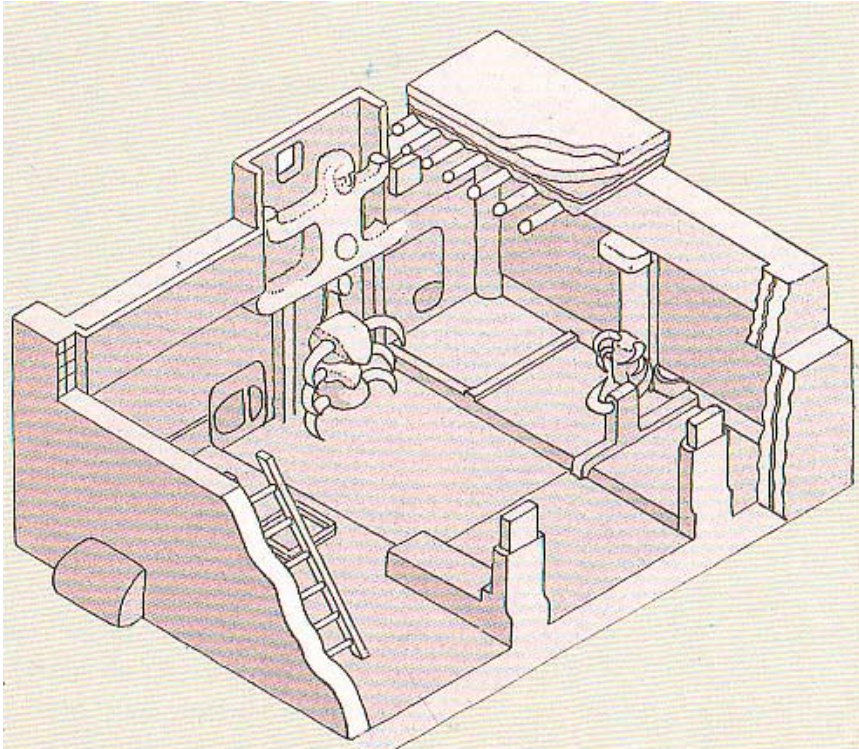
recoberta com reboco aplicado em duas demãos - uma camada grossa e outra magra - possivelmente uma ou mais vezes por ano, e foram encontradas até 120 camadas em algumas paredes. Muitas vezes pintava-se o interior de vermelho e negro, variando de superfícies lisas a decorações geométricas elaboradas e cenas com pessoas ou animais. Também havia relevos em forma de leopardos ou touros, incorporando seus ossos e chifres.



Desenho de Mellaart mostra o casario denso em Çatal; notar os pátios e a ausência de ruas.



Casas apinhadas umas às outras partilham as paredes dos vizinhos



Santuário do nível VIa de Çatal

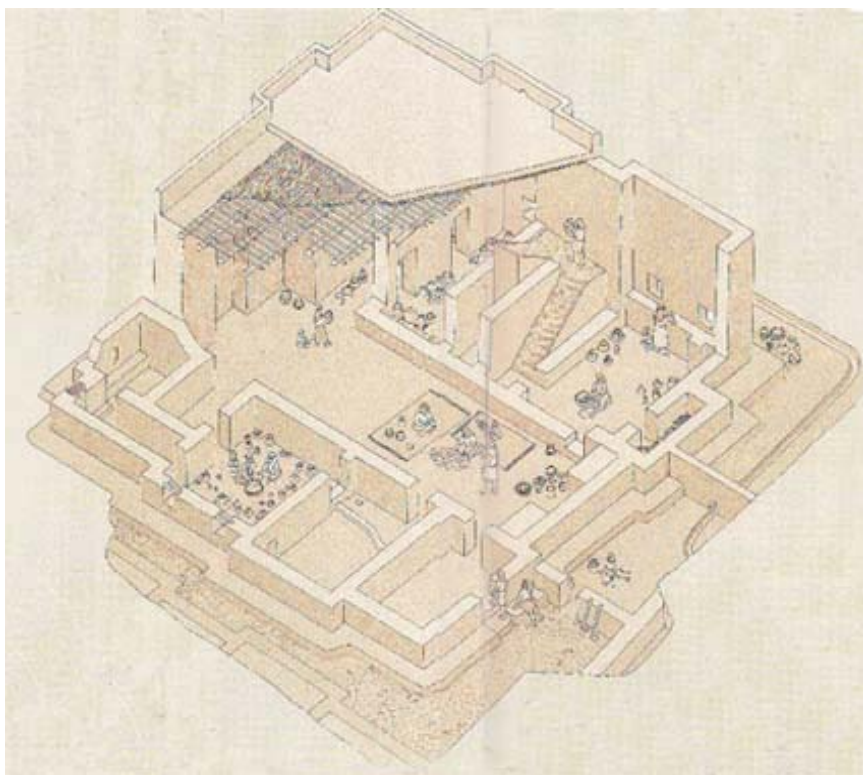
Hacilar

Outro sítio interessante que demonstra a difusão dessas configurações é a protocidade neolítica de Hacilar, perto de Burdur, no sudoeste da Anatólia, no planalto ao norte da cidade de Antalya. Seu *tell* (elevação artificial) foi escavado a partir de 1958 também por James Mellaart. Floresceu entre 5.700 e 2.000 a.C. Juntamente com Jericó e Çattal Hüyük, é um dos mais antigos achados de seu tipo. Muito pouco restou no sítio, onde se acharam objetos de cobre e statuetas policrômicas de terracota, entre as quais são notáveis as representações de deusas de fecundidade.

As casas tinham em média 6 x 10 m e assentavam-se sobre fundações de pedra para proteger-se da lixiviação. Acima dessa cota as paredes eram de tijolos de barro, atingindo a espessura de até um metro. Como o adobe tem um

comportamento térmico de baixa taxa de transferência de calor, permitia um bom controle ambiental: fresco no verão, quente no inverno. Colavam-se umas às outras, economizando a construção de paredes não indispensáveis ao fechamento e aumentando o fator de proteção.

Os complexos de casas tinham em geral um só andar, apesar de vestígios de pedras pertencentes a escadas terem sido descobertos. Portanto, ou os ocupantes - como ainda sóe ocorrer no Oriente Médio - passavam muito tempo nas lajes de cobertura, ou alguns edifícios tinham mais de um pavimento. Além da cobertura plana, o partido construtivo apresentava paredes cobertas de gesso. As casas cercavam um pátio interno, delimitando propriedade e pertinência ao grupo familiar ou clã, como aparece em todo o Crescente Fértil e marcando a antigüidade da solução arquitetônica.



Tell Madhhur, Iraque: casa do final do período Ubaid, demonstrando características similares às de Çatal, mas fora do âmbito da Anatólia, já na Mesopotâmia.

2.2.1.2 - A solução de pátio interno

Se o partido em alcovas parece portanto ter sido o mais comum nas proto-cidades- até o atual estado dos conhecimentos arqueológicos - no caso das formas urbanas sumérias e posteriores a solução mais exitosa parece ser o partido de átrio interno.

A reconstituição isométrica de Tell Madhhur acima demonstra que a planta em jogo da velha constituía uma distribuição de cômodos popularmente utilizada. Uma importante variante é aquela em que o cômodo central assume a forma de um retângulo alongado, espécie de corredor largo, e a partir dele se acessam as alcovas. Estas normalmente são de pequena área; a maior parte das atividades e a circulação ocorrem por meio do "salão" central.

É impossível comprovar se essa planta teve influência no desenvolvimento do partido de pátio interno; no entanto, como arquitetos, sabemos que as soluções espaciais freqüentemente derivam de outras experiências espaciais vividas. A imitação e a adaptação têm um papel nada desprezível na mecânica da invenção arquitetônica.

Não obstante, a semelhança entre as plantas é marcante: se retirarmos o teto do salão central de distribuição do partido de alcovas, quase que imediatamente obtemos o caso do pátio. A diferença pode parecer pequena, mas não o é: para que o pátio possa funcionar é necessário uma solução de proteção das empenas externas dos cômodos circundantes, seja com a ajuda de um beiral em balanço (que implicaria uso de madeiramento de suporte), seja através da introdução de um esquema construtivo similar àquele, muitíssimo posterior, do peristilo. Adicionando apoios singulares nos ângulos do quadrilátero central, pode-se suportar vigas sobre

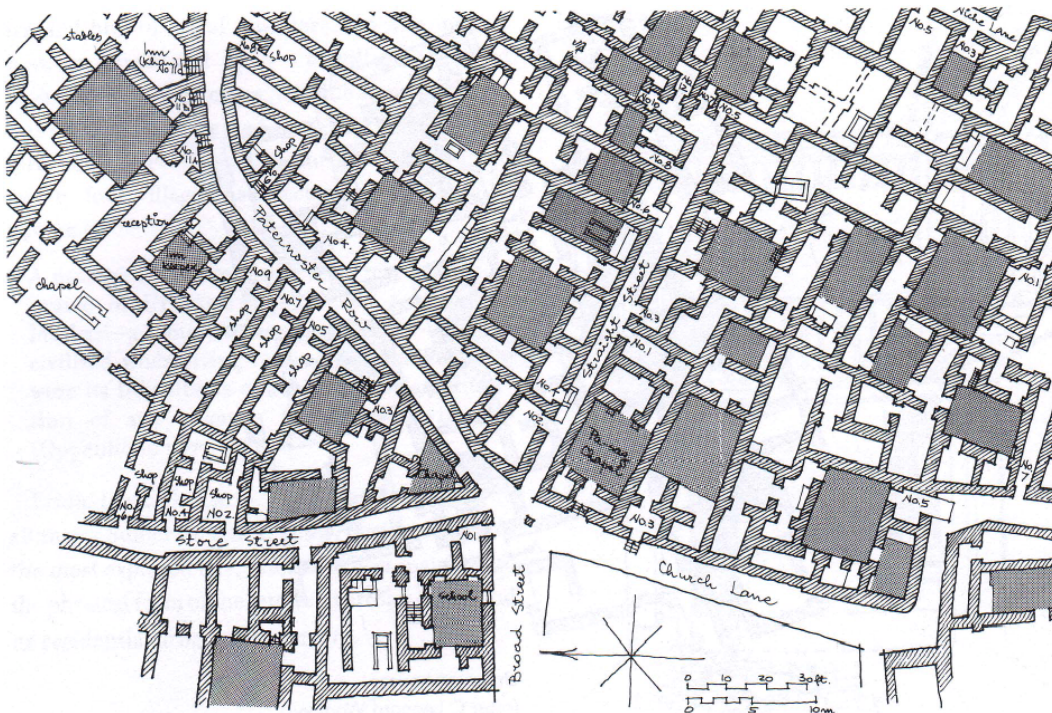
as quais descansarão as projeções do madeiramento da lage do teto, criando um corredor de circulação protegido da ação climática natural e resolvendo o conforto ambiental interno (luminosidade, ventilação, etc.).

Esse elemento é fundamental para a estruturação do argumento central desta tese: o pátio interno, solução muito provavelmente proto-urbana mas que conhece uma fortuna particular na cidade mesopotâmica, está na base de quase todos os elementos arquitetônicos compositivos da paisagem e do tecido urbanos posteriores, seja na linhagem principal da urbanização antiga, seja em sua variante cenográfica mediterrânea. O átrio cercado por colunata, se expandido, pode traduzir-se em "praça" urbana, corte palaciana, praça d'armas. A diferença de escala pode ser extremamente significativa em termos de contexto de produção e representação social; porém, como composição arquitetônica e urbanística, representa apenas a proposição de um mesmo arranjo com dimensões diferentes.

Assim sendo, observamos que nas cidades sumérias no final do 4º milênio, na véspera do período Dinástico Inicial I, o casario apresenta características comuns que podem ser resumidas da seguinte forma:

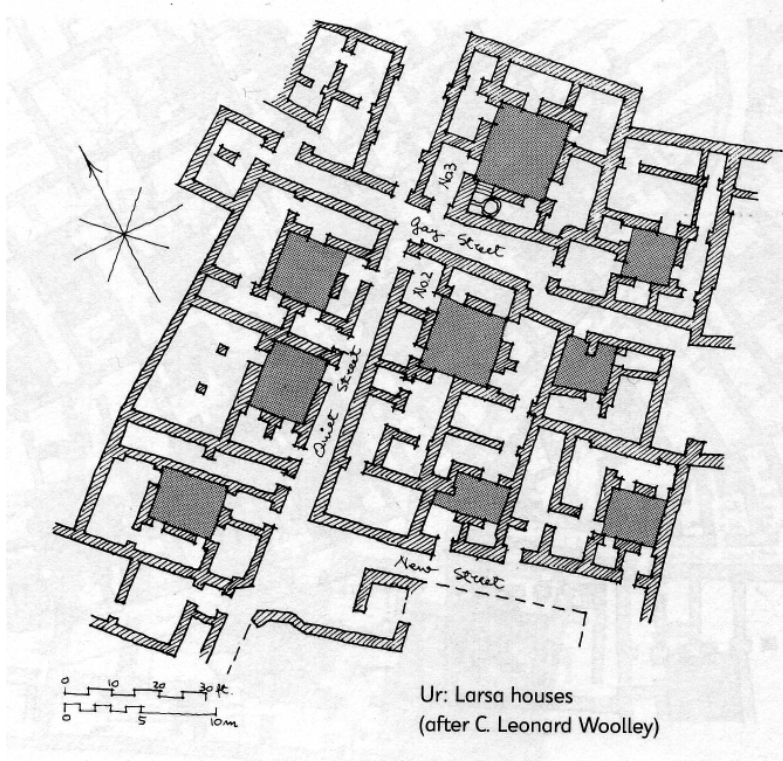
- forma dos espaços de uso restrito representada pelo casario denso, resolvido em dois tipos de partidos: de alcova e de átrio;
- unidades justapostas de maneira a virtualmente haver ausência de lado de fora (parede colada a parede);
- fachadas para as vias de acesso sem sinais particulares, existência de pouquíssimas envasaduras para além da porta de entrada;
- acesso às unidades distintas por meio de via capilar de distribuição, quase como um corredor;

- plantas tendendo à geometria poligonal quadrangular, em "jogo da velha" (paralelismo); majoritariamente um pavimento, e um só nível; pisos: batido, tijolos, palha, pedra em lapas;
- estrutura de massa, de alvenaria de tijolos de adobe, assentada com argila, com paredes a prumo; tetos planos, estruturados em madeira, utilizados como depósito ou dormitório;
- bom conforto térmico, iluminação natural escassa (portas), cômodos muito pequenos (3 ou 4 m²), ventilação (em termos modernos) deficiente, cômodos abafados;
- adução de água em vasilhas; esgotamento de águas servidas igualmente por meio de recipientes portáteis; combustão (de azeite, óleo, madeira) para obter luz e calor;



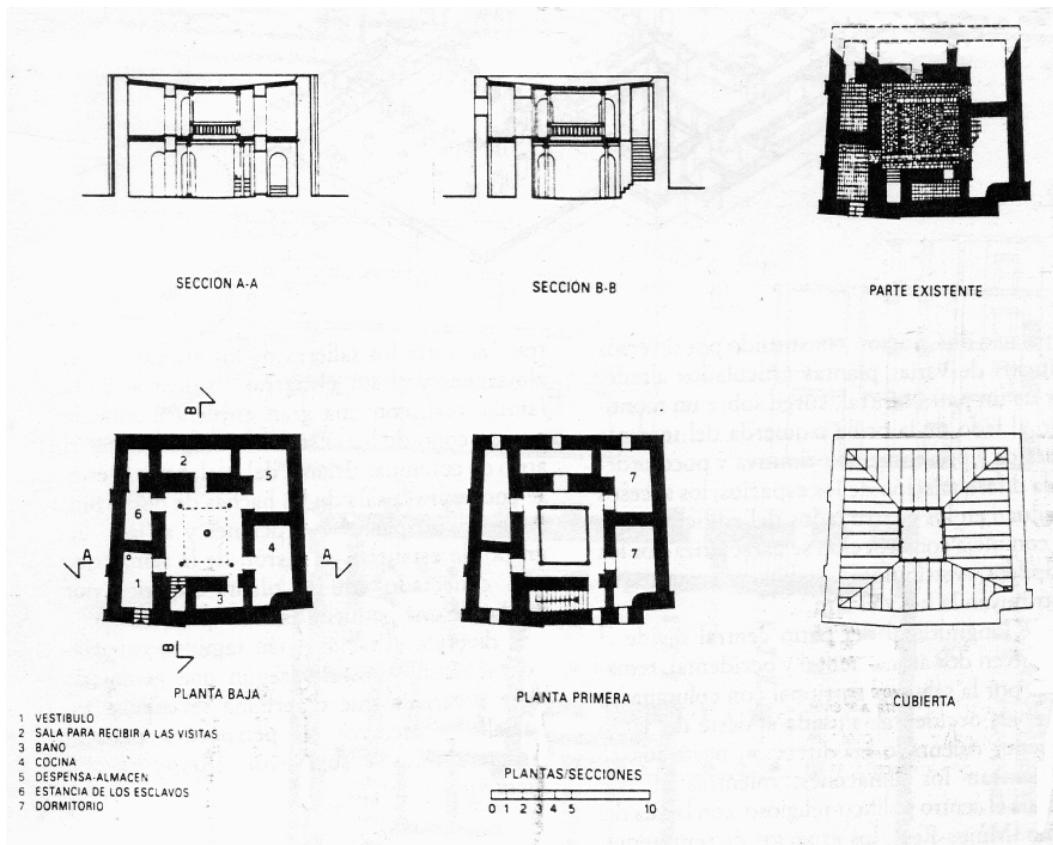
Ur: Eastern residential quarter
(after C. Leonard Woolley)

Ur, Suméria, c. 2.200 a.C.: bairro residencial; pátios achurados. Notar a distribuição complexa das vias de circulação, e a existência de alcovas *enfilade*.

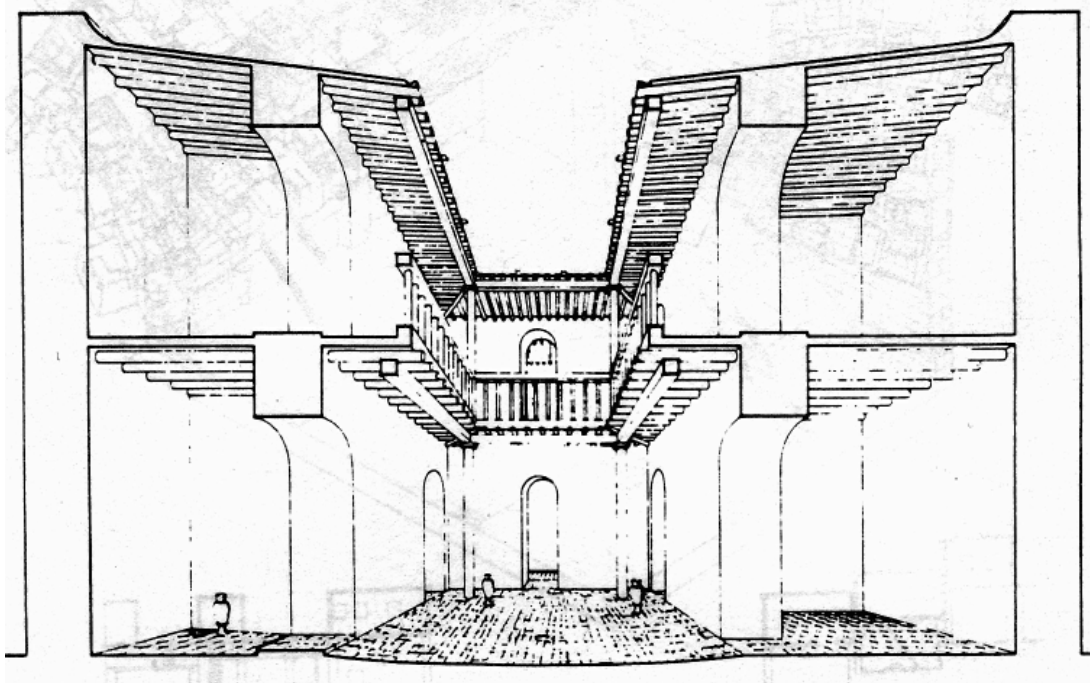


Ur: outro bairro também escavado por Wooley; notar a relativa regularidade das plantas.¹⁰⁷

¹⁰⁷ Imagens dos bairros: SCHOENAUER, Norbert. *6,000 Years of Housing*. New York: Norton, 2000. pp. 103-4.



Ur, sobrado no nº3 da "Gay St.", na parte superior da figura acima; planta paradigmática.

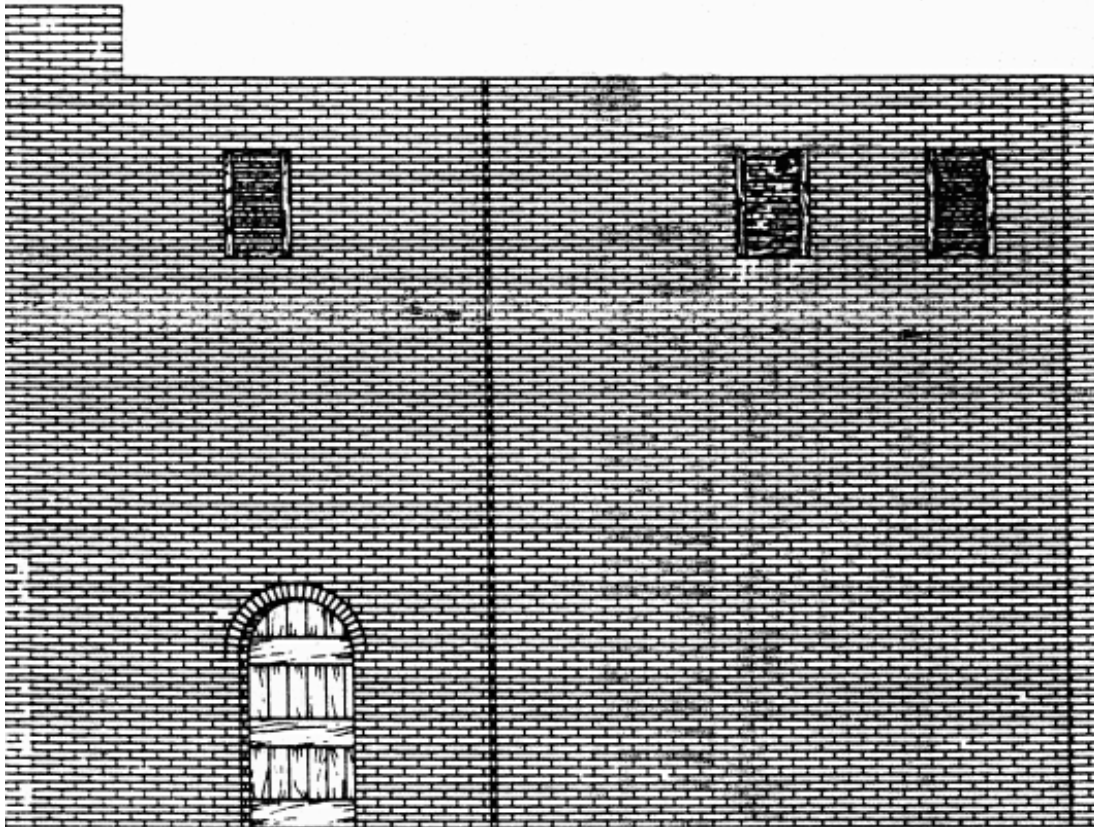


Ur, casa nº 3: acima, corte perspectivo de reconstrução; abaixo, reconstituição da fachada.¹⁰⁸

¹⁰⁸ Imagens da casa nº 3: CORNOLDI, Adriano. *La Arquitectura de la Vivienda Unifamiliar*. Barcelona: Gustavo Gili, 1999. pp. 68-69.

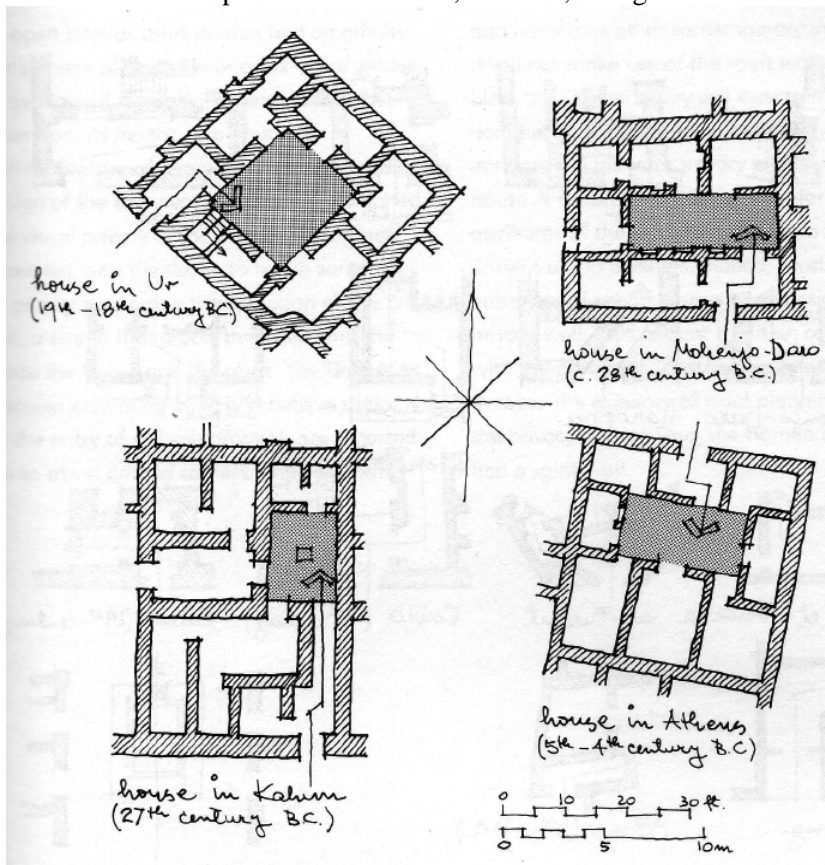
DETALLE DE LA FACHADA PRINCIPAL

0 0,5 1 2,5



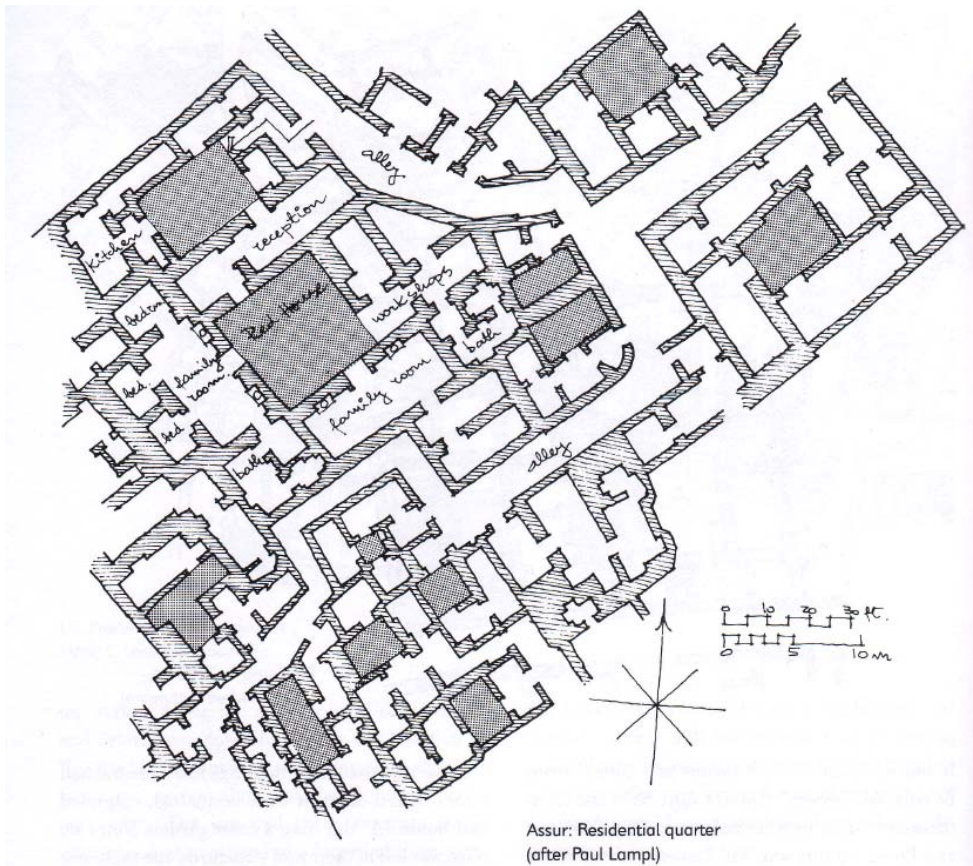
Ur: reconstituição hipotética do pátio interior de casa.¹⁰⁹

Abaixo: o mesmo partido em Suméria, na Índia, no Egito e na Grécia.¹¹⁰



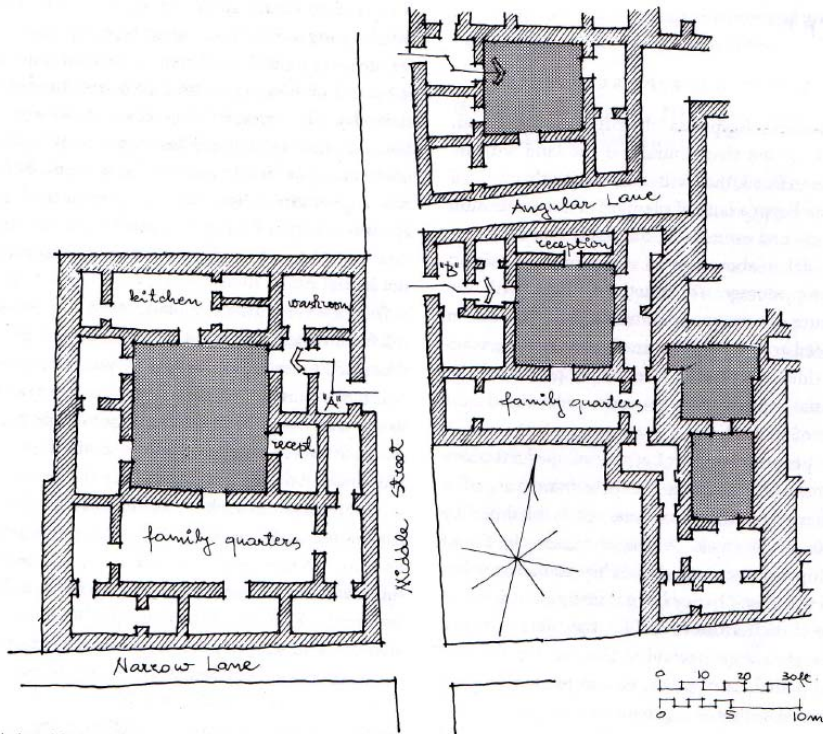
¹⁰⁹ http://www.taisei.co.jp/cg_e/ancient_world/ur/aur.html

¹¹⁰ SCHOENAUER, op. cit.



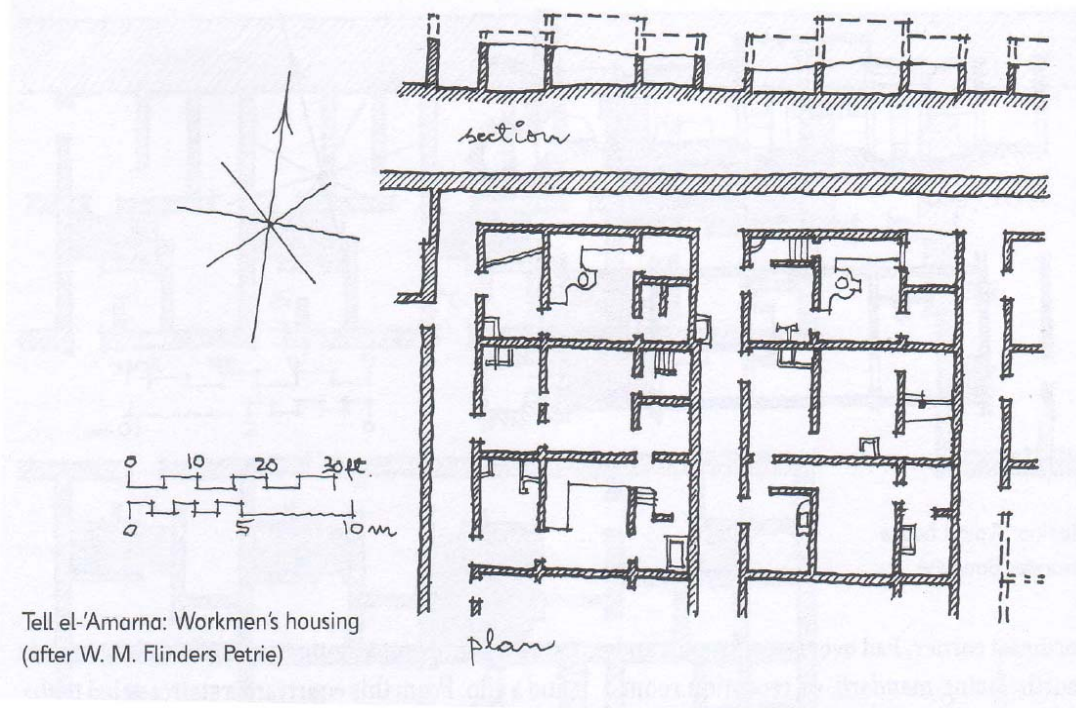
Assur: Residential quarter
(after Paul Lampl)

Tecido urbano de Assur, Assíria: pátios e alcovas. (SCHOENAUER, op. cit., p. 106)



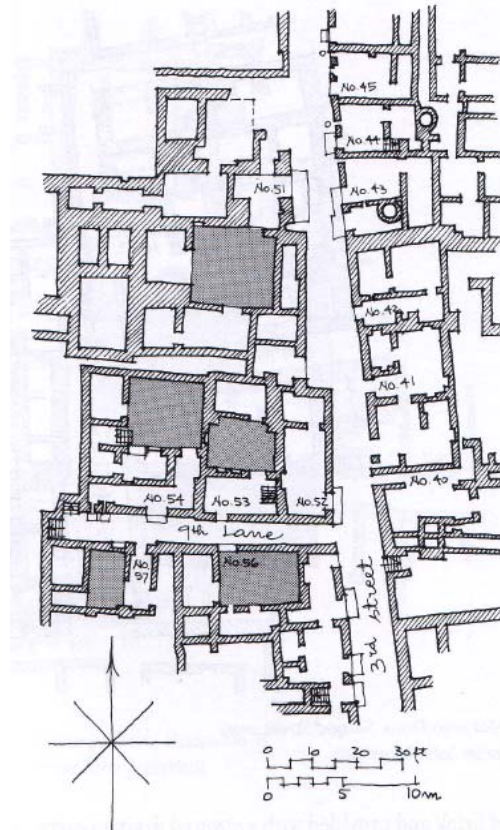
Babylon: Merkes quarter
(after E. Unger)

O mesmo caso na Babilônia. (SCHOENAUER, op. cit., p. 107)



Tell el-Amarna: Workmen's housing
(after W. M. Flinders Petrie)

Regularidade egípcia: Amarna (SCHOENAUER, op. cit., p. 112)



Mohenjo-Daro: Third Street area
(after John Marshall)

Índia, Mohenjo-Daro, cultura de Sindhu-Sarasvati
(SCHOENAUER, op. cit., p. 115)

As duas soluções, a casa em pátio e a casa em alcovas, constituíram uma resposta tão adequada para as demandas do programa da habitação que seu sucesso extrapola em muito o quadro aqui exposto. Com efeito, serão encontradas também na China¹¹¹ e mesmo nas Américas, por via da colonização espanhola que transplantou suas raízes árabes¹¹². Em termos temporais, também resistiram até os dias de hoje, como ilustramos abaixo.

¹¹¹ Para maiores informações sobre a fortuna do partido, veja-se BLASER, Werner. *Atrium - Five thousand years of open courtyards*. Basel: Wepf, 1985. pp. 17, 70-87

¹¹² BLASER, op. cit., pp.122-133.



Kairuan, Tunísia: permanência de uma solução extremamente adequada até hoje.¹¹³

¹¹³ MURRAY, J. *Cultural Atlas of Africa*. Abingdon, (UK): Andromeda, 1984. p. 76-7

2.1 - O espaço sagrado: a cidade e seu templo

No tecido urbano sumério, a relação entre os conceitos que conhecemos como espaços de uso público e espaços de uso privado parece traduzir-se como acesso (e posterior possibilidade de usufruto) coletivo ou restrito. Conforme adverte Delle Donne¹¹⁴, "a organização social em esfera pública e esfera privada [era] desconhecida na idade clássica (...) começa com o desenvolvimento da classe burguesa".

Evidentemente, a própria idéia de cidade já traz em seu bojo o pressuposto da existência de obras "públicas", no sentido latino do termo, "que pertence ao estado, oficial"¹¹⁵. Portanto é de se esperar que sempre ao menos alguns ambientes construídos tenham sido concebidos e realizados com o intuito de prestar-se a um coletivo. Mas, se como afirma Goulart Reis¹¹⁶, é no tecido urbano que se definem as relações entre espaços públicos e privados, cremos que seria na paisagem urbana que se resolvem as questões expressivas da materialidade tridimensional, permitindo aos homens a leitura icônica do que é público e do que não o é. A distinção de liberdade acesso ou restrição se faz pela diferença de concepção e de tratamento das formas construtivas arquitetônicas. O casario, com sua volumetria limitada característica, suas vias de acesso estreitas e suas fachadas pouco expressivas propõe um tipo de possibilidade de ingresso, sem dúvida reforçada pela hostilidade ou hospitalidade de seus moradores. O templo, monumental e vertical, notadamente do

¹¹⁴ DELLE DONNE, Marcella. *Teorias sobre a Cidade*. RJ: Ed. 70, 1990. p.189.

¹¹⁵ GAFFIOT, F. *Dictionnaire Latin Français*. Paris: Hachette, 1995. p. 1273.

¹¹⁶ REIS Fº, N. G. *Notas sobre a Urbanização...* op. cit., pp. 59-67.

templo emblemático de cada cidade, opõe-se à horizontalidade em forma de camada do casario. Ainda: enquanto este é só interior - as casas são coladas umas às outras - o templo é só exterioridade.

Isso porque a função primordial do templo sumério é ser morada da divindade, e da divindade da cidade¹¹⁷. O fato dos edifícios do templo terem nomes, inscritos até mesmo em seus tijolos, pode ser um forte indício de uma relação de personificação e relação afetiva entre os moradores-fiéis e sua construção.

Sendo morada divina, a relação sagrada exige mistério para funcionar pregnantemente. Daí seu interior ser quase sempre proibido, e a *cella* ser de frequência exclusiva dos mediadores entre o numinoso e o terreno. Seu interior, se é que havia algum, era o terreno da imaginação, do maravilhoso e do temor - exterioridade absoluta¹¹⁸ do marco arquitetônico.

Mas, contraditoriamente, a visão do exterior do templo é quase que obrigatória. Por sua massa, altura, volume, impõe-se na paisagem para ser visto de longe e por toda parte, entrepercebido das vielas do casario. Sua imagem é pública, coletiva, polariza e organiza o espaço urbano indiferenciado do casario denso.

Portanto, oposição e complementaridade: o casario, de interioridade máxima, é privado e restrito a seus moradores; o templo, de exterioridade máxima, é público

¹¹⁷ Em Eridu, Abzu, templo de Enki; em Ur, E-Nunmah, templo de Nanna; em Uruk, Eanna, templo de Inanna; em Lagash, E-Ninnu, templo de Ningirsu; em Nippur, Ekur, templo de Enlil; em Shuruppak, templo de Ninlil; em Marad, templo de Ninurta; em Kish, templo de Ninhursag; em Sippar, templo de Utu.

¹¹⁸ A noção de exterioridade máxima do monumento, especialmente do templo, não é inédita. Na Antigüidade, vemos o mesmo ocorrer nos templos gregos, que orientam o culto com sua presença na paisagem, organizando o entorno. As *stupas* budistas desempenham esse mesmo papel. O caso de Borobodur, em Java, é paradigmático. Cf. LUNDQUIST, J. M. *The Temple*. Londres: Thames & Hudson, 1993. pp. 38, 40-1.

na medida em que sua imagem pertence à cidade e por fim se torna a cidade se passar a simbolizá-la¹¹⁹.

No caso sumério, o templo desenvolveu-se para tornar-se um arquétipo do monumento, um marco, como se fosse uma montanha. Para poder ser visto não só de praticamente qualquer ponto da cidade, mas também a grande distância dela, era erigido em terraços progressivamente menores como solução para suplanta-se em altura (e volume) a todo o resto, em tridimensionalidade de pura arquitetura, imprimindo singularidade à pertinência daquela população àquela cidade. Em sua expressão madura, o templo em terraços assumirá a forma de zigurate, curiosamente assemelhado -embora substancialmente diferente - às pirâmides egípcias¹²⁰.



Ur, atual Iraque: o grande zigurate Etemenanki e as escavações do casario. c. 2.100 a.C

¹¹⁹ Tome-se o caso da torre da Babilônia, o zigurate Etemenanki, transformado em ícone bíblico como "torre de Babel".

¹²⁰ Nunca é demais salientar que as pirâmides eram marcos tumulares, não templos. Além disso, não se inseriam na cidade, mas sim na paisagem não-urbana da necrópole. Por fim, sua ligação não era com o culto da divindade atemporal, mas sim celebrava um deus-rei vivo.

Outro espaço distinto, mas correlato ao templo, era o *temenos*, isto é, o recinto sagrado. O *temenos*¹²¹ era cercado por muros e de acesso bastante limitado. Nas cidades sumérias costumava ficar no centro do conjunto amuralhado, mergulhado no meio do casario. As partes destinadas à habitação e trabalho dos seus sacerdotes apresentam soluções semelhantes àquelas empregadas pelo casario e o palácio. Em seu interior ficava a edificação realmente particular, o templo dedicado à divindade da cidade.

A forma plena do templo, seu apogeu, o zigurate, será objeto de capítulo a parte, mais adiante, quando já tivermos tratado de outras formas de urbanização na Mesopotâmia e pudermos trabalhar sua visão de conjunto.

¹²¹ O termo grego significa uma porção de território cercado, um apartado reservado aos chefes ou aos deuses; aplicava-se também a bosques ou campos sagrados. Sua etimologia liga-se ao verbo *temno*, cortar (tomo, em português). Cf. BAILLY, op. cit.

2.2.3 - Outros elementos da forma urbana

Em Uruk [Gilgamesh] construiu muralhas, uma grande fortaleza e o bendito templo de Eanna, para Anu, o deus do firmamento, e para Ishtar, a deusa do amor. Olha para ele ainda hoje, onde a cornija corre, brilha com o resplendor do cobre; e a muralha interior não tem igual. Toca no seu limiar, que é antigo. Aproxima-te de Eanna, a morada de Ishtar, nossa senhora do amor e da guerra; nenhum rei recente, nenhum homem vivo pode construir outro assim. Sobe à muralha de Uruk; percorre-a, digo-te eu; olha o terraço das fundações e examina a alvenaria: vê como é de tijolo cozido e bom. Os sete sábios assentaram as fundações.¹²²

Se a cidade suméria, por sua extrema correlação entre culto à divindade e pertinência ao corpo social da localidade, já foi chamada de "cidade-templo"¹²³, o mesmo não se dava necessariamente com relação ao poder secular. Na Baixa Mesopotâmia a idéia de sagrado presidia o urbano, diferentemente de outras regiões vizinhas. Muito provavelmente no 4º milênio a.C., nos períodos Uruk e Jemdet-Nasr, e em boa parte da primeira metade do 3º milênio a.C., nos períodos Dinásticos Iniciais, a importância dos sacerdotes sobre os destinos da coletividade eram maiores que a das suas contrapartes administrativas e militares laicas. Mas como

¹²² GILGAMESH, *Rei de Uruk*. São Paulo: Ars Poetica, 1992. p. 18.

¹²³ Cf. MÜLLER, W.; VOGEL, G. *Atlante di Architettura*. Milão: Hoepli, 1992. p. 75.

ilustra o trecho da Epopéia de Gilgamesh acima, isso foi se modificando até o pleno domínio real em Ur III.

Talvez isso explique porque o palácio muitas vezes ficava na periferia da cidade, junto à muralha e por vezes integrado a ela. Sua incorporação à cidade dataria de um momento posterior. Reis e dirigentes apunham-se à cidade, não necessariamente se impunham. Na Assíria esse costume tomou forma definitiva, passando a ser traço característico do desenho urbano da Alta Mesopotâmia. O palácio costumava ser uma versão quantitativamente maior da disposição da casa de pátio, com exceção dos afastamentos a seu redor. No entanto, possuía maior número de pátios que qualquer casa, justaposição, em planta, de ambientes de planta quadrangular e apresentava, ocasionalmente, tratamento das empenas externas.

As demais obras de uso público eram a muralha, para a defesa da coletividade; os fossos; as portas da cidade ao longo da muralha; as pontes; os canais; as fontes e formas de adução de água; os sistemas de escoamento de água servida. Casas desmoronadas serviam de material de aterro no mesmo local. Quanto às vias, destacavam-se uma ou duas principais, sendo as restantes de natureza capilar. Eventuais largos¹²⁴ ocorriam esporadicamente e abrigavam alguma prática de comércio equivalente a um mercado ou produção artesanal em maior escala. Podiam também ser usados como praça d'armas, em geral do lado externo da muralha.

Mieroop¹²⁵ propõe um interessante exercício de simulação ao imaginar como seriam as transformações na paisagem observadas por um viajante que se aproximasse de um núcleo urbano sumério. Chegando de barco ou pela estrada, dois

¹²⁴ Cumpre notar que conceito português e brasileiro é mais abrangente do que aquele de praça; enquanto este pressupõe uma forma urbana, talvez projetada e elementar, largo é ocorrência urbana, portanto refletindo a complexidade da dinâmica da urbanização.

¹²⁵ Op. cit., pp. 63-94.

signos marcariam a presença da cidade: um maior número de campos cultivados e a figura do topo do zigurate ao longe. Se a chegada fosse fluvial, o porto seria o primeiro elemento, muitas vezes destacado do resto da cidade. Por terra, o elemento distintivo seguinte seriam os jardins, pomares e hortas, irrigados por muitos canais. Havia até mesmo bolsões verdes dentro das muralhas, em continuação deste padrão suburbano.

A fertilidade característica do entorno da cidade não é surpresa. A planície de aluvião preparada pela execução de canais de regadio por gravidade e barragens proporcionava justamente o excedente produtivo suficiente para o salto qualitativo que constitui a cidade. Sacerdotes, príncipes, escribas, funcionários palacianos, uma miríade de artesãos, soldados profissionais e trabalhadores diversos derivavam do fato de terem sido retirados da tarefa primária da economia de subsistência e adquirirem preeminência¹²⁶.

Após este "cinturão verde", começavam a surgir habitações ainda fora dos muros. Tell Taya, um sítio arqueológico assírio, apresenta diversas "camadas" de ocupação; uma cidadela central de 50 m de diâmetro, uma pequena cidade murada em torno desta, de 5 ha, por sua vez imersa em 65 ha de ocupação densa, cercados por 90 ha de ocupação mais dispersa. Além de casas, nesta zona rarefeita havia alguns grandes edifícios oficiais e as instalações das indústrias artesanais que requeriam espaço (*e.g.* olarias, moinhos, ceramistas) ou cujo ofício podia produzir odores desagradáveis (*e.g.* tanoeiros). Foram localizadas também grandes casas de famílias importantes (Nuzi, Assíria).

Chegando ao núcleo da cidade, o traço mais conspícuo seria sua altura. O costume mesopotâmico de construir sobre o entulho das edificações precedentes tem

¹²⁶ CHILDE, Vere Gordon. "The Urban Revolution" in LeGATES, R. & STOUT, F., *The City Reader*, Londres e Nova Iorque, Routledge, 1996, p. 23.

como resultado a criação de um cômoro, *tell* em árabe, *höyük* em turco, *tepe* em farsi. As cidades atuais de Arbil (antiga Arbela), no Iraque, e Aleppo, na Síria, chegam hoje a ter cidadelas 30 m acima da cota do restante do novo tecido urbano. Xenofonte narrou que os camponeses da área no entorno de Kalhu (Nimrud, Assíria) refugiaram-se no topo das ruínas do zigurate quando suas tropas passaram.

O segundo traço notável seriam as muralhas. No épico de Gilgamesh, é recorrente o epíteto "Uruk, a de fortes muralhas"¹²⁷. Juntamente com estas, compunham o aparato defensivo os fossos, as torretas e as portas. Com frequência o espaço entre muros e fosso era ocupado pelo exército defensor. Quanto às portas, não se sabe se todas eram usadas todo o tempo.

Uma vez *intra muros*, destacavam-se os palácios e templos, conforme já demonstramos. O casario, por sua vez, dividia-se em bairros separados por canais, comuns na Baixa Mesopotâmia. Havia algumas ruas largas, normalmente conduzindo da porta nos muros ao templo¹²⁸. Algumas ruas tinham nomes, como "Reze e ele o ouvirá"¹²⁹. Havia alguns largos, porém os vazios urbanos na Suméria parecem ter sido raros. Lojas e pequenas manufaturas misturavam-se ao casario.

¹²⁷ GILGAMESH, op. cit, pp. 25, 59.

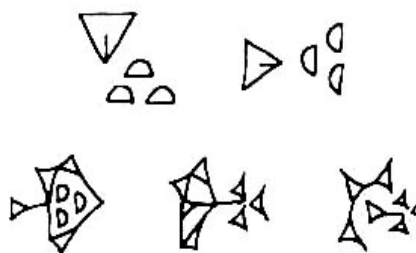
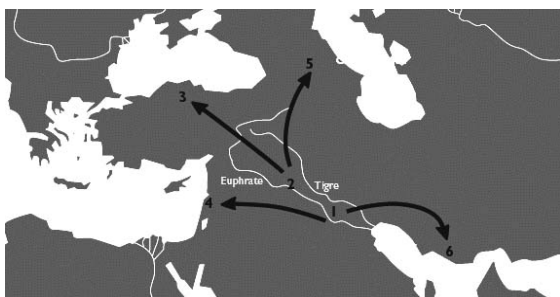
¹²⁸ GILGAMESH, op. cit, p27, "Uruk, a cidade de grandes ruas".

¹²⁹ MIEROOP, op. cit, p. 79.

2.2.4 - Os casos

As escavações arqueológicas na Mesopotâmia revelaram as diferentes cidades sumérias somente em finais do século XIX e início do XX. Até então, o que se sabia do passado da região provinha de fontes gregas e bíblicas sobre assírios e babilônios. O próprio nome "Suméria" havia desaparecido no tempo¹³⁰; os gregos clássicos do IV séc. a.C. ou seus sucessores helenísticos jamais ouviram falar deles.

Foi graças às descobertas de imensos arquivos de tabuletas de argila cobertas com sinais cuneiformes que sua história voltou a ser conhecida. A decifração dessa escrita por Sir Henry Rawlinson em 1857 foi seguida pela proposta de Julius Oppert, em 1869, de que a língua não-semítica se chamasse sumério; em 1877 Ernest de Sarzec escavou o sítio de Girsu, perto de Lagash.

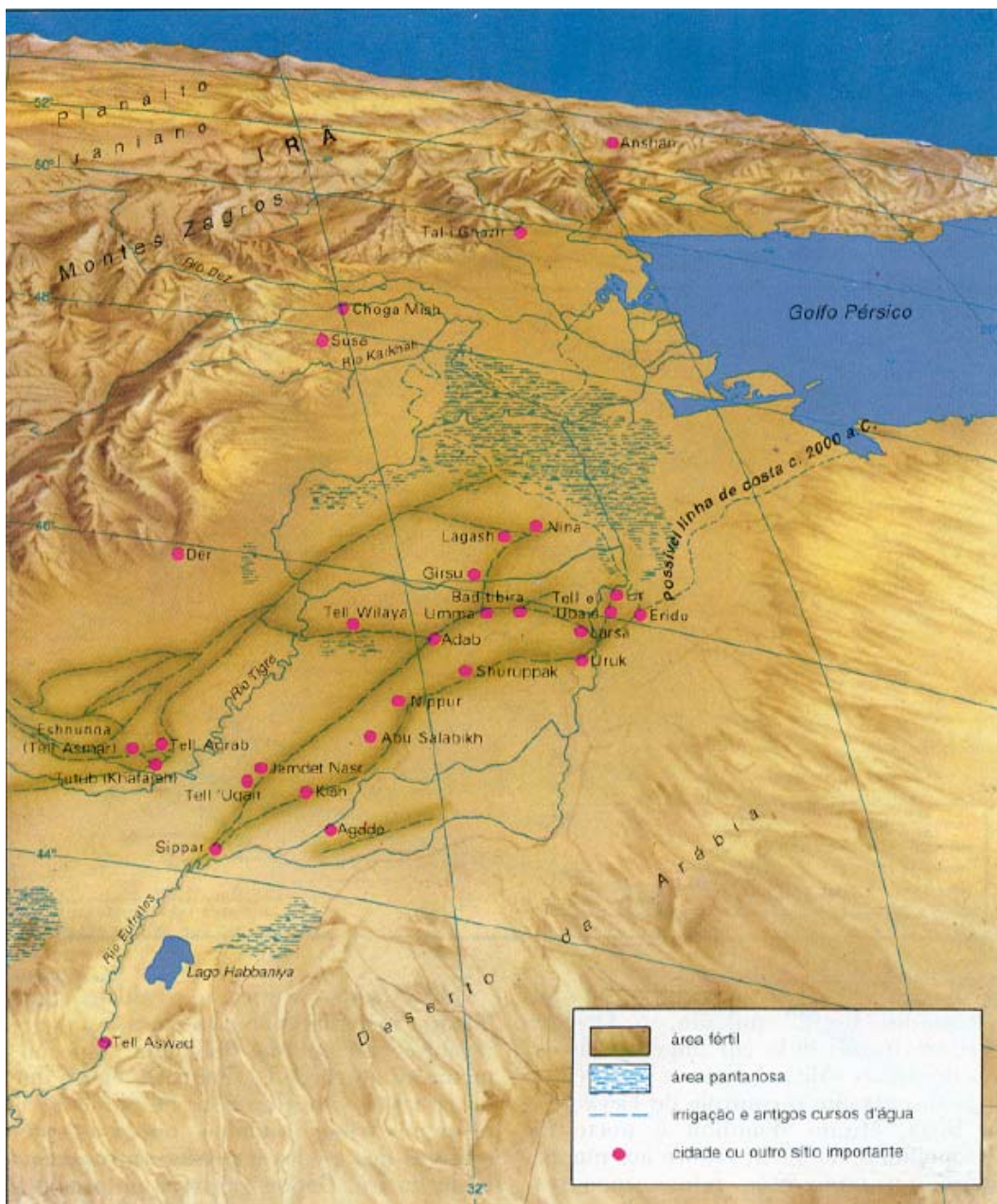


À esquerda: difusão do sistema cuneiforme: 1) Suméria; 2) Acádia, Babilônia, Assíria; 3) Anatólia, Hatti; 4) Levante, Ugarit; 5) Cáucaso, Urartu; 6) Elam e Pérsia.

À direita: desenvolvimento do signo cuneiforme para "escravo", relacionando submissão e montes (os três semicírculos) em seu estágio mais antigo (4º milênio a.C.) até a forma clássica abstrata. É de se pensar que ao relacionar escravos a montanhas, os sumérios se referissem a expedições militares de butim às terras da Alta Mesopotâmia e dos Zagros.

¹³⁰ KRAMER, op. cit., p. 18.

A partir de então as descobertas e escavações se sucederam rapidamente. Os nomes das cidades da planície de aluvião da Suméria, Eridu, Uruk, Ur, Nippur, Kish, Lagash, Isin, Larsa, Umma, Shuruppak, Bad-Tibira; Eshunna, Adab, Sippar, Larak, a já citada Girsu, e Mari, no norte, voltaram a ser conhecidos - ao menos pelos arqueólogos - depois de dois mil anos do fim do uso da língua suméria (I séc a.C.) como idioma sagrado, espécie de "língua morta" da Mesopotâmia, e quase quatro mil anos depois do desaparecimento de seus falantes.



Vista da planície da Baixa Mesopotâmia a partir do norte, olhando o Golfo Pérsico

O aspecto geral das cidades era de uma elipse definida por seus muros¹³¹, densamente ocupada e com alguns grandes complexos de templos (*temenos*) e palácios. Raros eram os espaços descobertos de uso comum, sobretudo se se considerar a insolação, o calor, a baixa precipitação, a baixa umidade do ar e as outras circunstâncias ambientais.

¹³¹ MÜLLER, op. cit., p. 75.

Uruk é, talvez, a grande cidade de fato mais antiga de que se tem notícia. A Lista dos Reis Sumérios cita Eridu como sendo a primeira das cidades sumérias, porém quase nada se sabe dela, como o tamanho de sua população ou outras características. Aliás, cumpre sublinhar que, diferentemente do caso dos egípcios, cujos monumentos em pedra assomam do solo, praticamente nada dos sumérios estava a vista, e nenhum sítio foi extensivamente escavado. Tudo o que deles se sabe é fragmentário.

Cabe recordar aqui que os sumérios se desenvolveram durante, pelo menos, dois mil anos, ou seja, do início do século XXXX aos séculos XX ou XIX antes de Cristo. No transcorrer desses dois milênios houve muitas mudanças na cultura suméria, a exemplo das transformações na escrita, desde as tabuletas de argila de Uruk (3.300 a.C.), que constituíam um sistema completo com mais de 700 sinais distintos.¹³² Muito do que foi escavado pertence a períodos posteriores, não-sumérios, edificado sobre o velho sítio.

Eridu

Fundada em dunas de areia provavelmente no 5º milênio a.C. Descrita, no período Ubaid, como uma "cidade excepcionalmente grande" com uma área de aproximadamente 8 a 10 ha, com uma população de "não menos de 4.000 almas". Relatam-se assentamento de 12 ha de área no Ubaid Tardio, e 4+40 ha no Proto-Uruk. A primeira das cinco cidades antediluvianas citadas no Mito do Dilúvio, também na Lista de Reis Sumérios, como também a primeira a exercer "reinado". Eridu foi, em termos práticos, abandonada depois do período Ubaid; depois do período Proto-Uruk. É chamada de uma grande cidade proto-Dinástica. Enorme palácio proto-Dinástico II (100 m em cada direção) parcialmente escavado.

¹³² ROAF, Michael. *Mesopotamia y el Antigo y Medio Oriente* (vol. 1). Madri: Ediciones del Prado, 1996, p. 68.

Hoje seu sítio é conhecido como Tell Abu Shahrain. Foi escavado por Safar e Lloyd em 1940. Ocupado desde o 5º milênio a.C., constitui um interessante exemplo de ocupação do período Ubaid (c. 5.000-3.800 a.C.).

Mas o ponto mais interessante de Eridu é seu sítio, junto ao mar, às terras alagadas e a planície aluvional; contava com três modos de vida, pesca, lavoura e pastoreio. Ainda mais: na Antigüidade situava-se em uma elevação cercada por uma depressão que podia acumular águas, tornando-se uma laguna. A tradição religiosa ligou esse aspecto topográfico ao *abzu*, manifestação numinosa da água. Desse modo, Eridu aproximava-se da idéia de Éden na terra. Cidade sagrada, foi eclipsada em importância por Ur, uns 25 km, e abandonada. Durante séculos, a partir de c. 3.000 a.C., seu destino foi o de grande santuário e relicário, diversas vezes saqueada. Praticamente esquecida após o século XVIII a.C., após Hamurabi. No séc. VII a.C. Nabucodonosor II ainda reconheceu-lhe o valor religioso; depois disso, desapareceu da História, restando apenas a menção por toda a Mesopotâmia do tanque sagrado, o *abzu*.¹³³

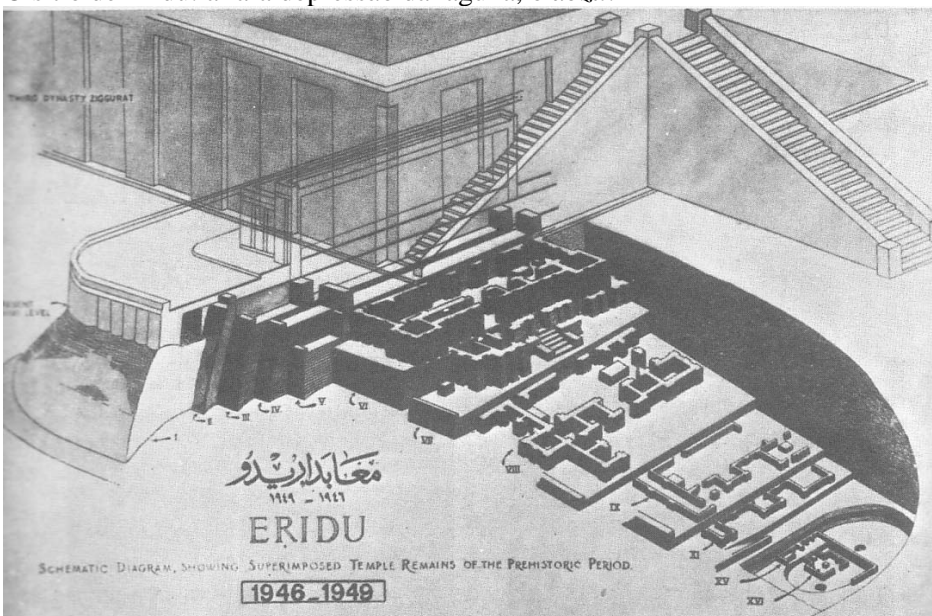
Recentemente arqueólogos franceses propuseram uma teoria alternativa para os edifícios de Eridu, sugerindo que se tratava de palácios e não de templos.¹³⁴

¹³³ Cf LEICK, op. cit, p. 41. O templo de Eridu, o *E-engur*, era dedicado a Enki.

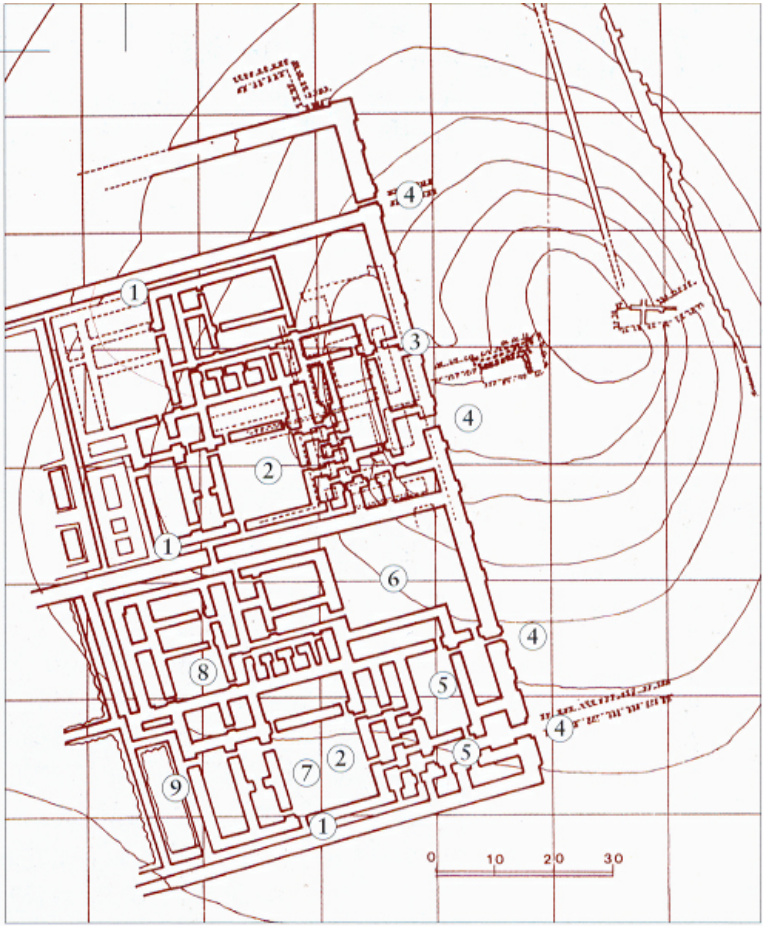
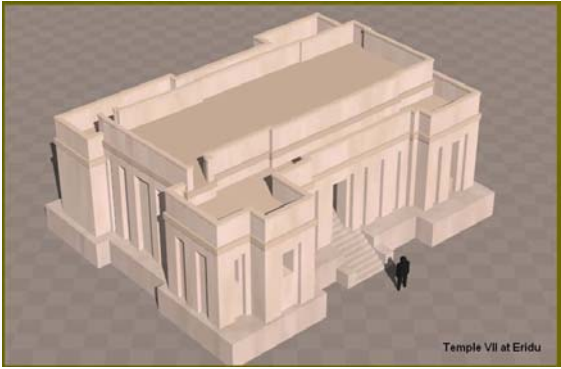
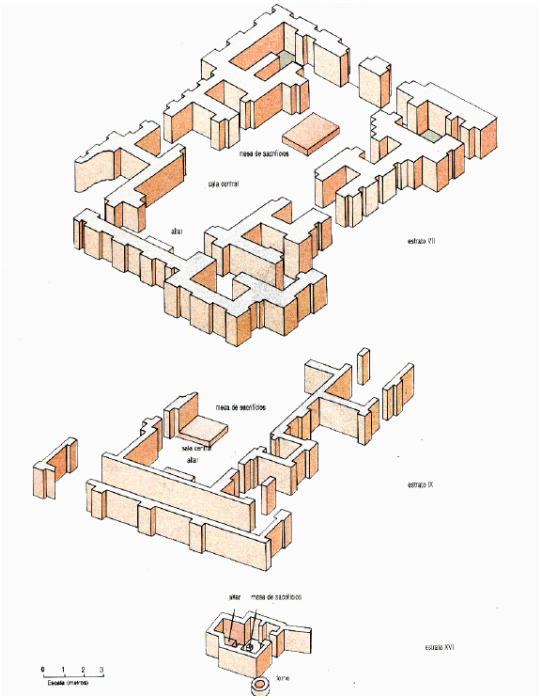
¹³⁴ Cf. BAHN, op. cit. p. 142.

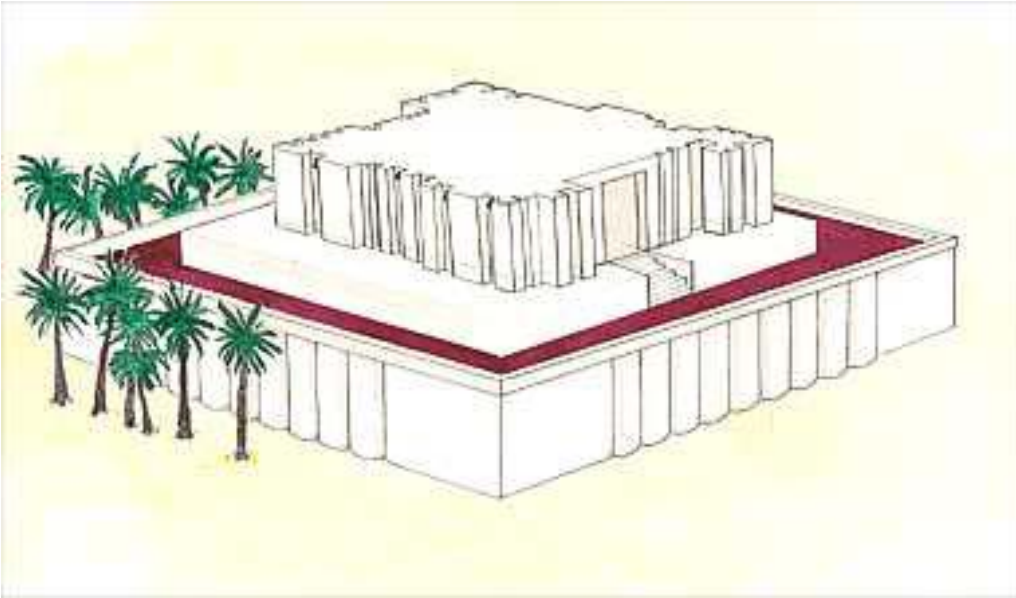


O sítio de Eridu: a rara depressão da laguna, o *abzu*.

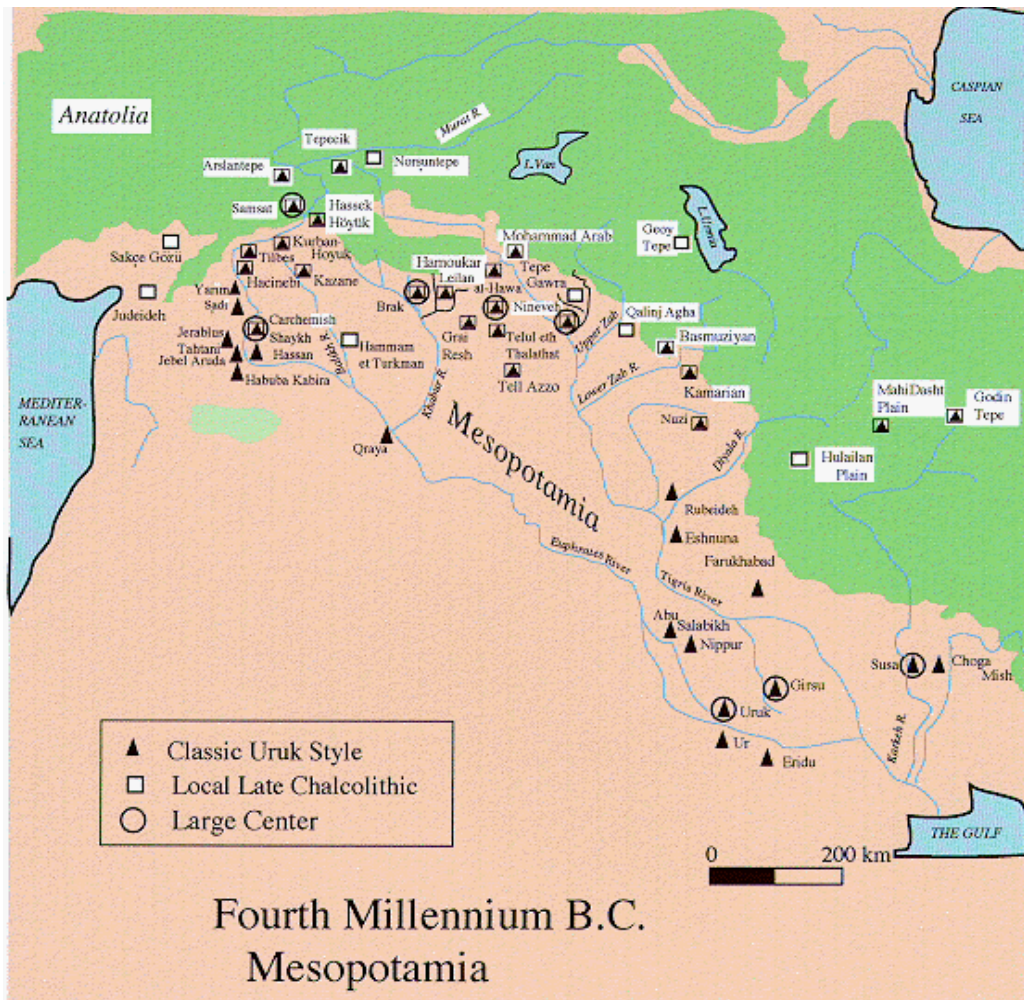


esquema representando as diferentes fases do templo de Eridu, da pré-história (níveis XVI-XV) ao zigurate (período Ur III, nível I). Museu do Iraque, Bagdá.(GIDEON)





“O maior centro de todos” durante todo o período Uruk. No período Uruk a cidade de Uruk era provavelmente o maior assentamento de todo o mundo”. De acordo com a Lista dos Reis Sumérios, a “realeza” mudou de Kish para Uruk. Deve ter tido de 25.000 a 50.000 habitantes no fim do 4º milênio em 230 ha de área assentada, e 20 ha de uso não-doméstico; um pouco menos de 600 ha por volta de 2.900 a 2.800 a.C. A escrita mais antiga apareceu aqui; em um texto a invenção da escrita é atribuída a Enmerkar, Senhor de Uruk. Assinala-se que a Uruk acádica não mostra evidência de ocupação.¹³⁵



¹³⁵ MODELSKI, op. cit.

A expansão do sistema Uruk: locais onde se encontraram traços de cerâmica em seu estilo.

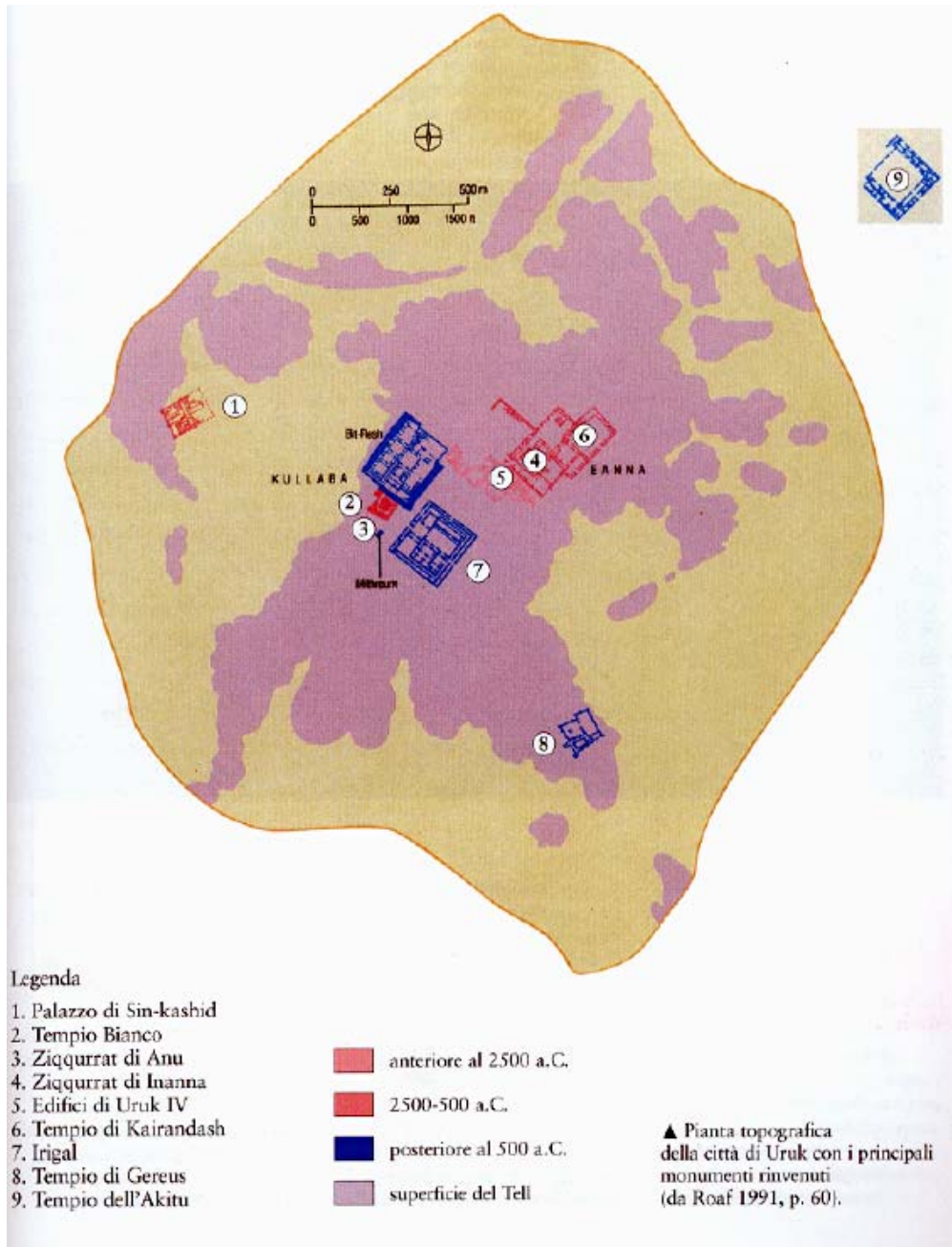
Hoje seu sítio é conhecido como Warka. As primeiras notícias sobre o sítio remontam a 1849, quando Sir William Loftus visitou o local e impressionou-se com seu tamanho. Em 1856, Sir Rawlinson, o decifrador da escrita cuneiforme, ali esteve e propôs que se tratasse da cidade de Erech, citada na Bíblia.. Mas é à arqueologia alemã que se deve sua escavação, em 1912-14, 1928-39 e 1953-90, todas interrupções devidas a guerras.

A característica mais marcante de Uruk é seu tamanho e antigüidade, cerca de 550 ha e até 20 m de profundidade de camadas de assentamentos. Até o apogeu da cidade de Babilônia, teria sido a maior cidade do mundo, até onde sabemos, cercada por uma dupla linha de muralhas de 10 km de perímetro.

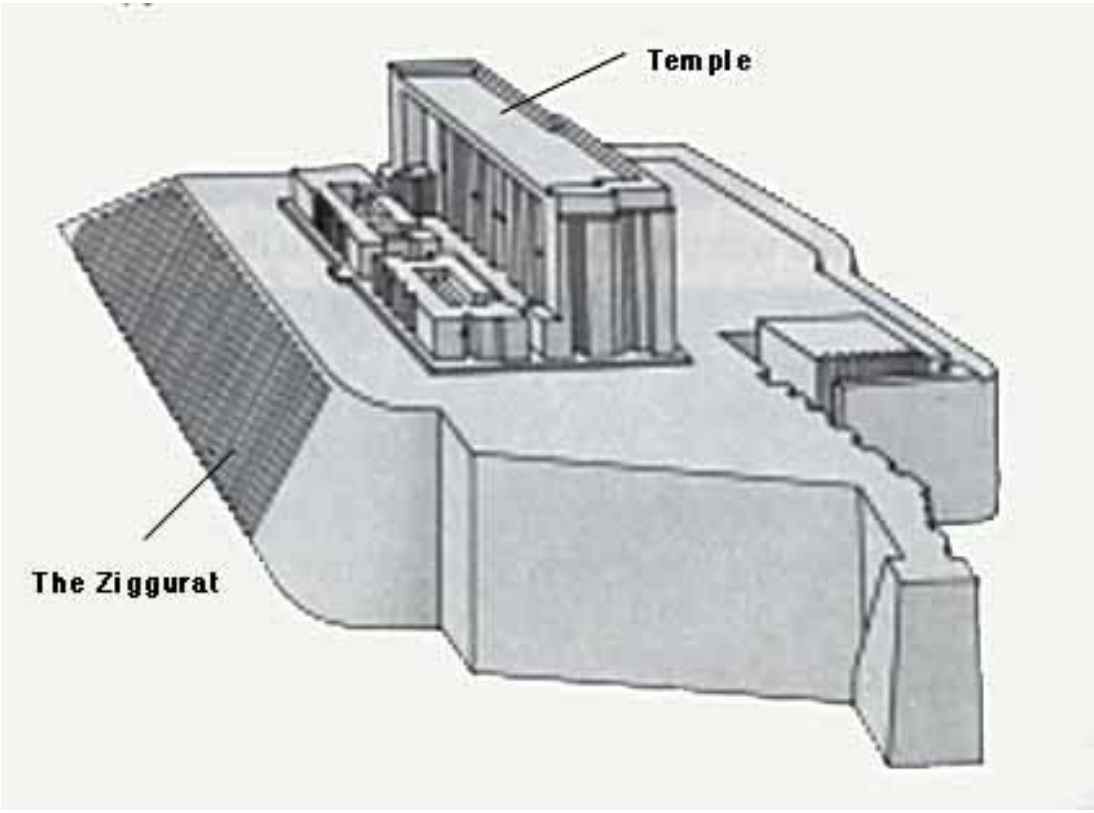
No entanto pouco se sabe sobre a época de seu apogeu, entre *c.* 3.500 e 2.500 a.C.; sabe-se mais sobre as fases anteriores e posteriores¹³⁶. No século VII d.C. ainda era um importante entreposto do Império Persa Sassânida, tendo sido invadida pelos árabes em 654, e a partir daí abandonada. Isso faz do seu sítio uma das mais longas histórias urbanas conhecidas, com quase cinco mil anos de ocupação contínua.

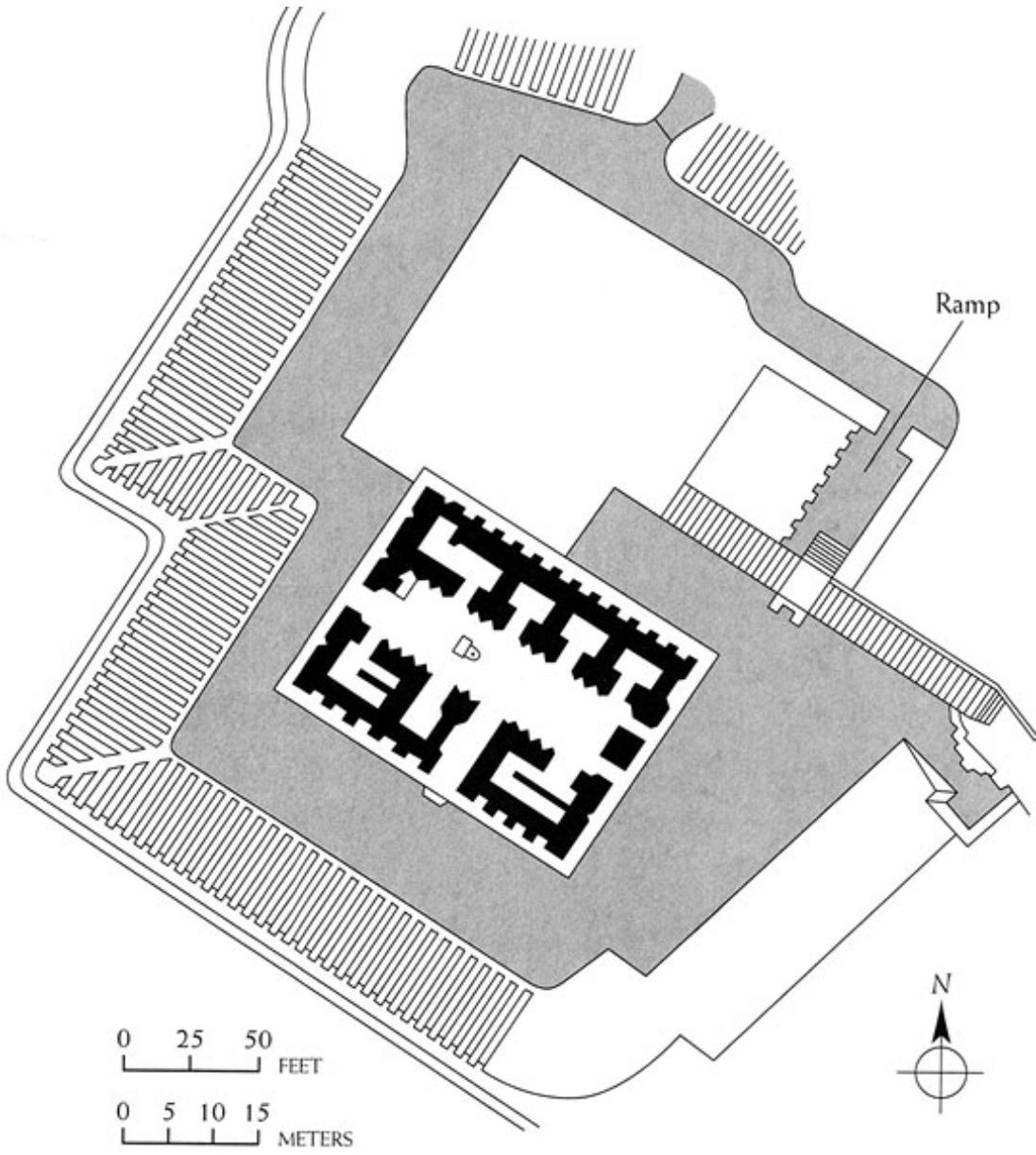


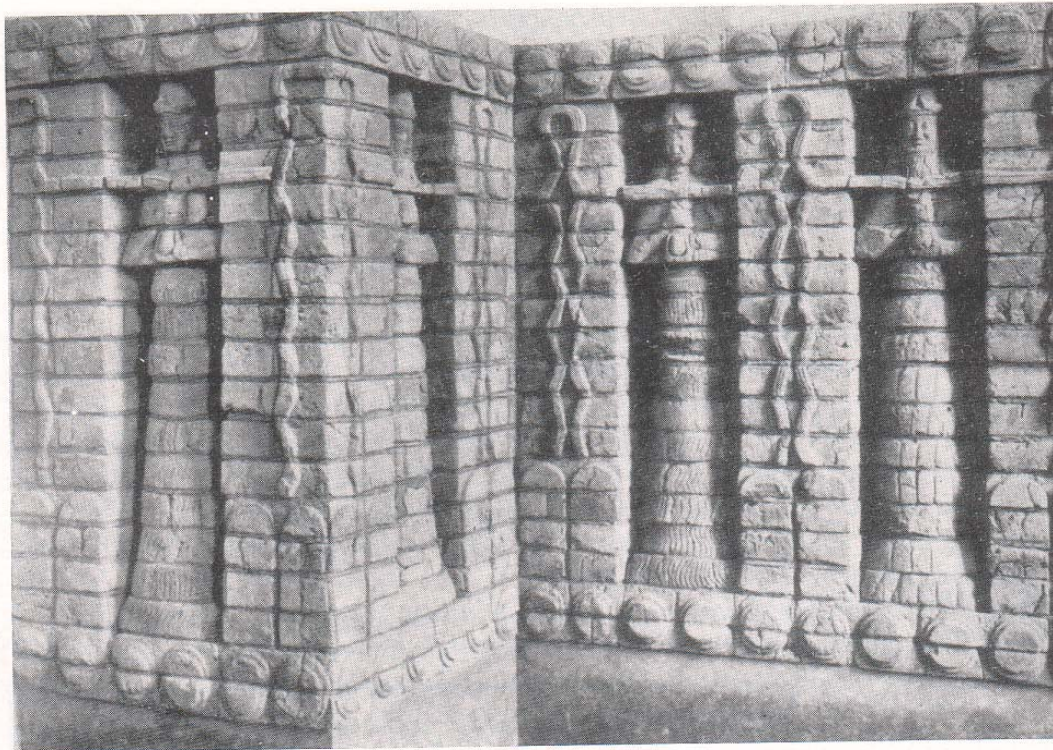
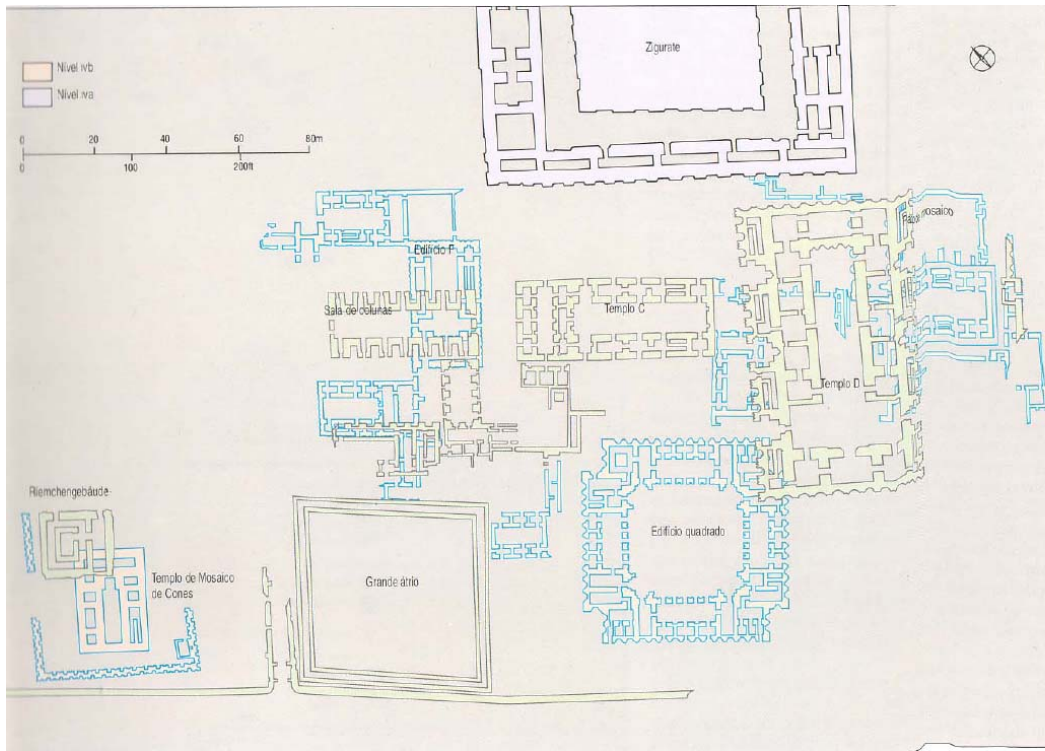
¹³⁶ LEICK, *op. cit.*, p.56.













Cones de argila cozida eram introduzidos pela ponta na massa de lama reforçada com esteiras de palmeira e cordas de até 10cm de diâmetro de fibras de palmeira. Os fundos dos cones eram depois pintados de azul, preto, amarelo, branco e vermelho, formando mosaicos característicos nas paredes e nas mais antigas colunas, cujos desenhos claramente sugerem a superfície de palmeiras, segundo Fletcher.

Ur

Fundada no 4º milênio; ocupação primitiva encerrada por enchente. Notáveis túmulos reais da 1ª Dinastia escavados, do XXVI século a.C.. Grande ziggurat da III dinastia construído c. 2.100 a.C. (EB 18:10212). As muralhas cercavam 60 ha. Leonard Wooley estimava a área da cidade em 2.800 a.C. em cerca de 90 ha, e uma população de 34.000 pessoas, e em 2.000 a.C. (Grande Ur) em cerca de 525 ha com uma população de 250.000; estimativa não aceita por Wright 1981. Saqueada pelos elamitas em 2.400 a.C.

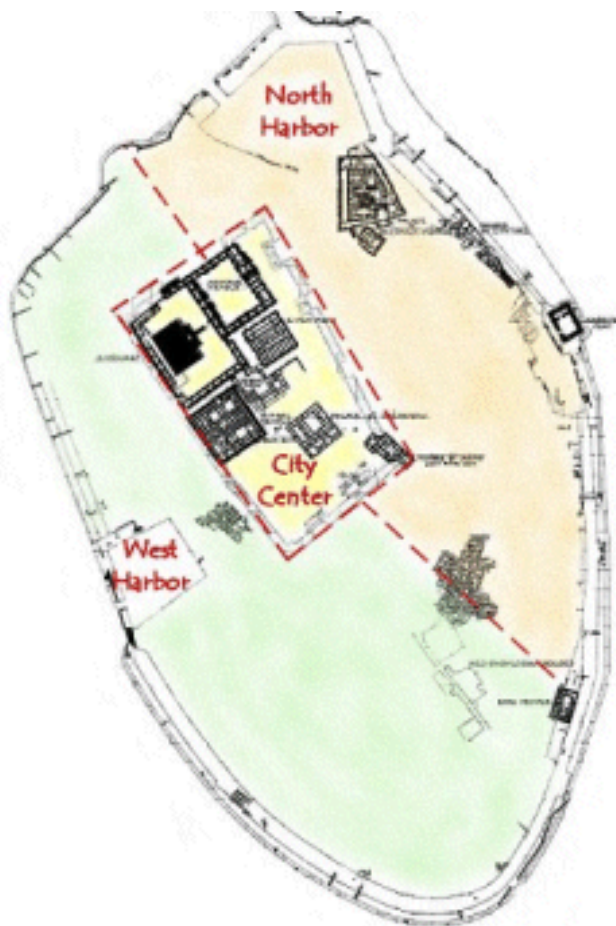
A grande cidade de Ur III (cidade-capital de 2.112 a 2.004 a.C.) foi escavada por Sir Leonard Wooley e seu zigurate dedicado a Nanna (Sin), deus da Lua. Muitos soberanos sumérios (Ur-Nammu, Shulgi e Amar-Sin) reconstruíram completamente a cidade, que era a entrada do comércio mesopotâmico com os reinos do Golfo Pérsico e outros até o século XVIII a.C., quando caiu sob o domínio da Dinastia do País do Mar.

A cidade de Ur era dominada por um distrito sagrado cercado por um muro, onde estavam o zigurate e o templo de Nanna. Desde a época de Ubaid, os templos da Baixa Mesopotâmia eram construídos sobre plataformas que, ao longo dos séculos, foram aumentando de altura e reduzindo o templo¹³⁷. Os zigurates construídos por Ur-Nammu em Ur, Eridu, Uruk e Nippur foram os primeiros exemplos definidos deste tipo de estrutura.

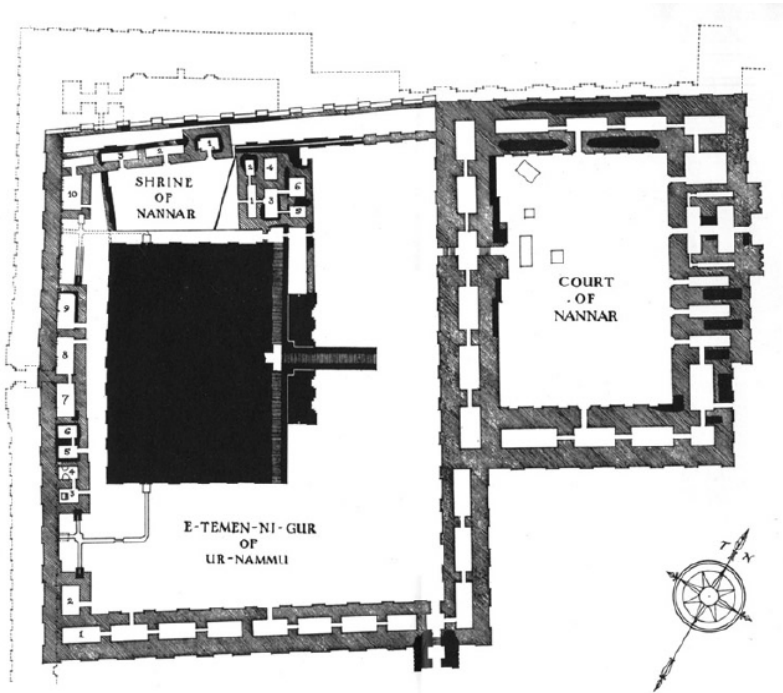
Ur-Nammu também erigiu outros templos em Ur, como o Palácio de Giparu que compreendia a residência da sacerdotisa *entu* e um templo dedicado a Ningal, a esposa do deus Nanna. É provável que houvesse um templo anterior ao zigurate de Ur, começado por Ur-Nammu e terminado por seu filho, Shulgi. Supõe-se que tal

¹³⁷ *Id. Ibid.*, p. 98.

templo anterior tivesse três níveis, sobre os quais repousava o santuário. Posteriormente, cerca de 1.500 anos depois, sob o soberano Nabônido, construiu-se ali ainda outro zigurate, que se acredita ter tido sete níveis.

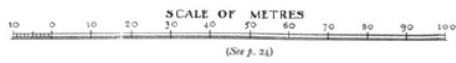






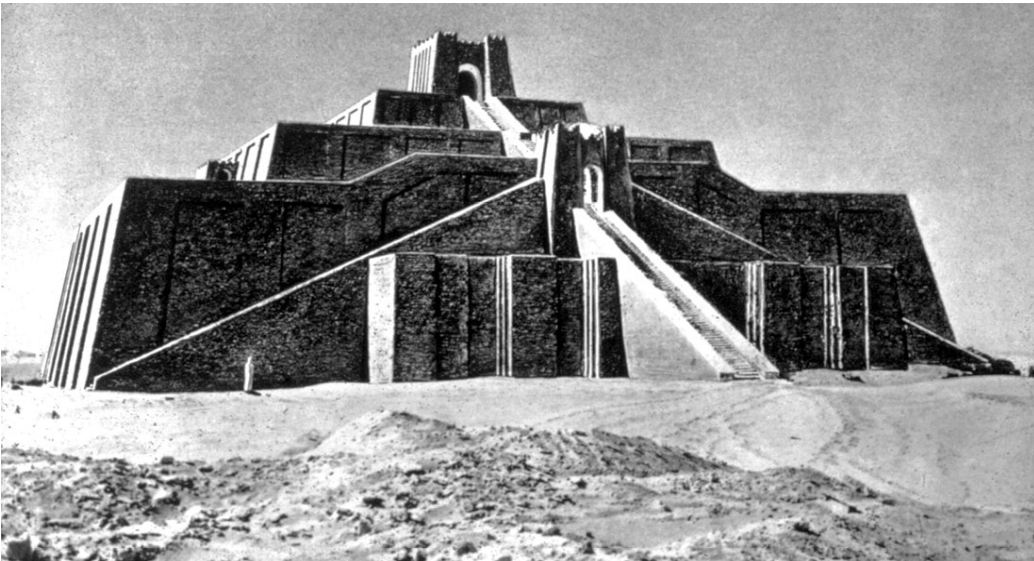
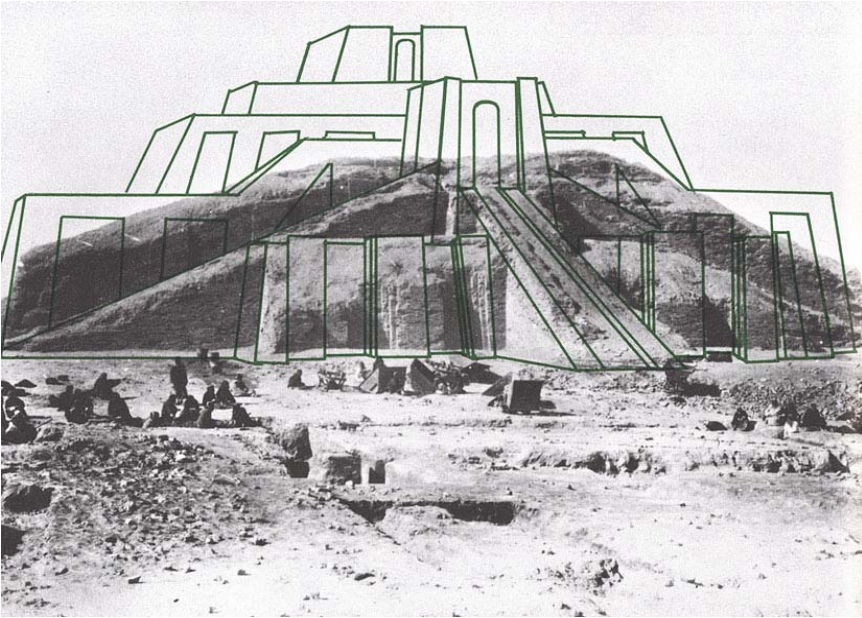
THE ZIGGURAT TERRACE

THIRD DYNASTY PERIOD . C . 2300 . B . C . TO 2150 . B . C .



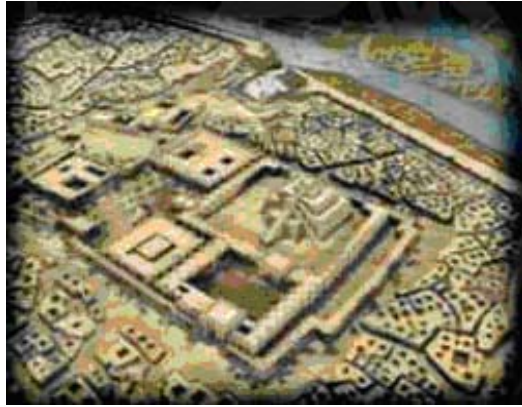
F. G. NEWTON.
A. S. WHITBURN, *ARIBA*.
C. L. WOOLLEY, *Rev. ARIBA*.
MENS ET DELT. - 1922 - 1930.









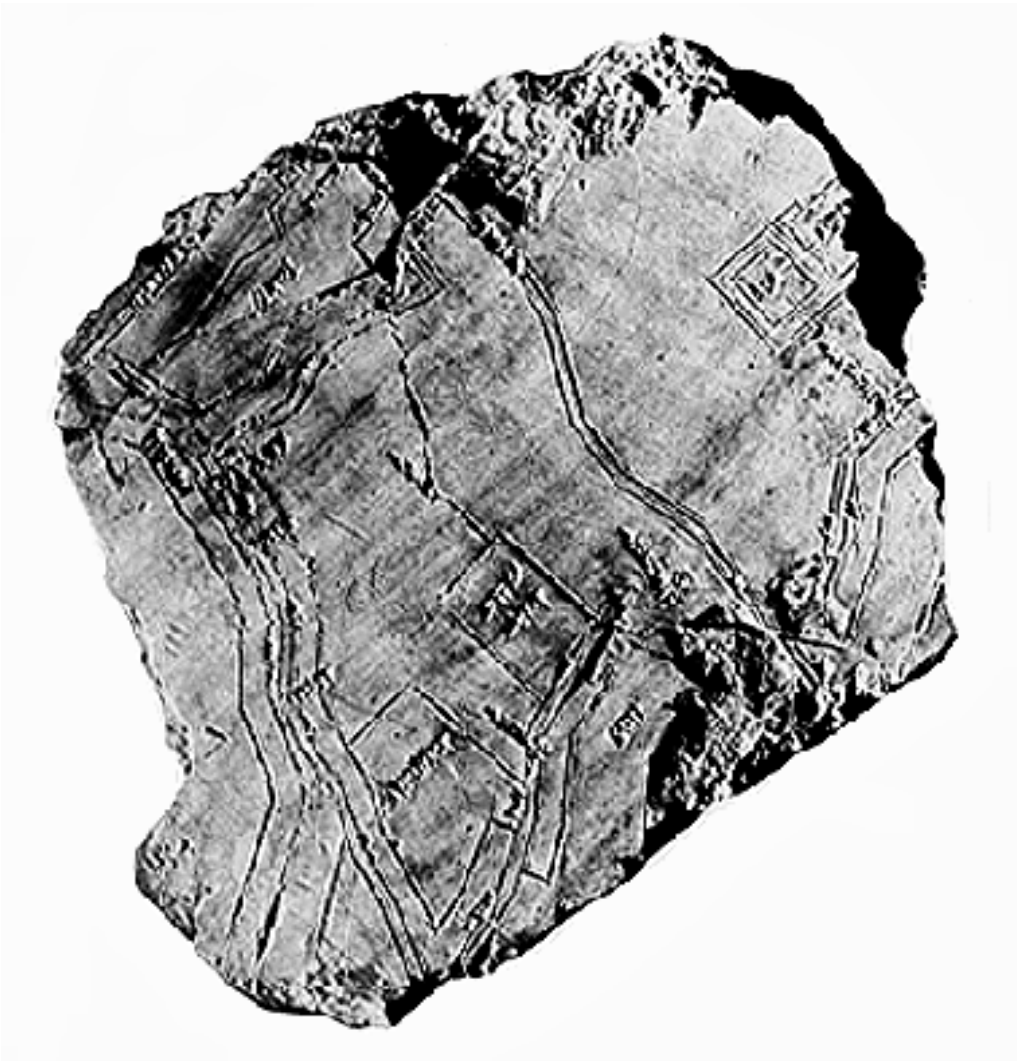


Nippur

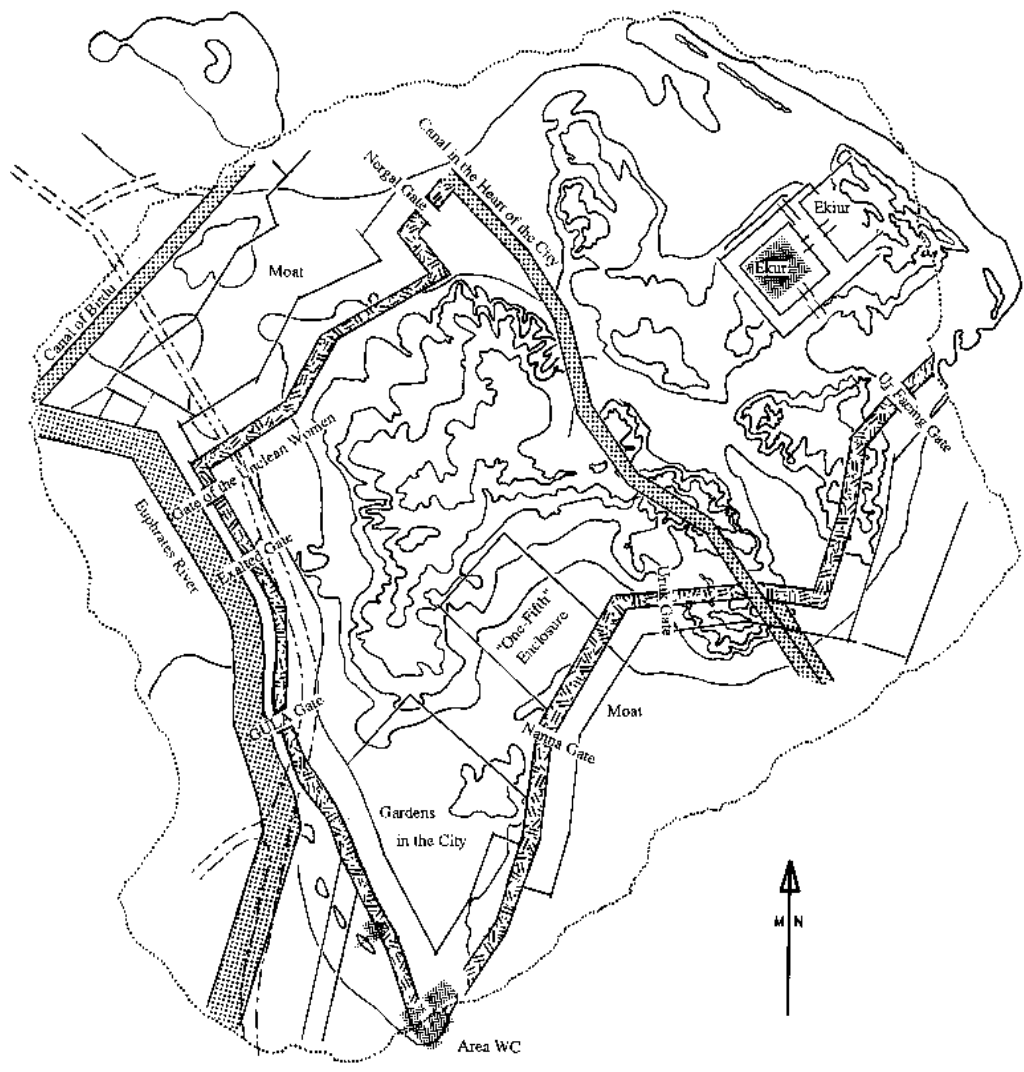
Santuário do chefe da família dos deuses, Enlil; um centro de aprendizado religioso e de ordem política, mas nunca uma capital (Adams 1966:129). Atingiu a máxima extensão *c.* 2.500 a.C., e foi fortificada; o setor dos escribas a leste e fonte de numerosas tabletas.

Nippur era o centro religioso mais importante dos sumérios e a sede do templo principal do deus Enlil, que no terceiro milênio antes de Cristo substituiu Na, como divindade suméria central. Nippur foi habitada desde o período Ubaid, até o ano 800 de nossa era, ou seja, por cerca de cinco mil anos. Embora em seu auge não fosse sede de dinastia importante, os soberanos de outras cidades consideravam que o domínio de Nippur lhes conferia o direito de dominar toda a Suméria e, posteriormente, a Acádia.









Bad-Tibira¹³⁸: Segunda das cinco cidades antediluvianas citadas no Mito Sumério do Dilúvio (Pritchard 1958:29); na Lista dos Reis Sumérios, como a segunda a exercer "realeza" (Jacobsen 1939:712).

Conhecida como a "fortaleza (ou canal) de metalúrgicos" (Hallo 1970:65). Área estimada entre 3.100 e 2.500 a.C. é de cerc de.25 ha mas com uma larga margem de incerteza (Adams 21981: 105).

Larak: Terceira das cinco cidades antediluvianas citadas no Mito Sumério do Dilúvio (Pritchard 1958:29); também ocupa o mesmo lugar na na Lista dos Reis Sumérios, a exercer "realeza" (Jacobsen 1939:75). Importante sítio No.1306, em al-Hayyad, provavelmente na margem esquerda do antigo curso do Tigre, totalmente abandonada a partir do Proto Dinástico III (Adams 1981:348).

Sippar: Perto da junção do Eufrates e do Tigre. A quarta das cinco cidades antediluvianas no Mito do Dilúvio (Pritchard 1958:29); na Lista dos Reis Sumérios, a quarta a exercer "realeza" antes do Dilúvio (Jacobsen 1939:75). "Cidade de Bronze" (Hallo 1970:65). "Cidade antiga, de longa vida, mas bastante modesta" (Adams 1981); nunca uma capital dinástica, mas importante centro religioso e de comércio. Estudada por R. Harris (in Maisels 1990:182) no período de 1894-1595; saqueada pelo rei elamita em 1174 (EB IX:235).

Shuruppak: Restos achados do fim do período Ubaid até a III dinastia de Ur (2.112 - 2.004 a.C.); restos particularmente importantes do período Proto Dinástico. A última das cinco cidades antediluvianas no Mito do Dilúvio (Pritchard 1958:29); a última a exercer "realeza" antes da cheia (Jacobsen 1939:77). Sobre o antigo curso do Eufrates, cena do dilúvio no épico de Gilgamesh (Tablet XI, Pritchard 1958:66).

¹³⁸ As informações sobre cada cidade, a partir deste parágrafo, usam como base MODELSKI, op. cit.

Em cerca de 2.600, tinha de 600 a 700 soldados em tempo integral, para uma população de 30 a 35.000 pessoas (Gabriel 1991:5).

Adab: Importante até o reino de Ur-nammu, *c.* 2.000 a.C.; Lugal-anne-mundu na Lista dos Reis, *c.* 2.400 a.C. (EB I:72) “Cidade de certa importância” em EDI (Adams 1981:88); a região de Adab era a maior concentração urbana na era Acádia.

Akshak: No vale o rio Diyala, *c.* 2.500 a.C., conquistada pelo Rei Eannatum de Lagash. (EB I:179).

Kish: Sede do primeiro “reinado” pósdiluviano (Sumerian King List, Jacobsen 1939:77); primeira dinastia de Kish (27502660); palácio E.D. escavado indica poder antigo de reis. Sítio estimado em 84 ha em 2.500 mas possivelmente “substancialmente maior” (Adams 1981:88) O rei Mesilim arbitrou uma disputa de fronteiras entre Lagash e Umma *c.* 2.550. Derrotada por Gilgamesh de Uruk *c.* 2.660 (EB V:837); tomada por Hamazi *c.* 2.500, e seis anos depois pelo rei de Akshak (Roux 1995).

Lagash: Fundada no período Ubaid. Abandonada nos períodos Proto Dinásticos I e II (Jacobsen 1957:98). “Provavelmente a maior das cidades estado do III milênio em área” (Maisels 1990:172 quoting Maekawa 1973). No período Proto Dinástico os reis se chamavam “Lugal” (rei); estela de Vultures celebr a vitória do rei Eannatum sobre Umma. Período mais brilhante *c.* 2.125, no período gútio (EB V:989). Uma oficina têxtil no limite sull da cidade empregava 6.000 trabalhadores, na maioria mulheres e crianças (Postgate 1991:115).

Umma: A estimativa do sítio do Proto Dinástico I tem “grande margem de incerteza” (Adams 1981). A montante de Lagash, interfere com o seu suprimento de água. Antes de 2.300 a.C., Rimus de Akkad derrota Umma e Ki-Dingir relata 8.900

mortos, 3.000 capturados e 3.000 massacrados (Jacobsen in Adams 1981:xiv). Rimus derrota Umma e Ur, com 8.040 mortos e 5.460 prisioneiros (Postgate 1991:76).

Isin: Sede de dinastia independente depois de 2.020 a.C., continua no período médio babilônio (c. 1.000 a.C.)

Larsa: Emerge no período Proto Dinástico; muito próspera quando uma dinastia independente é lançada por Naplanum c. 2.025 a.C., competindo com Isin, Assur e Eshunna (EB VI:54). Canais bloqueados por Babilônia c. 1.800 a.C. (Adams 1981:134).

A experiência suméria constitui o primeiro exemplo conhecido, até o momento, de *cluster* (nuvem) bem-sucedido, primigênio na região do Oriente Médio e no mundo. Os elementos desenvolvidos ali repercutirão por toda a Antigüidade, sobretudo através da rede de trocas articulada pelos sumérios ao longo do Golfo Pérsico.

2.2 - A outra Mesopotâmia e o comércio do Golfo Pérsico

Outros focos de urbanização: o Sindhu-Sarasvati

A relevância do caso indiano para a história da urbanização reside em alguns pontos particulares mas extremamente significativos.

Primeiramente, os achados das cidades de Harappa, Mohenjo-Daro, Lothal, Dolavira e outras demonstram uma regularidade compositiva em termos de desenho urbano que supera qualquer outro achado semelhante da época, seja na Suméria, seja no Egito. A qualidade da alvenaria, os cuidados com os serviços de adução e esgotamento de água, por exemplo, são notáveis.

Em segundo lugar, a extensão do sistema urbano faz dele o maior conjunto do período, estendendo-se sobre três estados modernos, Paquistão (rio Indo), Índia (o extinto rio Sarasvati) e o Afeganistão (montante dos vales desses rios).

Em terceiro lugar, o sistema urbano indiano comunicava-se com a Suméria através do mar, em uma provável navegação de cabotagem pela costa do Paquistão, Irã e Golfo Pérsico adentro, conectando-se a postos como Dilmum, atual Bahrein, no percurso. Dessa forma, participou possivelmente que foi o primeiro "comércio internacional". Além disso, ligou-se também a outras terras a oeste por terra, através

de seus postos avançados no Afeganistão, como Mundigak. Essa rota terrestre está na base da difusão que deu origem à Rota da Seda milênios mais tarde.

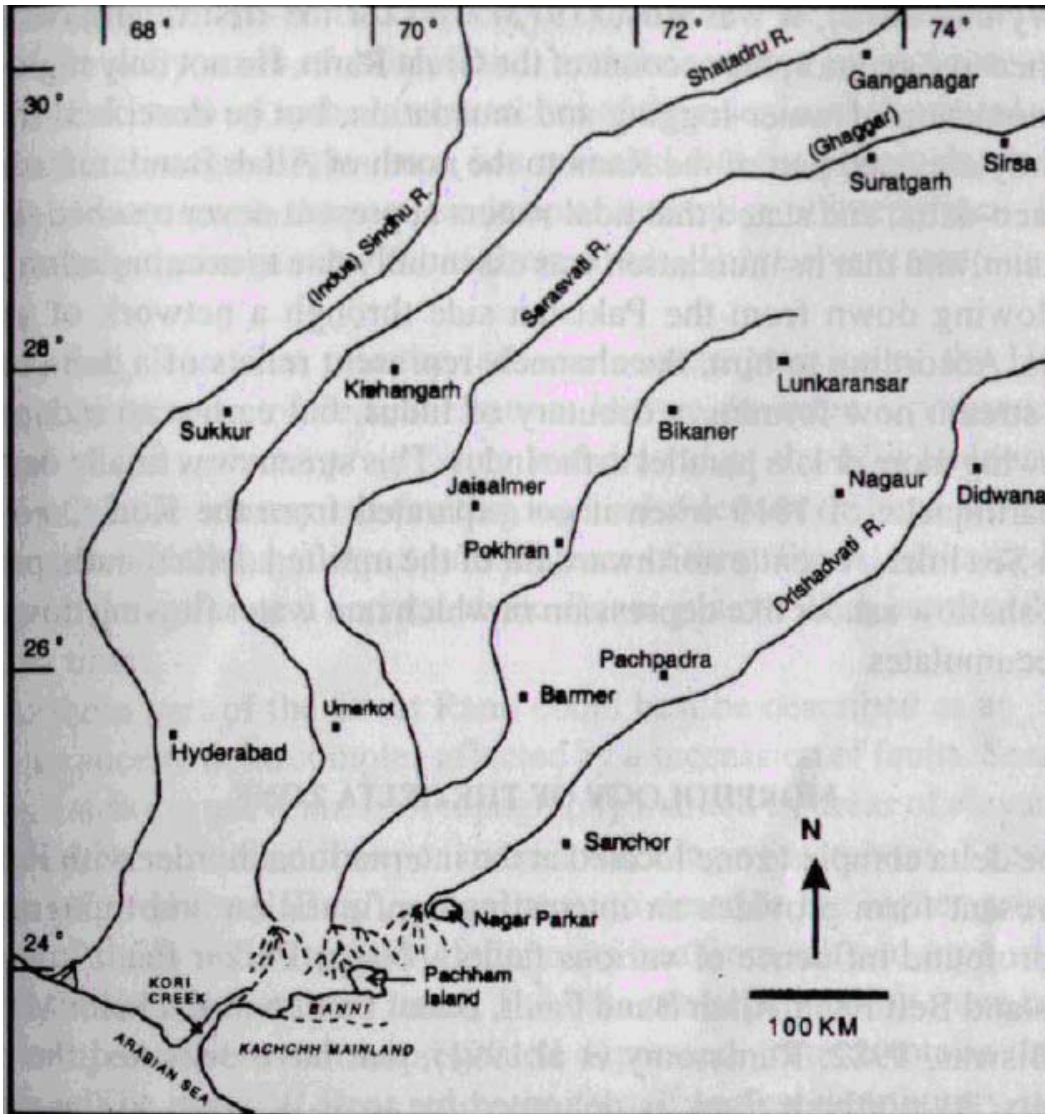
Os selos cilíndricos, geralmente de pedra, mas também de argila cozida, de ossos, de concha, de marfim ou de metal, foram inventados em Uruk (cerca de meados do quarto milênio antes de Cristo) e em Susa, no sudoeste do Irã. Serviam, entre outros usos, para marcar as tabuletas de escrita cuneiforme, pelas quais nos atestam o contato dos sumérios com a gente de Meluhha, do vale do rio Indo. Os artigos comerciados por tais povos eram: marfim, madeira, lápis-lázuli e ouro, provenientes do vale do Indo, mas também de Dilmun e Makan, mais a leste.

Na realidade, onde hoje há apenas um rio, o Indo, já houve uma outra Mesopotâmia, composta pelos rios Sindhu e Sarasvati¹³⁹. Recentes escavações indicam mais de 90 sítios na região compreendida pelo Indo e seus afluentes, notadamente o Mohenjo-Daro e o Harappa, e mais de 600¹⁴⁰ sítios ao longo do curso do Ghaggar-Hakra também em uma vasta área do oeste do Paquistão (os portos de Lothal e Dholavira) ao vale do Ganges e do norte do Afeganistão a Kathiawar¹⁴¹.

¹³⁹ O rio Sarasvati, da tradição védica, é freqüentemente identificado ao Ghaggar-Hakra é um rio intermitente que atravessa a Índia e o Paquistão e flui abertamente durante as monções. A civilização de Harappa (2.800-1.800 a.C.) desenvolveu-se ao longo do Sarasvati, cujo lago leito hoje está seco. Recentemente, arqueólogos usando imagens de satélites o curso original do rio.

¹⁴⁰ PANDE, G.C. (ed.) *History of Science, philosophy and Culture in Indian Civilization* (vol. 1, parte I). Nova Dehli: Centre for Studies in Civilizations, 1999. Escavações realizadas por M.R. Mughal, entre 1974 e 1977, determinaram que grande parte das aldeias e cidades da civilização de Harappa estavam a leste e não a oeste do Indo, no Punjab e Rajastão, ao longo do das margens secas do Sarasvati, atual Ghaggar, no deserto de Thar.

¹⁴¹ TADGELL, Christopher. *The History of Architecture in India from the Dawn of Civilization to the End of the Raj*. New York: Phaido, 1990, p. 1.



A outra Mesopotâmia: hoje há apenas um rio na região, o Indo (Sindhu, à esquerda); no entanto já houve vários outros no que hoje é o deserto do Rajastão, notadamente o terceiro, da esquerda para a direita, o Sarasvati (Ghaggar-Hakra), citado nos Vedas. As hipóteses sobre a mudança na bacia de drenagem do sistema do Sindhu-Sarasvati variam, mas as prováveis causas mais citadas são sismos e catástrofe ecológica por mau manejo do solo.

Escavações de J.-F. Jarrige¹⁴², em Mehrgahr, na planície de Kachi no Baluquístão, a oeste do Paquistão, revelaram importante sítio arqueológico, na medida em que foi a região em que nasceu a produção alimentar local, no VIII-VII milênios a.C., pelos menos parcialmente de maneira autóctone. A cultura material de Mehrgahr constituiu o meio (“caldo primordial”) no qual se desenvolveu a

¹⁴² BAHN, Paul (ed.). *The Penguin Archaeology Guide*. Londres: Penguin Books, 2001.

civilização de Harappa (XXX a.C.), a mais extensa civilização ribeirinha da Antigüidade¹⁴³. O período de interesse para nosso estudo é conhecido como civilização harapianna madura ou urbana, que eclode entre 2.600 e 2.500 a.C. tal período caracteriza-se por centros urbanos e cultura material específica (espalhada por 800 mil km²): construção de edifícios de uso coletivo em larga escala, recursos administrativos típicos (escrita ainda não totalmente decifrada, selos cilíndricos, padrões de medida), sofisticação tecnológica e amplo contato com as regiões circundantes (da Ásia central ao sudeste da Arábia e sul da Mesopotâmia). Entre 3.000 e 2.600 desenvolveram-se Estados em forma de *cluster*. Porém, pouco se sabe ainda desta civilização seminal, além do quadro geral de uma cultura urbana altamente organizada, eficiente e centralizada, baseada em uma economia agrícola, que parece ter atingido seu auge no primeiro quartel do segundo milênio antes de Cristo. Não foram encontrados palácios ou templos notáveis, tampouco indícios de acúmulo de riqueza em túmulos ou outros contextos. O caráter político e social desta civilização permanece um enigma.

Conservadoras e provavelmente teocráticas, as autoridades parecem ter isolado a influência das progressistas cidades mesopotâmicas, com as quais, como mencionamos, há registro de contatos. A prosperidade de tais cidades indianas, além de Harappa¹⁴⁴ (Punjab) e Mohenjo-Daro¹⁴⁵ (Sind), Kalibangan (Rajastão), os portos de Dholavira, Lothal e Surkotada (Gujarat), Kot Diji (Sind), Rupar (Punjab), Rakhigarhi, Banawali Mitathal (Aryana), no entanto, não parece ter-se baseado no

¹⁴³ THAPAR, Romila. *The Penguin History of Early India. From the Origins to AD 1.300*. Penguin Books: Londres, 2002, p. 80.

¹⁴⁴ As primeiras referências a Harappa foram feitas por Alexander Cunningham, em 1872-3 *apud* LAHIRI, Nayanjot, *Finding Forgotten Cities. How the Indus Civilization was Discovered*. Nova Dehli: Permanent Black, 2005.

¹⁴⁵ Hoje se sabe que Harappa (1872) e Mohenjo-Daro (1923), as primeiras grandes cidades do Indo encontradas, eram apenas cidades periféricas, meras passagens para a região central do Sarasvati (talvez o maior rio do que hoje é a Índia, antes de 3.000 a.C.). As principais cidades estão no noroeste da Índia, que, em função do desvio do curso dos rios e da estiagem da região, nunca mais alcançaram a pujança daquela época. Seu desaparecimento, de toda sorte, deve-se à drástica mudança ecológica (anterior a 1.800 a.C.), não a invasões dos povos arianos, que só ocorreu em 1.500 a.C..

comércio, que se articulava em redes internas e externas. Antes canalizavam o excedente agrícola¹⁴⁶ de trigo e cevada, suplementados por gergelim, mostarda e tâmaras. Muito diferentemente do que ocorria na Mesopotâmia, cujo comércio predominantemente terrestre, o oeste da Índia exportava seus produtos por navegação de cabotagem, ao longo do Golfo, em direção ao delta do Tigre e do Eufrates. Contatos com o Afeganistão e o Irã eram mantidos através dos passos nas montanhas e, principalmente, no vale de Bolan. Assim, a localização das cidades parece ter obedecido ao critério da conveniência dos recursos de transporte oferecidos pela proximidade de um rio ou do mar¹⁴⁷.

Entre 2.600 e 2.500, as economias locais díspares transformam-se em uma unidade funcional que perdurou até 2.000-1.800 a.C. Formas-padrão de cerâmica e de decoração, pesos e medidas (em Dholavira), selos quadrados de relevo intrincado são postos em uso. Data do mesmo período, aquele da emergência da civilização de Harappa que integrou a parte norte e nordeste do Subcontinente, um esforço de planejamento na construção de edifícios de uso coletivo, dos quais são remanescentes as fortificações em Kalinbangan, Kot Diji e Rechman Deri¹⁴⁸. Por toda a área o desenho urbano se caracteriza por uma grade retangular orientada para os pontos cardeais e tijolos-padrão constituíam o principal material de construção. Uma grande parcela da população vivia em casas grandes, erguidas ao redor de pátios bem drenados, cujo escoamento se ligava ao escoamento das ruas. A maioria das casas também possuía poços individuais, salas de banho e ralos. As estruturas de esgotamento de água e outras estruturas importantes eram construídas de tijolos cozidos, enquanto o restante levava tijolos crus. A alvenaria era de boa qualidade.

¹⁴⁶ Consideramos Subcontinente ou Índia, para nossos propósitos, a extensão de terras que vai do sul das montanhas do Himalaia, Karakorum e Hindu-Kush, do vale do Bhramaputra, no leste, ao vale do Indo e a região montanhosa adjacente do Baluquistão, no oeste (BAHN, Paul, p. 205).

¹⁴⁷ THAPAR, *op. cit.*, p. 81.

¹⁴⁸ *The Timechart History of India*. Bath: Robert Frederik Ltd, 2005.

Como Mohenjo-Daro e Harappa, a maior parte das cidades era murada, dominadas por cidadelas a oeste, onde se instalavam os prédios públicos (granários, armazéns, edifícios de uso coletivo vários) e a área residencial a leste. Tal divisão não persistiu no planejamento urbano de períodos posteriores, embora a tendência em concentrar certas profissões em locais determinados tenha continuado.¹⁴⁹ Não se identificou nenhum tipo de edifício religioso particular recorrente, porém o “Grande Banho” (edifício de uso ritual) de Mohenjo-Daro pode ser um tanque como aqueles invariavelmente associados aos sítios rituais sagrados indianos. A área da cidadela tinha torres nas muralhas com entradas tortuosas e bem guardadas.

O casario de uso privado em Mohenjo-Daro, cuja população se estima em ao menos 70 mil pessoas, era composto de casas espaçosas de dois ou mais andares¹⁵⁰, cuja projeção em planta baixa alcançava 70 a 150 m² de área. Toda casa tinha uma cozinha com forno, uma sala de banho, e uma câmara reservada. Como na Suméria, o centro da casa era o pátio interno, de onde partiam todos os cômodos, ao passo que o acesso ao pátio de quem provinha da rua se fazia por um corredor estrito e sinuoso. As casas ficavam em ruelas de 1,5 a 6 metros de largura, que se cruzavam em ângulos retos. As vias principais que cortavam a cidade de norte a sul e de leste a oeste tinham cerca de 800 metros de comprimento e 11 metros de largura, ao longo dos quais se dispunham lojas e hospedarias.

As maiores construções de Mohenjo-Daro eram um celeiro, um palácio (de 66 metros de lado) e o “Grande Banho”. Este tinha aquecimento a vapor, saunas e uma piscina de 12 por 7 metros. O número de poços na cidade e o sistema de adução e esgotamento de águas parecem ter sido os mais avançados até o apogeu romano.

¹⁴⁹ THAPAR, *op. cit.*, p. 82.

¹⁵⁰ SCHNEIDER, Wolf. *Überall ist Babylon. Die Stadt als Schicksal des Menschen von Ur bis Utopia*. Düsseldorf: Econ Verlag, 1965, p. 48.

Em Dholavira encontra-se construção em pedra mais difundida. O mapa da cidade de Dholavira diferia daquele de outras cidades da região; elaborados arranjos foram feitos, menos para o armazenamento de alimentos do que para o armazenamento de água. Grandes reservatórios de água foram construídos dentro da cidade fortificada.

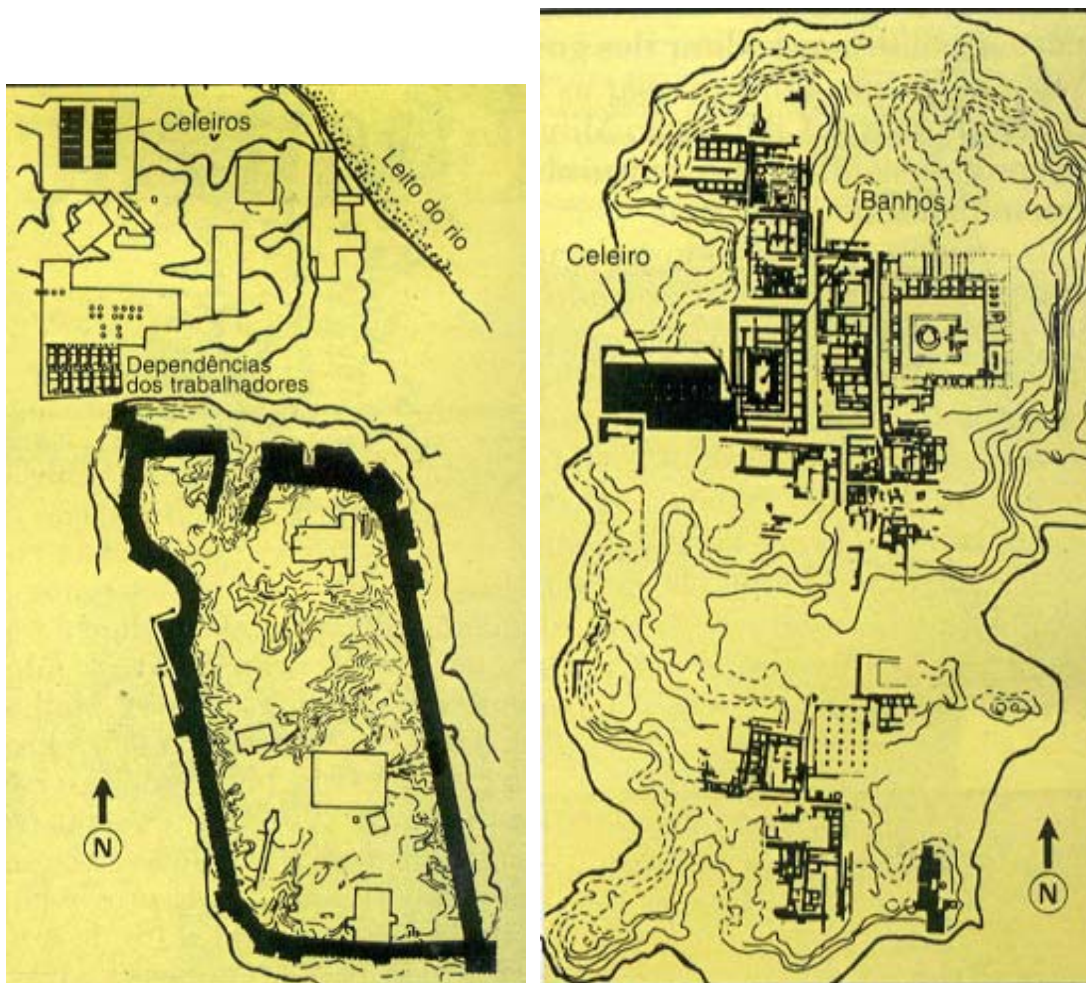
A impressão transmitida pelas cidades do período harappiano urbano é de grande cuidado com a manutenção da ordem urbana e de um sistema econômico eficiente de manejo da terra, da mão-de-obra e da água. De fato, enormes plataformas de tijolos foram erguidas para a proteção contra enchentes e inundações, bem como para facilitar o transporte hídrico de mercadorias. Tais plataformas também constituíam as fundações das cidadelas, orientando o plano de construção das cidades.

Finalmente, cabe mencionar a importância atribuída pelas autoridades de Lagash e de Ur ao comércio com três localidades a leste: Dilmun, Magan e Meluhha. Achados arqueológicos¹⁵¹ e escritos indicam que Dilmun corresponde à cultura Barbar, localizada no norte de Bahrein, no Golfo Pérsico, e que Magan, provavelmente, se relaciona a Umm an-Nar, no sudoeste da Arábia (Omã), estendendo-se até o Irã. Com menor precisão associa-se Meluhha à cultura de Harappa. Para a Mesopotâmia meridional o comércio com o Golfo Pérsico representava a possibilidade de obtenção de cobre, pedras semi-preciosas e outros bens do Planalto Iraniano, em troca de seus produtos têxteis e grãos. Tão intenso e rico foi o comércio com Dilmun e disseminada a notícia dos muitos poços artesianos existentes na região, que o local passou para a mitologia suméria como uma espécie de Éden.

¹⁵¹ BAHN, Paul, *op. cit.*, p. 354.

Sutkagen-dor

Sítio na costa sul do Paquistão, na região do Mar de Omã que banha as províncias de Makran e Baluquistão, que talvez tenha sido um porto da cultura de Sindhu-Sarasvati, uma vez que há indícios de que o assentamento se dividia em cidadela e cidade baixa.



A esquerda: Harappa; a direita: Mohenjo-Daro

2.3 - O problema egípcio

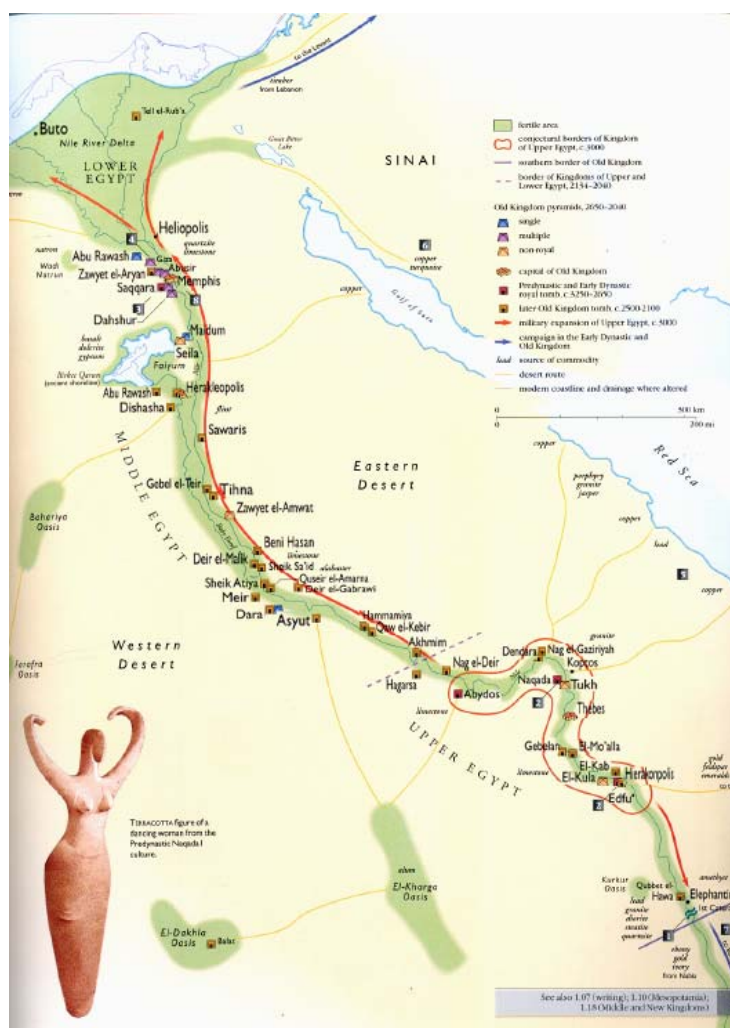
O modelo de expansão da urbanização que propusemos trata de três possibilidades de arranjo social e político com diferentes consequências para a forma urbana: a Cidade-Estado, o Reino-Nação composto a partir de um sistema de cidades que partilham a mesma origem cultural, o Império formado por cidades de diferentes origens culturais. De acordo com os desdobramentos históricos próprios de cada região, as cidades podem mudar para um ou outro paradigma, ou ainda sofrer a sorte da invasão, desaparecendo ou transformando-se radicalmente.

Nesse panorama, o Egito seria um Reino-Nação. Contando com uma situação geográfica muito particular, relativamente isolado dos sucessos da Mesopotâmia e do Levante pelos desertos do Sinai, estendido por centenas de quilômetros ao longo do vale de um único rio, que por sua vez era bordado em ambas margens por desertos, seus núcleos habitacionais primitivos são integrados primeiro em dois reinos, depois em um só território em um tempo tão recuado que só encontra paralelo na cronologia mesopotâmica. *Circa* 3.000 a.C. pode-se julgar que seus reis já dominavam a totalidade do território, amparados por uma corpo de sacerdotes muito organizado.

Aí reside outra peculiaridade do Egito. A preocupação confessional que transparece nos achados da cultura material é bastante peculiar por sua onipresença. O panorama geral é de um povo sectário, governado de forma absoluta e teocrática por um monarca divinizado controlado por sacerdotes e escribas, obcecado com a

morte e os mistérios religiosos de um panteão enorme e intrincado. Talvez o retrato exagere em um paroxismo preconceituoso, mas permite abrir uma janela para o último aspecto peculiar do caso egípcio.

Talvez pelas razões expostas acima, a cultura edílicia do Egito não é marcada pela cidade ou pelo urbano - ainda que incipiente - mas sim pela Arquitetura. Onde, na Suméria e na Cultura do Sindhu-Sarasvati encontramos a forma urbana como o grande feito social, surge no Egito o monumento puro, o túmulo e o templo. Há pouquíssimas evidências quanto ao tecido urbano, porém sobejam ruínas de complexos sagrados e necrópoles.



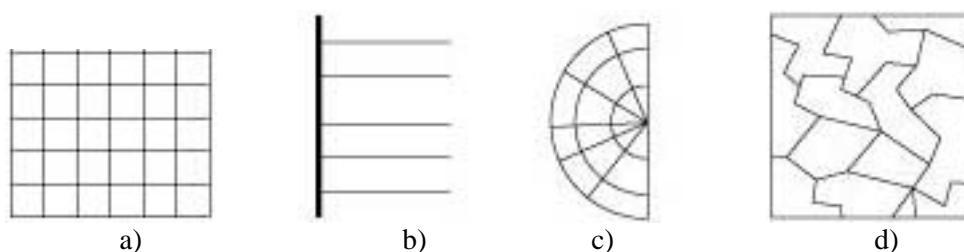
George Modelski¹⁵² propõe uma pergunta interessante ao sugerir que a despeito do Egito ser em muitos modos comparável à Mesopotâmia, e ter sofrido unificação política na mesma época da ascensão suméria, c. 3.100 a.C., parece ter sido uma civilização sem cidades. Argumenta que alguns estudiosos da Antiguidade são conhecidos por afirmar que, diferentemente da Mesopotâmia, o Egito carecia de qualquer coisa que pudesse ser encarada como cidade em termos modernos.

Salienta que suas capitais (Mênfis, Tebas) parecem ter sido desprovidas de qualquer urbanidade notável, e teriam deixado pouca evidência de atividade comercial particular, talvez devido ao monopólio da coroa do poder e do comércio exterior. Cita a frase de John A. Wilson:: “Por quase três mil anos, até a fundação de Alexandria, o Antigo Egito foi uma civilização sem uma só grande cidade”. Trata-se evidentemente de um exagero; a cidade de Amarna foi uma experiência urbana muito interessante e produtiva, e as experiências de habitações para trabalhadores em canteiros de obras, como Kahun, não deixam nenhuma dúvida quanto ao potencial do germe organizativo egípcio para a Arquitetura da cidade, sem contar as fundações fortificadas nas fronteiras do reino.

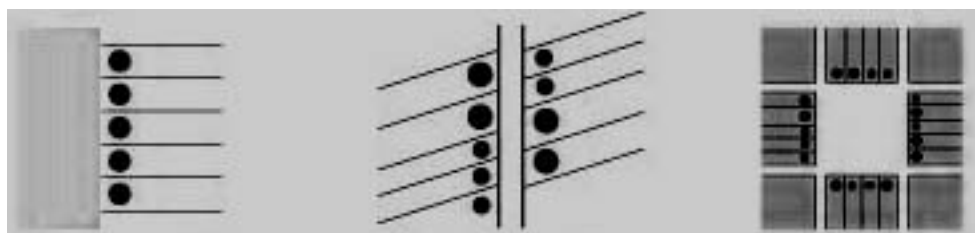
Modelski lembra que por outro lado Manfred Bietak rejeita esta visão rígida da experiência egípcia e defende que a arqueologia urbana desta área está ainda apenas em seu estágio elementar. Este autor argumenta que os arqueólogos negligenciaram o estudo da cidade antiga por estarem fascinados com os artefatos preciosos, requisitados pelos museus. Ademais a ocupação moderna dos vale e delta do Nilo bloquearia as escavações. Ele assinala que o Egito era “uma sociedade urbanizada desde o início do Antigo Império”, e que mesmo o Egito pré-dinástico (antes de 3.100 a.C) tinha diversos centros de poder político e econômico, tanto no Alto Egito, como Hierakonpolis, quanto no delta, como Buto.

¹⁵² Cf. MODELSKI, George. *World Cities*. Washington, DC: Faros 2000, 2003.

Se o raciocínio nos parece bastante válido, não esconde que a forma urbana suméria ou indiana se aproxima muito mais do que conhecemos como cidades do que os restos egípcios, que recaem em nossa categoria de marcos. Sem dúvida houve algo de urbano na região, mas até pela geometria linear forçada pela ligação estreita com o Nilo, é plausível pensar que a urbanização egípcia tendesse a um modelo de cidade linear e não de grelha ou radioconcêntrica, mais facilmente compreendidos como padrões urbanos reconhecíveis. Além disso, a falta de muralhas envoltórias, talvez por conta da proteção dada pela rede de fortes já citada, também dificulta o olhar.



Tipos de partição organizacional do terreno urbano:
a) hipodâmico; b) linear; c) radioconcêntrico; d) complexo.



Tipos de agenciamento da ocupação de acordo com o atrator: à esquerda, atrator único linear (como um rio) levando a uma ocupação "em pente"; no centro, atrator linear (como uma estrada) levando a uma ocupação "em espinha de peixe"; à direita, atrator central (como uma praça) produzindo uma ocupação frontal e focalizada

Os esquemas acima ilustram nossa concepção. Se tomarmos o Nilo como sendo uma "high way", a grande avenida ou auto estrada onde o tráfego em ambos os sentidos abastece o sistema, teríamos o Egito como sendo uma espécie de "uma cidade só", linear. A atração desse condutor organiza uma urbanização em "espinha de peixe", se nos dois lados do rio, ou "em pente", se de um lado só. A muralha não

defenderia o lugar, mas sim a região: a rede de fortes contra invasões do sul, do Sudão, do nor-noroeste, da Líbia, e do nor-nordeste, do Levante. Nesse sentido, o Egito seria um caso de urbanização dispersa *avant la lettre*.

A unificação política do país em cerca de 3.100 a.C., argumenta Bietak, teria levado à criação de assentamentos urbanos de caráter planejado [sic], esquadrejados e fechados por muros, mas de porte limitado. “Parece que a partir do início da primeira dinastia, a população estava reunida em novos sítios fundados pela coroa. Desta forma era mais fácil controlar, e podia ser desdobrada por sobre todo o país de acordo com os desejos da coroa.” Estas fundações reais parecem ter antecipado o advento dos grandes projetos de construção, barragens e canais que requeriam todo um exército de trabalhadores. As condições de emergência de cidades estavam todas no lugar “mesmo se aquelas aglomerações não cobrissem mais de 1,8 a 2 ha cada uma”. Em outras palavras, estes antigos assentamentos planejados egípcios, presumidamente incluindo Mênfis, fundada por volta desta época, seriam bastante reduzidos.

Na corografia do Egito se distinguem o Baixo Egito, constituído pela vasta planície do delta, alargando-se como um leque sobre as margens do Mediterrâneo e o Alto Egito, constituído pelo vale que o Nilo abriu para si na planície desértica rochosa do Saara ocidental. O vale tem um comprimento de 900 km e uma largura variável de 10 a 20 km. As paredes rochosas que o limitam atingem uma altura de 200 m com relação à planície.

Há quem veja no caso que Nilo, de inundações benéficas mas perigosas, imporia o regime político e as formas de viver social às populações, estrangidas pela necessidade de grandes obras hidráulicas e agrícolas e a uma solidariedade e disciplina muito rigorosas. A hipótese sugeriria que, devido à imposição de construção de canais de irrigação e de servidão para possibilitar o plantio, os antigos

egípcios teriam desenvolvido uma certa inclinação para os esquemas ortogonais, práticos. Prova seria que o hieroglifo que indica o distrito - *nomo* - era constituído por um tabuleiro retangular. Além disso seria quase certo que as primeiras cidades surgiram ao longo das rotas de caravanas que corriam paralelamente ao rio nos pontos em que estas se cruzavam com as estradas e os caminhos provenientes dos campos. O hieroglifo que representa a cidade é constituído por um círculo com um cruzamento diagonal inscrito (*niwt*)¹⁵³.

A opinião nos parece um tanto questionável, tendo em vista que o regime do Nilo é muito positivo para os agricultores às suas margens. As cheias, mansas, acontecem antes da época do plantio, irrigando e preparando o solo. Exatamente o oposto do caso mesopotâmico: o Tigre e o Eufrates são catastróficos, causando inundações na época da colheita. Segundo a linha argumentativa de Morini, a Mesopotâmia é que deveria ser um primor de regularidade.

A confusão, a nosso ver, se dá por contrapor racional a orgânico, geométrico a espontâneo. A formulação nos parece imprecisa e conduz a impasses. Mais produtivo seria trabalhar com as idéias de elementarismo e complexidade. Esse recorte resgata o valor da geometria irregular sem desmerecer o peso da regularidade. Se há um mérito bastante grande em resumir as alternativas de solução de um problema a padrões simples, é preciso ressaltar que também é preciso muitas vezes mão de ferro para implantar e controlar a manutenção de um sistema assim. Por outro lado, quando há um grande número de forças em conflito na equação, frequentemente a resultante que acomoda as diferenças também é de tão difícil obtenção quanto a alternativa sintética. No caso de forças sociais e econômicas em conflito, esse modo de proceder pode ser muito mais proveitoso.

A Suméria - e depois seus herdeiros por toda a Mesopotâmia - seria

¹⁵³ Cf. MORINI, Mário. *Atlante di História dell'Urbanística*. Milão, Hoepli.

complexa. A opção que nos parece ter sido adotada por eles foi a de definir grandes linhas de ação, acomodando dentro de limites a ação de populações que poderiam entrar em conflito: sumérios e semitas, citadinos e montanheses - como os invasores gúttios do séc. XXII a.C. - civilizados e nômades do deserto - como os amoritas que invadiram e prevaleceram no séc. XX a.C.. Desenhavam a linha de muralhas da cidade, identificavam a localização de alguns equipamentos de grande porte e traçavam os limites de bairros. A ocupação no interior destes bairros seria de responsabilidade de seus habitantes. Em termos modernos, os sumérios seriam urbanistas planejadores.

O Egito seria elementarista. Reduz o problema a poucos elementos e a partir destes dita as regras de composição. É o procedimento do arquiteto.

Dando peso a nosso argumento de uma direção autocrática no caso egípcio, Morini¹⁵⁴ propõe que se o Egito, como disse um antigo sacerdote a Heródoto, é um "dom do Nilo", a urbanística egípcia poderia ser função do Nilo. As escavações arqueológicas até hoje não ofereceram material abundante; todavia, mesmo com base neles, parece duvidosa a afirmação mais comum e corrente, aceita até por Lavedan¹⁵⁵, que a orientação do plano da cidade se fundasse sobre critério religiosa. Uma perfeita orientação norte-sul se encontra em algumas vias urbanas maiores e em alguns agrupamentos arquitetônicos e urbanísticos, mas não pode excluir que seja dependente de uma direção análoga do curso do Nilo, ou mesmo de condições particulares da topografia do terreno.

Prossegue Morini defendendo que as necrópoles, por seu estado de conservação, representariam um material de estudo válido. Todavia não o convence o critério, sugestivo mas simplista, de procurar nas necrópoles a imagem verídica

¹⁵⁴ Op. cit.

¹⁵⁵ Cf. LAVEDAN, Pierre. *Histoire de l'Urbanisme*.

daquela que deve ter sido a cidade dos vivos, critério fundado sobre a crença dos egípcios que o defunto continuasse no lado de lá uma vida em tudo similar àquela terrestre. Nas necrópoles se costumava celebrar ritos fúnebres frequentes e muito importantes, mas não se habitava nem se vivia. As geometrias surpreendentes de cada uma das necrópoles não bastam para demonstrar uma tendência constante porque em muitos outros casos, como por exemplo nos grandes templos, enquanto os esquemas arquitetônicos são quadrangulares por tradição construtiva, os ordenamentos planimétricos gerais são bastante variados e adaptados à natureza do terreno. Mesmo admitindo, em geral, uma preocupação e uma aguda tendência geométrica nas necrópoles, não se pode falar de orientação ritual uniforme e constante, nem, dos templos mais remotos aos mais próximos, de esquemas precisos e inalteráveis.

A cidade dos mortos egípcia, mesmo se não considerada como um verdadeiro duplo da cidade dos vivos, não cessaria de ter uma importância urbanística, seja como forma *de per se* seja, no seu complexo com os templos, em função das cidades perto de que surgia. Mas cremos que é seguro ver nelas um viés fortemente arquitetônico, influenciando o desenho urbano.

Em perspectiva histórica, os centros mais antigos podem ter sido limitados por cintas redondas ou pelo menos curvilíneas (caso de El Kab), como costumaria acontecer no caso dos assentamentos pré-históricos, e ter sido constituídos no seu interior por um amontoado de cabanas, granários e oficinas de artesanato, dispostos em ordem inextricável em torno de um centro. A hipótese da muralha curvilínea seria confirmada também pelo hieroglifo *niwt*, que simboliza a cidade. Mas já no Antigo Império e na mesma El Kab passou a formas quadrangulares: assim são os muros de outras cidades reais, como Abou-Gourat, Dachhour e Pithom.

As capitais do reino

Durante a 26ª dinastia, e portanto nos trinta séculos que vão de 3.500 a 525 a.C., a capital foi colocada muitas vezes ao longo do vale do Nilo: de This (perto de Abidos) passou a Mênfis (cerca de 3.200 a.C.), de Mênfis a Tebas (2.400 a.C.) e desta cidade, salvo o breve período de Akhen-Aton (Tell-el-Amarna, 18ª dinastia, século XIV a.C.) de novo em contato com o Mediterrâneo, em Sais (663 a.C.)

Os reis costumavam abandonar as residências dos seus predecessores e construir sua morada em lugar adaptado, vizinho à precedente, não longe do canteiro para a construção da própria tumba-templo. Adjacentemente ao novo palácio do faraó se distribuíam as residências dos sacerdotes, dos dignitários, dos funcionários e aqueles dedicados aos trabalhos de construção. Junto à tumba do rei se encontravam anexas aquelas dos altos funcionários. Em torno das habitações mais suntuosas se distribuíam as dos súditos de todos aqueles que viviam de diversas atividades, e se expandiam até saturar, mesmo que relativamente, o espaço existente entre a nova sede e as precedentes. Privilégios particulares ou franquias eram concedidas a todos aqueles que se transferiam à nova zona. Através de inscrições ou decretos do período que vai da Vª à Xª dinastia parece clara a importância dada ao título e à função de "diretor da cidade e das pirâmides".

O costume de criar novas construções reais, que se transformavam depois em centros dentro da zona da capital, explica a enorme extensão de Mênfis e Tebas e o caráter urbanístico de agrupamentos esparsos dessas cidades. A atividade de construção civil era incessante.

Mênfis

Fundada por Menes *c.* 3.100 a.C.; capital do Egito durante o Antigo Império (*c.* 2.686 - 2.160). Seu sítio mediria 2.5 x 1.5 km; outros prõpoem perto de 200 ha.

Surgida com a Iª dinastia e em seguida sempre ampliada. Ao território de Mênfis pertenciam as necrópoles de Gizé (a cerca de 18 km de Memphis; local das três grandes pirâmides, que datam de cerca de 2.600 a.C, Queóps, Quéfren e Miquerinos, e da Esfinge) como também a de Abusir, Sakkara e Dashiun, todas dentro do nomo do Muro Branco, cujo nome derivou de uma antiga fortaleza pré-histórica aí erigida. Com a mudança da capital para Tebas, Mênfis continuou, entretanto, a ser sempre considerada cidade sagrada e a sua verdadeira decadência só se iniciou no séc. IV d.C.

Tebas

No Medio Império , durante a XI dinastia (c. 2.133 - 1.991 a.C.) foi a capital do Egito; os monumentos mais antigos datam deste período. Maior prosperidade depois de cerca de 1.560 a.C., auge c. 1.400 a.C.. No Novo Império, alguns¹⁵⁶ afirmam que Tebas teria atingido cerca de 8 km².

Também Tebas parece ter ocupado, na sua progressiva expansão, um território considerável de uma e outra margem do Nilo, dentro de um perímetro de 15 km, extensão notável mesmo se muito inferior àquela que os historiadores antigos lhe atribuíam. A existência de muros que a cingiam, atestada pela antiga tradição, é provável mas não confirmada por nenhuma pesquisa arqueológica.

Ao território de Tebas pertenciam os templos de Karnak, de Luxor, na margem direita do Nilo e de Medinet Habu, de Memnon e todos os complexos de Uset Amentet, alinhados na margem esquerda ao longo das balze do altiplano paralelo ao curso do rio. Como em Mênfis, também em Tebas, afóra os templos, não temos traços que indiquem o plano da verdadeira cidade. Todavia deve ter sido construída sobre as duas margens do Nilo, unida pelas grandes ilhas que se

¹⁵⁶ MODELSKI, op. cit.

encontram naquele ponto do rio.

Sais desapareceu não só como cidade mas também nos seus templos, dos quais não se podem nem ao menos reconstruir as plantas. Heródoto fala dela em termos tais que a fariam ombrear com Mênfis, mas a partir do exame do local conclui-se que a última capital dos egípcios deve ter tido uma extensão mais limitada.

Se do estudo dos templos e das necrópoles que constituíam os centros religiosos de Mênfis e de Tebas se pode ter uma clara idéia de alguns critérios compositivos e distributivos dos egípcios, não se pode com tanta facilidade reconstruir idealmente os planos também parciais das cidades de forma apropriada. Pela abundante iconografia deixada pelos egípcios podemos somente deduzir que pelo menos nos bairros oficiais devem ter existido grandes vias adaptadas ao desenvolvimento de manifestações religiosas. Se pode pensar que além das funções representativas, as vias absorvessem outras funções da vida social, dado que a pesquisa arqueológica não revelou a existência de mercados e de praças. Assim as descobertas arqueológicas de Mênfis e de Tebas confirmam só a existência de vias de acesso de carácter monumental, como a Via Sacra de Luxor, destinada a cortejos e cerimônias religiosas. O carácter extensivo das capitais pode pressupor a existência de zonas verdes, como os jardins dos palácios.

Pouco sabemos sobre os bairros em si, que talvez se adensassem em torno dos templos e dos palácios reais. As casas podem ter deixado poucos traços, se pensarmos na durabilidade dos congêneres na Mesopotâmia. Não conhecemos nem os critérios de loteamento, nem os de traçado de vias, nem o tempo conservou menção de leis ou de costumes edilícios. Considerando a constituição social e política dos egípcios, é lícito admitir a existência de algo similar a planos reguladores pré-estabelecidos, mesmo que parciais.

Outros casos urbanos

Kahun

Clareza, ordem distributiva rigorosa e perfeita orientação apresenta por outro lado Kahun, o acampamento operário da pirâmide de Illahun, anexa à necrópole. Criada por Sesostris II em 2.500 a.C. no oásis de Faium, não muito extensa (360 x 280 m), era completamente fechada por um alto muro. Internamente o espaço era dividido em duas zonas, no sentido norte-sul, por um outro grande muro cego. Na zona W eram distribuídas as habitações, todas iguais, dos operários; na zona E as casas, de dimensões e formas várias, dos superintendentes. Em contato com o muro transversal e com a parede norte, se encontrava a acrópole e a sul desta se encontrava a praça pública. Nenhuma comunicação era possível entre as duas zonas. Ao bairro operário se acessava mediante uma porta aberta no lado sul, enquanto aquela de entrada na zona oriental se encontrava no lado oeste, em correspondência com a estrada Leste-Oeste que conduzia à acrópole.

A planta de Kahun, de princípios geométricos simples, se coaduna em nossa opinião com o costume pragmático e arquitetônico - não urbanístico - dos egípcios.

O esquema do bairro operário de Kahun se repete depois de cinco séculos no bairro operário de Tell-el-Amarna.

Amarna

Entre as cidades fundadas pelos faraós que pressuporiam um plano diretor, o exemplo mais importante e até único no seu gênero é aquele de Akhet-Aton (o horizonte do disco solar), na região de Tell-el-Amarna. Sob este último nome

moderno se costuma designar a capital do novo reino e do novo culto dedicado a Aton, fundada excepcionalmente em localidade distante da capital permanente por deliberado ato de vontade de Amenófis IV em 1.382 a.C. Sobre uma das estelas distribuídas sobre colinas circunstantes antes ainda da fundação da cidade para assinalar os seus confins o faraó fez instalar o seu programa no qual aparece clara a ansiosa vontade de fundar a morada de Aton, o palácio do rei e o da rainha e, sobre a montanha oriental, os túmulos do rei e dos sacerdotes. A implantação imediata do seu programa é provada, além de pelos documentos históricos, também pelas estruturas murárias revelada pelo exame das escavações.

É muito provável que um plano urbanístico tenha precedido a implantação da cidade, mesmo se esse ressalta somente o traçado dos bairros oficiais religiosos ou especializados.

Amarna foi fundada, habitada e evacuada no breve espaço de vinte e cinco anos e abandonada até o séc. XX. Levantamentos arqueológicos para verificar ocupação anterior ou posterior não tiveram nenhum êxito. A região é hoje habitada por tribos beduínas aí instaladas há dois séculos. Tell-el-Amarna se estendia sobre a margem oriental do Nilo. Estelas na margem oriental delimitam a zona agrícola na qual deviam existir habitações de lavradores. As ruínas nos permitem reconstruir a cidade nos bairros principais e na sua fisionomia geral. Três longas e espaçosas vias urbanas paralelas entre si e ao rio, e portanto com orientação S-SO, N-NE, eram ligadas por vias menores com traçado menos regular mas sempre ortogonal ao eixo principal. A artéria maior, que é a central, dita "do Grande Sacerdote", constitui o eixo da composição e ao longo dela se alinhavam importantes construções urbanas. Outras construções dentro da vasta zona murada constituíam um bairro senhoril a sul, enquanto a norte da cidade se estendia um bairro menos rico. Uma certa irregularidade de densidade edilícia parece evidente do fracionamento do terreno em lotes desfrutados de modos diversos.

Também em Amarna encontramos um bairro operário, de forma quadrada e de dimensões modestas (69,20 x 69,20 m). Apresenta características quase análogas às daquelas de Kahun, pela regularidade das vias traçadas paralelamente e pela uniformidade de tipo das casas. Era fechada por um alto muro que não parece ter tido funções de defesa, uma vez que a aldeia era protegida por sua própria posição, surgindo sobre um espigão. Uma só porta permitia o acesso e uma estrada em volta dos muros servia para a ronda das patrulhas de guarda. As agitações e sublevações que acompanharam o fim do Reino Antigo de Tebas e a reforma religiosa de Akhenaton, e o estado de perene turbulência em que viviam as massas de escravos e de operários dedicados aos trabalhos das pirâmides e das necrópoles expressam talvez até demais o caráter coercitivo deste centro operário que, como o de Kahun, deveremos definir como acampamento mais que bairro urbano, até pelo fato de que tal tipo de agrupamento não se encontra repetido em nenhuma cidade residencial, nem mesmo quando o plano teria podido ser pré-ordenado. As tumbas escavadas na costa sul oriental perto do vilarejo operário e as construções surgidas em relação a estas não apresentam particular interesse.

Do exame das escavações de Tell-el-Amarna ressalta não só um loteamento do terreno mas também uma clara especialização dos bairros. Uma ortogonalidade perfeita se encontra em cada uma das composições arquitetônicas e em cada um dos bairros, e não no critério de adaptar-se à conformação do terreno e ao curso do rio.

Tebtunis

Um exemplo urbanístico particular e ao mesmo tempo interessante da adequação do traçado viário à necessidade de defesa contra os ventos é oferecido em Tebtunis (Faium), datando de 1.800 a.C. Esta pequena cidade, ampliada em época greco-romana, revela tendência à ortogonalidade mas, enquanto as vias na direção

norte-sul se apresentam sem solução de continuidade, as ortogonais a elas, além de serem mais estreitas, têm os traçados desviados, com fundo cego ou mesmo em muitos casos com a limitada função de ligar só duas ruas longitudinais adjacentes.

Abydos

Cidade sagrada proeminente próxima de Thinnis, no Alto Egito, abriga túmulos das primeiras dinastias; a partir da V dinastia, centro do culto de Osíris (EB I:41).

Heliopolis

Sede do grande templo de Ra, superado somente por Amon em Tebas. Auge da importância durante a V dinastia (c. 2.400 a.C.) quando Ra se tornou objeto de culto do Estado. (EB IV:1001).

Heracleopolis

Capital da IX e X dinastias no Médio Egito (c. 2.150 a.C.). (EB IV:1036).

Hierakonpolis

(Nekhen, perto de Aswan) maior importância entre 3.400 e 2.700 a.C., tomou parte nas guerras de unificação. A paleta de Narmer foi achada aqui; prosseguiu sendo um centro histórico/religioso.

Coptos

(Qift) Próxima a minas de ouro e porfírio exploradas durante a I e a II dinastias. Culto das deusas Min and Isis.

Pelo conjunto das realizações arquitetônicas e urbanísticas parece clara a inclinação egípcia a colocar em primeiro plano o projeto de Arquitetura. O conjunto dos templos de Karnak, por exemplo, demonstra que a coerência entre os acréscimos sucessivos, distribuídos segundo eixos diversos, era garantida por uma geometrização da ordem espacial intencionalmente monumental e controlada pelo uso de poucos elementos. Essa ordem planimétrica e o alto grau de organização foram herança que os egípcios deixaram aos povos mediterrâneos, ultrapassando sentidos somente espirituais, um sentido de monumentalidade e de pitoresco expresso em um limite raramente atingido depois em nenhum tempo e nenhum lugar.

2.4 - A expansão do sistema urbano

A expansão do sistema: Levante, Alta Mesopotâmia e Elam

Após a apresentação dos três focos primigênicos da urbanização na Afreurásia e de suas principais características em termos de configuração de seus espaços construídos, passamos à primeira onda de expansão do sistema no 3º milênio, para as vizinhanças dos focos, segundo o modelo proposto.

No caso do Vale do Nilo, o foco egípcio se espalhará para a Núbia, Kush, Meroe, Axum, e talvez, depois, mesmo para a Arábia Iemenita de Sabá, Marib, Hadramaut. O seu caso será tratado mais adiante. Há também um forte peso sobre a área vizinha do Levante cananeu, a NE, rivalizando com os vetores culturais mesopotâmicos, de que trataremos aqui.

No caso da Cultura do Sindhu-Sarasvati, que já ocupava uma grande área, a expansão se dará principalmente sobre a área já citada da cultura da Idade do Bronze de BMAC, na zona que mais tarde abrigará a Rota da Seda - as terras altas da Bactria (atual Afeganistão), da Transoxiana (entre os rios Jaxartes e Oxus, atuais Syr Daria e Amu Daria, ou seja, os países modernos do Casaquistão, Uzbequistão, Quirguistão e Tadjiquistão), da Margiana (Turkmenistão) e de parte do platô iraniano - além de possíveis ecos a leste, sobre a cultura védica, na planície Indo-Gangética, fora do escopo deste trabalho. Este caso também será objeto de abordagem mais a frente.

Por fim, o contágio a partir do foco da Suméria constitui aquele de que mais trataremos mais especificamente nesta parte.

Isto porque nosso modelo de "caldo primordial e massa crítica" trabalhava com a idéia de que as terras do Crescente Fértil propriamente ditas haviam ficado em segundo plano quando do salto qualitativo da urbanização na Baixa Mesopotâmia. Agora, no transcorrer do 3º milênio, seriam elas que passariam a se urbanizar, abandonando o estágio de proto-urbanização para a ocorrência de cidades.

As regiões em que essa expansão se deu seriam as vizinhas à Suméria. A oeste, o Elam e as culturas do planalto iraniano; a norte, a Alta Mesopotâmia e a Síria, descrevendo um arco a sudoeste demandando a região costeira do Levante e também prosseguindo a noroeste na direção das terrasaltas do Cáucaso e da Anatólia. Para além de todas estas, a leste, Mediterrâneo adentro, as ilhas de Chipre, de Creta e do Egeu (Espórades, Cíclades, etc.)

O panorama urbano nessas regiões parece ter se assemelhado muitíssimo àquele exposto no caso sumério, e nisso reside a sua importância em nosso trabalho. Creemos que a continuidade observada demonstra que os princípios encontrados na Suméria assemelham-se suficientemente para que possamos falar de uma linhagem de soluções. Se esse parentesco se deu por influência ou se houve desenvolvimento paralelo é de se discutir. O que nos parece ser inegável é que as evidências materiais indicam que um tipo de prática construtiva comum estava se tornando cada vez mais difundido ao longo do tempo e sobre territórios contíguos.

Os casos da Acádia, da Babilônia e da Assíria serão tratados em capítulo específico, dada a sua significância.

Elam

Desde seus primórdios a região do Elam assumiu um caráter de ponte entre as terras baixas da Suméria e as alturas do platô iraniano, situado nas encostas oeste dos Montes Zagros. Sofreu influências durante o fenômeno da "Expansão Uruk". Desenvolveu um aparato cultural próprio, incorporado mais tarde pelos persas aquemênidas, que usaram o elamita como língua administrativa. Seus centros ancestrais são Susa e Anshan, e um importante sítio, Choga Zambil.

Susa, capital do Elam, sempre manteve uma relação próxima com a Suméria. Sítio ocupado desde o 5º milênio a.C., apresentava uma acrópole e afiliações com o modelo da cidade da Baixa Mesopotâmica. Oscilou entre as ligações com o oeste mesopotâmico e o leste iraniano até ser definitivamente incorporada por estes últimos, tornando-se uma das capitais aquemênidas.

Anshan, atual Tal i-Malyan, foi o primitivo centro da proto-Pérsia. Relacionada com Susa, apresentava um padrão oscilatório de alianças como o daquela, ora pró oeste mesopotâmico, ora favorável ao leste iraniano. Suas muralhas encerravam cerca de 200 ha no início do 3º milênio, 50 dos quais edificadas. No fim do 2º milênio, era a capital de um sistema muito hierarquizado. Aparentemente havia oficinas para processar lápis-lazuli do norte do Afeganistão.

Choga Zambil era uma fundação elamita nas margens do rio Karun, perto de Susa, no séc. XIII a.C. Possuía um zigurate de grandes dimensões e outros templos que faziam dela um exemplo de centro religioso planejado.

Shakhr-I-Sokhta (3º mil. a.C.) situava-se em vale no Baluquistão iraniano, com escrita Proto-Elamita, notável pelo comércio de trabalhos em pedra, alabastro e lápis lazuli. No segundo milênio, o rio Helmand mudou o seu curso e a cidade desapareceu.

Ebla

No vale do rio Orontes, no norte da Síria, em meados do terceiro milênio antes de Cristo, Ebla (atual Tell Mardikh¹⁵⁷), Cidade-Capital de um próspero reino, adquire relevância regional por ser centro de trânsito comercial. sua produção têxtil como exportador de lã¹⁵⁸ e comércio de madeira, provavelmente retirada das florestas circundantes e do atual Líbano, além de móveis e outros artefatos. A Grande Ebla controlava umas 250 cidades e aldeias.¹⁵⁹ Notável por seu poderio político e militar, Ebla foi destruída pelo fogo, provavelmente por Naram-Sin de Akkad, em *c.* 2.250 a.C. e repovoada no período Babilônio Antigo¹⁶⁰, com prosperidade limitada, até que foi definitivamente arrasada em *c.* 1.600 a.C. Um importantíssimo arquivo real foi descoberto aí em 1975¹⁶¹. Ebla teria tido um sítio de 56 ha.¹⁶²

Na década de 60, uma equipe de arqueólogos italianos coordenada por Paolo Matthiae encontrou confirmação de que os objetos recuperados no sítio de Tell Mardikh identificavam uma cidade freqüentemente mencionada pelas inscrições egípcias (anais de Tutmósis III, incritos no grande templo de Karnak) e acadianas (*c.* 2.300 a.C.), Ebla. Seu nome significa “pedra branca”, em função de ter sido construída sobre uma formação rochosa de calcáreo. Das 15.000 tabuletas cerâmicas encontradas pelas escavações, 80% estavam escritas em sumério e as outras

¹⁵⁷ Nome do cômoro ou colina artificial que marca o sítio de Ebla (n. a.)

¹⁵⁸ Os habitantes da cidade teriam tido um rebanho estimado de 200 mil cabeças de ovinos, caprinos e bovinos. (n. a..)

¹⁵⁹ MODELSKI, *op. cit.*

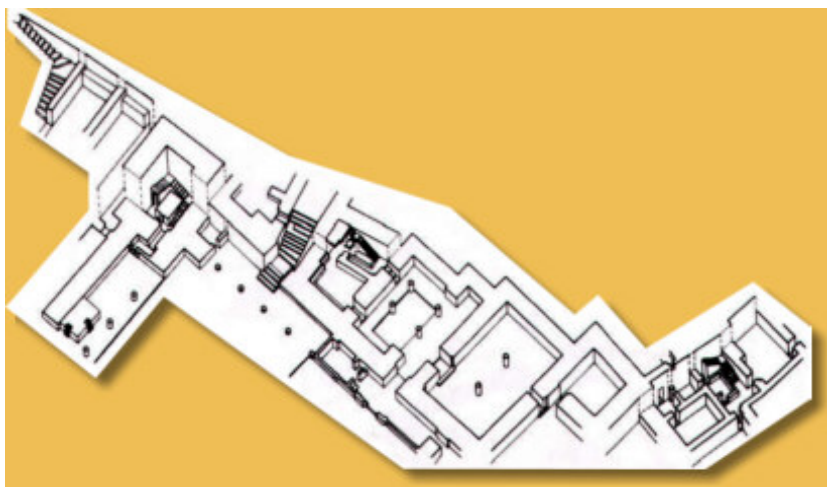
¹⁶⁰ O período Babilônio Antigo refere-se ao período que vai do fim de Ur III até o fim da I Dinastia Babilônia (aproximadamente 2.000-1.600 a.C.), cujo rei mais famoso foi Hamurábi. Refere-se também usado para significar o dialeto acadiano usado nos documentos dessa época.

¹⁶¹ Encontrado pela equipe de Paolo Matthiae, da Universidade de Roma.

¹⁶² MODELSKI, *op. cit.*

principal rival era a cidade suméria de Mari, às margens do médio Eufrates. As inscrições nas tabuletas lançam poucas luzes sobre o regime de governo de Ebla. Ao que parece, tratava-se de uma aristocracia mercantil, que elegia um rei encarregado, por sete anos, de defender a cidade com soldados pagos. A cidade tem a forma típica das cidades sírias, com uma acrópole central circundada pela cidade baixa e o conjunto é murado por um alto cinturão, entremeadado por quatro portas principais.

Os templos D, B, P2 e N, os palácios ocidental com a necrópole real, setentrional, e real G, e o grande edifício P3 são os edifícios escavados de maior destaque. O palácio real estende-se de oeste a leste da acrópole e marca a primeira época de ouro de Ebla (2.400-2.250 a.C.). São identificáveis o pátio central, a escadaria de acesso, a sala dos arquivos e uma parte da área de habitação. Divide-se em: a) ala cerimonial; b) ala administrativa; c) ala de habitação; e, d) arquivos reais.



A ala cerimonial era dedicada às audiências reais, formada de um pátio principal com um corredor coberto indo de norte a leste, cujos vestígios de colunas de madeira têm distância regular. A espessura das paredes do corredor ultrapassa dois metros, sendo as paredes feitas de alvenaria de tijolos crus sobre base de pedra. No lado norte do pátio encontra-se um pódio que se destinava a receber o trono do rei (4,5m/3,0m/0,50m) no qual havia duas escadas pequenas escavadas em sua própria espessura.

A ala administrativa estendia-se ao sul de uma grande escadaria que levava à área de habitação. Era o centro do governo e da monarquia. Uma grande sala abria-se ao lado da escadaria e era adornada com os móveis de madeira entalhados com madreperla pelos quais Ebla era afamada.

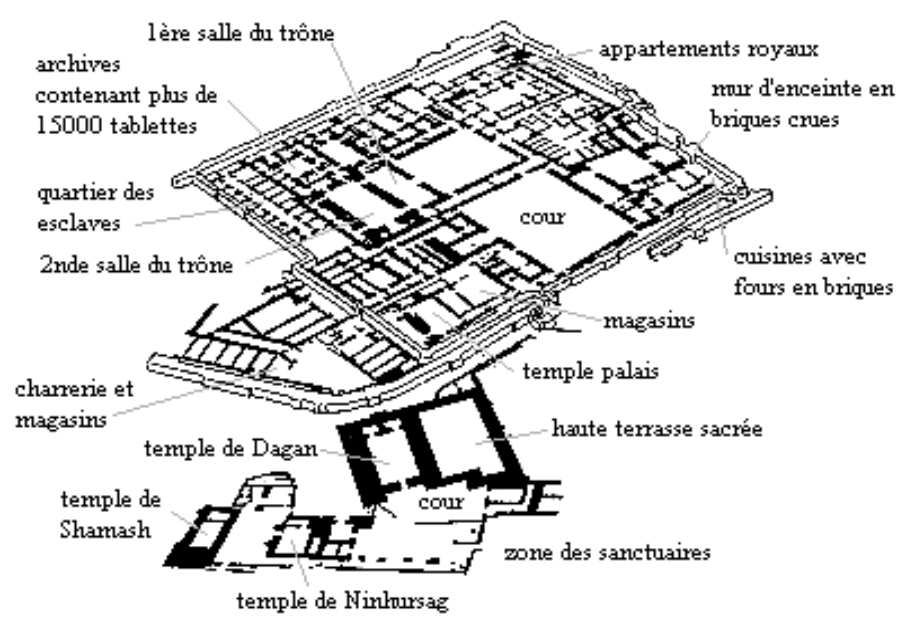
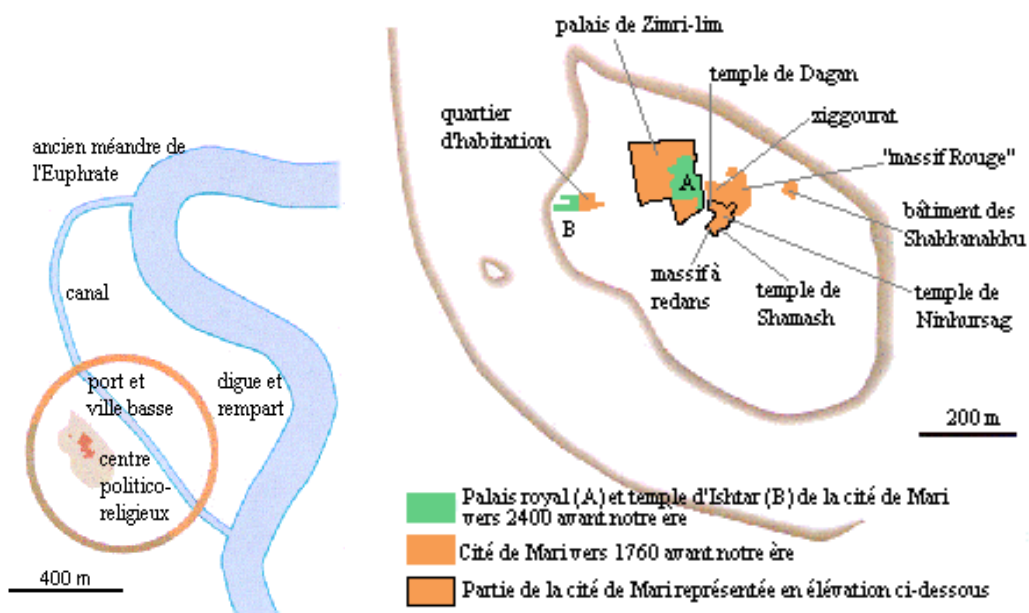
A ala de habitação alcançava-se saindo da grande escadaria de pedra. Compreendia diversas salas destinadas ao preparo dos alimentos, ao processamento dos cereais, aos lagares e à cocção dos alimentos.

Finalmente, os arquivos reais situavam-se em uma sala quadrada a oeste da ala administrativa.

Mari

Mari (atual Tell Hariri¹⁶³) era uma cidade-estado (6 km²) independente, possivelmente posto avançado sumério e importante entreposto comercial de fronteira, no período da primeira Dinastia. Fundada no início do terceiro milênio, foi destruída e voltou a florescer no primeiro quartel do segundo milênio, quando foi a capital do reino amorita, tendo sido novamente destruída por Hamurábi da Babilônia (c. 1.759 a.C.), nos anos de forte instabilidade política por que passava a Suméria, à época. Os reis de Mari tiveram papel importante na política da Mesopotâmia. Foram escavados um grande complexo que inclui um templo e um palácio, Zimri-Lim (1.782-1759 a.C.), composto de 300 cômodos espalhados por 2,5 hectares. O palácio era tão grandioso que o rei de Ugarit maniPhaistosu desejo de conhecê-lo.

¹⁶³ Informações decorrentes das escavações arqueológicas de André Parrot, na década 30 *apud* BAHN, Paul.



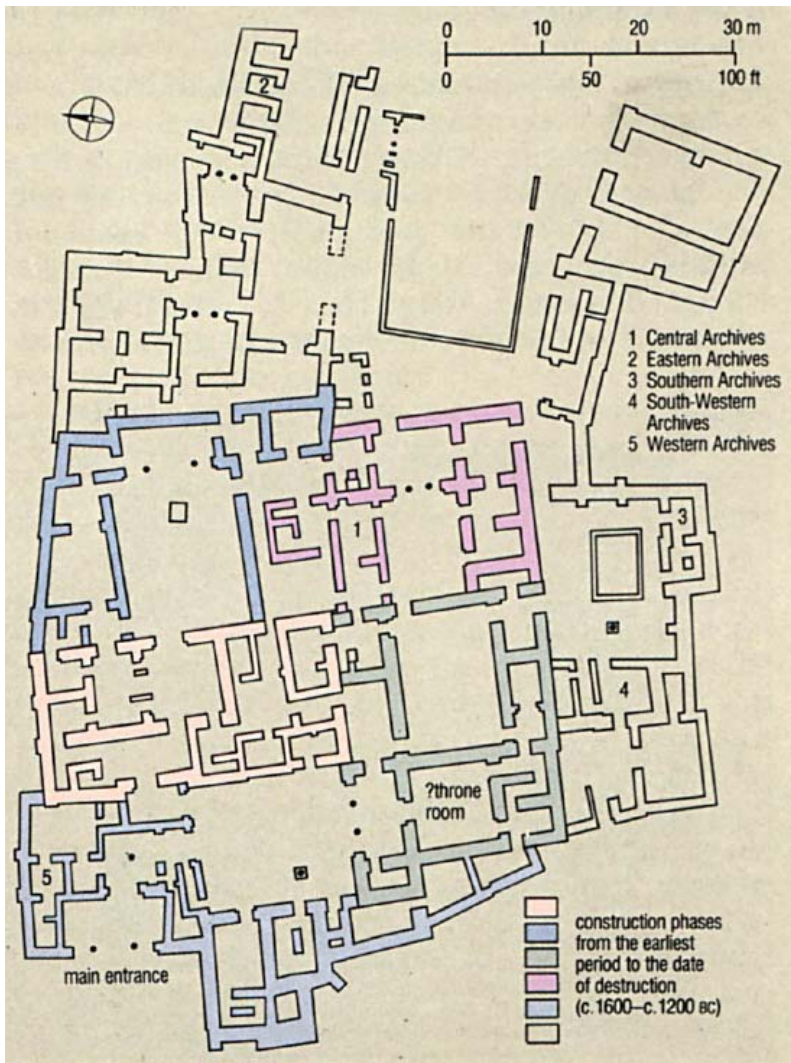
Ugarit

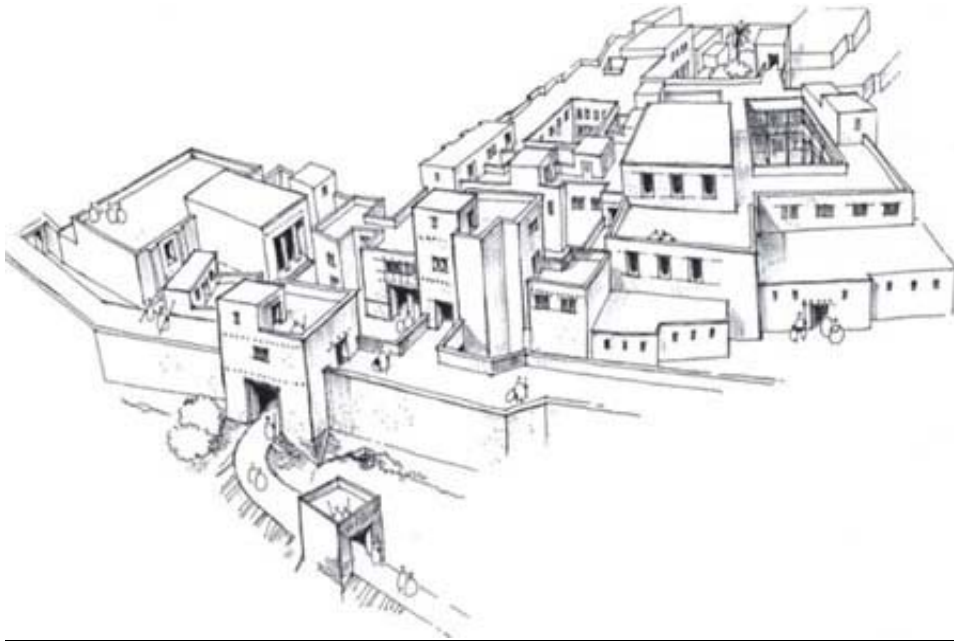
Ugarit, situada perto da costa da Síria, em uma localidade hoje conhecida como Ras Shamra, foi outro importante porto e centro urbano com características semelhantes às de Ebla. Estando dentro da zona do Crescente Fértil, apresenta primeiros vestígios de ocupação humana no período Neolítico Acerâmico, no final do 7º milênio a.C. Daí em diante parece sempre ter havido assentamentos humanos no sítio, até a Idade do Bronze Médio, de acordo com a cronologia levantina, ou seja, do séc. XX a.C. a XV a.C. Esse período representa o auge das culturas urbanas cananéias, caracterizadas por grandes muralhas, templos simétricos e palácios elaborados¹⁶⁴.

O sítio foi escavado por Schaeffer a partir de 1920, e trouxe à luz um dos quadros mais detalhados dos pequenos reinos do Levante durante a Idade do Bronze no Levante, incluindo as disputas com outras Cidades-Estado ou Reinos, como Mari e Ebla. Particularmente importante também é o contato entre Ugarit e Alashiya (provavelmente Chipre), fonte de cobre, além das relações com o reino egípcio e as *polites* micênicas. Por sua localização portuária, sua antigüidade e suas ligações com o leste do Mediterrâneo, tem-se hipotetizado que Ugarit pode ter sido o porto de contato com a Mesopotâmia.

Implantada em acrópole, suas ruínas incluem dois templos e um palácio onde se encontraram arquivos cujo teor diz respeito sobretudo a sua fase final, na Idade do Bronze Tardia, séc. XIII a.C., quando a cidade já era vassala do Império Hitita. Como prova de seu caráter de entreposto comercial, as tabuletas cuneiformes encontradas contém textos em sumério, acádio e hurrita. O ugarítico, semita, era notado no que talvez seja o mais velho alfabeto conhecido. Além destes, havia registros em hieróglifos egípcios e hititas, e inscrições cipro-minóicas.

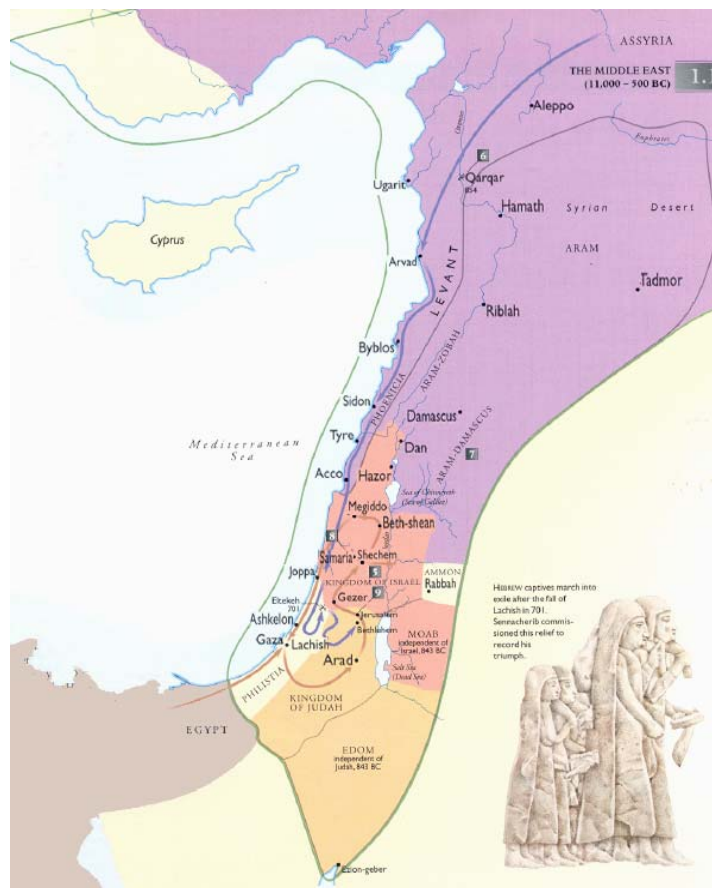
¹⁶⁴ BAHN, op. cit., p. 293





Canaã

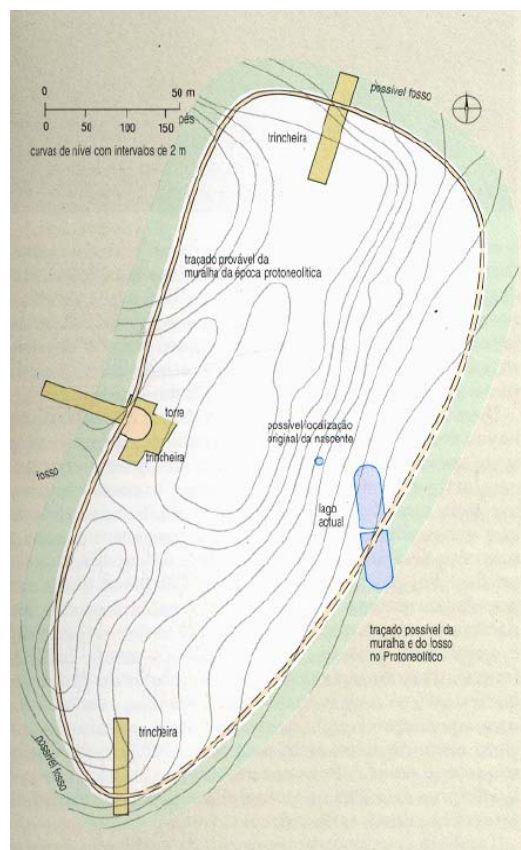
Sob o nome de cananeus identifica-se um grupo étnico que surge tanto na Bíblia quanto em textos cuneiformes. Sua cultura material foi muito sofisticada, tendo atingido sua plenitude na Idade do Bronze Média e Tardia, cronologia levantina, c. 2.000-1.200 a.C. Tendo em vista sua posição geográfica entre as rotas que ligavam obrigatoriamente, por terra, o Egito às rotas demandando a Mesopotâmia, não é de se admirar que Canaã tenha se tornado também um elemento de atração para as populações das ilhas da Héliade - Chipre, Creta e as ilhas do Egeu. Assim sendo, constituía uma espécie de ponto de encontro de diferentes culturas. As invasões de hebreus e dos Povos do Mar por volta dos séculos XIII a.C. expulsaram em parte os cananeus de seu núcleo inicial, fazendo-os mover-se para o norte. Lá, propiciaram elementos para a ascensão da cultura fenícia.



Em uma certa oposição ao caso sumério, em que o templo-torre terraçado dominava a paisagem urbana, entre os cananeus o palácio se destaca como o elemento de referência. As principais cidades dessa cultura foram Hazor, Jericó, Láquis, Beit Mersim e Dan. Normalmente possuíam uma muralha em obra-de-arte de terra que delimitava um elipsóide. A passagem fazia-se por meio de uma arcada formal - procedimento que parece ter se disseminado tanto pela esfera anatólica (Hatusas) quanto pelo mundo micênico (Micenas). Seus templos apresentam muros muito espessos, paredes cegas com tratamento em jogos de baixo-relevo geométrico.

Hazor implantava-se em acrópole, protegida por muros que chegaram a cerca de 8 metros de espessura e cercavam uma área de perto de 80 ha. Teve seu auge por volta do séc. XVIII a.C., sendo destruída pelos hebreus no séc. XIII a.C., tendo se tornado uma cidade de domínio israelita até a destruição pelos assírios, no séc. VIII

a.C.



Jericó

Jericó, sítio de ocupação antiqüíssima, hoje conhecido como Tell es-Sultan, apresenta um padrão incomum de assentamento humano desde o período Natufiano (c. 10.500 - 8.000 a.C.) até hoje. É famoso pelo episódio bíblico de sua conquista pelos hebreus sob o comando de Josué, que teriam derrubado justamente suas características muralhas com o som de trombetas. É evidente pelas escavações a adaptação ao terreno, situada sobre uma acrópole de forma oval. Há restos parciais de uma dupla muralha de defesa. Os bairros levantados apresentavam grande adensamento edilício.

Láquis (Tell ed-Duweir) era outro centro cananeu em acrópole, amuralhado. Foi sucessivamente destruído por egípcios (séc. XVI a.C.), Povos do Mar (séc. XII a.C.), hebreus (séc. X a.C.) e assírios (séc. VIII a.C.); estes últimos festejaram o feito em célebres painéis em Níneve.

Meggido, outra acrópole natural encimada por um *tell*, era outro sítio fortemente defendido em seu período cananeu (Idade do Bronze Média), posteriormente conquistada pelos hebreus.

Jerusalém situada nas colinas da Judéia, foi destruída (uma delas por Tito em 70 d.C) e reconstruída (inclusive por bizantinos e muçulmanos) muitas vezes. Por razões de ocupação presente e conflitos sociais intestinos, oferece elementos insuficientes para conclusões precisas quanto a suas planimetrias mais antigas. Provavelmente suas primeiras edificações destacadas eram fortificações de pedra da Idade do Bronze Tardia. Foi capturada pelos hebreus sob o comando de Davi no início do século X a.C. O rei Salomão ampliou-a consideravelmente. O livro de Ezequiel, da Bíblia, sugere um plano que revelaria teorias de inspiração babilônica. O Templo, que representa o complexo edilício mais estudado, foi realizado em um sistema de terraçamentos escavados na rocha e integrados por terraços sustentados por bastiões.

A expansão para o leste do Mediterrâneo

Chipre

A ilha demonstra ocupações desde o Neolítico, com sítios de interesse particular como Khirokitia, onde há traços de uma das primeiras vias com calçamento de que se tem notícia (entre 8.000 e 3.500 a.C.). O número de sítios arqueológicos, portanto, é enorme, cobrindo uma extensão temporal muito extensa.

O minério de cobre, cujo nome parece se dever a Chipre, constituiu um fator de interesse e intercâmbio com a costa levantina e além, em direção à Mesopotâmia. O Egito também contava como outro destino de trocas. É a isso que se deve sua

identificação com a Alashiya dos textos do Levante e da Síria. Provavelmente sofreu destruições devido às invasões dos Povos do Mar por volta de 1.200 a.C..

Os sítios de Enkomi e Kition (séculos XVII a XI a.C.), do lado leste da ilha, parecem ter sido os mais prósperos. Enkomi era um centro de exportação de cobre e talvez capital de Alashiya. Após ataque arrasador no séc. XIII a.C., surgem enormes fortificações ciclópicas. Houve também uma ocupação em tabuleiro, construções requintadas como o santuário do Deus de Chifres. Por volta de 1.050 a.C. foi abandonada, trocada por Salamis. Kition apresenta uma história similar, também dotada de fortificações maciças.

A história subsequente de Chipre é de dominação e ocupações, seja por micênicos, egípcios, fenícios, persas, gregos, romanos, bizantinos e turcos.

A Creta minóica

Creta tem interesse sobretudo por estar no passado da Grécia clássica. Repete o padrão de expansão da urbanização a partir da Mesopotâmia e do Egito, propagando-se via Levante e Chipre, durante o final do 3º milênio a.C. A ocupação de sua topografia movimentada foi resolvida por meio de implantações em cidades-palácios, espécies de megaestruturas, que se desenvolviam em terraços de cotas diversas, em um jogo engenhoso de espaços abertos, escadarias e corpos construídos em plantas ortogonais. É notável um sentido de inserção paisagística desses complexos. O mais famoso parece ter sido o de Cnossos, sede de um reino cujo titular tinha o título de *Minos*. O culto religioso aos touros, o domínio da ilha sobre as populações heládicas e a aparência intrincada das grandes estruturas estariam na base da lenda do Labirinto habitado pelo monstruoso Minotauro.

Os primeiros testemunhos de estabelecimento humano surgem em Creta em 6.000 a.C. Durante as famosas e controversas escavações de Evans¹⁶⁵, reconhecem-se nos estratos arqueológicos nove períodos diversos na longa civilização cretense. Já no 4º milênio a.C o sítio do palácio-cidade de Phaistos era habitado..

As trocas entre os cretenses e os outros povos mediterrâneos foram intensos. Há testemunhos de contatos com a Sicília, a península ibérica, as populações adriáticas; a civilização egípcia e aquela mesopotâmica convinham idealmente a Creta, que, de longe se espalhava nos seus itinerários marítimos. Populações indo-europeias fazendo estações por volta de 2.000 a.C. no Peloponeso, através da Tessália, não modificaram substancialmente o caráter da vizinha civilização cretense, que teve no mesmo período a sua mais intensa supremacia no leste do Mediterrâneo como potência marítima e mercantil.

Quais tenham sido as origens e os influxos da civilização cretense, ela tem um caráter peculiar seu e permanece o centro mais característico e importante da civilização pré-helênica e egípcia. O refinamento, manifesto sobretudo no naturalismo e na técnica surpreendente das artes figurativas, transparece também no campo arquitetônico, onde se reflete nos restos dos palácios de Cnossos e de Phaistos, cujas plantas revelam composições respondendo às exigências de uma cultura de rica realização material, que em sua arquitetura unia grandiosidade e conforto.

Homero dava à ilha o epíteto de "Creta das 90 cidades", número muito alto, provavelmente idealizado. Mesmo assim são numerosos os centros trazidos à luz do dia pelas prospecções arqueológicas: os mais interessantes e conhecidos são Phaistos, Cnossos, Hagia Tríada, Gurnia, Palaicastro e Pseira. Características comuns se encontram em todos, o que confirma a unidade cultural da ilha ou talvez

¹⁶⁵ Sir Arthur Evans (1851-1941) foi um romântico erudito britânico que realizou incursões no campo da arqueologia. Se por um lado ele identificou corretamente a cultura minóica de Creta e a batizou, por outro suas reconstruções das ruínas de Cnossos foram temerárias.

uma forma de sinecismo¹⁶⁶. As escavações nos sítios de Phaistos, Cnossos e Hagia Tríada, apesar de concentradas sobretudo nos palácios reais, demonstraram uniformidade de identidade de tipologia e de programa. Em Creta não foram encontradas implantações em acrópole ou cidades cingidas por muralhas, como no caso das cidades do Levante anteriormente descritas.

Phaistos

Em Phaistos, a "megaestrutura" ou complexo de edifícios, está distribuída em um terreno de colinas trabalhado em terraços. A ortogonalidade dos ambientes ressalta aos olhos. Mesmo assim, não é rígida, há assimetrias, justaposições que criam efeitos através de um equilíbrio de jogos de diferentes planos, vazios dos pátios e volumes de cantaria.

A falta de simetria geral pode recordar os exemplos mesopotâmicos, mas sem grandes efeitos cenográficos. Não há o que a época clássica chamou de conceitos de axialidade ou de centralidade de ingresso. O plano do palácio, que data de 2.000 a.C. e que nas sobreposições e nas ampliações sucessivas não foi modificado, tem como centro e fulcro um grande pátio retangular. São notáveis nas escavações de Phaistos as três escadas: duas com função de união entre os planos dos vários patamares, a outra com função a si mesma com respeito à pracinha de que surge; junto com este formam um complexo de tal forma definido que faz pensar em um teatro ou pelo menos em um local destinado a cerimônias como, muito mais tarde, o Telesterion de Elêusis ou o Tersilion de Megalópolis.

Cnossos

¹⁶⁶ Sinecismo ou *sinoikía* era o processo de fusão ou reunião de aldeamentos em um verdadeiro núcleo citadino, fenômeno social muito freqüente na Grécia. (n. a.)

Cnossos, como já dissemos, apresenta as mesmas características arquitetônicas, compositivas e distributivas de Phaistos. Notáveis elementos em Cnossos são as escadarias, evidência de diversos andares, a composição do "teatro", com uma pequena praça retangular, o corredor particularmente longo que introduz um altar no pátio ao centro. Foi o palácio de Cnossos, com a sua planta complexa, que induziu Evans a conjecturar ter encontrado o mítico labirinto anteriormente citado.

Em Cnossos encontraram-se as famosas peças de cerâmica que representam fachadas de casas e prédios, conhecidas como "*town mosaics*". Podem constituir um indício das relações volumétricas das edificações e de sua implantação e sugerem o uso de construções com dois pisos, indicado também pelas escavações.

Os exemplos de Phaistos e Cnossos, com suas espécies de propileus¹⁶⁷, de *caveas*¹⁶⁸ dos "teatros", integração do componente paisagístico, os grandes pátios centrais e as várias composições constituem complexos originais que se assemelham à implantação de uma cidade edifício, uma megaestrutura, como dissemos. Infelizmente não se sabe ao certo as verdadeiras funções desempenhadas nas partes diversas dos palácios para além de inferências lógicas a partir de concepções modernas, mas parece razoável supor que as hierarquias espaciais fossem altamente organizadas.

Ao valor arquitetônico dessas grandes composições minóicas se junta ainda a surpreendente organização das instalações hidráulicas e de canalização de águas servidas.

¹⁶⁷ Propileu ou *propylon* era uma estrutura composta de elementos porticados trilíticos servindo de signo de ingresso monumental, sobretudo ao *temenos* ou espaço sagrado. (n. a.)

¹⁶⁸ Estrutura para os espectadores se sentarem, arquibancada. (n. a.)

Os palácios de Hagia Tríada, Malia e Gurnia, mesmo apresentando características distributivas mais unitárias em sua composição, repetem em menores proporções os esquemas de Phaistos e Cnossos.

Em Gurnia temos também a possibilidade de estudar outros conjuntos da cidade em si, que se estende adjacente ao palácio. Nela as várias construções estão, como sempre, dispostas com relação à natureza do terreno, com tendência a implantações ortogonais ao longo de três artérias longitudinais. As duas superiores seguem as curvas de nível.

Exemplos urbanísticos, apesar de modestos, são oferecidos por Palaiocastro e por Pseira.

A primeira se estendia ao longo da vertente de um vale em direção à planície: os restos levantados apresentam intersecção em ângulo reto com adaptações particulares ao terreno.

A segunda, disposta sobre uma pequena ilha bem perto da costa norte de Creta, localizada no espigão de um morro, demonstra bastante regularidade na sua adaptação à topografia do terreno, em que pese a densidade de agrupamento.

As ilhas do Egeu e a cultura heládica

Estabelecimentos nas Cíclades, de populações provenientes provavelmente da Ásia Menor, verificados por volta da metade do IV milênio a.C., tiveram influência sobre Creta, a qual, por sua vez, afirmando o próprio predomínio sobre o Egeu,

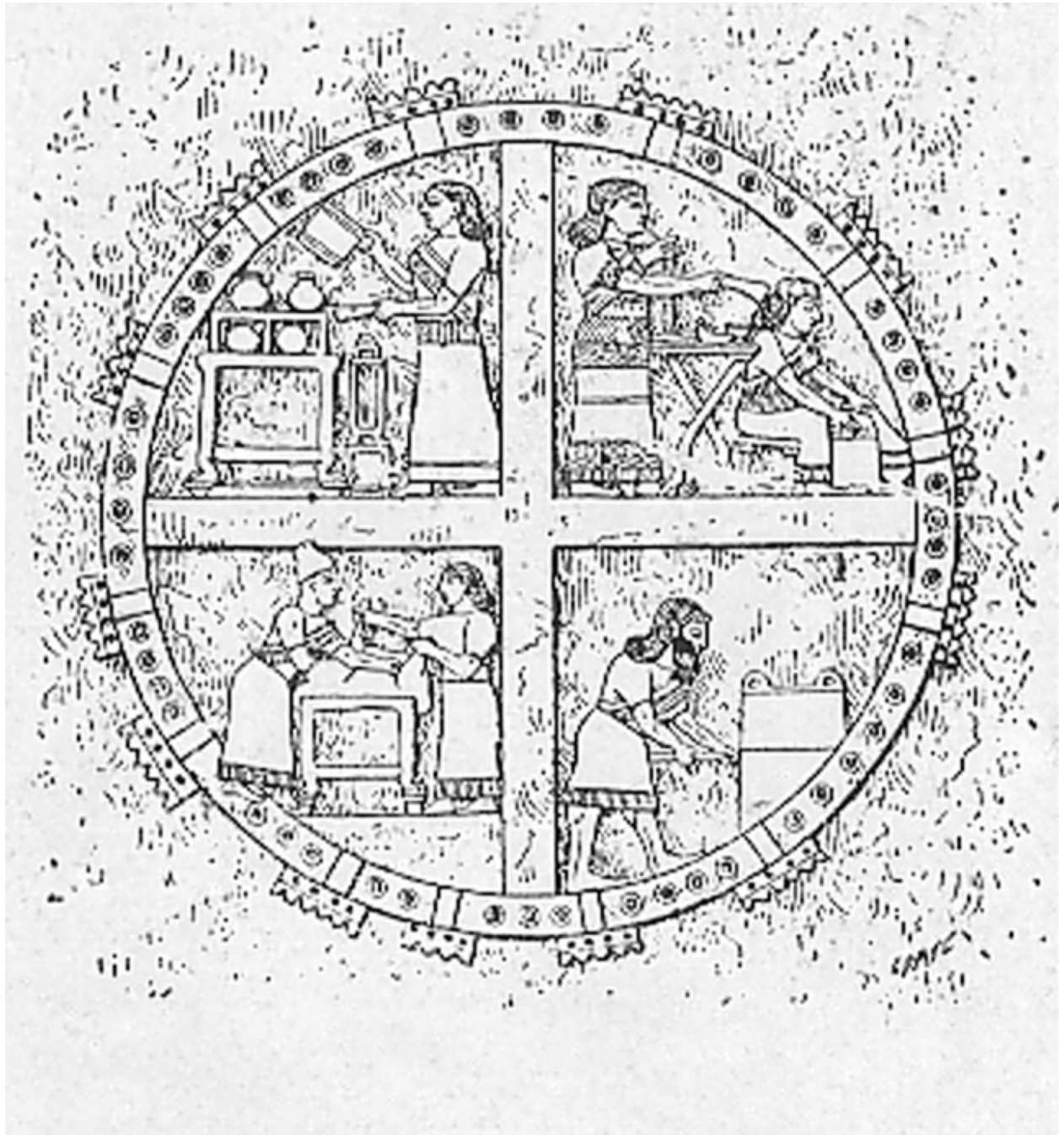
determinou em retorno qual tipo de civilização tomaria propriamente o nome de egéia e se estenderia com características quase uniformes através das Cíclades até as costas da Ásia Menor. As Cíclades, embora entrando na esfera da civilização cretense, oferecem exemplos de fortificações como as de Chipre, indicando que suas posições deviam ser expostas a fáceis invasões do continente.

Um testemunho da história movimentada daquelas ilhas é dada em Philakopi, em Melos, ilha fonte de obsidiana, onde aparece a sobreposição de três cidades identificadas pelos estratos arqueológicos. A implantação apresenta intersecções em ângulo reto com uma ortogonalidade compositiva geral. É clara a adaptação ao terreno, evidente no desenvolvimento leste-oeste da cidade. Outros centros fortificados dignos de nota são Calandriani, em Siros e Hagios Andreas em Sifnos.

Em épocas posteriores, por volta de 1.450-1.400 a.C., os palácios de Cnossos e Phaistos parecem ter sido destruídos por incêndios, talvez devido a invasões do continente que teriam provocaram a queda da civilização baseada em Cnossos. Entretanto esses pretensos povos invasores já teriam sido influenciados pela cultura cretense. Evans e outros estudiosos do séc. XIX pensavam que os micênicos não fossem gregos mas sim cretenses estabelecidos no continente depois de tê-lo conquistado. O deciframento da escrita linear B por Michael Ventris provou que os invasores, chamados de micênicos, falavam uma forma de grego, correspondendo possivelmente aos aqueus ou argivos homéricos, entre os quais se devia encontrar não poucos mediterrâneos assimilados (pelasgos, heládicos). Já a população minóica cretense notava em um sistema silábico conhecido por linear A, até hoje não decifrado. Muitas das conquistas da civilização minóica prosseguem na cultura micênica e não se perdem totalmente na Idade das Trevas¹⁶⁹ helênica.

¹⁶⁹ *Grosso modo*, entre os séculos XII a IX a.C., talvez devido a invasões dos "Povos do Mar". (n. a.)

3. - A maturidade da linhagem principal do sistema urbano da Mesopotâmia



3.1 - O Império e a Cidade-Capital: a metrópole de Babel

Como foi anteriormente exposto, a Cidade-Estado tinha sua imagem definida principalmente por um ou dois grandes objetos arquitetônicos monumentais, intimamente relacionados por sua população com o seu caráter, ou seja, seus habitantes definiam-se, sobretudo no caso Sumério, por sua pertinência à comunidade que erigiu o marco notável. Normalmente esses objetos eram templos dedicados à divindade protetora da cidade, e podiam ser vistos de longe por seu grande tamanho e altura, reforçando a tridimensionalidade e a exterioridade do edifício e sua presença na paisagem urbana. Mas por vezes alguns outros elementos distintivos, como um palácio ou obras públicas - muralhas, canais, torres, barragens, portas - podiam fazer as vezes de emblema da cidadania de cada comunidade.

A passagem à articulação política de Cidades-Estado reunidas como Reino ou Império produzia a Cidade-Capital, centro de um sistema. A necessidade fundamental de destacar a primazia de seu governante ou grupo dominante materializava-se em um maior número de obras monumentais que sublinhavam sua diferenciação em relação aos outros agrupamentos urbanos. Seria o caso da cidade palaciana de Agade¹⁷⁰, capital do primeiro Império conhecido, aquele Acádio de Sargão I.

Agade (Akkad) teria sido construída por Sargão I como Cidade-Capital (depois de 2.350 a.C.); destruída no final da dinastia (c. 2.150 a.C.). De acordo com

¹⁷⁰ Seu sítio não foi localizado até hoje. (n. a.)

inscrições, 5.400 guerreiros comiam pão diariamente ante Sargão, presumivelmente ficava perto de Kish. O Império Acádio centrava-se no norte da planície aluvional da Baixa Mesopotâmia, junto ao ponto em que o Eufrates e o Tigre se aproximam - exatamente a região da cidade de Babilônia.

Se a Suméria, durante o 3º milênio, lançou as bases de praticamente todos os elementos constituintes do tecido e paisagem urbanos mais tarde disseminados pela Mesopotâmia, Elam, Síria e Levante, foi a partir do caso imperial acádio que as Cidades-Capitais introduzem um diferencial significativo na história da urbanização: uma espécie de monumentalidade irrestrita garantida pela centralização de recursos do conjunto em um só núcleo, uma dignidade Capital que tende a ter como horizonte o que hoje chamamos de metrópole, a cidade de referência.

Uruk era uma cidade excepcionalmente grande. Mas no período dinástico era somente uma entre as Cidades-Estado da Suméria. Poderia exercer a "realeza" ou "reinado", como encontramos na Lista dos Reis Sumérios. Pode ter sido o centro do Sistema Uruk e de sua Expansão. Mas qualitativamente, em termos urbanísticos e arquitetônicos, a diferença reside na legitimidade da pretensão de primazia. É esta legitimidade que se traduz no acúmulo de obras públicas da Cidade-Capital. A pertinência, espécie de proto-cidadania gestáltica, não se traduz mais a um núcleo urbano, mas à potência do Estado organizado como reino ou império¹⁷¹.

¹⁷¹ Extrapolando em muito o caso para fazer um paralelo, seria um pouco como o caso das cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro com relação ao Brasil. São Paulo, principal polo econômico e cultural do país, é no entanto freqüentemente acusada de ser uma cidade provinciana por ser *nombriliste*, voltada para si e para o estado que a cerca. Prova disto, dizem seus detratores, seria o nome de sua principal avenida: Paulista. Portanto, seria como a cidade-estado, como Uruk: um marco referencial, mas não de identificação. São Paulo não representa o Brasil, fica no Brasil. O Rio, antiga capital imperial, oferece-se como destino de todos os brasileiros, quase que um território neutro para a individualidade de todos seus súditos. Os brasileiros - talvez excetuados alguns paulistanos - se identificam, ainda hoje, com o Rio. A imagem do Rio é o Brasil. Seria uma Cidade-Capital nesse sentido, como a Babilônia. (n. a.)

Nenhuma Cidade-Capital mesopotâmica exibiu as dimensões da sede dos Impérios Babilônico¹⁷² e Neo-Babilônico¹⁷³. Todos seus números eram enormes; por mais de mil anos¹⁷⁴ deve ter sido o maior agrupamento urbano do planeta e foi somente com o advento das grandes metrópoles helenísticas no segundo século a.C., Pérgamo, Antióquia e Alexandria, especialmente esta última, que sua aura de magnificência foi igualada.

Uma observação inicial acerca da cidade diz respeito a seu nome. Algumas tradições diferenciam a região e a *urbs*: Babilônia a primeira, Babel a segunda¹⁷⁵; outras nomeiam ambas com o mesmo topônimo. Em português o termo Babel ficou marcado por sua ligação com a torre bíblica, provavelmente o zigurate Etemenanki. O nome *Babylon* nos chegou pelo grego, derivado do acadiano *Babilu* (*bab-ilû*), "Portal dos Deuses", tradução do sumério *Kadingirra*. No Antigo Testamento, a palavra passa a ser interpretada como "confusão", provavelmente por contágio com o verbo aramaico *balal*, "confundir"¹⁷⁶. Muito provavelmente isso revela o impacto que uma grande cidade cosmopolita tinha sobre o imaginário de povos de pastores como os arameus e os hebreus, pouco afeitos às trocas culturais e hábitos requintados típicos da vida citadina, encarados como licenciosos e caóticos. Trata-se de um conflito interessante por ressaltar o quanto o caráter urbano de Babilônia devia contrastar com o conservadorismo de agrupamentos muito menores.

Como veremos, a importância da Babilônia para o estudo das relações dos ambientes construídos de uso público, coletivo ou restrito na Antigüidade reside no fato de que a escala e a complexidade que ela exhibe lançam os parâmetros

¹⁷² Séculos XVIII a XVI a.C., com seu auge no reino de Hamurabi, 1728-1686 a.C.

¹⁷³ Séculos VII a VI a.C., com destaque para o reino de Nabucodonosor II, 604-562 a.C.

¹⁷⁴ Além dos dois altos momentos acima destacados, em que a Babilônia não só foi dominante como contou com dirigentes extraordinários cujos nomes são conhecidos até hoje, a cidade também foi capital do Império Persa Aquemênida de Ciro, Dario e Xerxes (sécs. VI a IV a.C.) e Alexandre pretendia torná-la centro de seu projeto de império universal helenístico (*Oikoumêne*).

¹⁷⁵ É o caso da língua inglesa, na qual há *Babylon* (a cidade) e *Babylonia* (a região).

¹⁷⁶ Genesis 11:9.

comparativos para qualquer outra grande cidade a partir de então. Assim como o sistema de Cidades-Estado da Suméria pode ser tomado como caso paradigmático para entender fenômenos semelhantes e posteriores em outras regiões, o caso da Babilônia é modelar para a análise de Alexandria, de Cartago, de Roma e de Constantinopla. Nela, pela primeira vez, a imensa concentração de recursos drenados pelo poder imperial resultou em uma cenografia urbana monumental a serviço de um discurso de hegemonia. Como resultado, a imagem da cidade é marcada pelo que hoje tenderíamos a entender como espaços públicos de aparato, algo não de todo dessemelhante do efeito obtido pelos *Grands Boulevards* da Paris de fins do séc. XIX. A Porta de Ishtar e a Via Processional propunham um percurso visual de impacto cujo objetivo muito provavelmente era confirmar para além de qualquer dúvida a legitimidade da supremacia do governante residente na cidade sagrada de Babilônia; mas essa superioridade acabava por estender-se aos demais habitantes da cidade, em um efeito de *Gestalt* de profundo impacto para a coletividade¹⁷⁷.

As ruínas da Babilônia encontram-se a cerca de 80 km ao sul de Bagdá, na Província de Babil, em um lugarejo conhecido modernamente como Al Hillah. O plano urbano que conhecemos parece datar da época de Nabucodonosor (séc. VII a.C.), uma vez que o rei assírio Senaqueribe (704-681 a.C.) destruiu a antiga cidade. Dentre as escavações mais importantes, destaca-se a do Deutsche Orientgesellschaft, iniciada em 1899, que revelou importantes inscrições de Nabucodonosor II, mas igualmente fundamentais para o conhecimento de sua história são os textos de autores antigos, como Heródoto e Estrabão. As menções mais antigas à cidade, no entanto, datam dos tempos de Sargão I de Agade (2.350-2.300 a.C.). Nada restou dessa antiga fundação, encoberta hoje pelas águas do Eufrates. A cidade parece ter

¹⁷⁷ Conforme já defendemos, seria um efeito vinculado à idéia seguinte: se sou de Babel e Babel é meritória, sou meritório. Essa relação se manifestaria entre iguais - os moradores - e em oposição aos não pertencentes, os "outros" com relação a quem se estabelece uma escava valorativa de inferioridade. (n. a.)

uma marca multiétnica desde seus primórdios, pois combinaria elementos sumérios com os semitas acádios e amoritas, uma estranha coincidência com o caso romano quase dois mil anos mais tarde¹⁷⁸. A primeira dinastia babilônia teria sido estabelecida por Sumu-abum, ainda como Cidade-Estado. Após o fim do império sumério de Ur III, disputou a primazia da Mesopotâmia com cinco outras, Larsa, Eshunna, Qatna, Alepo e Assur. Formou a seguir uma liga com Larsa e Mari para combater Eshunna, Assur, os elamitas e alguns povos montanhese; saindo vitoriosos, os babilônios subjugarão seus aliados e impuseram seu Império (c. 1.800 a.C.).

A partir de então, guindada ao nível de Cidade-Capital, torna-se o centro da Baixa Mesopotâmia e peça central no jogo do poder na sua macro-região, sempre contraposta à potência da Alta Mesopotâmia, a Assíria. Sua população cresceu continuamente, sendo provavelmente a primeira cidade da história a superar a marca de 200.000 habitantes¹⁷⁹. Sua longa cronologia apresenta de forma modelar as turbulências políticas do tempo, ou seja, uma sucessão de episódios de supremacia e submissão a invasores diversos, como os hurritas, hititas, cassitas e elamitas, além dos recorrentes rivais assírios. A conquista pelos povos iranianos no séc. VI a.C., no entanto, põe um fim a sua independência e esplendor. Quando Alexandre a conquistou, já se encontrava em decadência. O diádoco Seleuco¹⁸⁰, ao fundar sua capital Selêucia em suas vizinhanças, esvaziou a população de Babilônia em 275 a.C. Na época da restauração iraniana do Império Parta Arsácida, em meados do II séc. a.C., a antiga metrópole não mais existia.

Em termos morfológicos, podemos descrever a cidade como ela era nos tempos de Nabucodonosor II, no sétimo século a.C.¹⁸¹. A cidade se distribuía sobre

¹⁷⁸ Roma parece ser o resultado de uma tripla combinação de raízes etruscas, latinas e sabinas.

¹⁷⁹ *Encyclopædia Britannica*, Eleventh Edition.

¹⁸⁰ Um dos generais que sucederam a Alexandre e a quem coube os antigos territórios persas a leste.

¹⁸¹ (605–562 a.C.)

ambas as margens do rio Eufrates, segundo uma disposição de cotas progressivamente elevadas, em terraços, de modo aconter suas enchentes sazonais. De extrema importância são a noção de zoneamento de seu tecido e a distribuição praticamente hipodâmica de sua malha viária principal. A própria cidade apresentava um formato quadrangular, definido por sua linha externa de muralhas, testemunha de uma intenção organizadora visível na cidade de fundação então recente de Borsipa. De acordo com Heródoto, a cidade cobria um quadrado regular de cerca de 4 mil e quinhentos metros de cada lado, com o largo rio Eufrates correndo ao longo de uma diagonal norte-sul por seu meio ¹⁸², as obras da muralha teriam 10 m de altura e 25 m de largura, com cem [sic] portões de bronze, ainda segundo Heródoto.

A maioria das ruínas fica na margem esquerda, em três grandes cômodos ¹⁸³. Aquele situado a norte é chamado de *Babil*, o do centro, de *Qasr* ou Palácio (ou ainda, *Mujelliba*), e o terceiro, *Ishgn "Amran ibn"*. Ao sul, eleva-se o periférico monte *Jumjuma*, e a leste outro chamado *Ishgn el-Aswad* ou "Cômoro Negro". Também aí há três linhas de muralhas, uma das quais cerca o *tell* de *Babil* dos lados N e E, enquanto o terceiro forma um triângulo com o ângulo SE dos outros dois. Do lado direito do Eufrates há outras muralhas, e o resto de Borsippa.

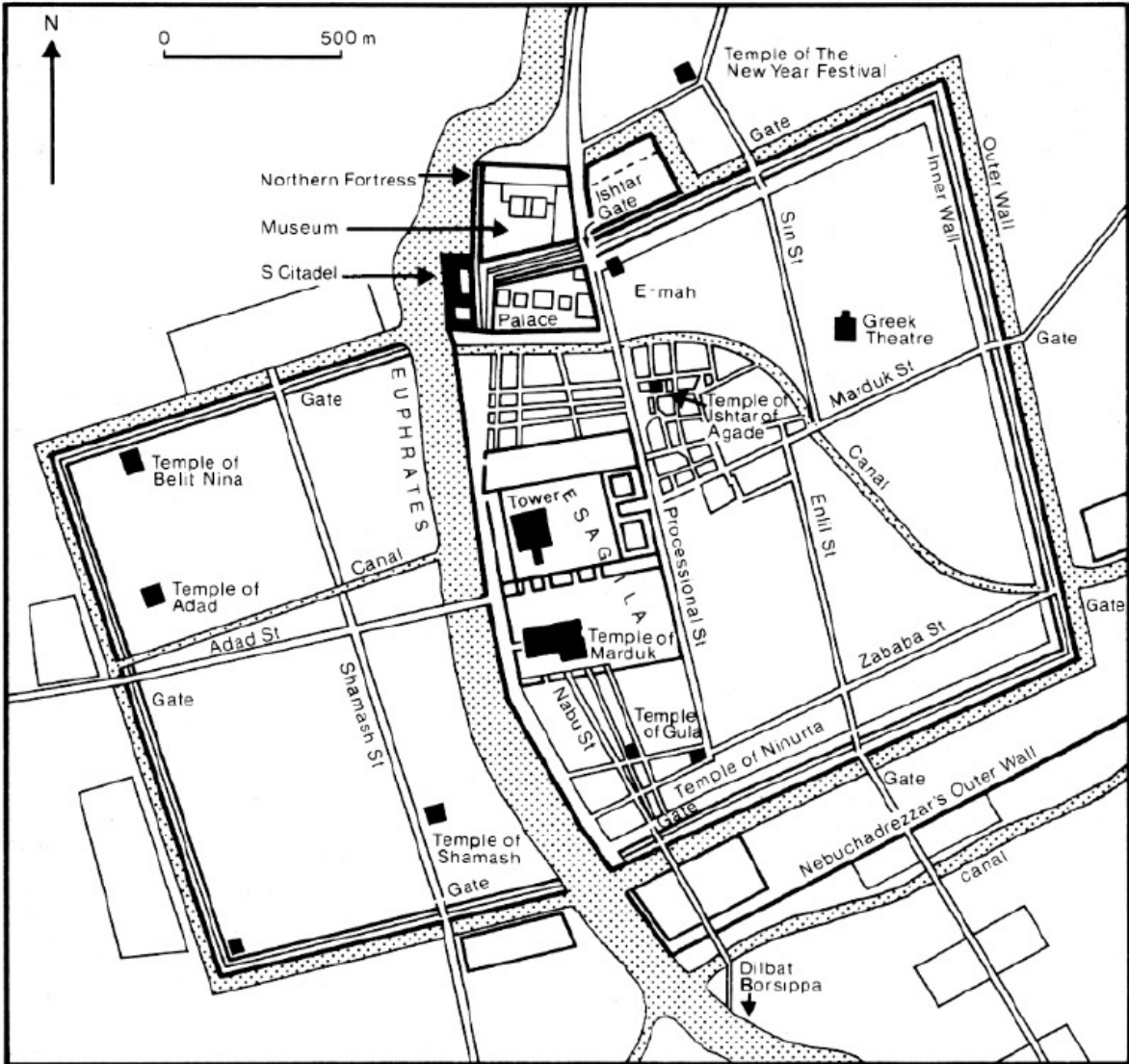
Na Babilônia, os palácios reais não estavam de um lado da cidade, como veremos na cidade assíria, mas em seu meio. O quanto isto se devia à atração daqueles setores mais próximos do rio, é difícil dizer. O traçado geral baseava-se em uma grelha com as ruas principais correndo em ângulos retos, embora geralmente muito estreitas. As vias norte-sul tinham entre 6 e 7,5 metros de largura, as leste-

¹⁸² Ctesias descreve que havia três linhas de muralhas, a mais externa delas medindo 360 estádios em perímetro. De acordo com Heródoto seriam 480 estádios². Outras estimativa seriam a de Q. Curtio, 368 estádios, de Cleitarco (*apud* Diodoro Sículo), 365 estádios, de Estrabão, 385 . Um estádio corresponderia a aproximadamente 185 m.

¹⁸³ *tell*, em árabe, *huyuk*, em turco, *tepe*, em farsi.

oeste tinham 3 e 4,5 metros. Estas vias delimitavam os "bairros", no interior dos quais a ocupação apresentava um padrão irregular e complexo. A construção das paredes dos edifícios era peculiar; a sua superfície externa não era lisa ao longo da linha do prédio, mas de um padrão de dente de serra. Ao menos uma rua possuía um caráter de importância definido: a Via Processional, provavelmente elevada, pavimentada e larga. Ela corria de norte a sul, partindo da Porta de Ishtar e aproximando-se do palácio do rei, dos prédios públicos e dos templos. Havia um princípio de hierarquia das vias. O casario, denso e apinhado, compunha-se de casas construídas no princípio já conhecido do partido de pátio aberto. Terraços sobre os telhados, habitados, podem ter propiciado a grande fama dos jardins suspensos e as lendas de belezas maravilhosas.

A metrópole de Babel constituiu por mais de mil anos - do séc. XIX ao VI a.C. a forma prototípica e quintessencial de grande cidade na porção ocidental da Afeurásia. Uma vez que a forma urbana assíria, mais dispersa, comportava diferenças significativas e o Egito não produziu nada similar, permaneceu no imaginário como representação das virtudes e dos males da urbanização. Cidade sagrada, herdeira e difusora das formas espaciais das cidades sumérias, teve papel fundamental na constituição da linhagem principal da onda de urbanização continental na Antigüidade.



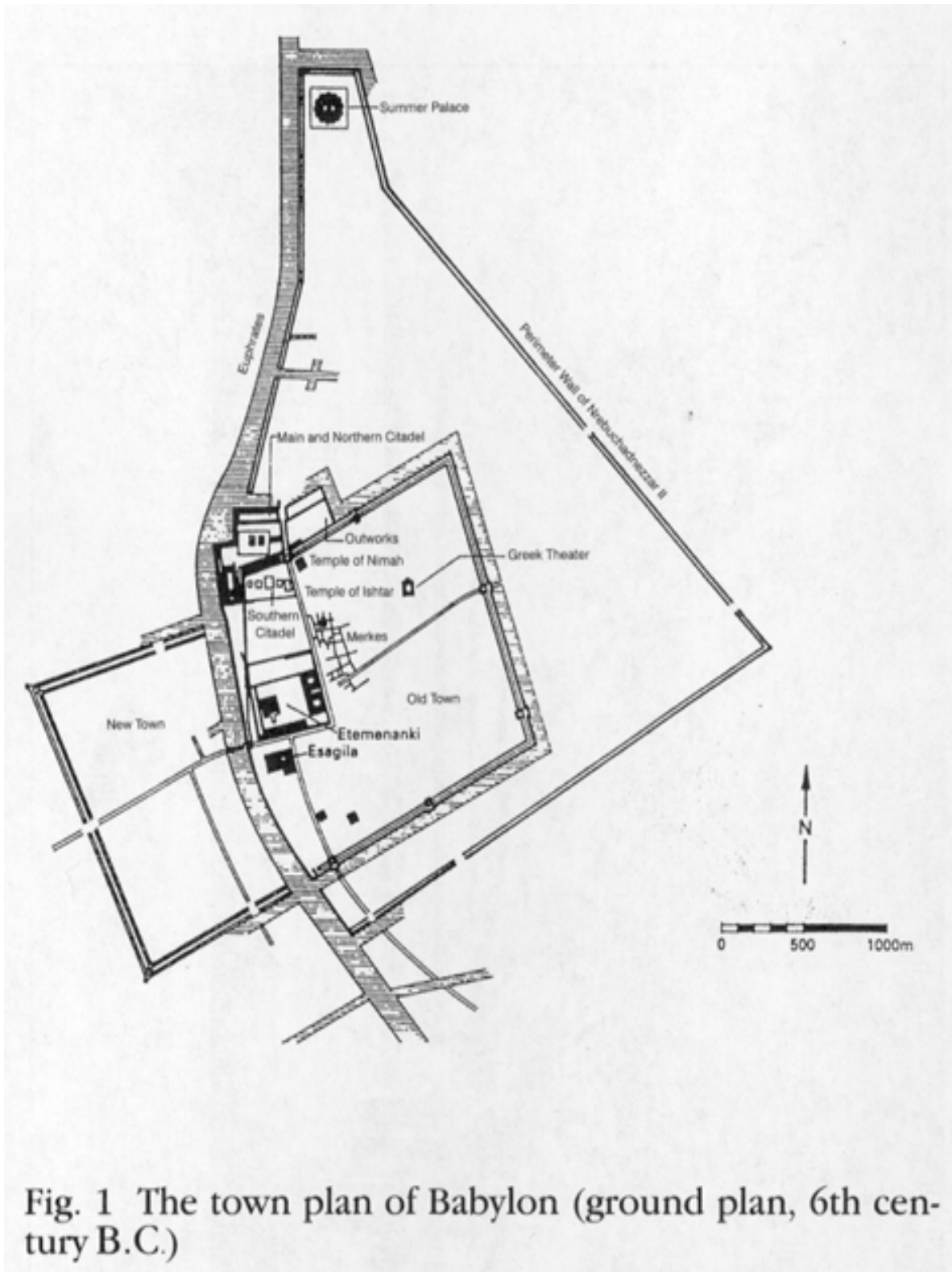
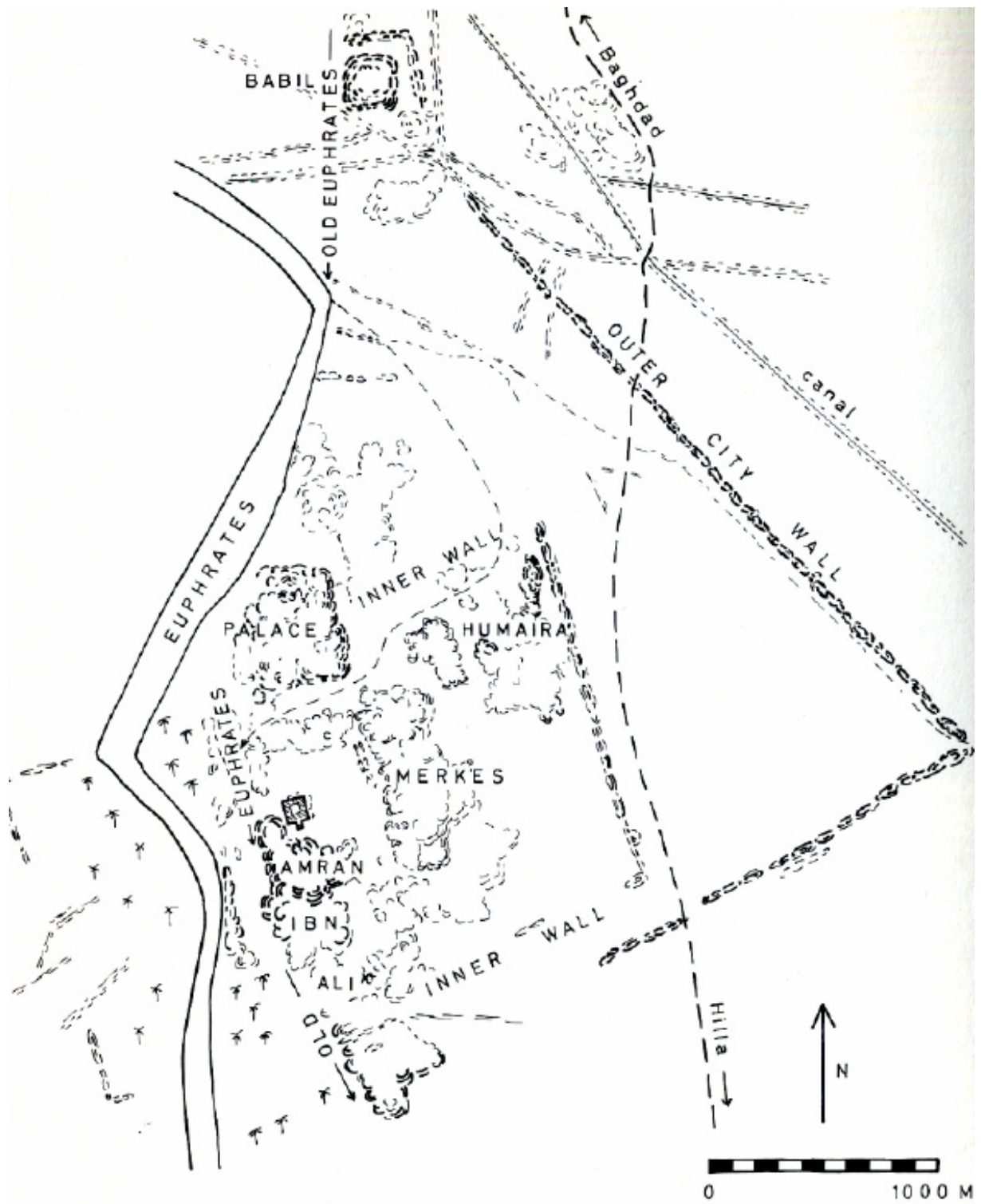
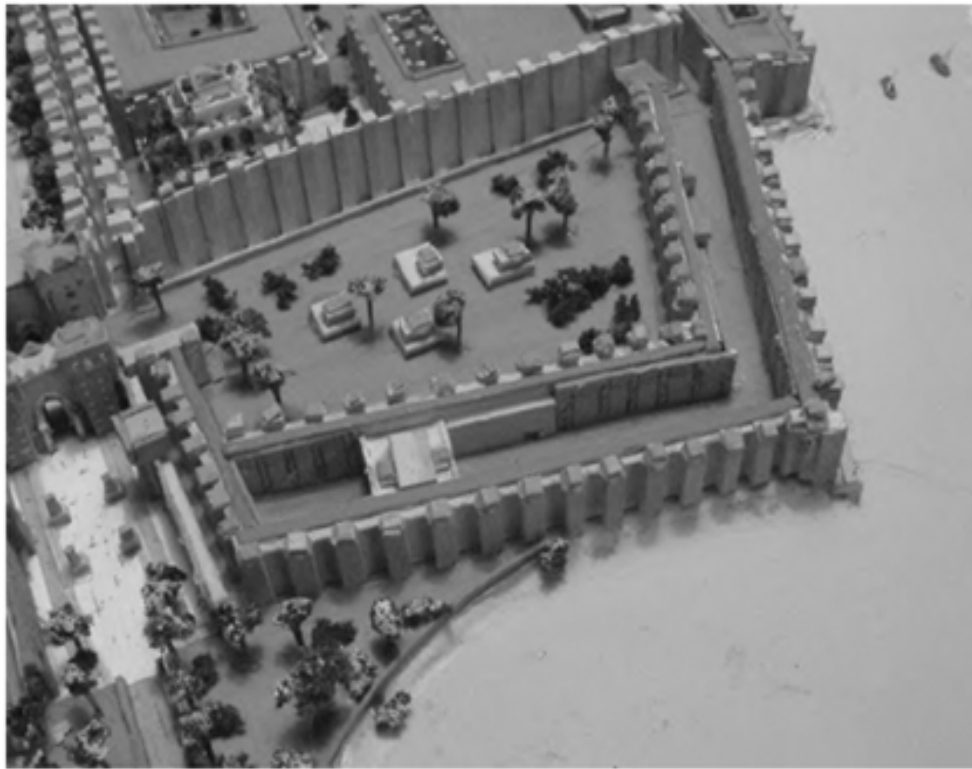


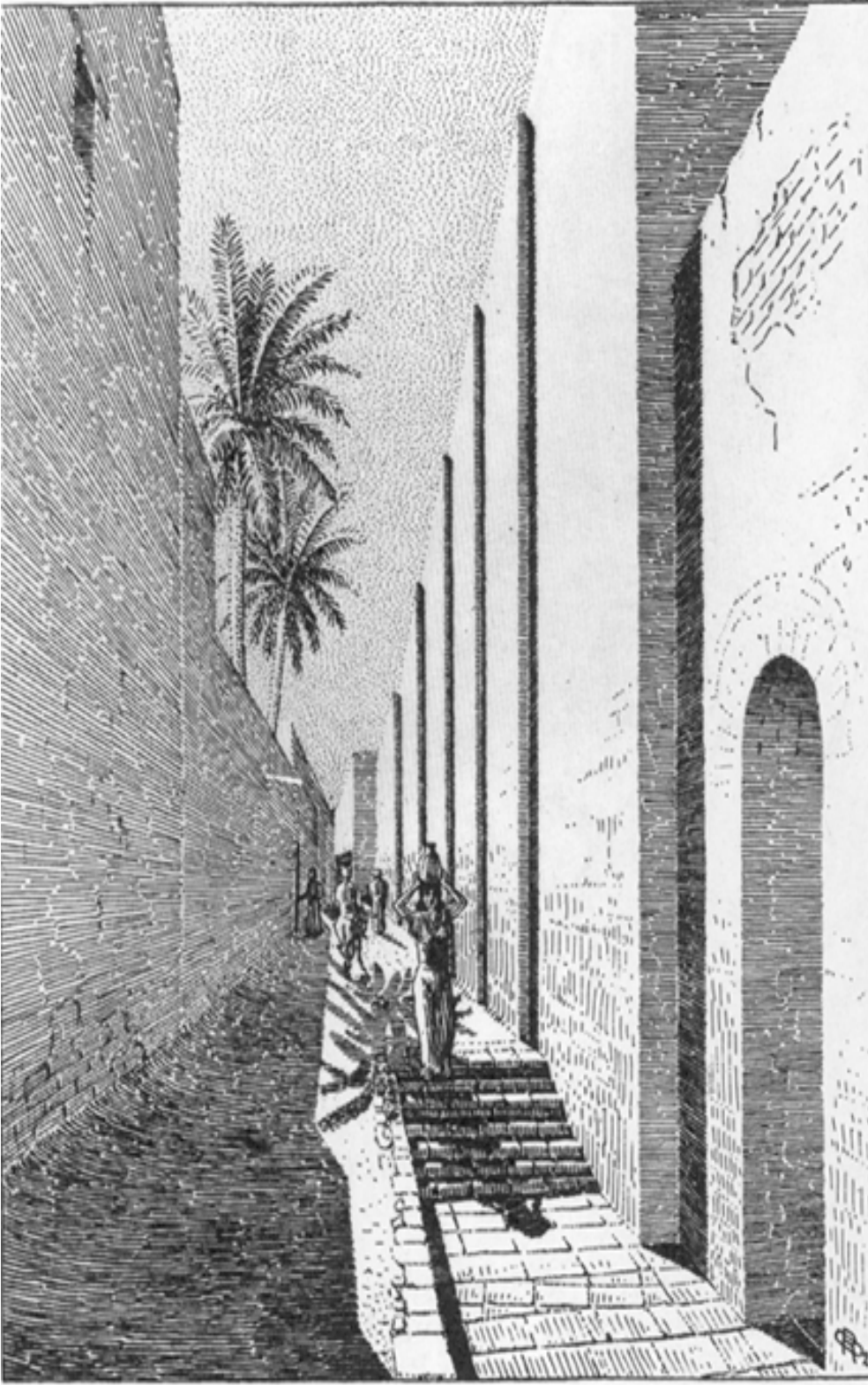
Fig. 1 The town plan of Babylon (ground plan, 6th century B.C.)











3.2 - Os bairros comerciais assírios

Alta Mesopotâmia: Assíria

Juntamente com a Babilônia, a Assíria compõe o que poderíamos chamar de "civilização mesopotâmica clássica". Como já dissemos, na primeira metade do séc. XIX os viajantes europeus que se aventuravam por estas províncias do então Império Otomano tinham vagas noções a respeito de seu passado. As fontes principais de informação eram a Bíblia e os autores gregos e romanos, em geral muito posteriores aos principais acontecimentos da esfera mesopotâmica. Sobre os sumérios, sequer havia lembrança de que tivessem existido. As escavações de Emile Botta em 1842 em Níneve trouxeram ao mundo a arte do Novo Império Assírio, como os gigantescos touros alados que adornavam as entradas de portas e que hoje são peças preciosas da coleção do Museu Britânico. A Assíria reconquistava seu lugar de alta civilização.

Para entender o caso assírio e sua importância na história da urbanização é preciso antes compreender duas questões de base. A primeira diz respeito a sua geografia e a segunda, decorrência desta, de sua organização social e percurso histórico.

A Assíria situa-se nas terras altas a montante do Tigre e de dois de seus principais afluentes, o Pequeno e o Grande Zab. Fica em um território montanhoso, nos contrafortes do arco de cadeias que unem o oeste da Anatólia, sul do Cáucaso e

leste do Irã. A região era fértil e bastante verde, dotada de florestas e animais de porte, à diferença da planície de aluvião do sul. Inclui-se na zona definida como "Crescente Fértil", portanto a zona de proto-urbanização onde muitos dos elementos condicionantes do aparecimento da forma urbana foram desenvolvidos, mas não a cidade em si. Com relação a essa a Assíria situava-se a reboque da Baixa Mesopotâmia.

Muito rica para a economia de subsistência do Neolítico, a Assíria tinha no entanto uma produtividade agrícola menor que a Suméria, Acádia e Babilônia, situadas em terras planas e de irrigação controlada. Estas últimas se tornaram produtoras de alimentos por excelência. A Assíria, de recursos de outra ordem de valor, como madeira, tornou-se um entreposto de comerciantes e de guerreiros.



Na realidade não havia muita diferença entre as atividades de comércio e as expedições de guerra. Com freqüência a idéia de abastecimento e a de apresamento

ou conquista se misturavam. Aparentemente a lógica positiva envolvida raciocinava em termos de que a necessidade, quando amparada pela força - igualada ao mérito - justificava o legítimo direito de posse.

Portanto esse é o quadro em que se desenvolve o urbanismo assírio. Suas cidades, apesar de antigas, são posteriores àquelas do sul. Guerreiros, têm como prioridades de seu vocabulário urbanístico os conhecimentos logísticos sobre como organizar acampamentos militares e como arrasar cidades. Comerciantes, possuíam também a logística da viagem de transporte de bens e as instalações nos locais estrangeiros onde os obtinham: os bairros comerciais das comunidades de mercadores assírios, o *kārum*.

A história assíria é dividida em três períodos em que a capital mudou de sede. Aproximadamente ao mesmo tempo em que no sul o Império Babilônio de Hamurabi se formava (sécs. XVIII-XVII a.C.), o Antigo Império Assírio surgia como ator político de relevo (c. 1.800-1.375 a.C.). Nesse período sua Cidade-Capital era Assur, nome também da nação e de sua suprema divindade protetora¹⁸⁴. Escaramuças com os recém-chegados hititas, indo-europeus, e as populações caucasianas dos hurritas de Mittani destruíram o Antigo Império e a primazia da cidade de Assur¹⁸⁵.

Alianças com os hititas contra Mittani libertaram os assírios do estado de vassalagem e produziram o Médio Império Assírio (sécs. XIV a XI a.C.). A introdução do ferro a partir da contribuição hitita tornou sua máquina de guerra temível. Data deste período o uso generalizado da tortura como forma de "guerra psicológica" e "propaganda" contra insurreições. Como resultado, riquezas foram

¹⁸⁴ O adjetivo "assírio" poderia ser traduzido como sagrado; então as guerras teriam sentido de missão religiosa, e a cidadania assíria, dignidade diferencial da unção pelo numinoso.

¹⁸⁵ Principal soberano do período: Shamshi-Adad, 1.749-1.717 a.C., o "rei do todo".

canalizadas para Assur e para Níneve, outra Cidade-Capital¹⁸⁶.

A queda dos aliados hititas e a invasão dos nômades semitas arameus marcam o fim do Médio Império. O Novo Império (sécs. X a VII a.C.) constitui o momento em que os assírios estabelecem as bases maduras da forma Imperial na Antigüidade. O Império Universal¹⁸⁷ iraniano que o sucedeu no séc. VI a.C., estabeleceu-se sobre seu modelo. Kalhu (Nimrud), Khorsabad e Níneve foram suas capitais¹⁸⁸.

O urbanismo assírio

Frente a este quadro, não é de espantar que o urbanismo do norte da Mesopotâmia se diferenciasse consideravelmente do do sul. Mieroop¹⁸⁹ distingue quatro principais variantes em seus planos, condicionadas pelos condicionantes geográficos e pelo quadro social. Esses modelos seriam:

- cidades de origem complexa (diferentes no sul e no norte);
- fundações planejadas (diferentes no sul e no norte).

As cidades complexas (de crescimento "orgânico") do sul, da Babilônia eram densamente ocupadas e em seu interior mesclavam-se sem critérios evidentes templos, palácios, edifícios administrativos, oficinas de artesanato e o casario. O formato da cinta de muralhas era ovóide. O *temenos* costumava estar no centro do

¹⁸⁶ Principais soberanos do período: Shalmaneser I (1.273-1.244 a.C.); Tukulti-Ninurta I (1.243-1.207 a.C.); Tiglath-pileser I (1.112-1.074 a.C.) - auge do poderio e da extensão.

¹⁸⁷ Cf. conceito de Toynbee, *Um estudo de História*.

¹⁸⁸ Principais soberanos do período: Assurnasirpal II (883-859) Tiglath-Pileser III (744-727) Sargão II(721-705) Senaquerib (704-681) Esarhaddon (680-669) Assurbanipal (668-627); em 612 a.C.os assírios sofrem sua destruição final por babilônios e medos.

¹⁸⁹ Op. cit.

núcleo urbano, enquanto que o palácio muitas vezes ficava deslocado, junto da muralha.

No norte não teria havido a lentíssima passagem de aldeamento a cidade, mas sim um salto, em meados do 3º milênio, provavelmente por influência do sul. As cidades tinham duas divisões:

- a acrópole ou *kerhum*;
- a cidade baixa ou *addassum*.

A acrópole com frequência era um antigo câmor. Os monumentos aí se encontravam, normalmente templos. Palácios e edifícios administrativos ficavam na cidade baixa.. Mas esta não exibia ocupação densa; havia claros urbanos e residências na periferia fora das muralhas. Em conclusão, a cidade murada do norte tendia a ser um complexo oficial e religioso.

Das fundações planejadas do sul conhecem-se poucos exemplos. A mais antiga, uma vez que Agade ainda não foi encontrada, é a cidade cassita de Dur-Kurigalzu, espécie de cidade linear ao longo do Eufrates, datada de c. 1.500 a.C. Já nos sécs. VII e VI a.C. a cidade da Babilônia e Borsippa apresentam plano quadrangular, definição das vias principais zoneando "bairros" quadrangulares denominados de acordo com a porta da muralha mais próxima. No centro, como ponto focal, ficava o *temenos*. O palácio, junto às muralhas, no ponto fraco onde os canais penetravam o tecido urbano a partir do rio.

O sistema de fundações planejadas também era usado na construção de fortes fronteiriços, como Habuba Kabira (Síria, meados do 4º mil. a.C.), Shaduppum (Bagdá) e Haradum (oeste do Iraque), ambas do início do 2º milênio a.C. Esta

última é paradigmática, um quadrado quase perfeito de 1,3 ha. com ruas que se cruzam em ângulo reto.

Na Assíria as cidades planejadas - assim como os acampamentos militares - eram mais comuns. Várias capitais foram fundadas entre o final do 2º e meados do 1º milênio a.C.: Kar-Tukulti-Ninurta (séc XIII a.C.), Kalhu (séc IX a.C.), Dur-Sharrukhin (séc VIII a.C.) e Níneve (séc VII a.C.), sendo que Kalhu e Níneve, como no caso da Babilônia, eram reformas de antigas cidades pré-existentes.

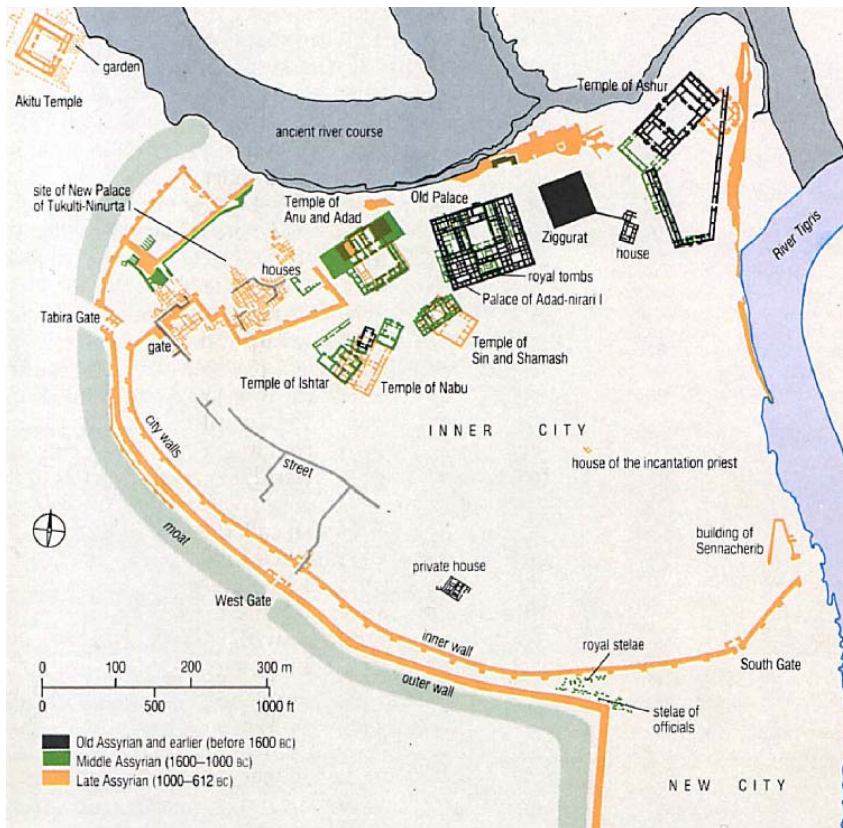
Seus planos eram retângulos definidos por muralhas, com diversas portas monumentais de onde partiam vias principais que demandavam o edifício de importância mais próximo. Mieroop assinala que se tratava do oposto do caso greco-romano; lá, o tecido urbano regular muitas vezes era protegido por uma linha de muros irregular; aqui, a perfeita simplicidade geométrica da cinta de muros apenas esboça uma grelha hipodâmica.

Havia normalmente duas cidadelas com muros próprios no interior da muralha principal, e ambas coladas a ela. Uma continha os palácios e templos; a outra, a fortaleza militar. Entre elas, havia claros. Na Bíblia, o livro de Jonas menciona haver gado dentro de Níneve. Já Senaquerib fez construir jardins irrigados. Talvez esses vazios urbanos servissem também como forma de abrigar a população que habitava fora dos muros em caso de necessidade.

Assur

Assur foi o antigo centro da Assíria, sobre um promontório do curso do Tigre, em que excavações de W. Andrae revelaram uma rica arquitetura pública e residencial no 2º e 1º milênios a.C. Boa parte dessa arquitetura pública foi

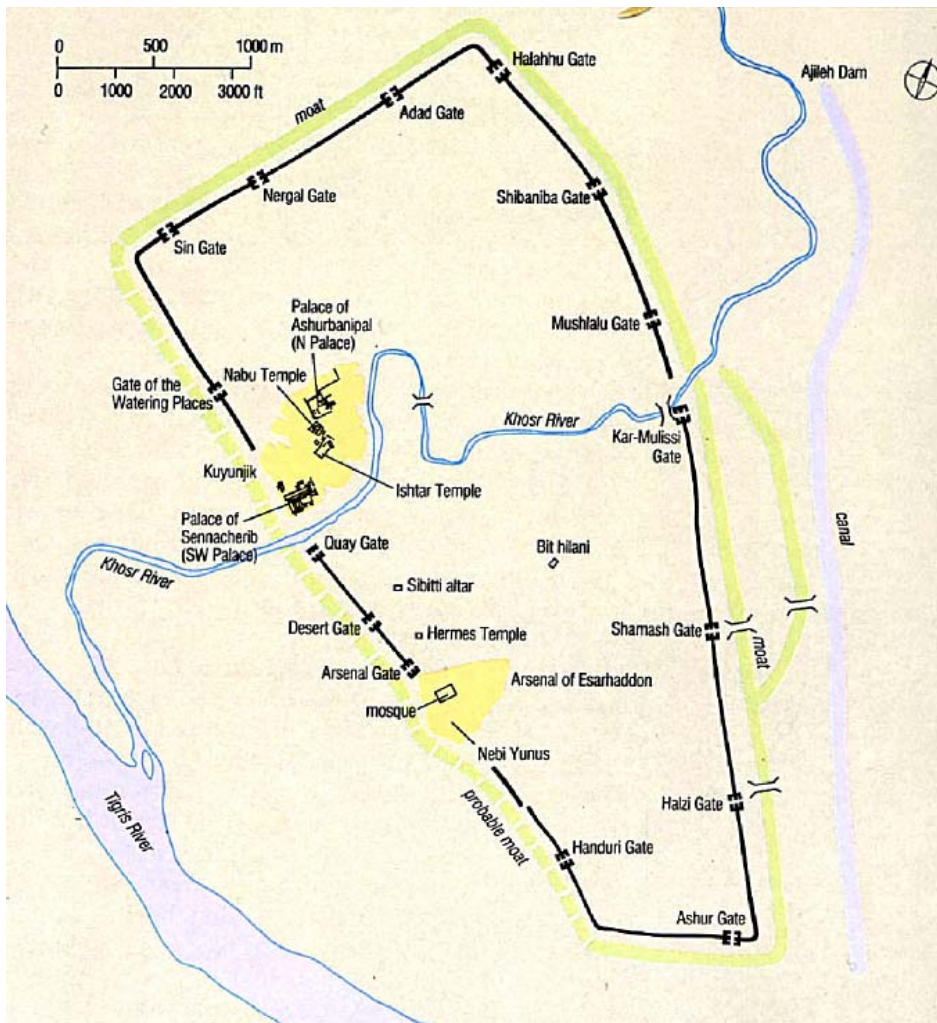
construída ou restaurada por Shamshi-Adad I (1813-1781 a.C.), incluindo o zigurate de Enlil, o templo de Assur e as muralhas internas. Os impérios assírios Médio e Novo continuaram a reformar estes edifícios e acrescentar novas construções, dando à cidade três zigurates e ao menos 38 templos dentro dos 140 ha contidos pelas muralhas da cidade. Além dessa arquitetura religiosa, a cidade tinha pelo menos dois palácios. O “Palácio Antigo” foi construído no início do 2º milênio e usado durante todo o período Assírio Médio, mas foi depois adaptado como mausoléu no séc. IX. O “Palácio Novo” foi construído por Tukulti-Ninurta I (1243-1207 a.C.), o mesmo que construiu a cidade nova de Kar-Tukulti-Ninurta não longe de Assur. No templo de Ishtar uma sondagem profunda documentou uma sequência de templos no sítio que começa (solo virgem) em meados do 3º milênio a.C. A terminologia Assur H a Assur A refere-se a essa sequência; a arquitetura de Assur G, pertencente ao período Acádio, é o primeiro com uma planta adequadamente conhecida. A última ocupação substancial do sítio ocorreu no período parta. O trabalho de alemães também recuperou um grande número de tabuletas do Assírio Médio, que forneceram importantes informações sobre esse período.



Assur

Níneve

Níneve, amuralhada, cobria cerca de 750 ha no Novo Império Assírio. Em 1842 Emile Botta iniciou aqui suas escavações, localizando entre outras coisas a Biblioteca de Assurbanipal. Havia dois cômodos, a cidadela de Kuyunjik, concentrando o palácio e os templos, e o arsenal de Nebi Yunus, dedicado à atividade militar. Foi aqui que Sir H. Layard e H. Rassam escavaram o palácio de Senaquerib (704-681) e de Assurbanipal (668-627), revelando seus célebres relevos. Max Mallowan executou uma sondagem profunda no templo de Ishtar, revelando a antigüidade da ocupação humana e desenterando a famosa herma de Sargão.



Níneve

Kalhu

Kalhu, sobre o Tigre, fica ao sul de Níneve. Sua cidadela é conhecida como Nimrud e seu arsenal, como forte Shalmaneser. Sir H. Layard e Mallowan a escavaram. Já existia no final do 2º mil a.C. Foi a capital de Assurnasirpal II (séc IX a.C.) As muralhas retangulares cercavam uma área de 360 ha

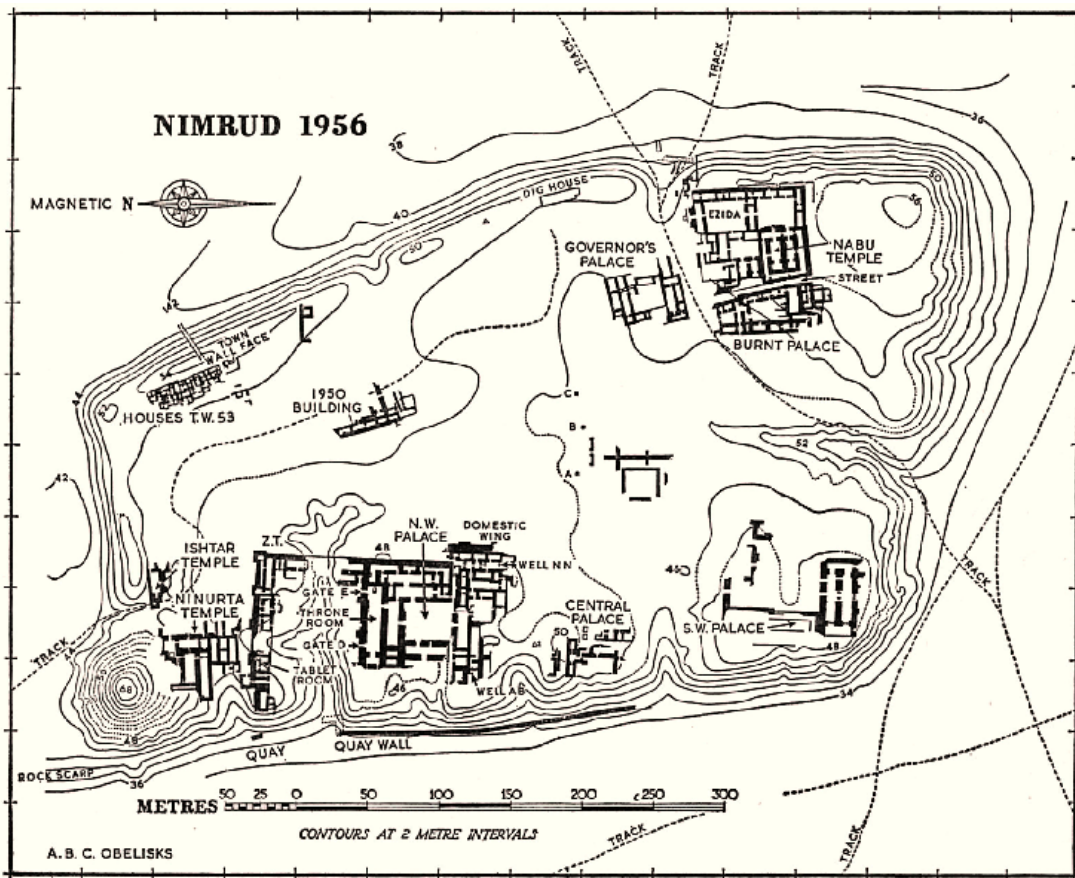
Um baixo relevo foi descoberto em Nimrud, representando uma cidade antes da conquista egípcia ou durante esta. Este é, aliás, provavelmente um dos mais antigos exemplares de planografia urbana. Esse tipo de representação assíria de

cidade apresenta forma aproximadamente circular, cercada por um muro de alvenaria com torres. O portão principal conduz ao palácio real.

É preciso dizer que essas estruturas de uso múltiplo faziam as vezes de sede de governo residência, quartel, local de entretenimento, encontro e discussão da classe dirigente, e até mesmo de posto de troca e negócios para onde se dirigiam os principais comerciantes. Não raro servia como um misto de escola, foro de discussão acadêmico-religioso e centro de pesquisas, abrigando sábios locais e visitantes.

Localizada aproximadamente no centro do círculo, é mostrada como uma construção muito mais destacada que as outras. As casas das pessoas comuns são distribuídas em torno dela. A curiosa reprodução em secção mostra-as como cabanas com um teto e paredes suportadas por estacas. Algum tipo de trabalho industrial parece já ser feito dentro dos edifícios, além da atividade principal agrícola, feita inteiramente fora da cidade.

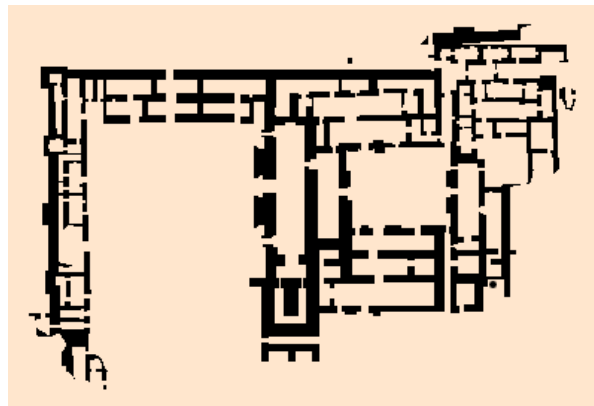
É interessante a representação do alinhamento das casas de Nimrod em fileiras paralelas, em uma via radial reta, que é indicada do portão ao centro através do agrupamento de gente ao longo da linha. Trata-se de um espaço cênico de aparato, na base da idéia de avenida a ser muito mais tarde adotada por gregos e romanos.



Kalhu



Kalhu: arsenal

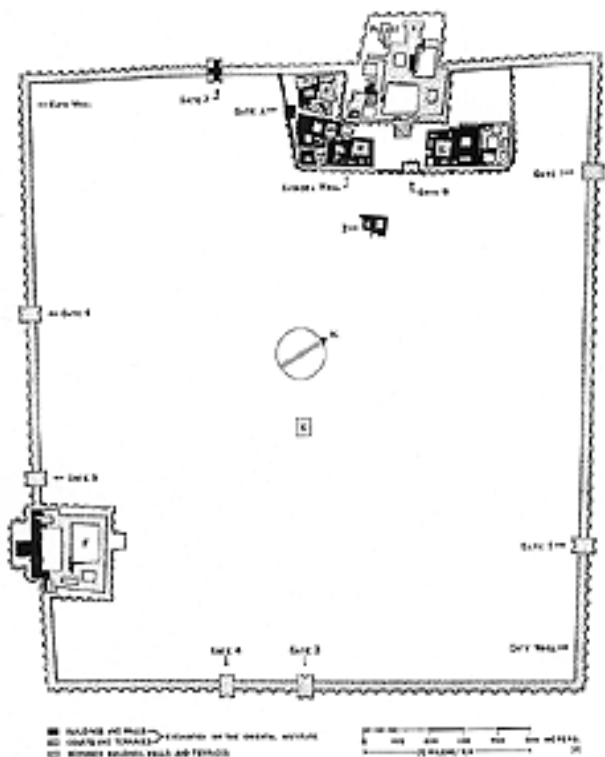


Kalhu: palácio

Khorsabad

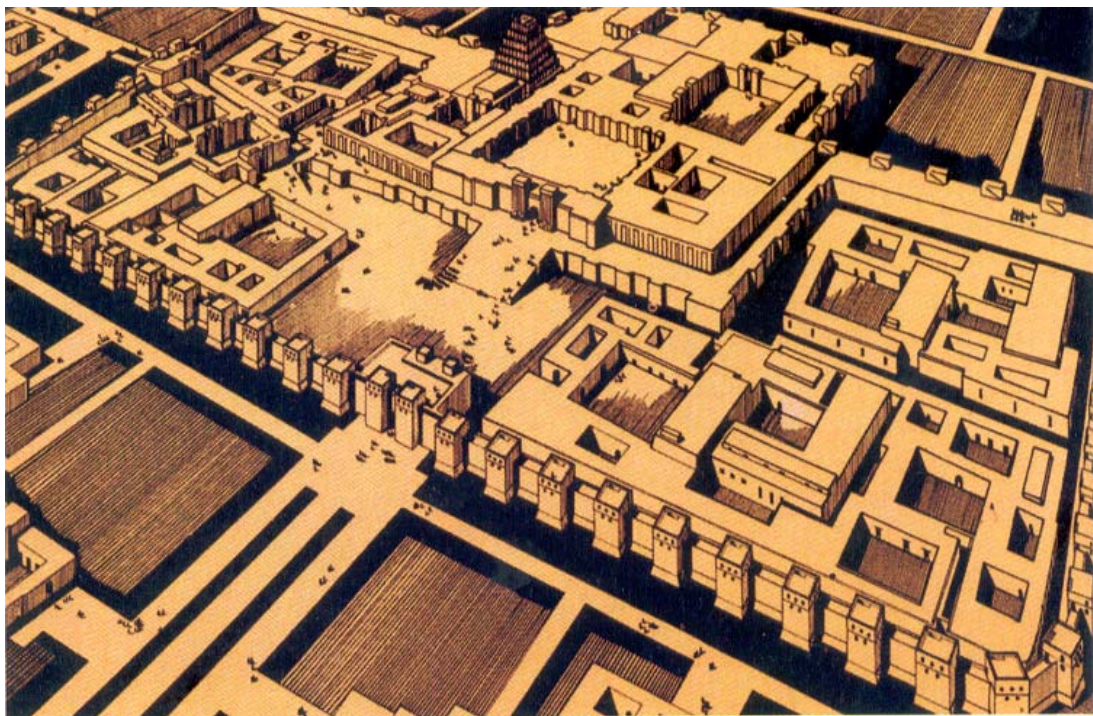
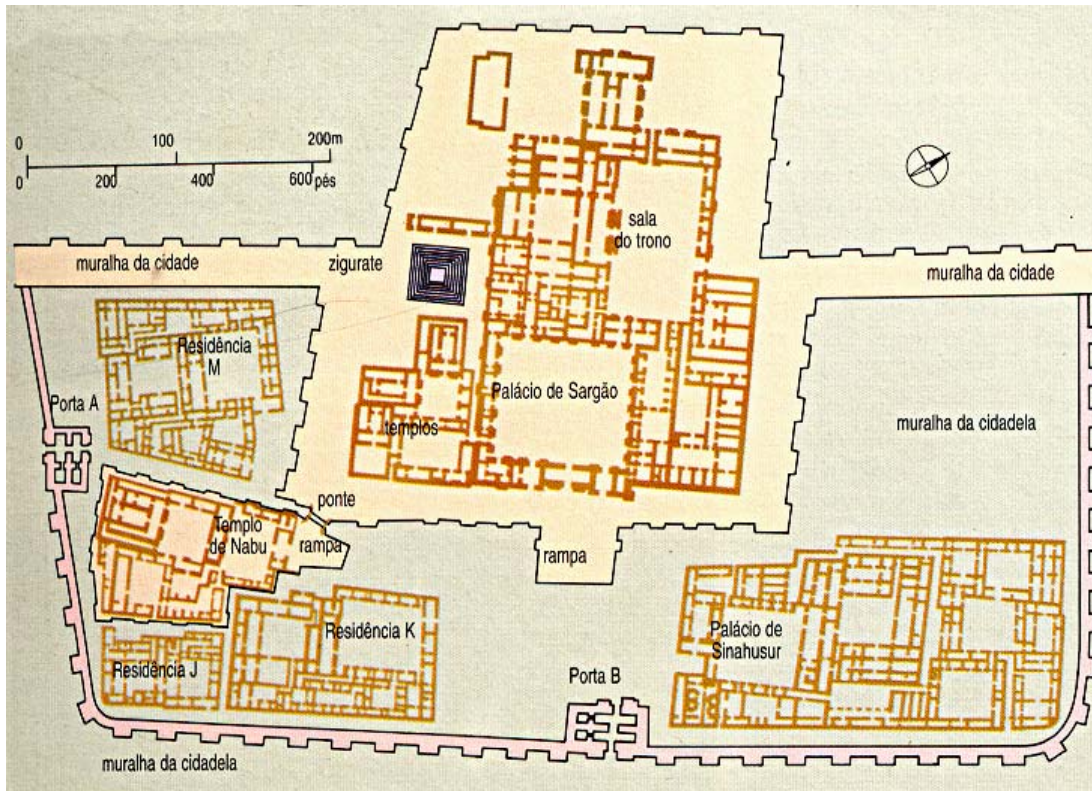
Khorsabad, capital de Sargão II por um breve período, apresenta o típico plano de dois núcleos, um dos quais é o famoso conjunto de Dur-Sharrukin. Foi

escavada sucessivamente por Botta em 1843, V. Place e G. Loud nos anos 1920 e 30. Tinha 325 ha, e um arsenal além do arsenal palácio.



Dur Sarrukhin era a fortaleza fechada e de altas muralhas, dominada pelo palácio que também abrigava um zigurate. Nada sobrou do agrupamento de edifícios fora da residência real

O plano de Khorsabad era uma praça medindo cerca de um quilômetro e meio de cada lado com uma diagonal norte-sul. Aproximadamente no centro da muralha havia um vazio no qual estava situado o monte sobre o qual o palácio de Sargão ficava. Esse monte se elevava cerca de 10 metros e tinha aproximadamente 60 metros quadrados, com um monte mais baixo de cerca de 90 metros de largura e 400 metros de comprimento. No monte baixo se situavam os grandes portais do palácio, e a residência dos guardas e dos oficiais inferiores.



Os palácios eram constituídos de uma série de salas retangulares em torno de pátios retangulares e quadrados. O número de eixos, vistas e perspectivas nos

ângulos retos de cada um que eram usados nesta composição arquitetônica, a localização geral e o formato dos edifícios, montes e da cidade inteira pode sugerir que Khorsabad fosse, de forma geral, construída com um plano em grelha e que ao menos uma avenida principal gozava da visão do palácio real dominando o seu final.



Outros casos

Kar-Tukulti-Ninurta era uma cidade perto de Assur, fundação nova por Tukulti-Ninurta I (1243-1207 a.C.), como um centro de culto e de residência real, e que fornece um bom exemplo das formas assírias de fundação de capitais novas. O sítio forma um quadrado murado de cerca de 60 ha, dividido em duas partes por um canal; a seção ocidental continha um grande complexo palaciano, um templo de Assur e arquitetura residencial, enquanto a parte leste ficou ineditada.

Shubat-Enlil (Tell Leilan, NW da Síria) era juntamente com Assur a capital de Shamshi-Adad (c. 1813-1781), o primeiro grande rei da Assíria. Tinha cerca de 90 ha.

Imgur-Enlil (Balawat, no alto rio Zab, a leste de Mosul, Iraque) cidade amuralhada de 60 ha de Assurnasirpal II (883-859 a.C.), espécie de palácio de campo de que se encontram célebres portas de bronze. Havia uma cidadela de 3 ha.

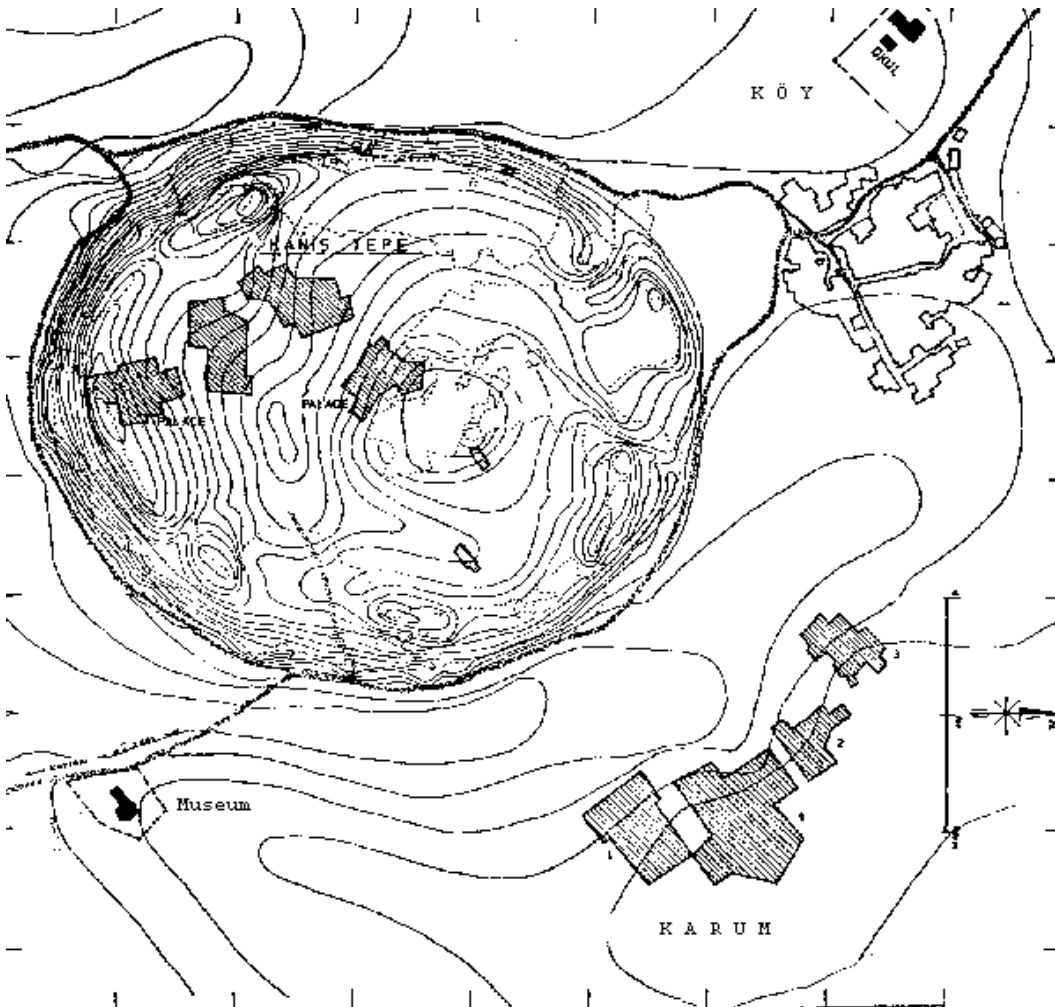
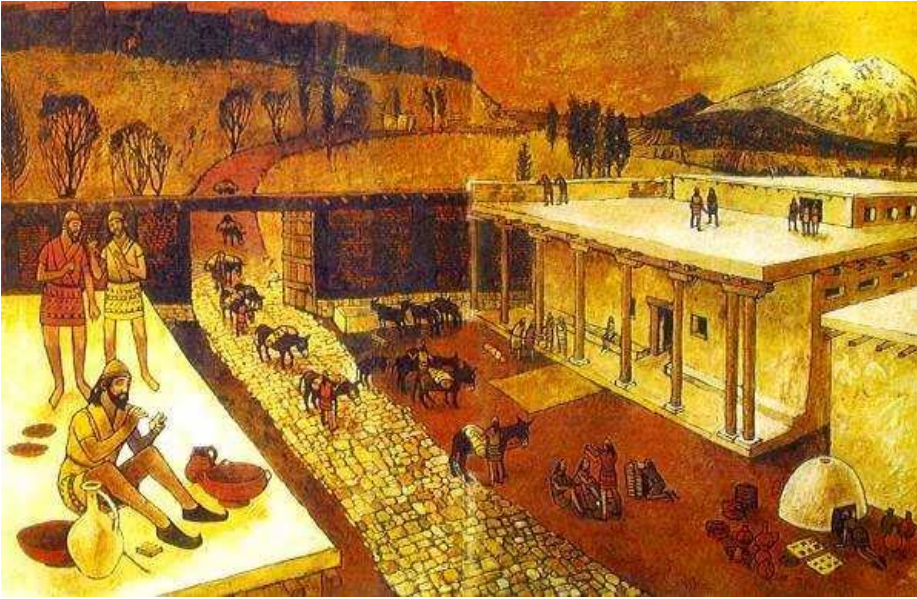
Os bairros comerciais assírios

Kārum era o termo acadiano para designar o porto de uma cidade, normalmente situado a parte do resto da comunidade, no qual o comércio ocorria. Neste sentido, o *kārum* pode ser realmente um porto (como em Ur), ou simplesmente uma parte da cidade na qual as trocas comerciais se davam (como em Kanish; ver Kültepe abaixo). O termo acadiano também pode se referir à organização de mercadores que residia nas instalações do *kārum*, no qual a comunidade de mercadores era muito independente e auto-regulada, apesar de manter suas obrigações para com o uma comunidade maior, em termos legais, econômicos e sociais. O exemplo mais conhecido desse tipo de organização é a antiga colônia de Kültepe, na Capadócia.

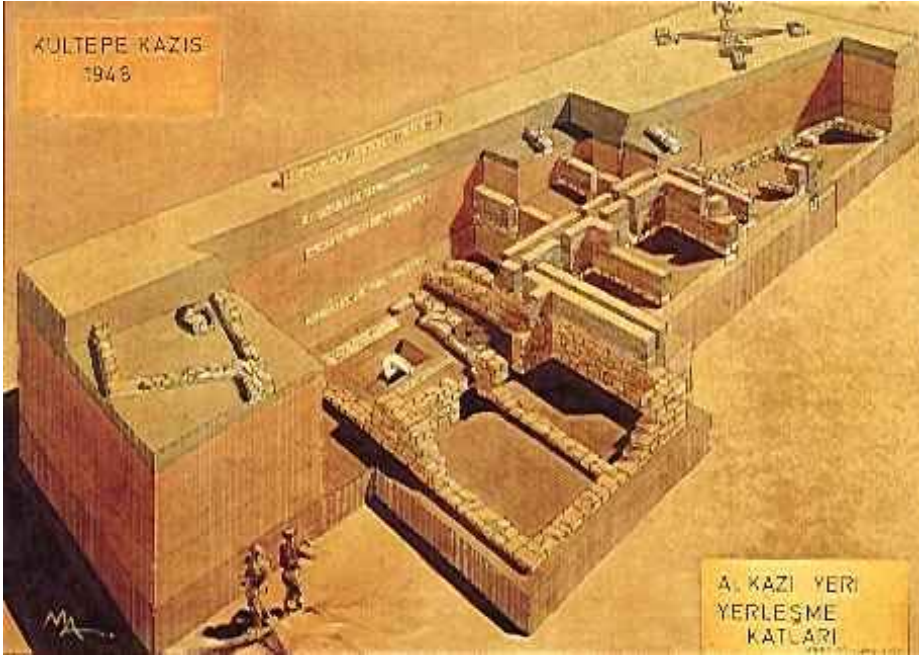
Kültepe é um importante sítio na Capadócia, perto de Kayseri, no centro da Anatólia, com o mais bem documentado antigo *kārum* assírio - ou cidade baixa - neste caso a antiga Kanish. Escavada primeiramente no séc. XIX, e mais conhecida através da obra de T. Örgüç, iniciada em 1948, Kültepe consiste de um câmorio de 20 ha com um assentamento em seu exterior ligado a si. Este último representa a localização do *kārum* e foi estabelecido somente durante o final do 3º e início do 2º milênio a.C. A ocupação do câmorio começou no período do Bronze Inicial I e continuou (com interrupções em diversos pontos) até o período Clássico. Durante o período do *kārum* a cidade era dominada por um palácio fortificado, cobrindo mais de 1 ha, e também continha estruturas residenciais de diversos tamanhos dentro dos

seus muros. O *kārum* era um distrito comercial e residencial também cercado por muros, definindo uma área de talvez 3 km de perímetro. Dividido em cinco fases (IV-II, Ib, Ia), o período do Comércio Capadócio Assírio Antigo corresponde aos níveis II e Ib (sécs. XIX-XVIII a.C.), quando mercadores assírios representando firmas comerciais em Assur residiam no *kārum*, adotando largamente a cultura material local. Os diversos documentos (c. 15.000) de Kanish dão o retrato mais rico conhecido de uma comunidade mercantil mesopotâmica. Os níveis posteriores ao *kārum* no cômodo da cidade incluem uma ocupação do início do 1º milênio que demonstra fortes conexões materiais tanto com os reinos “sírio-hititas” a sudoeste e com os reinos frígios a oeste.

O Comércio Capadócio em cujo contexto o *kārum* se inseria consistia no contato regular entre um grande número de firmas comerciais familiares assírias, no 2º milênio a.C., e áreas a oeste na Anatólia, particularmente as regiões da Capadócia. O comércio era organizado como uma série de colônias entre estrangeiros - justamente o *kārum* - junto a a cidades locais, mas com existência de comunidade auto-reguladora, ligada ao governo hospedeiro por relações mediadas por tratados. O Comércio Capadócio lidava muito com zinco e têxteis enviados via Assur do leste e do sul em troca da prata anatólia; os comerciantes também lidavam com cobre dentro da Anatólia. As ricas fontes cuneiformes de Kanish, Bogazköy, Alisar Höyük e outros fazem deste o sistema de comércio da antiga Mesopotâmia melhor documentado, mas a Assur do início do 2º milênio pode não ser representativa de outros períodos e lugares na história do oeste da Ásia.



A cidade de Kanesh (Kültepe), com o *kārum* em suas cercanias



3.3 - O zigurate: papel do monumento na trama urbana



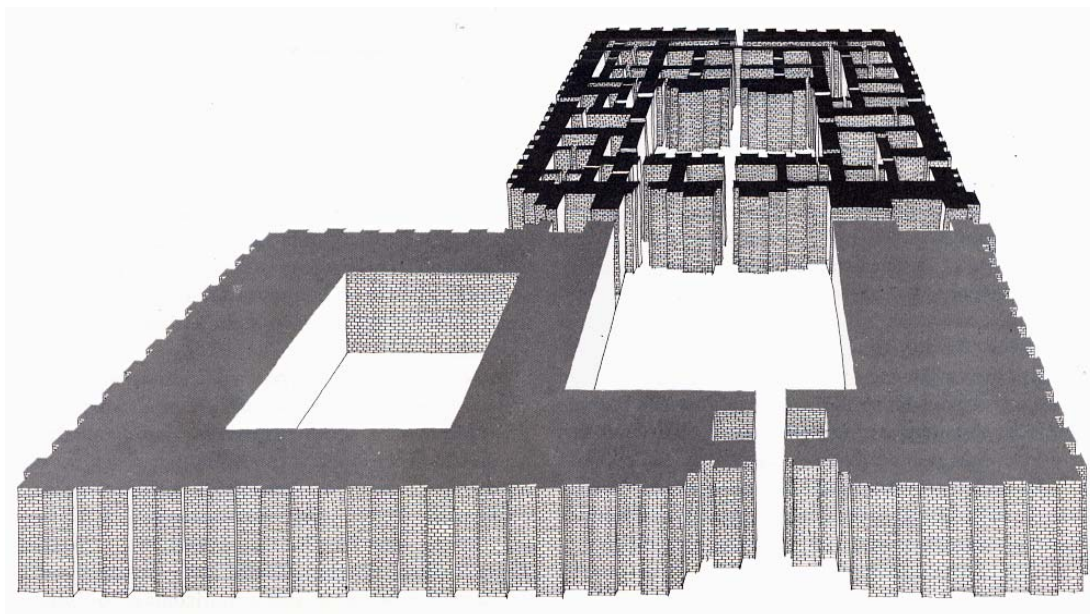
Reconstituição romântica da Babilônia

É importante tecer alguns comentários sobre uma forma arquitetônica específica, os templos-torres de alvenaria de adobe maciça erigidos em plataformas progressivamente menores conhecidos como zigurates, que não por acaso acabaram por se tornar um dos elementos mais característicos da paisagem urbana da antiga Mesopotâmia.

As relações espaciais na cidade antiga que vimos até aqui baseavam-se no uso dos mesmos poucos elementos para compor o casario e os demais tipos de edifício - palácios, recintos do templo, armazéns, fortalezas, oficinas. A unidade compositiva

básica era o tijolo, primitivamente ainda sem a forma de paralelepípedo mas sim a de um filão de pão. Esse tijolo plano em seu inferior e côncavo em sua parte superior exigia inclusive o uso de um ligante para colmatar as duas fiadas de geometria díspar, além de recomendar que de tanto em tanto duas outras fiadas fossem posicionadas em diagonal, em "espinha de peixe" para aumentar a estabilidade e resistência do aparelho.

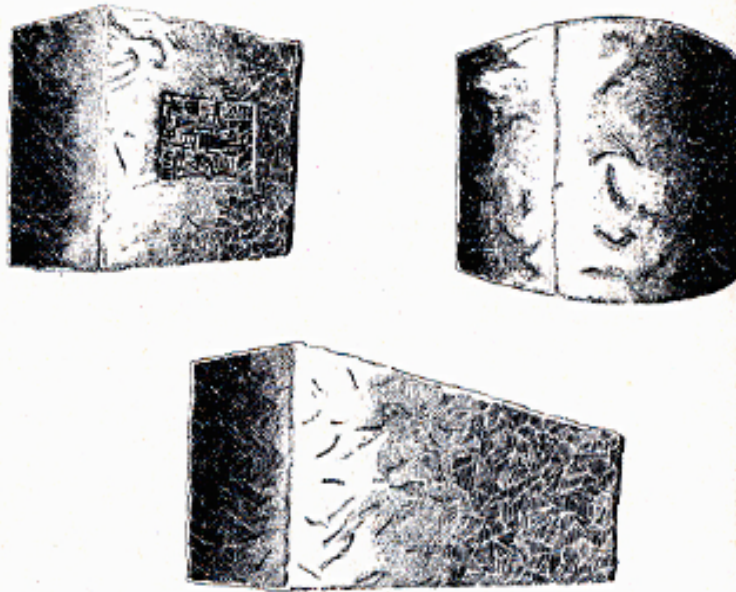
As paredes normalmente ortogonais ou procurando sê-lo, maciças e de pouquíssimas envasaduras, prestavam-se a efeitos decorativos aproveitando sua grande espessura. Através de um jogo de requadros sucessivamente mais profundos obtinha-se um jogo de efeito decorativo. Esse era o principal meio de diferenciar a aparência de edifícios de aparato como palácios, pavilhões administrativos ou confessionais do casario.



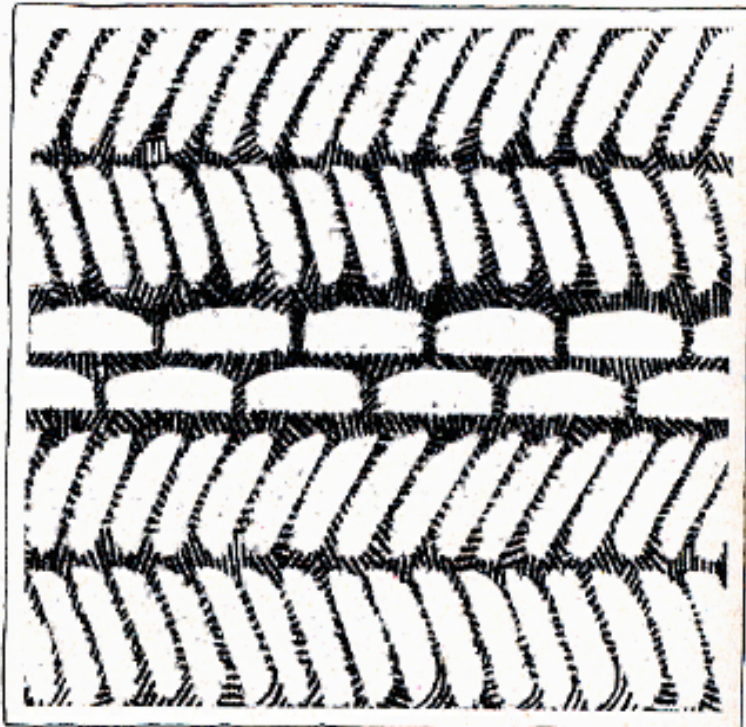
Jogos de relevo nas superfícies das empenas.

Assim, os jogos de massa, ortogonais e normais ao solo compareciam como um dos principais recursos para obtenção de destaque arquitetônico. Muitas vezes a empena recebia revestimento de tijolos esmaltados ou de elementos decorativos

diversos, de mosaicos com motivos abstratos a figuras mitológicas ou antropomorfas.



TIJOLOS DE VÁRIOS TIPOS foram usados pelos construtores mesopotâmicos em épocas diferentes. O mais comum era de forma retangular (logo acima), feito de barro com proteção de palha. Os babilônios também faziam tijolos quadrados, muitas vezes com inscrições aos deuses (no alto, à esquerda), e os sumérios empregavam tijolos em formato de pão (no alto, à direita).



DESENHOS LEMBRANDO ESPINHAS DE ARENQUE caracterizavam as

O agenciamento dos cômodos em torno de pátios de diversas dimensões - de simples poços de iluminação e arejamento a verdadeiras praças internas - completava o quadro de soluções urbanas utilizadas. Evidentemente essa arquitetura dialogava intimamente com a configuração urbana em que se inseria e que a havia gerado. Ao optar por desenhar o tecido urbano em suas linhas gerais, através de algumas poucas vias mais largas que ligavam a porta nas muralhas a um monumento de destaque, liberando a zona entre estas vias, os canais e as muralhas para ser ocupada livremente, a sociedade mesopotâmica criava uma situação de homogeneidade na paisagem urbana, uma vez que o casario denso de planimetria geral complexa indiferenciava-se. Esse era o caso, sobretudo nas cidades da Baixa Mesopotâmia.

Para criar um elemento de destaque na paisagem urbana e que ao mesmo tempo integrasse o conjunto da cidade, a solução foi trabalhar dois elementos principais: o volume e a altura. A inserção de um objeto arquitetônico de enormes dimensões resolvia a questão. Cidades de ocupação menos densa como aquelas da Alta Mesopotâmia ou do Levante, podiam dar ao palácio um destaque equivalente ao implantá-lo em cota superior - acrópole - e impedir que o casario se apinhasse ao seu redor.

Na Suméria, Acádia e Babilônia, o grande monumento-marco situava-se dentro do complexo do templo do deus tutelar, o *temenos*. Era o zigurate, um imenso pódio para sustentar a casa da divindade, uma montanha artificial constituída por uma série de plataformas superpostas, de alvenaria maciça de tijolos de adobe secos ao sol e larga camada externa de tijolos cozidos, que orientava todo o espaço urbano, a semelhança das acrópoles naturais. De uma certa forma, sua função visual não se distanciava muito do caso do obelisco egípcio ou dos arcos romanos, que também caracterizavam a dignidade pública - ou coletiva - do espaço urbano em que se localizavam. Com o passar do tempo o procedimento se agigantou de tal forma que

o monumento efetivamente se tornava um componente orográfico: o zigurate cassita de Dur Kurigalzu, por exemplo, tinha cerca de 3.600 m² de base e quase 60 m de altura.



Dur Kurigalzu

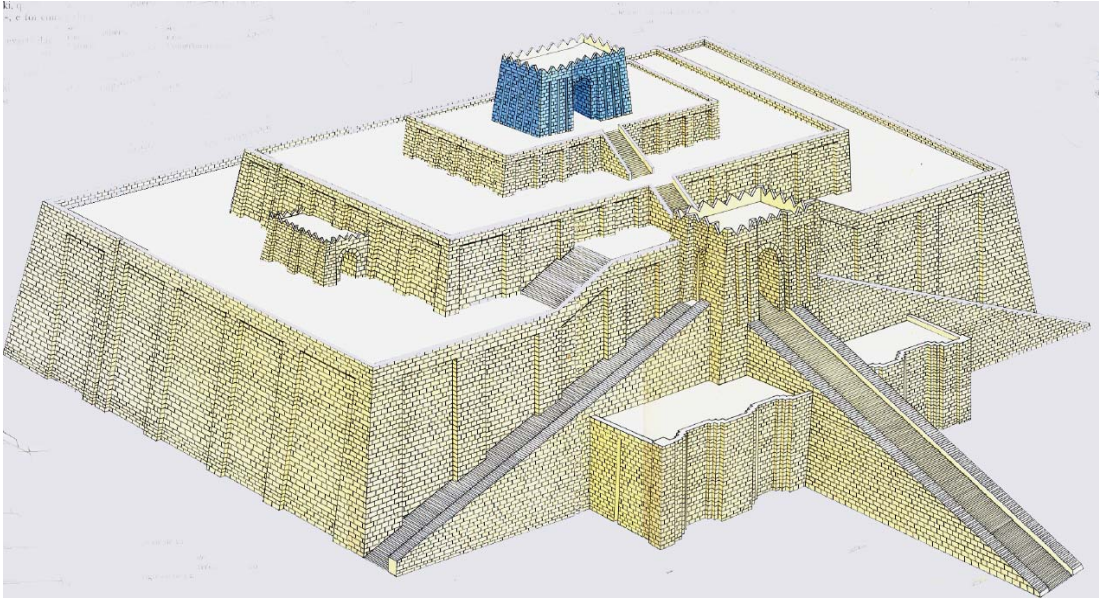
Quadro comparativo das dimensões dos zigurates ¹⁹⁰	
Eridu	50 x 50 m no topo, base de 180 x 110 m
Ur	60 x 43 m
Uruk	zigurate de Ishtar: 50 x 45 m
	zigurate de Anu, no topo: 70 x 66 m.
Hammam	c. 30 x 30 m.
Nippur	57 x 40 m.
Babilônia	91 x 92 m
Borsippa	82 x 82 m
Kish	65 x 61 m
Dur-Kurigalzu	69 x 67 m
Assur	zigurate de Assur: 62 x 61 m
	zigurate de Anu-Adad: 39 x 36 m base e 24 x 24 m topo
Kar-Tukulti-Ninurta	30 x 30 m
Kalakh	51 x 51 m
Dûr-Sharrukin	43 x 43 m

¹⁹⁰ (segundo A. Parrot, 1949) As bases dos zigurates são quadradas (normalmente no norte) ou retangulares (sul)

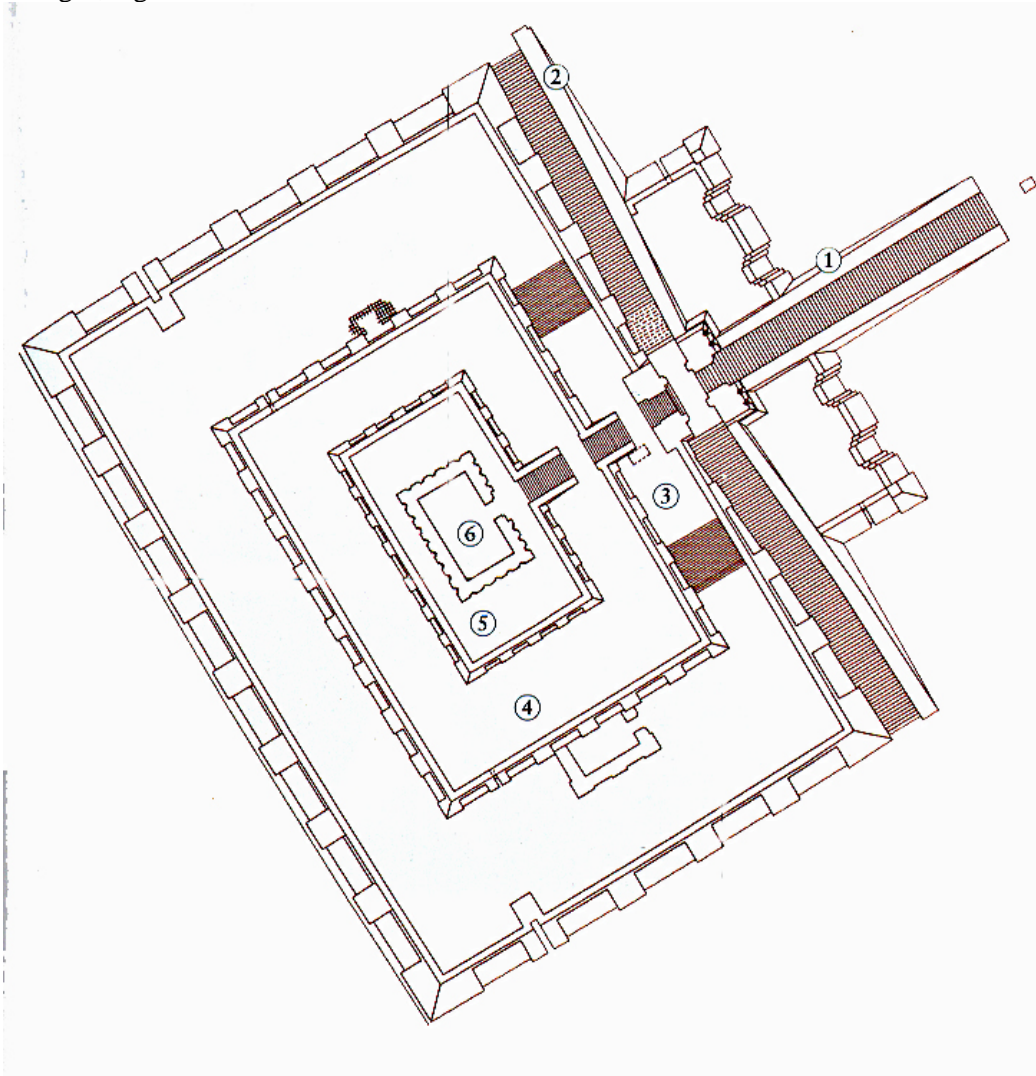
Mari	42 x 25 m
Chogha Zambil	105 x 105 m

A despeito da forma dos zigurates assemelhar-se à das pirâmides egípcias, mais especificamente, da pirâmide escalonada de Saqqara, sua função era totalmente diferente. As pirâmides eram marcos tumulares, projetos específicos, nos quais a câmara mortuária estava oculta no centro do monumento, feito de pedra e dedicado ao rei-deus morto. Não havia forma de se ascender ao topo; a geometria se pretendia "perfeita", um sólido geométrico sem falhas, para ser visto de longe, polarizando a paisagem da necrópole. Pura arquitetura, rejeita a cidade, buscando isolamento único.

Os zigurates também eram marcos, mas completamente urbanos, polarizando a imagem da cidade dos vivos como "faróis". Torres de geometria mais movimentada, em andares, adquirem seu aspecto monumental meio milênio depois daquelas. Com frequência eram fruto de sucessivas expansões e reconstruções. Dialogavam com o casario e o resto dos componentes da paisagem e do tecido da cidade. Dedicados à divindade propriamente dita, o templo em seu topo, muitas vezes acessível por escadaria.

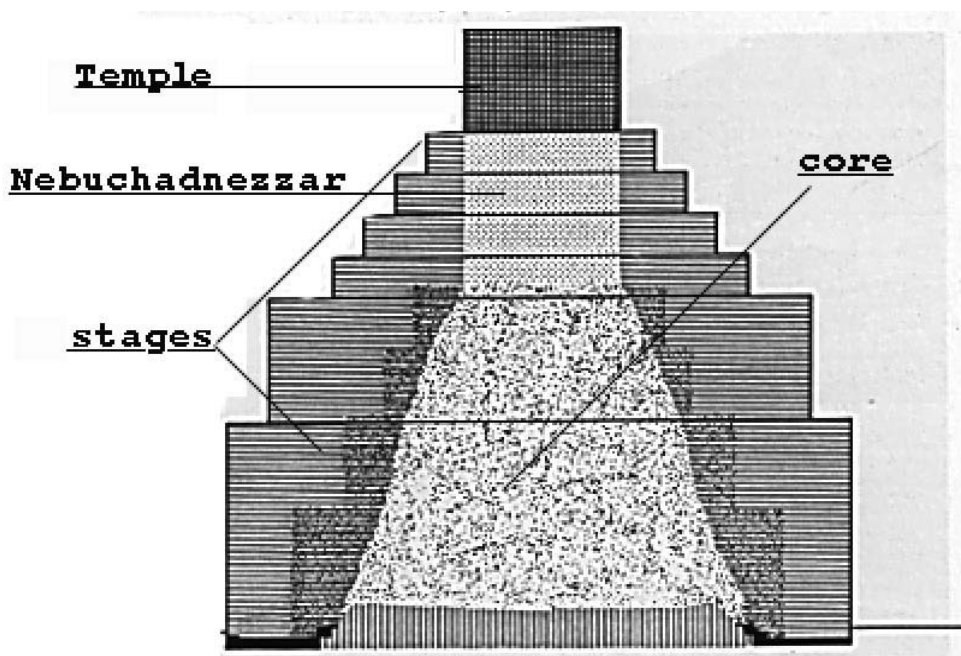


O Etemenigur, zigate de Nanna em Ur



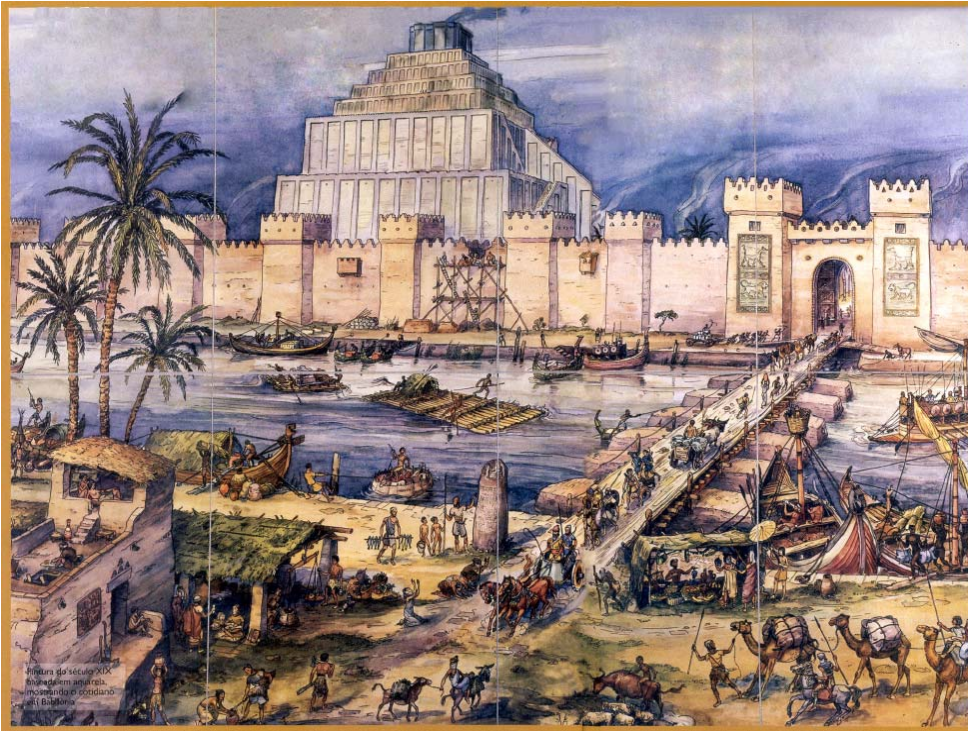
Havia dois tipos principais de zigurate: um tipo mais antigo que tinha uma plataforma retangular e três escadarias, encontrado mais freqüentemente no sul da Mesopotâmia; e, um tipo posterior, sem as escadarias, no qual o templo costumava ser parte de um grande complexo, mais comum no norte. Em Al-Untash-Napirisha (sítio elamita de meados do século XIII a.C.) um excepcional exemplar foi construído sobre um pátio quadrado cercado de salas. As escadas dos quatro lados foram construídas dentro da estrutura.

Resquícios de enormes templos foram identificados na Mesopotâmia, já por volta de 4.000 a.C., datando do período de Ubaid. São construções de tijolos, erguidas em formato de plataforma. Ao que indicam as evidências arqueológicas mais recentes, a mais antiga dessas estruturas está em Eridu¹⁹¹. Reconstruído e ampliado ao longo dos séculos, a plataforma do zigurate de Eridu foi crescendo em tamanho e tradição.



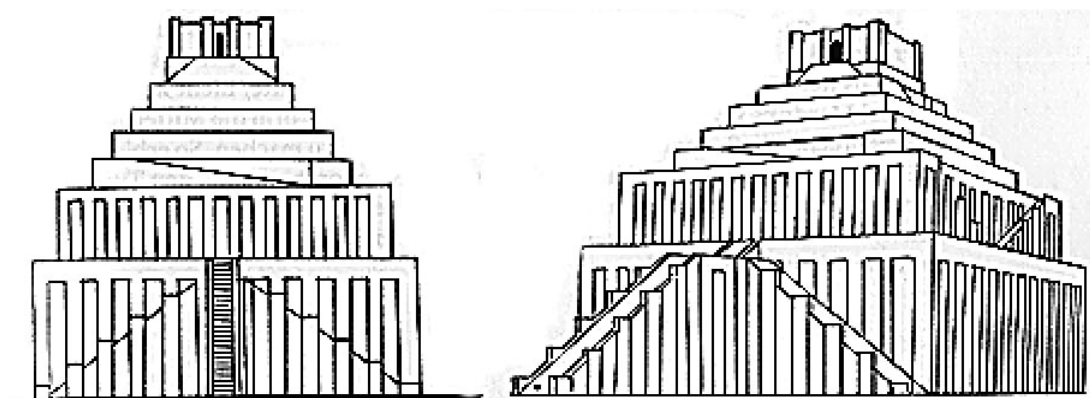
¹⁹¹ <http://www.mesopotamia.co.uk/ziggurats/story/page01.html>

Babilônia, o Etemenanki. corte e esquema de sua estrutura.



Babilônia, o Etemenanki. Hipótese de inserção na paisagem.

Segundo Giedieon¹⁹², os zigurates anunciam uma ruptura com a arquitetura monumental anterior, como modelagem do espaço interior, em direção de sua supressão gradual em favor do espaço exterior, e acrescentaríamos, urbano. Os espaços internos, onde quer que surjam no período seguinte, Egito, Creta ou Mesopotâmia, aparecem como celas, como aquelas sumérias do período acádio, ou coalhados de colunas, como nos salões hipóstilos do Templo de Karnak ou na Sala do Trono de Dario, em Persépolis.

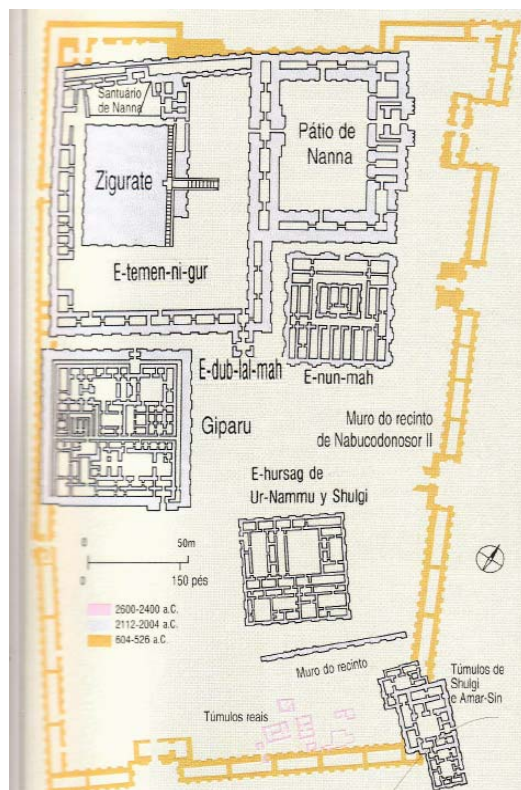


O Etemenanki

Os zigurates assumiram a forma considerada clássica com Ur-Nammu (2.112-2.095 a.C.), primeiro rei da Terceira Dinastia de Ur, na própria cidade de Ur, em Eridu, Uruk e Nippur. A planta era semelhante em todos eles, base retangular, três escadarias que se cruzavam em ângulo reto e levavam ao templo superior. Normalmente dedicado ao deus patrono da cidade, em Ur era dedicado à deusa lunar, Nanna/Innana; em Eridu ao deus das águas e peixes, Enki; em Nippur ao deus das tempestades, Enlil, e assim por diante. Ainda que o zigurate fosse tido em sagrado temor e fosse inacessível pela população da cidade, as escadarias mitigavam tal sensação e diminuían o isolamento do volume. Ele pertencia à cidade e estava integrado a sua vida, com seu pátio interior murado. No período clássico em

¹⁹² GIEDION, Sigfried. *El presente eterno: Los comienzos de la arquitectura*. Madri: Editorial Alianza, 1981, pág. 226.

Ur, os edifícios públicos mais importantes, como o palácio real, a tesouraria e a residência da suma sacerdotisa ficavam muito próximos do zigurate.



O *temenos* de Ur com o Zigurate no alto.

A forma de plataformas superpostas de tamanho decrescente, encimadas pelo templo/altar permaneceu constante, mas seu predomínio na paisagem urbana começou a declinar depois do colapso do Império Neobabilônico (538 a.C.), ainda que zigurates tenham continuado a ser erguidos e restaurados uns sobre os outros, por séculos. As ruínas da antiga estrutura serviam de fundação para o novo prédio. A forma clássica do zigurate pouco se modificou ao longo de quinze séculos.

O zigurate dedicado a Ênki, bondoso deus das águas profundas e da sabedoria, em Eridu, podia ser visto de Ur, a aproximadamente, 14 km, entre campos férteis às margens do mar que, desde então, retrocedeu mais de cem quilômetros. Foi construído por Ur-Nammu e por seu filho, Sholgi, pouco antes de 2.000 a.C.. É o

primeiro exemplo de associação da tradição mesopotâmica em arquitetura com a tradição suméria¹⁹³. Aqui emerge a planta tripartite, com recintos de ambos os lados da cela, no formato que se tornaria clássico. Em Eridu aparece também o primeiro embelezamento mais patente do exterior através da alternância de nichos e contrafortes. A orientação exata dos zigurates passa a ter suma importância a partir desta época, certamente uma das razões fundamentais para a escolha recorrente do mesmo local para novas construções.

A maior das cidades sumérias no Período Dinástico Inicial (2.900 a 2.340 a.C.), Uruk estendia-se por mais de nove quilômetros. Cerca de um terço de sua área era ocupada por templos e outros edifícios públicos. As duas maiores áreas correspondiam a locais sagrados devotados a Nanna e Anu.

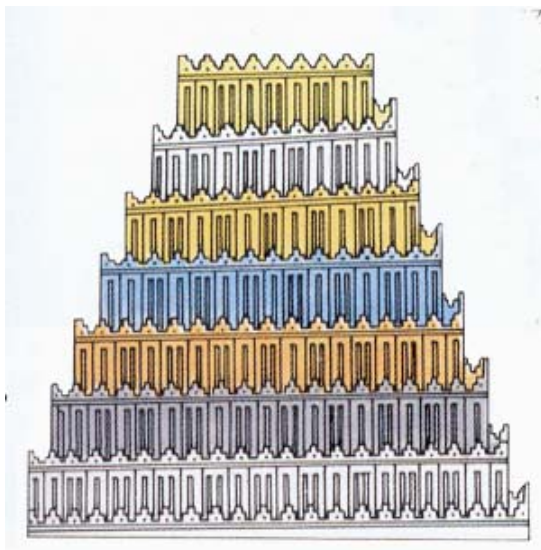


Zigurate de Uruk

O mesmo autor sugere que o zigurate pode ter tido duas funções distintas, a saber, a religiosa e a política. A primeira pode ter implicado a construção por mãos

¹⁹³ FLETCHER, Banister. *A History of Architecture*. 20ª Edição. Oxford: Architectural Press, 1998, pág. 71.

humanas das montanhas de onde provinham os deuses, como criam os sumérios, que miravam das planícies de aluvião onde moravam, as longínquas montanhas no horizonte. A função secular, afirma Fletcher¹⁹⁴, era servir de marco perene para a população local do poderio político, social e econômico do templo.

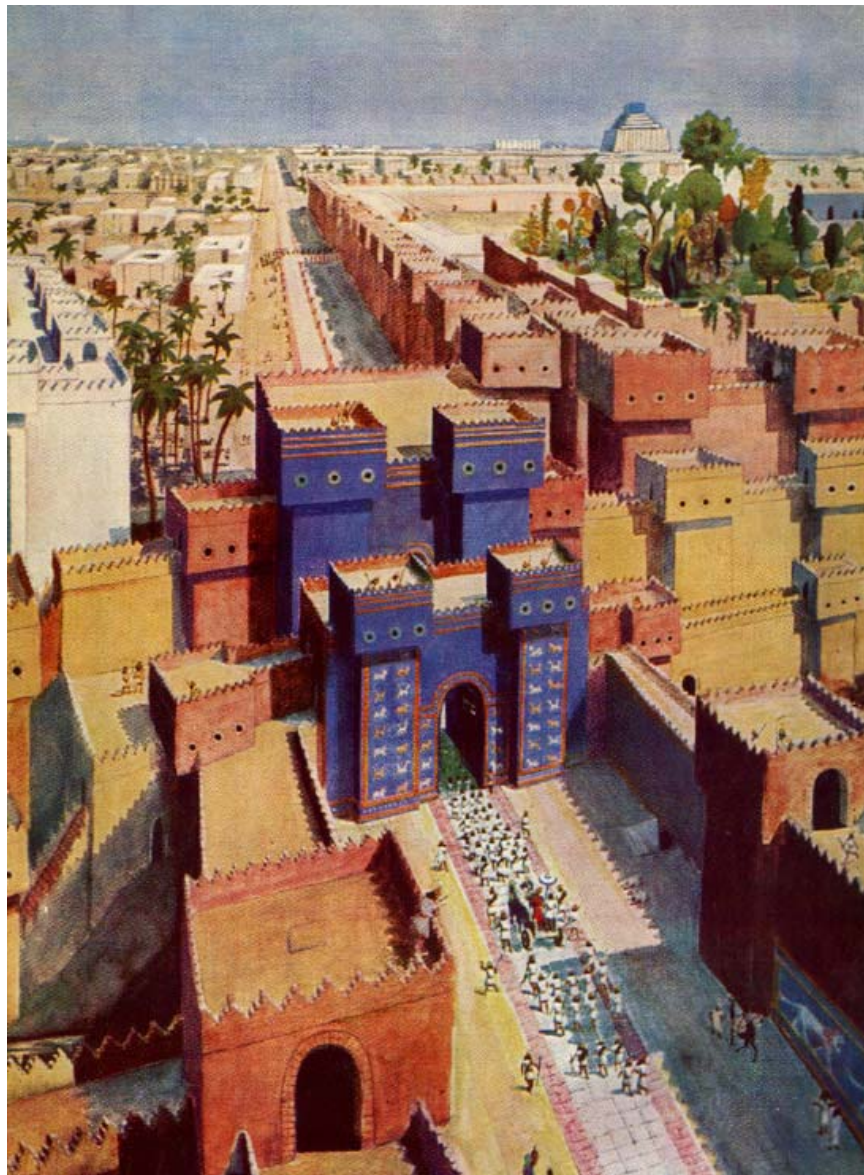


O Zigurate de Dur-Sharrukin, Assíria

Estima-se que o zigurate Etemenânki, possa ter alcançado de 75m a 90m altura. Sua ornamentação era elaborada. Cada um de seus sete pisos era revestido de uma cor diferente de ladrilhos esmaltados. Alçava-se dentro de um *temenos* quase quadrado. A ele se chegava por meio da majestosa Via Processional, construída para a celebração do Ano Novo, no equinócio de outono. Era uma das via sagrada mais largas e portentosas construída na Antigüidade: rebaixava os muros dos dois lados do pátio do zigurate, passava pela primeira ponte de pedra que houve sobre o rio Eufrates, atravessava a Porta de Ishtar, flanqueada por suas torres maciças e corria por entre suas paredes esmaltadas por ladrilhos repletos de mais de cinco mil animais de relevo. Neste trecho, o caminho processional erguia-se a 12,5m do nível

¹⁹⁴ *Id. ibid.*, pág. 73.

da planície e estava pavimentado por lajotas de mármore branco e vermelho¹⁹⁵. Hoje no local onde deve ter estado resta hoje apenas um charco.



Babilônia: Via Processional, Porta de Ishtar e o Etemenanki ao fundo.

Por fim merece algumas palavras o zigurate de Choga-Zambil, do século XIII a.C., construído por Untash-Gal, em Susa, capital do Elam. Suas ruínas, ao contrário das anteriores, exibem notável estado de conservação, sobretudo em seus níveis superiores, os mais completos encontrados até recentemente. A base tinha 107m² e

¹⁹⁵ GIEDION, *op. cit.*, pág. 73.

53m de altura total. Escadarias embutidas no grande volume e levavam ao topo do primeiro pavimento, no centro de cada frontal, mas apenas a escadaria do sudoeste levava ao segundo dos cinco pavimentos, enquanto o resto da altura tinha de ser escalada pelo sudoeste, sua fachada principal.



Choga Zambil

O zigurate manteve-se como elemento central de culto religioso ao longo dos períodos sumério, acádio, cassita, babilônico e assírio¹⁹⁶. O zigurate Etemenanki, mereceu intento de restauro por parte de Alexandre, o Grande, que faleceu antes de fazê-lo. Seus sucessores, no entanto, os reis selêucidas, foram responsáveis pelo último ressurgimento da construção de zigurates, tendo ao rei dos céus, o deus Anu, sido dedicado um zigurate, construído segundo os cânones milenares, em Uruk, no III século a.C.

¹⁹⁶ *Id. ibidem*, pág. 226.

4. - A Idade do Ferro e as mudanças no mundo urbano

4.1 - Os Hititas, a Idade do Ferro e a crise da urbanização

A importância dos hititas para o processo de constituição da urbanização na Antigüidade estudada neste trabalho vincula-se a dois fatores principais:

- Primeiramente, os hititas compõe o primeiro elemento indo-europeu a comparecer no teatro dos sistemas urbanos mais avançados, as regiões que têm por centro a Mesopotâmia. Instalados na Anatólia, participam da renovação do poder dos impérios do 2º milênio - Babilônios, cassitas, assírios, hurritas, urartianos, egípcios. Avaliando o caso de outras tribos indo-européias, como os iranianos, as tribos védicas, os gregos, os itálicos muito provavelmente trouxeram consigo práticas sociais peculiares que inovaram as formas do sistema urbano;

- Em segundo lugar, os hititas foram os pioneiros no uso do ferro, com todas as conseqüências do fato. Produtivas, pelo uso de arados e utensílios agrícolas desse metal, além de outras *ferramentas* que possibilitavam maior facilidade de escavação em minas, obras de construção civil, de infra-estrutura, etc. Sociais, pelo incremento da riqueza acumulada pela sociedade. Políticas, pela superioridade diferencial que as armas de ferro auferiram ao poderio militar frente a outros exércitos munidos de armas de bronze. Culturais, pelo impacto que todas essas variáveis tiveram não só entre os hititas como sobre seus vizinhos.

Hatti



O território de Hatti, primeira unificação da Anatólia.

Dos hititas se têm notícias históricas no final do 3º mil. a.C. Povo de origem obscura, assentaram-se, juntamente com outros falantes de línguas indo-europeias como os lúvios, na Anatólia, na área de Hattusa (atual Boğazköy)¹, no início do 2º milênio a.C., e também no Levante. Sua história a partir daí até c. 1.200 a.C. apresenta ciclos de integração e expansão até o colapso. Esse percurso transparece na divisão de sua cronologia política em

¹ Nesse processo, impuseram-se sobre os hititas, que eram uma antiga população organizada em *polites* (Cidades-Estado) e pequenos reinos teocráticos que habitava partes centrais e do sudeste da Anatólia, entre 2.500-2.000 a 1.700 a.C. Os hititas falavam uma língua não indo-europeia de afiliação incerta, que hoje se acredita ser relacionada ao grupo lingüístico caucasiano do noroeste e não tinham uma linguagem escrita. Em seus contatos comerciais com a Mesopotâmia, provavelmente usavam escribas assírios. O mais velho nome da Anatólia, "Terra de Hatti" achou-se em tabuletas cuneiformes do período da dinastia Acádia (2.350-2.150 a.C.). Nestas comerciantes assírios imploravam a ajuda ao rei. Este apelo continuou a existir por aproximadamente 1.500 anos, até 630 a.C., conforme crônicas assírias. Eles acabaram por se fundir com os hititas depois de 2.200 a.C., que adotaram o topônimo para si. Mesmo assimilados, continuaram a formar a porção importante da população. A influência de sua cultura era tal que os hititas assumiram muito de sua religião e mitologia.

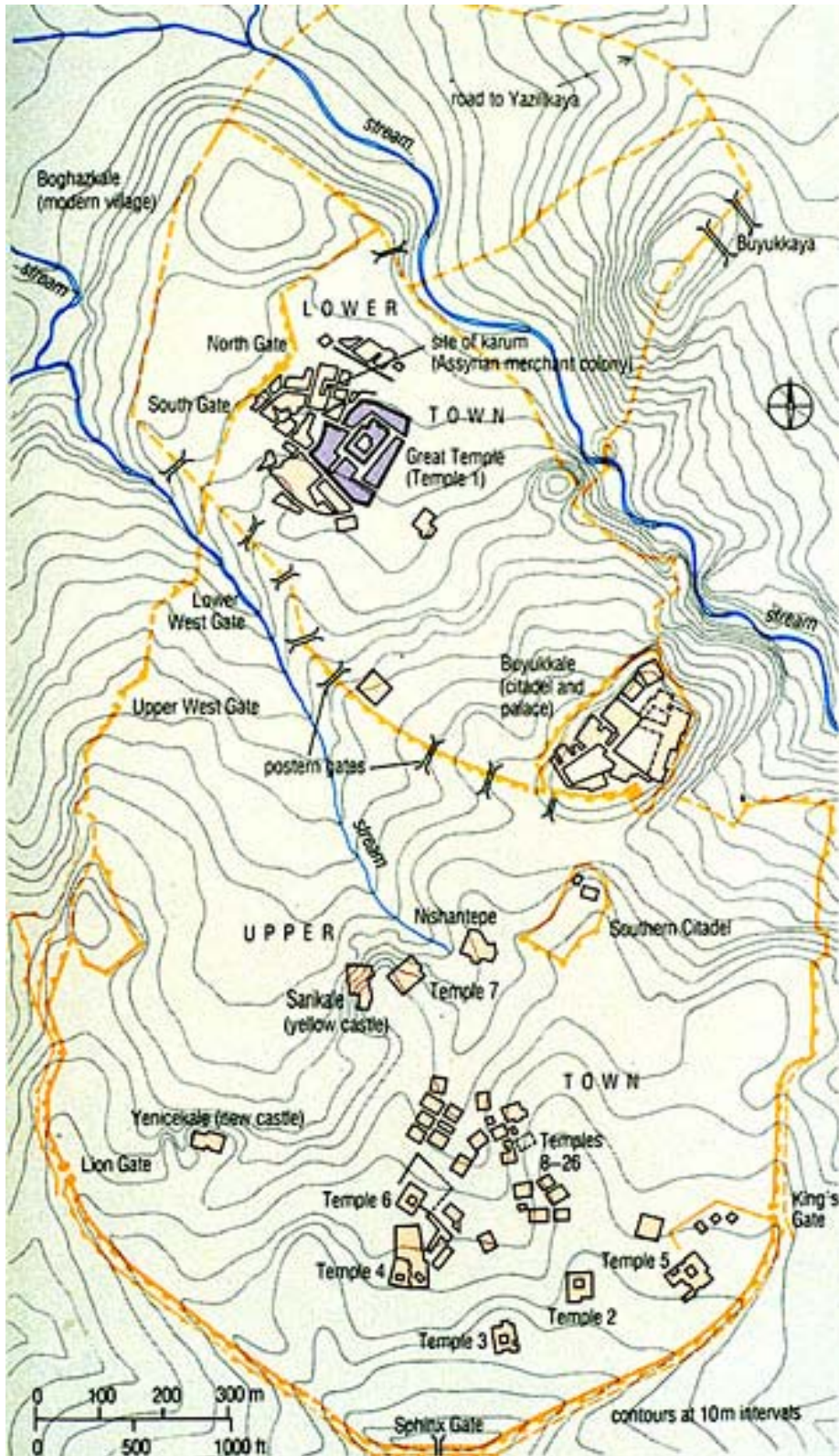
Antigo Reino (c. 1.700 a 1.600 a.C.) e Império (c.1.450 a 1.200 a.C.). Sua potência culminou entre 1.400 e 1.300 a.C., quando as várias tribos em que originalmente eram divididos foram reunidas politicamente. No final do período, os hititas eram um importante potência nas disputas militares e diplomáticas com os egípcios pelos estados clientes do Levante (documentado nos Arquivos de Amarna, sobretudo no episódio da Batalha de Kadesh). O estado hitita desaparece nas escaramuças do fim da Idade do Bronze Tardia, sobretudo nas disputas com os povos do mar e outros grupos anatólios vindos do norte². Posteriormente, alguns pequenos estados do norte da Síria continuaram alguns aspectos da tradição cultural hitita, como os neo-hititas citados na Bíblia, os sírio-hititas ou os neo-lúvios, antes de serem varridos do mapa no processo de constituição do Novo Império Assírio.

Hattusa

A antiga capital hitita (Boğazköy), situada às margens do rio Halys (Kizilirmak), bacia da Anatólia centro-setentrional, estendia-se em uma encosta entremeada por diversos morros, os mais importantes sendo o Büyükkale e o Büyükkaya. Suas muralhas cercavam cerca de 180 ha.

Escavações alemãs desde o início do séc. XX revelaram ocupação do sítio desde o calcolítico (c. 5º a 3º mil. a.C.), em Yarikkaya, a 3 km dali; em seguida, houve ocupação em Büyükkaya, já na Idade do Bronze. O assentamento urbano propriamente dito ocorreu no final da Idade do Bronze Inicial e Média, em Büyükkale.

² A vastidão do império que se estendia do Mar Negro à Síria e do Egeu à Alta Mesopotâmia; a breve duração do mesmo, logrado de guerras de expansão e rapidamente desmembrado por outras migrações indo-européias, pela colonização grega e pela expansão dos assírios; enfim, a escassa população com relação ao território e ao contingente de povos submetidos são todos elementos que concorreram para seu fim



Hattusa: notar a planimetria movimentada do sítio, e o elipsóide das muralhas

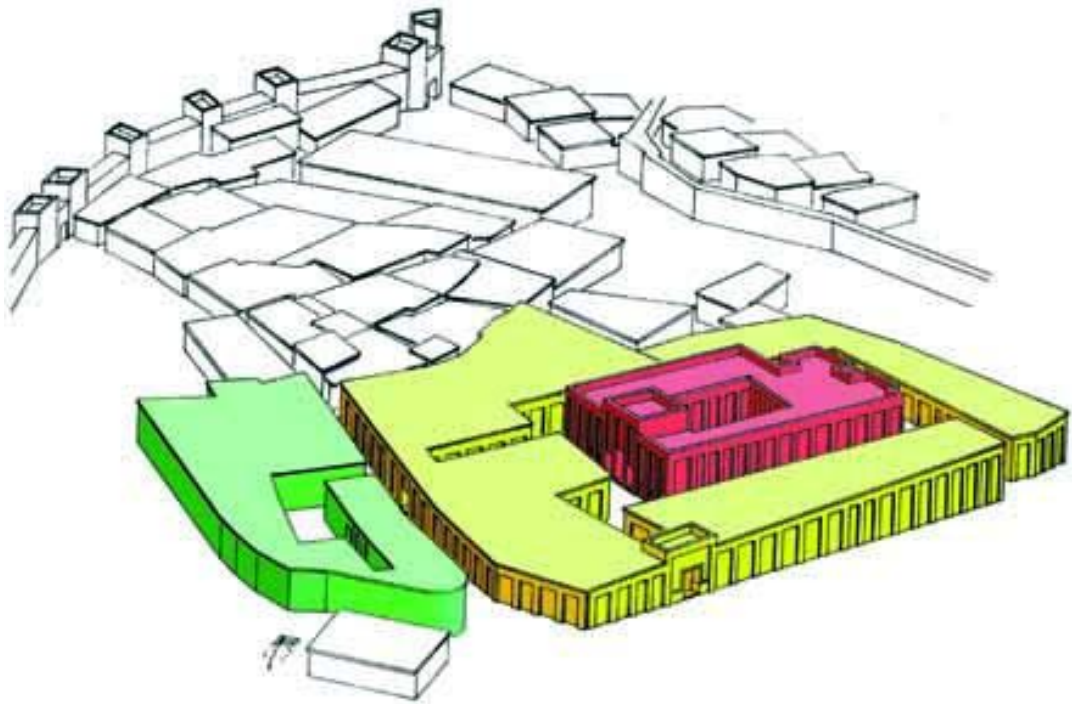
Durante a Idade do Bronze Média, houve um *kārum*, testemunha da participação da localidade no antigo comércio capadócio assírio.

Apesar de ter sido sede real do período hitita antigo, pouco foi recuperado, em cima e em torno de Büyükkale. No tempo do Império Hitita, a cidade consistia de uma cidadela murada em Büyükkale, composta de grandes edifícios administrativos, contendo diversos arquivos muito valiosos, uma cidade interna murada em separado, de 80 ha, contendo o grande templo I, juntamente com áreas residenciais, a noroeste de Büyükkale, e uma cidade exterior, também murada, de cerca de 100 ha, acima e a sul de Büyükkale, com quatro templos escavados e diversos bairros residenciais também murados (de mais de 100 ha). Estas últimas muralhas contém as famosas portas dos leões e da esfinge, comparadas freqüentemente com aquela de Micenas.

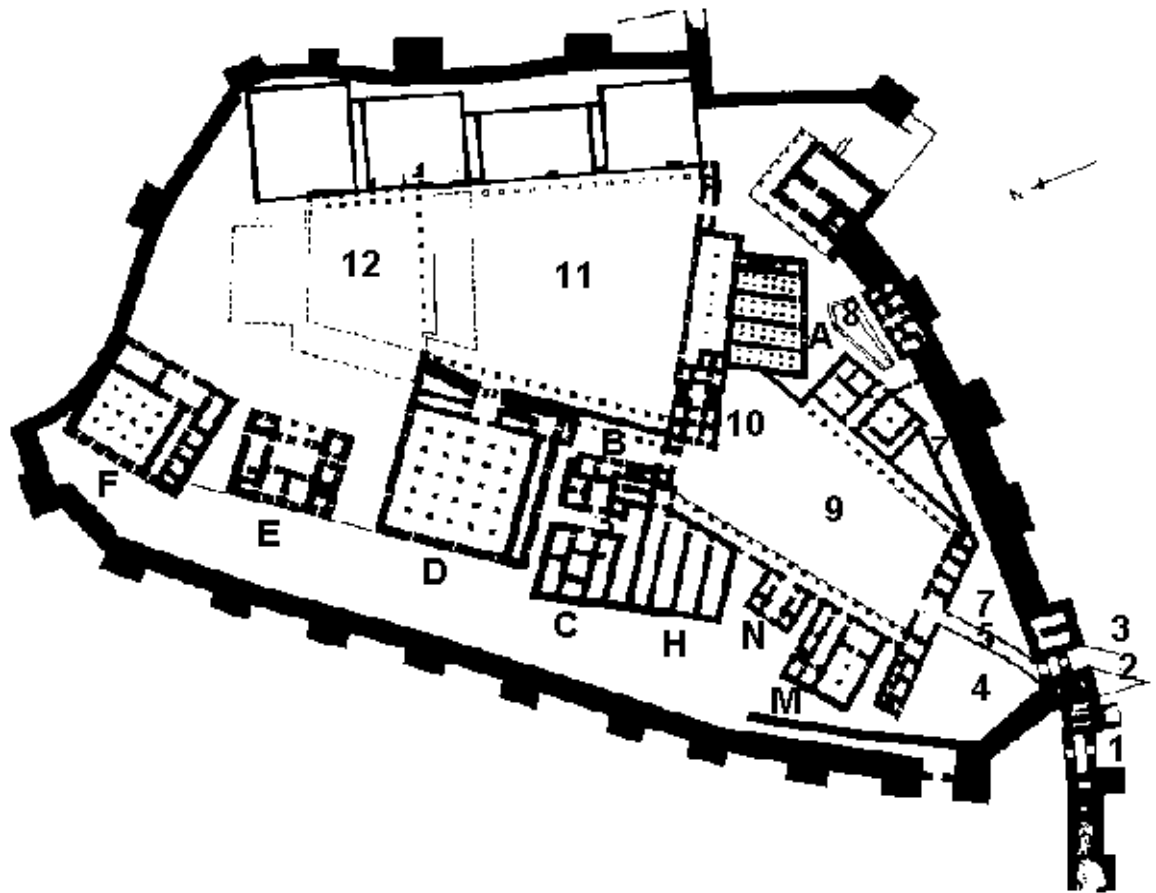
Após a destruição de Hattusa e o colapso do Império Hitita em *c.* 1.200 a.C., o sítio foi reocupado, em Büyükkale, por um assentamento muito menor, até meados do 1º milênio a.C.



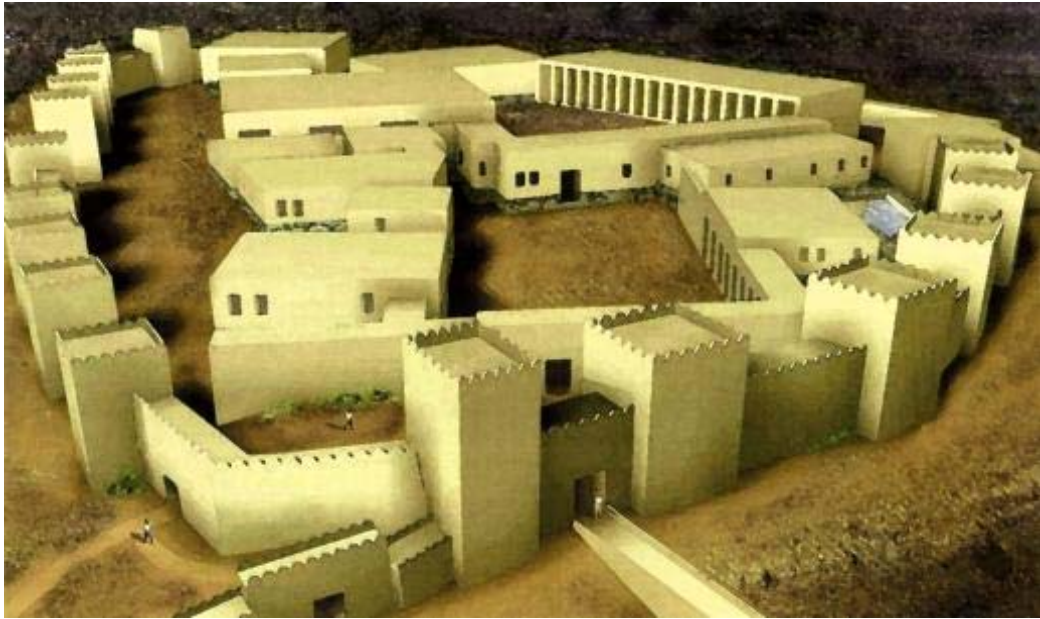
Hattusa: a cidade baixa



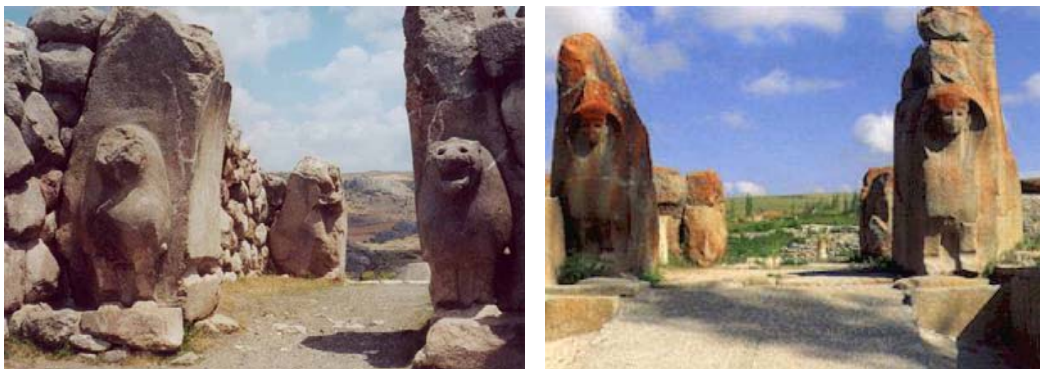
Hattusa: a cidade baixa



Citadela de Büyükkale



Citadela de Büyükkale



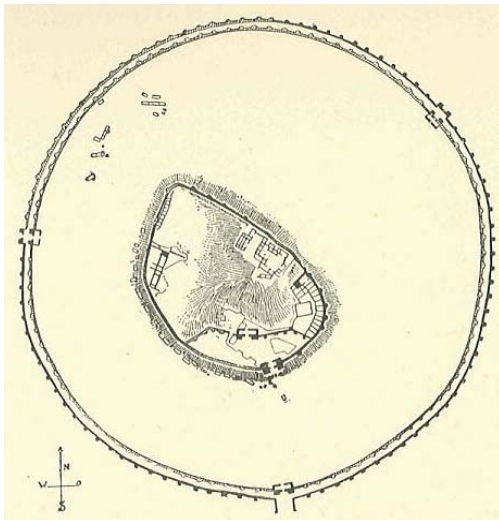
Hattusa: Porta dos Leões e Porta das Esfinges.

Zincirli

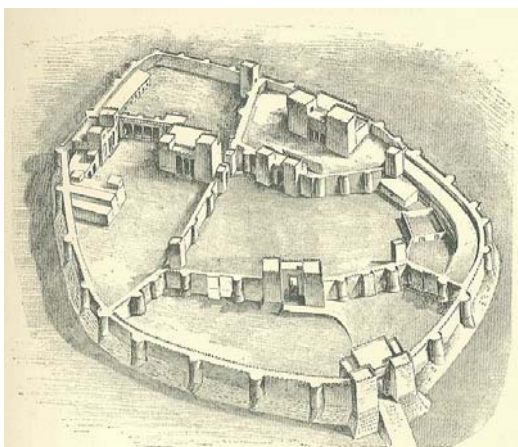
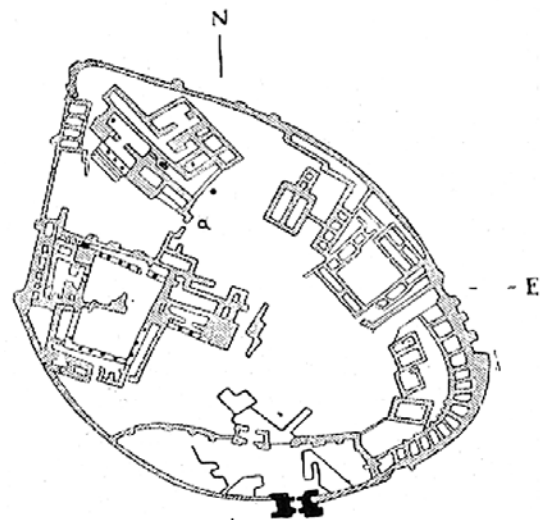
Situada na Síria, Zincirli (Zindjirli) provavelmente data do século XVI a.C. Além de importante no período hitita, também foi a capital de Sam'al, um estado neo-hitita no sudeste da Anatólia no início da Idade do Ferro. Uma muralha dupla de alvenaria, perfeitamente circular, com torres, de 220 metros de diâmetro fecha a cidade, cercava *c.* 40 ha. Três portões simetricamente espaçados se abriam nos muros. Uma muralha elipsóide, do lado de dentro, dotada de uma só porta, alinhada com uma outra exterior, continha a acrópole-citadela onde a residência do rei e os prédios públicos se localizavam. Ambas amostras apresentam as características básicas das disposições radiais e de

círculos concêntricos.

Em Zircirli a exatidão geométrica dos muros duplos e seus portões demonstra que elas são de uma data posterior àquela da cercadura interior da acrópole. Novamente, o alinhamento dos portões marca uma avenida radial, enquanto que a remanescência de uma muralha interna depois de uma proteção muito mais resistente ter sido construída em torno da cidade parece indicar o caráter diferencial, mais precioso, dos edifícios nela contidos, assim, determinando zoneamentos no espaço coberto pela a cidade.



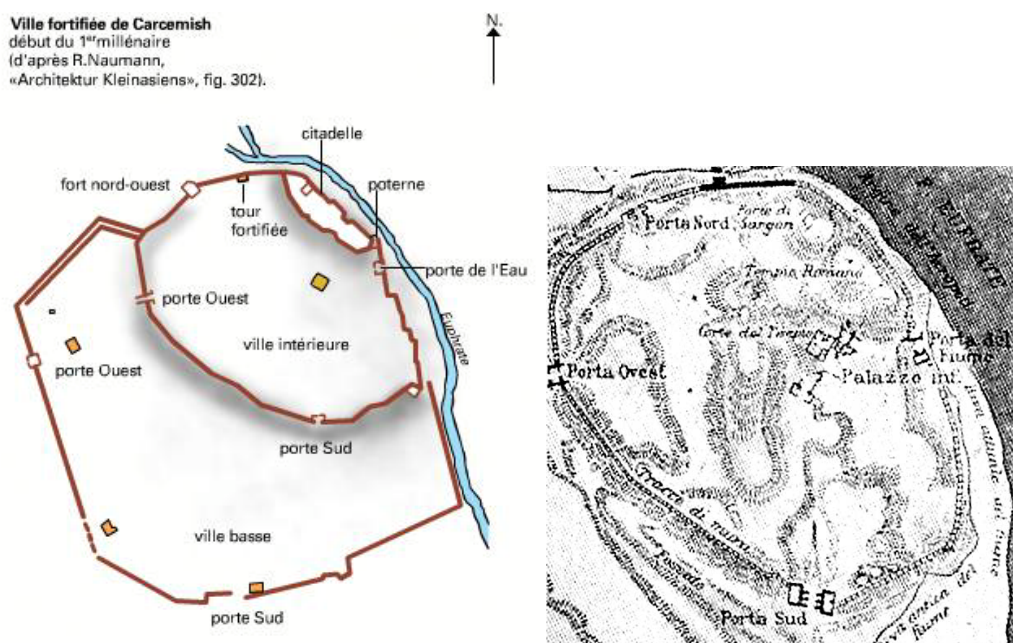
Zircirli: as muralhas externas e a cidadela



Zircirli: reconstituição

Carchemish³

Cidade situada no Médio Eufrates, no leste da Anatólia, perto da fronteira e da cidade síria de Cerablus. Fundada no 3 milênio a.C., era parte do Império Hitita tornou-se a capital do mais poderoso reino neo-hitita. Depois foi conquistada pelo rei assírio Sargão II, em 717 a.C. Havia três zonas, a cidadela, a cidade interna e a cidade externa.



Pouco se conhece do traçado interno das vias das cidades hititas, seja de Zendirli, de Kharshemish ou de Hattusas. Sakje Genzi, fortaleza quadrangular descoberta na Síria setentrional, constitui um fato isolado de uma época mais tardia, provavelmente derivado de formas egípcias ou mesopotâmicas.

³ Também conhecida como Karkemish ou Kargamish.

4.2 - A segunda onda de expansão da urbanização

Assim como no início do 2º milênio houve uma espécie de renovação e expansão do sistema urbanizado na Antigüidade, também entre o final desse milênio e início do subsequente houve um novo impulso na urbanização sobre novas áreas e com novos atores.

Grosso modo, para além das zonas já tradicionalmente urbanas - Mesopotâmia, Elam, oeste da Anatólia, Levante, Egito, Chipre e Creta - surgiram outras:

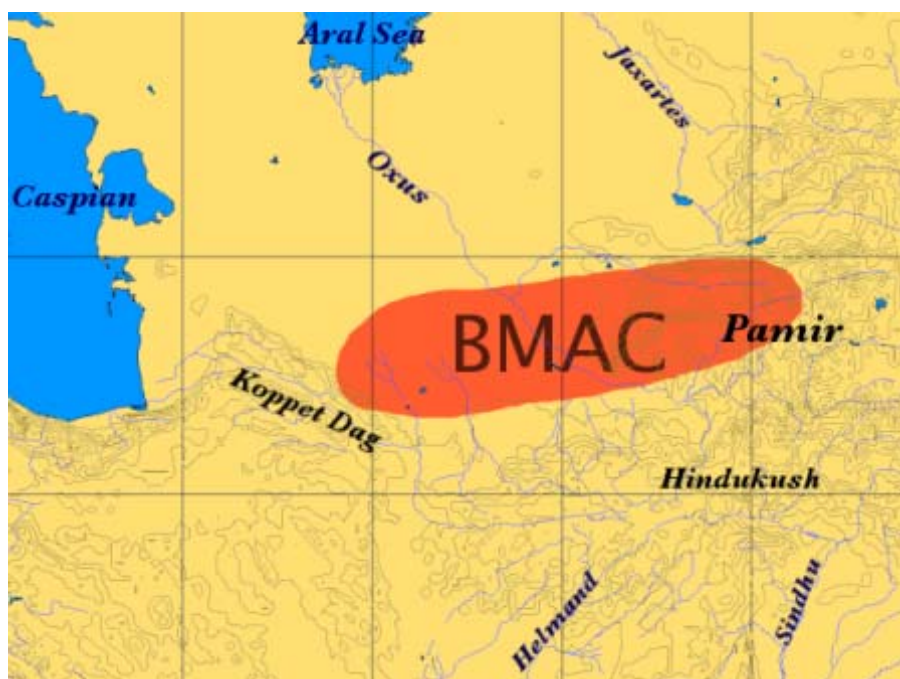
- na Ásia Central, *polites* e reinos;
- na Anatólia, após o Império Hitita, emergem reinos indo-europeus;
- no sul do vale do Nilo e região do Iêmen, reinos;
- na Hélade e leste do Mediterrâneo, reinos micênicos.

Esse estado de coisas contribui para integrar o sistema e difundir as formas de espaço urbano desenvolvidas no núcleo duro acima citado.

A expansão do sistema urbano: a zona da futura Rota da Seda na Ásia Central

O aparecimento de um "colar" de cidades ao norte da zona iraniana e a noroeste da área da cultura de Sindhu-Sarasvati tem valor primordial para demonstrar a formação do sistema urbano da Afreurásia na Antigüidade, pois

ilustra as transformações previstas em nosso modelo⁴ de expansão da urbanização, resultando muito mais tarde nos entrepostos da Rota da Seda (a partir do séc. I a.C.).



BMAC

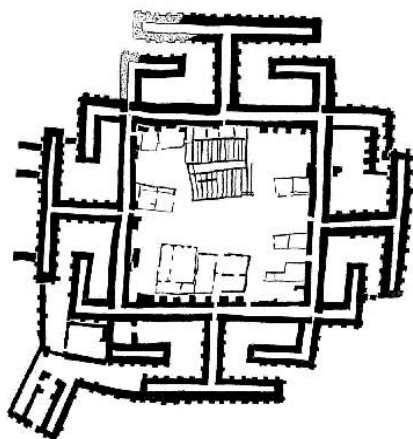
A sigla BMAC sintetiza, em inglês, a expressão "Complexo Arqueológico da Bactria e Margiana", cultura que se desenvolveu nos territórios hoje a noroeste do Afeganistão (Bactria) e leste do Turcomenistão, no delta interior do rio Murghab, a antiga Margiana. A razão desse nome duplo deriva do fato de que primeiros achados de cultura material - trabalhos em metal tais como selos, estatuetas e recipientes ornamentados feitos em

⁴ Recapitulando, segundo este modelo, após o salto qualitativo do estágio proto-urbano a urbano apresentado na zona de urbanização primigênia - no caso, os focos independentes entre si da Suméria, do Sindhu-Sarasvati e do Egito - a urbanização das regiões vizinhas circundantes se dá por contágios sucessivos diretamente proporcionais à distância e facilidades geográficas de acesso. Uma representação gráfica do processo encontra-se à página 85; as três zonas funcionam em um processo de contínua expansão, em que a faixa intermediária se torna central, integrando o núcleo urbanizado; a faixa exterior se torna por sua vez medial, sendo envolvida por sua periferia transformada em nova zona de aldeamentos agrícolas e pastoris.

pedra, cerâmicas - referentes a essas populações provinham de túmulos saqueados no Afeganistão, que coincidaram, mais tarde, com artefatos encontrados no Turkmenistão. Os sítios escavados na Bácia, como Dashly e Sapalli-Depe, e na Margiana, como Gonur-Depe, permitem situar a cultura entre fins do 3º milênio a.C. e o primeiro terço do 2º milênio a.C. Os seus artefatos são encontrados no Paquistão, na província do Baluquistão e nas margens do Indus, por exemplo, em Sibíria, e no Irã, onde chegam até Susa, no Elam, demonstrando a vitalidade das trocas.

Dashly

Sítio no noroeste do Afeganistão, escavado nos anos 1970 por V. I. Sarianidi que permitiu estabelecer a Idade do Bronze na Bácia, entre fins do 3º e primórdios do 2º milênio a.C. Trata-se de um oásis onde se encontram também assentamentos datados de época Aquemênida e clássica. Destacam-se os achados denominados Dashly 1 e Dashly 3, consistindo de fortalezas de planta quadrangular com torres de seção circular espaçadas regularmente por seus lados, uma edificação identificada como palácio, em Dashly 3, similar a um exemplar de Sapalli-Depe, um complexo circular que se supõe ter sido um templo, além de áreas residenciais, fornos de oleiro e oficinas de trabalho em metal.



Sapalli-Depe

Sítio no sul do Uzbequistão, escavado por A. Askarov, que dá nome a uma cronologia regional. Encontram-se aí três períodos da Idade do Bronze Média e Final, sendo mais importante aqueles de meados a fim do 3º milênio a.C. Particularmente significativa é uma fortaleza de planta quadrangular, na qual foram achados túmulos contendo peças de seda que evidenciam contatos com os reinos chineses.

Gonur-Depe

Sítio no sudeste do Turkmênistão, no delta do rio Murghab, escavado por V. I. Sarianidi nos anos 1970 e 1980. Apresenta uma área de cerca de 50 ha, uma fortaleza em seu centro e áreas residenciais e oficinas. Dá nome a uma fase da cronologia regional, entre fins do 3º e início do 2º milênio a.C., entre as fases Kelleli e Togolok, que demonstram uma notável continuidade entre si. Os selos-amuletos característicos aí achados, conhecidos como "Murghab", fazem pensar em seus equivalentes mesopotâmicos e harappianos.



Outros casos

Kelleli: grupo de sítios idade bronze no baixo Murghab 3º mil. a.C. nome cronologia reg. assentamentos 6 ha. max; Togolok: grupo de sítios fins idade brne mughrab delta pqns assntmnts max 15 ha; Sibri: pqno assentamento perto de Mehrgahr, planície de Kachi, Baluquistão oriental, Paquistão, escavado no projeto Mehrgahr de J.-F. Jarrige. artefatos parecidos com culturas ásia central ao norte; conexão. Mehrgahr: importante sítio planície de Kachi, Baluquistão oriental, Paquistão, ocupado de 6.000 a.C. até o auge de Sindhu-Sarasvati 3º milênio. últimas fases

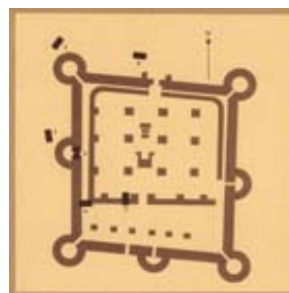
Mundigak

O sítio arqueológico de Mundigak, no Afeganistão, tem importância particular para a compreensão do espraiamento da urbanização na Antigüidade, demonstrando exemplarmente o modelo de passagens sucessivas de estágios pré-urbanos agrícolas e pastoris ao salto qualitativo da Revolução Urbana, até integrar-se ao sistema maior de cidades. Constitui um dos mais antigos assentamentos humanos encontrados até hoje na área que mais tarde se localizará a Rota da Seda, ponte entre a porção oeste da Afreurásia e as terras de cultura indiana e chinesa. Seus muitos estratos vão da pré-história à Idade do Ferro, sendo especificados por um algarismo romano (Mundigak I a VII).

As escavações localizam-se a cerca de 60 quilômetros a noroeste da cidade de Kandahar, na bacia do alto rio Helmand, no sul do país. Foram empreendidas por J.-M. Casal à frente de equipe da Délégation Archéologique Française en Afghanistan (DAFA), de 1951 to 1958. Os primeiros três períodos (Mundigak I a III) descrevem ocupações começando no 5º milênio a.C. e estendendo-se até o 3º milênio a.C., pertencendo, portanto a épocas

anteriores à urbanização. Já Mundigak IV, de fins do 3º milênio a.C, apresenta traços de mudanças do estágio proto-urbano a um assentamento com características de pequena cidade, com 7 ha. Foi encontrada uma cidadela murada com diversas estruturas monumentais, entre as quais um grande edifício com colunatas, chamado de "palácio". Nesse período (IV), mas também desde o anterior (III), achados de cultura material como cacos de cerâmica e pequenos objetos (figuras de terracota e de pedra, utensílios e adornos) que evidenciam trocas crescentes com as regiões circundantes, como Turkmênistão (sítios de Geoksjur e Namazga III), Baluquistão e, sobretudo, os primórdios da cultura do Sindhu-Sarasvati. As camadas VI e VII, do 2º milênio a.C., já dentro da Idade do Ferro, podem estabelecer uma pertinência de Mundigak a essa esfera indiana, como uma espécie de posto avançado.

Recentemente os achados do sítio, depositados no Museu Nacional de Cabul, voltaram ao noticiário devido à ação de vândalos ligados ao Talibã, que teriam destruído todas as figuras que representassem seres vivos.



Geoksjur

Trata-se de um oásis no sul do Turkmenistão, a leste do rio Tedjen, onde foram encontrados diversos sítios, o maior dos quais apresenta 12 ha, de fins do 5º a fins do 4º milênio. Faz parte do sistema de assentamentos humanos ao longo da futura Rota da Seda, neste caso vinculada ao rio Tedjen. Quando este mudou seu curso, deslocando-se mais a oeste, o sítio foi abandonado.

Namazga

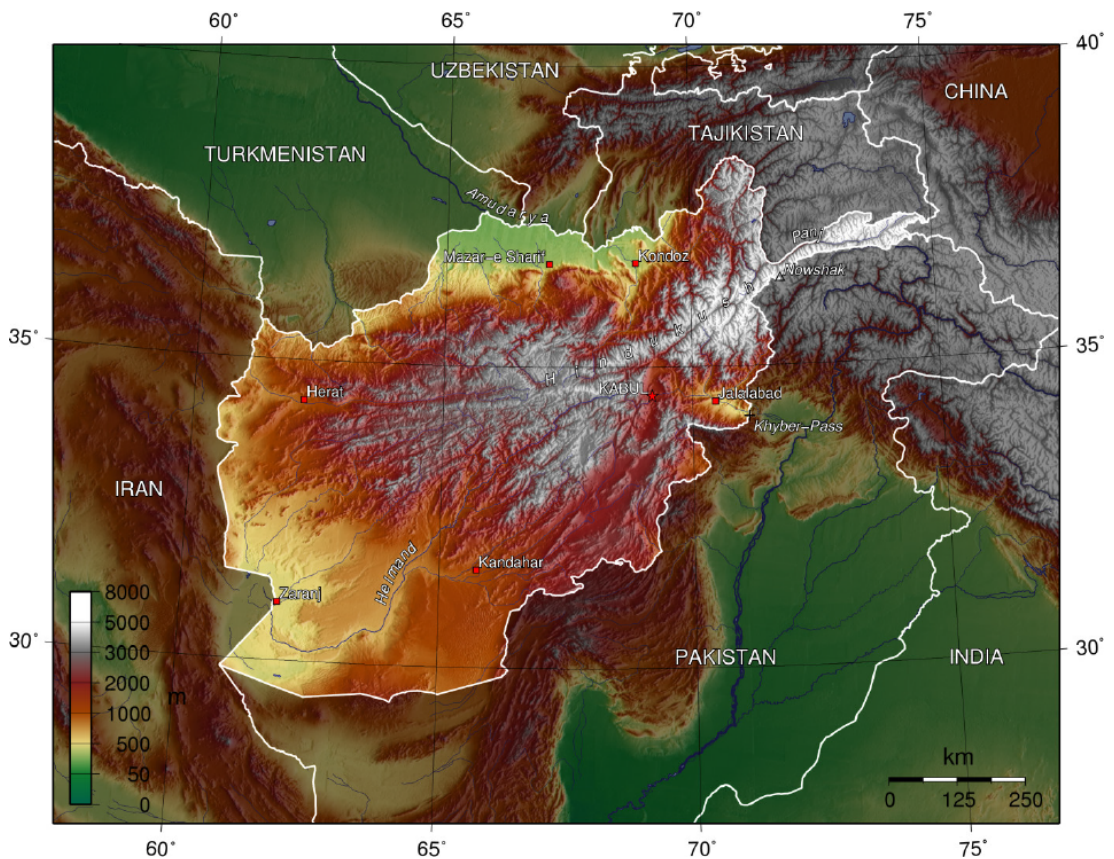
Sítio no sul do Turkmenistão, a leste da capital, Ashkhabad, nas encostas norte da cadeia de Kopet Dagh, que dá nome a um quadro de referência de seis fases - I a VI - para a cronologia do Calcolítico e da Idade do Bronze na Ásia Central, de *c.* 4.800 a 1.500 a.C. Excavações feitas nas décadas de 1950 a 1970 pelos arqueólogos I. N. Khlopin e B. A. Kuftin revelaram que a ocupação passou de uma aldeia de 15 ha a uma pequena cidade de 50 ha durante os períodos Namazga IV-V, no 3º milênio.

Shahr-i Sokhta

Sítio no oeste do Irã, próximo às atuais fronteiras com o Afeganistão e Paquistão, no distrito de Seistan, escavado nos anos 1960 e 1970 por M. Tosi, muito significativo para esclarecer o processo de urbanização e trocas na região. Sua sequência de camadas cobre de fins do 4º a primórdios do 2º milênio a.C., período em que o assentamento passou de 20 a 100 ha, no final de 3º milênio a.C.

Quetta

Capital da província do Baluquistão, no oeste do Paquistão, e também nome de um vale que dá acesso ao leste do Irã, por meio de um passo nos maciços montanhosos da fronteira desses países, onde se situam os sítios de Kili Gul Mohammad e de Damb Sada'at.. Excavações feitas por W. Fairservis no local resultaram no estabelecimento de cronologias de referência de quatro - KGM I a IV - e três - DS I a III - períodos para a região, cobrindo desde cerca de 5.000 a.C. até fins do 3º milênio a.C. A cultura material da região parece associar-se com a da Bactria durante a Idade do Bronze (BMAC), o que evidenciaria sua pertinência à zona de contatos da futura Rota da Seda.



Antiga Anatólia



Estudiosos normalmente estão de acordo que, com ou sem Guerra de Tróia, Tróia deve ter existido na Anatólia, oeste da atual Turquia. As disputas acadêmicas giram em torno de ter sido o cenário do lendário cerco cantado por Homero cidade ou cidadela. Dois professores da Universidade de Tübingen, Alemanha, têm protagonizado tal querela desde 1984, a saber Manfred Korfmann, arqueólogo, e Frank Kolb, historiador da Antigüidade⁵. Em 1984, Kolb escreveu que Tróia não era uma cidade, e sim uma cidadela. Na época, Korfmann inclinava-se a concordar, mas, decidido a investigar mais a fundo a questão tão cara à formação humanista alemã, organizou a primeira prospecção sistemática do sítio em mais de 50 anos. Conduzida principalmente por pesquisadores da Universidade de Tübingen e outras instituições alemãs, além da Universidade de Cincinnati, dos Estados Unidos, quatro anos depois os resultados começaram a emergir.

⁵ O Estado de São Paulo, 27 de outubro de 2002, A-14.

Peter Jablonka, um dos arqueólogos de Tübingen encarregado das escavações da cidade baixa, afirmou que os restos da área urbana estendida chegavam ao canal, o que significa que a cidade era pelo menos dez vezes maior do que se supunha. Várias fundações de casas foram descobertas, inclusive uma casa com pátio descrita como impressionante. Entre os artefatos que continha estavam uma estatueta de bronze e um touro de cerâmica. Foram também descobertos, muralhas, um forno e uma caverna com poço, possivelmente parte do sistema hidráulico protegido da cidade. Com base em seus achados Korfmann defende que Tróia era um próspero centro comercial da Idade do Bronze tardia, situada em um ponto de navegação estratégico entre os mares Egeu e Negro. Acredita que a cidade possa ter tido até 10 mil habitantes, densamente distribuídos em uma área que se estendia por 400 metros ao sul da cidadela no topo da colina.

A camada arqueológica conhecida como Tróia VIIa, datada com base no estilo da cerâmica do meio e final do século XIII a.C., costuma ser identificada como a Tróia imortalizada por Homero. Parece ter sido de fato destruída por uma guerra, a julgar pelos destroços queimados encontrados, mas as provas ainda são insuficientes. O local permaneceu habitado, mesmo depois da destruição daquela Tróia, nos séculos XII e XI, sob influência grega, mas depois de novos incêndios, foi abandonado no século X, durante 200 anos, até novo povoamento renascer ali em, aproximadamente 700 a.C. Deserta na época da Grécia Clássica, e reocupada em cerca de 20 a.C., os reis de pérgamo cederam o território de Troas, nome histórico da península de Biga, à República Romana. Sob o Império Romano, Troas transformou-se em parte da província da Ásia. Essa região era chamada de Hilusa pelos hititas⁶.

⁶ Emil Forrer foi o primeiro a assim identificá-la, causando controvérsia entre os especialistas em história hitita, no entanto, Houwink ten Cate confirmou a afirmação ao encontrar fragmentos de tabuletas com escrita cuneiforme.

O mundo micênico

O centro de poder passou de Creta para a Argólida, de onde se irradiou uma nova cultura que, a partir de Micenas, ganhou o nome de micênica. Demonstrou resultar menos refinada que a cretense, em que pese ter trazido desta as características principais. As cidades de tipo micênico, diferentemente daquelas surgidas em Creta, são cercadas por muros e torres de defesa.

Seria oportuno, antes de tratar das formas urbanísticas micênicas, enfocar alguns centros da Hélade neolítica, onde ainda restam testemunhos. Na Macedônia, restos de fundações em Zoumbat apresentam disposição paralela ou ortogonal. Um esquema quase análogo se encontra em Dhimini, na Tessália, erigida em acrópole e na qual figuram casas retangulares. Mesmo na Tessália a acrópole de Sesko, que provavelmente foi somente uma fortaleza, apresenta os restos de uma muralha oval que segue o contorno da colina. Estações neolíticas se encontram dispersas um pouco por todo lado na região helênica, de Atenas (acrópole) a Olinto (colina meridional), e em geral nas localidades sobre as quais depois surgiram os maiores santuários.

Na Beócia, Orcômeno, posta sobre uma colina, já era habitada no neolítico. As escavações trouxeram à luz cabanas que, segundo os estratos, apresentam formas redondas, arredondadas e retangulares⁷. A cidade, que primitivamente se estendia na planície de um lago, foi depois transportada para as vertentes da colina de Acontios. No alto deste foi erigida a acrópole, que com o III e IV estrato, pertence ao período micênico. De tipo micênico são as muralhas ciclópicas e o famoso "Tesouro de Minyas". Orcômeno representava assim um ponto avançado do influxo micênico no continente.

⁷ Chamadas de cabanas absidais. (n. a.)

As cidades-palácio micênicas, como Tirinto, Micenas, Argos e Pylos oferecem o exemplo de acrópoles com muros irregulares ou arredondados acompanhando as características do terreno. O palácio sobressaía na parte mais alta da colina; os seus pátios e *megaroi*⁸ próximos e divididos nem sempre possuem uma orientação regular. Provavelmente as limitadas superfícies fechadas *intra muros* e a própria adaptação ao sítio forçavam os esquemas irregulares da articulação dos edifícios.

Micenas

Micenas, na Argólida, surge sobre as vertentes de uma colina em posição dominante. A parte mais alta da cidade se apresenta fortificada por muros menos poderosos mas de mesmo tipo daqueles de Tirinto, com sinais de ampliação. Os restos do palácio da acrópole refletem o tipo de pátio e de *megaron*, aos quais se atinge por meio de "propileus". Particularmente interessante é o recinto circular das tumbas em *tholos* no Tesouro dos Atridas. Da cidade baixa não podemos reconstruir nenhum plano mas somente deduzir a complexidade pela mescla de túmulos e habitações.

Tirinto

Tirinto, também na Argólida, surgia em uma elevada acrópole, poderosamente fortificada por muralhas ciclópicas com caminhos e postos de guarda salientes e reentrantes, trechos retilíneos e torres. Na parte meridional, fechada por uma cinta ainda mais complexa e robusta, se localizava o palácio, de configuração similar às cretenses. O conjunto tem características harmônicas, sucessão de "pracinhas" e "propileus" que conduzem ao pátio

⁸ O *mêgaron* é um tipo de estrutura ou sala retangular ou absidal, dotada de uma entrada em pórtico, típica da cultura heládica e egéia. Servia frequentemente como recinto do trono ou de instância de reunião do núcleo do poder político e militar. Sua conformação em *cella* parece ter tido influência decisiva no desenvolvimento da tipologia do templo *in antis*. Cf. ROBERTSON, D. S. *Arquitetura Grega e Romana*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

central e ao *megaron*, isolado. As escavações indicam que populações heládicas pré-micênicas, que deviam habitar nas alturas rocosas, foram constrangidas a se instalar na planície; mas da cidade baixa não há muitos elementos indicativos.

A complexa irregularidade distributiva aparece também nas escavações de Argos, onde casas de planta quadrada dentro de uma dupla cinta circular não apresentam orientação comum e alinhamentos.

O exemplar mais bem preservado de megaestruturas em acrópole fortificada ou cidadela-palácio micênico resiste em Pylos, na Messênia, na colina de Epano Englianos. O "Palácio de Nestor" data do séc. XIV a.C. Foi encontrado um grande arquivo em linear B.

Tróia no II e no VI estrato entra na esfera e na tipologia das rocas micênicas, com uma acrópole (na qual se reproduzem os sistemas compositivos dos propileus, das pracinhas e do mégaron) e uma cidade baixa. Restos de construções e de templos do II estrato apresentam critérios de uniformidade de orientação e de boa ordem distributiva.

É interessante notar como as planimetrias minóicas e micênicas não revelam templos de tipo clássico. Existiam pequenos templos seja anexos a palácios reais como em Cnosso seja postos sobre uma acrópole como em Gurnia e provavelmente tal tipologia devia estar em uso também na civilização micênica. O altar, perto do qual se cumpria o ato mais solene do culto, era aberto e tal uso não cessou na era clássica, na qual a Ara era coordenada simetricamente em frente à entrada do templo. Os únicos templos que encontramos na era egéia são aqueles de Tróia (para Apolo e para Palas) mas pelas escavações e pela crítica homérica são de tipo não helênico mas mais oriental.

O Cáucaso

Dos povos indo-europeus os ancestrais dos armênios penetraram a região transcaucasiana vindos da Anatólia⁹, no primeiro milênio antes de Cristo. Um segundo grupo de antigos indo-europeus, os ossétios, do grande Cáucaso central. Remanescentes dos iranianos nômades do leste, vagaram pelas estepes russas do século VII a.C. até o século IV d.C., quando foram rechaçados pelos hunos. Tais povos foram sucessivamente conhecidos como citas, sármatas e alanos. Grupos eslavicos compunham mais de um terço da população total do Cáucaso. Viviam no norte e eram principalmente russos e ucranianos. Por fim podemos mencionar os curdos, gregos e ciganos que se distribuíam por várias áreas do Cáucaso.

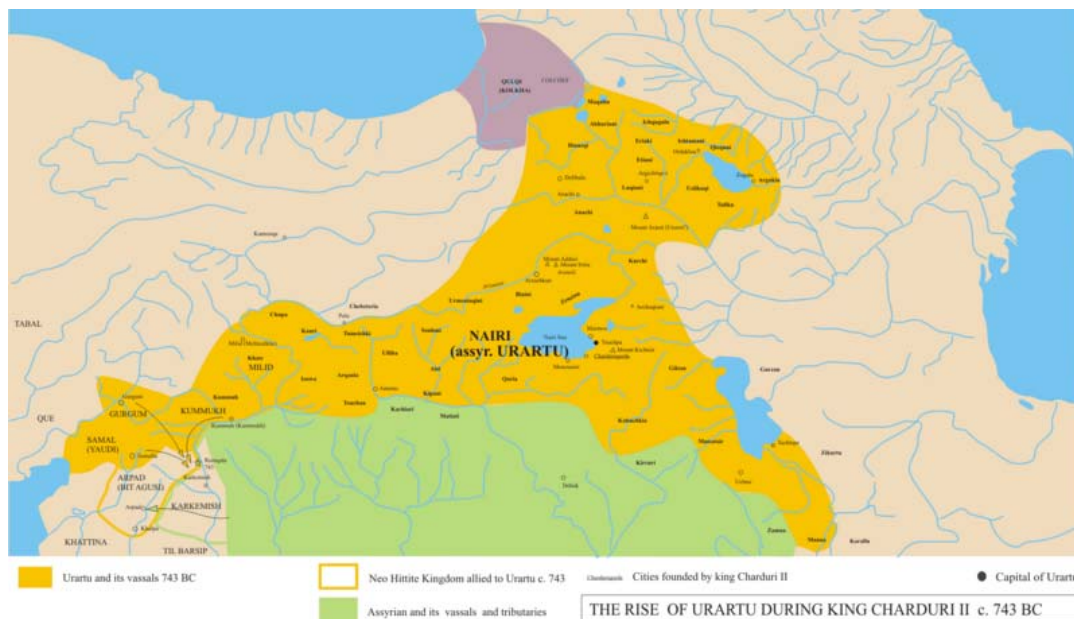
Urartu

Nome assírio dado a um povo que se chamava de Biainili¹⁰, Urartu era um antigo reino no sudoeste da Ásia, na região montanhosa do sudeste do mar Negro e sudoeste do mar Cáspio. O reino de Urartu consta de fontes assírias relativas ao século 13 a.C., quando gozava de considerável poder político na região. Os armênios sucederam o povo de Urartu no século VI a.C..

O povo de Urartu compartilhava algumas características com os hurritas, povo ainda mais antigo na região. Ambos os povos falavam línguas muito aparentadas que devem ter derivado de uma nação ancestral comum, talvez três mil anos antes. O patrimônio cultural também era comum, embora o povo de Urartu apresentasse marcada influência assíria, de quem assimilaram a escrita, formas literárias, práticas militares e diplomáticas, motivos e estilos decorativos.

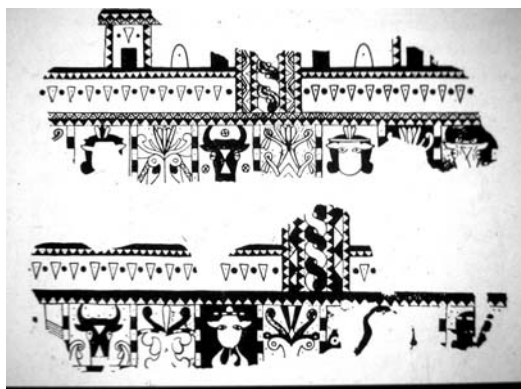
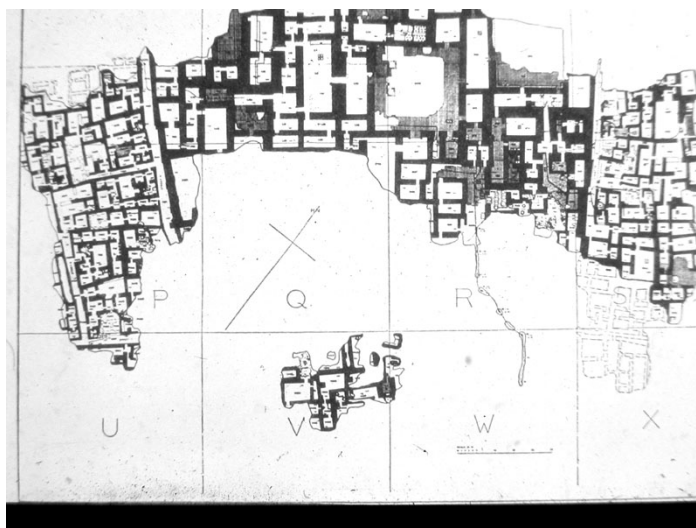
⁹ *Op. cit.*, vol. 2, pág. 965.

¹⁰ *Op. cit.*, vol. 12, pág. 197.



Mitani

Os indo-europeus originaram outro império, aquele de Mitani, no norte da Mesopotâmia, que floresceu de 1.500 a 1.350 a.C.. Em seu auge estendia-se de Arrapkha (Kirkuk) e os montes Zagros no leste à Assíria, no Mediterrâneo, no oeste. Mitani era um dos muitos pequenos Estados, como Hurri, pátria dos hurritas acima citados, fundados pelos indo-europeus na Mesopotâmia e na Síria. Embora originalmente esses indo-arianos tenham provindo de tribos arianas que depois se estabeleceram na Índia, aparentemente elas se separaram e seguiram para a Mesopotâmia. Lá se fixaram entre os hurritas e tornaram-se a classe dominante. Nos primeiros tempos, Mitani concorreu abertamente com o Egito pelo controle da Síria, mas relações amigáveis prevaleciam com os egípcios de Tutmós IV (1.425-1.417 a.C.).



Sul do Vale do Nilo, Mar Vermelho e Arábia iemenita

Kush

Estendendo-se no nordeste da África, do vale da primeira catarata no Nilo para leste, até as margens do mar Vermelho, e para o sul até onde seria a atual capital do Sudão, Cartum, e a oeste até o Deserto Lívio, estendia-se a Núbia¹¹. A porção sul que ia até a segunda catarata do Nilo era chamada de Kush, no tempo da 18ª Dinastia dos faraós do Egito e, de Etiópia, pelos antigos gregos.

Tal subregião testemunha uma das primeiras fases de formação de Estado na História, como atestam os achados arqueológicos da década de 60, encontrados nas tumbas de Qustul, e que já exibiam símbolos de realeza similares àqueles dos faraós dos segundo e terceiro períodos de Naqadah. Com a ascensão da primeira Dinastia no Egito, os núbios de Kush perderam sua autonomia.

Um novo reino, no entanto, surgiu em 800 a.C., sob Kashta. Os cushitas adquiriram modos egípcios rapidamente, e ocuparam o Alto Egito. O governante cushita Piankhi tornou completa a assunção de modos e formas egípcias e, por volta de 730 a.C., invadiu o Baixo Egito. Devotos ardentes de Amon, os cushitas consideraram os egípcios de modos líbios como degenerados, mas sentiram grande afinidade pelos tebanos, que eram também adoradores de Amon. Em 715 a.C., aproximadamente, todo o Egito tinha sido conquistado pelos núbios de Kush, transferindo a capital egípcia para Mênfis. A 25ª Dinastia do Egito passou aos registros como cushita, nas listas de reis.

¹¹ *Op. cit.*, vol. 8, pág. 817.

As cidades de Napata e Meroe

Por conta de seguidas intrigas, cerca de um século mais tarde, uma expedição egípcia, sob Psamtik II, saqueou a capital de Kush, Napata, em cerca de 592 a.C.. A capital do Egito cushita foi, então, transferida para Meroe, onde o Império Cush sobreviveu por mais 900 anos. Meroe era o centro administrativo do sul do Império Kush, já em 750 a.C.. Tornou-se uma extensa área próspera, ainda que, isolada do Egito, a cultura egípcia da Núbia tenha gradualmente adquirido contornos cada vez mais africanos. No ano 23, um exército romano sob Caio Petrônio destruiu Napata. Meroe foi arrasada entre 320 e 350 de nossa era, pelo rei de Axum, provavelmente Ella-Amida¹².

Escavações de Meroe, iniciadas em 1902, revelaram ruas e prédios de uma cidade populosa. Suas principais características são um cais de rio, com palácios próximos dali e um grande templo dedicado a Amon.

Axum

No norte do que hoje seria a Etiópia, encontramos o poderoso reino de Axum, no início da Era Cristã. Suas origens¹³ remontam a um dos reinos semitas que cresceram no sul da Arábia, durante o primeiro milênio antes de Cristo. Em seu apogeu, do III ao VI séculos d.C., Axum tornou-se o maior mercado do nordeste da África. Seus mercadores chegavam a comerciar nos limites da Alexandria e além do Nilo. O reino de Axum dominou a costa do mar Vermelho continuamente até o século IX, exercendo sua influência do golfo de Áden até a costa norte do que hoje chamamos de Somália e Djibuti.

Durante os séculos II e III, seu crescimento comercial pesou sobre o reino cushita de Meroe, que, como vimos, caiu sob uma invasão de Axum. No

¹² *Op. cit.*, vol. 8, pág. 40.

¹³ *Op. cit.*, vol. 1, pág. 194.

século IV foram cristianizados, tornando-se política e religiosamente vinculados ao Egito bizantino. Ao mesmo tempo, Axum estendeu seu domínio até o sul da Arábia, reduzindo o Iêmen a um Estado vassalo no século VI.

Península Arábica

O Reino do Iêmen (Saná), cujo comércio com os egípcios remonta ao quato século antes de Cristo¹⁴ e provavelmente mais cedo com os babilônios, tinha como principal cidade Áden. Sua prosperidade baseava-se no cultivo e no monopólio comercial de especiarias, coleta de resinas aromáticas para incenso e mirra e produtos agrícolas populares no leste do Mediterrâneo.

Saná, situada a 2.350m acima do nível do mar, foi por século a potência política, econômica e religiosa das terras altas do Iêmen¹⁵. O antigo Iêmen, Áden, no primeiro milênio antes de Cristo, dividiu-se entre os reinos Qataban e Hadamat, que participavam do lucrativo comércio de incenso e mirra. Também usavam sistemas de irrigação extensiva. Qataban caiu sob domínio de Sabá no século V a.C., contudo. Missionários começaram a chegar na região com a conversão do Imperador romano Constantino, em meados do século IV.

Um pouco ao sul do Reino do Iêmen, situava-se o também próspero Reino de Sabá, conhecido por seu eficiente e extenso sistema de irrigação, baseado em uma represa em Marib, centro-norte do Iêmen¹⁶. A cidade de Marib era o principal centro do Reino de Sabá (950-115 a.C.), mencionado na Bíblia, e abrigava um templo dedicado ao deus da Lua. A civilização de Sabá expandiu-se para o sul da Arábia e atingiu seu ápice com a transferência do poder dos sacerdotes (*mukarribs*) ao monarcas autocráticos, no século VII

¹⁴ *Op. cit.*, vol. 12, pág. 835.

¹⁵ *Op. cit.*, vol. 10, pág. 401.

¹⁶ *Op. cit.*, vol. 7, pág. 843.

a.C.. A cidade situava-se em um oásis irrigado pelas águas represadas do Waddi Sabá, a ponto de Marib ter sido chamada de “Paris do mundo antigo”. Integrava uma das principais rotas de caravans que ligavam o Mediterrâneo à península Arábica. Declinou depois do primeiro século antes de Cristo, quando o transporte de incenso por terra foi superado por rotas marítimas concorrentes, conduzindo à ruína da represa de Marib, por falta de manutenção.

O Reino de Sabá¹⁷ foi freqüentemente citado por autores assírios, gregos e romanos entre os séculos VIII a.C. e V d.C.. Além de Marib, podemos mencionar a cidade de Sirwah. os habitantes de sabá eram de origem semita, tendo penetrado a península Arábica a partir do norte, em data desconhecida, e imposto a cultura semítica às populações autóctones. Escavações no centro do Iêmen sugerem que os primórdios de sua cultura sejam do século XII a.C.. Durante séculos o reino de Sabá controlou os estreitos de Bab el-Mandeb, que levam ao mar Vermelho, e fundou várias colônias nas costas da África. A língua falada pelo abissínios demonstra que a região foi povoada por contingentes do sul da Arábia. Depois de serem dominados pelo rei de Axum, em meados do IV século, recuperam sua soberania por dosi séculos e são conquistados por sucessivas invasões persas.

¹⁷ *Op. cit.*, vol. 10, pág. 278.

5. - A urbanização integrada do Império Universal



5.1 - O primeiro Império Universal¹⁸ e seu sistema de cidades

A urbanização continental assume caráter imperial: os povos iranianos

O caso persa é de particular importância porque os feitos desse povo iraniano, juntamente com seus irmãos medos e primos partas, vai representar a primeira grande rede urbana imperial, nêmesis daquela mediterrânea. De fato, durante toda a existência do Império Romano as dinastias iranianas foram a principal potência rival, até o advento dos árabes, no século VII d.C¹⁹. Mas enquanto a rede urbana do Império Romano, dividido em Ocidente e Oriente, vai definindo progressivamente em um e outro caso²⁰, o sistema persa²¹, mesmo submetido ao Islã e à invasão mongol no século XIII, se mantém íntegro e vivo, e mesmo além, através da importância da Rota da Seda.

O principal feito dos iranianos foi compreender que era possível passar da escala do domínio de diversas cidades-estado para um controle territorial extenso. As formas imperiais mais antigas, desde Sargão, passando por

¹⁸ Tomamos a expressão Império Universal de empréstimo de TOYNBEE, A J. *Um Estudo da História*. São Paulo : Martins Fontes, 1986. É usada aqui no sentido de um Estado que se pretende total, tanto em termos temporais quanto em extensão.

¹⁹ A invasão muçulmana marca o fim da Antigüidade Iraniana e continental por introduzir um caráter marcadamente diverso na cidade, com o fim do politeísmo e da religião zoroastriana, o que significou uma outra paisagem vinculada não mais às expressões de templos do culto do fogo, de Mitra ou de divindades locais, mas o aparato próprio ao culto monoteísta exclusivo.

²⁰ No caso ocidental, o último estertor antigo vincula-se a Justiniano no séc. VI; no caso oriental, a decadência ainda mantém um passo menor até o séc. XIII, para depois encolher a um mínimo irrelevante. No entanto o caráter cristão de Bizâncio diferencia seu caso daquele da Antigüidade propriamente dita.

²¹ No planalto iraniano propriamente dito, na antiga Mesopotâmia e em diversas partes da Ásia Central que haviam sido satrapias dos Grandes Reis

abilônios e assírios, tinham na cidade a sua unidade mínima principal. Quando uma dada cidade-estado poderosa conseguia destacar-se, suplantar suas vizinhas e submetê-las a si, obtinha o controle geral através do controle de outras entidades políticas similares a ela. Na prática, não dominava a região, mas as cidades sedes de cada região. O império resultante era uma colagem de pequenos estados não integrados uns aos outros.

O império que os iranianos inauguram é uma espécie de colagem de impérios menores²². Não se trata mais de um domínio sobre cidades que controlam suas circunvizinhanças, mas da definição de nações²³ - povos com características similares, sejam linguísticas, sejam raciais, que ocupam determinada região - que, transformadas em satrapias, são submetidas a um governo central. Coisa evidente no título do soberano persa, *Shahanshah*, o Rei de Reis.



Persépolis: a entrega de tributos ao Rei dos Reis

²² O Império Assírio já havia ensaiado uma experiência semelhante, em escala menor. Não é de se surpreender que o Império dos Medos e o dos Aquemênidas tenham sucedido tão pronta e rapidamente os assírios.

²³ Cf. o caso dos povos que vêm trazer tributo ao rei dos reis em Persépolis.

A questão urbana salta da escala local - hoje, no caso brasileiro, comparável ao âmbito inter-municipal - para uma escala inter-regional. As estradas passam a ter um destaque estratégico por seu papel articulador, como também mais tarde acontecerá com a malha viária romana. Surge uma necessidade de um planejamento muito mais abrangente.

Historicamente, os povos iranianos comparecem no teatro da urbanização continental em meados do 3º milênio a.C. Os proto-indo-arianos, ainda mesclando elementos que mais tarde geraram tanto a cultura védica da Índia quanto a avéstica do Irã parecem originar-se do centro da Ásia, no território mítico de *Airyanem Vaejah*, possivelmente no atual Afeganistão. Em termos arqueológicos, corresponderia às culturas de Andronovo. Cavaleiros nômades das estepes, pastores que acompanhavam seus rebanhos, aparentemente nunca perderiam seu parentesco com outros grupos como os cimérios, citas, sármatas, sacas e yeu-chi que aterrorizavam o mundo urbano.



Hipótese do território original dos iranianos

No decorrer do 2º milênio a.C. já se encontram registros desses povos nas terras altas do Planalto Iraniano. Chamavam-se de "nobres" (árias) e lentamente mesclam-se e dominam populações já assentadas, como os elamitas - intimamente relacionados aos sumérios e mesopotâmicos - e outras

culturas mais antigas²⁴. Durante o mil anos que se seguem implantam-se definitivamente no território definido lingüísticamente como "Grande Irã".



O Território do Elam e seus vizinhos

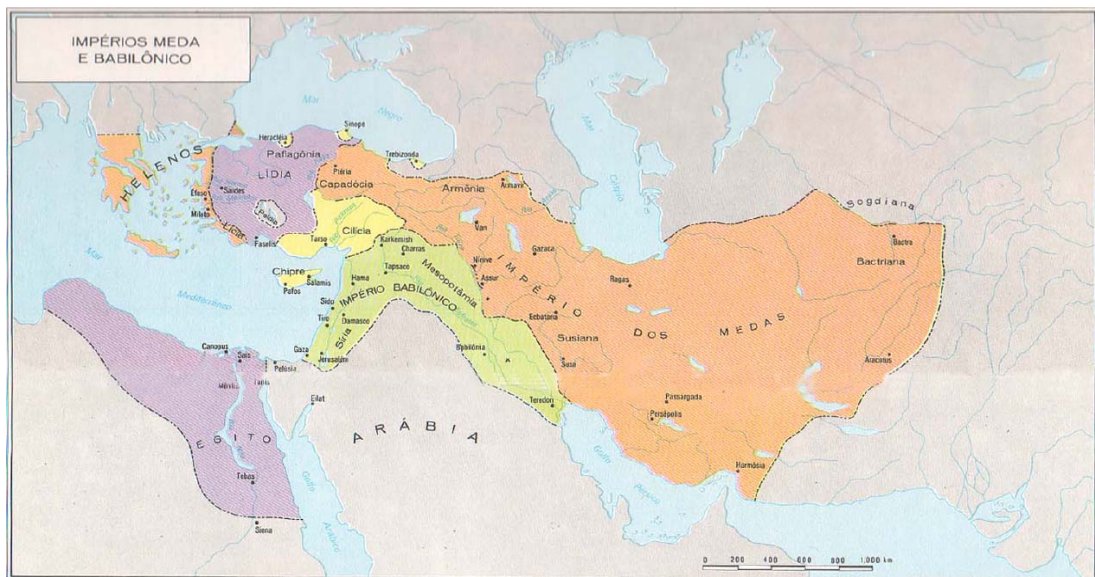


A destruição de Susa: relevo assírio do palácio de Nínive

²⁴ Como aquelas de Jiroft, do Luristão (bronzes), Zayandeh Rud e diversas outras.

Passam a funcionar como a exata imagem especular de Roma, muito mais tarde. Assim como no caso romano o leste era urbano e o oeste, território de aldeamentos pré-urbano, o oeste das terras do Irã avizinhava-se do centro de cultura da Mesopotâmia, e seu leste, as terras selvagens do deserto e das montanhas.

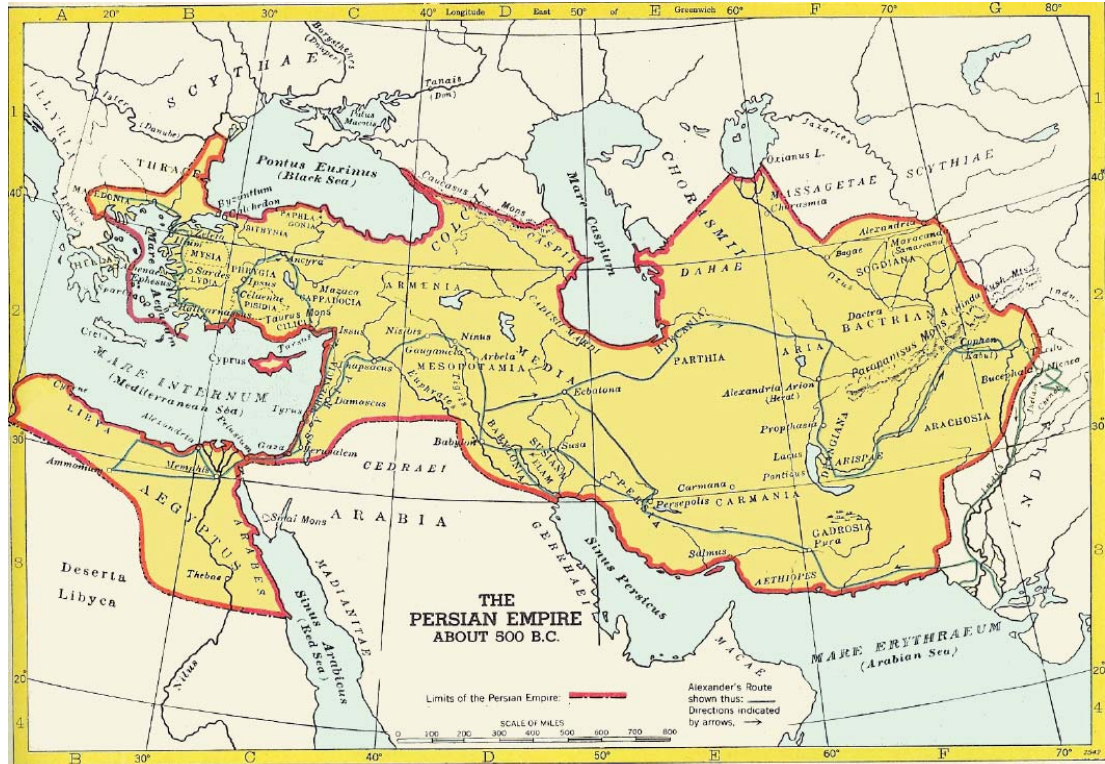
No século VII a.C. já se encontram em estado de organização e força tal a poder contrapor-se à Assíria, através de uma aliança breve com os babilônios. O primeiro elemento iraniano a praticar a forma imperial são os medos, cuja capital, Ecbátana (versão grega de *Hegmataneh*, "local de reunião", hoje Hamadan) assume um caráter de referência, mas não de exclusividade: Susa, capital elamita, também é destacada. Esse é um traço característico da forma imperial iraniana: a valorização de circunstâncias locais para assegurar estabilidade do conjunto.



Império dos Medos

Cerca de cem anos após da constituição do Império dos Medos outra tribo iraniana, desta vez do sudoeste, os persas, assumiu o controle. Ciro I foi seu primeiro imperador; a dinastia, proclamando-se herdeira de um ancestral fundador da linhagem real, Aquemênes, veio a ser conhecida como Aquemênida. Sua capital original era Pasárgada, na verdade mais um palácio-

jardim (a palavra aproxima-se de *paraíso*, conceito persa para jardim luxuriante), mas Dario I funda outra cidade-palácio ao sul, Persépolis

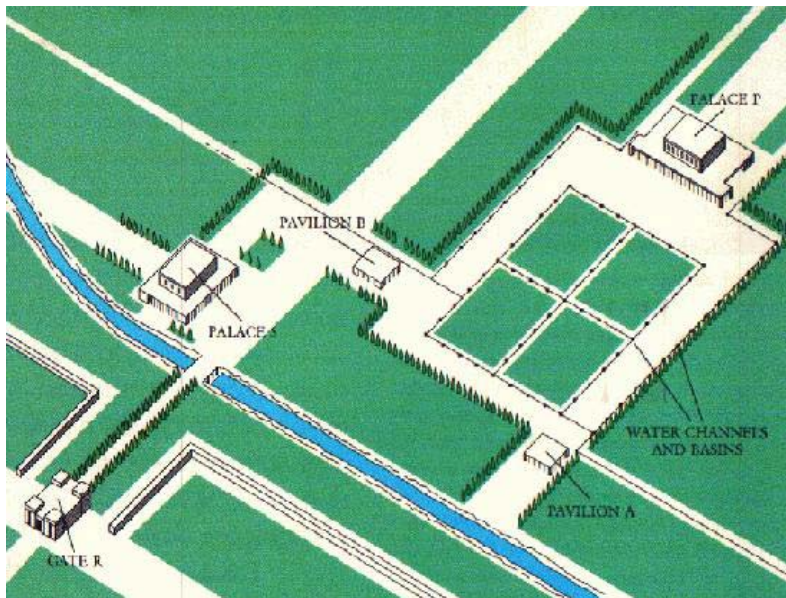
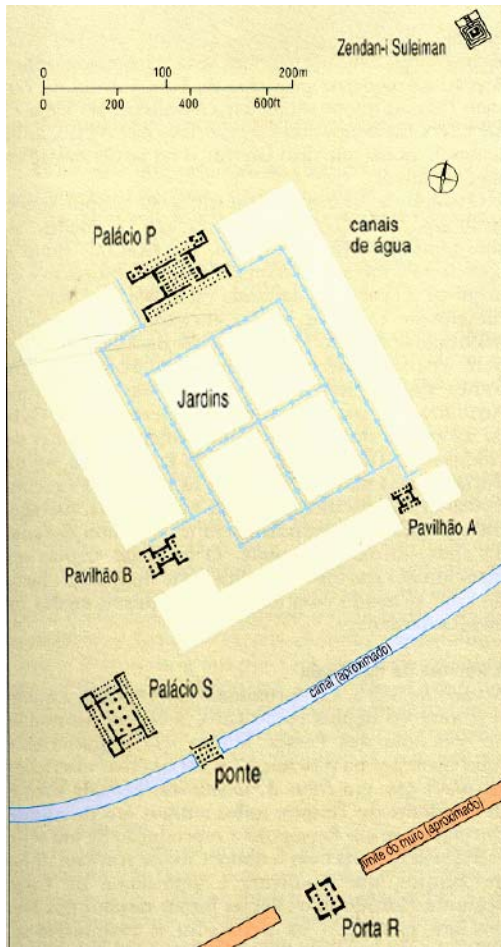


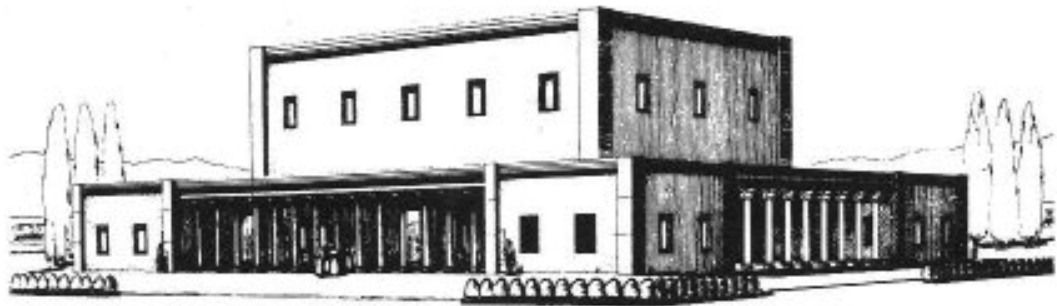
Máxima extensão do Império Persa Aquemênida; notar as diversas satrapias ou províncias

Os principais centros persas de que nos restam documentos históricos ou arqueológicos são Ecbátana, Pasárgada, Susa, Persépolis. Da primeira cidade não restam senão notícias de Heródoto, da segunda, escassas ruínas de identificação incerta no vale de Polvar, que indica um perímetro retangular.



Pasárgada





A Apadana de Pasárgada

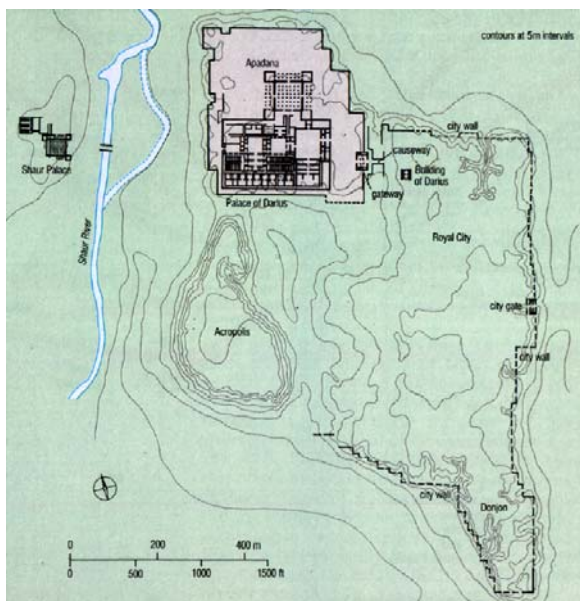


Pasárgada, reconstituição do recinto do túmulo de Ciro



Susa

Susa, por outro lado, apresenta uma acrópole com a forma aproximada de losango com muros.



Susa e a Apadana Aquemênida em seu norte.

Da Pérsia dos Aquemênidas, Persépolis, fundada por Dario I e aumentada por Xerxes e Artaxerxes constitui hoje, pelo complexo de suas ruínas e pelo conjunto arquitetônico, a cidade mais importante e insígne que já se encontrou.

Pelas escavações ela se apresenta constituída por duas zonas diversas: Istakhr e a "Terraça". As pequenas alturas de Istakhr oferecem avanços de palácios e de muralhas com uma porta fortificada, o que faz pensar em uma acópole.

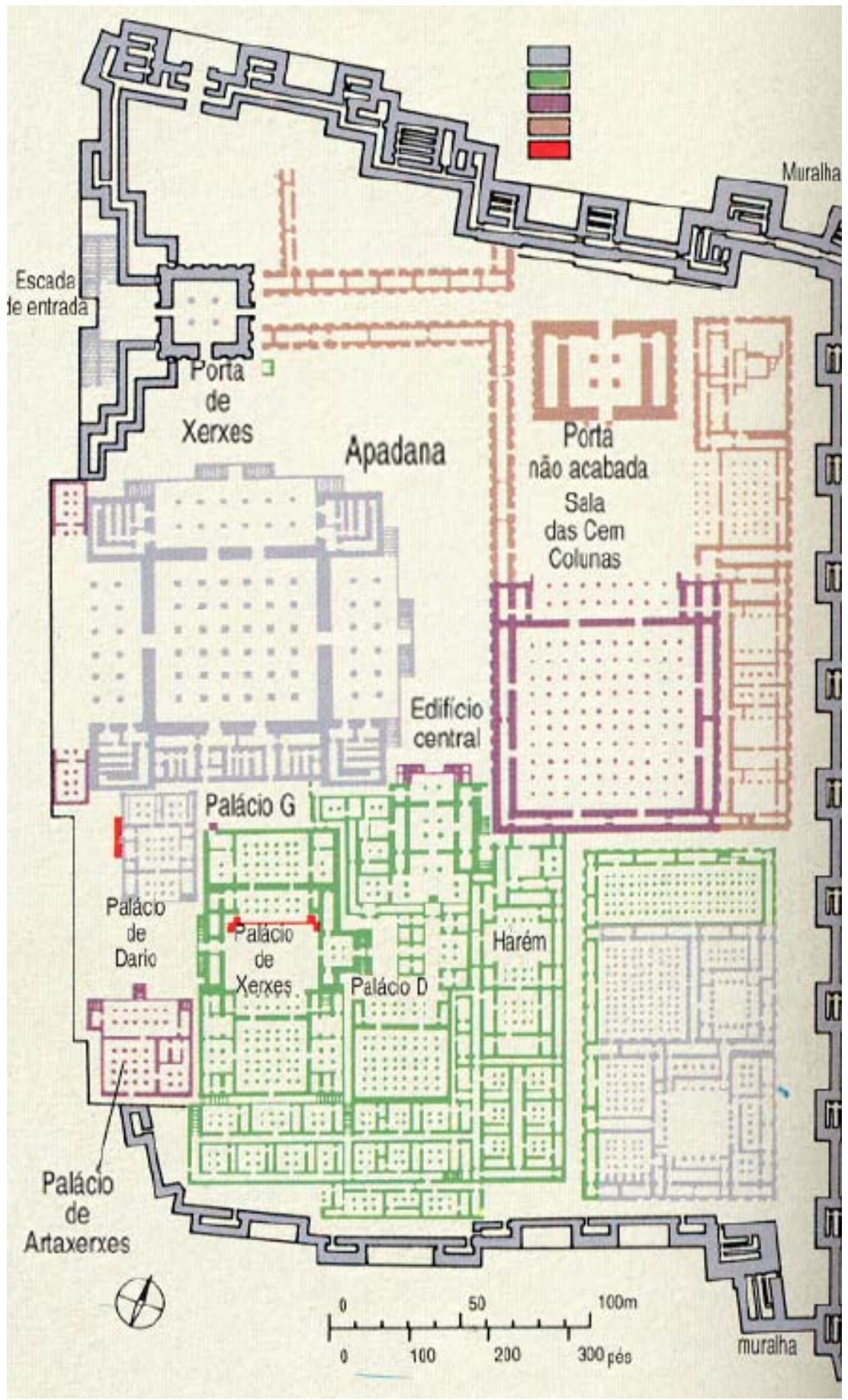


A "terraça" consiste em uma plataforma planimetricamente retangular, que apresenta nas suas estruturas murárias perimetrais de sustentação e de delimitação os mesmos esquemas de Susa. A terraça, da qual se dominava toda a cidade com os seus palácios dispostos segundo uma única orientação e com critérios de ortogonalidade, apresenta muitas analogias com esquemas egípcios e babilônicos. A nota de maior originalidade é oferecida não somente pelo grande desenvolvimento dado ao jardim como elemento urbanístico, do qual porém a tradição indica as premissas dos jardins babilônicos, mas também pela importância arquitetônica e decorativa das escadarias de grandiosas proporções, ricamente ornadas e de grande efeito cenográfico.

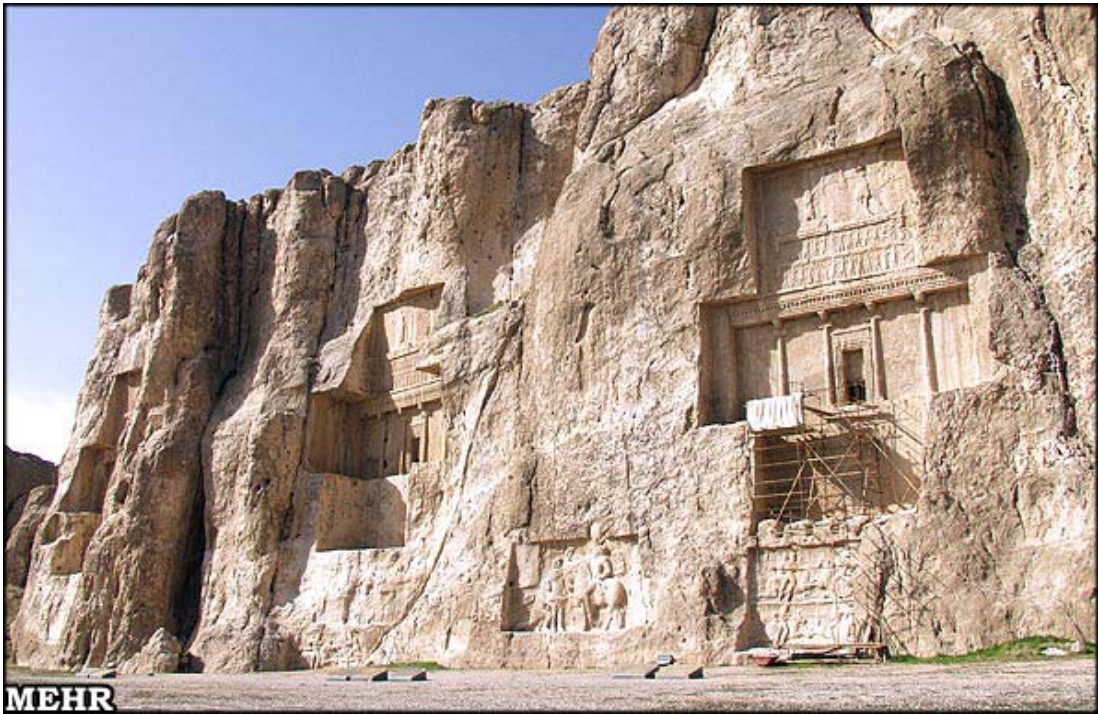
Se não se pode atribuir as construções de Persépolis e de Susa ao período mais antigo do império persa, representam porém o desenvolvimento de formas mais antigas e a impositação geral das implantações urbanísticas é tal que nos oferece uma visão bastante clara dos critérios compositivos da antiga Pérsia, na qual estão compreendidas também a Média e a Susiana.

Os persas sucederam os babilônios tanto na arte quanto no império. Eles desenvolveram e mudaram muitos dos elementos arquitetônicos do Oriente Próximo, entre os quais deve ser lembrado o uso habilidoso de lances de degraus. Os palácios reais em Pasárgada e Persépolis parecem ter mudado lentamente do caráter de residência ao de edifícios religiosos, enfatizando assim seu valor de centro cívico para a cidade. As salas grandiosas foram certamente construídas para grandes massas de pessoas e cerimônias e de impacto.

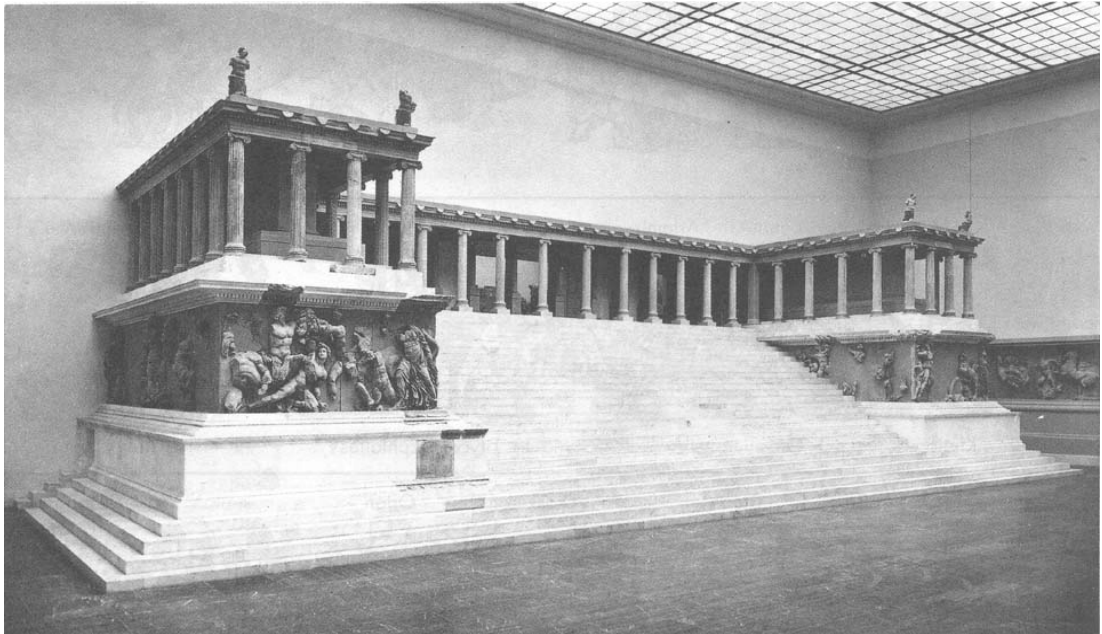
Qualquer que fosse o caráter destas reuniões religiosas, os Persas parecem ter praticado até o cúmulo efeitos de "grande escala". Eixos e vistas arquitetônicos eram provavelmente levados em conta, ao menos na aproximação dos palácios. A partir disto pode-se intuir que os persas faziam uma distinção na importância das ruas maior do que os babilônios.







6 - A variante mediterrânea da linhagem principal da urbanização antiga



Berlim: reconstrução do altar de Zeus em Pérgamo. Monumentalidade cênica.

6.1 - Apresentação do capítulo: a bidimensionalidade cênica

Por volta dos séculos IX e VIII a.C, na área das populações de dialetos gregos da Península Balcânica e ilhas do Egeu, o mundo urbano começa a se reorganizar após o período conhecido como “Idade das Trevas” helênica que sucedeu o fim dos reinos micênicos. Habitantes de aldeias e de zonas rurais passam a se congregar em centros citadinos, no fenômeno conhecido como *synoikía*, e as futuras *polei* clássicas começam a tomar forma. Não mais de cem a cento e cinquenta anos depois, as cidades gregas ingressam em um período de fundação de colônias conhecido como *apoikía*, em que partes da população excedente mais jovem equipava barcos e partia da cidade-mãe de seus familiares para encontrar um novo território onde fosse possível repetir seu quadro de vida, tanto urbano quanto rural e marítimo. Uma vez instalada, a nova colônia estabelecia contatos regulares com sua metrópole. Foi dessa forma que surgiram as *polei* das costas do Mar Negro, do sul da Península Itálica, da Sicília e de mais alguns outros pontos como Massilia, na atual Provença francesa, ou Náucratis, no delta do Nilo.

Os povos helênicos não se encontravam sozinhos em sua expansão territorial e comercial pela orla mediterrânea. Concorriam com pelo menos um outro grupo culturalmente tão sofisticado quanto eles, os fenícios, sucessores dos cananeus na costa levantina de cidades como Tiro, Sídon, Biblos e Arado. Dividiam com estes uma herança comum de experiências urbanísticas e arquitetônicas dos povos do Oriente Próximo, em especial o partido arquitetônico de pátio interno e a exterioridade absoluta dos objetos

monumentais usados como marcadores na trama urbana. No entanto, diferentemente dos fenícios, os gregos introduziram algumas mudanças fundamentais em sua sistemática de fundação de cidades.

A instância decisória nas *polei* com frequência estava ligada a uma prática social de reunião em um local aberto que acomodasse todos os cidadãos. Talvez esse costume tivesse origem nas assembléias de guerreiros, espécie de "comitatus" *avant la lettre*. Seria um pouco o que testemunha o início da *Iliada*, em que, durante uma assembléia entre os chefes de cada *polite*²⁵, Aquiles e Agamenon se desentendem, dando azo ao argumento de toda a epopéia. O fato de que o pelida²⁶ não é obrigado a obedecer ao rei de Micenas²⁷, até porque ele próprio também é um soberano, demonstraria que na cultura guerreira indo-européia havia a possibilidade de discussão em grupo - normalmente ao ar livre, ação verbal que recebe o nome de *agoreo* em grego, na raiz do substantivo *ágora*.

Talvez o costume também se encontrasse na expressão religiosa dos cultos de celebração do olhar de Dioniso, o teatro. Primitivamente a participação dos "espectadores" era compulsória; foi com o tempo que a assistência passou de um papel ativo ao de observadora. Mas trata-se de outro costume grego vinculado a reunir-se ao ar livre para presenciar um acontecimento com ponto focal, ou seja, todos os olhares voltados a uma só direção.

Talvez, ainda, fosse função da nova configuração de forças advinda da Idade do Ferro: melhores armas, maior produtividade, maior número de indivíduos com recursos e riquezas, uma maior quantidade de grupos mais fotes, implicando maior necessidade de diálogo e concertação entre os grupos,

²⁵ Pequena *polis* ou forma primitiva de Cidade-Estado.

²⁶ Epíteto de Aquiles, filho de Peleu.

²⁷ Agamenon. Aquiles, por sua vez, era o rei dos mirmidões, de Ftia.

donde a assembléia. De toda forma, os gregos emergem da sua Idade das Trevas reconfigurando suas *polis* com ambientes construídos abertos que não cessaram de ser cada vez mais elaborados, até o paroxismo de formas cenográficas e paisagísticas como as de Pérgamo, em que ao lado da requintada expressão arquitetônica se junta o aproveitamento da inserção paisagística.

Assim, a partir de elementos até então muito similares aos encontráveis por toda parte do mundo urbanizado, a variante grega começa a tomar forma. Na acrópole tradicional, território sagrado, ainda há paralelo com os casos continentais da Mesopotâmia, seja em sua forma meridional - a montanha artificial ou zigurate - ou na cidade alta de assírios e outros povos por eles influenciados. O partido de pátio também continua a ser uma opção popular, desdobrado e reinterpretado em formas mais elementares. Uma *stoa* ou galeria coberta nada mais é que um dos lados de um átriofechado.

Mas a ágora parece dever mais aos pátios em níveis das cidades-palácio dos minóicos e micênicos do que a qualquer esquema da linhagem principal. A forma clássica de conduzir negócios dos praticantes da urbanização continental é aquela que derivou no *bazaar*: o espaço coberto, fechado e seguro das grandes estruturas hipóstilas. A praça onipresente entre os gregos, dedicada ao encontro para fazer política ou mercadejar é inédita. De um simples "terreiro" para reunião e parolagem, assumiu contornos progressivamente mais elaborados, cercada de *stoai* em uma clara alusão às cortes dos grandes palácios do leste ou às esplanadas religiosas egípcias a sul. De forma parecida com estas, constituiu um pano de fundo de enquadramento e dignidade para o desempenho da função pública ou política. Mas diferente dessas mesmas precursoras, era pública no sentido de que seu acesso era menos limitado e ordenado por regras autocráticas.

O teatro, primitivamente uma cerimônia plana, que tinha lugar na ágora, uma vez que como celebração religiosa exigia a participação dos fiéis,, passa a beneficiar-se da tridimensionalidade em altura de encostas de morros quando boa parte das testemunhas do culto apenas o observava. Por fim, além da *cavea* para a assistência, sofisticou-se ao estender o pano de fundo também para o enquadramento da ação, o *frons scenae* ou elemento cenográfico. Uma variação particularmente interessante do teatro é o estádio, outro espaço de culto religioso: os jogos em honra ao deus

Essa mesma tela plana vertical de enfeite da vida comparece nas cidades onde elas tinham maior vitalidade: no abastecimento de água. O *ninfeu* é um elaborado quadro para a "bica" de abastecimento hídrico.

O programa dos edifícios também se diversifica. A partir do programa do partido do pátio fechado reinterpretado e redimensionado em diversas variantes, surgem ginásios e palestras dedicados ao culto físico tão adequado a sociedades de guerreiros-cidadãos sempre a postos de armas para defender sua Cidade-Estado.

O mesmo se dá quanto aos edifícios que necessitam ser fechados, como o local de reunião de dirigentes ou de conselhos, como o *bouleuterion* ou o recinto sagrado em honra à deusa mãe (*méter* em grego) onde se guardavam as medidas padrão para assegurar as justas retribuições no comércio, o *metroon* (donde a palavra moderna "metro"). Serão, como templos e tesouros, dispostos livremente no espaço na melhor tradição continental de exterioridade. Mas na aparente desordem de orientação espacial, surge o entendimento de polarizar o espaço tirando proveito de visadas a 45°, descortinando duas ou mais fachadas. Além da tela cênica, surge um passeio cênico. O uso de colunatas, anteriormente adornando o peristilo de átrios ou o interior de *megaroi* facilita o jogo compositivo tridimensional.

Todos esses movimentos de cenografia urbana contam ainda com mais um trunfo: a adoção de uma linguagem unitária para a resolução visual dos diferentes programas. Centrada no jogo de colunas - *stilos* em grego - o costume de erigir os templos em uma forma muito simples, uma espécie de casinha de duas águas vai-se requintando não pela introdução de novos elementos, mas pela progressiva restrição a eles. A reelaboração constante das mesmas poucas formas e dos mesmos simples procedimentos construtivos termina por atingir uma epifania de simplicidade "clássica", no sentido de exclusão da tradição que o termo comporta²⁸. Ao rejeitar a simples adoção dos parâmetros sumério-mesopotâmicos de cidade até então vigentes, sem no entanto desprezar a contribuição de sua gramática e vocabulário, a experiência grega inova a urbanização na Antigüidade ao aportar novidades cênicas que modificam por completo a noção de espaço urbano, sobretudo dedicado às formas coletivas de usufruto.



Uma reconstituição plausível do uso da ágoar com *stoa* ao fundo

²⁸ Lembrar que o termo em latim tem o sentido de típico, pertinente a um tipo ou *classe*.

6.2 - Antecedentes da paisagem cênica

A emergência do novo tipo de articulação do espaço público é precedida por um período de notável atividade no leste do Mediterrâneo, na Hélade, na costa fenícia do Levante, no Egito e nos reinos anatólicos como Frígia, Lídia, Lícia, etc.

Em um chiste rude poderíamos afirmar que, se a cidade é suméria, a arquitetura é egípcia. Os sucessos deste último povo em construir quadros cenográficos monumentais para seus locais de culto não foi coisa alheia aos gregos, que desde muito, com a fundação de Náucratis na embocadura do Nilo retomavam contato com as realizações egípcias. A revisitação desses padrões explicitará nossa hipótese quanto a uma inspiração grega de padrões egípcios.

Antecedentes egípcios:

a tridimensionalidade dos objetos arquitetônicos

Como na Mesopotâmia, a história urbana no Egito também deve suas raízes à vida em aldeias agrícolas e pastoris, nas terras altas do vale do Nilo. Com o tempo tais assentamentos transformaram-se em um padrão sofisticado de povoados ribeirinhos, padrão baseado no controle da irrigação. A autoridade política que se conformou e que supervisionava a rede de canais e diques, funcionava em uma série de cidades independentes. O Baixo Egito, estendendo-se do delta do Nilo até as vizinhanças de Mênfis, e o Alto Egito, de aí até Assuã. Cada *polites* tinha seu governante e sua capital: Pe (Buto), no

Baixo Egito, e Nekhen (Hierakonpólis), no Alto Egito. Unificadas (aproximadamente, 3.000 a.C.) as regiões por Menés, Mênfis foi a capital escolhida, circunstância que deixou marcas profundas no imaginário do povo egípcio, como atestará a arquitetura local. Por essa época, alguns esquemas básicos da prática vernacular do uso de junco e barro, por exemplo, as paredes batidas em ângulo reto²⁹, já tinham surgido e tornar-se-ão de uso constante na arquitetura monumental que se seguirá³⁰.

Os monumentos, erigidos em pedra para assegurar a eternidade do culto ao faraó em questão, comemoravam a divindade do próprio faraó-governante e seu poder absoluto. As tumbas faraônicas ofereceram, pois solução para o problema de celebrar-se a divindade do governante de carne e osso, bem como de seus colegas do panteão de deuses egípcios. No Novo Império (melhor seria chamar o período de Novo Reino), de 1.600 a 1.300 a.C., em uma conjuntura política de grande isolamento, floresceu a arquitetura monumental de templos no Egito.

Alguns dos "bairros" conhecidos de suas cidades, em consonância com certo sentido axial que deve ter sido oferecido pelo Nilo em seu leito divisor de norte-sul, eram perfeitamente ortogonais. A cidade da pirâmide de Sesóstris II (1.897-1.878 a.C.) tem traçado planejado em estricto ângulo reto no bairro operário de Kahun, correndo suas ruas precisamente de norte a sul. Nada parecido com o traçado intrincado de Ur. Edifícios agrupados por classes funcionais, fileiras de casas de alvenaria coladas lado a lado, habitadas por operários e artesãos, partilhavam a cidade com bairros destinados aos palácios das autoridades governantes. O complexo destinado ao faraó era separado e próximo à muralha norte da cidade. Essa disposição, comum a outras cidades

²⁹ O precoce domínio de geometria dos egípcios e sua afinidade com o ângulo reto dão conta da ausência de paredes curvas ou edifícios circulares, praticamente desconhecidos no Egito.

³⁰ KOSTOFF, Spiro. *A History of Architecture. Settings and Rituals*. Oxford: Oxford University Press, 1995, p.67.

egípcias, empresta-lhes feições de acampamento de uma grande empreiteira moderna, mais do que uma cidade, dado seu caráter pouco orgânico.

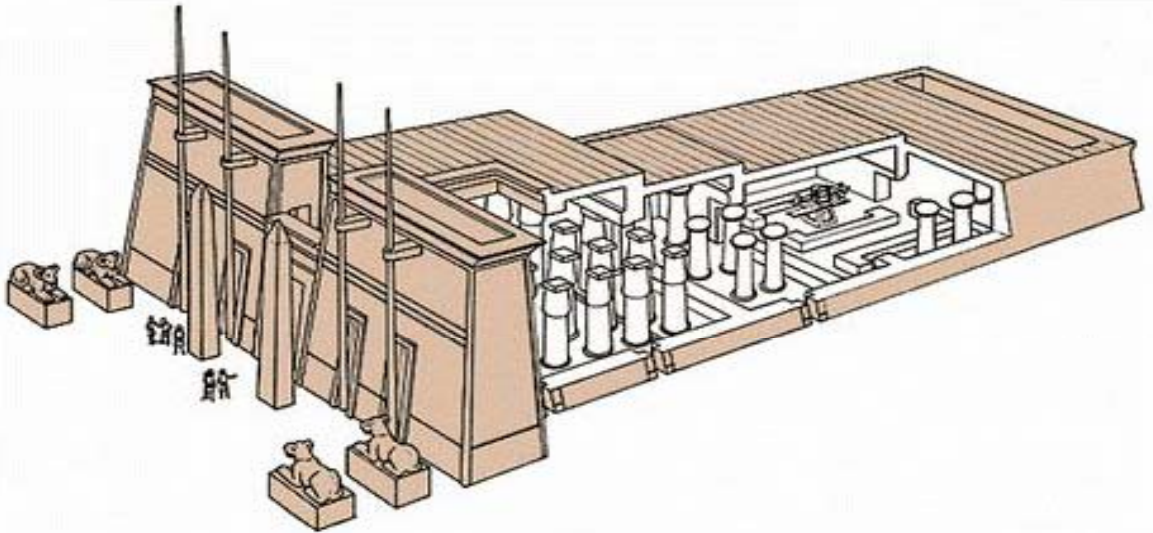
Com isso não queremos indicar que não houvesse *clusters* urbanos, sobretudo nas cidades mais antigas como Tebas ou Mênfis, das quais, lamentavelmente, pouco sobreviveu. Destacamos, apenas, que o planejamento quadrangular é dominante no Egito desse período primevo. Além das cidades de pirâmides, como a de Sesóstris II, havia as cidades fortaleza, construídas na Núbia pela XII Dinastia. Símbolo da imagem mental que evocavam para os egípcios é o hieróglifo que representa “província” ou *nomos* (egípcio), um dos mais antigos, um retângulo dividido em quatro linhas que se interseccionam. O hieróglifo para “cidade”, figura mostrada na abertura deste volume, era um cercamento circular ao redor de um sistema ortogonal de ruas. Mesmo Amarna, cidade capital do faraó Akhenaten, e de que falaremos mais adiante, parecendo um arranjo aleatório, reflete o sentido axial da proximidade com o Nilo³¹, ao exibir três artérias centrais que correm em paralelo com a margem do rio.

Esse sentido axial interessa-nos particularmente porque, como já observou Kostoff³², refletia-se nos ambientes construídos egípcios, cujo programa recorrente evidencia-se em uma série de construções enfileiradas ao longo de uma via monumental. Até as pirâmides de Gizé, que hoje nos parecem três esplêndidas obras no meio do nada, à beira do deserto, eram, de fato, o coroamento de uma longa seqüência arquitetônica que começava na margem oeste do Nilo. Os templos do Novo Império eram verdadeiros canais de passagem, evocando o rio dádiva do Egito. Grandes pilones, demarcando

³¹ MÜLLER, Werner e VOGEL, Gunter. *Atlante di Architettura. Storia dell'architettura dalle origini all'età contemporanea*. Milão: Hoepli, 1990, p. 95.

³² KOSTOFF, *op. cit.*, p. 70.

pátios iluminados ou salas hipóstilas, encapsulam tais passagens fazem-nos perder parte dessa sensação³³.



Esquema de um templo egípcio: a frontalidade dos pilones é mitigada pela angulação de suas empenas com relação à vertical, acentuando a espacialidade dos prismas. O efeito do jogo de pés-direitos progressivamente mais baixos no seu interior hipóstilo também é notável.

No Egito, os caminhos sagrados conduziam do templo imperial de Karnak, com parada em vários santuários, ao templo de Luxor, e através do Nilo, até a necrópolis de Tebas, onde Hatshepsut havia dedicado sua tumba ao deus Amon. A estátua da divindade de Karnak viajava até o terraço mais alto de seu templo funerário, no interior do santuário lavrado na profundidade da rocha. A separação das divindades e da massa popular era mais radical ainda do que na Mesopotâmia. Na Grécia, por sua vez, não serão as imagens divinas que viajarão de um templo a outro, mas o povo³⁴, mas a tridimensionalidade dos conjuntos urbanos da via processional também está presente no Egito.

³³ GLANCEY, Jonathan. *Architecture. Eyewitness Companions*. Londres: Dorling Kinderley, pág. 54.

³⁴ GIDIEON, Siegfried. *El presente eterno: Los comienzos de la arquitectura*. Madri: Alianza Editorial, 1981, pág. 376.

Volumetria x ortogonalidade

Novamente a comparação com os templos mesopotâmios é elucidativa: no complexo do zigurate em Ur, há vários edifícios independentes, cada um com suas paredes externas separadas, agrupados ordenadamente, sem qualquer eixo orientador. O próprio zigurate tem três escadas de acesso, que se encontram em um único portal. Em Karnak, o templo de Amon canaliza todos as unidades componentes ao longo de um via processional, cruzada por uma via trnasversal que, a meio caminho do lado sul, conduz deste ambiente central para o complexo de Mut. Apesar da experiência do templo isolado, a experiência axial dos espaços construídos de uso sagrado egípcio são mais distintivas, sobretudo em sua estatuária colossal. Em Luxor, somos mais e mais atraídos em direção ao núcleo da divindade, conforme os espaços ao longo do eixo nos compelem para além dos pátios e o nível sobe para elevar o privilégio daqueles poucos mortais que podiam maravilhar-se na presença crescente do sagrado.

Por outro lado, a área residencial de Luxor, que parece ter sido inicialmente no oeste, entre o Nilo e a série de templos funerários, exibia casas de tamanhos e beleza variável. Ruas modestas eram ladeadas de fileiras de casas, cujo lado menor formava a fachada para rua. Sua principal característica era o pátio interno, um salão como cômodo mais importante, uma cozinha nos fundos, com escada independente que levava aos quartos do segundo andar e ao terraço superior. As famílias mais ricas dispunham de um porão para os teares e podiam usar o terraço para armazenar grãos em recipientes apropriados. As fachadas eram pintadas em cores vivazes e os terraços, cercados de guarda-corpos de treliça de palmeiras. Havia janelas para a rua, protegidas por treliçados. A impressão geral, ao contrário do que vimos na

Mesopotâmia, era de um casario extrovertido, voltado para a rua e não para dentro³⁵.

A experiência de Akhetaten

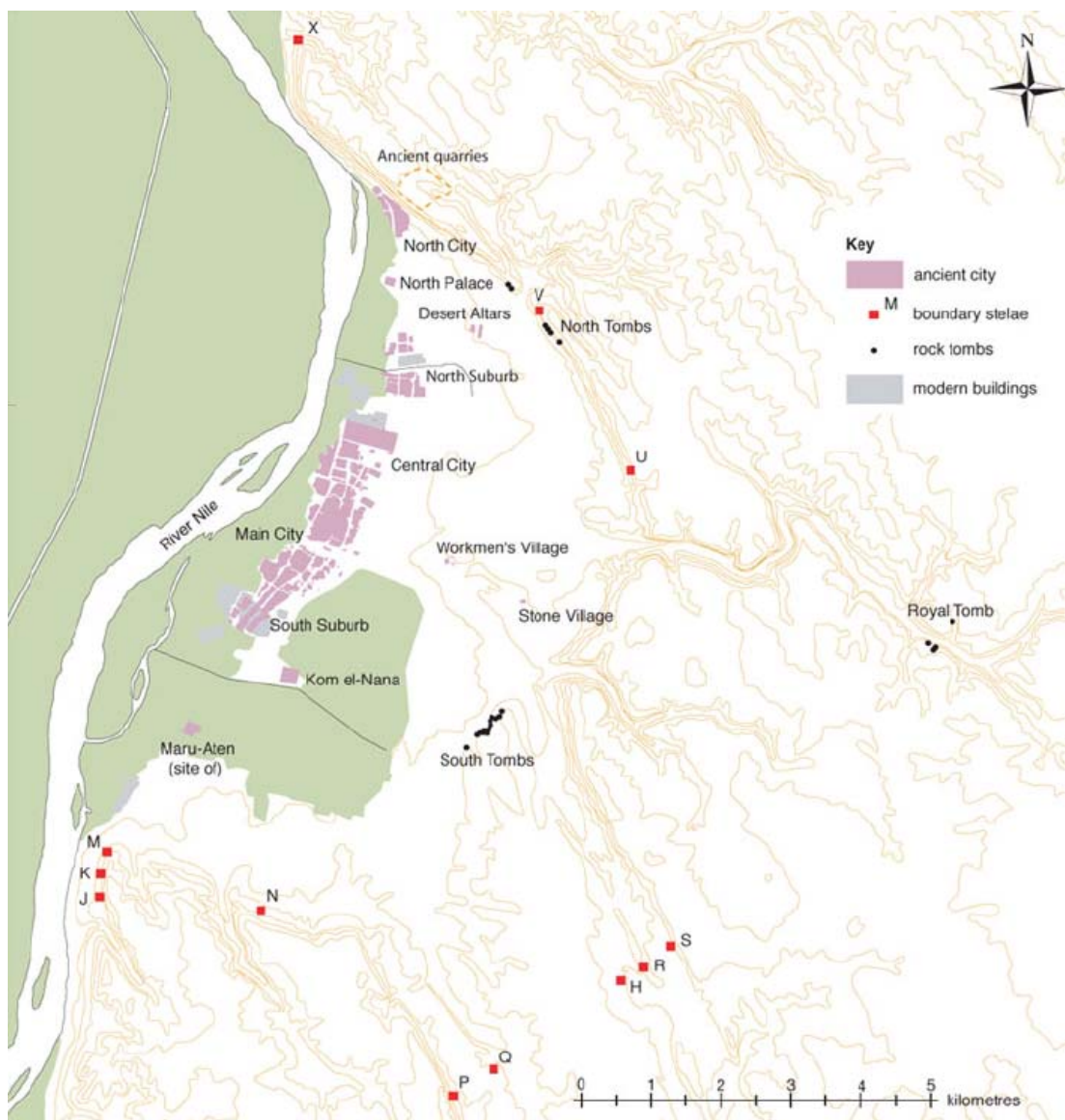


A esquerda: a localização central de Amarna com relação aos outros centros capitais egípcios: Mênfis (Cairo), no Baixo Egito, ao norte, e Tebas (Luxor) no Alto Egito, ao sul. A direita: o sítio de Amarna junto ao Nilo e outros pequenos assentamentos; espécie de "cidade linear" de bairros justapostos ao longo da via-calha do rio.

Em oposição à rígida regularidade urbanística tradicional mencionada acima, Amenófis/Amenhotep IV (Akhenaton, 1.362-1.345 a.C.) procura impor uma idéia de planejamento mais livre. As ruínas descobertas revelam uma "cidade linear", cobrindo vários quilômetros, ao longo do curso sinuoso do Nilo. No centro da nova metrópole egípcia, Amarna (nome atual da antiga

³⁵ KOSTOFF, *op. cit.*, p. 83.

Akhetaten, “lugar iluminado de Áton”, deus sol³⁶) os palácios, edifícios sacros e administrativos formavam um agrupamento livre, sobre ambos os lados da via principal, real, sem organização ao longo de único eixo. O palácio administrativo, à margem do Nilo, é separado da *villa* real pela via real. A ligação faz-se por uma ponte coberta, ao centro da qual, dando para a via real, abrem-se três janelas, pelas quais o faraó e sua esposa se mostram ao povo em ocasiões comemorativas³⁷ e concedem audiências.



Amarna: seu sítio alongado junto ao Nilo.

³⁶ Em 1.350 a.C., Tebas perde sua importância como sede espiritual do Egito. Amenhotep IV inicia uma revolução religiosa de grandes consequências futuras, introduzindo uma nova forma monoteísta de adoração ao deus sol, Aten.

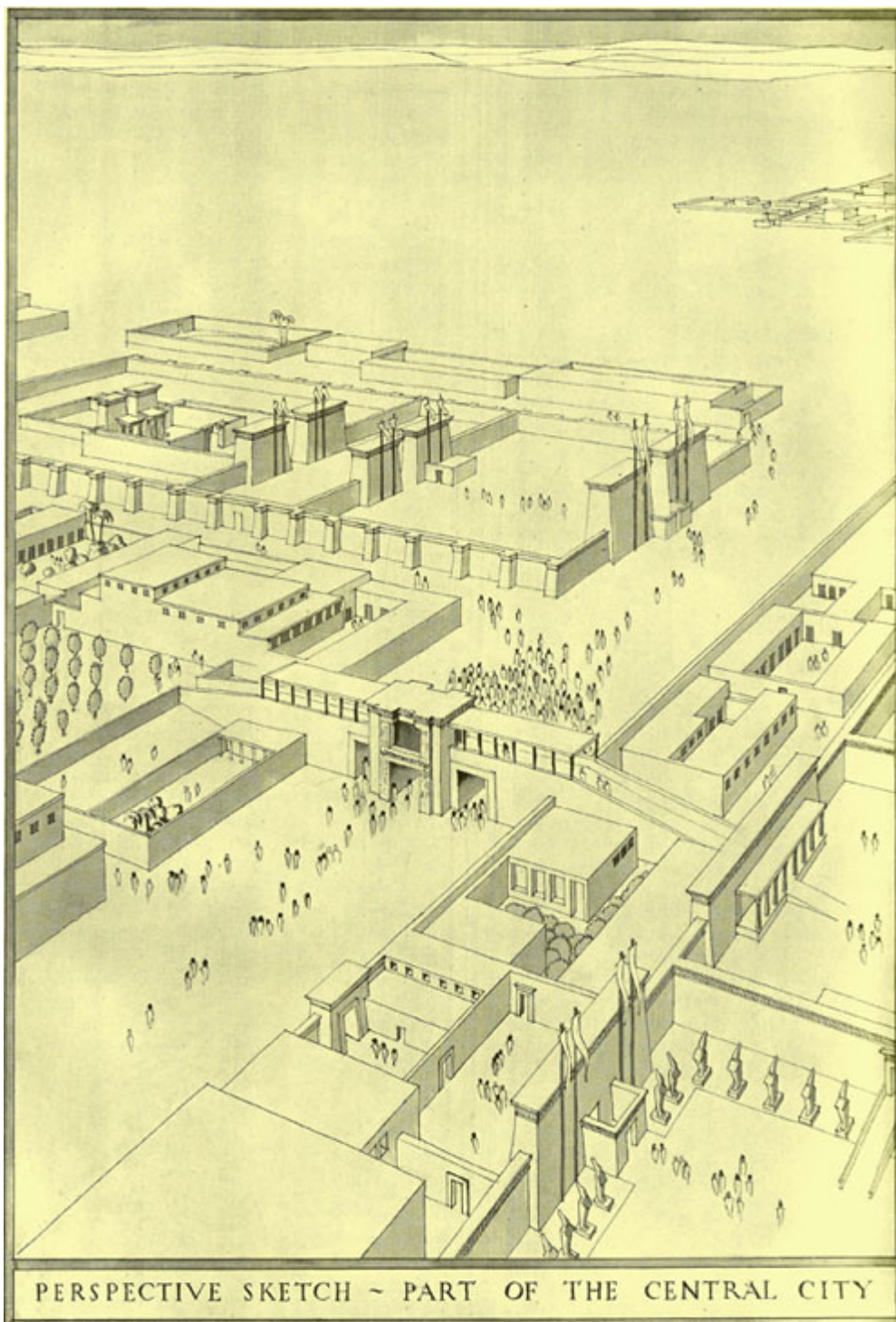
³⁷ MÜLLER e VOEGEL, *op. cit.*, pág. 97.

O Grande Templo de Áton, o palácio real e os demais edifícios monumentais situam-se no centro da cidade, de ambos os lados da via real. Nenhum outro lugar no Egito dá-nos clareza maior de seu planejamento urbano no período do que Amarna, cidade habitada por apenas quinze anos e arrasada, no final da XVIII Dinastia. As ruínas e os relevos encontrados nas tumbas e templos permitem reconstituição segura. As escavações prosseguem e têm revelado oficinas e casas de operários nas bordas da cidade, reservando para Amarna um significado histórico ainda a ser completamente apreendido.

Até lá, para fins de nossa reflexão, registremos a particularidade cênica da monumentalidade da via real e a singularidade da extroversão da rua residencial.



modelo arqueológico de possível distribuição urbana de área residencial em amarna



Amarna: reconstituição hipotética de sua zona central. É de se notar o número de pátios, além de portais e pilones comunicando

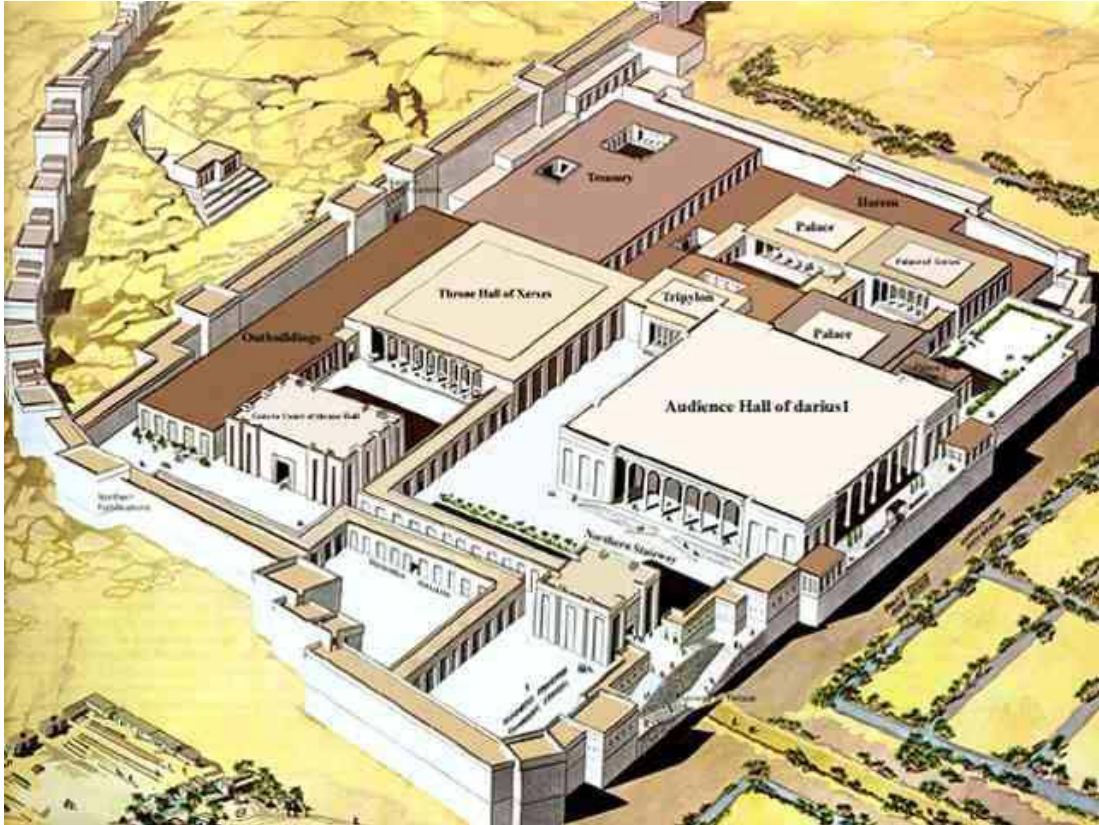


amarna, egito, séc. xiii a.c.: cenografia urbana e monumentalidade cenográfica

6.3 - Antecedentes da teatralidade bidimensional

Se a emergência da articulação paisagística tridimensional dos espaços coletivos na *polis*, sejam sagrados ou públicos, deve, a nosso ver, muito à experiências da arquitetura e urbanismo egípcios, o componente que preside às questões de frontalidade do *frons scenae* e dos ninfeus tem matriz diferente, continental, sobretudo persa.

Persépolis e o jogo de fachadas monumentais



Persépolis: reconstituição; vista a partir de NW; o grande edifício quadrado ao centro é a *apadana* de Dario.

A cidade-palácio de Persépolis, uma das sedes capitais do Império Persa Aquemênida a partir de Dario I (521-486 a.C.), ilustra perfeitamente as concepções de espaço monumental que compunham o repertório dos povos da linhagem continental da urbanização na Antigüidade.

A partir de uma junção de planos ortogonais entre si compunham edifícios assemelhados a paralelepípedos quadrados que recebiam tratamento suntuoso interno e externo - recurso antiqüíssimo, traçável aos primórdios dos exemplares de templos e palácios na Suméria.

Esses sólidos primários, texturizados e movimentados por jogos de planos sempre paralelos entre si que avançam e recuam com relação à fachada, parecem ter sido idealizados e dispostos no espaço de modo a serem observados principalmente de frente.

A *apadana*, sala hipóstila monumental para funções cerimoniais e de aparato, sublinha por sua simetria e marcação do ingresso central pela portada gigantesca o percurso não só físico mas também visual que o visitante deve obedecer. Aqui não se trata de surpreender o espectador pela chegada de viés como na aproximação de um templo grego. Estamos mais próximos do exemplo egípcio de *grandeur*, com a diferença que os pilones, com suas faces inclinadas com relação à normal, lembravam ao olhar sua volumetria.

A *apadana* remetia mais a um outro fato monumental da Pérsia, os túmulos-fachada de Naqsh e-Rostam. Escavados na rocha, em cruz, eles parecem ser reproduções da elevação frontal dos pavilhões de Persépolis.

Outras fachadas em Persépolis são marcantes por sua insitência na frontalidade como retórica de dignidade e severidade imperial monumental.



Acima: reconstituição de fachada em Persépolis; abaixo: túmulo em Naqsh e-Rostam



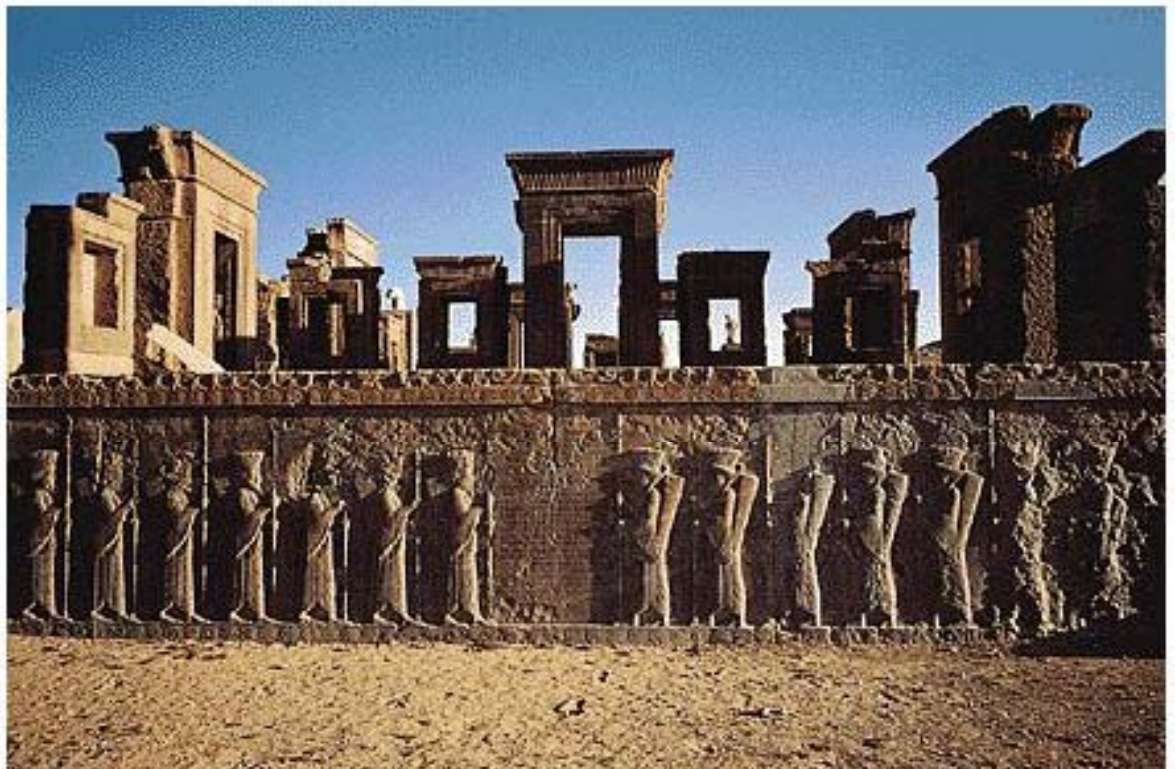
Reconstituição de diferentes fachadas de Persépolis.

A idéia de formas híbridas entre palácio e cidade não é inédita. O uso múltiplo de uma estrutura extremamente grande para a sociedade que a produziu, normalmente construída ao longo do tempo por aglutinação, não é novo. Normalmente são megaestruturas devidas a um soberano autocrático e personalista. Anteriormente a Persépolis, de nosso conhecimento, já tinha havido Khorsabad, com o recinto palaciano de Dur Sharrukin, de Sargão II. Posteriormente houve os ensaios das *villae* imperiais romanas, no Palatino, de Augusto e Livia, de Adriano, em Tivoli, de Diocleciano, em Split, entre outros. Muito posteriormente, o caso de Fatehpur Sikri de Akbar, na Índia Mughal, da Versalhes de Luís XIV, de Caserta para os Bourbons de Nápoles, de Schönbrunn para os Habsburgos, de Petrodvorets para Pedro o Grande.

Mas o que faz de Persépolis significativa para a variante grega é sua oportunidade temporal. Se não se pode garantir que os gregos que produziram as formas urbanas da *polis* clássica tiveram contato com Persépolis, se pode garantir que o espírito de sua produção estava no ar naqueles tempos, como testemunham Heródoto e Xenofonte. A descrição da riqueza dos povos do leste ocupava um grande espaço no imaginário dos gregos de então.

Persépolis oferece um modelo para a noção de praça embutida na idéia da ágora. Ao demonstrar que é possível configurar um espaço coerente por meio de quatro fachadas independentes, apresenta a possibilidade de praça quadrangular constituída por quatro fachadas planas.

Também não é possível, pela distância temporal e falta de registros escritos, afirmar se houve, efetivamente, uma reinterpretação do partido de pátio interno para as formas posteriores praticadas na Grécia. Mas, tendo em vista a experiência moderna de contágio de modelos arquitetônicos, a idéia não é descartável.



Estado atual das ruínas de Persépolis. O conjunto, de salas cobertas com vigamento de cedros da Fenícia e pisos com muitas tapeçarias, foi incendiado por Alexandre em 330 a.C.



Persépolis, vistas aéreas, tomadas em direção ao norte (acima) e leste (abaixo). Notar a escadaria monumental junto à pista moderna.



Jogos de volumes que são melhor apreciados frontalmente.



Pátios monumentais presididos pelas fachadas





O mesmo pátio monumental, vista superior.



Estado atual do sítio, olhando para leste.

6.4 - O mundo urbano na porção leste do Mediterrâneo no 1º mil. a.C.

A porção leste do Mediterrâneo em que os gregos evoluíram pode ser descrita como um conjunto de quatro grandes sistemas culturais. Muito provavelmente todos contribuíram para estruturar o mundo em que o repertório de soluções de espaços públicos dos helenos surgiu. Esses conjuntos seriam :

- a) o Egito, a sul;
- b) o Levante (em particular, a Fenícia) a leste;
- c) a própria Hélade, continental e insular, a norte;
- d) os reinos anatólicos a nordeste.

Anatólia: a Lídia

Sardis³⁸ (hoje Sart, na Turquia) era a capital do reino da Lídia, nome pelo qual o chamavam os gregos. Em seu auge tal reino cobriu a maior parte do oeste da Anatólia, do mar Egeu ao mar Morto³⁹, tendo depois se tornado província romana. A Lídia surgiu como um reino neo-hitita após o colapso do Império Hitita, no século XII a.C. Seu nome inicial era Maeonia, conforme referência homérica (*Ilíada*, ii 865, v. 43, xi 431). É conhecida por ter introduzido a cunhagem de moedas de ouro e prata. Durante sua breve hegemonia na Ásia Menor, de meados do século VII a.C. a meados do século

³⁸ As informações desta secção foram fundamentalmente baseadas nos diversos verbetes da *The New Encyclopaedia Britannica*, 1994, *Micropaedia*.

³⁹ *Op. cit.*, vol. 7, pág. 585.

VI a.C., os lídios influenciaram profundamente os gregos da Jônia. No século VII a.C., a Lídia assumiu o controle dos espólios deixados pelos cimérios em sua destruição da Frígia e estabeleceram a Dinastia de Sardis. Seu reinado atingiu seu auge entre 619 e 560 a.C., quando deteve uma invasão dos medos, repeliu os cimérios e estendeu-se até a Jônia. Houve ainda um período de expansão na geração seguinte, sob o rei Creso, mas os persas de Ciro derrotaram de forma definitiva a Dinastia de Sardis (546-540).



Os lídios eram um povo de comerciantes que, segundo Heródoto, tinham costumes semelhantes aos gregos e foram os primeiros a estabelecer lojas permanentes de comércio de bens em varejo. A adoção da cunhagem metálica de moedas pelos gregos parece ter sido catalisador importante da revolução comercial que transformou a sociedade grega no século sexto antes de Cristo.

Anatólia: a Lícia

A Lícia, por sua vez, ficava a sudoeste da Anatólia, no Mediterrâneo, entre a Cária e a Panfília e corria até o cume dos montes Agros⁴⁰. Segundo registros egípcios, hititas e de Ugarit, dos séculos 13 e 14 a.C., os lícios encontravam-se premidos pelos hititas ao norte e pelos gregos aqueus na costa. Conhecidos por “Luca”, os lícios pertenciam aos Povos do Mar e participaram da tentativa de invadir o Egito, no século 13 a.C.. Nada mais sabemos dos lícios até o séc. VIII a.C., quando eles reaparecem como um próspero povo confederado de economia marítima, a Liga Lícia, que reunia ao menos 20 cidades. Nem a Frígia nem a Lídia conseguiram submeter os lícios, que acabaram sucumbindo, depois de heróica resistência, a um dos generais de Ciro.

Sob a Pérsia Aquemênida e, mais tarde, sob os romanos, a Lícia gozou de relativa liberdade e pode manter suas instituições confederadas até o período de Augusto. Foi anexada à Panfília romana em 43 de nossa era e tornou-se província romana independente, depois do IV século. Descobertas arqueológicas em Xanto, Patara, Mira e outras cidades revelaram padrões específicos de arquitetura tumular.

Anatólia: a Frígia

Na mesma região, merece menção ainda, a cidade de Górdio, capital da Frígia. O apogeu da cidade ocorreu entre os séculos 8 e 9 a.C. e suas ruínas foram encontradas na década de 50, por arqueólogos americanos, às margens do rio Sacaria, antigo Sangário⁴¹, no noroeste da atual Turquia, perto de Ancara. De acordo com uma antiga lenda, a capital teria sido fundada por um

⁴⁰ *Op. cit.*, vol. 7, pág. 583.

⁴¹ *Op. cit.*, vol. 5, pág. 369.

camponês, Górdio, que inventou o nó que leva seu nome e que teria sido cortado por Alexandre, o Grande. Górdio permaneceu o centro político da Frígia até que os cimérios a incendiassem e aniquilassem o poderio frígio na Anatólia, no início do século VII a.C.. Embora tenha sido reconstruída pelos persas, Górdio jamais recuperou seu esplendor anterior.



Levante: a Fenícia

Dos desenvolvimentos urbanos a leste do Mediterrâneo de interesse para nosso trabalho urge dar atenção às cidades fenícias. A Fenícia era uma região situada a norte da também antiga região de Canaã, no Levante, cujas terras corriam ao longo da costa e hoje corresponderiam a parte do Líbano, Síria e norte de Israel. Ainda não se sabe ao certo de onde vieram os fenícios, quando chegaram à região que vieram a habitar ou se eles e os cananeus eram um único povo. A língua fenícia inclui-se, todavia, entre as línguas cananéias do ramo semítico.

A palavra fenício tem origem grega (*phoinikes*), encontrada já em Homero, porém, ao que parece, derivado do egípcio para dizer “sírio”. Associou-se com a palavra púrpura (*phoînix*), também do grego, que nomeia a tintura de certo molusco (*Murex*) muito apreciada e comerciada pelo fenícios. Daí para o latim, *poenicus*, e para o português púnico, como em Guerras púnicas (264-146 a.C.). Os próprios fenícios chamavam-se, entretanto, de sidonitas, cananeus, ou filhos de Canaã.

Sua maior cidade mais ao sul era Tiro, se bem que, não raro, as fronteiras de tais culturas baseadas em cidades se alterassem. Cabe mencionar também Aradus, Beritus, Sídon, Biblos, Symira, Safita e Sarepta, esta o sítio mais escavado da liga de cidades-Estado portuárias. Sem aviso prévio, durante a Idade do Ferro, por volta de 1.200 a.C., registra-se um evento historicamente pouco claro, associado à invasão dos Povos do Mar, provindos do norte. Tais hordas, premidas, ao que tudo indica pela carestia decorrente de más colheitas, avançaram para o sul, mais ou menos na mesma época em que houve uma erupção vulcânica de grandes proporções na ilha de Tera. O domínio egípcio e hitita que se exercia na região há muito tempo enfraqueceu-se ou extinguiu-se, resultando em um vácuo de poder que permitiu posteriormente às cidades fenícias mencionadas se estabelecerem como potências regionais.

Fernand Braudel escreveu que a Fenícia foi um exemplo precoce de uma economia global circundada por impérios. A civilização Fenícia alcançou destaque pelo pujante comércio marítimo que desenvolvia no Mediterrâneo, durante o primeiro milênio antes de Cristo, mais precisamente, entre 1.200 e 900 a.C.. Os fenícios costumavam comerciar com embarcações a remo e vela (galés), carregadas de artigos egípcios e sírios. Foram os primeiros a inventar as birremes e trirremes (duas, três ou mais fileiras de remos). Fundaram, pois, colônias no Norte da África, Sardenha, Sicília, Baleares, Malta, Espanha, Portugal e Somália, para além do Mar Vermelho. Sua mobilidade marítima era

proverbal entre os antigos. Eles singravam Mediterrâneo de leste a oeste sem se deterem nem mesmo pelas colunas de Hércules⁴², confins do mundo de então. Numerosos entrepostos permitiram-lhes estabelecer uma vasta rede de comércio de metais - prata (no sul da Península Ibérica), chumbo, ferro, estanho e ouro -, couro (do Chipre e da Sardenha), lã, ovelhas, vinho e azeite, tecidos brilhantes, vidro transparente – de que seriam os inventores - e artigos de luxo. Algumas fontes⁴³ relatam mesmo que no Egito os fenícios também iam buscar macacos e crocodilos e, no Mar Vermelho, pedras preciosas e madeiras perfumadas. Seu poderio mercantil e sua habilidade naval garantiriam-lhes fama por séculos.

Rotas comerciais advindas do leste que chegavam às cidades fenícias facultavam-lhes dominar o comércio com a Mesopotâmia, por um lado, e o Egito e a Arábia de outro. Os inúmeros entrepostos no Mediterrâneo, dos quais Cartago era o mais estratégico, porque localizada bem em frente ao estreito da Sicília, de forma a garantir o monopólio comercial para oeste daquele ponto, impedindo a passagem de concorrentes – principalmente gregos, provocarão a reação romana quando o conflito pelo controle do *Mare Nostrum* ficar evidente. Os fenícios também fundaram inumeráveis pequenos postos avançados, cada um a um dia de viagem do outro, ao longo de toda a costa do Norte da África e da Espanha.

A data da fundação de muitas de suas cidades é controversa; fontes gregas afirmam que Gades (Cadiz), na Espanha, foi fundada em 1.110 a.C. e Utica, no Norte da África, em 1.101 a.C.

Com a ascensão da Assíria, as cidades fenícias perderam sua independência uma a uma, com exceção de Tiro, que se mostrou resistente aos assírios e muitos outros depois deles por sua localização e frota poderosa. As

⁴² Nome clássico do estreito de Gibraltar. (n. a.)

⁴³ BESCHAOUCH, Azedine. *La légende de Carthage*. Paris: Gallimard, 1993, pág. 19.

idades fenícias forma, posteriormente, dominadas pela Babilônia e pela Pérsia (539 a.C.). Elas permaneceram muito importantes, contudo, emprestando aos povos dominadores suas habilidades navais.

Grécia

A "invasão dórica" verificada no século XII a.C. determinou a decadência da civilização micênica. Os dórios, mesmo sendo do mesmo ramo indo-europeu do qual derivaram as outras estirpes helênicas já instaladas na Grécia, eram ainda tribos rudes e guerreiras, não modificadas por contatos com o mundo mediterrâneo. A afirmação de sua civilização trouxe uma profunda crise de ajustamento que viu um regresso em todos os campos da atividade humana e deu origem à Idade Média helênica, durante a qual com trabalho secular vão atuando a fusão dos vários elementos étnicos distribuídos no território grego e se precisaram as características e o espírito da civilização helênica.

Os albores da nova civilização viram certamente processos de evolução criativa natural em todo povo em formação, mas, como foi acenado acima, o material arqueológico a nossa disposição não nos permite fazer uma idéia muito precisa dos primeiros "*comi*" e menos ainda das diferenças substanciais entre os "*comi*" das várias estirpes helênicas. É lícito todavia imaginá-los, referindo-nos aos poucos exemplos pré-micênicos supra-citados, com características análogas àquelas das aldeias pré-históricas e proto-históricas européias, particularmente influenciadas pela topografia da região.

Em seguida muitas aldeias foram reunidas em "*demoi*" até que um centro maior, impondo a sua força e autoridade sobre os menores, desse origem à "*polis*".

No século VIII a.C. as constituições de "*poleis*" de Esparta e Atenas já aparecem estáveis.

Mas também no período histórico a urbanística da Grécia arcaica é pobre de exemplos, seja pela destruição e a decadência completa de alguns centros, de grande nome mas escasso desenvolvimento edilício, seja pela superposição de novas estruturas nas cidades de maior extensão, importância e força política.

As escavações realizadas na cidade de na Acarnania e em Erétria na Eubéia nos mostram claramente somente o traçado de grandes muralhas, com algumas indicações em Palairos do esquema daquela que devia ser a rede viária adaptada à natureza do terreno.

As primeiras cidades gregas foram construídas sobre montes ou em zonas apertadas e escondidas. A escolha do lugar onde fazer surgir a nova cidade foi detectada em um primeiro período por preocupações de caráter defensivo e militar. Em seguida, segundo Hirschfeld, por preocupações de ordem econômica e em um terceiro período por princípios de ordem estética. Esta distinção responde em um certo sentido à realidade, mas não deve ser entendida rigidamente, porque vemos, através dos tempos e não só na Grécia, a aplicação simultânea de todos os três critérios (a defesa, a utilidade, a beleza) em proporções mais ou menos variáveis.

As cidades gregas já na origem tiveram uma sua fisionomia específica determinada por dois elementos fundamentais: a acrópole, que se elevava sobre a cidade verdadeira e própria ou cidade baixa, e a ágora, centro de vida política e econômica não só da cidade mas também das populações a esta agregadas por sinecismo.

É de se notar que a cidade baixa surge espontaneamente, distribuída ao longo das vertentes ou aos pés de um morro, naturalmente ou artificialmente defendido, ou mesmo se dispôs para baixo, abandonando uma primitiva sistemática dominante, para dar lugar à construção de um templo e de edifícios públicos constituindo o caráter e a função definitiva e estática da acrópole.

Atenas, muitas vezes destruída e reconstruída, oferece em seus bairros a oeste da acrópole a idéia daquilo que deveria ser, não somente em época arcaica mas também em épocas posteriores, o traçado das suas ruas estreitíssimas e tortuosas, interrompidas somente pela ágora antiga e por aquela posterior no Cerâmico.

O desenvolvimento da cidade, que se estendia desordenadamente na base da acrópole, deve certamente ter estado abandonado à iniciativa privada. As primeiras obras hidráulicas de Atenas, as estradas da Ática remontam ao tempo de Pisístrato e dos pisistrátidas, e assim ao VI século a.C. A tal época remontam também tentativas de impor aos particulares o respeito às regras, sobretudo higiênicas, de interesse geral. A cidade todavia continuou a ser desordenada no seu conjunto e na sua organização. Temístocles volta a sua atenção mais para as fortificações e à sistematização do Pireu, Péricles para o embelezamento e a decoração da acrópole. Poucas eram as casas acolhedoras, construídas com material persistente; não se conhecem palácios e moradas senhoriais e aparece um contraste nítido entre a magnificência dos templos e dos edifícios públicos e a modéstia das construções civis.

Testemunhos literários e históricos atestam desordem de traçados e conseqüente dificuldade de circulação em Argos e Tebas e em Platéia, que se estendiam sobre as encostas ou aos pés de uma colina e se adaptavam à configuração do terreno; tudo nos faz supor que até o V século nenhuma cidade da Grécia oferecesse na sua habitação riqueza edilícia e clareza de

esquemas.

Um exemplo de cidade enquanto ordenada na sucessão do seu desenvolvimento nos é oferecido por Thera, surgida na ilha de Santorini (Cíclades) em período posterior à época minóica (séc. IX-VI). Mesmo manifestando no seu traçado primitivo características muito similares àquelas de Gurnia, se revela cidade de inspiração e origem helênica na sua disposição e na presença típica da ágora.

O contraste entre a edificação pública e aquela privada não é uma particularidade da urbanística grega, mas de certo modo caracteriza grande parte da urbanística mediterrânea e daquela oriental. Enquanto, porém, nesta última a diferenciação encontra a sua explicação nos regimes absolutos de governo, na Grécia, onde prevaleceram os governos democráticos, é justificada seja pela tradição seja pelo espírito individualista das *póleis*. Se a ágora representava o centro da vida política e comercial da cidade, as acrópoles, mesmo mantendo sempre uma função defensiva, constituíam o sacrário das tradições históricas e religiosas e o signo da potência das póleis individualmente. De outro lado as soberbas composições arquitetônicas dos templos e dos santuários da Grécia refletem as características éticas e sociais de todo o povo, individualista mas ao mesmo tempo espiritualmente unido na consciência da origem comum e da religião comum.

Vai posta mesmo em justo relevo a monumentalidade particular dos teatros e dos estádios, das puras linhas arquitetônicas que se unificam à paisagem; expressão típica da arquitetura grega que compreendiam, nas suas diversas funções, dois aspectos do pensamento helênico: a arte dramática e o culto da harmonia física.

A acrópole não só é uma zona especializada mas também uma

composição que reúne em distribuições sábias e estudadas a concretização artística dos mais altos valores espirituais.

A acrópole de Atenas revela nos estratos arqueológicos a sua primitiva função de estação de homens pré-históricos e de fortaleza e sede de príncipes na era micênica. Sobre eles foi edificado em época proto-histórica um templo dedicado a Atena Polias e no tempo de Pisístrato numerosos templos e edifícios menores de culto. A edificação do Partenon, idealizada por Clístenes e interrompida pelas guerras médicas, foi realizada por Péricles depois que por razões de defesa a acrópole foi cintada pelas muralhas de Temístocles e de Címon. A Péricles mesmo é devida a edificação dos propileus de Mnesicles, que não têm somente função de acesso ao recinto sacro e representativo da cidade, mas que, com as suas estruturas e localização conferem a toda a composição da acrópole um caráter majestoso e ao mesmo tempo dinâmico e pictórico. A assimetria, devida seja ao desnível do terreno seja à limitação do espaço retrostante ocupado pelo templo de Atena Niké, cria uma ordem de valor perspectivo que fazem um bom prelúdio à visão geral da acrópole. Na composição e nas características distributivas daquela falta voluntariamente qualquer critério de axialidade e de tendência à simetria. O olho não é atraído por composições axiais particulares mas é plenamente aplacado por visões abertas que se fundem com a natureza do lugar em uma sábia distribuição dos volumes arquitetônicos no espaço e em um harmônico jogo de perspectivas sempre novas.

Também os templos e os santuários, surgidos no mais das vezes na era arcaica e em localidades dominantes consagradas ao culto pelas populações pré-históricas e sempre ampliados nas etapas sucessivas até atingir aquelas helenística e romana, demonstram nas suas composições concessões distributivas originais nas quais os fundamentos ??? da arquitetura variadamente distribuída são representadas pela paisagem.

Afora as composições planimetricamente simples e limitadas como Elêusis, temos verdadeiras cidades propriamente ditas.

O santuário de Olímpia, com os seus três templos (Heraion, Metroon e de Zeus) e com os numerosíssimos edifícios surgidos através de dez séculos, entre os quais dominam o Bouleuterion, o Pritaneu e o Leonidaion, na distribuição das suas arquiteturas carece logicamente de uma distribuição de plano. Nele se nota porém uma equilibrada harmonia na distribuição dos edifícios e na relação de valores espaciais que resulta disso.

Os mesmos critérios se podem encontrar na planimetria do Hieron de Epidauro, dedicado a Asclépio, deus da medicina. O caráter do culto aqui praticado determinou uma organização particular dos edifícios: de fato além dos templos menores nós encontramos defronte aos edifícios funções específicas, como o Abaton ou Enkoination onde ficavam os doentes e o Katagogion ou grande albergue. A palestra, o estádio e o teatro e enfim o característico tholos circular completam a composição e dão uma fisionomia particular ao conjunto do santuário.

Um exemplo particularmente importante e sugestivo nos é oferecido por Delfos, seja pela extensão mesma da cidade sagrada, seja pela natureza particular do terreno. O templo de Apolo surgia em posição dominante e os outros edifícios estavam distribuídos sobre terraços costeados pela via sacra, que se desdobrava ao longo da encosta, dando uma volta quase total no templo. A via sacra, flanqueada em seu longo caminho por tesouros, templos menores e santuários devia ter um aspecto particularmente variado pela sucessão de sempre novos jogos perspectivados. A composição planimétrica geral da cidade sagrada não revela nenhuma ordem esquemática, mas dá logo no seu conjunto, sobre o último esporão caído do Parnaso, efeitos cenográficos

de um refinamento e particular sensibilidade estética do povo grego.

Também o santuário de Delos oferece, mesmo na orientação quase constante dos seus templos centrais, uma concepção distributiva pouco ordenada devida provavelmente a um evidente, apesar de relativo, adensamento edilício. Singulares as disposições dos "tesouros" tendendo ao hemicírculo que fecha o último lado externo da via sacra.

Pelas ruínas das cidades sagradas notamos uma uniformidade de orientação somente para os templos, onde o eixo longitudinal é disposto segundo a direção leste-oeste com a frente de ingresso para leste, enquanto todas as outras construções (habitações de sacerdotes, tesouros, pórticos, teatros, estádios) estão dispostos e distribuídos sobretudo em relação à natureza do terreno ou ao lado das vias sagradas ou sobre terraços sistematizados a meia encosta ou externamente aos recintos sagrados com várias orientações e independência.

Somente os santuários de Egina, Cós e Argos, nos seus limitados desenvolvimentos planimétricos, vieram com o tempo apresentar critérios compositivos correspondendo aos conceitos de axialidade e coordenação. Surgidos em localidades elevadas, com escadas de acesso, criam na suas composições de conjunto efeitos cenográficos novos tendendo a aumentar o seu sentido de monumentalidade.

Em geral nos santuários como nas acrópoles a criação arquitetônica, os volumes plásticos e as relações espaciais criam efeitos pictóricos voluntariamente assimétricos aderentes à natureza do terreno e à paisagem, pelas quais não são porém dominados. É tamanha a unidade estética da obra da natureza com aquela do homem que não se pode dizer se a composição tenha sido adequada aos recursos naturais do local em que se desenvolve ou se

antes a natureza mesma seja não seja desfrutada a serviço da arte.

Frente a concepções urbanísticas de tão alto valor não se pode compreender o descaso que os gregos demonstraram até o VI século para com os problemas de urbanística prática e para um melhoramento das condições distributivas dos bairros de residências privadas, descuido que contrasta indubitavelmente com a constituição democrática das *pôleis*.

O contraste entre cidade alta e cidade baixa, entre edifícios públicos e privados e a ausência de um planejamento, ou pelo menos de claros princípios distributivos na cidade em si são elementos que determinam *de per se* uma tipologia da urbanística grega até o fim do VI século, e suficientes portanto para desmentir o lugar comum que a urbanística grega teria como expressão característica única os famosos esquemas hipodâmicos. Mas uma vez que o urbanismo não é baseado somente em valores puramente estéticos, como também sobre relações de organização prática e sobre critérios de organicidade funcional, se deverá insistir no conceito que a partir de um ponto de vista prático as cidades da Grécia até o VI século se revelam extremamente difíceis de entender.

Deve-se todavia reconhecer que conceitos abstratos de ordem distributiva deviam já delinear-se até a partir do VII século na mente dos gregos se as colônias, e também as primeiras em ordem de tempo, devidas à iniciativa privada, demonstram uma larga aplicação de esquemas ordenados.

Uma primeira forma de colonização grega, que teve as características de uma imigração parcial de estirpe se verificou depois da invasão dórica na península e como sua conseqüência. Desta primeira forma de colonização, que determinou sobre as costas meridionais da Ásia as três confederações de caráter sobretudo religioso da Eólia, da Jônia e da Dórída não apresentam

traços ou documentação tal que determine uma tipologia particular ou diferente daquela da verdadeira Grécia. Mileto, depois reconstruída, e Éfeso foram colônias jônicas, as mais notáveis como centros de irradiação da civilização grega.

6.5 A fundação de novas cidades na expansão colonial

A expansão colonial de fenícios, etruscos e gregos, entre os séculos X e VI, atinge o Mediterrâneo central e oeste. Como quase nada sabemos acerca da origem, destino e cronologia dos movimentos etruscos nesse período, até o momento, optaremos por falar sobre eles. Ao que tudo indica, as empreitadas colonizadoras seguiram mesmo tal ordem, isto é, com fenícios, etruscos e gregos, gradualmente, aventurando-se mais e mais em viagens de navegação de cabotagem e por mar aberto. De fato, as implantações de cidades são mais ou menos simultâneas.



FIGURA – MAPA DA FENÍCIA E SUAS ROTAS DE COMÉRCIO

A data da fundação de muitas de suas cidades é controversa; fontes gregas afirmam que Gades (Cadiz), na Espanha, foi fundada em 1.110 a.C.;

Lixus (Marrocos), ainda mais cedo; Útica, no Norte da África, em 1.101 a.C.; e, Cartago, em 814-813 a.C.⁴⁴

Das cidades fenícias certamente a mais famosa foi Cartago, ou Qart Hadasht, “cidade nova”. Arrasada pelos romanos, passou para a história sob a alcunha do inimigo. O cruel destino antigo de Cartago também influenciou-lhe a sorte moderna, uma vez que as ruínas romanas muito dificultaram as escavações das camadas fenícias de sua história.

Seu apogeu deu-se entre o VII e o II séculos antes de Cristo, baseado nos mesmos feitos da expansão fenícia, ademais de uma vocação agrícola (fruticultura local era afamada). Inclui-se entre as cidades mais ricas do mundo em sua época. Tornou-se mesmo lugar comum entre os historiadores estabelecer comparações entre Cartago e Roma, no entanto, dada a tradição de história dos vitoriosos, sempre em detrimento dos cartagineses, considerados inferiores.

As descobertas arqueológicas sobre a cidade fenícia são relativamente recentes, remontando a uma iniciativa da UNESCO de meados da década de 70. Sua localização exata, por exemplo, apesar de estabelecida pelo Cônsul-Geral dinamarquês junto à Tunísia, C.T. Falbe, e publicada em Paris em 1883, permaneceu por muitos anos objeto de disputa por pesquisadores que jamais tinham pisado no local. Inicialmente não se encontrou nada nas colinas de Junon e de Birsa que não túmulos e sepulcros. Aos poucos, contudo, ruínas de bolsões de habitação foram emergindo, separados e servidos por ruas largas de seis a sete metros de largura e cruzando-se em ângulo reto. Uma dessas ruas, a mais larga, apresenta um aspecto monumental com escadarias assim como uma pequena praça próxima de um cruzamento. Cada bolsão de habitações tinha casas individuais, cujas plantas se organizam por um átrio central.

⁴⁴ BRAUDEL, *op. cit.*, pág. 207.

Fechados por uma porta que dava para a rua, ligados a ela por um corredor, os pátios, além de claridade e ar, distribuíam os cômodos: salas de banho, salas de estar, cômodos de serviço. A ausência de quartos de dormir, a solidez notável das paredes estruturais e a grande quantidade de entulho recolhidos pelos arqueólogos dão conta da existência de andares superiores, aos quais se acedia por escadas de madeira. Muitos dos cômodos eram revestidos por aquilo que os romanos denominaram *pavimentum punicum*, um tipo particular de revestimento feito de aglomerado de massa misturada com fragmentos de pedras coloridas ou mármore, cujo efeito assemelha-se ao granilite. A descoberta desses casarios é testemunho da grande vitalidade e prosperidade econômica da cidade.

Outra descoberta de mesma magnitude foi um casario ainda mais antigo, de VIII a.C. Trata-se de uma área residencial em planta ortogonal, disposta em paralelo à costa.

Quanto à expansão grega para oeste, três séculos (XI, X, IX) interpõem-se entre a queda de Micenas e a primeira colonização grega (775-675), de caráter agrícola, tendo sido a segunda (675-600) de caráter mercantil. Embora a presença micênica na península Itálica seja antiga e comprovada, ela só atinge contornos de colonização em Tarento e no interior da região. As embarcações micênicas também atingiram a Gália e a Espanha, no outro sentido, a costa da Ásia Menor, região que se tornará irradiadora, a partir de Mileto e da Focéia, desde o século VII a.C., duas das cidades mais brilhantes do mundo grego. Al-Mina teria também importância capital por constituir, talvez, a primeira grande abertura da Grécia sobre a Síria, a Palestina, os estados neo-hititas e aramaicos, a Assíria, Urartu e as rotas de caravanas que chegavam ao Levante. Por fim, lembremo-nos de Náucratis (circa 630 a.C.), cuja fundação os egípcios concedem a mercadores jônios, no delta do Nilo.

A dispersão grega tem suas origens sobretudo em sua economia agrícola de terras fracas e pouco aráveis. Corinto (assim também Erétria, Mégara, Cálcis) é uma das saídas do eixo oeste; Atenas e a Ática permanecem à margem do processo. As operações essenciais dizem respeito à implantação de colônias no sul da península Itálica (Magna Grécia) e na Sicília, incluindo a memorável fundação de Massília (Marselha), por volta do ano 600 a.C.. Assim, a ocupação grega ocorrerá ao longo de uma faixa costeira quase contínua do golfo de Tarento à costa siciliana, tendo sido os coríntios os primeiros a conquistarem o estreito de Messina, fundando Siracusa.

As colônias gregas muito prosperaram em seus territórios vastos e férteis. O trigo, azeite e vinho lá produzidos primavam pela qualidade e pela

abundância. Como cidades intermediárias, ligadas às metrópoles, sua riqueza é mercantil e artesanal, repassando os produtos da indústria metropolitana para oeste. Assim, é possível que os tecidos finos e coloridos de Mileto tenham alcançado a Etrúria por rota terrestre, no lombo de mulas. Já os carregamentos pesados de cerâmica certamente eram levados por mar, como atesta a arqueologia.

Os habitantes da Focéia, segunda maior cidade da Jônia, superada apenas por Mileto, são os últimos a ingressar na corrida marítima mercantil, e encontram as melhores localizações já ocupadas. A necessidade de ir mais longe em busca de bons postos é resolvida pela habilidade naval e os novos barcos compridos, não mais redondos⁴⁵, embarcações de 50 remadores e anteriormente reservada apenas à guerra. Os focenses, mais velozes, atingem, assim, o norte do Adriático e a cidade de Ádria. Em 549, no entanto, caem sob as armas persas. Quase um século mais tarde (494), será a vez da Jônia sucumbir ao domínio persa, seguindo-se as guerras médicas nas quais tombarão Maratona (490), Salamina (480), e Atenas escreverá uma de suas maiores glórias.

⁴⁵ BRAUDEL, *op. cit.*, pág. 251.

Em época mais tardia nos encontramos frente à segunda e verdadeira colonização grega, não mais determinada por movimentos migratórios, mas devida a motivos de caráter econômico e social. Do VIII ao VI século, pelo desenvolvimento demográfico e por razões econômicas, uma vez que eram escassas as planícies e terras férteis na Grécia, as populações dos centros mais importantes foram constringidas a emigrar para viver. Muito influíram também as causas políticas: as agitações para a queda dos regimes monárquicos, a vida agitada dos governos democráticos, as lutas contra os governos oligárquicos e os golpes de estado. O espírito de aventura e a audácia própria dos gregos sensíveis à configuração mesma de seu território ao reclame do mar, o desenvolvimento dos tráfegos marítimos, a decadência dos estados orientais, e a debilidade daqueles ocidentais facilitaram a difusão verdadeiramente imponente do povo grego.

As colônias eram guiadas por cidadãos privados que, abandonada a sua cidade, fundavam um novo centro de vida política, uniforme com os usos e tradições da pátria. Grande influência na história da colonização grega teve o oráculo de Delfos, que indicava aquele que deveria guiar os colonos e o investia de autoridade sacra.

Sob estes auspícios religiosos eram fundadas as colônias, nas quais continuavam a ser celebradas as mesmas festas religiosas das cidades-mãe. Afora este vínculo e aquele comercial, nenhuma outra ligação existia entre a colônia e a mãe-pátria. Somente com o V século houve colônias fundadas diretamente pelas cidades por decretos populares, as "clerúquias", que permaneceram em tudo dependentes das metrópoles.

Nem todas as colônias porém tiveram origem nas cidades da Grécia: muitas foram fundadas pelas próprias colônias, as quais chegavam assim a considerar-se a sua vez metrópoles de sub-colônias. O exemplo mais notável é

aquele de Mileto, a que devem as suas origens 80 colônias distribuídas ao longo das costas asiáticas do mar de Mármara e do mar Negro. É característico o exemplo de Siracusa que depois de 70 anos de vida fundou Acre em 664 e depois Casmene (624) e Camarina (594).

A Magna Grécia e a Sicília viram a mais ampla florescência de colônias gregas.

Tarento surge por obra dos Lacônios: Crotona, Síbaris, Metaponto foram fundadas pelos aqueus; Naxos, Catana, Leontini, Messena e Himera na Sicília, e as próximas Cumas e Nápoles, colônias calcídias; Locri Epizefiri foi fundada por lócrios; Corcira e Siracusa por Corinto; Megara Iblea e Selinonte por mégaros; Gela e Agrigento por rodenses. Os fócios se espalharam até Marselha e as costas da península Ibérica. Na África os dórios da Lacônia e de Thera fundaram Cirene, Barca, Tauquira e Euhesperidae.

Nas colônias em que o terreno o permitiu, observamos obras urbanas criadas segundo critérios muito claros.

Se a Metaponto do século VIII pouco nos diz com o seu perímetro irregular e uma ágora de forma elíptica, já as colônias do século VII apresentam nas suas planimetrias características definidas.

Neucrátide (Náucratis) e Marselha do século VII oferecem nas suas planimetrias uma bem definida rede viária de traçado ortogonal. Características em ambos são a aproximação e a nítida distinção da cidade grega daquela egípcia em Náucratis e da lígure em Marselha.

O esquema viário de Náucratis, de fundação mais antiga, revela já um

traçado viário que se intersecciona em ângulo reto, determinando quarteirões retangulares. O mesmo esquema se repete em Marselha, desenvolvendo-se com dois grandes eixos transversais hoje reconstrutíveis ao lado da cidade antiga, sobre a qual dominava a acrópole com os santuários. Um desenvolvimento particular dos conceitos ortogonais se encontra nas numerosas e longas quadras retangulares paralelas entre si e ortogonais ao porto.

Nápoles, surgida pela ampliação em obra de colonos cumanos e atenienses sobre a antiga Partenope, fundada por calcidenses, apresenta, como variante do esquema ortogonal, quadras excepcionalmente alongadas (35 x 180 m). A regularidade do plano, que induz Nissen (?) a fazer de Nápoles uma contemporânea de Turi (450-440 a.C.), encontra respaldo em outras colônias itálicas do VI século; Beloch põe a fundação de Nápoles entre a metade do séc. VII e a metade do VI, e tal época encontra confirmação também na crítica de Lavedan.

Iguais princípios de ortogonalidade, unidos também por nítidos critérios de orientação se encontram no plano, seja mesmo de extensão mais modesta, da Pozzuoli pré-romana (VI séc.) e naquele de Paestum, colônia de Síbaris, no VI século; nesta última duas grandes ruas se cortam perpendicularmente no centro da cidade.

A acrópole de Selinonte na sua reconstrução do V século em esquema ortogonal baseado sobre um eixo longitudinal, interseccionado em ângulo reto por dois eixos transversais, revela ter sido fiel a um plano conceitualmente já ordenado desde sua fundação (séc. VII)

Pelos exemplos citados se pode notar como os traçados urbanos tinham muita analogia com os esquemas orientais em tabuleiro certamente penetrando

no mundo grego através da Ásia Menor e do Egeu. Porém, se bem que notável tenha sido a influência oriental, os planos ortogonais das colônias representam o fruto de uma reelaboração e adaptação às novas necessidades daquelas formas mais antigas, integradas com elementos próprios e característicos da civilização grega: pórticos, ágora, teatros, ginásios, templos.

Em breve tempo especialmente as colônias fundadas nas localizações mais felizes atingiram grande importância seja do lado comercial como do lado político e se desenvolveram notavelmente na retaguarda terrestre.

Siracusa, a mais rica das colônias gregas, instalada inicialmente na ilha de Ortigia, atinge a terra firme e, por razões de defesa, se estende notadamente no altiplano onde foram aplicados, anteriormente em Atenas, conceitos defensivos já em uso junto a povos orientais. A poderosa cinta de 27 km de perímetro, além de abraçar os vários bairros compreendia zonas agrícolas, oferecendo a possibilidade de hospedar em caso de guerra as populações agrícolas dos campos adjacentes com seus rebanhos.

Nas colônias, como se encontrou também para as cidades da Grécia, não foi dada grande importância construtiva às habitações; a dignidade arquitetônica foi expressa sobretudo nas construções das acrópoles, nos templos, nos teatros e em geral nos edifícios públicos. Os magníficos restos dos templos de Selinonte, de Paestum, de Cirene, os teatros de Siracusa e de Cirene mostram ainda hoje que importância teriam nos confrontos entre cidades.

Nas numerosas colônias fundadas pelos gregos que partiam das várias metrópoles e mais ainda na colonização jônica bastante uniforme e extensa, na qual Mileto primava com as suas 80 colônias, já se entrevê a formação do novo tipo planimétrico de cidade.

A Jônia entre os séculos VII e VI foi invadida por um espírito matemático, geométrico e astronômico muito provavelmente assimilado a partir de povos orientais e do Egito. A filosofia e a matemática, não descoladas de um destacado sentido prático, dominaram profundamente as outras ciências.

Estas características da especulação jônica aparecem muito evidentes seja na fundação das colônias, de Náucratis a Marselha, de Apolônia a Pozzuoli, seja em obras particulares de caráter público (pontes, galerias, obras hidráulicas e portuárias) de que temos testemunhos históricos.

Em 494 durante as guerras médicas, Mileto, centro da cultura jônica, foi tomada e destruída pelas tropas de Dario; a Jônia perde o seu prestígio e grande parte de sua prosperidade e muitos milésios encontraram asilo em Atenas. Este afluxo jônico na Ática precedeu e em um certo sentido informou o renascimento do mundo grego depois dada vitória sobre os persas (480). Atenas, conquistada a supremacia do Egeu, ressurgiu nos seus edifícios públicos e privados, bem munida de muralhas e de fortificações; uniu-se ao Pireu, seu porto natural, à cidade com longos muros; constrói aí canteiros, lojas e a cidade em si do Pireu sob um plano pré-ordenado, por testemunho histórico, por Hipódamo de Mileto.

De Hipódamo fala Aristóteles na *Política* como de um filósofo, matemático, político, mas também de um teórico, que primeiramente estudou a "diáresis" da cidade. Ainda na *Política* contrapõe ao sistema antigo de traçado urbano irregular mas adaptado para a defesa, os sistemas novos e hipodâmicos. De particular interesse é a divulgação aristotélica das teorias político-filosóficas de Hipódamo, concentradas em número de três, pelo qual entre outros os habitantes (10.000) da sua cidade ideal deveria ter sido em três

classes: artesãos, agricultores, militares e o território urbano em terrenos sacros, públicos e privados. Estas repartições todavia não saíram do campo teórico ou pelo menos não encontram respaldo nos planos das cidades hipodâmicas e nem mesmo em documentação histórica referente a isso.

Outros autores (Estrabão, Esíquio Fócio, a Suida) dão notícia de Hipódamo e lhe atribuem de maneira segura o plano do Pireu ou somente da ágora e os planos de Turi e de Rodes. O tempo de execução das duas obras maiores (Pireu 479, Rodes 408) torna impossível uma concordância cronológica, dessa forma se tende a atribuir-lhe somente o Pireu.

As descrições de Xenofonte e aqueles poucos elementos da topografia do Pireu que vieram à luz (três artérias longitudinais e uma transversal) são suficientes para compreender como prevalece de modo absoluto o traçado ortogonal, se bem que o terreno sugerisse a aplicação de um tipo mais adequado à sua configuração. O mesmo vale para a cidade de Turi fundada pelos sibaritas em 443 a.C. como uma nova metrópole, uma das mais tardias colônias gregas do ocidente, considerada por Péricles como testemunho de reconciliação nacional de todos os gregos. Se não é obra pessoal de Hipódamo, que todavia contava entre os habitantes, foi porém traçada segundo normas hipodâmicas. Segundo o testemunho de Diodoro, a cidade era cortada por três largas vias transversais e por quatro longitudinais. Verossimilmente o traçado deveria ser em xadrez e a cidade dividida em 12 bairros, correspondendo, segundo Lavedan, a 10 tribos de diversas estirpes gregas, a um bairro sibarita e um destinado aos edifícios públicos.

Também o plano antigo de Rodes (fundada pelo sinecismo das três aldeias de Lindos, Ialysos e Camiros) que se pode facilmente reconhecer no traçado da cidade atual, revela, mesmo nas sobreposições sucessivas, um plano em xadrez, que justifica a atribuição a Hipódamo referida por Estrabão.

Os princípios teóricos por muito tempo atribuídos a Hipódamo e que se podem reconstruir através dos escassos acenos de Aristóteles, Platão, Xenofonte, Demóstenes e Vitruvius consistem, como sugere Cultrera (?), nos seguintes pontos:

1) Planimetria mais ou menos regular em que prevalecem esquemas retangulares com coordenação recíproca na orientação dos edifícios.

2) Introdução de ágoras fechadas e porticadas com eventuais propileus.

3) Coordenação entre os diversos edifícios públicos de modo a formar uma unidade orgânica e harmônica.

4) Sistematização em terraços dos terrenos acidentados e ligação dos vários desníveis mediante arquibancadas e escadas.

Alguns destes princípios não representam uma novidade, uma vez que foram largamente aplicados na Jônia (na própria Mileto, reconstruída em 479), em época anterior no Egito e na Assíria, e de forma embrionária separadamente também na própria Grécia. Por isso se poderia considerar Hipódamo um divulgador de conceitos já vigorando na prática como o foram Vitruvius para a arquitetura romana e Vignola para a do séc XVI. A afirmação do novo endereço que provocou a verdadeira mudança no aspecto do conjunto da arte edilícia, se torna individual no complexo dos edifícios públicos intimamente ligados ao sistema das planimetrias regulares.

Com os critérios construtivos introduzidos se obtiveram, através dos recursos naturais do terreno, notáveis efeitos cenográficos (Argos, Cós, Cnidos, Priene) indubitavelmente tais a serem considerados quais elementos

fundamentais do novo endereço da arte edilícia e da estética urbana. Uma característica aplicação dos princípios hipodâmicos nos é oferecida por Olinto (432 a.C.) na qual predominam largas artérias longitudinais interseccionadas por vias transversais esparsas e equidistantes e onde a rede viária determina quarteirões cujo esquema se repete homogêneo e constante, impondo-se em parte também às exigências do terreno em barranco.

Do século V em diante as novas cidades foram traçadas com planta rigidamente ortogonal com vias paralelas e normais entre si, determinando quarteirões de forma geralmente tendendo ao quadrado (a relação entre os dois lados em Mileto se avizinhava de 4:3; em Alexandria de 6:5; em Cnidos de 5:4; em Priene 4:3; somente em Olinto ao lado de a quarteirões perfeitamente quadrados se encontram quarteirões caracteristicamente retangulares tendo uma proporção de 16:7). O terreno mais ou menos inclinado não influi sobre a ortogonalidade do traçado urbano.

O esquema todavia extremamente rígido e pouco "humano" é às vezes mitigado por concepções compositivas arquitetônicas assimétricas e plasticamente movimentadas refletindo o gosto e o espírito dos gregos.

As muralhas eram erigidas depois da implantação da cidade e não em estreita coordenação com a rede viária mas seguindo a orografia da zona como em Mileto, Cnidos, Priene, Éfeso, ligando cristas e penhascos de modo a integrar e aumentar as defesas determinadas pela natureza do terreno.

Os filósofos querem assentar a criação e a organização da cidade sobre bases científicas e racionais. Aristóteles na sua *Política* expõe as várias necessidades que deve satisfazer uma cidade: higiene, circulação, defesa, e mantém oportuno que as cidades sejam localizadas em locais tais que permitam contatos com o continente e com o mar em posições dominantes.

Entre outros exprime o parecer que seria necessário ter cuidado não só de cingir as cidades de muralhas mas também prover que estas sejam ornamento para o *habitat* e ao mesmo tempo correspondam às exigências guerreiras, sobretudo àquelas produzidas por novos meios de ataque. Considera justa a maneira hipodâmica acerca da disposição das casas, enquanto defende o sistema antigo para fins de segurança em caso de guerra, por que "a cidade era inacessível ao inimigo e não era fácil para os assaltantes, quando aí tivessem penetrado, se situar nas ruas". Por isso segundo Aristóteles ocorre que a cidade participa de um e de outro sistema e por esse escopo não se deva dividir toda simetricamente, mas somente em certos pontos e bairros. Isso faz supor, como diz Lavedan, que Aristóteles recomende dividir a cidade em compartimentos independentes e separados.

O filósofo afirma além disso ser oportuno reunir os templos e os edifícios públicos no coração da cidade, junto à ágora, que porém não deve servir também para o mercado. As lojas e tudo aquilo que é indispensável ao mercado devem ser reagrupadas adjacientemente à sua praça, colocada na periferia em local facilmente acessível e oportunamente sistematizado para a circulação. Os critérios de urbanística moderna acerca do "zoneamento" são já uma teoria para Aristóteles, que entrevê uma ordenação que consigne a toda função os elementos e o melhor local.

Pelo espírito individualista dos gregos não parece porém que se tenha podido verificar uma classificação e especificação de bairros, exclusão feita para as ágorai, as acrópoles e os reagrupamentos de edifícios públicos em gênero. Temos todavia testemunhos de uma clara subdivisão de bairros em Siracusa, em Delos e de uma diferenciação étnica em Turi

Também os médicos ditaram normas: Hipócrates foi o primeiro a indicar no

seu "*De ære, aquis, locis*" a influência do clima não só sobre a saúde individual mas também sobre o caráter dos povos e aconselhou localizar as cidade em terrenos expostos ao sol levante. Sugeriu estradas que se cortassem em ângulo e orientadas, para melhor insolação e ventilação, segundo os pontos cardeais. Cnidos, Heracléia sobre Latmos refletem claramente estes princípios.

A instituição dos astínomos adeptos ao decoro e ao bom funcionamento da cidade, prevista por Platão, atualizada ao tempo de Aristóteles e enfim desenvolvida em época helenística (Pérgamo) demonstra, como bem observa Lavedan, que a ópera dos filósofos consistia na preparação dos espíritos a aceitar restrições ditadas pelo interesse coletivo.

O período macedônico-helenístico vê um extraordinário florescimento de cidades, mas no campo urbanístico são sempre os mesmos esquemas hipodâmicos que se repetem seja mesmo com diversas aplicações e algumas variações, que porém não constituem elementos determinantes.

Somente Pérgamo, criada seguindo o critério de adaptação à natureza do terreno, pela sua afortunada e particular localização que sugeriu e favoreceu sábias disposições cenográficas, constituem um exemplo único e insuperado no seu gênero, que exprime o puro e verdadeiro espírito da urbanística grega.

Alexandre Magno fundou 70 cidades das quais muitas prosperaram e até hoje conservam elementos de seus antigos traçados. O nome dos Selêucidas é ligado à fundação de numerosas cidades que portam o nome de Selêucia, Antióquia, Apaméia, Laodicéia.

Alexandria no Egito, construída segundo projeto de Dinócrates de Rodes (333) serviu de modelo a muitas cidades. Estrabão exaltou a

regularidade do seu plano e a amplidão das suas ruas, e de modo particular aquela via Canópica que representava o eixo longitudinal ornado de pórticos e com cerca de 30 m de largura. (Geralmente nas cidades de esquema hipodâmico as ruas não eram muito largas: Mileto, 4/4,5 m; Pireu, 5,5 m, a principal 14,5 m; Olinto, 5m, as principais 5,8/9,2 m; Priene, 3,2/4,4 m, as principais 6/7 m). A cidade romana do II século segundo Noak (?) deve ter se sobreposto ao esquema em xadrez daquela de Alexandre.

Particularmente interessante é a cidade de Priene, construída na Jônia sobre um terreno em declive com um traçado extremamente regular de ruas ortogonais, tendo duas características diversas. Aquelas principais longitudinais seguiam as linhas de nível enquanto aquelas transversais, pela sua inclinação, desciam em escadarias na direção do Meandro. Os edifícios públicos mais importantes dispostos sobre planos em cotas diversas, ofereciam um efeito cenográfico imponente e grandioso.

Segundo testemunhos históricos a reconstrução de Tebas, por obra de Cassandro e de Sícion por obra de Demétrio Poliorceta, haviam seguido somente os esquemas ortogonais, que devem também ter sido aplicados na fundação de Salônica. Tais esquemas encontramos difundidos também na Ásia a testemunhar a extensão do império macedônico, como em Dura, cidade de Nicanor sobre o Eufrates, e no bairro de Sirkap em Taxila sobre o Indo.

A aplicação helenística da tipologia hipodâmica caracterizou a urbanística do IV século a.C. até a afirmação da potência romana no oriente, encontrando a sua lógica justificativa na praticidade que ela demonstrava não só na implementação dos planos mas também na sua fácil atuação. Esta tipologia difundida em larga escala no mundo helenístico tem verdadeiramente o caráter e os limites de uma unificação, que encontra o seu respaldo nas outras expressões não só da arte mas de toda a civilização helenística: da

língua à literatura, da filosofia à ciência.

As expressões da urbanística helenística são um reflexo da nova política e da nova civilização instaurada no mundo grego ainda eficiente e ao mesmo tempo fundido com o mundo asiático. A civilização helenística se contrapõe com a sua estaticidade, própria de uma monarquia de tipo asiático, à irrequietude helênica e ao espírito individualista próprio das pólis; as formas coletivizadas se substituem às criações pessoais, o complexo urbano, como problema técnico, se sobrepõe às intuições artísticas particulares.

A implantação das cidades helenísticas podia praticamente ser realizada sem necessidade de mão de obra especializada e a criação dos complexos públicos, confiada a arquitetos áulicos, respondia a exigências celebrativas e a princípios de grandiosidade próprios dos regimes absolutos, fenômenos comuns à urbanística oriental e que reencontraremos sob outra forma nos exemplos romanos do império. Um grande mérito da urbanística helenística é o desenvolvimento dado aos serviços públicos da cidade, desenvolvimento devido certamente à evolução da civilização e aos novos problemas criados pelo funcionamento das grandes capitais. Estes serviços, já difundidos em época clássica e sobretudo em Atenas, atingiram uma perfeição que demonstra que peso tinha sido dado às funções sociais da urbanística. Prova disto é uma inscrição do final do I séc. d.C. encontrada em Pérgamo, que reproduz uma lei real do II séc. a.C. relativa às competências e às atribuições dos astínomos. O documento comumente chamado de "lei de Pérgamo" revela claramente como a autoridade do estado fazia prevalecer o direito público e assim o interesse coletivo sobre o direito dos particulares porquanto resguarda a tutela dos terrenos estatais, a manutenção e a limpeza das estradas, a circulação do tráfego e a viabilidade, a definição das propriedades privadas e denota claramente o cuidado posto no escopo de garantir o funcionamento dos principais equipamentos higiênicos (fontes, condutores, esgotos).

Com a constituição da *pôlis* o centro da vida política, o local de reunião dos cidadãos era representado pela ágora. Surgida inicialmente só para funções políticas, a partir do VIII século se torna também o local de troca e de comércio. A sua conformação planimétrica depende da natureza do terreno e nos seus primórdios não se identificou em um verdadeiro ambiente arquitetônico. A descrição da ágora homérica (escudo de Aquiles), cercada de cadeiras de pedra, pode fazer pensar nas praças para os espetáculos e reuniões da tipologia cretense. Com o tempo a ágora é enriquecida por pórticos e completada com edifícios públicos importantes. Os pórticos, onde se encontravam os mercadores com os seus bens e os cidadãos nas suas discussões, se tornaram os elementos dominantes.

As mais antigas (Atenas, Thera, Mantinéia) tinham um perímetro irregular, interrompido por ruas que para ali confluíam; os pórticos eram dispostos de vários modos e não se comunicavam entre si. As *ágorai* de Atenas, como se pode constatar pelas escavações, representam o tipo mais característico. Com o passar do tempo, um número cada vez maior de mercadores de todo gênero veio se estabelecer na ágora. A tal afluxo se opuseram legisladores e filósofos: Aristóteles propunha que os mercadores fossem expulsos da ágora, que deveria ser um local de reunião política. No VI século a assembléia do povo se transferiu para a Pnyx, entretanto as leis eram exposta na ágora, onde se recebiam as notícias mais importantes e se discutia os negócios políticos. No séc. V a ágora atinge uma fisionomia mais regular e composta; talvez pela necessidade de um andamento retilíneo e contínuo dos pórticos derivou o esquema retangular das *ágorai*, que encontrou a sua mais típica realização no grupo das *ágorai* de Mileto e na ágora hipodâmica do Pireu.

O tipo "jônico", caracterizado pela planta retangular uniformemente

orientada com relação ao traçado viário e pela unidade arquitetônica do perímetro interno, era atravessado por uma estrada traçada adjacente a um de seus lados maiores. Mileto, Cnidos e Priene oferecem os exemplos mais significativos deste novo arranjo. Em Mileto, como também em Priene, além das ágorai de caráter civil e comercial, existiam outras menores e adjacentes às maiores com funções particulares, por exemplo de caráter exclusivamente político ou comercial especializado.

Na era helenística se afirma a tendência a tornar a ágora completamente peatonal, arquitetonicamente representada por um porticado contínuo quadrangular e construída ao lado das vias mais importantes como organismo fechado sobre si mesmo. Com tais características notamos as ágorai de Pérgamo (cidade baixa), de Magnésia, de Heracléia sobre o Latmo, de Éfeso e de Delos (ágora da associação dos comerciantes itálicos). Algumas têm configuração irregular por causa do terreno, geralmente tendem à forma retangular em que a relação entre os lados varia de 2:1 a 5:4. A área central, que nos séculos V e IV era mantida desembaraçada e livre para as manifestações públicas, na era helenística, sempre pavimentada e mais baixa em alguns degraus do que os pórticos laterais, torna-se ornada de estátuas e de pequenos templos (Priene, Pérgamo ágora da acrópole, Magnésia).

Quanto à sua localização no complexo urbano, geralmente as ágorai nas cidades marítimas surgiam vizinhas ao porto (Mileto, ágora setentrional, Cnidos, Alexandria, Éfeso, Delos); nas cidades situadas em planícies ou sobre leves declives se encontrava no centro (Mantinéia, Priene, Magnésia); nas cidades desenvolvidas em zonas de colinas ou sobre terrenos acidentados surgiam vizinhas às portas principais, como na cidade baixa de Pérgamo.

...



Ur: o Etemenigur antes da restauração

7. - A difusão da variante cênica no segundo Império Universal

7.1 - A tensão polar bidimensional-tridimensional do espaço cênico aberto

Chegamos aqui ao cerne de nosso trabalho. Para compreender a revolução que a variante mediterrânea significou, foi necessário que a contrastássemos com os esquemas espaciais precedentes. Estes podem ser resumidos da seguinte forma:

- ambiente construído do dia a dia¹ do homem comum²: o casario denso indiferenciado ou casario disperso em uma paisagem semi-rural, organizado em partidos de enfiada de alcovas ou organizado pelo pátio interno fechado; também eram de freqüência aparentemente irrestrita alguns locais de valor sobretudo prático como as maiores vias de circulação, alguns largos na trama dessas vias, canais, cais de portos, pontes, portas;
- espaços edificados de uso coletivo: organizados por grandes objetos arquitetônicos como o complexo do templo ou do palácio; no caso do templo, restrições da ordem do caráter sagrado do terreno; no caso do palácio, restrições da ordem da possibilidade de acesso socialmente definida; ambos os casos envolviam edifícios organizados também em torno de átrios internos ou em grandes salas hipóstilas;

¹ É extremamente difícil tratar da idéia de cotidiano para a Antigüidade. Aparentemente a vida transcorria regulada, em termos temporais, pelos ciclos de plantio, estações do ano e calendários religiosos. No entanto sabemos que não se tratava da idéia contemporânea de repetição, vinculada ao trabalho industrial. (n. a.)

² É igualmente difícil conceituar homem comum em uma sociedade de diferenças. Aqui empregamos o termo em uma acepção moderna, de pessoa que não possui um estatuto diferencial de privilégio. (n. a.)

- imagem da cidade: dominada por alguns objetos arquitetônicos monumentais que normalmente só podem ser vistos, mas não acessados; relações de pertinência afetiva entre o espectador-morador da cidade e seu monumento.

A cidade grega inovou sobretudo ao apresentar outros ambientes construídos para a frequência do homem comum, pelo menos aquele não escravo. A forma quintessencial será a *ágora*, no mundo grego, reinterpretada de maneira bastante similar pelo *forum* no contexto latino: a idéia de um lugar de estar urbano, que não a própria morada.

O problema enfrentado e resolvido pela *polis* foi o de como compor o arranjo desse ambiente. Evidentemente os terrenos descampados, planos, já existiam na linhagem principal. Seu uso para trabalhos de maior porte como construções ou como praça de armas é preconizável. No entanto não eram elementos propriamente urbanos. A incorporação do vazio no tecido da cidade implicava significar materialmente uma arquitetura que integrasse a noção de uso e acesso coletivo do espaço.

Aparentemente a solução incorporou dois elementos de origem comum:

- a) a linguagem do átrio reinterpretada em termos de escala;
- b) o desmonte dos elementos circundantes do átrio.

De uma certa forma o pátio guarda elementos de coincidência com a praça. Se já havia - sobretudo no caso do átrio de grandes complexos palacianos e sacros - uma linguagem de tratamento para sua forma, é razoável supor que tenha havido um movimento de aproveitar esta experiência.

Dois excertos que reproduzimos abaixo tratam de como a arquitetura grega resolveu o tratamento destas questões:

*"O templo grego é o exemplo mais perfeito já alcançado de uma arquitetura que se realiza na beleza plástica. Seu interior importava infinitamente menos do que seu exterior. A colunata em sua volta não permite perceber onde fica a entrada. Os fiéis não entravam no templo para ficar horas em comunicação com a divindade, como fazem hoje com as igrejas. Nossa concepção ocidental de espaço teria parecido tão ininteligível para um homem do século de Péricles quanto nossa religião. É a própria plasticidade do templo que deve falar, colocada diante de nós com uma presença física mais intensa, mais viva do que a de qualquer outra construção posterior. O isolamento do Partenon ou os templos de Paestum, claramente destacados do solo em que se erguem, as colunas com suas curvas salientes, suficientemente fortes para sustentar, aparentemente sem esforço, o peso das arquivadas, dos frisos e frontões esculpidos - em tudo isso há algo de absolutamente humano: a vida, na inspiração mais brilhante da natureza e da mente: nada que choque, nada problemático ou obscuro, nenhuma mancha."*³

" ... Para criarem uma arquitetura monumental, os helenos poderiam ter escolhido muitos caminhos, ou melhor, muitos inspiradores...

No entanto, escolheram o caminho mais difícil: a elaboração de um universo arquitetónico inteiramente novo, que mais se harmonizava com seu espírito, partindo das experiências mais próximas: a planta da casa micênica com um grande **mégaron**, ou seja, a sala central rodeada de colunas, e os seus templos primitivos de madeira...estabeleceram que para cada uma das actividades artísticas principais (arquitetura, escultura, etc.) existiam regras objectivas, análogas às leis da natureza; e que o valor de cada experiência particular consistia na adaptação a essas regras...

Estas normas derivam de um decidido e rigoroso processo de selecção e delimitação dos problemas. Os arquitectos gregos começaram por concentrar os seus esforços num único sistema de construção, relegando resolutamente todos os outros para qualquer uso que não fosse o utilitário ou de escasso relevo arquitectónico. E escolheram o mais simples, o conceptualmente mais banal, o mais aparentemente limitado, o trilito, isto é, a combinação de uma laje horizontal com dois blocos de pedra que lhe servem de apoio. É o sistema dos grandes túmulos pré-históricos, os dólmenes...

Dado este primeiro passo, limitaram da mesma maneira drástica o tipo de edifícios que se deviam projectar. Ainda que as suas cidades tivessem necessidade de muralhas, de casa e palácios, de praças, de ruas e aquedutos, ainda que todas estas necessidades tivessem sido satisfeitas, a

³ PEVSNER, Nikolaus. *Panorama da Arquitetura Ocidental*, p.11

sua investigação apontou para um só tipo de edifício: o templo, a casa do deus.

E não só isto, mas a forma do templo, a sua planta geral, estandardizou-se, como hoje diríamos: um local para a divindade, a cela (naós em grego) de forma rectangular, em redor da qual se colocava uma série de suportes redondos, isto é, colunas. ...

A esta série de opções que, na prática, são limitações drásticas, acrescentaram uma invenção... Cada edifício construído com o sistema trilitico compõe-se de alguns elementos fixos...

Os gregos combinaram estas partes segundo regras gerais e pré-estabelecidas, o que depois tomou o nome de "ordem", e que não é senão uma combinação, segundo normas fixas, de elementos de base, elementos de suporte e elementos de remate.

Por outras palavras: aos gregos interessava-lhes muito o controlo do resultado final. Chegaram à conclusão de que não era possível obter bons resultados se cada arquitecto fosse obrigado, de cada vez, a pensar um edifício a partir do zero. Por isso encontraram maneira de sistematizar as experiências de cada arquitecto, ainda que tivessem trabalhado em lugares - ou tempos - muito distanciados entre si. Obtiveram este resultado utilizando, com fins representativos, um edifício-tipo, construído com uma técnica-tipo. E, para que os resultados pudessem ser transmissíveis e comparáveis, introduziram, na escala do material de construção (o bloco de pedra) e na do edifício acabado (o templo), um submúltiplo - um módulo, diríamos nós em tempos modernos - a ordem, com a qual, uma vez conhecida e determinada, se pode obter o templo pela simples soma dos elementos parciais."

É de se observar que os conhecimentos dos arquitectos clássicos incluíam um profundo sentido de material - dada até a exiguidade de meios - que passava por poder bem nomear as classes vegetais e minerais utilizadas. Tratava-se de um conhecimento antes qualitativo (ver Koyré) que quantitativo. Nós pensamos em termos numéricos, com unidades de medida, claramente evidente em expressões como GMS - grama, metro, segundo - ou "condições normais de temperatura e pressão". Em outros termos, olhamos para o projeto ou para a obra e vemos o peso em x quilos, as dimensões lineares em y centímetros, o tempo de execução em z horas, em tantos graus centígrados por tantas atmosferas ou kg por cm^2 . Eles, não; o pensamento geométrico substituíam o cálculo algébrico, muitas vezes eliminando a mediação numérica - para dividir uma linha reta, nós a medimos, ou seja, comparamo-la com uma escala previamente estabelecida, obtemos um número abstrato, dividimos essa

cifra por outro termo, expressão da quantidade de segmentos que se deseja obter, e, voltando à régua, aplicamos de volta uma grandeza imaterial à linha de onde partimos; no mundo geometrizado, essa operação se faz diretamente através de compasso, traçando arcos e bissetrizes, figuras no lugar de números. Da mesma forma, para eles, a visão das questões do canteiro se dava adjetivamente, em pesado e leve, longo e curto, demorado ou breve, quente e frio, abafado ou rarefeito, para usar o mesmo exemplo acima.

7.2 - Casos

Chegando ao cerne da pesquisa, cabe uma recapitulação de seus objetivos. O trabalho investiga as relações entre os espaços de uso coletivo e a rede de cidades em que eles se desenvolveram na antigüidade clássica. O enfoque principal é arquitetônico e urbanístico, ou seja, procura deslindar as lógicas de projeto que orientaram as construções. Isso equivale a dizer que a visada principal que guia a pesquisa é da ordem da experiência visual, buscando sempre os fenômenos materiais básicos que constituem a ação dos arquitetos: dimensões, massas, volumes, planos, articulações, etc. Ao mesmo tempo, ao analisar usos, funções e soluções construtivas, tento chegar a entendimentos sobre as práticas sociais geradoras a que correspondiam.

Esse é o ponto fulcral do trabalho, que o diferencia daqueles dos colegas de história ou arqueologia: ao olhar os espaços de uso coletivo da urbanização clássica, o que se procura destacar são as alteridades radicais entre os modos de conceber e concretizar as relações no ambiente construído hoje e então. Encontrar as essências que nortearam as escolhas e pensamentos dos seus autores, as matrizes objetivas através dos vestígios que chegaram a nós, princípios materiais da vida urbana dados pelos testemunhos arqueológicos e reconstituições históricas. Trata-se de uma poderosa ferramenta de projeto e planejamento: uma reflexão através da história da arquitetura de questões, se não similares, aparentadas entre si.

No caso, a questão contemporânea pungente que serve de contraposição ao caso da antigüidade é a suposta e tão propalada dicotomia entre o público e o privado em nossas cidades e construções. Em um momento em que cabe nos indagarmos se ainda existem praças vivas em uma conurbação desmesurada como a Grande São Paulo, e, se existirem, qual seu sentido e a quem se destinam; ou, ainda, em um momento em que estruturas particulares e fechadas como os condomínios ou os shopping centers se tornaram os principais pontos de encontros e trocas sociais para uma parte considerável da população, substituindo a praça e a rua em funções fundamentais da vida urbana, é lícito se perguntar se esse par antagônico ainda faz sentido. Alguns urbanistas tentam explorar a linha das distinções intermediárias, como os espaços semi-públicos ou os semi-privados, mas isso não parece suficiente. A principal regularidade observável em todas essas ocorrências parece ser o uso coletivo do ambiente construído, mais do que a questão da posse da terra. É o uso e o costume dele advindo que legitima a prática social, tornando-a possível.

Donde se explica nosso tema: dentre os diversos instrumentos de que os arquitetos e seus primos urbanistas lançam mão para desenhar, está a História da Arquitetura, evidenciando as lógicas de projeto de outros tempos e outras terras. A urbanização da antigüidade clássica greco-romana oferece uma oportunidade ímpar de estudo. A sua rede urbana era complexíssima e extensíssima, foi abundantemente pesquisada e está morta. Teve começo, por volta do século VIII a.C., atingiu seu ápice no segundo século de nossa era e se dissolveu por volta do século VII. Para aumentar ainda mais seu valor de contraponto, é aparentada à presente urbanização ocidental, sendo que diversas realizações antigas proporcionaram condições de possibilidade para as soluções desenvolvidas a partir do Renascimento. Serve perfeitamente para confrontação, para nos debruçarmos sobre ela e procurarmos centelhas de diferença que iluminem a nossa compreensão sobre o caso do presente. Hegel,

em suas *Lições sobre a História da Filosofia* afirmava que a história da filosofia seria um instrumento central no fazer filosófico por recuperar princípios essenciais que uniriam o passado e o presente da filosofia. No entanto, para atingir esse objetivo seria preciso fazer uma história da filosofia segundo um método filosófico. Parafraseando-o, é possível fazer arquitetonicamente uma história da arquitetura para encontrar operadores basais, as lógicas de projeto. Como os pensamentos dos autores de ontem na filosofia, em arquitetura as configurações espaciais de nossos antepassados não morrem, elas permanecem.

Dito tudo isso, começa a ficar mais claro o propósito aqui. A hipótese é que a rede urbana clássica funcionava tão bem porque era constituída por alguns espaços de uso coletivo, equipamentos urbanos encontráveis repetidamente em todas as principais unidades do conjunto, que funcionavam como verdadeiros atratores demográficos. Era literalmente nas cidades que se realizava a civilização. Entre os fragmentos (número 53) que nos resta da obra de Simônides (ca. 556 b.c.-468 b.c.), há uma asserção de que "a cidade é a professora dos homens", cerca de um século mais tarde adaptada convenientemente em um discurso por Péricles, segundo Tucídides: (ca. 460-ca. 399 b.c.) para "... nós (os atenienses) somos a escola da Grécia" (*História da Guerra do Peloponeso*). Isso demonstra que a noção do urbano como centro civilizatório era corrente.

No intuito de proceder a essa recuperação da lógica do projeto anteriormente citada, é interessante apresentar a metodologia de projeto hodierna antes de proceder a uma "engenharia reversa". Quando um arquiteto pensa em um projeto para um cliente, inicialmente ele estabelece um programa. É, em parte, este programa que pode ser recuperado através do estudo das lógicas de projeto: partindo do ambiente construído que vemos hoje, e auxiliados por um tanto de dados históricos de outras disciplinas, como

a arqueologia e a etimologia, podemos inferir, com razoável grau de precisão, as razões que presidiram às escolhas de seus proprietários, usuários e construtores.

A título de exemplo, como uma espécie de “calibragem” para melhor estabelecer contrastes, tomemos uma noção contemporânea. Em sociedades altamente especializadas como esta em que vivemos, o termo “escola” recobre um conjunto de sentidos distintos e bem característicos. De chofre, a primeira imagem que vem à mente é a do prédio escolar, materialização tipificada da prática social. Escolas fazem parte de nossa paisagem, como as igrejas, bancos, hospitais. E todos esses tipos de edificações têm uma configuração arquitetônica distintiva, facilmente apreensível visualmente, sem que seja preciso recorrer a textos explicativos, sejam orais, sejam escritos.

Qual é, então, a essência da configuração arquitetônica escolar ? As crianças sabem responder graficamente a isso quando desenham. Em particular, existe um verdadeiro paradigma dos desenhos infantis, a Little Greenbrier Schoolhouse, localizada nas Great Smoky Mountains perto de Gatlinburg, Tennessee. Ela foi construída em 1882 e preservada como um sítio histórico, pois essas escolinhas hoje extintas já foram comuns nas áreas rurais dos EUA no século XIX. Consistiam de uma só sala retangular coberta por um telhado de duas águas, algo similar ao próprio partido arquitetônico das casas dos pioneiros. Eram baratas, feitas de troncos de madeira, material abundante no local, e usavam o vocabulário técnico vernacular. Mas, diferentemente das habitações, o espaço interno é muito bem polarizado, orientado segundo um eixo. Em seus dois lados menores, à porta se opõe a lousa. Quem entra vê a lousa, e quem dá as costas à esta - normalmente o professor - vê quem entra. Os dois lados maiores confirmam e ratificam essa impressão: há janelas em ambas as paredes, provendo a luz indispensável à leitura; ao mesmo tempo, sendo iguais, estabelecem um campo anódino, como que emoldurando a cena.

Sem que seja preciso dizer ao visitante (salvo, claro, se se tratar de um estrangeiro sem contato prévio com a cultura ocidental), este infere que neste recinto há frente e fundo, e que o espectador deve atentar para o que vai se desenrolar na frente. A leitura visual fica mais reforçada ainda pelo mobiliário: estas escolas geralmente já vinham aparelhadas com carteiras e uma mesa para o mestre, polarizando definitivamente o eixo visual para frente e para o centro, ponto focal onde se instalava o saber.

Toda nossa noção moderna de escola está aí em sua quintessência. Escola é uma congregação de pessoas em um recinto coberto, com luz, contendo algum mobiliário e certos instrumentos ou ferramentas (utensílios) específicos. O programa exige que haja um local focalizado central, e suportes para a escrita (para todos, a lousa; individualmente, as carteiras). O resto é acessório, incremento em conforto, praticidade e eficiência: um prédio grande, muitas salas de aula, laboratórios, quadras, etc. Mas a função básica foi muito bem realizada pelos pioneiros americanos e expressa por desenhos de crianças: uma casinha onde os alunos vão se reunir com um professor, ler e escrever coisas. A noção, apesar de fazer parte das atividades do corpo social, é algo apartada do quotidiano mais comezinho, é uma especialidade: o prédio é especial, as atividades que nele se desenrolam são especiais. A educação, enfim, é algo especial, uma especialidade, uma especialização. Vai-se à escola para angariar conhecimentos que permitam ganhar a vida, e mais tarde, talvez, aprender uma profissão. A educação não é um fim, é um meio.

Não era assim na cultura antiga. Apesar de destacarmos principalmente alguns casos - Atenas e a Ática do IV e III séculos a.C. para o exemplo grego clássico, Alexandria para os reinos helenísticos e a Roma de Adriano - podemos afirmar que, em uma visada de longa duração e grande extensão, é possível estabelecer um quadro geral com razoável segurança a partir dessas amostras. A matriz educacional antiga era grega, e ateniense. Como o poeta

Horácio declara (ep. 2, 1, 156), *graecia capta ferum uictorem cepit*: a cultura romana seguirá o modelo grego. Portanto, uma vez que o princípio helênico presidia, basta segui-lo para apreender o conjunto. Platão afirma no *Protágoras* (326.b), "em toda parte a vida do homem tem necessidade de harmonia e de ritmo". O ideal de educação grego era holístico, avesso a oposições ou conflitos; o fim da educação grega era a cidadania, não a sobrevivência. Buscava-se ser um bom cidadão, um bom grego, mais tarde um bom romano, e por fim um bom cristão. A idéia de *areté*, mérito, virtude, presidia uma espécie de formação de caráter. Diferentemente de hoje, o mundo escolar não estava à parte do resto da vida social, e prova disso são os inúmeros exemplos da desejável convivência entre os homens adultos e os jovens. A idéia de escola, portanto, não era nem de um prédio, nem de uma etapa a ser superada, assim como a infância, coisas apartadas do mundo dos adultos sérios. Era uma instituição social esteticamente definida, congregadora.

Aí temos uma primeira aproximação da conceituação clássica de escola e de educação, portanto uma primeira pista para entender como essas relações se materializavam em ambiente construído. Mas há ainda diversas restrições que se deve ter em mente. Primeiramente, uma questão de gênero. Entre os gregos, praticamente só os meninos recebiam instrução. No caso dos latinos, as meninas parecem ter tido alguma instrução primária, mas, de forma geral, somente o sexo masculino era digno de aprendizado. Depois, há a questão da distinção entre os habitantes de uma cidade: cidadãos, estrangeiros e escravos constituíam categorias muito bem distintas, com acessos e restrições claramente definidos. Por exemplo, em Atenas, unicamente o ginásio do *Kynosarges* permitia o ingresso de metecos. Quanto aos escravos, obviamente não se pensava em dedicar-lhes qualquer tipo de educação. Mesmo entre os cidadãos, havia ricos e pobres; tendo em vista que os professores eram quase sempre pagos pelos pais de seus pupilos, a restrição à educação aumentava

ainda mais. Isso limitava o nível de estudos, que *grosso modo* se poderia dividir em básico, médio e superior. A formação profissionalizante, de aprendizes era relegada à prática nos ateliês, em uma relação com um mestre de ofício.

Donde se conclui que a formação do cidadão grego visava pouca gente, meninos filhos de cidadãos e relativamente abastados, e com um fim muito específico: formar homens capazes de discutir e decidir "politicamente" os destinos da *pôlis*. O universo dos romanos não se diferenciava muito disso. Mas ainda há outras características específicas da educação clássica que ditaram a configuração de seus espaços. A questão da oralidade não pode ser desprezada; em que pese o uso corriqueiro da escrita, a aprendizagem por via do ouvir, repetir e memorizar desempenhava um papel predominante. discursar, convencer pelo bom uso do verbo era um dom inestimável, tanto nas assembléias quanto nos tribunais. entre os romanos, mesmo o comando militar podia depender da habilidade oratória. É nessa chave também que se deve entender a demonstração de teoremas, a aritmética, os jogos verbais dos sofistas.

Por outro lado, a leitura tinha predominância sobre a escrita. Em um trabalho relativamente recente, a pesquisadora norte-americana Raffaella Cribiore⁴ demonstrou que o primeiro objetivo da alfabetização era possibilitar ler. Muitas vezes, a habilidade de escrita dos indivíduos limitava-se a escrever o próprio nome. Portanto, as crianças não tinham a mesma necessidade das atuais de dispor de elementos de suporte para escrever, com conseqüências dramáticas para o espaço da aprendizagem.

Por fim, o universo de atuação do cidadão englobava pelo menos três campos interrelacionados: o da administração da *pôlis* ou da *res publica*, a

⁴ ("Writing, teachers, and students in graeco-roman Egypt". *American Studies in Papyrology*, 36 . Atlanta: Scholars Press, 1996.)

política, exigindo retórica, capacidade argumentativa, filosófica; a ação militar, implicando a construção do corpo belo e são pela ginástica e pelos jogos; e a função religiosa, tanto privada quanto pública. Não devemos esquecer que, em sua origem, também o teatro era uma celebração coletiva.

Qual o denominador comum espacial dessas particularidades todas ? A idéia de reunião, de congregação já expressa pelo verbo grego *agorêuo*, falar em público, em assembléia. Na *Ilíada*, várias vezes os heróis convocam uma *ágora*, ou seja, uma reunião. Conseqüência espacial: para comportar uma grande quantidade de homens, é necessário um grande espaço aberto, desimpedido. Apesar de etimologicamente ter uma origem completamente distinta, o *forum* romano preserva o costume. As decisões e negociações se fazem pelo diálogo em lugares abertos, prática aliás condizente com o clima ameno do Mediterrâneo. Como a educação estava intimamente ligada ao exercício da cidadania, não é de se espantar que os locais abertos fossem a marca da escola, como expresso no termo *aulé*, pátio, casa, de onde deriva a aula latina.

Se a idéia de espaços abertos para reunião é uma matriz típica do mundo greco-romano, oposta, por exemplo, ao costume iraniano (medo, persa, parta) de reunião em ambientes fechados - preservado, hoje, nas cidades islâmicas, sem praças - sua complementação é a edificação de pátio central. Há, tipologicamente, duas formas básicas de habitação: uma que corresponde a uma sala com janelas abertas para o exterior, usada no norte agrícola da Europa, e outra de muros cegos, onde se penetra por uma porta única em um vazio para o qual dão os cômodos. É o modelo usado no Mediterrâneo e no Oriente Próximo.

Praticamente toda a arquitetura greco-romana corresponde a um jogo entre essas duas geratrizes. A *ágora*, o *forum*, o anfiteatro, o estádio e o

hipódromo, descontadas modificações de desnível, são espaços abertos quase que puros. A casa e os pórticos (*stoai*) correspondem a essa cercadura clássica. As basílicas romanas são uma outra invenção, mais tardia, mas no fundo são formas de se circunscrever praças em um ambiente coberto: a ausência de suportes intermediários difere muitíssimo do tipo de local de reunião da *apadana* hipóstila de Persépolis.

Dado que a idéia de escola não corresponde a um só tipo de edifício, mas a vários, ocorrendo praticamente em toda a cidade, devemos encontrar os espaços onde sua função acontece. O ensino básico, de leitura, rudimentos de aritmética e música poderia se dar em qualquer lugar: um cômodo de uma casa, uma loja desocupada, um pórtico sombreado ou o canto de uma basílica, o pé de uma árvore frondosa. Mas, tendo em vista que a formação do cidadão incluía não só a capacidade retórica pura mas também a capacidade corporal de sedução e defesa do estado, a noção de "*kalôs kaí agathôs*", ser bom e belo, o cultivo físico tomava grande parte do tempo dos alunos. Essas atividades se desenvolviam no que de mais próximo havia na antigüidade clássica da concepção moderna de escola: os ginásios e palestras, em que pese que talvez a melhor tradução de seu sentido fossem os nossos clubes sociais. A palavra *gymnásion* pertence à família de *gymnos*, nú, e *gymnásdo*, ficar nú para praticar exercícios; já *paláistra* relaciona-se com *paláio*, lutar. Sua configuração espacial era a de um terreiro arenoso onde se praticava luta, envolvido por uma série de colunas - um peristilo - para o qual se abriam pequenas celas que serviam de vestiário, local de armazenamento de material usado nos exercícios e salas de descanso e conversa. As palestras eram muitas vezes privadas, e de menor tamanho; os ginásios podiam também incluir a pista de corrida e um descampado para os saltos e arremesso de disco ou dardo. Atenas possuía três desses ginásios, a Academia, o Liceu e o Cinosarges, todos fora das muralhas e, aparentemente, ocupando grandes áreas

arborizadas destinadas também ao passeio. É oportuno lembrar das conversações peripatéticas de Aristóteles.

O ginásio grego adquiriu um estatuto importantíssimo ao ser escolhido como local favorito de filósofos à cata de discípulos. Constituíram verdadeiras irmandades com toques secretos. A sua importância na cultura grega e helenística pode ser avaliada pelo fato de que, em Alexandria, localizava-se no cruzamento das principais vias da cidade, e seu "diretor", o gimnarca, era uma espécie de prefeito da comunidade. Os latinos adotaram seu modelo, também por via alexandrina, convertido em banho público, e mais tarde, termas. Não é à toa que o átrio de um banho público se chamava palestra.

Além desses espaços específicos para a prática física onde também se desenrolavam conversações de viés intelectual, a formação do jovem grego e latino se fazia na frequência à praça pública e ao teatro. Pausânias diz que é possível reconhecer uma cidade grega por ter teatro. Na *ágora*, normalmente havia pórticos - uma espécie de adaptação do conceito de peristilo envolvendo um átrio, mas aqui estendido como galeria única - onde também se debatia política, filosofia além de outros assuntos sérios ou amenos. A denominação de estóicos deriva daí. O perambular discutindo por espaços de encontro abertos fazia parte integrante de ser cidadão e de participar da vida da cidade. O mundo romano preservará boa parte destes costumes, adaptados para seus fora, basílicas, hipódromos, anfiteatros e termas.

Isso, em essência, resume a vitalidade dos espaços coletivos das cidades da rede ao redor do *Mare nostrum*, o Mediterrâneo. A idéia de escola, educação ou cultura integrava-se neste estado de coisas, em que não havia propriamente oposição entre o coletivo e o individual, mas complementação, assim como não havia inimizade entre o rural e o urbano. Encontrar a escola nesse mundo passa por se dar conta que o termo grego *skholé* se traduz por

ócio, similar ao *otium cum dignitate* latino, a possibilidade privilegiada de se dedicar às coisas da mente, planejar, ter um sentido de organização para o governo da sociedade. A formação se dava integrada ao mundo, não apartada dele, e se espraiava não só pela cidade, mas pelas cidades.

7.3 - A oikoumene

Báctria



A Báctria, ou Bactriana, antiga e fértil extensão de terras⁵ que circunscrevia o território compreendido entre as montanhas do Hindu Kush (Paropamisus) e o Amu Darya, antigo rio Oxus, espraindo-se pelo Afeganistão, Uzbequistão e Tadjiquistão, foi a principal herdeira dessas *polites*. A Báctria foi particularmente importante entre 600 a.C. e 600 d.C.

⁵ *Op. cit.*, vol. 1, pág. 779.

(provável submissão por Ciro II), como região de passagem e comércio terrestre entre o leste e o oeste, mas também zona de transição de idéias religiosas e artísticas. As primeiras referências à Bactria são aquemênicas.

Yeu-chi e Kushanas

Pouco antes de 128 a.C., o domínio grego do Indo-Kush foi ameaçado por um povo, provavelmente iraniano, conhecido pelos chineses como Yeu-chi, tendo os gregos, logo em seguida, passado a pagar tributos àquele povo que, posteriormente ocupou a Bactria. A região foi dividida em cinco senhorias, uma das quais dos Kushana (Kuei-shuang). Os Yeu-chi submeteram a maior parte do norte do Subcontinente Indiano, Afeganistão e partes da Ásia central, durante os três primeiros séculos de nossa era.

A Dinastia Kushana⁶ descende, ao que tudo indica, dos Yeu-chi. No primeiro século d.C., os kushana da Bactria estenderam seus domínios até o noroeste da Índia e unificaram o reino de Yeu-chi. No século I d.C. o Reino Kushana atingiu seu apogeu, tendo sido reconhecido como um dos quatro maiores poderes da Eurásia de seu tempo, a par da China, de Roma e da Pérsia. Os kushana foram os principais responsáveis pela disseminação do budismo na Ásia central e na China. Tornaram-se prósperos pelo comércio, sobretudo com os romanos, como demonstram os tesouros acumulados em moedas de ouro. Tais moedas exibem a efígie de divindades gregas, romanas, iranianas, hinduístas e budistas, e trazem inscrições em caracteres adaptados gregos. Depois da ascensão da Dinastia Sassânida no Irã e de potentados locais no norte da Índia, o poderio kushana entrou em declínio.

⁶ *Op. cit.*, vol. 7, pág. 46.

Reino do Bósforo

O reino do Bósforo⁷, também chamado de Bósforo Cimério, era um antigo Estado grego situado no que hoje é o sul da Ucrânia. Alcançou seu auge no século IV a.C.. Sua maior cidade chamava-se Panticapaeum, à qual se anexaram outras colônias gregas durante a Dinastia Espartocida (438-110 a.C.), por exemplo Ninfeu, fundada na região entre os séculos VII e VI a.C.. Depois da segunda metade do século V a.C., a influência ateniense intensificou-se entre as cidades do reino Bósforo. Atenas controlou o comércio local até 404 a.C. e permaneceu o principal vínculo comercial do Bósforo ao longo do século. Os espartocidas acabaram com a pirataria no mar Negro pela administração do comércio de grãos, peixe e escravos, permitindo ao comércio do Bósforo que prosperasse. O declínio financeiro e político da dinastia em meados do século III a.C. e depois de 110 a.C. os reis do Ponto controlaram a região. Uma nova dinastia estabeleceu-se no primeiro século da Era Cristã e reinou por 300 anos, sob proteção do Império Romano.

Margiana e Transoxiana

Cabe mencionar ainda, Margiana e Transoxiana. A primeira ficava na região do Uzbesquistão, a 30km a norte da cidade de Fergana. era uma cidade do segundo ou primeiro século antes de Cristo, quando um ramo da Rota da Seda em direção à China passava pelo vale de Fergana. a segunda, Transoxiana, ficava na região histórica do Turquestão, na Ásia central, a leste do antigo rio Oxus, o que corresponderia a parte do atual Uzbequistão e partes do Turquemenistão e Casaquistão.

⁷ *Op. cit.*, vol. 2, pág. 402.

Italiotas: a cidade Villanoviana

Não parece inoportuno, antes de considerar o urbanismo dos etruscos, recordar a civilização Villanoviana, uma das mais importantes da primeira idade do ferro, à qual se deve a constituição inicial de agremiações estáveis na Emília, na Etrúria e no Lácio.

Com o nome de villanovianos, derivado de uma importante estação encontrada perto de Bolonha na localidade de Villanova, se designam aqueles povos afins ou identificáveis com os úmbrios, que cerca de 100 a.C. se estabeleceram em torno de Este e em Bolonha até Ancona e Civitavecchia. Povo de incinerantes e paraticantes do uso do ferro, aprenderam no séc. VIII, provavelmente pelas pessoas com quem se encontraram em contato o uso da inumação. No séc. VII e VI tiveram relações com os etruscos. A civilização Villanoviana-Falsínea, desenvolvida entre o Panaro e o mar Adriático (Rimini-Verrucchio) pode ser considerada típica.

Sem dúvida os restos dessa civilização melhor conhecidos e de grande interesse histórico são aqueles encontrados em Bolonha, os quais testemunham as características principais dos agrupamentos urbanos formados espontaneamente ao longo das estradas já existentes de grande comunicação, sem nenhuma obra de defesa coletiva, agrupamentos que se devem nitidamente distinguir das terramare e das cidades dos etruscos.

Em 1872 durante os trabalhos de escavação dirigidos pelo eng. Zannoni para os esgotos de Bolonha, dentro dos limites da antiga **Felsina** se descobriram traços da Bolonha Villanoviana, compreendendo agrupamentos de cabanas circulares e elípticas distribuídas ao longo de estradas retas orientadas leste-oeste e outras normais a estas; a maior leste-oeste,

constituindo o eixo da cidade, tinha 5,5 m de largura, tinha ainda traços de carroças puxadas por burro, regularmente pavimentada com leito de seixos e argila batida da espessura de 0,5 m e pequenas fossas laterais.

Em Bolonha encontramos pela primeira vez na Itália e, se quisermos excluir a civilização celtíbera, pela primeira vez na Europa um plano determinado pelas vias expressamente construídas e não pelo alinhamento das casas. Todavia a Bolonha Villanoviana deveria surgir, como havíamos dito, ao longo da grande estrada leste-oeste pré-existente ou pelo menos contemporânea dos túmulos mais antigos que a flanqueiam e tal estrada finda por constituir o eixo do plano inteiro. Querer ver um decumano em tal eixo pode ser sedutor mas não comprovado pela realidade dos fatos, mesmo se a planta retangular, o traçado das vias e a sua pavimentação apresentam analogias com usos etrusco-romanos.

Com relação às escavações executadas entre as Due Torri, Porta S. Isaia, Porta Saragozza e a Arena del Sole, é possível inferir que a zona habitada ocupasse uma área de cerca de 300 hectares. A teoria de Ghirardini para quem a Bolonha Villanoviana não teria sido senão uma reunião de vilas e a teoria de Grenier que a identificou como cidade única (opinião esta mais comumente aceita) podem também concordar se se admitir que a cidade devesse ter caráter extensivo, com zonas habitadas intercaladas com zonas agrícolas e de pastos. O número presumível dos habitantes, fixado por alguns em cerca de 20.000, pode representar assim um índice válido mas cientificamente tendendo a discutível.

As necrópoles villanovianas eram dispostas externamente à cidade. Em Bolonha a necrópole mais importante se desenvolvia nos lados da estrada principal fora da atual Porta S. Isaia em direção a Certosa; uma segunda surgia a oriente das Due Torri, ao longo mesmo da estrada principal e outra, sempre

externamente à zona habitada, ao longo de uma estrada normal à principal. Um critério de distribuição das necrópoles fora da zona habitada análogo foi mesmo encontrado no coevo centro de Este.

A civilização Villanoviana entra na esfera da obscura proto-história itálica e demonstra, ao lado de cercas e mesmo de sistemas circulares próprios dos Faliscos, entre os quais recordemos Monterado, a existência de formas quadrangulares, já encontradas nas terramare. Daí a teoria em um certo sentido justificada de que os villanovianos fossem até derivados etnicamente dos terramarícolas.

Considerando os exemplos villanovianos dentro do limite fixado pelas escavações e pelos estudos paleoetnológicos, sem assim querer tirar deduções arriscadas do escasso material a nossa disposição, é lícito definir historicamente os exemplos como uma forma de transição, usando o termo no sentido mais lato, entre as terramare e o urbanismo etrusco.

Etruscos

Os estudos propriamente urbanísticos com respeito aos etruscos são geralmente prejudicados pelo preconceito da tradição de Heródoto, seguida não somente pelos eruditos gregos mas também por um encaminhamento histórico relativamente recente: isto é, a concepção de que os etruscos seriam um povo imigrado por mar do oriente para a Itália.

Frente à velha teoria se afirmou uma outra: aquela da proveniência para a Itália pelos Bálcãs através dos Alpes, proveniência tão antiga que justificaria aos seus seguidores a apelação de autoctonistas. Eles fazem remontar o estabelecimento etrusco na Itália ao ano 1.000 a.C., isto é ao início da civilização villanoviana. Beloch, Antonelli e Ribezzo (?) pensam que os etruscos descendem de populações locais influenciadas pela civilização sucessiva ariano-italica-villanoviana. Pareti, Devoto e De Sanctis são de parecer que os etruscos devem de direito identificar-se como villanovianos, e assim etnicamente com os palafíticos e terramarícolas.

Frente a tais asserções é lógico também para um estudo de caráter geral por novamente em foco o problema não tanto para tirar novas conclusões sobre a consistência e o aporte da urbanística etrusca (que naturalmente nos fala sempre com a mesma linguagem, ao menos naquilo que diz respeito ao estado atual das pesquisas arqueológicas) quanto para não criar deduções arriscadas sobre a origem de tal urbanismo.

O caráter profundamente religioso que informa o ato de fundação das cidades etruscas recorda usos generalizados no oriente; a ortogonalidade dos planos, os critérios de orientação e de limitação manifestam evidentes analogias com os esquemas orientais e por fim a técnica do trabalho com a pedra, o uso do arco e da abóbada, as tumas em túmulo em *tholos* em câmara

encontram respaldo em sistemas similares em uso no oriente. Todavia o aporte do oriente no urbanismo etrusco, a que se quer dar hoje uma importância excessiva, pode ser um longínquo substrato se não aquisição de um conjunto de coincidências casuais se se pensa sobretudo nos contrastes e nas afinidades das civilizações mediterrâneas pré-históricas e proto-históricas.

Pareti (?) observa que nos ritos fúnebres e religiosos na vida agrícola e econômica dos palafíticos se retraçam evidentes premissas da vida etrusca e no que tange o nosso campo, como as palafitas são já cidades verdadeiras e bem defendidas, com plano regulador, e com orientação ritual e como junto aso palafíticos e terramarícolas vigesse o critério das necrópoles *extra urbem*. São afirmações que encontram indubitavelmente confirmação na realidade dos fatos e que são mesmo mais válidas por motivos étnicos e geográficos do que aqueles dos seguidores das teorias de Heródoto.

Resolver o problema da origem do urbanismo etrusco seria como resolver aquele da origem da própria civilização etrusca: todavia é claro que, no que tange as formas urbanas, estiveram em jogo elementos inatos do povo etrusco misturados a elementos adquiridos e assimilados. Assim do problema das origens remotas, que repousa sempre sobre bases hipotéticas, é fácil passar a um outro problema, talvez menos sugestivo mas baseado sobre elementos mais positivos: aquele da formação, dos contatos e da evolução da urbanística etrusca.

Os etruscos da Toscana, sede principal de seus domínios, se estenderam em grande parte da península, constituindo a primeira hegemonia política afirmada na Itália. Entre as cidades organizadas em três confederações (setentrional, central e meridional) as principais se encontram na Etrúria, onde floresceram em número relevante. Bastaria recordar os nomes de Volterra, Rosselle, Vetulonia, Vulci, Tarquinia, Cerveteri, Arezzo, Cortona, Perugia,

Chiusi, Veio. O domínio etrusco no século IV ia do Valle Padana, onde floresceram as colônias de Parma, Mântua, Melpo, Felsina até sobre o Adriático (Ádria, Spina) e até as zonas internas do Lácio (Falleri, Capena, Fidene) e na Campânia (Cápua). Os etruscos se encontraram assim em contato com o mundo itálico primeiro e com aquele grego mais tarde.

Disso decorre naturalmente o problema de em que medida eles teriam expresso de forma concreta o aporte dado por suas longínquas origens, sejam elas orientais ou autóctones, e dentro de quais limites tenham aceitado ou assimilado elementos itálicos ou da Magna Grécia. Lugli admite um contato dos povos itálicos e assim dos etruscos com a Magna Grécia, contato muito tardio que levou a uma certa unificação de esquemas já análogos mas nascidos e desenvolvidos independentemente segundo princípios diferentes. Brizio e outros atribuíram aos etruscos a introdução, com os ritos de fundação das cidades, do conceito de delimitação; Lavedan admite uma remota influência oriental nos ritos, na orientação e na delimitação e na ortogonalidade do traçado, distinguindo muito exatamente ao exemplos etruscos do séc. X ao VIII (cidades surgidas já segundo plano pré-estabelecido com sulco primigênio de forma circular) e os exemplos sucessivos do século VIII ao VI, posteriores a uma segunda imigração, que denotam a introdução do uso da *groma* no velho sistema, do *cardo* e do *decumanus* e conseqüentemente a introdução do sistema quadrangular. Cultrera é do parecer que os costumes etruscos são o produto de uma assimiliação de formas locais já existentes. Segundo ele a população da Etrúria se compunha de indígenas e de imigrantes e a pequena difusão da língua faz crer que a grande maioria fosse indígena (autóctone) regida por uma minoria que em parte trouxe usos, leis, costumes próprios, em parte aceitou e codificou usos locais. No que tange o esquema ortogonal do traçado urbano seria algo dúbio uma importação da Ásia Menor uma vez que no tempo da imigração etrusca esses esquemas já tinham caído em desuso lá e não seriam retomados senão na época de Hipódamo. O

testemunho desta tese são os perímetros da maior parte das cidades etruscas, que pressupõe, dado também o caráter acidentado do terreno, traçados irregulares; tem-se exemplos de obras de nivelamento. Também a lenda do mito de Tages demonstraria que os etruscos não teriam trazido consigo o uso da delimitação mas sim teriam aprendido a *aruspicina* e as regras do traçado urbano quando findam por encontrar-se em contato com as populações autóctones.

Frente a um problema tão complexo como é este da origem e da formação do urbanismo etrusco e a teorias tão diferentes é lícito e também lógico admitir uma espécie de contaminação entre a tradição, as tendências inatas e ancestrais do povo etrusco e os usos das populações com quem os etruscos estiveram em contato nos seus locais de estabelecimento na Itália. Por esta síntese, na qual os diversos fatores ideais e materiais tiveram uma influência cujos limites não são nem podem ser precisados, nasce o complexo originalíssimo e novo da urbanística etrusca.

Os centros itálicos pré-romanos do Lácio, como do resto das outras regiões, tiveram função, mais do que de cidades verdadeiramente, de asilo fortificado em caso de incursão inimiga, sem um plano determinado no interior das muralhas. Entretanto é um fato que os etruscos puderam assimilar a tendência à ortogonalidade derivada do uso amplamente difundido na Itália seja através dos *terramare*, seja através dos exemplos villanovianos.

A romanização da península não nos permite ter a nossa disposição como objeto de estudo elementos itálicos. Mesmo os exemplos faliscos supracitados e aqueles retraçáveis dos volscos, na Norba romanizada no IV século, são muito escassos e incertos para que possamos deles deduzir características.

Um contato com a Magna Grécia é provado por razões de índole seja geográfica, seja histórica. Amplos escambos comerciais e muito frequentes relações tiveram lugar entre os etruscos e a Magna Grécia (Síbaris) que serviu de ponte ideal não só com a Grécia mas também com a Ásia Menor. É mesmo significativo o fato de que Ceres e Spina possuíam um "tesouro" em Delfos. É notável no campo das artes figurativas a influência grega no período arcaico do séc. VI à primeira metade do V e mais tarde (mas já estamos no período etrusco-romano) na era helenística.

Evidentemente não se pode excluir *a priori* um contato com os gregos no campo urbanístico, mesmo se não se o pode provar sobre bases rigidamente científicas. As prováveis influências gregas não devem porém ser entendidas em detrimento da originalidade da urbanística etrusca, que teve uma fisionomia toda sua como de resto a assimilação da mitologia grega da parte dos etruscos não influenciou sobre as manifestações do culto e sobre o próprio caráter misterioso e imanente da sua religião.

Se a origem e a formação deste urbanismo não são totalmente claras, os seus limites são fortunadamente evidentes, seja pelos restos seguros que a testemunham, seja pelos textos sagrados transmitidos pela tradição romana, textos que documentam a *praxis* seguida pelos etruscos na fundação das cidades.

Segundo Cícero os livros sagrados dos etruscos se dividiam em três partes - das quais a última era constituída pelo "livro dos rituais". Phaistos precisa: "*Rituales nominatur etruscorum libri in quibus praescriptum est quo ritu condantur urbes, arae, aedes sacrentur, qua sanctitate muri, quo iure portae...*". Estes continham assim as regras e os ritos relativos à fundação da cidade, ao seu sistema de defesa e à consagração dos edifícios, ritos afeitos ao conhecimento dos romanos e a nós transmitidos por vários escritores (Catão

Origens; Ovídio *Fasti* IV, 825; Varrão *De re rustica* II a). Os tratados posteriores dos gromatici romanos e sobretudo o *De limitibus costruendis* de Higino especificam os detalhes da técnica etrusca.

Não cabe a nós agora fazer uma indagação crítica dos textos, estudo filológico que entra no campo do estudo das religiões: nos limitaremos a referir, apesar de que seja bem conhecida hoje a prática seguida pelos etruscos para a fundação de suas cidades, apesar de que esteja em dúvida se a tradição romana não tenha aproveitado de alguns acréscimos e variantes.

A fundação das cidades entre os etruscos era precedida, segundo as normas ditadas pelos sacerdotes e pelos arúspices, pela criação do *Mundus*, pequeno poço de forma tronco-cônica (altar dos deuses inferiores, em contraposição à ara consagrada aos deuses do céu), no qual se versava o sangue das vítimas ou se depunham as primícias das estações. Três vezes por ano, nos dias consagrados aos deuses infernais, era aberto, retirando-se o *lapis manalis* que o cobria.

No dia marcado pelos arúspices se traçava o *sulcus primigenius* com um arado com ponta de bronze puxado por uma cabra e um touro branco. A terra devia ser revolvida no lado interno e o sulco, interromper-se nos locais correspondentes às portas. Traçado o sulco, sobre o qual seriam levantadas as muralhas, era costume entre os etruscos deixar um espaço livre ao longo deste, tanto do lado interno quanto do externo (*spatium ubi nec habitari nec arari fas erat*) chamado *Pomerium*, adaptado em caso de perigo à manobra dos defensores.

O terreno destinado à residência era dividido (*limitatio*) em quatro regiões por duas estradas ortogonais traçadas mediante a "groma". Segundo o rito, a fundação da cidade se desenrolava pela manhã e o traçado das ruas

fundamentais era estabelecido com relação ao ponto do nascimento do sol. Precisamente a artéria principal da cidade, o *Decumanus* era orientada segundo o ponto de levante deste, trazendo o seu nome de "*secundum solis decursum*". Ortogonalmente ao *Decumanus* e cruzando com este no centro da cidade se traçava a outra artéria fundamental dita *Cardo* ou via cardinal. Outras estradas de menor largura, traçadas paralelamente a estas, formavam quarteirões retangulares.

A orientação do sistema viário variava de cidade a cidade dentro de certos limites dependendo do dia da cerimônia de fundação. De fato, desenrolando-se o ato de fundação pela manhã, a orientação do *decumanus* segundo o ponto de nascimento do sol causava uma variação de orientação de acordo com a estação em que a cidade era fundada. Porém esta regra não se encontra em todas as cidades que as escavações trouxeram à luz. Sobretudo aquelas situadas no alto ou mesmo no ponto de confluência de várias colinas seguem as linhas naturais do terreno.

Enquanto para alguns escritores o sulco teria sido o primeiro ato de fundação da cidade, para outros, por exemplo Higino, o traçado interno teria precedido a adeterminação do limite externo da cidade. É no entanto provável que o *sulcus primigenius* fizesse parte do rito mais antigo, quando, segundo o uso, o limite da cidade era constituído por uma cinta circular, forma mais facilmente exequível do que qualquer outra, e as portas deviam ser em número de três (época compreendida entre os séculos X e VIII a.C.).

Quando, provavelmente por volta do séc. VII, foi introduzido o rito da orientação das vias, a cerimônia do sulco permaneceu subordinada à limitação. Porém, enquanto o *pomerium* interno determinava a forma regular da cidade, as muralhas poderiam ainda seguir um traçado menos regular. Sobre isso Frontino se exprime assim: Se a natureza do terreno o permitir, deve-se ater à

regra, em caso contrário convém seguir os acidentes do terreno". É certo que pela análise dos textos romanos não é fácil distinguir com exatidão o quanto faça verdadeiramente parte da tradição etrusca e o quanto por outro lado se deva à reelaboração da lenda ou aos estudos teóricos dos gromáticos.

Entre as cintas de muros que se conhecem a maior parte tem traçados diversos. Formas com tendência ao oval são encontradas em Rosselle, Faleri-Novii. Contornos muito irregulares se apresentam em Volterra, Perugia, Veio e Tarquínia. Pouquíssimas são as cidades que têm muralhas com traçado quase regular (Ansedônia, Cortona, Satúrnia).

Aquilo que assume, por outro lado, importância fundamental do ponto de vista urbanístico é o traçado ortogonal da rede de estradas que, já em uso entre os povos indígenas da península itálica, assume entre os etruscos com a *limitatio* um caráter bem claro e preciso, realizado com técnica e arte maravilhosas (Marzabotto, Norba, Veio, Fondi).

Os etruscos fundaram as suas cidades sobretudo em cima de colinas isoladas e perto de cursos de água; raramente fundaram centros no litoral. Isso pode parecer estranho quando se pensa que desde sua origem eles se manifestaram como marinheiros, em contraste com os povos itálicos fechados em uma economia rural. Sabemos de fato que os etruscos se expandiram até a África, a Sardenha e a Espanha; é digna de nota a sua aliança com Cartago e também as guerras nos mares com os focenses de Marselha e os calcídios de Cumae. Talvez mesmo porque se dedicassem à pirataria, e conhecedores dos perigos do mar puseram as suas sedes (com exceção de Populônia e de poucas outras), preferentemente nas proximidades da costa mas ligadas a esta por meio de rios ou canais. Assim Cere era servida pelos portos de Punicum, Alsio e Pirgi; Tarquínia pelo porto de Gravisce, Volterra por aquele de Populonia ou pelo curso inferior do Cecina; Vetulônia por um sistema de canalização

comparável mesmo àquele que, no Adriático, fez de Spina e Ádria dois grandes empórios marítimos.

Populônia se erguia sobre dois outeiros, Molino e Castello, fechada por muralhas fortificadas já no VI século, única entre as cidades etruscas posta sobre o mar, mas defendida contra este por um promontório seguro.

As cidades do interior, como Orvieto e Chiusi, dominando as vias naturais de trânsito, eram defendidas mesmo nas suas posições seguras, por potentes muralhas de pedra esquadradas ou poligonais, nas quais com o III séc. começou a difundir-se o uso da porta em arco (recordamos a propósito os dois exemplos mais antigos do IV séc. em Volterra e em Perúgia).

Infelizmente as cidades etruscas não nos revelam até agora senão o perímetro das muralhas (recordamos aquelas de Volterra com um perímetro de mais de 7 km, e aquelas de Veio, com um perímetro pouco menor). O plano destas cidades, com a sobreposição romana se perdeu, ou quase.

Ao lado de uma típica adaptação ao terreno, como no caso de Vetulônia, cujas muralhas estão incrustadas na cinta medieval e cujas vias se revelam tortuosas, um exemplo característico das cidades em colina, encontramos Marzabotto: a cidade etrusca por antonomásia, aquela cujo plano não-vinculado por preocupações de adaptação ao terreno e cujos restos, cobertos por sobreposições posteriores, manifestam a verdadeira aplicação na prática das teorias etruscas.

Marzabotto (séc. VI), destruída pelos gauleses e depois abandonada, hoje em parte reduzida pela erosão do Reno, era defendida por um cinturão fortificado de que resta a porta oriental. Por sobre a cidade, a acrópole com três santuários, um de cela única, dois com celas tríplice. Parece claro aí não

só o esquema impostado em cardo e decumanus e determinado por quarteirões retangulares, mas também a técnica seguida nas obras viárias: vias amplas pavimentadas, bordeadas por calçadas e dotadas de um desenvolvido sistema de canalizações laterais. As habitações, de que restam somente as fundações em pedra a seco, eram construídas com tijolos cozidos ou com barro; são característicos os complexos de pequenos locais reagrupados em torno de um pátio interno.

Isto representa o exemplo mais típico; Veio, Felsina, Vetulônia, Cápua, romanizadas, apresentam características e elementos nem sempre puros. Herculano e Pompéia etruscas não são identificáveis.

Não podemos dizer com certeza se os foros que aparecem na maior parte destes centros são verdadeiramente de origem e de implantação romana; parece, porém, também pelos estudos mais recentes, que nos esquemas etruscos falte o foro e que antes o templo representasse o centro civil e espiritual da cidade.

Toda cidade devia possuir um lugar elevado (acrópole), interior ou exterior às muralhas, sobre o qual erigir os templos e desenvolver os ritos da *aruspicina*, um lugar "*qui ab omni parte aspici uelex quo pars uidere potest*". Às funções sacras da acrópole não eram porém dissociadas aquelas ofensivas. Enquanto porém em Cortona se encontra uma acrópole interna fortificada, Rosselle apresenta um exemplo de acrópole interna non fortificada.

Fora das portas da cidade ou mesmo sobre uma colina vizinha se estendiam as necrópoles. No interior era proibido sepultar ou queimar cadáveres; somente na época da decadência os túmulos se juntaram até junto das muralhas.

No território etrusco antes do séc. VII não se encontram senão túmulos em poço (?) parecidos com aqueles de tipo villanoviano, assim como em algumas localidades necrópoles coexistentes com aquelas villanovianas. Depois do séc. VII se difunde o uso de túmulos em cúpula ou em *tholos*: são característicos aqueles de Vetulônia, dispostos em áreas sepulcrais, delimitados por "círculos" de pedra ou mesmo em câmara e aqueles de Populônia em túmulo circular com corredores e câmaras radicais. No território de Viterbo aparece difundido, dada também a natureza do terreno, o uso de escavar túmulos em câmara na rocha turfácia. Em Cere as tumbas são em túmulos e em fossa; em Tarquínia, em túmulo; em Vulci, em fossa, em túmulo e em câmara. Com o V século adquire maior desenvolvimento o uso das tumbas em hipogeu e parece cessar aquele dos sepulcros em túmulo. Em toda parte porém as necrópoles etruscas, bem notadas pela sua monumentalidade e riqueza interna, não demonstram ter sempre seguido um desenvolvimento geral pré-ordenado e comumente regular, dada também a natureza e a topografia do terreno e os diferentes critérios construtivos adotados através dos séculos nas diversas necrópoles. Singularmente em Perugia e em Vulci se notam túmulos compostos em muitos ambientes, mas estamos sempre no campo de composições limitadas. Somente no caso das tumbas alinhadas ao longo das estradas no tipo daqueles de Orvieto se encontra, seja mesmo pela localização particular, uma regularidade que pode ser casual mas que todavia é evidente.

Pela consideração dos vários fatores que caracterizam a urbanística etrusca podemos afirmar que esta é historicamente uma manifestação nova e complexa e ao mesmo tempo determinada, que teve uma sua gradual evolução, importante por si mesma e ainda mais importante pelas conseqüências e a continuidade que teve no mundo romano.

Urbanística romana

Premissa: os princípios da urbanística etrusca foram diretamente adotados pelos romanos, que reconheceram aí a via de menor resistência para resolver um problema prático e nisso revelaram uma característica inconfundível de seu espírito: o amor à ordem e à harmonia nunca destacado de um sentido realista das coisas imediatas e determinante em todo caso.

A própria Roma é de fundação etrusca. Segundo a tradição, em torno do Palatino se reuniram por sinecismo populações latinas de diversas origens e a cidade foi fundada *etrusco ritu*. Somente Plutarco acena com o sulco circular, enquanto todos os outros autores estão de acordo em confirmar a forma quadrada do sulco. Tácito alude a um *Pomerium* trapezoidal aos pés do Palatino e Plínio recorda as três portas primitivas: Mugona, de Caco, Romana. Pelas fontes romanas, as quais por sua vez não são senão um eco da tradição, se deduzem porém, na complexidade das alusões as características fundamentais e o desenvolvimento da técnica etrusca nos seus sucessivos aspectos, que se completam no quadro urbano seja com o traçado do decumano (via Sacra Antiga) e do cardo (Porta Ianualis - Porta Romana) seja com a destinação em acrópole do Capitólio. Também a execução de obras públicas como a Cloaca Máxima e o Cárcere Mamertino advinham segundo a técnica etrusca. O Foro representa o ponto de encontro e o órgão do *Septimonium* constituído por sinecismo.

As origens de Roma confirmam admiravelmente a continuidade da urbanística etrusca com aquela romana. Foi pois encargo de Roma aperfeiçoar a técnica etrusca segundo as próprias tendências e exigências. A conservação quase religiosa que os romanos fizeram do conteúdo dos *Libri Rituales* etruscos e as obras dos *castramensores* romanos, que constituem o aperfeiçoamento das normas ditadas pelos *Libri Rituales*, demonstram tal

continuidade documentada ainda mais evidente pelo claro e abundante material a disposição dos nossos estudos diretos: acampamentos militares, cidades que floresceram a partir dos acampamentos, implantação das colônias, centurição. Já Norba e Fondi, as cidades volscas romanizadas no século IV denotam a aplicação dos princípios etruscos, menos rígidos na primeira, surgida em colina com cinturão poligonal e com plano aplicado segundo um eixo orientado NE-SO, claro e esquemático na segunda, surgida na planície, com cinturão quadrangular e com plano perfeitamente ortogonal, orientado NO-SE e implantado sobre o decumano constituído pela Via Ápia.

A *inauguratio* com a orientação e a delimitação do *templum* (que segundo algumas fontes representaria o território urbano, segundo outras o local pelo qual traria os auspícios), o *sulcus primigenius*, o traçado do *pomerium* são pressupostos rituais sobre os quais se baseavam na prática as cerimônias de fundação e as recorrências religiosas a estes referidas, pressupostos com os quais praticamente o efetivo traçado das cidades nem sempre concorda. No ato da fundação e por obra dos *gromatici* era a *limitatio* interna baseada em critérios determinantes de ortogonalidade; encontramos frente a um esquema rígido mas na sua clareza lógica perfeito e exatamente respondendo à complexa ordem de exigências a que devia satisfazer e às possibilidades técnicas dos *ensores* e dos legionários que deviam de quando em quando realizá-lo. Se na Etrúria encontramos os antecedentes diretos da urbanística romana, com a *castrametatio* nasce o urbanismo romano verdadeiro, a urbanística como disciplina sem empirismo, sem fantasias místicas, sem aproximações.

A colônia romana deve ser entendida no seu justo valor histórico. Além das colônias *maritimae* ou *ciuum Romanorum*, devidas sobretudo por garantia militar até cerca todo o século II a.C., cresceram conquistando sempre maior importância as *coloniae Latinae*, organizadas não por comunidades que

gozassem o direito de cidadania romana, mas por representantes de diversas cidades latinas confederadas. As *coloniae Latinae* tinham dupla função: militar e político-econômica e, no âmbito da própria jurisdição, fruíam de uma autonomia administrativa quase completa, mesmo sendo naturalmente ligadas a Roma política e militarmente. A estas devem-se acrescentar as *coloniae militares* criadas com a conquista ou a aquisição de propriedades fundiárias. As colônias, segundo a prática das diversas épocas históricas, eram devidas dos *triumviri coloniae ducendae*, por ditadores, cônsules ou procônsules ou por *legati* imperiais com base em uma *lex rogata* ou ao direito do poder soberano. As partes em que era dividido o território a colonizar eram consignadas aos colonos "*deducti in coloniam*" em formação militar e a colônia era fundada o rito tradicional da fundação das cidades. Assim a colônia era cidade fundada por vontade do Senado e do povo romano como expressão política, e cidade traçada e construída por mão de obra na maioria militar. De onde se explica a analogia das colônias romanas com os *castra* e a derivação daquelas a partir destes. Frequentes eram os próprios casos de *castra* que se transformavam em colônias: bastaria recordar Aosta, Turim, Viena, Colônia, Estrasburgo, Silchester. Sempre, onde a natureza do terreno o consentisse, o sistema castrense foi aplicado na fundação das novas cidades; somente quando estes surgiram por necessidades comerciais em torno de um foro ao longo de vias de grande comunicação tiveram plantas menos regulares por causa de seu desenvolvimento espontâneo. Entre as cidades forenses, quase sempre abertas, recordamos Forum Clodii na Etrúria; Forum Cornelii (Ímola); Forum Popilii (Forlimpopoli); Forum Julii (Cividale); Forum Sempronii (Fossombrone), afora os muitos outros distribuídos também fora da Itália na Gália e na Helvécia. Vemos também que o espírito prático dos romanos, lá onde se encontrou com civilizações já avançadas, respeitou formas e expressões urbanísticas locais.

Fica desta forma certo que se na base do urbanismo romano esteve o

elemento religioso assimilado dos etruscos com o conceito importantíssimo de delimitação, na prática e na atuação teve um peso determinante uma outra força vital: a organização militar, que de resto não só fixou esquemas de fácil atuação pelas fundações particulares, mas também, difundindo primeiramente as insígnias de Roma e garantindo depois a civilização desta em toda a vastidão do império, determinou verdadeiramente a unidade urbanística em todo o mundo romano.

A base da implantação era, como com os etruscos, o traçado dos dois eixos fundamentais, um orientado do levante ao ocidente chamado "*Decumanus*" (de largura variável de 14 a 15 metros; excepcionalmente podia chegar aos 30 metros), o outro, normal ao primeiro, orientado de setentrião ao meridiano chamado "*Cardo*" (com largura de 7-8 metros). Ruas menores com larguras mínimas também de 2,5 m, paralelas a estes dois eixos, postas entre si em distâncias variáveis de 60 a 70 m completavam a rede viária determinando *insulae* quadradas ou retangulares que encontram eco na centurização das colônias e nas *strigae* e *scamna* do solo demanial das províncias. Deve-se no entanto notar que enquanto nas cidades o cardo, com relação ao decumano, tinha uma função secundária, no campo, pelo menos nos primeiros tempos, tinha a função de eixo principal (de onde também o nome a ele conferido de "*uia principalis*") e só mais tarde a largura dos dois eixos, cardo e decumano, parece ter sido uniformizada em 60 pés enquanto que no início o decumano era de 50 pés e o cardo de 100 pés. No ponto de intersecção dos dois eixos principais encontramos no campo o *praetorium*, na cidade o foro. Todavia esta regra fundamental teve aplicações diversas: em algumas cidades nos encontramos frente a mais decumanos e a mais cardos principais ou pelo menos a mais eixos principais, em outras, é o caso de Aosta, a uma redução do retículo viário com a consequência de quarteirões muito extensos (143 x 181 m). Assim a posição do foro não foi sempre baricêntrica mas a sua localização foi muitas vezes deslocada, e, como regra constante, perto do porto nas

idades marítimas.

O pomério e as muralhas constituíam o limite da cidade. É digno de nota que o pomério, nascido de princípios de ordem espiritual como barreira religiosa, a que se acrescentaram obviamente interesses de ordem prática, vai depois constituir uma zona de respiro da habitação, mesmo mantendo as suas funções primitivas.

A orientação perfeita não era sempre seguida. As cidades surgidas perto de rios, lagos, mares ou colinas apresentam uma evidente aderência à configuração do terreno: o decumano era traçado paralelamente às curvas de nível e o cardo normal a este seguia as linhas de maior inclinação. Por isso também se notam orientações várias das cidades, devidos evidentemente à natureza do terreno e não certamente, segundo as afirmações de Lavedan e os cálculos de Tiele, à diversidade da estabelecimento em que eram fundadas e ao conseqüente ponto de nascimento do sol. Com isto todavia não se quer negar o aporte para a técnica da orientação dado pelos gromáticos, que em seus tratados insistiam sempre no conceito de orientação baseado não somente no oriente real mas também naquele mais preciso, mesmo se menos facilmente realizável, da orientação equinocial e proporcionaram uma uniformidade de delimitação em todo o império baseada precisamente no segundo método de orientação.

Roma

Roma, diferentemente das outras cidades fundadas pelos romanos, apresenta uma anomalia devida ao trabalho das suas origens. Surgida sobre o Palatino por vicissitudes políticas e pela estrutura do terreno, se expande com conceitos diversos daqueles aplicados pelos romanos nas outras cidades. Nela as cidades geralmente seguiam a plástica do solo; somente em casos

particulares encontramos retículas viárias que não se adaptavam a ele.

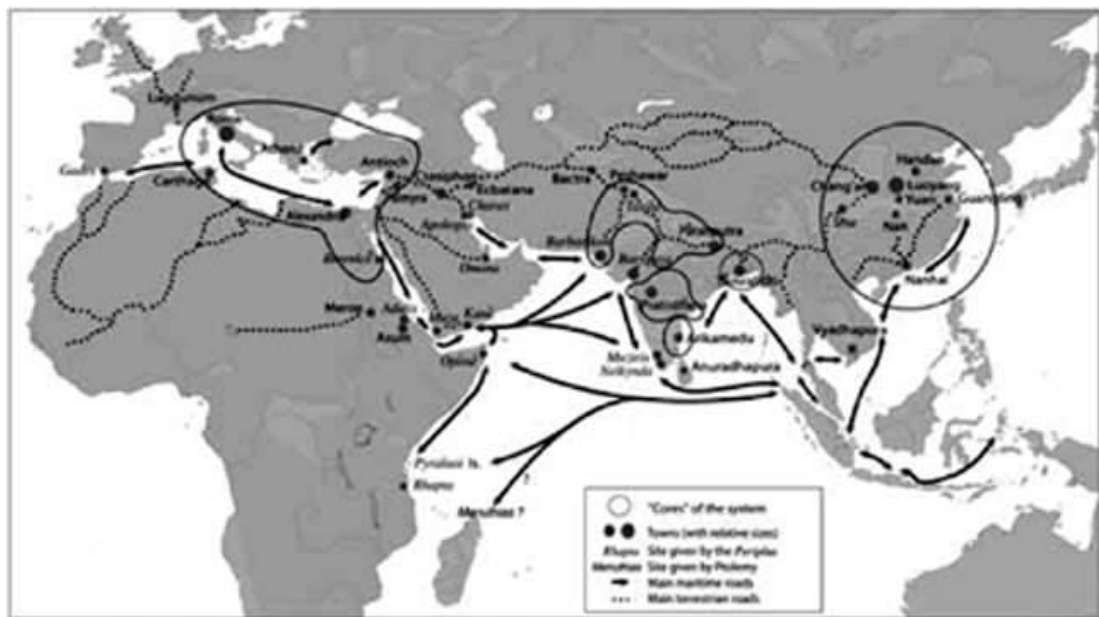
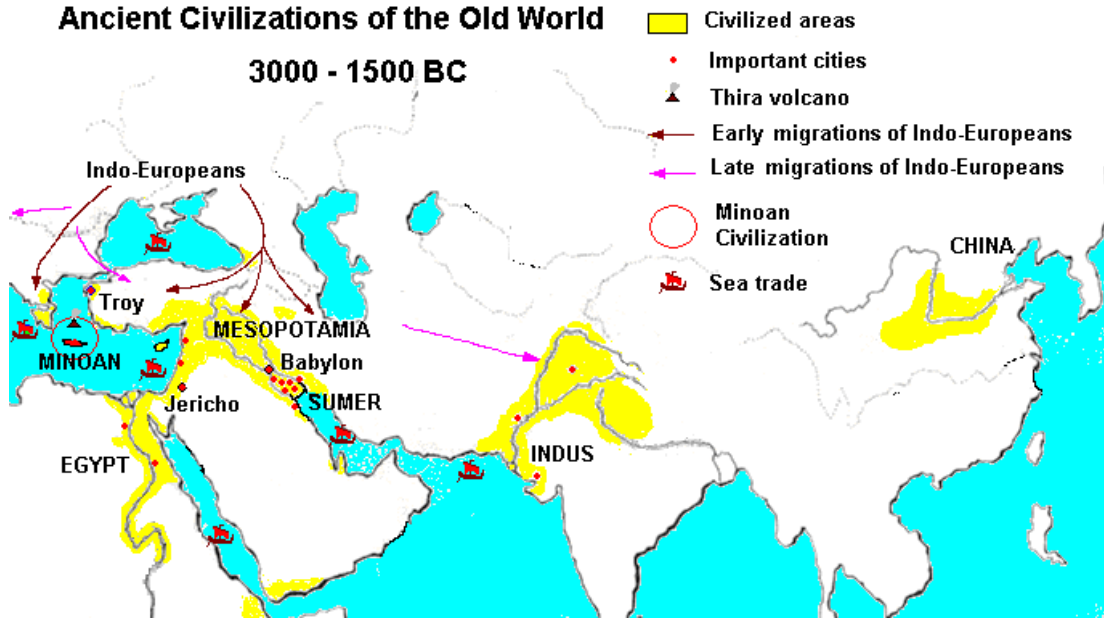
Depois do incêndio Gallico (390 a.C.), a cidade foi reconstruída na maior desordem, sem seguir um plano pré-ordenado, agravado seja pelo fenômeno da conurbação seja pela especulação dos particulares em terrenos de ampliação e seja enfim pelo apego à tradição, elementos todos que se acresciam a dificuldade de melhorar as condições pré-existentes, provocando o forte adensamento da população nas *insulae* (pensa-se em densidades territoriais de 520 hab/ha). A vida política concentrada na capital, a própria posição da cidade colocada sobre uma passagem natural entre a Etrúria, a Sabina e a Campânia não fizeram outra coisa senão aumentar continuamente a população já muito numerosa.

O urbanismo republicano não se limitou somente a continuar a tradição etrusca, mas generalizou o emprego do arco e da abóboda nas realizações arquitetônicas, aplicando-as principalmente e com novos efeitos de massa nos grandes edifícios públicos (teatros, anfiteatros, circos). Ao mesmo tempo Roma já no II século a.C. tinha absorvido os elementos helenísticos acima recordados. Como justamente observa Homo no seu estudo mais recente, a conquista e a expansão criaram necessidades mas também forneceram exemplos e introduziram materiais e técnicas novos. Já no III séc. a.C. nasciam problemas de circulação e se impunha a necessidade de edifícios para os negócios e para o *svago*. O problema da circulação encontrou uma solução nos pórticos de origem helenística típica; as basílicas, outra criação do mundo helenístico, hospedaram tribunais e se tornaram locais de reunião pública e comercial. Pelo *svago* Roma acrescenta ao Circo teatros e anfiteatros. Os meios para a renovação da urbe foram fornecidos seja pelas indenizações de guerra dos povos vencidos, seja pelo aporte de dinheiro proveniente das províncias.

O estado romano no tempo da República e especialmente por obra de Silla tinha resolvido os problemas urbanísticos principais: água, esgoto, circulação, viabilidade, abastecimento e assistência pública. (Já os *Edili* supervisionavam a higiene urbana, os mercados, a tutela do "solo público" dos aliamentos, segurança e manutenção dos edifícios, e desde o tempo das XII tábuas tinham fixado, além das secções viárias carroçáveis (mínimo de 2,4 m retilíneo 4,8 em curva) a separação das diversas propriedades com um *ambitus* de cinco pés. Restavam sem solução os problemas da habitação, da aglomeração no centro, da insuficiência da rede viária (ligação Foro-Campo de Marte) e das pontes (o Tibre era atravessado somente pelas pontes Sublício, Emilio, Sesto, Fabrizio). César, retomando as idéias de Silla sobre a reorganização da capital, junto com as leis da XII tábuas, emite a *Lex de Urbe Augenda* prevendo a nova Roma não sobre o local da velha mas ao lado desta. Enfrentou o problema e por Suetônio sabemos que "*de ornanda instruendaque urbe... plura ac maiora in dies destinabat*": portanto programa edil e estético.

Ancient Civilizations of the Old World

3000 - 1500 BC



7.4 as metrópoles helenísticas

Alexandria

Pérgamo

Antióquia

Estudo de caso: Alexandria - uma metrópole helenística - 331 a.C./30 a.C.

Das metrópoles helenísticas, Alexandria, Pérgamo e Antióquia, muito tem sido escrito e falado. Usaremos Alexandria como estudo de caso para discussão dos pontos que nos parecem mais relevantes para a fundamentação da tese ora em questão.

É nossa hipótese que para entendermos Alexandria, ou qualquer outra cidade entender o sistema de organização territorial urbana regional. A pujança de Alexandria só é explicável se considerarmos o contexto regional e inter-regional em que ela se insere. Cabeça de uma vasta rede complexamente organizada, funcionava como uma espécie de catalizador de relações econômicas, culturais e políticas de uma teia concêntrica. Nesse desenho, as bordas eram terras tão distantes quanto o reino sudanês dos núbios de Meroe ou aquele dos cuxitas etíopes, ao sul; as terras iemenitas da *Arabia Felix*, de Sabá, Qataban e Hadramaut, no caminho para a Índia; os próprios Estados do sub-contidente indiano; e, as terras altas do planalto iraniano, sobretudo quando dominadas pelos reinos helenísticos, irmãos dos Selêucidas e dos príncipes grego-bactrianos, chegando à Transoxiana e a Aksum, e, por conseguinte, à Rota da Seda, através da bacia do Tarim.

Depois de integrada ao sistema imperial romano, Alexandria consolidou e ampliou suas relações. Se o dividido mundo grego pós-Alexandre, herdeiro das possessões do Império Persa, extinguiu-se no transcorrer do I século a.C., seus contatos comerciais não se interromperam, muito pelo contrário. O mundo que se conformou, em termos geopolíticos, foi aquele de grandes impérios - romano, parta/persa, maúria/gupta, e das dinastias chinesas de Qin e de Han - cravejado de reinos e principados com o *status* de protetorados vassallos. Assim sendo, este estudo parte da leitura de mapas de grande escala para o detalhe, do regional para o intra-urbano, aproximando-se cada vez mais do objeto.

Alexandria reúne características singulares e extremamente interessantes. Foi a maior cidade de língua grega da Antigüidade, mas não era uma *pólis*. Apesar de apresentar traços típicos do urbanismo grego e revelar influências de Náucratis, foi fundada por um macedônio, Alexandre, segundo o plano de outro macedônio, o arquiteto Dinócrates. Situada na extremo oeste do delta do Nilo, não faz propriamente parte do sistema do Antigo Egito, país fluvial avesso ao comércio marítimo. Antes, fica junto ao Egito, ao lado dele, como explicita seu toponímico latino, *Alexandria ad Aegyptum*, controlando-o. Disputou com Roma a primazia do Mediterrâneo, e, mais tarde, quando a capital do Império passou a Constantinopla, rivalizou também com esta, mantendo sempre o posto de segunda cidade da rede urbana. Centro de cultura em que viveram e trabalharam nomes basilares da cultura ocidental como Calímaco, Euclides ou Eratóstenes, foi também uma ponte com o leste, como o demonstram os cultos de Ísis e Serápis. Essa sua dualidade também se manifesta no plano político, sublinhando a cisão entre uma Ásia pujante e uma Europa ascendente que terminou por se decidir com a separação definitiva dos domínios romanos do leste e oeste na época de Teodósio I. Roma era a *caput mundi* a oeste do Mediterrâneo, mas Alexandria sempre se apresentou como

sua contrapartida a leste. E, se alguns autores marcam o fim da Antigüidade Clássica pela tomada de Roma por Odoacro em 476, também é possível assumir a data de 642, quando Amr ibn al As ocupa Alexandria, incluindo assim o Principado de Justiniano na cronologia de um Império ainda integrado, como golpe final no processo de predomínio romano.

Entre sua fundação em 331 a.C. e a chegada dos árabes, 973 anos se passaram, de acordo com as datas tradicionais. Em termos práticos, podemos considerar que a Alexandria antiga durou mil anos. Seguiram-se quase mil e duzentos anos de torpor e decadência durante o período em que a cidade foi preterida pelo Cairo como capital do Egito e por Rosetta e Damietta como principais portos mediterrâneos. Virtualmente refundada no século XIX como porta mediterrânica contra o domínio turco na região, a cidade voltou a expandir-se por sobre o sítio da antiga metrópole, soterrando-a sob si. Como resultado, descrever Alexandria torna-se extremamente difícil pela falta de vestígios materiais e a dificuldade de se efetuarem prospecções extensivas. No entanto, pode-se tentar entendê-la, ainda que lacunarmente, somando as fontes literárias a todo tipo de documento ou dado relevante.

Nesse sentido, um estudo de sua implantação geográfica passa a ser uma peça fundamental para sua compreensão. Já de início devemos notar que hoje praticamente nada resta da antiga Alexandria. Se pensarmos somente na cidade dos Ptolomeus, excluindo suas necrópoles, efetivamente nada chegou ao século XX. Diferentemente de Atenas, Roma, Istambul ou Damasco, a cidade não foi habitada de forma contínua desde sua fundação. Depois de ter tido, segundo alguns, cerca de 750.000 habitantes, não contava nem mesmo com 5.000 quando Napoleão ali esteve. Não obstante, diversas dificuldades interpõem-se à arqueologia que pretende conhecer a cidade antiga, mormente de ordem física, social e cultural.

Em termos geológicos, a instabilidade sísmica e a ação do rio Nilo modificaram profundamente o perfil topográfico do sítio de Alexandria. Os terremotos devem-se à área de contato de placas tectônicas na região mediterrânea, as mesmas que tornam ativo o vulcão Etna, na Sicília, explicam as erupções do Vesúvio e os tremores que fizeram desabar a primeira cúpula de Santa Sofia, em Constantinopla, e provocaram a destruição da ilha de Tera (Santorini). Foram essas contínuas movimentações que deram fim ao edifício do Farol, na ilha de mesmo nome, já no período árabe medieval.

Mas os abalos não são os únicos responsáveis pela mudança da paisagem. O assoreamento contínuo por sedimentação aluvional trazida pelo Nilo produziu um recalque por peso que, hoje, chega a um afundamento médio de dez metros da superfície da cidade ptolomaica com relação à cota da Alexandria moderna. Se o regime de cheias do rio beneficia desde a Antigüidade os agricultores em suas margens ao enriquecê-las com o húmus por ele trazido, o mesmo efeito de partículas de solo em suspensão provocou a extinção do braço Canópico do Nilo, o progressivo secamento do lago Mareótis e as mudanças na costa, como o demonstram a redução em área do cabo Lóquias, atual Selsileh, e o desaparecimento por submersão da ilha de Antirrhodos. Igualmente, a transformação do dique artificial que ligava a ilha de Faros à restinga, o *Heptastadion*, em um istmo onde hoje se situa o bairro turco (atualmente o mais antigo da cidade) se deve ao contínuo acúmulo de silte trazido pela força hidráulica.

Causas populacionais também juntaram-se aos fatores naturais. A ocupação humana foi rápida e intensa durante todo o século XIX e não menos no XX. Hoje, a aglomeração urbana chega a 4.000.000 de habitantes, ao longo de 70 km de costa. Em 1866, quando Mahmoud Bey realizou suas prospecções, nada havia fora do istmo acima mencionado. A nova geopolítica dos séculos XIX/XX conferiu importância estratégica a Alexandria,

novamente porto ocidental de controle do tráfego com o Levante, Anatólia, o golfo Pérsico e as terras ainda mais distantes (Mediterrâneo/mar Vermelho/Índico), a partir do Egito após a abertura do canal de Suez. Um grande afluxo de ingleses, franceses, italianos, gregos e outros estrangeiros propiciou um discurso ideológico de recuperação de um suposto caráter “universal” que teria havido na Antigüidade. O ímpeto imobiliário levou à ocupação da orla, valorização e especulação, traduzido em terraplenos, movimentos de terra, obras infra-estrutura (arruamento, esgotos, linhas de trem), destruindo vestígios de edificações antigas e misturando sem qualquer cuidado extratos ptolomaicos, romanos e bizantinos. A explosão populacional pós-independência do Egito moderno só veio complicar ainda mais a tarefa dos arqueólogos, que nunca tiveram oportunidade de realizar prospecções adequadas na região.

Por fim, a fama lendária de Alexandre e de Alexandria, com seu Farol, afamado como uma das sete maravilhas do mundo, sua biblioteca perdida, a localização ignorada do misterioso túmulo do conquistador macedônio morto precocemente, a romântica história de Cleópatra e Marco Antônio, a imagem de baluarte do ocidente invadido pelo Islã, a história do sacrifício da sábia pagã Hipácia por uma multidão de cristãos raivosos, novelas como a *Aphrodite* de Pierre Louÿs e os poemas de Caváfis ataçaram a imaginação e misticismo de gerações de ocidentais. O resultado foi uma corrida às relíquias alexandrinas e egípcias, em que até múmias se viram transformadas em pó pretensamente afrodisíaco. A mania pitoresca no XIX por tesouros incentivou a profanação de túmulos, muitas vezes destruídos para que não se soubesse do saque e de seus autores, conforme narrou o próprio Botti. Da mesma forma o esoterismo e as seitas religiosas (hermetismo, filohelenismo, etc.) elegeram Alexandria sua Meca. Por fim, caçadores do túmulo de Alexandre, da biblioteca, do farol, do palácio de Cleópatra também engrossam o exército de leigos que esburacam a cidade e descontextualizam os achados.

A conseqüência é muita inferência, anacronismo e fantasia. Afora os achados nas necrópoles, não há nenhuma construção antiga que tenha sobrevivido e chegado até hoje. Mesmo o traçado das ruas e a localização dos edifícios são hipotéticos. Os dados palpáveis são depoimentos como os de Estrabão e Diodoro Sículo, os relatos de viajantes árabes, que pelo menos presenciaram as ruínas da grande cidade antiga, os levantamentos da expedição francesa de 1798, os trabalhos de prospecção do astrônomo Mahmoud Bey, el Falaki, feitos a pedido do Imperador Napoleão III, que visavam tão somente esboçar a grade hipodâmica das ruas, algumas escavações ocasionais favorecidas por alguma obra moderna e, mais recentemente, a exploração subaquática.

Assim sendo, a documentação material, dada a atual situação de Alexandria, é ainda mais fragmentária que aquela de suas congêneres de igual importância, Roma e Atenas, por exemplo. Mostra-se um recurso válido procurar em qualquer fonte possível elementos que forneçam sinais capazes de montar um quadro coerente de seu processo de urbanização, por meio das diversas fases da história alexandrina. Ao longo de cerca de 2.300 anos de ocupação contínua, podem-se distinguir sete momentos cujas características guardam suficientes regularidades entre si para defini-los como razoavelmente coerentes, conforme descreveremos a seguir.

O primeiro período ou período egípcio diz respeito a Rakhotis, um porto “pré-histórico“ (sic), segundo alguns autores - notadamente Fraser, cuja obra é marcada por um viés bastante eurocentrista - na extremidade sul da antiga ilha de Faros, sugere que o sítio já fosse ocupado por uma cultura que dispunha de muitos recursos construtivos. As instalações, hoje em boa parte submersas, são de pedra aparelhada, permitindo levantar a hipótese de se tratar de uma fortaleza avançada do Egito faraônico, talvez contra os legendários

“povos do mar“. Isso levaria a uma datação aproximada dos séculos XIV/XIII a.C., a XIX dinastia de Ramsés II, ou mesmo o reinado de Nectanebo.

A importância desse achado está no fato de que ele indicaria que as vantagens do sítio como porto estratégico já seriam conhecidas antes da passagem de Alexandre. Talvez esse posto armado fizesse parte de um sistema de defesa mais amplo, protegendo os confins líbicos do delta, a oeste, e tendo como contraponto, a leste da foz do Nilo, instalações militares em Pelusa contra invasões vindas do Sinai e da Cele-Síria. Como alguns estudiosos vêem ligações entre os “povos do mar“, os filisteus que invadiram a Cananéia e as movimentações dos povos de língua grega pelo Egeu - aí inclusos os relatos hititas de invasores de nome bastante semelhante a aqueus - talvez seja válido pensar em um antigo conhecimento de povos navegantes, entre os quais, gregos, da ilha de Faros como um ponto privilegiado da costa egípcia⁸.

⁸ Três passagens reforçam a hipótese de que a localização de Alexandria não era acidental. Uma menção feita por Homero no IV canto da *Odisséia*, quando Telêmaco visita Menelau em busca de notícias de Ulisses, e o espartano lhe explica ter sabido dele ao haver ficado retido junto à costa do Egito:

*“Os deuses, que nos punem, de olvidá-los
Impacientes no Egito me retinham,
Porque faltei com justas hecatombes.
Lá Faro surge à flor da azul campina,
De foz em fora, quando em singradura
Marcha popa a que vente aura sonora;
Tem um porto seguro e boa aguada,
E ao pélogo os baixéis dali descendem.“*

O relato continua com as aventuras entre o Atrida e Proteu, divindade apascentadora de focas que reinava sobre a ilha. Há quem aproxime os termos Pharos, pharaoh e Proteu; em todo caso, fica assentado que os gregos tinham ciência do bom sítio, protegido do mar por recifes e pela ilha. Igualmente, sendo o vento dominante em Alexandria o noroeste, é possível entender porque alguém que viesse da Ásia Menor, demandando o Peloponeso, e se tivesse desgarrado indo dar às costas da África tivesse dificuldades de voltar contra o vento, para o norte (Tradução de Manuel Odorico Mendes, ed. Antonio Medina Rodrigues. São Paulo: Edusp/Ars Poetica, 1992, pág. 111).

Em segundo lugar, Heródoto. O acesso ao delta pelo braço Canópico, próximo à restinga de Alexandria, tanto era conhecido que em suas margens havia o *emporion* de Náucratis, fundado no V século a. C. Em seu segundo livro da *História* ele nos narra que o faraó Amasis (Ahmosis, 570-526 a.C.), um filoheleno, permitiu que os gregos (jônios de Quios, Teos, Fócida, Clazômenas, dórios de Rodes, Cnidos, Halicarnasso e Fasélis, eólios de

O segundo período da história alexandrina corresponde ao reino dos Ptolomeus: de sua fundação em 331/332 a.C. à ocupação romana por Otaviano, em 30 a.C. Durante esses três séculos, Alexandria assume suas marcas distintivas: cidade helenística, e não *pólis* grega, fundada por macedônios, desenvolvida por gregos, construída por egípcios nativos, habitada por estrangeiros de toda parte, com uma enorme comunidade judaica, espelho da *Oikumene* pretendida por Alexandre.

Para Alexandria o fim da dinastia ptolomaica representou a perda definitiva do posto de cidade-capital. A partir de então, malgrado sua riqueza e importância, ela passou a ser a segunda cidade do Império.

O terceiro e o quarto períodos acontecem sob o domínio do Império Romano. esteja ele íntegro ou desmembrado em duas partes após Teodósio I, e conjuntamente cobrem cerca de 700 anos, de 30 a.C. a 642 d.C. O terceiro período alexandrino corresponde ao governo romano propriamente dito, mas também à disputa entre cristãos e não cristãos. De acordo com alguns, estende-se de 30 a.C. a fins do século III d.C., quando o imperador Diocleciano cercou e tomou pessoalmente a cidade (c. 288). Segundo outros, deve-se marcar o fim deste período pelo Edito de Milão (313), no principado

Mitilene em um assentamento conjunto chamado de Hellenion, mais instalações à parte de Egina, de Samnos e de Mileto) ali se instalassem e adorassem seus deuses, garantindo-lhes uma sorte de monopólio comercial (*The History of Herodotus*, Book II, trans. G. C. Macaulay, in LÉVÊQUE, Pierre. *Ancient Greece, Utopia and Reality*. London: Thames and Hudson, 1994. pp. 148-9).

Por fim, o relato de Arriano da passagem de Alexandre em seu caminho para - ou de - Siwa, o oásis onde ficava o santuário de Amon se reveste de outro sentido; homem de cultura helênica, o macedônio devia conhecer bem os antecedentes acima expostos, e Cleomenes, administrador a quem coube o encargo de implantar a cidade, vinha de Náucratis. A idéia de fundar uma nova capital mediterrânea *ad Aegyptum*, de enormes dimensões (5 km x 2 km) certamente não se basearia em opiniões improvisadas, mas era sem dúvida parte de um esquema maior e muito bem planejado. Para controlar um Egito de características totalmente terrestres - continental talvez não seja um termo apropriado - um porto ao mesmo tempo lacustre e marítimo, justaposto a ele parece muito apropriado para um povo de marinheiros e mercadores.

de Constantino. De toda forma, um fato define aqui uma subdivisão: a chegada de São Marcos Evangelista em 40 d.C. No ano 45 de nossa era ele teria convertido um sapateiro de nome Annianus, dando início à Igreja Cristã Egípcia em Alexandria.

O quarto período, do início do século IV a 642, corresponde ao triunfo do cristianismo e a submissão ao Império Bizantino. Com a divisão definitiva do Império após a morte de Teodósio I, em 395, Alexandria volta-se novamente para o leste. Após o Edito de Milão, surgem esperanças de que a cidade volte a ser capital, desta vez da cristandade, oposta a uma Roma pagã. Mas Constantino frustra essas expectativas ao fundar uma “nova Roma“, Constantinopla (330), no sítio da antiga colônia grega de Bizâncio, que imediatamente ganha a antipatia dos alexandrinos. Alexandre ter libertado o Egito desse mesmo povo. Trezentos anos depois, em 634, os invasores árabes de uma nova fé, o Islã (paz) começaram sua campanha de conquista dos territórios da Ásia. Em 642, ocupam Alexandria sem resistência.

As noções de agrupamento de cidades ou de vilas, formando um sistema ou rede de núcleos urbanos, sua relação com a fonte de riqueza que lhe dá sustentação e a sua relação com o campo ou entorno rural, se aplicadas ao caso de Alexandria, sugerem que uma cidade com suas proporções só poderia existir dentro de um sistema maior de outras cidades. Ou seja, o apoio de *póleis* comerciais como Rodes, Delos, Corinto, Cirene e outras congêneres gregas, a relação com o empóreion precedente de Náucratis, os acordos comerciais com outras redes urbanas como aquela dos cartagineses e fenícios ou a dos árabes nabateus de Petra e Gaza, os intercâmbios com outras cidades helenísticas importantes como Pérgamo ou Antióquia, e o próprio *background* egípcio, das vilas do delta às cidades da Núbia, Kush e Aksum, passando evidentemente pelas antigas capitais de Tebas ou Mênfis.

Assim, Alexandria era viável porque existia no centro de uma extensa rede de outras cidades menores. E era exatamente essa rede que lhe servia de fonte de recursos e riqueza. É sabido que as suas exportações sempre foram superiores às importações e esse *superavit* em sua balança traduziu-se, por exemplo, em poder manter uma biblioteca monumental e construir uma torre não menos, por assim dizer, faraônica para orientar a navegação em seu litoral. O fato de situar-se em uma posição nodal no sistema assegurava-lhe atrair para si o excedente capitalizador.

Igualmente, era o domínio de suas *chorai* desértica, marítima e fluvial que lhe auferia riqueza, seja pelo comércio de caravanas e exploração de minas, as navegações e comércio marítimo, ou a produção agrícola, de grãos, de frutas, e de bens transformados como vinho, azeite ou mesmo papiro. Alexandria possuía bens para vender, uma força de trabalho enorme para continuar a produzir esses mesmos bens, e *know how*, tanto administrativo e econômico quanto tecnologia produtiva, além de uma posição geográfica estratégica para comercializar outros bens que por ela transitavam.

Para melhor entender essas relações, os mapas são aliados preciosos. Em uma escala maior, essas relações inter-regionais tornam-se graficamente evidentes. Alexandria, situada junto ao Egito, na beira do deserto Líbio, na porção leste do Mediterrâneo, próxima ao Mar Vermelho, rota para a Índia, e não distante das províncias da Cele-Síria, é suficientemente terrestre para se incluir em rotas de tropas, e bastante marítima para dominar, com sua grande frota, todas as principais linhas de navegação comercial do mundo helenístico. Mesmo com a ascensão de Roma e a perda da aliança com Cartago, Alexandria compensa a perda de sua primazia e independência pela inserção em uma rede ainda maior, a do Império Romano.

Em uma escala regional, sua não-pertinência em absoluto a nenhum quadro geográfico, colocada entre o deserto da Líbia e o delta, permite-lhe controlar ao mesmo tempo ambos. Isolada da população egípcia, hostil à elite dominante grega, Alexandria também não fica tão distante que não sinta os efeitos culturais do substrato nativo. Sua estratégica posição deve-se a uma formação geológica interessante. Primitivamente, havia somente um espigão calcário com duas cristas aflorando paralelamente no mar. Os contínuos depósitos de sedimentos aluvionais (sobretudo silte) trazidos pelo Nilo, que formaram o desenho do delta, provocaram o surgimento de canais entre as terras baixas e inundáveis, e lagos e lagunas no estuário, quando o material em suspensão trazido pelo rio encontrava os espigões rochosos. Essa é a origem das restingas, entre elas a de Alexandria, e de promontórios como Lóquias e Canopus, em uma paisagem que se repete até Pelusa. A segunda crista calcária forma a ilha de Faros em um raro afloramento; normalmente, se manifesta como rochedos submersos que dificultam a navegação para os que desconhecem o local, mas em compensação são um dispositivo de defesa para os pilotos alexandrinos, além de quebrar a força do mar que chega à costa, aumentando a segurança dos portos.

Em escala local, portanto, o sítio é muito bem defendido. Cercado de água em dois lados, bastam muralhas para limitar o acesso por sudoeste e nordeste, ao longo da restinga. Ao mesmo tempo, a ligação com o braço Canópico do Nilo provê a cidade de água e acesso ao interior. O lago Mareotis serve também como facilitador do tráfego regional, sendo que em suas margens situavam-se diversas atividades produtivas. Era também fonte de alimentos, tanto pelo plantio de vinha quanto pela criação de animais, caça e pesca. O sítio da cidade, também muito plano, com uma declividade de cerca de 0,5 %, facilitou a implantação de edifícios, ruas e grandes áreas por prescindir de terraplenos e cortes. A abundância de calcário, pedra macia

semelhante ao mármore, de fácil corte, mostrou-se excelente para a construção.

Quando reduzimos ainda mais a escala de observação, vê-se que a planta da cidade, segundo o relato de Estrabão, traduz uma praticidade e um planejamento coerentes com o que observamos regionalmente. Sobre um traçado regular, em tabuleiro hipodâmico, evidentemente de influência jônia, foram lançadas dimensões macedônias, já praticadas em Pela: *grosso modo*, sua forma é a de um retângulo de dois por cinco quilômetros. As prospecções de Mahmoud Bey parecem confirmar Estrabão; havia cerca de quinze grandes vias norte/sul, identificadas por ele pela letra R seguida de um número distintivo, cortadas ortogonalmente por cerca de oito longas vias leste/oeste, identificadas por L. Aparentemente, no século XIV seu traçado ainda era observável, descrito pelo viajante Abu'l-Fida. Definiam então grandes quarteirões quase quadrados de 330 por 278 metros. Eram bastante largas, algo como 7 metros; duas delas, no entanto, seriam ainda mais generosas. Autores antigos falam de até 30 metros, enquanto que teóricos mais sóbrios, como Tomlinson, as aproximam de 15 ou 19. Elas definiam uma cruz repartindo a cidade em quatro partes. A grande via paralela à costa ficou conhecida como Canópica, e parece ter sido inteiramente porticada; sua contrapartida leste/oeste foi denominada de via do Soma, por causa do túmulo de Alexandre. Esse esquema é notavelmente parecido com a fórmula de *cardo* e *decumanus* que mais tarde os romanos adotarão em seus acampamentos militares e cidades novas.

Mas esse plano escavado corresponde antes à cidade bizantina. Especula-se que os romanos tenham seguido o traçado helenístico, mas isso não é completamente seguro. Sabemos também que a cidade era dividida em cinco *klimata*, “bairros”, designados por letras (ou números) gregas. Destes, o delta correspondia ao distrito dos judeus. Como sabemos que os palácios

lágidas ficavam na zona conhecida por Brúquion, e que Rakhotis era o lugar dos egípcios, podemos inferir que havia, por assim dizer, certo zoneamento ou ao menos uma segregação espacial. A população grega aparentemente se reunia nas vizinhanças do *Gymnasion*, junto à via Canópica. As áreas portuárias junto ao mar, evidentemente, constituíam o *Emporion*. Sabemos que havia uma série de edificações e espaços públicos ou semi-públicos, como o museu, a biblioteca, um zoológico, jardins, estes todos talvez no precinto do palácio, que, a exemplo de Pela, ocupava de um terço a um quarto do espaço enquadrado pelas muralhas; o templo de Serápis e uma “biblioteca-filha” junto dele; uma ágora, ao menos um teatro junto ao palácio, e, mais tarde, outros; um hipódromo; um estádio. No entanto, nada é certo sobre suas implantações ou forma física. Há indícios do local do farol (o atual forte Qait Bey). O *Megas Limen*, ou grande porto, outrora o principal embarcadouro, hoje é uma baía de vilegiatura. O *Eunostos*, ou “porto da boa chegada”, é atualmente a principal linha de cais. O templo de Serápis se acha bem assinalado pela gigantesca coluna alcunhada de “ pilar de Pompeu”, ao sul, em uma elevação perto do lago Mariut (*sic*). Sobre as muralhas, portões, templos, túmulo de Alexandre, entre outras edificações famosas e citadas pelos antigos, nada se sabe ao certo. Encontraram-se cisternas e necrópoles, e isso é tudo.

Assim sendo, o que podemos afirmar com certeza é o caráter sincrético desse porto-capital, amálgama de influências macedônias, gregas, egípcias, judaicas e outras; seu traço marcadamente “imperial” durante a era dos Ptolomeus, sede de um reino ocupado, dominado por elite estrangeira (greco-macedônia) e governado com o auxílio de uma burocracia egípcia acostumada ao ambiente áulico; sua posição ostensivamente à parte do resto de Egito; sua ambiência não-democrática, palaciana, cortesã, de espaços de poder fechados, em torno de pátios entremeados de jardins, que se casou bem com o espírito egípcio.

Infelizmente a escassez de dados materiais não permite um estudo intra-urbano ou mesmo arquitetônico mais aprofundado e rico. Supõe-se que os túmulos refletissem um pouco sua decoração greco-egípcia. Achados em Pompéia parecem indicar que os romanos abastados copiavam o estilo alexandrino de morar. Igualmente, o modelo original das *insulae* romanas parece ter sido as *pyrgoi* de vários andares, e como aquelas, ocupadas por inquilinos pobres. Há também indícios de que os banhos e termas originalmente tenham sido inventados em Alexandria, mas, mais uma vez, a arqueologia pouco encontrou.

O pragmatismo alexandrino e sua conseqüente pujança ficam patentes em suas disposições gerais de ordem e tamanho. Ao mesmo tempo, o luxo, requinte e o gosto pelo supérfluo que os relatos antigos atribuíam à atmosfera alexandrina fazem pensar com que cuidado e custo devem ter sido construídos seus edifícios, a julgar por seus túmulos. As reconstituições gráficas, mesmo que em grande parte fantasiosas, são de grande valia nesse processo. Quanto a teorias mais gerais sobre o espaço, vale citar Rapoport: “*If the design of the environment is seen partly as a process of encoding information, then the users can be seen as decoding it*”. Trata-se de compreender a lógica original do projeto, mas para tanto, é necessário uma massa de informações nem sempre disponíveis. Razões complexas: às vezes mais vale deixar as lacunas em branco e ater-se ao detalhe, à coisa, ao lugar.

8. - O mundo urbano bipolar

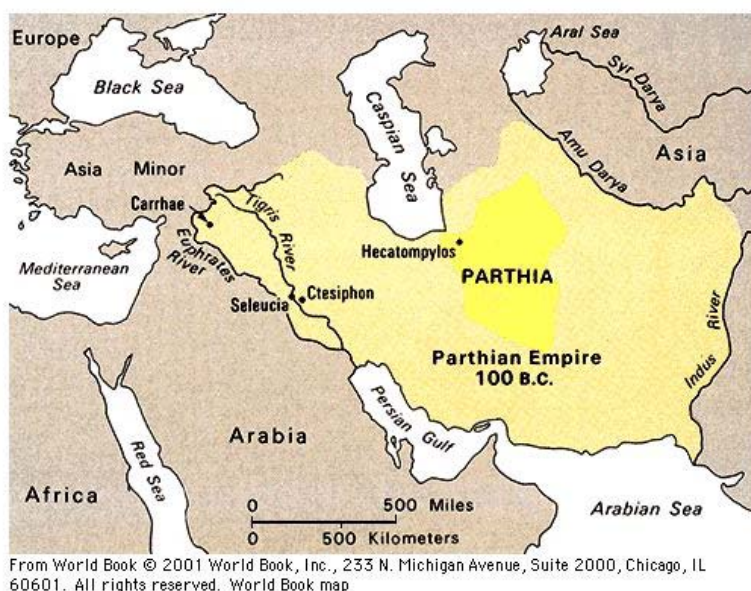
8.1 - O mundo urbano bipolar

No final do I séc. a.C. o mundo urbano estudado neste trabalho já apresentava sinais de ter atingido sua maturidade. Tratava-se de uma enorme área praticamente contínua na qual a cidade não constituía uma novidade, pelo contrário; um viajante hipotético poderia contar com o fato de que, durante suas jornadas pela Afreurásia, sempre poderia deparar-se com uma cidade em intervalos mais ou menos regulares.

Para escapar da zona urbanizada era necessário aventurar-se pelo que era visivelmente domínio selvagem. Ao sul, desertos como o do Saara, abaixo da costa mediterrânea, da Arábia, limite meridional do Levante e da Mesopotâmia, de Dash-i Lut e de Dash-i Kavir na área iraniana. Ao norte, as terras frias e cobertas de florestas, das Ilhas Britânicas ao futuro *limes* constituído pela linha desenhada pelos cursos do Reno e do Danúbio. A oeste, o Oceano Atlântico limitava complexo sistema, enquanto a leste sucediam-se primeiro a vasta, gélida e ilimitada planície setentrional de florestas e estepes nomádicas e depois a barreira dos intrincados maciços montanhosos reunidos no "nó do Pamir", encontro das cadeias do Elburz, Kopet-Dagh, Khorasan (WNW), do Hindu Kush (W e SW), do Pamir propriamente dito - no centro, no território da antiga Sogdiana, hoje Tadjiquistão - e do Tian Shan (NNE), Karakorum (NE) Himalaia (L), estendendo-se em seguida até o arco de círculo das montanhas da cadeia de Sulaiman, no Baluquistão, chegando por fim até o mar de Omã, no Makran, isolando o subcontinente indiano das terras altas do Irã.

Dessa forma, a zona de urbanização contígua da Afreurásia cobria o

território de pouco mais de 60 estados modernos⁹. O que é notável, no entanto, não é tanto a larga extensão do sistema quanto o fato de que apenas dois grandes Impérios Universais dividiam o domínio de sua quase totalidade: o Império Parta, a leste, e o Império Romano a oeste.



A potência do leste: Império Parta em 100 a.C.

⁹ Zona de aparecimento das primeiras cidades: Iraque; Zona da Civilização dos Vales do Sindhu-Sarasvati e contatos com a Suméria por meio do Comércio do Golfo Pérsico: Paquistão, Índia, Bahrein; Zona de expansão da urbanização por sobre a área proto-urbana primigênia: Síria, Líbano, Israel, Jordânia, Territórios Palestinos; Zona de características particulares do Vale do Nilo: Egito, Sudão, Etiópia; Zona de expansão da urbanização nos Zagros (Elam) e na Anatólia/Cáucaso: Irã, Turquia; Armênia, Geórgia, Azerbaidjão; Zona de expansão da urbanização no leste do Mediterrâneo: Chipre, Creta (Grécia); Zona de expansão da urbanização no Turquistão e Ásia Central (futura Rota da Seda): Turkmênistão, Uzbequistão, Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Afeganistão; Zona de expansão da urbanização a sul: Iêmen, Eritréia, Djibuti; Zona de expansão da urbanização através da colonização fenícia: Tunísia, Líbia, Espanha, Argélia, Marrocos; Zona de expansão da urbanização através da colonização grega: Sicília e Itália (Magna Grécia), França (Massilia), e, nas costas do Mar Negro, sul da Rússia, Ucrânia, Romênia, Bulgária; Zona de expansão da urbanização na costa da Ilíria e Dalmácia: Croácia, Montenegro, Albânia; Zonas de expansão da urbanização continental através da colonização romana: a oeste, Portugal, Bélgica, Holanda, Grã-Bretanha (Inglaterra e País de Gales - Escócia e Irlanda jamais foram ocupadas); ao norte, Alemanha, Suíça; a leste, Áustria, Eslovênia, Hungria, Bósnia e Herzegovina, Sérvia, Macedônia; Outros pequenos estados atuais na zona romana: Liechtenstein, Andorra, Monaco, San Marino, Vaticano, Malta; Estados periféricos sob possível influência iraniana: Arábia, Kuwait, Qatar, Emirados Árabes e Omã.

A primeira nêmesis de Roma: a Pártia

A despeito de não ser tão poderoso quanto sua contraparte mediterrânea, o Império Parta efetivamente bloqueou qualquer pretensão expansionista romana para o leste e instaurou uma espécie de "*pax parthica*" nos territórios além do Eufrates, assegurando uma possibilidade de desenvolvimento do sistema urbano no Planalto Iraniano e nas terras da Ásia Central que muito contribuiu para o comércio interregional, culminando com a instituição de uma série de caminhos para se demandar as terras indianas e chinesas, uma malha que ficou conhecida como Rota da Seda. Pragmáticos, os romanos não ficaram alheios a esse recurso, tomando parte ativa nas ricas trocas de mercadorias, em que pesem as contendas militares e políticas com os soberanos partas Arsácidas, como a humilhante derrota inflingida a Crasso em 53 a.C. na batalha de Carrhae.

Esta dinastia, fundada por povos de cavaleiros de matriz iraniana, como os medos e os persas, sucedeu aos Selêucidas de origem grega e macedônia no domínio do Irã e de parte da Mesopotâmia, notadamente as capitais de Selêucia e Ctesiphon, por volta de 130 a.C., permanecendo no poder até pouco depois de 220 d.C., quando foram substituídos por uma "restauração" persa pelas mãos da dinastia Sassânida. Porém no que tange aos romanos o balanço do poder permaneceu inalterado, vez que os persas revelaram-se adversários tão obstinados quanto os partas. As disputas com o Império do oeste foram legadas dos romanos para os bizantinos, só desaparecendo quando da conquista da Pérsia Sassânida pelos árabes muçulmanos no século VII d.C.

Além de sua riqueza, fruto do domínio do *heartland* por onde obrigatoriamente corria grande parte do comércio na Antigüidade, a Pártia contava com duas armas estratégicas no balanço do poder com Roma, ambas intrinsecamente ligadas a sua ancestralidade de pastores nômades das estepes: os *cataphractes*, "cobertos de ferro", cavalaria pesada em que o homem e o animal eram munidos de armaduras, e uma cavalaria leve de arqueiros¹⁰ extremamente móvel. O uso combinado desses dois temíveis instrumentos bélicos tinha resultados desastrosos para as infantarias pesadas das Legiões.

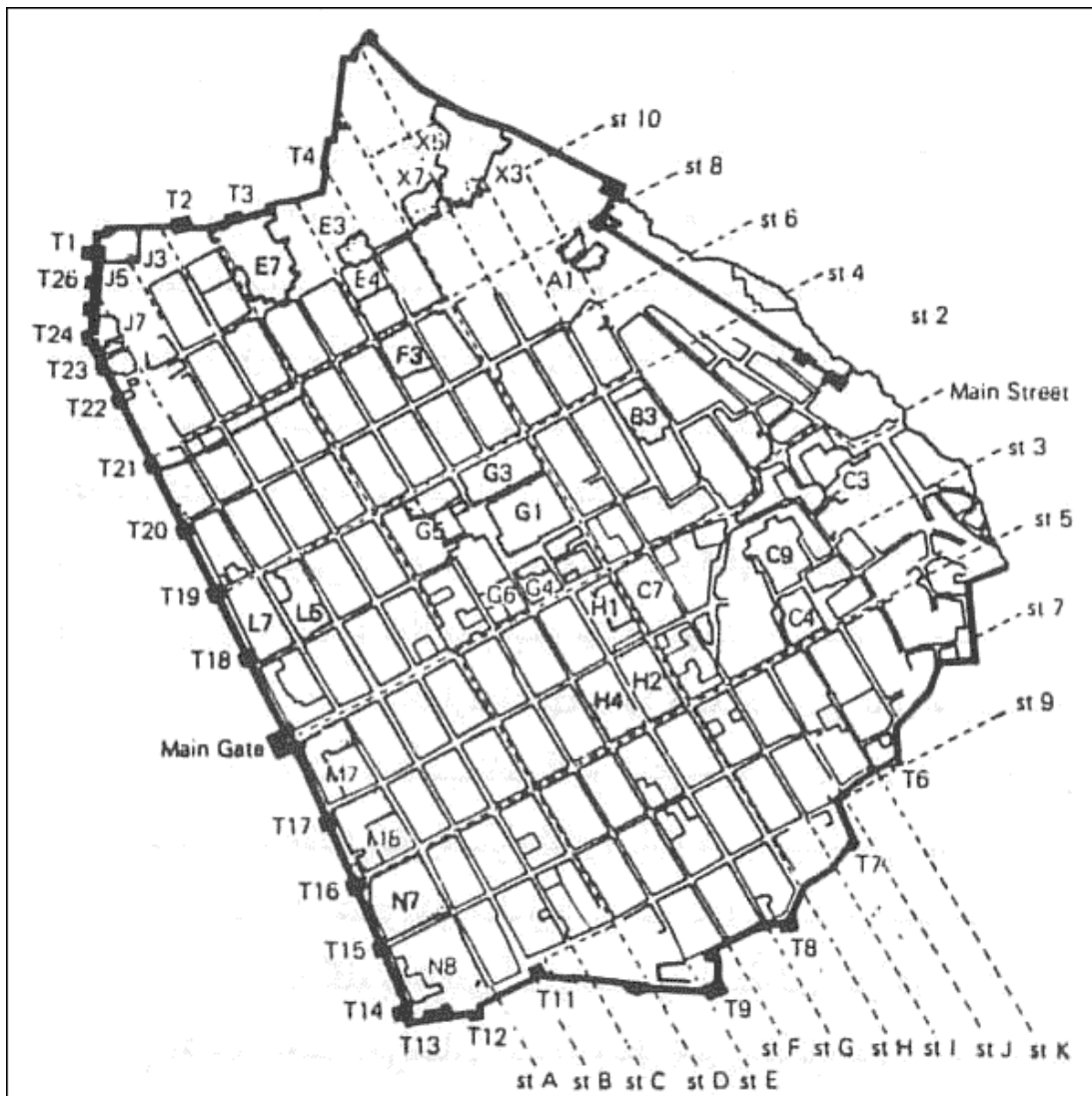


Cavaleiro arqueiro parta: relevo em terracota, I-III d.C.



Cataphractes, reconstituição

¹⁰ Em inglês há até hoje uma expressão, "parthian shot", que significa dizer algo - como uma espécie de palavra final - quando se está indo embora, que deriva do fato de que esses guerreiros conseguiam disparar suas setas enquanto recuavam.



A sincrética cidade fronteiriça de dura europa: quando sob domínio parta, o bazaar constitui elemento central em um império de caravanas comerciais

A segunda nêmesis de Roma: *Iranshar*

Os Impérios Parta e Sassânida representa a continuidade das formas anteriores, como a linhagem principal; a interioridade e o monumento tridimensional. A experiência de mesopotâmios e aquemênidas; o templo substituído por palácio; influência das práticas helenísticas (selêucidas): Dura, Hatra, Selêucia, Taxila. Sincretismo. Ao mesmo tempo, resistência às realizações do invasor. Na prática, a contribuição grega fica somente no âmbito da construção monumental (Altar do Fogo de Kanishka). Como quadro vivido, a urbanização na Antigüidade precisa ser entendida integrando os povos a leste: eles fazem parte da equação que descreve o funcionamento do sistema, mas como inovação para a solução de novas formas de espaços públicos, sua contribuição é modesta.

Aos impérios iranianos interessava sobretudo o comércio, daí as cidades-entrepostos de uma rota de caravanas e o caráter móvel de suas capitais. Tratava-se de uma cultura de domínio - Shahanshah (“rei dos reis”) - e não de regulação como o Sistema das Ordens romano. Mesmo a forma de organização do assentamento nos acampamentos (iraniano) circulares demonstra que a preocupação fundamental era com a forma das muralhas e não do traçado urbano (diferentemente dos *castra*). Também isso é ancestral (Suméria/Acádia/Babilônia). Quando o Império Romano incorporava cidades, respeitava as formas locais - outro traço da herança da concessão de “cidadania” aquemênida, evidente no episódio dos judeus na Bíblia. Assim, Dura ou Hatra têm seus traços gregos preservados.

O Império Romano, por outro lado, fundamenta seu domínio na aculturação. Após um episódio inicial de conquista de cidades mais avançadas do que Roma: Pompéia (italiotas), etruscos, gregos, púnicos. O Império incorpora contribuições e as devolve transformadas por sua lente, como Sistema quase fechado. Assim, independentemente do governante, fundações e benfeitorias permanecerão similares em um programa urbanístico. Isso se justifica facilmente porque a opção expansionista romana de deu em grande parte sobre o nada, ou melhor, as terras bárbaras do oeste. Os persas e os partas, por sua vez, tiveram que dialogar com povos já, há muito, praticantes da forma urbana, com tradições consolidadas. Tratava-se de um diálogo político de trocas que inibem grandes arroubos inventivos.

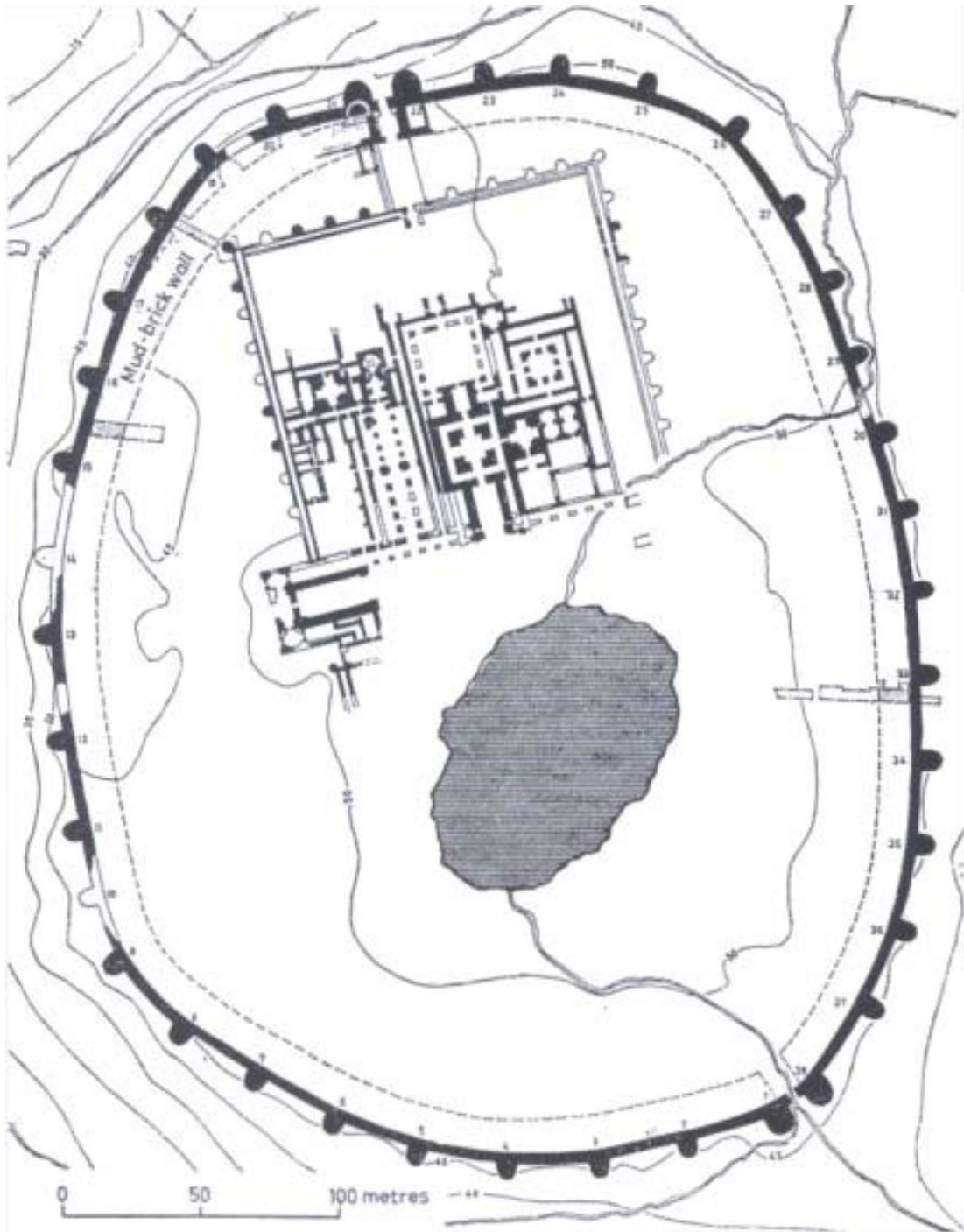
Mesmo os romanos não obtiveram grandes sucessos em implementar suas formas a leste. A porção leste do Império sempre permaneceu grega e, quando o oeste se enfraqueceu, a herança grega reassumiu o destaque de já gozara (Império Romano do Oriente, Bizâncio). A maioria das grandes cidades sempre se localizou no leste, com exceção de Roma, Cartago e Siracusa. Milão e Ravena, comparativamente, não mereciam sequer menção. Será preciso uma fundação árabe - Córdoba - para igualar-se a Bizâncio.

Assim sendo, enquanto existiu a variante da linhagem principal da urbanização na Antigüidade, constituiu uma experiência peculiar e fecunda, mas sobretudo prolífica em novas terras. Seu acesso limita-se a alguns séculos depois de Cristo, até os fins do século IV (para o Império Romano do Ocidente, para o Império Romano do Oriente, foi o século VI), enquanto a forma da *continuatio* preserva-se intacta até o século VII e mesmo depois: às experiências acumuladas desde a Mesopotâmia somam-se as inovações selêucido-helenísticas, partas e sassânidas, para a constituição da cidade islâmica, a exemplo de “Iwan” parta.

A herança do mundo bipolar é dupla: para o mundo da *continuatio*, da linhagem principal, o que sobrar  será o Sistema das Ordens e as ruínas exemplares. Para o mundo da *renovatio* importará a soma das experiências desde os primórdios.



Império sassânida em sua extensão máxima



Takht-e Suleyman: fundação sassânida demonstrando a continuidade da linhagem principal da urbanização da antigüidade: a cidade resume-se a casario indiferenciado e um monumento (palácio) protegidos por uma muralha

9. - O sistema urbano do Império Universal do oeste

9.1 - As reformas urbanas de Augusto em Roma (Res Gestae)

Roma, na virada do milênio, apresenta-se como objeto intrigante para análises urbanas. Verdadeira metrópole, comparável em tamanho e complexidade a muitas cidades contemporâneas, Roma entra para o panteão das cidades atemporâneas sob o governo de Augusto. Nascido Otaviano (63. a.C. - 14 d.C.), assumiu o nome de César Otávio ao tornar-se Cônsul e aceder ao Triunvirato, e, depois, o título de Augusto, quando forja a transição da República Romana ao Império Romano, transformando-se em Imperador (27 a.C.). Parte fundamental desse movimento político foi a transformação da cidade republicana, à margem do Tibre, em cidade imperial. Cabia a Roma transmitir sua importância tanto como sede do grande Estado, quanto como residência do magnífico estadista. Era necessário que a paisagem urbana refletisse sua superioridade frente a outras cidades do Mediterrâneo. Junto com a arquitetura, a arte, a literatura, Augusto lidou com Roma como um instrumento de legitimação de seu poder pessoal e imperial. Atribui-se a Suetônio¹¹ a frase que afirma que Augusto herdara uma Roma de barro e legara uma Roma de mármore, aliás mármore branco proveniente de Luna (Carrara), no norte da Itália.

A Roma de Augusto distingue-se por introduzir inovações importantes, inclusive estilísticas, na arquitetura da época¹². A frase de Suetônio referia-se

¹¹ LUGLI, Piero Maria. Roma: Bardi Editore, 1998, pág 31.

¹² Vitruvius (88 - 26 a.C.), contemporâneo, ao que se sabe, do imperador, abre o livro segundo do *De Architectura* com uma anedota significativa a respeito do planejamento urbano. Ansioso por ser empregado por Alexandre, o Grande, o arquiteto Dinócrates concebeu um modo de chamar-lhe a atenção: vestiu-se como o herói Hércules, com pele de

menos à técnica construtiva do que à mudança da decoração dos edifícios inspirada no estilo helenístico. Para o observador moderno o número e a qualidade dos projetos urbanos impressiona. Augusto fundou seu próprio fórum, adjacente e perpendicular ao fórum fundado por Júlio César (ditador desde 44 a.C.), e inaugurado em 2 a.C.. Cumpre lembrar que a construção do fórum de César revolucionou o desenho da Roma oficial. Ao interpor a série de edifícios mais relevantes ao norte do *Clivus Argentarius* (oficinas de ourivesaria), César inaugurou um movimento urbano de construção naquela direção que prosseguiu até o final do século II d.C., com Apolodoro. Uma característica marcante do fórum de Augusto consiste nas duas êxedras semicirculares e simétricas, semelhantes a basílicas, postadas de cada lado do templo de Marte Ultor. Apolodoro adotou mais tarde esta forma (como tantas outras que se tornariam padrão por todo o Império), ponto por ponto, no Fórum de Trajano. Os pórticos do Fórum de Augusto ostentavam um coleção de obras de arte, algumas das quais criadas pelo próprio Alexandre, o Grande; no primeiro piso de pórticos perfilavam-se cariátides copiadas do *Erecteion* de Atenas. As referências à arte ática e às obras da Acrópole, para além da evidente influência helenística por todo o norte do Mediterrâneo, revelam o gosto ortodoxo de Augusto e suas ambições autocráticas do *Princeps* (primeiro cidadão do Império Romano). Tal como seu antecessor, Júlio César, fez construir um prédio de caráter dinástico, em seu simbolismo monárquico de caráter religioso, celebrando o nascimento do principado. O Imperador, ressaltamos a tempo, recusava terminante e consistentemente os símbolos do poder absoluto de que seus aliados ou o povo pretendiam investi-lo.

Augusto também fez construir três novos aquedutos em Roma: *Aquae Julia*, *Vergine* e *Alsietina*. No ano 6 d.C. publicou a lei *De modo aedificiorum*

leão, clava, corpo besuntado e tudo, e postou-se no caminho do famoso general. Curioso, Alexandre pediu ao arquiteto que se aproximasse e se apresentasse, ao que Dinócrates respondeu: “sou um arquiteto macedônio capaz de ter idéias e planos dignos de Vosso renome”. Foi contratado no ato. *Apud* FAVRO, Diane. *The Urban Image of Augustan Rome*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, pág. 19.

urbis, segundo a qual a altura máxima dos edifícios limitava-se a seis andares¹³. Bem mais incisiva no sentido disciplinador, no entanto, foi sua reforma urbanística que ampliou três vezes o *pomerium* (campo sagrado em torno da muralha) e dividiu a cidade em 14 regiões, oito das quais compreendidas dentro da Muralha Severiana, cinco externas a ela e uma correspondendo a ao Trastevere. as 14 regiões de Augusto incluíam também as zonas extraurbanas e núcleos de construção que cresceram espontaneamente em torno da cidade republicana. O sistema civilizatório do Império Romano tinha na cidade, com seu traçado original e sua arquitetura específica, sua marca mais visível. Tal desenvolvimento urbano foi apenas um dos muitos aspectos perenes do processo de ordenamento do território. Estendeu-se a todos os tipo de paisagem, incluindo nivelamento de solos, construção de estradas e pontes, e, em especial, de aquedutos, que eram essenciais à vida nas cidades, à indústria e à irrigação dos campos. Extensos projetos de drenagem e de aproveitamento de pântanos, navegabilidade de rios e criação de portos seguros, equipados com molhes, armazéns e cisternas, fossem para navios mercantes, fossem para frotas bélicas, constituíram importantes modernizações. A necessidade de criação de vias rápidas de comunicação traduziu-se em estradas retilíneas que permitiam vencer grandes distâncias em tempo curto¹⁴. Por toda a parte, a construção de estradas foi acompanhada pelo processo de romanização e de planejamento.

O sistema que orientava o planejamento urbano em roma baseava-se em dois eixos perpendiculares que formavam um ângulo reto: o *cardo* (norte-sul) e o *decumanus* (leste-oeste)¹⁵. O cruzamento marcava o sítio onde devia

¹³ LUGLI, *op. cit.*, pág. 32.

¹⁴ STIERLIN, Henri. *O Império Romano. Dos Etruscos ao Declínio do Império Romano*. Colônia: Taschen, 1997, pág. 48.

¹⁵ A organização perpendicular das cidades romanas é um sistema derivado tanto da cidade etrusca quanto do traçado urbano de Hippodamus de Mileto, considerado o autor do planejamento urbano retilíneo, que reconstruiu sua cidade no séc. V a.C. e depois criou a planta do Pireu. A planta octogonal, no entanto, é muito anterior, já presente no Médio Império do Egito (*circa* 2.000 a.C.).

ser erigido o fórum. Alguns outros edifícios eram componentes indispensáveis: um capitólio (à imagem e semelhança de Roma), os templos dedicados aos deuses protetores, mercados, portos, armazéns ou empórios, criptopórticos, oficinas, fontes e centros de lazer (teatro, banhos, ninfeus, anfiteatro, circo, jardins e piscina). Uma cidade que se desenvolvesse de forma anárquica era uma maldição aos olhos dos censores romanos. A organização criteriosa era considerada uma panacéia universal, capaz de permitir o bem-estar e a prosperidade de todos os cidadãos. Assim Roma submeteu a península itálica e as províncias mais distantes, imprimindo-lhes seu espírito de organização e impondo sua chancela a todo o Império e disseminando a própria aspiração de cópia nas cidades conquistadas.

A essência do pensamento arquitetônico romano estava em toda parte: na criação de ambientes construídos pelo emprego do arco, da abóbada, e, acima de tudo, da cúpula. Os construtores romanos não se limitaram a erguer pórticos e colunatas para que fossem vistos como esculturas à luz do dia. Interessavam-se, sobretudo, pelo conteúdo espacial do edifício, pelo volume que a estrutura construída ostentava e pela interação entre o espaço interno e o externo.

Se, como cremos, as salas hipóstilas presentes na arquitetura mesopotâmica e mesmo nos recintos sagrados restritos egípcios como que desabrocharam na arquitetura grega, ou melhor dizendo, migraram para o exterior dos templos, não podemos nos furtar de observar, com a tentação de fazer o mesmo raciocínio, que partir de 35 d.C. até quase o final do primeiro século, a tendência de pintar cenários e arquitetura falsa na decoração interna dos edifícios romanos tornou-se mais e mais acentuada, e passou a ser conhecida como o IV Estilo. Teria tal uso dialogado com os espaços públicos organizados por fachadas?

O fato é que os edifícios romanos, templos, túmulos, fóruns, cada vez mais exigirão uma aproximação orientada pela frente. O *Ara Pacis*, grande Altar da Paz, contruído por encomenda do Senado, entre 9-13 d.C. para comemorar o retorno do Imperador Augusto de suas campanhas na Gália, tem, por exemplo, escadaria frontal de acesso, apenas, ainda que os relevos laterais exijam que se o circunde para interpretar as cenas de paz, abundância e prosperidade retratadas.

Finalmente, para que tenhamos uma idéia de conjunto do que pretendia e fez Augusto, citamos aqui o texto conhecido como *Res Gestae*, em sua versão em inglês. (ver anexo)

O estado romano no tempo da República e especialmente por obra de Silla tinha resolvido os problemas urbanísticos principais: água, esgoto, circulação, viabilidade, abastecimento e assistência pública. (Já os *Edili* supervisionavam a higiene urbana, os mercados, a tutela do "solo público" dos aliamentos, segurança e manutenção dos edifícios, e desde o tempo das XII tábuas tinham fixado, além das secções viárias carroçáveis (mínimo de 2,4 m retilíneo 4,8 em curva) a separação das diversas propriedades com um *ambitus* de cinco pés. Restavam sem solução os problemas da habitação, da aglomeração no centro, da insuficiência da rede viária (ligação Foro-Campo de Marte) e das pontes (o Tibre era atravessado somente pelas pontes Sublício, Emilio, Sesto, Fabrizio). César, retomando as idéias de Silla sobre a reorganização da capital, junto com as leis da XII tábuas, emite a *Lex de Urbe Augenda* prevendo a nova Roma não sobre o local da velha mas ao lado desta. Enfrentou o problema e por Suetônio sabemos que "*de ornanda instruendaque urbe... plura ac maiora in dies destinabat*": portanto programa edil e estético.

César escolhe como nova zona de ampliação o Campo de Marte, vizinho ao centro mas não ligado a ele com fáceis comunicações. Ao loteamento do Campo de Marte se segue o problema de uma rápida ligação com o centro, resolvido brilhante e radicalmente com um corajoso *sbancamento* entre o Capitólio e o Quirinal e a fundação do Foro dos Césares, iniciado já em 54 a.C. e inaugurado em 46 mas ainda não terminado em 44.

O plano regulador, confiado segundo parece a um arquiteto Pompônio ou Cecílio, entrou em fase executiva com a lei "*de Urbe augenda*" de 45, mesmo ano da promulgação da *Lex Iulia Municipalis*. No plano de César

entrava até o projeto do desvio do curso do Tibre a partir da Ponte Milvio ao longo dos montes vaticanos, mas, enquanto o loteamento do Campo de Marte foi terminada sob Trajano e o Forum Iulium por Augusto, o projeto do desvio e da retificação do Tibre, com a construção de um novo Campo de Marte não saiu do papel.

Augusto, por natureza menos radical que César, substituiu a idéia de seu antecessor por uma outra: esticar para norte o centro da cidade tradicional da cidade e fixá-lo no Campo de Marte, que se tornou de fato um bairro oficial sob o Império.

A obra urbana de Augusto se compendiou em duas previsões fundamentais: a anexação dos subúrbios e a divisão da cidade em 14 regiões (por sua vez subdivididos em vicos); o segundo ato foi uma consequência natural do primeiro, uma vez que a cidade aumentada necessitava de uma redistribuição administrativa geral que abolisse as quatro regiões tradicionais de Sêrvio (Suburana, Palatina, Esquilina, Collina) reduzindo-as a tribos e que equiparou ao direito comum o Capitólio e o Aventino, primitivamente excluídos das quatro regiões.

Homo, que estudou primeiramente a fundo nas fontes e diretamente a obra de Augusto, denota o caráter numérico da divisão da cidade em 7 regiões *pomeriales* e 7 *extrapomeriales* (cfr. Cinta de Sêrvio), subdivisões baseadas em princípios de ordem geográfica com respeito às zonas existentes e determinada pelas colinas e pelas planícies, pelo curso do Tibre, pela rede viária e de penetração. Roma se torna por antonomásia a *Vrbs XIV Regionum*, mas embora a designação destas fosse numérica os bairros continuaram popularmente a ser designados com nomes geográficos ou referidos segundo monumentos ou estradas existentes *in loco*. A divisão da cidade em regiões, sempre segundo uma justa afirmação de Homo, teve como consequência a

fusão gradual da cidade nova imperial e da antiga republicana, embora as muralhas de Servio mantivessem sua característica militar e ideal até o II século d.C. e além.

A Augusto se deve a constituição do primeiro cadastro com a precisa planta marmórea da Urbe na escala 1:500, que sucessivamente foi refeita na época de Septímio Severo; alguns restos interessantíssimos ainda são visíveis no Museu Capitolino.

Por mérito de Augusto se teve até a organização administrativa de Roma com a criação dos grandes serviços municipais que ampliavam as inovações trazidas pela *Lex Iulia Municipalis*. O Senado, os cônsules, os pretores, os edis conservaram as suas atribuições urbanas precedentes, mas ao lado destes foram criados os prefeitos das cidades, os *uigili*, os curadores das ruas, os colegas prepostos à água, aos edifícios públicos, ao Tibre. Além disso a região e o vicus possuíam magistrados locais eleitos anualmente com superintendência religiosa e administrativa. Cláudio, Septímio Severo, e mais ainda Aureliano e Diocleciano concentraram nas prerrogativas imperiais as funções principais dos órgãos prepostos à cidade até atingir com Severo Alexandre (séc. III) a outorga às regiões de curadores consulares nomeados pelo imperador. Com os vários imperadores o desenvolvimento da cidade e o necessário progressivo melhoramento edilício, viário e urbano em geral foi regulado por leis e magistraturas bem definidas. A organização dos grandes serviços urbanos (polícia, incêndios, alimentação, águas, edifícios públicos, Tibre) que se deve quase totalmente a Augusto foi pouco a pouco ampliada e principalmente incrementada sob os Severos. Merece particular atenção o interesse do Estado pela construção e manutenção seja dos edifícios públicos seja daqueles privados. A altura destes últimos foi muitas vezes limitada com base em uma média de 18-20 m e foram proibidas as estruturas projetadas das fachadas. Os perfeitos serviços de esgoto, os aquedutos deram toda a

comodidade e fizeram assim que a cidade não fosse mais assaltada por epidemias e os incêndios fossem rapidamente circunscritos. Merecem menção particular os numerosos aquedutos que serviam às 14 regiões (*Anio Vetus, Anio Nouus, Aqua Marcia, Claudia, Iulia, Virgo, Appia, Tepula, Traiana, Alexandrina*) e as fontes públicas que de 591 em fins do I séc. chegaram ao número de 1.352 na metade do IV. Sob Cláudio, que se interessou de modo particular pelo problema das águas, aparece um *Procurator aquarum*. Uma legislação específica e específica magistratura se ocupavam do Tibre, do regime de suas águas, do *alveo* e das margens.

...

9.2 - Os sistemas urbanos imperiais: fundações e reformas

Urbanística romana

Princípios da urbanística etrusca foram adotados pelos romanos, que reconheceram aí via de menor resistência para resolver um problema prático. A própria Roma é de fundação etrusca. Segundo a tradição, em torno do Palatino se reuniram por sinecismo populações latinas de diversas origens e a cidade foi fundada *etrusco ritu*. Somente Plutarco acena com o sulco circular, enquanto todos os outros autores estão de acordo em confirmar a forma quadrada do sulco. Tácito alude a um *Pomerium* trapezoidal aos pés do Palatino e Plínio recorda as três portas primitivas: Mugona, de Caco, Romana. Pelas fontes romanas, as quais por sua vez não são senão um eco da tradição, se deduzem porém, na complexidade das alusões as características fundamentais e o desenvolvimento da técnica etrusca nos seus sucessivos aspectos, que se completam no quadro urbano seja com o traçado do decumano (via Sacra Antiga) e do cardo (Porta Ianualis - Porta Romana) seja com a destinação em acrópole do Capitólio. Também a execução de obras públicas como a Cloaca Máxima e o Cárcere Mamertino advinham segundo a técnica etrusca. O Foro representa o ponto de encontro e o órgão do *Septimonium* constituído por sinecismo.

As origens de Roma confirmam admiravelmente a continuidade da urbanística etrusca com aquela romana. Foi pois encargo de Roma aperfeiçoar a técnica etrusca segundo as próprias tendências e exigências. A conservação

quase religiosa que os romanos fizeram do conteúdo dos *Libri Rituales* etruscos e as obras dos *castramentores* romanos, que constituem o aperfeiçoamento das normas ditadas pelos *Libri Rituales*, demonstram tal continuidade documentada ainda mais evidente pelo claro e abundante material a disposição dos nossos estudos diretos: acampamentos militares, cidades que floresceram a partir dos acampamentos, implantação das colônias, centurição. Já Norba e Fondi, as cidades volscas romanizadas no século IV denotam a aplicação dos princípios etruscos, menos rígidos na primeira, surgida em colina com cinturão poligonal e com plano aplicado segundo um eixo orientado NE-SO, claro e esquemático na segunda, surgida na planície, com cinturão quadrangular e com plano perfeitamente ortogonal, orientado NO-SE e implantado sobre o decumano constituído pela Via Ápia.

A *inauguratio* com a orientação e a delimitação do *templum* (que segundo algumas fontes representaria o território urbano, segundo outras o local pelo qual traria os auspícios), o *sulcus primigenius*, o traçado do *pomerium* são pressupostos rituais sobre os quais se baseavam na prática as cerimônias de fundação e as recorrências religiosas a estes referidas, pressupostos com os quais praticamente o efetivo traçado das cidades nem sempre concorda. No ato da fundação e por obra dos *gromatici* era a *limitatio* interna baseada em critérios determinantes de ortogonalidade; encontramos frente a um esquema rígido mas na sua clareza lógica perfeito e exatamente respondendo à complexa ordem de exigências a que devia satisfazer e às possibilidades técnicas dos *mensores* e dos legionários que deviam de quando em quando realizá-lo. Se na Etrúria encontramos os antecedentes diretos da urbanística romana, com a *castrametatio* nasce o urbanismo romano verdadeiro, a urbanística como disciplina sem empirismo, sem fantasias místicas, sem aproximações.

A colônia romana deve ser entendida no seu justo valor histórico. Além

das colônias *maritimae* ou *ciuum Romanorum*, devidas sobretudo por garantia militar até cerca todo o século II a.C., cresceram conquistando sempre maior importância as *coloniae Latinae*, organizadas não por comunidades que gozassem o direito de cidadania romana, mas por representantes de diversas cidades latinas confederadas. As *coloniae Latinae* tinham dupla função: militar e político-econômica e, no âmbito da própria jurisdição, fruíam de uma autonomia administrativa quase completa, mesmo sendo naturalmente ligadas a Roma política e militarmente. A estas devem-se acrescentar as *coloniae militares* criadas com a conquista ou a aquisição de propriedades fundiárias. As colônias, segundo a prática das diversas épocas históricas, eram devidas dos *triumviri coloniae ducendae*, por ditadores, cônsules ou procônsules ou por *legati* imperiais com base em uma *lex rogata* ou ao direito do poder soberano. As partes em que era dividido o território a colonizar eram consignadas aos colonos "*deducti in coloniam*" em formação militar e a colônia era fundada o rito tradicional da fundação das cidades. Assim a colônia era cidade fundada por vontade do Senado e do povo romano como expressão política, e cidade traçada e construída por mão de obra na maioria militar. De onde se explica a analogia das colônias romanas com os *castra* e a derivação daquelas a partir destes. Frequentes eram os próprios casos de *castra* que se transformavam em colônias: bastaria recordar Aosta, Turim, Viena, Colônia, Estrasburgo, Silchester. Sempre, onde a natureza do terreno o consentisse, o sistema castrense foi aplicado na fundação das novas cidades; somente quando estes surgiram por necessidades comerciais em torno de um foro ao longo de vias de grande comunicação tiveram plantas menos regulares por causa de seu desenvolvimento espontâneo. Entre as cidades forenses, quase sempre abertas, recordamos Forum Clodii na Etrúria; Forum Cornelii (Ímola); Forum Popilii (Forlimpopoli); Forum Julii (Cividale); Forum Sempronii (Fossombrone), afora os muitos outros distribuídos também fora da Itália na Gália e na Helvécia. Vemos também que o espírito prático dos romanos, lá onde se encontrou com civilizações já avançadas, respeitou

formas e expressões urbanísticas locais.

Fica desta forma certo que se na base do urbanismo romano esteve o elemento religioso assimilado dos etruscos com o conceito importantíssimo de delimitação, na prática e na atuação teve um peso determinante uma outra força vital: a organização militar, que de resto não só fixou esquemas de fácil atuação pelas fundações particulares, mas também, difundindo primeiramente as insígnias de Roma e garantindo depois a civilização desta em toda a vastidão do império, determinou verdadeiramente a unidade urbanística em todo o mundo romano.

A base da implantação era, como com os etruscos, o traçado dos dois eixos fundamentais, um orientado do levante ao ocidente chamado "*Decumanus*" (de largura variável de 14 a 15 metros; excepcionalmente podia chegar aos 30 metros), o outro, normal ao primeiro, orientado de setentrião ao meridiano chamado "*Cardo*" (com largura de 7-8 metros). Ruas menores com larguras mínimas também de 2,5 m, paralelas a estes dois eixos, postas entre si em distâncias variáveis de 60 a 70 m completavam a rede viária determinando *insulae* quadradas ou retangulares que encontram eco na centurização das colônias e nas *strigae* e *scamna* do solo demanial das províncias. Deve-se no entanto notar que enquanto nas cidades o cardo, com relação ao decumano, tinha uma função secundária, no campo, pelo menos nos primeiros tempos, tinha a função de eixo principal (de onde também o nome a ele conferido de "*uia principalis*") e só mais tarde a largura dos dois eixos, cardo e decumano, parece ter sido uniformizada em 60 pés enquanto que no início o decumano era de 50 pés e o cardo de 100 pés. No ponto de intersecção dos dois eixos principais encontramos no campo o *praetorium*, na cidade o foro. Todavia esta regra fundamental teve aplicações diversas: em algumas cidades nos encontramos frente a mais decumanos e a mais cardos principais ou pelo menos a mais eixos principais, em outras, é o caso de Aosta, a uma redução do

retículo viário com a consequência de quarteirões muito extensos (143 x 181 m). Assim a posição do foro não foi sempre baricêntrica mas a sua localização foi muitas vezes deslocada, e, como regra constante, perto do porto nas cidades marítimas.

O pomério e as muralhas constituíam o limite da cidade. É digno de nota que o pomério, nascido de princípios de ordem espiritual como barreira religiosa, a que se acrescentaram obviamente interesses de ordem prática, vai depois constituir uma zona de respiro da habitação, mesmo mantendo as suas funções primitivas.

A orientação perfeita não era sempre seguida. As cidades surgidas perto de rios, lagos, mares ou colinas apresentam uma evidente aderência à configuração do terreno: o decumano era traçado paralelamente às curvas de nível e o cardo normal a este seguia as linhas de maior inclinação. Por isso também se notam orientações várias das cidades, devidos evidentemente à natureza do terreno e não certamente, segundo as afirmações de Lavedan e os cálculos de Tiele, à diversidade da estabelecimento em que eram fundadas e ao conseqüente ponto de nascimento do sol. Com isto todavia não se quer negar o aporte para a técnica da orientação dado pelos gromáticos, que em seus tratados insistiam sempre no conceito de orientação baseado não somente no oriente real mas também naquele mais preciso, mesmo se menos facilmente realizável, da orientação equinocial e proporcionaram uma uniformidade de delimitação em todo o império baseada precisamente no segundo método de orientação.

Cidades romanas

Excluindo Roma, que teve uma sua história urbanística particular, de cuja fundação já falamos e cujo desenvolvimento será objeto de tratamento

mais a frente, as cidades romanas se apresentam com caráter homogêneo seja mesmo, como assinalamos, adaptadas de vários modos às exigências contingentes das localidades em que surgiram e do terreno sobre que foram fundadas.

Até um certo ponto se pode falar da obra urbanística dos romanos seguindo a sua expansão primeiro na Itália peninsular, depois nas Gálias, na península Ibérica e no resto da Europa porque naturalmente em um primeiro florescimento das cidades nas regiões pouco a pouco ocupadas, seguiu nas mesmas regiões em épocas sucessivas a fundação de novos centros ou a ampliação e embelezamento dos centros existentes. Não existem elementos tais que possam fazer distinguir os novos centros da Itália daqueles das Gálias ou da Bretanha: na Europa, se se excluir a Grécia, Roma se encontrou sempre frente a civilizações inferiores às quais impõe no aporte de sua civilização também a sua urbanística. Distinguir assim na Europa o urbanismo romano por regiões pode ser útil mas não é necessário. São sempre os mesmos esquemas e elementos que se repetem.

Só na Itália o urbanismo romano se encontrou em contato de um lado com o dos etruscos, mas nos albores de sua história, de outro com o dos gregos das colônias durante o período da colonização tardia da Magna Grécia. O primeiro contato foi sozinho determinante na época da formação da urbanística romana, o segundo não teve influência sensível sobre esta.

As cidades etruscas, já decadentes foram pois, em período republicano e imperial, romanizadas como Fondi, Perugia, Felsina, Mantova. Nela aos elementos típicos etruscos, que de resto não se diferenciavam daqueles romanos, foram através dos tempos acrescentados os foros, que determinaram a fisionomia típica atual de certos centros como Arezzo, Volterra, Bolonha, onde ainda hoje se identifica a correspondência do foro romano com a praça

principal.

Na Itália meridional nos encontramos frente à romanização das cidades gregas como Paestum, já colônia latina em 272 a.C., Nápoles, Pompéia, Cumae. Em contato com concessões totalmente ortogonais mas não impostas segundo as regras da *castrametatio*, Roma se limitou aos embelezamentos ou às ampliações como em Pompéia e em Nápoles onde o elemento romano é representado mesmo por basílicas, termas, templos teatros e anfiteatros. Roma portanto não assimilou esquemas urbanísticos das colônias gregas na Itália; todavia deveu muito à Grécia mas não no tocante ao traçado urbano. A influência grega se verificou na composição dos ambientes monumentais; foi helenística e se manifestou sob um duplo aspecto: estética urbana e organização urbana.

Pompéia, cidade osca do século IV que viu substituírem-se as civilizações etrusca, grega, samnita e romana, colônia de Roma em 80 a.C., apresenta já influências helenísticas na composição do foro triangular e no critério compositivo dos edifícios públicos adjacentes. Praeneste, reconstruída, depois de ter sido destruída por Silla, em terraços paralelos dispostos simetricamente com relação a um eixo central, na monumentalidade dos edifícios sagrados à deusa Fortuna e em outros complexos cenográficos devia oferecer o espetáculo de uma cidade helenística. O exemplo de Praeneste é talvez único no campo do urbanismo de Roma mas a cidade devia ter um caráter e uma função particulares, tanto que não é à toa que foi considerada "cidade sacra". Mesmo em Terracina, surgida na via Ápia, que formou o decumano atravessando o foro, o influxo helenístico é provável na localização particular do templo de Jove Anxur. Assim o templo de Hércules dominava Tibur.

O último século da República foi o mais brilhante das cidades do Lácio

e viu surgir ou consolidar-se também centros de grande importância comercial como **Óstia**, surgida em um castro militar, do qual conservou o centro, e em torno do qual se desenvolveu um esquema ortogonal, ainda que não regular e rígido. Todavia tal movimento edilício arquitetônico verificado no Lácio, como nota Lugli, deixou quase indiferente a capital e, acrescentamos nós, Roma neste período se preocupou não tanto em resolver problemas propriamente urbanísticos quanto com a necessidade de fundar colônias, sobretudo na Itália, para distribuir aos veteranos das guerras civis. Mas já antes de 120 a.C., segundo Lavedan, tinham sido fundada umas oitenta cidades; dez surgiram sob Silla. No início da época imperial Augusto sobretudo continuou com a fundação de cerca de trinta cidades a obra colonizadora de Roma. Florença, Lucca, Piacenza, Pávia, Turim, Aosta, Como, Verona são a expressão da urbanística romana dos primeiros séculos a.C. Em todas estas cidades que constituem os exemplos mais importantes para a Itália notamos, seja mesmo na incerteza dos estudiosos dos estudiosos acerca da definição métrica das vielas, um esquema rigidamente ortogonal implementado em um sistema de ruas que se interseccionam em ângulo reto nas quais são reconhecíveis o cardo e o decumano. Em Turim, Como, Piacenza, Pávia, Verona no entanto as insulae tendem no mais das vezes a algo acerca ??? de 70 x 80 m (em Luca encontramos quadrados perfeitos excepcionalmente grandes de 137 x 137 m).

O foro nestas cidades, que se encontra geralmente na zona central perto do cruzamento do cardo com o decumanus, é característico. Arcos honorários ornavam a via principal recordando a liberdade municipal ou em honra de beneméritos da república. Recordamos o Arco dos Sérgios em Perúgia, o Arco dos Gavi em Verona, o Arco de Augusto em Rimini e em Aosta. Os arcos, presentes pois na variação dos temas mais ricos em toda cidade importante do império, além de ter uma função monumental e decorativa representavam um elemento importantíssimo da estética urbana implementada no princípio da

delimitação dos espaços contíguos dentro de relações determinadas.

Com sistema constante e características uniformes a Europa romana se povoava de cidades lá onde os campos cessavam as suas funções militares para absorver além dos colonos romanos, as populações locais. A tipologia castrense se encontra repetida nos centros da Britânia: são típicos aqueles de Caerlon, de Galligan, de Cardiff, surgidos em castra *stativa* e de Caerwent, que repete com variantes o plano do Castrum Londres mesma até o ano 1.000 permanece fechada na cerca das muralhas romanas.

Como na Itália Ivrea, Aosta, Trento tinham tido inicialmente função defensiva dos confins setentrionais da República e do Império, como Mogúncia e Estrasburgo sobre o Reno, Ulpia Traiana, Ratisbona garantiam a segurança do império na região germânica.

Nas regiões danubianas recordamos, além de Viena, Budapest e Belgrado (Singidunum Castra), Lubiana (Emona), fundada por Augusto em 34 a.C., que apresenta um esquema perfeitamente orientado e ortogonal implantado em cinco vias N-S e cinco vias E-O.

Na Ilíria os centros de fundação helênica como Apolônia e Durazzo se alternaram, já no período republicano, uma colonização romana com Ragusa, Zara e outros centros até que a romanização da região culminou com o palácio de Diocleciano sobre o qual depois surge a cidade de Split.

Autun, surgida perto de Bibracte, com 6 km de perímetro, cortada por um cardo e dois decumanos máximos e dividida em 68 *insulae*, Treviri, de igual extensão, fundada em novo local, perfeitamente orientada e de plano ortogonal, no qual se distingue bem o cardo, demonstram a propagação no espaço e no tempo dos esquemas tradicionais, enquanto Paris, acrescentada ao

burgo existente de Lutécia representa um claro exemplo de adaptabilidade ao terreno, na transformação em cardo da estrada de Orleães.

O costume de fazer descer ao plano por meio de um novo cardo as cidades já capitais e fortalezas das tribos locais, é, como bem nota Lavedan, uma característica das cidades gaulesas do tempo de Augusto; todavia também na Itália, segundo os estudos de Lugli, nos primeiros tempos do Império as cidades itálicas escapam das cintas de muralha e descem para o plano, onde constituem teatros, anfiteatros, termas e às vezes um foro novo. Deve ser notado que enquanto na Itália tal disposição se deveu ao fato que no I século a península já estava unificada e pacificada, na Gália, por ser pouco ocupada, tal sistema deve ter sido sugerido por razões de ordem política e segurança militar.

Na península Ibérica Roma impõe os seus esquemas aos vilarejos celtíberos e às cidades de fundação cartaginesa e trabalhou sobretudo em um terreno, por assim dizer preparado pela colonização cartaginesa. Tartenus, Gades, Carteia, Malaca, Abdem tinham sido portos fenícios. Os romanos estenderam o movimento urbanizador em direção ao interior da península: recordamos entre os centros principais Tanaco e Lancia.

Um aspecto particular assume o urbanismo romano na Grécia, onde César em Corinto, Marco Aurélio em Esmirna, Adriano em Atenas se limitaram a reformas ou ampliações. Frente a uma civilização e a um urbanismo tão avançados Roma não se impõe. É típico o exemplo de Atenas. "*Nouae Athenae*" que por Adriano toma o nome de Adrianópolis, estendia-se ao longo das margens do Ilisso, deixando voluntariamente intacta a cidade grega, preocupação esta documentada por uma inscrição colocada no arco de ingresso da "cidade de Adriano", contraposta àquela "de Teseu"

Este respeito pelas tradições aparece também na África e especialmente no Oriente, onde os romanos aplicaram os seus sistemas adaptando-os, além das condições do terreno, às expressões urbanísticas e às tendências locais.

Na África, a romanização das cidades existentes ficou obrigada à tipologia dos vilarejos indígenas como em Dugga, em cujo plano fenício se espalharam sem ordem precisa *ville* romanas, ou Ghigitis, onde aparece claramente um grande respeito aos monumentos cartaginenses. A regularidade dos esquemas implantados em *cardo* e *decumano* se encontra somente em cidades de nova implantação e em época imperial. Timgad, para usar as palavras de Lavedan, é um modelo de precisão geométrica: o *decumano* que divide em duas a cidade e o *cardo* que chega ao foro são porticados, sistematização essa já em uso nas cidades romanas, mas característica da África e do Oriente pela necessidade particular do clima. Cartagena, que se pode dizer totalmente romanizada, colônia de Augusto, oferece no seu esquema ortogonal um a adaptação evidente à conformação do terreno; o os *decumanos* parecem seguir as linhas de nível. Sufetula (?) apresenta características análogas.

No Egito a ação de Roma foi mesmo limitada à ampliação de centros existentes como Alexandria e Ptolemais, as duas grandes cidades helenísticas, e Tebtunis e às fundações *ex nouo*, aos tempos de Adriano, de Antínoo, implantada no esquema da limitação castrense.

No oriente, sobretudo, Roma se encontrou face a uma urbanística já desenvolvida mas não em contraste com as suas tendências porque já, por assim dizer, unificada por esquemas ortogonais alexandrinas. A escolha do lugar onde surgiram as novas cidades se deveu a motivos de ordem prática ou à existência de *castra* no local. Na mais as cidades surgiram, como é natural, ao longo das rotas de caravanas como Heliópolis, Apaméia, Dura Europos, ou

perto de santuários como Baalbek, Palmira e Gerasa.

No oriente, mais que em outros lugares, encontram-se aquelas obras colossais que não só tinham o valor político de serem índices da potência e do prestígio de Roma, mas também se adequavam bem às tendências locais remotas ou recentes. Palmira, reconstruída no II século d.C. no deserto siríaco, Gerasa, conquistada por Trajano na Palestina. Antióquia, já esplêndida no tempo dos Selêucidas, embelezada por Calígula, Adriano, Antonino Pio, Diocleciano, e pelos seus palácios, as suas termas e pórticos se tornou a mais imponente cidade do oriente romano, representam os exemplos mais típicos da urbanística romana no oriente pela riqueza e a monumentalidade das composições. No mesmo tempo Gerasa, Bosra, Filippopoli e muito mais tarde Sergiopoli e Quersoneso apresentam a aplicação do simples esquema ortogonal ainda que então pouco regular. Em Gerasa encontramos a típica composição do foro que fecha a via principal. No oriente tiveram o maior desenvolvimento as vias porticadas (Palmira), os foros monumentais típicos (Gerasa), os arcos tetrápilos (Filippopoli, Laodicea), os pórticos (Éfeso), as grandes composições arquitetônicas em terraços (Pérgamo), as poderosas arquiteturas perspectivas dos templos (Heliópolis).

Se o fausto das composições foi objeto de cuidados particulares dos imperadores, o cenário e a estética urbana, de que Roma em si como cidade fornecia exemplos insígnies e nobres, não foi *descuidada* em todas as partes do império, De fato, geralmente todas as cidades capitais de regiões agrícolas, capitais de províncias, novas ou romanizadas, quando o sentido de defesa não prevalecia sobre o comercial, revelam mesmo no rígido ordenamento do reticulado viário riqueza de composição urbanística: foros, praças de *reunião* fora dos tráfegos citadinos comuns, foros comerciais perto dos portos, templos, ginásios, vias, termas, teatros, circos, lojas, pórticos, *nonchè* serviços

urbanos requintados: estradas, *fogne*, aquedutos, fazendo parte integrante da implantação da cidade. Baseada sobre princípios em parte ainda expressos nas XII tábuas mas sobretudo sancionados pela *Lex Iulia Municipalis*, o urbanismo romano teve leis bem definidas sobre a organização da cidade, considerando especialmente o ordenamento edilício, a técnica urbana, o abastecimento, a segurança pública, a higiene.

O movimento urbanizador romano com a sua técnica e aplicação de constantes leis teóricas, baseadas seja sobre a tradição religiosa seja sobre ditames dos *gromatici* e de Vitúvio, compreendia na sua organização, além de um indiscutível espírito prático, um outro dos traços fundamentais da civilização romana: a sabedoria jurídica. De fato a urbanização romana era devida não tanto a exigências artísticas de coletividade singular, quanto a necessidades práticas de defesa e de valorização das províncias, como ato político de vontade poder-se-ia comparar às urbanizações macedônias se não tivesse sido animada pela preocupação evidente nas leis, de obter o equilíbrio entre o direito público e o direito privado. Assim por exemplo o ato militar de confiscar os terrenos de conquista para consigná-los aos veteranos, seguia com a centurização do território a sanção dos direitos de propriedade. Igualmente na organização interna da cidade vigiam regulamentos edilícios coercitivos particulares, tais, a ponto de garantir o bom funcionamento dos serviços principais, o decoro, a higiene e a comodidade a favor dos indivíduos.

As estruturas de circulação romanas merecem uma atenção particular, entendidas seja como rede viária no interior da cidade, seja como rede de comunicação através da vastidão do império. Quanto às primeiras já foram mencionadas, mas será bom acrescentar que a constituição da rede viária, já patrimônio da técnica etrusca, com calçadas e pedras em relevo para atravessar respondiam a necessidades de tráfico: as ruas eram estudadas sobretudo com função residencial, donde a introdução de foros, pórticos,

basílicas, arcos, nascidos da especialização sucessiva de algumas funções viárias. Da segunda se pode dizer que representam uma das maiores heranças deixadas pela dominação romana e constituem não só para a Itália mas também para a maior parte da Europa a base da rede viária de grande tráfico.

É incerto mas não improvável que uma grande estrada etrusca precedente à Via Ápia ligasse Alsio a Pisa e é mesmo documentado pelo Periplo de Sillace que uma estrada etrusca ainda ligava Pisa a Spina. Portanto os romanos, ainda se neste campo no início podiam ser devedores dos etruscos, traçaram depois com o sentido prático próprio da sua estirpe estradas que demonstram uma técnica muito aperfeiçoada. As vias militares e comerciais, de largura de 6-7 metros, solidamente lastreadas com pedras ou tijolos, munidas de pontes colossais, atravessavam montes e rios seguindo traçados retilíneos. Os marcos militares, instituídos pela primeira vez pelos romanos, começavam a contar-se a partir de Roma e serviam de base ao cálculo das distâncias na extensão do império.

Além da Via Flamínia, da Cassia, da Salaria, abertas para ligações internas na península, têm grande importância a Ápia que encontrava a sua continuidade na Egnatia, penetrando não só na Balcânia mas também na Ásia Menor através do Bósforo; a Valéria que, traçada até Reggio, tinha depois o seu prolongamento para além da Sicília também no litoral da África setentrional; a Emília, que cessando em Piacenza tinha depois diversas ramificações interessantes não só para os principais vales alpinos, e assim para a Europa central e ocidental, mas também Aquiléia onde se *dirimavano* estradas em direção às regiões Ercinica, Germanica e Danubiana até a Dácia; a Aurelia, que se prolongava na Gallia, onde encontrava além das estradas daquela região também a importantíssima artéria para Colônia; da Gallia se prolongava na península Ibérica até Cádiz, onde uma outra grande artéria, ultrapassando os Pirineus, unia a Espanha à Gallia Ocidental. Os romanos

assim, traçando com raro intuito geográfico as grandes estradas que seguiam as diretrizes naturais da sua expansão, fixaram um ordenamento que teve um peso determinante através dos séculos de um ponto de vista não só econômico mas também histórico.

Por mérito de Augusto se teve até a organização administrativa de Roma com a criação dos grandes serviços municipais que ampliavam as inovações trazidas pela *Lex Iulia Municipalis*. O Senado, os cônsules, os pretores, os edis conservaram as suas atribuições urbanas precedentes, mas ao lado destes foram criados os prefeitos das cidades, os *uigili*, os curadores das ruas, os colegas prepostos à água, aos edifícios públicos, ao Tibre. Além disso a região e o vicus possuíam magistrados locais eleitos anualmente com superintendência religiosa e administrativa. Cláudio, Septímio Severo, e mais ainda Aureliano e Diocleciano concentraram nas prerrogativas imperiais as funções principais dos órgãos prepostos à cidade até atingir com Severo Alexandre (séc. III) a outorga às regiões de curadores consulares nomeados pelo imperador. Com os vários imperadores o desenvolvimento da cidade e o necessário progressivo melhoramento edilício, viário e urbano em geral foi regulado por leis e magistraturas bem definidas. A organização dos grandes serviços urbanos (polícia, incêndios, alimentação, águas, edifícios públicos, Tibre) que se deve quase totalmente a Augusto foi pouco a pouco ampliada e principalmente incrementada sob os Severos. Merece particular atenção o interesse do Estado pela construção e manutenção seja dos edifícios públicos seja daqueles privados. A altura destes últimos foi muitas vezes limitada com base em uma média de 18-20 m e foram proibidas as estruturas projetadas das fachadas. Os perfeitos serviços de esgoto, os aquedutos deram toda a comodidade e fizeram assim que a cidade não fosse mais assaltada por epidemias e os incêndios fossem rapidamente circunscritos. Merecem menção particular os numerosos aquedutos que serviam às 14 regiões (*Anio Vetus*, *Anio Nouus*, *Aqua Marcia*, *Claudia*, *Iulia*, *Virgo*, *Appia*, *Tepula*, *Traiana*,

Alexandrina) e as fontes públicas que de 591 em fins do I séc. chegaram ao número de 1.352 na metade do IV. Sob Cláudio, que se interessou de modo particular pelo problema das águas, aparece um *Procurator aquarum*. Uma legislação específica e específica magistratura se ocupavam do Tibre, do regime de suas águas, do *alveo* e das margens.

O incêndio de Roma sob Nero (64 d.C.), que assumiu proporções mais vastas que aquelas provavelmente previstas pelo imperador, destruindo oito das 14 regiões de Augusto, teve uma função saneadora dos bairros da cidade que se encontravam em piores condições higiênicas, para os quais foi permitida uma reconstrução racional. Roma, para a qual não se fizeram mais planos reguladores completos, teve assim um plano de caráter geral imposto mas não de transformações radicais ou de grandes realizações urbanas, mas mais de normas tendendo a impedir a densidade edilícia excessivamente elevada sobretudo nos bairros populares e a resolver os problemas viários e de tráfego. Um regulamento edilício impõe nas reconstruções alturas máximas dos edificios inferiores às precedentes, extensões ao máximo do uso dos pórticos, isolamento dos edificios públicos com ruas de circulação mais amplas secções viárias (largura mínima de 8 m), abolição no limite da possível de ângulos agudos nos cruzamentos e de ladeiras muito íngremes, espaços livres nas encruzilhadas e praças mais vastas. A isso se acrescenta o incremento dado a obras de caráter público como termas, pórticos (entendidas de tipo alexandrino), termas, basílicas, palestras e a transformação do Esquilino em sede imperial. O plano de reconstrução de Nero reveste-se de caráter de urgência de tal forma que aos proprietários que tivessem reconstruído as suas *domus* ou *insulae* dentro de um prazo fixado foi fixada uma recompensa; não só, mas todos os Latinos com patrimônio não inferior a 200 sestércios que tivessem construído um edificio de custo de pelo menos metade de suas posses, receberiam direito de cidadania.

Não obstante a ânsia de reconstrução de Nero e a evidente preocupação de seus sucessores imediatos, os princípios formadores do plano de Nero foram aplicados gradativamente no I e II séculos e limitadamente ao centro urbano e aos bairros destruídos. Especialmente aqueles periféricos não tiveram mudanças substanciais e ficou sempre o contraste entre a *Vetus Roma* republicana e a *Nova Roma* imperial, divididas ou mal interligadas.

A obra de disciplinamento urbanístico iniciada por volta de fins da república e seguida com continuidade pelos diversos imperadores com reformas e ampliações permitiu um desenvolvimento da cidade ordenado e controlado dando concretude de exemplo e de experiência de alto valor.

Às grandes composições urbanísticas dos Foros de César e de Augusto se junta aquelas dos sucessores, com o Foro de Vespasiano e sobretudo com aquele de Nerva, iniciado por Domiciano (para cuja construção foi levada a cabo uma grandiosa obra de escavação e nivelamento), e aquele de Trajano, obra de Apolodoro de Damasco. A Via nova, vontade de Caracala como acesso às Termas, representa uma outra composição imperial digna de recordação. Ao nome de Septímio Severo são ligadas, além de numerosas obras arquitetônicas da cidade, a composição monumental do *Septizonium* como pano de fundo e enquadramento da Via Appia e a reforma da planta de mármore da Urbe. A muralha de Aureliano, como justamente observa Homo, ao seu escopo especificamente militar não uniu aquele urbanístico de dar à cidade uma via de tipo anular como não tinham feito as demolidas muralhas sérvias, mas somente caminhos de ronda de 5 m d largura, que entretanto deram resultados discretos no campo viário. Além das muralhas aurelianas, segundo alguns estudiosos, não deviam existir subúrbios mas somente sepulcros e especialmente a leste uma zona agrícola não habitada. Os estudos mais recentes confirmam que as muralhas do III e IV séc. deviam circunscrever e fortificar a zona mais importante da cidade. Mesmo as Termas

de Constantino devem ser recordadas, pois criaram novos ambientes particularmente imponentes e decorosos para a cidade.

Até a queda do império e se pode dizer até depois, com os trabalhos de restauro de Artemísio, de Teodósio e de Focas, Roma foi sempre objeto de cuidado particular da parte dos imperadores, mas restam sobretudo ligados para o embelezamento e o decoro da cidade os nomes dos Flávios, dos Antoninos e dos Severos. Depois da metade do IV séc. Roma decaiu e somente com o domínio bizantino começou a sua vida de cidade medieval, até na metade do VI séc. as 7 regiões eclesiásticas substituíram as 14 augustas.

Por volta do fim do III século até a época da construção da cinta defensiva de Aureliano vemos a cidade dividida, segundo uma espécie de zoneamento, em diversos bairros: o complexo dos foros correspondia ao centro dos negócios; o Augusto Palatino, sede do poder; o Capitólio, verdadeira acrópole, zona consagrada às antigas tradições; no Trastevere e na Suburra, ou seja, nos bairros internos à antiga cinta serviana, as habitações de caráter popular; no Campo de Marte, rico de insígnies monumentos, foram se formando, com a edilícia residencial, o bairro mais senhoril; sobre o Esquilino, o Viminal e o Quirinal as *domus* e as vilas dos ricos; o Testaccio representava o bairro residencial da cidade por sua ligação com Óstia.

Aos vários problema já em ação durante a república se juntou com Augusto aquele da residência do imperador sobre o Palatino; esta, primitivamente simples, se tornou palácio com Tibério. Nero elevou a *domus aurea* sobre o Esquilino com um parque que se estendia sobre o Célio e o Esquilino (sobre os quais surgiram depois o anfiteatro Flavio e as termas de Tito). No fim do III séc. a *Domus Augustana*, que tinha sido ampliada por Calígula e Septímio Severo, ocupava o Palatino inteiro e era circundada por uma zona verde de jardins povoados por vilas: os Hortos Luculliani e

Sallustiani sobre o Pincio e o Quirinal, os Hortos de Mecenas, de Lannano e de Liciniano sobre o Esquilino; os Hortos Serviliani ao sul do Aventino, os Hortos de Agripina e de Domizia na região Transtibertina(a notar que o Quirinal, os jardins de Mecenas e os outros do Esquilino tinham sido sedes de necrópoles extrapomeriais e depois cobertos por medida higiênica com a ampliação da zona habitada).

A cintura de parques em torno da zona imperial e a composição verde de Augusto no Campo de Marte com os anexos jardins de Agrippa e campo de Agrippa davam um certo respiro à cidade superpopulosa e muito intensamente construída. O Tibre, os foros, os campos, os bosques sagrados eram além disso zonas de respiro da cidade a que se ajuntavam os pórticos não entendidos como estruturas flanqueadoras na frente das casa mas como complexos arquitetônicos de tipo alexandrino, em cuja parte central eram dispostos jardins particularmente bem cuidados e às vezes templos. Dignos de nota particular são especialmente aqueles de Pompeu, de Lúvia e de Otávia.

A arquitetura e o urbanismo de Roma - e isso se diga não só para a capital - diferentemente daqueles dos gregos, não utilizou os recursos naturais dos terrenos, mas criou ambientes fechados de perspectiva limitada: todavia em Roma os elementos naturais, água e verde, contribuíram para criar um aspecto geral e ambientes particularmente sugestivos para a cidade, cujo decoro arquitetônico se deveu não só à imponência e número de edifícios públicos (basílicas, bibliotecas, teatros, anfiteatros, estádios, termas) e dos templos mas também aos arcos de triunfo, às colunas comemorativas, aos pórticos, à decoração das fachadas, às esculturas, às estátuas.

Além dos edifícios públicos determinaram o vulto de Roma e a sua edilícia as *domus* de planta horizontal, mais extensas nos bairros periféricos, mais limitadas naqueles centrais, de tipo clássico etrusco-romano e de

inspiração helenística. Perdurou sempre também na Roma imperial a excessiva densidade edilícia dos bairros populares, caracterizada por *insulae*, as típicas habitações pluri-familiares de secção vertical com planos superpostos que utilizavam ao máximo o terreno não só com a sobreposição dos planos (4 ou 5), com o térreo ocupado por bodegas e com o aproveitamento do subsolo, mas também com as dimensões muito modestas dos cômodos. Ao lado das grandes *insulae*, verdadeiras colméias humanas, surgiram também *insulae* de proporções menores mas sempre estendidas no sentido da altura ou as pequenas *tabernae tabulatae*.

A rede viária de Roma não foi nunca muito eficiente pela enorme distância entre os diversos bairros da cidade, o elevado número da população e o tráfego intenso. Mesmo as ruas mais centrais, cuja largura variava de 2,5 a 8 m, a circulação dos veículos foi permitida somente pela noite. Raras eram as *viali* [avenidas????]. De discreta secção são somente os prolongamentos na cidade das grandes estradas de acesso (*Appia*, etc.) que porém assumiam no interior da cidade o nome de *vici* (termo usado tanto para os bairros quanto para as vias). Faltavam ruas margeando o Tibre, cruzado por quatro pontes republicanas (*Sublício*, *Emílio*, *Fabrizio*, *Cestio*) e por cinco imperiais (de *Agripa*, de *Nero*, *Elio*, *Aurélio* e de *Probo*). As praças compreendiam essencialmente quatro categorias: praças propriamente ditas (*areae*), *spinate* (*campi*), cruzamentos (*compita*) e foros.

Os Foros

Pela sua função de centro civil, comercial e religioso o Foro representa verdadeiramente, seja pela sua extensão sempre considerável, seja pelo seu carácter monumental, o metro da cidade da qual faz parte. Em toda parte, entretanto, recolhe a expressão mais representativa da linguagem arquitetônica romana.

Pelo estudo topográfico direto resulta como o foro, ao menos inicialmente, tinha ocupado uma posição no mínimo baricêntrica na cidade, ocupando geralmente o espaço de uma insula seja no caso de foros abertos flanqueados por uma ou mais ruas tangenciais, seja no caso de foros de ingresso único completamente circunscritos, delimitando um espaço fechado (Velleia). Característica própria dos foros é aquela de uma área interna circundada por edifícios monumentais, e normalmente porticados em quatro, três ou dois lados. De fato o que espanta nos foros é a continuidade arquitetônica dos lados, onde os monumentos se fundem em um complexo unitário seja mesmo com o predomínio de um monumento templo ou basílica que representa o fulcro do ambiente. Frequentemente a unidade do foro era fracionada por escadas que normalmente conduziam ao templo e que davam à simetria das composições uma nota de movimento sublinhando a importância da construção à qual conduziam e compondo habilmente, com jogos arquitetônicos, eventuais desníveis do terreno.

Pelas análises de Wymar se pode deduzir, *grosso modo*, que na Itália prevalecia a planta retangular alongada (Brescia, Pompéia, Óstia); na Europa uma forma retangular pouco alongada ao lado de formas quadradas (Calleva, Cilurnum, Venta Silurnum), sendo estas últimas típicas dos foros africanos ou orientais. Características enfim são algumas plantas ovais no oriente como em Antióquia e Gerasa.

Mas onde o espaço romano encontrou na sua dilatação a concretude da composição monumental foi nos foros com exedra que sobretudo expressaram a potência da concessão artística romana depois do I século e no exemplo dos foros imperiais em Roma. De Alésia a Leptis Magna, mesmo nas diversas proporções e riqueza, em uma disposição dos edifícios mais estudada e pesquisada, se nota também uma unidade nova, nascida das novas tendências

da arquitetura.

Merecem um aceno particular os foros de Roma seja pelos simples valores singulares de arte compositiva por serem fechados seja pelo complexo orgânico constituído pela sua implantação no centro da urbe.

O Foro Romano, ou Magnum, surge espontaneamente no vale anteriormente inundável que se estendia entre o Capitólio e o Palatino na qual foi representado, além do local de reunião social, o centro da vida religiosa (altar de Vulcano, templo de Saturno, dos Dióscuros, da Concórdia; casa do Pontífice Máximo e casa das Vestais). Em época republicana e com o desenvolvimento da história de Roma, às funções sagradas das várias áreas se juntaram as políticas com a fundação da Cúria, dos Comícios e das Rostra, das basílicas Emília, Júlia, de Maxêncio e com a construção dos templos de César, de Augusto, de Vespasiano, de Faustina e de Antonino, de Romulo Augústulo.

Dada a história do foro, que se perde nas origens longínquas do Lácio, não se pode falar de planos pré-estabelecidos mesmo que parciais, no máximo de sistematizações isoladas de áreas encrustadas entre os vários edifícios, áreas com prerrogativas e usos próprios. Com a determinação do primeiro traçado viário da Via Sacra, do Clivus Argentarius e do Clivus Tuscus, se foi determinando aquele que com razão se pode considerar o foro propriamente dito, entendido como praça específica de reunião, delimitada arquitetonicamente no oriente pelo templo de César. No seu complexo o foro, nascido sucessivamente no tempo revela portanto na sua ausência de plano pré-estabelecido um caráter desordenado não tanto na diversidade e no contraste da arquitetura, que de resto entram no academismo e no ecletismo próprio dos romanos, quanto na sua impositação planimétrica, tendendo assim a um retângulo mas certamente não regular. Todavia o foro apresenta, mesmo que seja na desolação sugestiva das ruínas, uma inconfundível marca de força,

sobretudo na massa nua da técnica construtiva, e é fácil imaginar que impressão de monumentalidade deveria oferecer antigamente o foro se se pensar na ornamentação típica romana, nas estatuas equestres, nos arcos de triunfo, na magnificência dos edifícios de diverso estilo e época, elementos todos dominados por um critério geral de majestuosidade.

Os foros imperiais de Roma foram compostos, por outro lado, segundo planos pré-estabelecidos e fundados especificamente para as necessidades práticas da Urbe que, com a ampliação do Império e o aumento urbano, via aumentar as próprias exigências e necessidades de capital em contínua evolução. A estes móveis de caráter prático se deve juntar a munificência dos imperadores, que quiseram legar o próprio nome a obras monumentais de interesse público. Surgiram assim em Roma os complexos majestuosos dos foros ligados aos nomes de César, Augusto, Domiciano, Nerva, Trajano que, mesmo nas impostações e concessões diferentes, estão presentes em todos tipos de cidades do império, seja na tipologia, por assim dizer, unificada quadrangular (Velleia, Timgad, Sfetula, Silchester, Colchester) ou naquela alexandrina de Éfeso, Leptis Magna, Gerasa.

Pela sua impostação e função particular, os foros imperiais, que encerram espaços contíguos e independentes, apresentam uma unidade de inspiração arquitetônica que se resume nos seguintes critérios construtivos: elemento dominante no eixo da composição e conseqüente efeito central das massas e das linhas visuais; ingresso central no eixo longitudinal; edifícios laterais porticados. Assim se o "Foro Romano" representa através dos monumentos o operante testemunho das várias épocas da história e da tradição romanas, das primitivas tumbas do Lácio ao templo de Romulo Augústulo, os foros imperiais constituem, tomados individualmente, criações unitárias. A implantação certamente desejada e estudada dos foros, se se considera também que eles eram intercomunicáveis mesmo na sua espacialidade

fechada, responde a um conceito geral que teve por escopo a coordenação racional dos órgãos funcionais do centro civil e comercial de Roma, enquanto ao "Foro Romano" continuavam a ser referidas as tradicionais prerrogativas religiosas e políticas.

O foro de César, que comumente se faz entrar na categoria dos imperiais, surge a setentrião do antigo foro com uma grande *platea* porticada que encerrava no centro o templo de Vênus Genitrix. Embora tenha sido criado por razões práticas de desmantelamento do antigo foro, constitui, mesmo nas suas funções de praça, uma composição arquitetônica impostada em função do templo que representa o seu centro - e não somente espiritualmente. As zonas livres adquirem assim valor de ambulacros ? externos e o espaço fica interrompido pelo jogo das visuais angulares. Este tema foi retomado em proporções mais vastas no foro de Diocleciano, dominado no centro pelo templo da Paz.

Ao foro de César, o mais modesto de proporções que representa idealmente e também planimetricamente quase o ultrapassar da idade republicana para aquela imperial, sucede aquele mais rico e vasto de Augusto. O espaço de fundo se dilata nas duas exedras que encerram simetricamente o templo de Marte Ultor, posto no eixo de ingresso ao foro, conceito espacial que foi retomado de forma mais corajosa e estudadamente desejada no foro de Trajano., que nas duas grandes exedras, postas em correspondência ao desmanche da colina, não só contrabalança estaticamente a *spinta* do terreno mas também redobra e dilata para toda a composição os efeitos dimensionais. A notar também como o foro e a Basílica Ulpia, nas proporções de 3 para 1 repetem também na continuidade planimétrica das colunatas um mesmo esquema, de uma sensação espacial igual se repetia tanto no interior da basílica como no exterior.

O foro de Nerva ou transitório não oferece certamente os efeitos monumentais daquele de Augusto e muito menos do que aquele de Trajano, mas resolve, ao lado de problemas de caráter social, um problema técnico de trânsito de ligação entre o bairro da Suburra com o foro romano.

Considerados os aspectos fundamentais da urbanística romana, podemos reassumir que ela, mesmo na multiplicidade das suas manifestações arquitetônicas, teve uma fisionomia inconfundível que não se pode encontrar junto a outros povos ou civilizações. Isto se deveu tanto à organização geral da república e do império, que permaneceu sempre estática na sua própria evolução, quanto no longo período de séculos através dos quais as formas urbanas encontraram uma sua constante expressão, baseada sobretudo em dois elementos: a simplificação dos esquemas e a monumentalidade dos ambientes.

Também a edilícia privada contribuía à criação de tipos que vão do arcaísmo da mais antiga Pompéia à magnificência das vilas romanas, mas onde Roma se manifestou inteiramente foi nos complexos monumentais de caráter público: foros, circundados de pórticos e ornados de estátuas, basílicas, templos, teatros, anfiteatros, vias porticadas interrompidas por arcos e tetrapilones, o todo estudado em função de critérios axiais que não desfocam as visuais na paisagem como as criações helênicas, mas superam a natureza vencendo as suas altimetrias com escadas ou rampas e negligenciando seus efeitos com composições cenográficas estudadas em função axial com respeito às vias ou praças. Zevi precisa: "o caráter fundamental do espaço romano é ser estaticamente pensado. Impera nos ambientes circulares ou retangulares a simetria, a absoluta autonomia com respeito aos ambientes vizinhos... Fundamentalmente a edilícia oficial romana exprime uma afirmação de autoridade".

Como nas composições arquitetônicas o espaço interno é grandioso,

assim nos ambientes externos é grandiosamente limitado dentro de temas conclusos. É esse mesmo caráter, que se repete sempre constante também nas suas variações, que nos dá verdadeiramente a sensação espacial das cidades dos romanos, nas quais da uniformidade das vias retilíneas de esquema ortogonal se passava dentro da magnificência dos ambientes particularmente estudados em função da estética racional de um povo que foi assim artista mas sobretudo político e militar. Também se nas composições arquitetônicas estamos muito longe do lirismo próprio da intuição individualista dos gregos, todavia está presente uma arte que manifesta a vontade criativa e o caráter de uma civilização.

9.3 - Vitruvius e a maturidade do sistema das ordens

O sistema das ordens contribuiu para regular as relações formais e estabelece um padrão urbanístico que perdurou por mais de dois mil anos.

A urbanização ocidental iniciada no século XI não teria, assim, mais que um par de matrizes principais. Uma, erudita, usou a herança do sistema das ordens como ponto de partida para as soluções dos grandes objetos arquitetônicos - igrejas, palácios, ambientes de aparato - influenciando em seguida os *modos* de construir (e talvez aqui coubesse mais empregar o plural neutro latino *moda*) das populações burguesas menos abastadas. A outra, menos formalizada como conceito mas correspondendo a um partido arquitetônico difundido, envolve o costume de organizar a disposição funcional das plantas com destaque para a interação entre os recintos fechados e cobertos - domínio do juridicamente particular e privado - e os locais abertos e descobertos, âmbito do coletivo e do público.

É essa experiência que os homens da Renascença encontraram e adaptaram para si; o que fora representação social principesca se torna inspiração para a individualidade burguesa; o sistema das ordens, anteriormente reservado aos deuses, aos homens públicos, aos guerreiros e aos artistas celebra o sucesso do homem abastado comum. A forma aberta da cidade ganha novos significados, convivendo sempre com a questão da introspecção - a quem pertence o espetáculo urbano, os lugares públicos, como

devem ser as obras da cidade, mesmo as moradias, voltadas para si ou para o outro.

O sistema das ordens, originalmente concebido para regular as relações espaciais dos templos, teria sido adaptado para solucionar essas novas demandas.

Grande importância atribuíram os romanos ao local de fundação a fim de que fosse salubre (Vitruvius, LL: I e VIII) e em ótima posição do ponto de vista geográfico e por quanto se referia à possibilidade de provisão da região circundante. Com intenção particular os romanos, militares e colonizadores por excelência, souberam escolher os locais mais adaptados para a fundação de castra e de colônias, bem definidas por Cícero "*propugnacola imperii*", baseando-se eminentemente em motivos de ordem estratégica, mais raramente de ordem comercial e a escolha foi sempre feliz; bastaria citar os nomes de Londres, Paris, Trier, Colônia, Viena, Budapeste, Barcelona. Por isso as cidades da Europa derivadas de campos militares cresceram e se desenvolveram notavelmente através dos séculos e representam hoje os centros mais importantes e vitais do continente.

No estabelecimento da localização dos "*castra*", sabemos através de Higinio (*De Castris Romanorum*) que era tida em grande consideração a direção dos ventos "*ut flatus aurae aestum exercitum leniat*". De tal princípio se devia ter conta na localização e na orientação da cidade. Vitruvius de resto no seu tratado (*De Architectura* - 1.I) analisa as várias proveniências dos ventos cujo conhecimento afirma ser fundamental para a saúde dos cidadãos. Esclarece suas características, cita a torre dos ventos de Atenas e ao especificar os ventos maus de N-NO e aqueles nocivos de S-SE, sugere a direção a sanear as praças e as ruas para que não sejam tomadas por esses

ventos encanados. Afirmando também que os ventos provém de oito principais direções e indicando o modo de identificá-los acrescenta: "serão bem executadas aquelas cidades se excluïrem com eficiência das praças e das ruas os ventos, os quais se são frios ofendem, se quentes viciam, se úmidos prejudicam".

Roma teve em Vitrúvio o seu grande tratadista de arquitetura e de urbanismo. No "*De Architectura Libri Decem*" encontramos partes dedicadas à fundação das cidades. Acerca do lugar Vitrúvio se preocupa que não seja nem nebuloso nem paludoso, mas antes alto e de clima temperado, não exposto aos ventos marinhos e a uma excessiva insolação do sul e do oeste. Teorias portanto dedicadas aos princípios higiênicos essenciais aos quais se acrescentam outros de caráter social, acerca do abastecimento que a região circundante pode fornecer à cidade.

Em contraste com a ortogonalidade romana Vitrúvio - e nisso demonstra ser verdadeiramente mais teórico que conforme às práticas urbanísticas comuns (já que viveu na época de Augusto) - afirma que, mesmo uniformizando-se o traçado das muralhas à topografia do terreno, a forma a se preferir seja a circular e isso por motivos de caráter militar. Desta teoria, unida naturalmente à da defesa contra os ventos, deriva que o traçado viário da cidade vitruviana ideal seja radioconcêntrico ou pelo menos não ortogonal mas de vias curvas ou de linha espaçada. Se o traçado da cidade é em um certo sentido revolucionário com respeito à tradição e aos costumes romanos, as teorias vitruvianas com referentes à estética urbana e à funcionalidade dos ambientes públicos concorda com os conceitos gerais radicados no espírito de Roma: capacidade e proporção do foro, entendido como ambiente fechado sobre si mesmo, localização dos principais edifícios públicos em torno do Foro e das prisões ao lado destes, localização baricêntrica do Foro nas cidades do interior e junto ao porto nas cidades costeiras.

Claro aqui o acordo nas teorias de Vitruvius entre os princípios de ordem técnico-social e os princípios estéticos; assim como por ele é entendida a função ético-social dos templos sobre a população: de onde a localização do templo de Mercúrio no Foro, de Apolo perto do teatro, de Hércules perto do Ginásio, de Vênus fora da cidade. A parte do tratado concernente aos cânones arquitetônicos se entende mesmo em relação ao urbanismo como sanção dos valores ambientais e do decoro dos edifícios da cidade.

9.4 - Trajano, Apolodoro de Damasco e os Foros Imperiais

Durante o principado de Trajano (98-117 d.C.) o Império Romano atingiu a sua extensão máxima¹⁶. Ocupava aproximadamente cinco milhões de quilômetros quadrados e possuía entre cinquenta e setenta milhões de pessoas. Se considerarmos mais os cerca de dois milhões e meio de quilômetros quadrados do Mediterrâneo que nconstituíam uma espécie de "lago romano", como evidencia o topônimo latino *Mare Nostrum*, mais o meio milhão de quilômetros quadrados do Mar Negro ou *Pontus Euxinus*, o território do Império equivaleria aproximadamente ao do Brasil, somadas suas terras firmes e águas internas. Com a conquista da Dácia, parte do território das atuais Romênia e Hungria, a anexação da Nabatéia, hoje na Jordânia, e a tomada da Mesopotâmia, que até então estivera sob domínio dos partas, Roma passou a controlar todas as regiões de relevância econômica e política em seu entorno, alcançando os limites possibilitados pelas suas condições físicas e geográficas.

Ao sul, seu interesse expansionista se refreava devido ao deserto do Sahara; ao norte, no continente europeu propriamente dito, a barreira que definia o *limes* era a linha quase contínua desenhada pelos rios Reno e Danúbio. Para além dessa fronteira só havia florestas e bárbaros germânicos, que pouco mais tinham a oferecer do que âmbar, madeira, mel, peles de animais e a si mesmos - como escravos ou, no melhor dos casos, como mercenários. Ao norte da ilha da Grã-Bretanha, a situação se repetia com os povos célticos da Caledônia, antepassados dos escoceses, apelidados de *pictos*

¹⁶ Cf. Gibbon.

("pintados") por pintarem seus rostos de azul: o sucessor de Trajano, Adriano, contruiu os muros que levam seu nome para isolá-los do lado de fora do Império. Se a oeste o freio evidente era o oceano, a leste surgia o único opositor real ao poderio latino, a área dos povos iranianos, representada inicialmente pelo já citado Império Parta e depois por aquele dos persas Sassânidas.

Os romanos desenvolveram finos mecanismos de governo sobre este vasto domínio, a fim de mantê-lo unido e bem administrado, graças a um preciso sentido de organização, em que pesem as diferenças étnicas e linguísticas de seus habitantes ou os contrastes climáticos e topográficos em que suas distintas sociedades viviam. Os instrumentos para tanto incluíam desde a concessão da cidadania romana e de outras benesses às camadas dirigentes de cada província, passando por institutos jurídicos comuns, unificação de língua, medidas e moeda para facilitar as trocas, disponibilidade de técnicas agrícolas e de fabrico de artefatos, até - e, neste trabalho, sobretudo - um modo de urbanização controlado e cuidadosamente projetado para proporcionar uma marca de coesão inconfundível¹⁷.

¹⁷ Uma clara demonstração da complexidade desse organismo estatal é dado pela *Notitia Dignitatum* (ver anexo).

A Coluna de Trajano nos Foros Imperiais de Roma

Um dos raros testemunhos de época desse empenho ordenador se encontra no monumento comemorativo de 113 d.C. conhecido como coluna de Trajano. Dedicado a este príncipe, em homenagem a suas vitórias contra os dácios, ele se ergue atualmente próximo ao *Forum* de mesmo nome em Roma. Trata-se de uma estrutura cilíndrica de quarenta metros de altura, em mármore, provida de uma escada em espiral em seu interior que permite acesso ao topo coroado por uma estátua (inicialmente, de Trajano; nos dias de hoje, de São Pedro). Seu lado externo é inteiramente recoberto de relevos ilustrativos das campanhas militares do imperador, em uma espécie de friso curvo, como se fosse um enorme pergaminho contínuo de duzentos metros de extensão e cerca de um metro e trinta de largura, que perfaz mais de vinte e três voltas em torno da coluna, ascendendo da esquerda para a direita¹⁸.

Apesar de encontrarmos esse mesmo procedimento discursivo nas esculturas da *Ara Pacis* de Augusto, narrando os feitos de seu governo, ou nos arcos triunfais de Tito, de Constantino e de Septímio Severo, entre outros, o que torna a coluna de Trajano excepcional é o sentido narrativo incessante possibilitado pela forma com que se resolveu a representação imagética dos feitos do herói. O friso espiral se divide em duas partes iguais, cujo centro é marcado, aproximadamente na volta de número doze, por uma figura alada cercada de troféus. Embora as cenas não constituam um encadeamento lógico do tipo começo-meio-fim, mas sim quadros justapostos, as ações transcorrem

¹⁸ Ver nos anexos reprodução esquemática dos relevos da coluna. O Museo della Civiltà Romana, na EUR, Roma, tem moldes dos tambores expostos em sua coleção.

ininterruptas, como em uma marcha ascendente de personagens atuando em uma trama e colaborando todos para o seu bom sucesso ao seu termo - ou, neste caso, ponto alto. Há batalhas, saques, triunfos; porém, mais interessante para o estudo do sistema urbanístico romano, há muito trabalho e muita atividade construtiva: pontes, *castra* (campos militares), estradas, transporte de cargas e materiais. Vê-se todo um processo de urbanização sendo implementado.

Em apoio a essa interpretação dos eventos representados na coluna, cabe citar o clássico texto "Historical Aspects of Urbanization", onde Eric Lampard define a urbanização da seguinte maneira:

*Urbanization itself may be regarded as the **organizational** component of a population's achieved capacity for adaptation. It is a way of **ordering a population** to attain a certain level of subsistence and security in a given environment. The technological component is always a direct constituent of social organization but is distinct from it. Technology is the sine qua non of urbanization, as of every other form of community organization, but it is "not the exclusive property of the city; it operates in every province and pocket of society"¹⁹.*

Lampard usa o trecho acima para apresentar a abordagem demográfica do processo de urbanização, defendendo que suas conceituações não são tão restritas quanto podem parecer, e introduz quatro variáveis explicativas: ambiente, população, tecnologia e organização. A leitura da narrativa da coluna de Trajano, feita nessa chave, revela que há uma diferença entre um modo de urbanização romano e aquele de outras sociedades coetâneas ou precedentes a ela; há um projeto político e social evidenciado em certas regularidades e padrões recorrentes, provavelmente características de uma cultura expansionista. Sua intenção fica clara no exemplo a seguir.

¹⁹ LAMPARD, Eric E. " Historical Aspects of Urbanization." In HAUSER, Philip M.; SCHNORE, Leo F. (ed.) *The study of urbanization*. New York : Wiley, [1965].

César, quase cento e cinquenta anos antes de Trajano, em suas crônicas da Guerra das Gálias²⁰, declara que os bárbaros ficavam espantados em ver que, uma vez vitoriosos, os soldados latinos não partiam, como era o costume gaulês. Na Gália, os celtas viviam divididos em tribos que se reuniam para fazer a guerra. Mas, após algum tempo de campanha, deviam retornar a suas terras de origem para retomar os trabalhos que lhes garantiam sobrevivência. Para tanto, tratavam de logo destruir seus inimigos, suas cidades e colheitas, pilhar o que fosse possível e ir embora. Os romanos ficavam. Construía um tipo de paliçada, um acampamento quadrado, mediam e dividiam a terra, plantavam, faziam benfeitorias. Haviam vindo para ficar, e depois de algum tempo as próprias populações autóctones viam benefícios em se implantar em sua vizinhança.

Esse é o modo explicitado na coluna, um tipo de organização social e administrativa e de uso dos conhecimentos técnicos disponíveis, válido seja para a borda do deserto, na África, seja para as florestas geladas da Dácia, nos confins para além do Danúbio. Por isso, guerrear era somente uma das muitas atribuições da legião. Cuidar dos transportes, vencer obstáculos, levantar o território desenhando cartas e cadastrando fatos relevantes, fundar cidades, abastecê-las de água e víveres contavam igualmente entre suas principais tarefas. Os militares eram a força avançada de um sistema de arranjo social bem planejado e altamente organizado, cuja sede distava a milhares de *miles* (milhas), na beira do Tibre. O caráter estratégico da coisa urbana e de sua retaguarda rural e viária fica patente; sua importância estava justamente em assegurar a vitalidade do organismo social. Enquanto a sociedade latina esteve forte, ela fundou novas cidades, expandindo-se sempre. Sua retração já marcava seu declínio.

²⁰ JÚLIO CÉSAR. *Belli Gallici*. Leipzig: Teubner, 1948.

No tratado da baixa Antigüidade Das Coisas Militares, Vegécio²¹ corrobora essa visão ao dar preceitos sobre como se deve recrutar homens: pelos critérios de estatura e resistência aos trabalhos, preferindo os rudes camponeses devido à sua familiaridade com os labores, mas também alguns citadinos por sua cultura, útil em tarefas administrativas. Igualmente, ele dispõe sobre de como escolher sítios para acampamento e neles estabelecer ocupação. O núcleo de Carnuntum, à beira do Danúbio e próximo do ponto em que este rio recebe seu afluente Morava, na atual Áustria, é paradigmático desse desenvolvimento urbano de vanguarda militar. Ao redor do campo romano, de traçado geométrico, fixaram-se colonos atraídos pelo soldo dos legionários, tais que comerciantes, artesãos e prostitutas, em um tipo de povoação periférica informal, de tecido orgânico e complexo, conhecido como *canabae*. Só posteriormente se fundou uma municipalidade civil, em separado, formando um conjunto bastante díspar.

A conquista da Dácia é eloqüente da eficácia do método. Os dácios e a tribo trácia dos getas ocupavam as montanhas da Transilvânia e dos Cárpatos desde cerca de 300 a.C. Por volta de 50 antes de nossa era haviam se organizado em um reino sob o comando de Burebista, tendo capital em Sarmizegetusa, nas alturas do centro do país. Eram metalurgistas habilidosos, extraíndo ouro, prata e ferro de suas minas. Eram também ótimos cavaleiros e arqueiros. Em fins do século I d.C., seu rei Decebalus atacou as províncias romanas fronteiriças da Moésia (hoje Bulgária), matando um governador provincial. No ano de 101, Trajano deslocou-se para lá com dez legiões, construiu uma enorme ponte sobre o Danúbio perto das corredeiras da Garganta de Ferro, estabeleceu a fortaleza de Drobeta (atual cidade de Turnu-Severin) e tomou o território em 106 d.C. depois do suicídio de Decebalus. Esta é a história contada pela coluna. A província se tornou tão próspera que

²¹ VEGÉCIO. *A Arte Militar*. São Paulo: Paumape, 1995.

veio a ser conhecida como *Dacia Felix*, contando inclusive com estações de banhos famosas como *Baile Herculane* (banhos de Hércules).

Mas o fato relevante a ser ressaltado como prova da vitalidade da urbanização do Império é o presente *status* de nação de língua latina da Romênia, a despeito do período romano ter durado apenas cento e setenta anos. Em 272, o imperador Aureliano ordenou a retirada para a margem sul do Danúbio, em razão do constante assédio de tribos de godos vindas do norte. Não obstante, em pouco mais de um século e meio, o sistema de urbanização latino havia fundado mais de trinta cidades, mudara as relações de produção e as condições de existência dos povos da região, inclusive pelo casamento de nativos e de colonos romanos, lançando as bases da única população de fala latina, e não grega, do Império Romano do Oriente.

A narrativa da coluna satisfaz um dos principais intentos deste trabalho: demonstrar, através de testemunhos de época, que o mundo greco-romano realizou uma obra de fundação de cidades de poucos paralelos na História, e que o fez de forma sistemática, racional e regular, repetindo padrões intra-urbanos que permitiam caracterizar inequivocamente suas cidades, ligando-as por uma teia de estradas, conexões marítimas e fluviais, de modo a constituir uma rede urbana complexa e riquíssima. O caso de Trajano não é, portanto, único, mas é digno de nota por contar com um personagem notável: o arquiteto do príncipe.

Apolodoro de Damasco

Se, voltando aos critérios de Lampard, o personagem de Trajano pode ser invocado a representar o papel de organizador político e social das forças envolvidas no plano urbanizador do Império, o aspecto técnico desse mesmo processo encontra seu intérprete em Apolodoro. É dele o projeto e construção da já citada ponte sobre o Danúbio, figurada na espira 15b-c da coluna, uma obra-de-arte especial dada a largura do rio e a violência de sua correnteza. Sobre cerca de vinte pilares de pedra e tijolo, ainda hoje visíveis quando das estiagens no rio, e que provavelmente foram executados com a ajuda de ensecadeiras de troncos de árvores vinculados por cordas e impermeabilizados com betume, apoiá-va-se uma estrutura de madeira que sustentava o tabuleiro carroçável do mesmo material. A ponte foi peça fundamental no deslocamento de tropas e máquinas de guerra que permitiu dominar os dácios.

Talvez em reconhecimento à sua engenhosidade, o Imperador o tenha incumbido dos trabalhos de construção de um novo complexo que daria continuidade aos foros imperiais de Roma. A parceria entre príncipe-cliente e arquiteto-autor faz pensar nos exemplos da Renascença, e a semelhança não deve ser gratuita: trata-se justamente da competência organizacional e da competência técnica obrando em conjunto graças a um processo social complexo e bastante desenvolvido. Se, de um lado, há no corpo da sociedade membros com avançado sentido de planejamento, tino gerencial, capacidade de articulação política e mobilização econômica de recursos, por outro lado eles necessitam de especialistas que possam utilizar esses meios para

materializar projetos de forma adequada. No caso romano, vê-se que o desejo dos contratantes encontrava eco na disponibilidade da mão-de-obra, e nem Trajano nem Apolodoro eram casos únicos ou incomuns. Pelo contrário, mesmo nas províncias alguns particulares empreendiam grandes edificações de mais variados fins, de mausoléus a teatros públicos. O próprio tratado de Vitrúvio explicita a existência de um saber formal comum àqueles que se pretendiam engenheiros militares e arquitetos, estabelecido como conjunto de cânones e regras padronizado.

De toda forma, Apolodoro demonstrou ter pleno domínio dessa gramática construtiva na concepção e realização do Forum de Trajano, construído entre 107 e 112 d.C. Empreendimento monumental, cuja área de 57.000 m² suplantava a soma dos *fora* anteriores de César, Augusto, Nerva e Vespasiano, foi o novo centro cívico da cidade até o terremoto de 801. Exigiu a desapropriação de uma área de 300 por 190 metros no sopé do monte Quirinal, bem como o desmonte de parte de sua encosta. Em um eixo sudeste-nordeste, seu acesso se fazia a partir do Forum de Augusto; passando um arco triunfal, ingressava-se em uma vasta praça descoberta, de 116 por 95 metros, flanqueada em seus lados maiores por galerias porticadas. Cruzando-se a praça, chegava-se à maior basílica jamais construída no Império, denominada de Ulpia em homenagem à *gens* do Imperador: agenciada perpendicularmente com relação ao eixo principal, media 152 por 104 metros distribuídos em cinco naves arrematadas por duas ábsides em cada um de seus lados menores. Prosseguindo no eixo, fora da basílica, chegava-se ao pátio da coluna de Trajano; de cada lado dela, no sentido da largura do complexo, havia simetricamente dispostas duas bibliotecas, uma latina e outra grega. O complexo terminava com um pátio precedendo o templo do divo Trajano, erigido já pelo sucessor Adriano.

Todos esses edifícios civis se encontravam na mesma cota. A nordeste da praça principal, no entanto, havia uma série de edificações comerciais dispostas em terraços na encosta do Quirinal, os Mercados de Trajano. São as únicas partes ainda em pé do conjunto, além da própria coluna, e dão uma boa idéia da importância do local em tempos antigos, seja por suas dimensões, seja por sua solidez. Enquanto na parte política e institucional do Forum foram utilizados materiais nobres - mármore, bronze, pedras diversas de revestimento para assegurar uma policromia monumental - aqui a linguagem arquitetônica versa em torno de concreto revestido de tijolos vermelhos, com o único contraponto das molduras em pedra branca das envasaduras. Sua parte central, em planta, era um grande semi-círculo de 60 metros de diâmetro, formando uma exedra que acompanha o arremate lateral externo dos pórticos da praça do Forum. Para esse grande corredor curvo se abriam lojas, em dois andares. Acima destes ficava o nível da via Biberatica, que atravessava os mercados, e para a qual davam ainda outras câmaras e também uma grande área coberta por uma abóboda de concreto, de uma geometria bastante complexa, apoiada em mãos francesas sobre pilares. Essa interessante estrutura de dois andares é notável pela sua luminosidade, qualidade considerável para a atividade de exposição de produtos. No total, os mercados tinham seis andares de lojas. Neles havia os armazéns do Estado, os serviços de controle regulador de comércio e preços (*institutio alimentaria*), os órgãos responsáveis pela distribuição de trigo (*annona*), pela tributação, pelo tesouro, e outros organismos de caráter financeiro.

Tudo isto era uma zona de uso coletivo, como fica também patente pelo caráter laico do Forum: diferentemente dos *fora* anteriores, aqui o edifício principal era a imensa basílica e não um templo. Frequentavam-na políticos, magistrados, juristas, estudiosos demandando as bibliotecas, comerciantes, escravos, estrangeiros. Era um centro grandioso de um Império em seu auge, que não poupava nada que pudesse diminuir o efeito monumental do arranjo

arquitetônico de Apolodoro. Apesar de muito pouco ter restado desse vasto empreendimento, transformado em fonte de material de construção durante o século IX, seu desenho em planta baixa chegou aos dias de hoje através dos fragmentos da *Forma Urbis Romae*, o grande mapa cadastral da capital romana, gravado em mármore, e datado do principado de Septímio Severo (circa 205/208 d.C.). Escavações no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, além dos trabalhos de restauro de Italo Gismondi (1941) e as reconstituições da equipe do arqueólogo americano James E. Packer permitem apreciar com razoável precisão o projeto admirável do arquiteto imperial.

Apolodoro também soube aproveitar a riqueza que o Imperador colocou a sua disposição quando realizou o novo porto de Óstia, também atribuído a ele. Trata-se do que modernamente se chama de um trabalho de desenvolvimento urbano. Inicialmente uma instalação militar de proteção à boca do Tibre, datada do quarto século a.C., essa cidade foi a primeira experiência romana com um traçado hipodâmico e eixos norte-sul (*cardo*) e leste-oeste (*decumanus*) cruzando-se junto a um *forum*. As instalações de Trajano se desenvolviam em torno de uma baía artificial hexagonal de 370 metros de lado, incluindo um palácio, cais, docas, lojas e armazéns. Essa espécie de "bairro" era na verdade uma nova cidade, denominada Portus, e se ligava tanto ao mar quanto ao rio. Diferentemente do Forum, saqueado na Idade Média, Óstia foi preservada por inundações, lodo e malária. Graças a isso podemos apreciar a arquitetura de tijolo dos edifícios não-monumentais da cidade, muito semelhante àquela dos Mercados de Trajano.

Se a narrativa da coluna de Trajano é um testemunho do modo de urbanização do Império em seu apogeu expansionista, a relação entre este príncipe e seu arquiteto é um paradigma das articulações sociais que determinavam as intervenções arquitetônicas e urbanísticas. O sentido de

planejamento, de antecipação de problemas e de proposição de soluções transparece nos exemplos abordados, e eles não são casos isolados. Entre a organização racional do poder e a capacidade técnica de ordenamento da realidade havia instâncias, no mundo greco-romano, que possibilitavam a franca adoção de partidos projetuais repetidos quase que em qualquer parte. E eles o foram. Tendo em vista o caráter eminentemente urbano dessa cultura, as suas cidades acabaram por constituir uma complexa rede conectada por um sistema de estradas e vias marítimas, onde os nós principais - os núcleos urbanos - repetiam os mesmos elementos de uso coletivo, que eram, aliás, definidores de seu estatuto de pertinência a esse mundo e não, por exemplo, ao universo iraniano, seu mais próximo contraponto. O documento de época que se pode utilizar para melhor sustentar o caráter de rede do sistema urbano romano em sua maturidade é a *Tabula Peutingeriana*, esquema de estradas cobrindo da península Ibérica e Grã-Bretanha à Índia e Sri Lanka.

10. - O principado de Adriano

10.1 - Adriano e o apogeu da onda de urbanização

Conforme exposto anteriormente, ao fim do principado de Trajano, em 117 d.C., o Império Romano atinge sua extensão territorial máxima²². A esse ápice de expansão corresponde também um período de pujança no que tange a sua organização social. O Império exhibe riqueza, poderio militar e eficiência administrativa, materializando seus feitos em monumentos e construções, que se encontram tanto em sua rede urbana como através da zona rural, o *ager* (campo) entre as cidades.

Trajano realiza um governo operoso e bem-sucedido, seja em êxitos militares, seja em realizações civis. Particularmente, nesse último campo, empreende um ambicioso programa de edificações. Seu arquiteto, Apolodoro de Damasco, representa condignamente esses esforços, ultimados no fórum imperial que leva o nome do imperador, em Roma.

Adriano, sucessor de Trajano, prossegue sua obra no mesmo sentido. Renunciando às ambições territoriais no oriente deste último, retira as forças romanas da Mesopotâmia e realiza uma obra de consolidação do *limes* (limites do Império), concentrando seus esforços em reorganizar e aprimorar a administração e intervir na rede urbana, dotando-a de melhorias e de monumentos para embelezá-la.

²² É significativo que essa expansão incluía, por um breve período, os territórios da Mesopotâmia. A chegada do domínio dos romanos ao golfo Pérsico como que marca os limites de sua possibilidade de crescimento, confrontando-os de maneira inequívoca com sua nêmesis e contrapartida a leste, o império continental dos povos iranianos.

A tradição romana ditava que bons imperadores manifestassem sua magnanimidade pela construção de edifícios públicos em Roma, na Itália e nas províncias, não tendo nenhum imperador descurado da importância das cidades do Império. Mais do que isso, cada imperador sentia-se compelido a ultrapassar seu antecessor em sua dedicação. Adriano parece ter ido além do esperado nesse sentido. De fato nenhum outro imperador, que não talvez Augusto, parece ter devotado tanta atenção pessoal às cidades do Império. No entanto, as situações em que ambos governaram diferiram consideravelmente. Enquanto Augusto teve de restaurar as estruturas urbanas e estimular a ordem depois de muita guerra em extensos territórios, incluindo a Itália e o leste grego, bem como estabelecer intâncias cívicas com as quais Roma pudesse cooperar no norte da África, Espanha e partes da Gália, Adriano assumiu um Império já urbanizado, com administrações unificadas.

A filosofia política do principado de Adriano (117-138) foi a da paz total. Adriano não hesitou em abandonar regiões instáveis, como a Mesopotâmia e a Armênia, optando por concentrar-se em defesa do *limes*. É provável que 60 milhões de pessoas morassem nas terras do Império, na época de Adriano²³, das quais 20%, acima do nível de subsistência. Era tal a paz que reinava no Império que o *pater patriae* (pai da pátria) pôde viajar por longos períodos, afastando-se de Roma para inspecionar províncias distantes. Nessas viagens, sua paixão pela arquitetura determinava que os funcionários que levava consigo responsáveis pela *res publica* comandassem ou supervisionassem a construção de templos, teatros, bibliotecas, teatros, estádios, bem assim importantes sistemas de planejamento urbano, como drenagem de portos. Além da paz e dos rituais de celebração de tal disposição benfazeja de Adriano, as inúmeras benfeitorias eram intrínsecas à duração do

²³ BOATWRIGHT, Mary T. *Hadrian and the Cities of the Roman Empire*. Woodstock: Princeton University Press, 2000, pág. 3.

domínio imperial. No entanto, estudos históricos sobre o homem Adriano tendem a confirmar que a quantidade e a variedade de suas benfeitorias foram deliberados, que seu alcance geográfico e particularidades foram intencionais. A relação de Adriano com muitas das cidades premiadas associaou-se a um sentido de renovação, de preservação e de promoção únicos na história daqueles locais.

Apesar de sua veneração pelas coisas helênicas, o caráter romano das criações de Adriano é evidente. Não se limitava a atuar como comitente: ele mesmo estabelecia os princípios e as modalidades fundamentais, tendo sido autor dos projetos de uma série de obras-primas. Embora as benfeitorias introduzidas em dada cidade fossem habitualmente intermediadas pela elite local, a cidade²⁴ beneficiava-se como um todo e como tal era reafirmada, isto é, em sua identidade individual.

Começemos por Roma. Alguns dos mais conhecidos edifícios da cidade datam do principado de Adriano: o Templo de Vênus e Roma, seu enorme Mausoléu, que se transformou no Castelo de Sant'Ângelo, e sua paradigmática *Villa*, a qual dedicaremos secção à parte nesta tese. Tais obras representam a epítome do poder e da opulência de Roma em seu auge. No entanto, nem sempre a extensão das transformações introduzidas por Adriano na Cidade Eterna são facilmente discerníveis. Usaremos as notáveis pesquisas de Mary Tagliaferro Boatwright²⁵ para nos guiar por uma massa muito grande de informações disponíveis sobre o assunto.

Adriano modificou a aparência e a vida da capital do Império, não só pela construção das obras já mencionadas, mas pela reforma de setores

²⁴ Cidade compreendida, sobretudo, como área densamente povoada dotada de aglomeração urbana de prédios e serviços, incluídos aí administração e governo, cujas terras adjacentes (*territorium* ou *chora*) forneciam a subsistência para o povo da cidade e do campo.

²⁵ BOATWRIGHT, Mary Tagliaferro. *Hadrian and the City of Rome*. Nova Jérsei: Princeton University Press, 1987.

inteiros da cidade e pela reorganização da indústria de construção e da vida comunitária.

Augusto tinha estabelecido o princípio de que a melhoria e o embelezamento da capital era responsabilidade do primeiro cidadão de Roma, o *princeps*, e não deveriam ser deixados a critério dos caprichos e da fortuna da elite política local, como tinha sido paxe na República. Não há documento algum da época de Adriano comparável aos *Res Gestae* de Augusto, pelas quais, como vimos, este proclama sua responsabilidade pessoal e seu orgulho pelas reformas romanas que capitaneou, mas a conduta de ambos assemelha-se bastante nesse aspecto.

É significativo que os primeiros projetos de Adriano tenham feito largo emprego de concreto com revestimento de tijolos. As reconstruções dos edifícios de Julius Claudius e outras obras no Campo de Marte são quase inteiramente ergidas desta forma característica romana, sendo o Panteão o exemplo mais didstintivo. Claro que concreto era mais apropriado do que travertino ou tufa para áreas sujeitas a inundações, como o era o Campo de Marte, mas concreto, não podemos deixar de observar, como vários autores²⁶, requer mão-de-obra muito pouco qualificada, prestando-se ao uso de grande número de operários.

Do ponto de vista das demolições, a maior parte das obras de reconstrução de Adriano não exigiu despejo forçado da população residente. Várias das construções no Campo de Marte foram erguidas sobre terrenos públicos e o Mausoléu foi construído nos jardins imperiais. O Templo de Vênus e Roma substituiu o *vestibulum*, o pátio cerimonial do Palácio Dourado de Nero. O unico edificio novo que deve ter desalojado romanos foi o Templo do Divino Trajano e Plotina, em um canto do Campo de Marte.

²⁶ *Id. ibid.*, pág. 23.

O uso de terras para áreas residenciais parece ter sido respeitado por Adriano, que não as destinou aos projetos que tantos habitantes de Roma empregavam. Mesmo a alteração do traçado do *pomerium* (limites sagrados), que Adriano começou em 121, implicou a escavação de um dique no Campo de Marte que permitiu que uma faixa de terra, antes sujeita a inundações ao longo da Via Lata, se tornasse utilizável para moradias e armazéns. Em resumo, os programas arquitetônicos de Adriano e suas intervenções na cidade tinham clareza padrão sócio-econômico, ou seja, de melhoria das condições de vida para a plebe romana.

Um dos principais pontos de intervenção de Adriano em Roma, como vimos indicando, foi o Campo de Marte. O Panteão prescindiria de comentários, que manteremos breves para mero registro. No Panteão, Adriano deu livre curso a seu gênio arquitetônico. O edifício, construído no Campo de Marte, superou em muito a idéia de restauro do templo queo General Agripa pretendia dedicar ao culto de Augusto e que fora por este transformado em templo de culto generalizado aos deuses. Atrás do Panteão, construiu-se uma estrutura de basílica, o Edifício Sul, e a nordeste do Panteão ergueu-se o templo da Divina Matidia, com as Basílicas Matidia e Marciana. Ao Saepta Adriano acrescentou um portal de grandes proporções, que leva ao recinto de Ísis e Serápis. Nas vizinhanças, a cerca de 150 metros do *Ara Pacis*, no lado leste da via Lata/Flaminia, três *insulae* (blocos de apartamento) uniformes e bem construídas datam do período em apreço. A 150 metros mais ao sul ainda, agora no lado oeste da via, um pórtico do primeiro século foi reparado e aumentado. Alguns especialistas atribuem o Templo de Siepe também a Augusto. Por fim, na parte norte da planície, perto do Solário de Augusto e do *Ara Pacis*, Adriano subiu o nível do solo de 1,80m a 2,90m, provavelmente para benefício do novo traçado do *pomerium* naquele trecho.

Igualmente importantes para nossa discussão foram as novas disposições municipais introduzidas por Adriano. No segundo século depois de Cristo, Roma há muito deixara de fundar novas colônias na Itália e nas províncias. Desde o final da República novas colônias e municípios podiam ser fundados mediante autorização administrativa de Roma, enquanto anteriormente restringiam-se a agrupamentos de cidadãos que o governo assentava em determinadas terras vagas ou cuja população tinha sido removida. O ato burocrático multiplicou-se no principado de Adriano. Como prerrogativa e benefício imperial a *fiat* romano criou uma imensa quantidade de municípios, talvez 21 no total, e 11 novas colônias²⁷. Tais atos adquirem relevo no contexto da disseminação das normas do poder central e no delicado equilíbrio que havia entre o fomento à autonomia local, propugnado por Adriano (que estimulava a manutenção das tradições ancestrais), e a manifestação da preeminência do imperador. A autonomia local pode ter sido mais aparente do que real, mas a posição de Adriano e as elites locais forneceram às cidades o auto-respeito necessário para sua adesão voluntária às obrigações de Roma. Em termos institucionais, as cartas de constituição de novos municípios também devem ter assimilado os *municipes* aos cidadãos romanos.

Paralelamente, Adriano assumiu a magistratura (*eponymus*²⁸) de inúmeras cidades, pelas quais ele escolhia um *praefectus* (prefeito ou superintendente) para governar em seu lugar. Em Itálica, Óstia, Atenas, Esparta, Délfis, Cyzicus e Neápolis a posição honorária de Adriano foi apenas uma das marcas de favor a tais cidades. Ele também assumiu as magistraturas de Bizâncio e Odessus, na Dácia, por sua crescente importância.

²⁷ BOATWRIGHT, *Hadrian and the Cities of the Roman Empire*, pág. 36.

²⁸ Alexandre, o Grande foi o primeiro de muitos reis gregos e não-gregos que aceitaram magistraturas de cidades de destaque, como Mileto, Atenas, Quios, que detinham as honras *in absentia* e delegavam seus deveres a um terceiro.

Algumas das intervenções urbanas de Adriano alteraram as relações das cidades que foram seu objeto com as cidades vizinhas ou com Roma, como por exemplo, a concessão de mais terras, mesmo que distantes, pela deliberação sobre disputas de fronteiras, pela determinação de taxas, receitas ou suprimentos de grãos, pela promoção ou confirmação de festejos, e pela concessão de títulos outros que não de mudança de *status* da cidade.

A concessão de terras a Atenas e Esparta ilustra, mais uma vez, a importância por ele atribuída a essas cidades. Abdera, na Trácia, Uthina e Colônia Canopitana, ambas no norte da África, também mereceram acréscimo territorial. Em 118, Adriano concedeu perdão a impostos atrasados e isenções pelos dez anos seguintes, mas a medida mostrou-se inconveniente para o próprio Adriano, que precisa de receita para realizar as benfeitorias que concebia. Os títulos conferidos podiam referir-se à possibilidade de uma cidade ser alçada à categoria de metrópole, de incluir referência ao nome do Imperador em seu nome, ou de ser considerada *neocoros* ou duas vezes *neocoros*, isto é, sede de dois templos.

As principais realizações de Adriano, contudo, foram obras públicas, totalizando 90 empreitadas em 40 cidades, entre elas, obras de contenção de enchentes, aquedutos, novos edifícios, reformas, conclusão de edifícios, embelezamentos arquitetônicos e restauro de edifícios antigos. Das obras mencionadas, sete foram executadas na Aquéia, seis na Itália, duas na Ásia e uma em cada uma das regiões a seguir: Dácia, Bética, Macedônia, Síria, Judéia e Capadócia²⁹.

Ao mesmo tempo em que o patrocínio de tais obras municipais pelo Imperador empregava mão-de-obra local, deixava uma marca concreta do favor de Adriano àquela cidade. As duas principais espécies de obras

²⁹ *Id. ibid.*, pág. 112.

realizadas por Adriano foram prédios religiosos e prédios de utilidade pública, revelando a observação do princípio de que imperadores romanos deveriam construir para o bem comum de seus súditos, e sua compreensão particular de seu dever. Suas obras de drenagem, aquedutos, estradas, portos e afins estendiam os benefícios práticos do domínio romano e representavam uma infraestrutura uniforme de regiões distantes em uma economia pré-industrial. O embelezamento de templos, a restauração de túmulos, e assim por diante, emprestavam às construções sagradas das cidades uma alusão direta ao poder da presença imperial, sobretudo se considerarmos que política e religião eram inextricáveis. Mais do que seus antecessores imediatos, Adriano parece ter considerado a religião uma força unificadora e ter levado a sério seu papel de líder religioso.

Em Atenas, Esmirna (permissão para construir um segundo templo de culto imperial) e Itálica, pátria hispânica de Adriano, as estruturas religiosas receberam destaque especial. Há mais registros da munificência de Adriano com relação a Atenas, que o Imperador entendia como centro do mundo greco-romano e associava consigo mesmo, em seu fascínio pela cultura helênica. Visitou a cidade repetidas vezes, tendo passado lá mais tempo do que em qualquer outra cidade que não Roma. Sua benfeitorias foram muitas e de muitos tipos. A cidade, em reconhecimento, dedicou-lhe muitas honrarias. Entre as vantagens concedidas à cidade esteve o estabelecimento da sede do Pan-Hellenion, liga de cidades gregas, em Atenas. Assim também a supervisão pessoal dos trabalhos de reconsagração do Olympieion, o enorme santuário de Zeus olímpio, cuja construção de arrastava por seis séculos. A Biblioteca de Adriano, o Templo de Hera e Zeus, o Panteão e um aqueduto terminando em reservatório rebuscado merecem menção entre as benfeitorias.

Por fim cabe mencionar a fundação de cidades *ex novo* ou sua extensa reconstrução depois de devastação. Oito parecem ter sido as fundações,

propriamente ditas: Cirene e Adrianópolis (Cirenaica); Stratonicea-Adrianópolis e Hadrianoutherae, Hadrianoi e Hadrianeia (Mísia); Antinoópolis (Egito); Colônia Aelia Capitolina (Judéia). Há investigações em curso que poderão aumentar tal lista. Essas cidades revelam-nos a compreensão que Adriano queria propagar do Império, ou seja, que o valor da vida urbana era intrínseca ao modo de ser romano.

10.2 - A Villa Hadriana como laboratório do mundo (3D x 2D)

Este estudo objetiva demonstrar que o principado de Adriano constituiu um ponto alto na história da urbanização na Antigüidade e que sua *villa* em Tívoli sintetiza suas realizações arquitetônicas e suas viagens pelo Império.

O conjunto exhibe um caráter acentuadamente experimental, materializando um repertório de soluções projetuais bem-sucedidas coletadas em diversas províncias e a influência de diferentes culturas. O programa resultante se assemelha antes a um conjunto urbano que a um palácio. Incluía equipamentos de grande porte como hipódromo, teatro, bibliotecas e termas. Apesar de sua filiação à linhagem dos complexos residenciais imperiais, também se liga à configuração dos ambientes construídos de uso coletivo dos centros das cidades romanas.

Amante das artes e do helenismo, herdeiro da veia executiva de seu antecessor, Trajano - igualmente um construtor entusiasmado - Adriano resumiu os princípios essenciais da concepção urbana greco-latina de sua época. O estudo de suas intervenções permite traçar um quadro privilegiado das questões funcionais e morfológicas então em voga, situando-as em uma perspectiva histórica de longa duração.

Dentre as numerosas obras do programa de Adriano, merece destaque sua residência nos arredores de Roma, na atual cidade de Tívoli, antiga *Tibur*. O enorme conjunto, cobrindo mais de cem hectares, ficou conhecido como

Villa Hadriana ou *Villa Hadrianis*, e é normalmente considerada um exemplo de habitação faustosa e do extremo luxo da era imperial, espécie de capricho individual desmesurado.

Durante o principado de Trajano, que se estende de 98 a 117 d.C., o Império Romano atinge sua extensão territorial máxima³⁰. A esse ápice de expansão corresponde também um período de pujança, no que tange a sua organização social. O Império exhibe riqueza, poderio militar e eficiência administrativa, materializando seus feitos em monumentos e construções, que se encontram tanto em sua rede urbana como na zona rural, o *ager* (campo) entre as cidades.

Trajano realiza um governo operoso e bem-sucedido, seja em êxitos militares, seja em realizações civis. Particularmente, nesse último campo, empreende um ambicioso programa de edificações. Seu arquiteto, Apolodoro de Damasco, representa condignamente esses esforços, ultimados no fórum imperial que leva o nome do Imperador, em Roma.

Adriano, sucessor de Trajano, prossegue sua obra no mesmo sentido. Renunciando às ambições territoriais deste último no oriente, retira as forças romanas da Mesopotâmia e realiza uma obra de consolidação do *limes* (limites do Império), concentrando seus esforços em reorganizar e aprimorar a administração e intervir na rede urbana, dotando-a de melhorias e de monumentos para embelezá-la.

³⁰ É significativo que essa expansão incluía, por um breve período, os territórios da Mesopotâmia. A chegada do domínio dos romanos ao golfo Pérsico como que marca os limites de sua possibilidade de crescimento, confrontando-os de maneira inequívoca com sua nêmesis e contrapartida a leste, o império continental dos povos iranianos.

Dentre as numerosas obras do programa de Adriano, merece destaque sua residência nos arredores de Roma, na atual cidade de Tívoli, antiga *Tibur*. O enorme conjunto, cobrindo mais de cem hectares, ficou conhecido como *Villa Hadriana* ou *Villa Hadrianis*, e é normalmente considerada um exemplo de habitação faustosa e do extremo luxo da era imperial, espécie de capricho individual desmesurado.

A primeira dificuldade para estudarmos a *Villa Hadriana* consiste em um problema de tempos. Há pelo menos três conjuntos temporais distintos no que a concerne. O primeiro é o tempo de Adriano, de seu uso original, como sede da corte do Príncipe. O segundo, digamos, histórico ou lendário, abrange o vasto e nebuloso período que se desenrola de sua lenta decadência e esquecimento até sua redescoberta e entronização, como tesouro e destino favorito da nobreza nos séculos XVI a XVIII. E o terceiro momento corresponde à abordagem progressivamente racional e científica que a transforma em sítio arqueológico e atração turística cultural, a partir do séc. XIX.

O visitante ou pesquisador encontra hoje este último tempo, mas alguns dos relatos mais relevantes sobre o complexo datam do Renascimento e depois, quando seu estado de conservação ainda permitia entender melhor como se apresentava em seu apogeu. Não há descrições ou outras fontes sobre a Villa freqüentada por Adriano.

Portanto, no âmbito deste trabalho, que estuda a obra do início do II século d.C., o problema passa a ser a metodologia de aproximação, ou seja, a escolha das chaves de leitura para compor um quadro descritivo coerente. As ruínas contemporâneas fornecem alguns elementos, que somados a escritos e levantamentos gráficos como os de Pirro Ligorio e de Piranesi, para citar dois dos mais célebres, permitem inferências bastante razoáveis. Ocorre que uma

distorção grave espregueira a todo momento, a visão romântica que desde fins do século XVIII elegeu a Villa e seu entorno paisagem bucólica ideal. O paradigma que decorre do olhar através dessa lente encontra-se disseminado em praticamente todo tipo de texto disponível sobre a Villa e apresenta-se recorrentemente como um perigo de contaminação que pode invalidar uma linha interpretativa ao conduzir a anacronismos.

A solução talvez esteja na adoção de um padrão descritivo cauteloso, em que as hipóteses de funcionamento sejam contrastadas com contribuições arqueológicas. Mais do que isso: a inserção do modelo explicativo da Villa em um processo mais geral de longa duração, de séries históricas cobrindo boa parte da Antiguidade a que seria afeita.

A Villa localizava-se bem perto da antiga *Tibur*, a moderna Tívoli, a cerca de 28 km a leste de Roma. Ficava na encosta de um morro, rodeada por dois afluentes menores do rio Aniene, que corre para o Tibre, um pouco a norte de Roma. Tívoli, e portanto a Villa, era facilmente acessível a partir de Roma, por terra pela Via Tiburtina e de barco pelo Aniene, que era navegável na época. Outras razões para escolher essa localização em particular eram mais práticas. Tívoli era (e ainda é) famosa por suas pedreiras de travertino e contava também com grandes depósitos de tufa, de *pozzolana* e de cal para a produção de cimento. As abundantes reservas de água no local, fornecidas pelos dois pequenos córregos mencionados, permitiam abastecer, não só as termas da *Villa Hadriana*, que necessitavam de grandes quantidades de água, mas quatro dos aquedutos que serviam Roma.

O complexo da Villa era vasto em escala, espalhado por sobre uma área de cerca de dois quilômetros por um quilômetro. A parte central do palácio era uma Villa estruturada tradicionalmente, orientada em um eixo noroeste-sudeste, na encosta de uma colina. Incluía (visto de noroeste) um jardim com

uma fonte alongada e uma vista em direção ao vale, dois edifícios freqüentemente identificados como uma biblioteca grega e uma biblioteca latina, um grande pátio seguido da parte residencial principal do palácio, que incluía um edifício com pilares dóricos. Mais ao fundo havia outro grande pátio com um pórtico e salas ricamente ornadas, chamado Pátio Dourado (*Piazza d'Oro*) devido aos tesouros ali achados.

No lado nordeste do palácio imperial havia acomodações para hóspedes, os *Hospitalia*, com quartos e um grande *triclinium*. Mais para baixo, na vertente N, havia um terraço conhecido como Terraço de Tempe, com um ponto alto destacado com relação ao vale, o Pavilhão de Tempe.

A sudoeste das bibliotecas erguia-se um estranho edifício circular, usualmente chamado de Teatro Marítimo. Consistia de uma colunata ao redor de um pequeno lago, com uma ilha central que comportava o que parece ter sido uma pequena residência. Ao lado desta estrutura havia um grande salão, provavelmente uma sala de audiência, conhecida como a Sala dos Filósofos e um complexo de banhos, com uma câmara aquecida pelo sol, as Termas com *Heliocaminus*, ambos alinhados em um eixo quase norte-sul. Nos fundos, no lado sul do Edifício com Pilares Dóricos, erguia-se a Caserna dos Vigias. No lado norte da colina, abaixo do terraço defronte às bibliotecas e aparentemente um pouco destacado do resto do complexo, ficava o Teatro Grego e um pórtico com um templo redondo (*tollos*) de Vênus.

Uma grande porção do complexo era orientado em um eixo leste-oeste. Ele dominava a vertente sudoeste da colina e algumas partes eram construídas sobre uma plataforma artificial, cujas fundações abrigavam as acomodações dos servos. Próximo do Palácio Imperial e da Caserna dos Vigias ficava o Edifício com Pesqueiro cercado por um peristilo e com um criptopórtico. Além, a oeste, em um nível razoavelmente mais baixo, havia um ninfeu

alongado, que se tomava por um estádio devido a seu formato. Ao lado situava-se o Edifício com Três Êxedras, talvez um *triclinium*. A maior estrutura neste eixo leste-oeste era o Pecilo [*Poikile*], constituído por uma enorme colunata retangular com um espelho d'água em seu centro. Metade desta estrutura repousa sobre uma grande plataforma artificial.

Ao sul do Pecilo, ainda na vertente sudoeste da colina, e parcialmente enterrada nela, estava uma outra parte do complexo, alinhada em um eixo quase norte-sul. Aqui havia duas grandes edificações para banhos, as Pequenas Termas e as Grandes Termas, separadas por alguns salões de propósito desconhecido. Encaixada no barranco atrás das Grandes Termas havia mais uma caserna, conhecida como Pavilhão do Pretório. A característica dominante desta parte da Villa era o Canopo, ou seja, um longo espelho d'água em cujo perímetro havia uma colunata. Na sua extremidade sudeste ficava um Templo de Serapis ou *Serapeum*, semi-enterrado na encosta.

Sobre a colina acima do Canopo provavelmente existiam jardins e outros edifícios, mas esta área só foi escavada superficialmente. Ali se vêem uma estrutura circular, talvez um mausoléu, diversas passagens subterrâneas e o Templo de Plutão. A sul do Canopo encontra-se outro conjunto de edifícios, orientados em sua maioria em um eixo noroeste-sudeste, que incluíam um belvedere panorâmico, jardins e algumas estruturas identificadas como a Academia, em referência à famosa Academia de Atenas. Estas duas partes da Villa não são acessíveis a visitantes.

Abaixo de boa parte deste complexo corre uma série de vias, passagens, áreas de armazenagem e alojamentos de escravos, todos subterrâneos. A maior parte da infraestrutura necessária para manter um complexo tão extenso ficava cuidadosamente oculta, fora das vistas e da mente dos senhores.

O propósito original das construções, tomadas individualmente, é com frequência desconhecido. De identificação certa são os três equipamentos de banho, o Pecilo (referência à *Stoa Poikile*), mas em realidade um *porticus miliaria*, usado para caminhadas depois das refeições, a residência imperial *ipso facto* (a Villa Residencial, o Edifício com Pesqueiro e o Edifício com Três Êxedras) e, por fim, as acomodações dos servos nas subestruturas do lado oeste e no Pavilhão do Pretório, que é conectado aos equipamentos de serviço subterrâneos.

Devido à perda de todas as partes superiores dos edifícios, pode ser muito difícil ter uma idéia de como a Villa era no tempo de Adriano. O visitante de hoje pode "ver através" da Villa e facilmente ter a impressão de espaços abertos como em um parque, porém tal experiência não corresponde àquela dos usuários originais. Os espaços abertos de hoje já foram uma passagem estreita, um salão de banquete ou um átrio culminado por uma alta cúpula, no início do primeiro milênio, mas tudo isso foi irremediavelmente perdido.

A antiga Villa deve ter sido muito mais parecida com uma cidade, com muito mais espaços fechados, cercados por empenas e cúpulas, hoje desaparecidas. Muitos dos edifícios elevavam-se a vários andares de altura, porém agora se apresentam quase completamente em ruínas.

A *Villa Hadriana* já era afamada na Antigüidade por sua rica coleção de edifícios associados a famosos lugares ou monumentos de outras partes do Império. Tais associações eram muito comuns entre os romanos abastados já a partir do séc. I a.C. Era uma forma de exhibir cultura e erudição. Marcus Tullius Cícero possuía, em sua Villa em Tusculum, edifícios conhecidos como *Lyceum* e *Academia*, remetendo às famosas escolas filosóficas da Grécia

antiga. Augusto tinha em sua residência no Palatino uma área chamada *Syracusa*, porque era inspirada em uma parte do palácio de Dionísio de Siracuse.

O plano para a *Villa Hadriana* seguia idéias similares. Devido à dispersão dos elementos artísticos da Villa, nem sempre é possível identificar o propósito ou idéia por trás de uma edificação, mas algumas estruturas são muito características. O Pecilo tinha recebido esse nome por sua associação com a *Stoa Poikile* - colunata pintada - que era um famoso monumento em Atenas. O Canopo aludia a um canal artificial que ligava a cidade egípcia de Canopus, no delta do Nilo, com a vizinha Alexandria. Canopus era famosa por seu Templo de Serapis, que na Villa identificava-se à estrutura na extremidade do espelho d'água. O Canopo foi construído antes da primeira viagem de Adriano a Alexandria, portanto não cabe dizer que fosse uma reconstrução de algo que ele tivesse visto em suas viagens. A identificação da Academia na *Villa Hadriana* é provavelmente menos segura, uma vez que muito pouco restou dos edifícios em questão. Provavelmente havia outras associações desse tipo na Villa, não mais discerníveis hoje.

A representação de monumentos gregos antigos em uma Villa romana não pretendia ser uma cópia da aparência física do original, antes pretendia representar os valores e idéias do modelo. Donde um *lyceum* seria um lugar de discussões filosóficas, não a réplica exata da construção na Grécia. O dono da Villa poderia mesmo jamais ter visto o Liceu de Atenas. É o caso da *Villa Hadriana*: os edifícios "estrangeiros" representavam conceitos, não eram cópias.

A construção da Villa começou imediatamente depois de Adriano tornar-se imperador, em 118 d.C.. A fase inicial da obra, sete anos, estendeu-se até 125, quando ele retornou da primeira de suas grandes viagens. Morou

ali durante o verão do ano de 125 e provavelmente retornava regularmente, até embarcar em sua segunda jornada, em 128. Portanto, já em 125 as partes centrais da Villa teriam de estar adequadamente completadas para servir de residência imperial. Os trabalhos não estavam totalmente acabados nessa data, no entanto, e, aparentemente, Adriano fez mudanças e acréscimos ao plano geral durante sua estada na Itália. Um segundo período de construção, de nove anos, entre 125 a 134, concluiu o projeto. Adriano interessava-se muito por arquitetura e era ele mesmo um arquiteto competente. É altamente plausível que tenha tomado parte no desenho e no planejamento da Villa, desde o começo, e acompanhado os detalhes. Não se sabe, no entanto, quem teria sido o arquiteto à frente do canteiro.

Embora muitas das partes da Villa levassem nomes associados a famosos edifícios ou lugares do mundo helenístico, as técnicas de construção usadas eram tipicamente romanas. Quase todas as edificações foram realizadas em *opus mixtum*, uma combinação de cimento, de pequenos blocos de tufa e de tijolos, processo inventado pelos romanos. As técnicas de construção deram aos arqueólogos algumas informações muito valiosas que ajudam a datar a Villa e cada um dos edifícios. Os tijolos eram comumente gravados com os nomes dos cônsules do ano de produção, e tais selos fornecem um instrumento perfeito para estabelecer a data em que cada parte foi erguida.

O palácio imperial foi construído sobre uma antiga Villa republicana do primeiro século a.C., que era de propriedade da família da esposa de Adriano. Não se sabe se ainda era usada ou se estava abandonada e em ruínas quando Adriano decidiu localizar ali sua nova residência. Em todo caso, grande parte da Villa anterior foi demolida para dar lugar à nova, mas algumas partes ainda restam, como os criptopórticos com abóboda de mosaico sob o palácio imperial. Partes da antiga Villa podem ter sido aproveitadas durante os períodos iniciais da construção.

Os primeiros edifícios a serem erguidos como parte do projeto de Adriano foram o Teatro Marítimo e o Salão dos Filósofos, ambos de tijolos com data do ano de 117, e as Termas com *Heliocaminus*, onde parte da alvenaria data de antes de 123. É razoável supor que estes prédios possam ser encarados como acréscimos à Villa republicana. Note-se que a orientação exatamente destes três edifícios é única na Villa. A grande maioria dos tijolos são de 123/124 d.C. e foram usados em quase todos os edifícios da Villa. Este frenesi de atividade provavelmente foi provocado por notícias de que o Imperador estava para retornar a Roma em 125. Isto demonstra, para além de qualquer dúvida, que a *Villa Hadriana* é o resultado de um só plano unificado, e não um aglomerado de prédios que foi crescendo ao longo do tempo. Também foram encontrados tijolos datados de 126 d.C. e mesmo posteriores, principalmente no Edifício com Pesqueiro e na *Piazza d'Oro*. Estas partes da Villa foram, portanto, terminadas durante a segunda fase de construção, mas uma vez que elas também contêm tijolos de fabricação mais antiga, talvez tenham sido iniciados durante a primeira fase.

Conclui-se que a *Villa Hadriana* foi construída de acordo com um plano unificado. Foi edificada por sobre uma Villa anterior e seus primeiros edifícios podem ter sido ampliações e reformas das estruturas republicanas, mas quando a construção da residência imperial começou, o plano geral já havia sido traçado. A maior parte da área central da Villa estava pronta para ser ocupada em 125, mas algumas partes foram acabadas depois, no período de 125 a 134 d.C..

A *Villa Hadriana*, sendo um palácio imperial, foi projetada para não ter equivalente ou ser superada. Era adornada com o que de melhor o Império Romano tinha a oferecer em termos de obras de arte e materiais de acabamento. É provável que o próprio Adriano tenha tido um papel ativo em

sua seleção. Quase tudo que tinha valor foi removido da Villa desde a Baixa Antigüidade, mas muitos artefatos reconhecidamente dela oriundos estão hoje espalhados por museus e coleções por toda a Europa. É provável que muito mais se tenha perdido ou tenha sido listado como de proveniência desconhecida. Mas o que restou é suficiente para ilustrar a esplêndida decoração da Villa.

Mais de 500 estátuas são sem sombra de dúvida provenientes da Villa e isso pode bem ser apenas uma fração de sua estatuária na Antigüidade. Algumas de suas mais famosas esculturas estão nos Museus Capitolinos (o Harpócrates, os Centauros Furietti e o Fauno de Mármore Vermelho) e nos Museus Vaticanos. Muitas foram removidas nos séculos XVII e XVIII, sobretudo, e muitos mais podem ter acabado nos impiedosos fornos de cal da Idade Média. As obras de arte que sobreviveram mostram que cada edifício tinha uma significação específica que se refletia em sua seleção decorativa. Por entre os edifícios e em torno da Villa havia uma série de espaços abertos, jardins e parques adornados com estátuas, ninfeus e fontes.

Pisos em *opus sectile* foram encontrados em muitas partes da Villa. Os desenhos são em sua maioria padrões geométricos policrômicos compostos de quadrados, triângulos e losangos, feitos freqüentemente de placas de mármore raro e precioso, às vezes misturado com vidro colorido e marfim. Essa técnica era muito cara e por isso reservada aos locais mais importantes. Havia mosaicos por todo o complexo, principalmente nas áreas de menor prestígio como os dormitórios para convidados de menor importância, embora alguns cômodos importantes também fossem decorados com mosaicos especiais. Os mais famosos são dois *emblemata* em estilo helenístico, o "Mosaico das Pombas" e o "Mosaico das Máscaras de Teatro", ambos hoje nos Museus Capitolinos. São feitos com uma técnica conhecida como *opus vermiculatum*, que usa *tesserae* (pastilhas) diminutas. Plínio o Moço escreveu em uma

passagem sobre um célebre mosaico de piso grego com um emblema de pombas bebendo água no meio de um "chão não varrido". O mosaico da *Villa Hadriana* tanto pode ser o original grego quanto uma cópia, já que os *emblemata* eram facilmente removíveis por causa de seu tamanho reduzido. Muitos dos mosaicos ainda *in situ* na *Villa Hadriana* ou são em preto e branco em estilo italiano, geométrico e/ou com desenhos florais, ou desenhos geométricos policromáticos. Frequentemente não são de boa qualidade. Nos *Hospitalia* foram encontrados exemplares em preto e branco muito bonitos e bem preservados, mas a maioria dos mosaicos restantes são apenas fragmentos, usualmente encontrados nos limites perto das paredes. Muitos estão na Villa Residencial e na *Piazza d'Oro*.

As paredes em muitos dos edifícios centrais foram revestidas com mármore policrômico, mas quase nada restou. Outros ambientes tinham suas paredes cobertas com camadas de reboco, por vezes pintadas com afrescos com motivos geométricos ou naturais, por outras decoradas com elaborados padrões florais em estuque. Lamentavelmente as pinturas parietais da *Villa Hadriana* estão, em geral, mal preservadas. Fragmentos de alguns desenhos geométricos foram encontrados nos criptopórticos sob o Edifício com Pesqueiro, cobertos por *graffiti* e inscrições de iniciais, algumas de séculos atrás, outras muito recentes. Outras pinturas parietais foram achadas nos cômodos em frente do Pavilhão Pretório.

Os tetos eram muitas vezes decorados com reboco, pintados ou com desenhos em estuque. Pouco deles restou, já que a cobertura da maioria dos edifícios desabou, mas há notáveis testemunhos nas Grandes Termas e, em menor grau, no Edifício com Três Êxedras.

A *Villa Hadriana* continuou em uso depois da morte de Adriano, em 138 d.C. Antonino Pio, sucessor adotado de Adriano, usava a Villa, como

também Marco Aurélio. A Villa foi também usada, no início do séc. III, sob os Severos, como demonstra o achado de pinturas parietais que datam do principado de Septímio Severo.

Diocleciano, que governou no final do séc. III, usou a Villa e desfrutou dela com grande prazer, ao contrário de seu sucessor Constantino I. Durante seu mandato obras de arte e outros valores foram levados, talvez para adornar os palácios de sua nova capital, Constantinópolis (Bizâncio ou Constantinopla, posteriormente Istanbul, na atual Turquia). Depois de Constantino, a Villa foi abandonada e caiu em ruínas, mas sua localização ou identidade não foram esquecidas.

A espoliação do palácio começou já na Baixa Antigüidade e continuou por um milênio e meio, até não restar intocado praticamente nenhum pedaço de mármore de valor. Foi durante a Idade Média que grande parte do mármore foi removido ou queimado para produzir cal, e é altamente provável que nesse período o sítio tenha servido de uma espécie de depósito de material de construção usado de fácil acesso. Gradualmente muitos dos edifícios ruíram e grande parte do complexo foi coberto com entulho e terra, mas nos séculos XVII e XVIII a Villa foi sistematicamente espoliada de muitos dos tesouros restantes. As terras sobre as quais a Villa foi construída pertenciam a diferentes proprietários, removeram, ao longo do tempo, o que quer que ostentasse valor, dispersando estátuas por grande parte da Europa. Muito do legado em obras de arte da Villa terminou em coleções dos papas e pode ser contemplado nos Museus Vaticanos e Capitolinos.

Alguns achados espetaculares contribuíram muito para a fama do sítio, como a descoberta dos Centauros Furietti e do Mosaico com as Pombas, ambos resultado das escavações na Academia do Cardeal Furietti, em 1736. Um outro achado afortunado foi um esconderijo de estátuas localizado em uma lagoa ao sul da colina, pelo pintor e *marchand*, Gavin Hamilton, no final

do séc. XVIII. As esculturas aparentemente haviam sido ocultadas para serem queimadas e transformadas em cal, mas foram abandonadas e posteriormente esquecidas quando a área foi invadida pela água.

Prospecções, de fato, somente começaram em fins do séc. XIX, após a unificação da Itália. Desde então muito se escavou na *Villa Hadriana*, em parte pelas autoridades arqueológicas italianas, em parte pelas diversas academias estrangeiras de Roma.

Descrição em pormenor³¹

A *Villa Hadriana* é talvez um dos mais significativos e complexos atestados do gênio construtivo dos romanos. É um catálogo completo de ‘invenções’ arquitetônicas: da forma das coberturas àquela dos edifícios (que não seguiam simetrias rígidas, mas eram concebidos para surpreender, criando visuais e perspectivas inesperadas, e seguindo ou dominando a orografia natural do terreno).

A Villa é um dos mais notáveis exemplos remanescentes de palácio imperial e dinástico. Os edifícios mais antigos deste gênero são conhecidos somente pelas descrições das fontes antigas. Trata-se dos lendários palácios dos reis persas, imersos na vegetação luxuriante de fantásticos jardins-paraisos. Deles derivam os palácios dos reis helenísticos, por sua vez, ponto de partida de uma tradição construtiva imperial feita de magnificência, enormes dimensões, arquitetura monumental e cenográfica.

Quando Roma se tornou a maior potência do Mediterrâneo e conquistou a Grécia, os romanos ficaram admirados com o luxo e a beleza da arte grega e helenística. Junto das cidades nasceram as Villas. Augusto teve a primeira Villa imperial em Prima Porta, perto de Roma. Nero construiu uma Villa bem no coração da cidade, a *Domus Aurea*, e uma outra em Subiaco, dotada de um lago artificial. Domiciano construiu magníficas Villas em Castelgandolfo e Sabaudia, não muito longe de Roma. Trajano teve uma Villa em Arcinazzo e assim por diante. A Villa suntuosa no centro de uma vasta

³¹ Este roteiro segue o trabalho da Profa. Marina de Franceschini.

propriedade era indispensável para os imperadores romanos.

Na época helenística, e depois na romana, afirma-se e triunfa uma iconografia bem definida do poder. A imagem imperial envolvia não somente o modo segundo o qual o imperador se vestia ou as cerimônias de que participava, mas incluía os palácios em que vivia. Nessas residências imperiais, como observou o Prof. Eugenio La Rocca,



A *Villa Hadriana* foi concebida como uma fortaleza, circundada por altos muros como, visíveis nas proximidades da Palestra.

o aparato era expressão mesma do poder. A *Villa Hadriana* é um dos exemplos mais significativos de tal compreensão: sua própria extensão fala por si, junto com sua complexidade, o grande número de diferentes níveis e orientações, as formas bizarras e grandiosas dos edifícios. Ostentava-se, ainda, na magnificência da decoração, nos mármore preciosos trazidos de pedreiras de todo o Mediterrâneo, nas estátuas, nos ornamentos, nos afrescos e nos mosaicos, nos jardins internos, nas vastas esplanadas artificiais, no parque-jardim, nos espelhos d'água.

Além do fausto, a segurança estava entre as prioridades na construção da Villa. Ela foi construída como uma fortaleza, com altas muralhas como as Cem Pequenas Câmaras, os muros de contenção, próximos da Palestra e do Vale de Tempe, ou ainda o grande muro de contenção no declive ocidental, que corre por centenas de metros da Roccabruna até a Academia.



Os altos muros do lado oeste das Cem Pequenas Câmaras.

Havia um número limitado de vias de acesso, constante e severamente vigiadas. No interior da Villa existia uma série de passagens e de pontos de acesso obrigatórios que ligavam um nível a outro e um setor a outro. Estudando esses pontos de acesso é possível identificar uma parte pública da Villa - completamente separada de sua parte privada - e podem-se distinguir três níveis hierárquicos: os setores nobres imperiais, os setores secundários e, por fim, os setores dos escravos.

Muito pouco sobrou da rica decoração da Villa, depois de séculos de escavações de rapina e de metódica espoliação. O visitante de hoje não se dá conta de que a Villa era quase inteiramente pavimentada com magníficos pisos de mármore (em *opus sectile*), e que as paredes eram completamente revestidas por painéis de mármore que chegavam ao teto. No curso dos séculos, todos os mármorees foram retidados e queimados para fazer cal, tendo sobrevivido pouquíssimos fragmentos.

O aparelhamento dos pisos marmóreos em *opus sectile* era o signo distintivo do uso do recinto pelo Imperador, especialmente quando era empregado o porfido vermelho, a pedra imperial por exelência, que aludia à cor púrpura, outro sinal do poder imperial. Nos mais imponentes edificios da Villa, juntamente com os mármorees preciosos foram encontrados esplêndidos painéis em mosaico diminuto (com pastilhas de 1-2 mm) conhecidos como *vermiculata*. Aquele tipo de piso comparece somente nos edificios nobres da Villa, reservados ao Imperador, ao lado do revestimento marmóreo nas paredes.



Os pisos em *opus sectile* empregavam grande variedade de mármorees preciosos, provenientes de pedreiras de todo o Mediterrâneo. Aquele da foto, que se encontra nas Pequenas Termas, é um dos mais coloridos.

Os mosaicos brancos e negros, infinitamente menos preciosos, com agradáveis desenhos vegetais, como aqueles dos *Hospitalia*, ou simples desenhos geométricos, eram por sua vez empregados nos edifícios secundários. Os desenhos eram obtidos por uma colocação enfileirada das peças e tinha dimensões mais contidas, sendo adequados para o uso do pessoal graduado. O revestimento parietal de tais ambientes eram os afrescos.

Por fim, havia um terceiro nível hierárquico no uso dos pisos, os setores dos escravos, que tinham pisos rústicos em *cocciopesto* ou *opus spicatum*, como se pode ver na Caserna da Guarda ou nas Cem Pequenas Câmaras.

As ruínas da Villa, ainda tão imponentes depois de quase dois milênios, têm fascinado os arquitetos e artistas de todas as épocas. Eles vêm a ela em busca de inspiração, para copiar suas formas ou compreender os segredos técnicos de tamanha solidez. A *Villa Hadriana* foi visitada por Palladio, Rafael, Michelangelo, Leonardo, e depois ainda por Borromini, Piranesi, Canova, e Quarenghi, que se tornou o arquiteto de Catarina da Rússia. Antonio da Sangallo, Pier Leone Ghezzi, Giovanni da Udine e muitos outros artistas deixaram esboços e desenhos de suas ruínas e tentaram reconstruir as plantas de seus edifícios mais singulares como o Canopo ou o Teatro Marítimo.

O grande número de ilustres visitantes demonstra que a *Villa Hadriana* não foi somente um dos momentos culminantes da arquitetura romana, mas também modelo e arquétipo da grande arquitetura do Renascimento, especialmente daquela das Villas. Não é certamente acaso que uma das primeiras e mais antigas Villas renascentistas, a *Villa d'Este*, tenha sido construída na vizinha Tívoli. Tampouco é acaso que, no período histórico que

viu a redescoberta da antigüidade e da arte clássica, a linguagem arquitetônica e artística romana da *Villa Hadriana* tenha sido reinterpretado em novos palácios e Villas, de propriedade das mais importantes famílias ligadas à nobreza e à Igreja. O conceito de villa como imagem e expressão de poder e de riqueza encontrou nova vida nessas prestigiosas residências de campo.

Os Edifícios

Para construir a Villa foram feitos enormes movimentos de terra nos bancos turfácios, procurando ao mesmo tempo tufo e *pozzolana*, os materiais de base para a construção. A grande praça do Pecilo, por exemplo, é completamente artificial, uma vez que repousa em boa parte sobre superestruturas das Cem Pequenas Câmaras, que em alguns pontos têm mais de vinte metros de altura.

A Villa apresentava uma direção constante de declividades, de sul a norte. Tal declividade permitia aproveitar da força da gravidade para mover a água que alimentava as incontáveis fontes, bacias e jogos de água que decoravam seus jardins e edifícios. Na propriedade dos Bulgarini ainda se vêem alguns restos de um aqueduto condutor a um dos grandes aquedutos públicos que, partindo de Tívoli, levavam a água do Aniene até Roma.

A *Villa Hadriana*, além disso, dispunha de uma vasta e ramificada rede de percursos subterrâneos, destinados os escravos, que serviam os sistemas de resfriamento

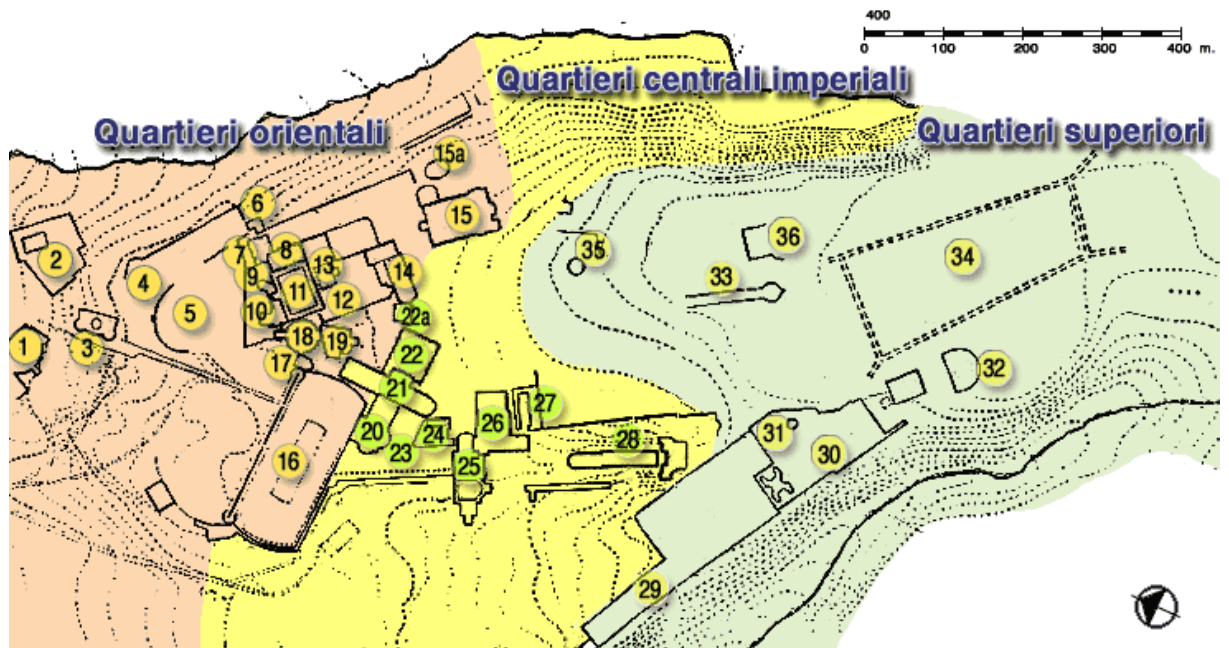


A *Villa Hadriana* tinha um incrível e ramificado sistema viário subterrâneo, que se estendia por pelo menos 4 km e ligava entre si vários edifícios. Esta galeria passava sob o Ninfeu Fede.

dos edifícios termais, ou ainda permitiam passar sem ser visto de um edifício a outro. Havia uma grande via carroçável subterrânea, de extensão superior a 4 km, escavada no banco turfácio e iluminada por aberturas (*oculi*) na abóboda, conhecida como Grande Trapézio.

Na *Historia Augusta* narra-se que o Imperador Adriano quis reproduzir em sua Villa de Tívoli os locais mais célebres da Antigüidade, sobretudo da Grécia, como a Academia, o Liceu, e os Íferos. Todos aqueles que estudaram a Villa procuraram corresponder o que viam com aqueles antigos monumentos. Tal hábito gerou nomes fantasia, que em grande parte resultam dos *Codici* quinhentistas de Pirro Ligorio, mas que são usados até hoje, mesmo se desprovidos de significado (por exemplo, "Teatro Marítimo"). Para maior clareza estes nomes tradicionais são aqui mantidos.

Planta Geral

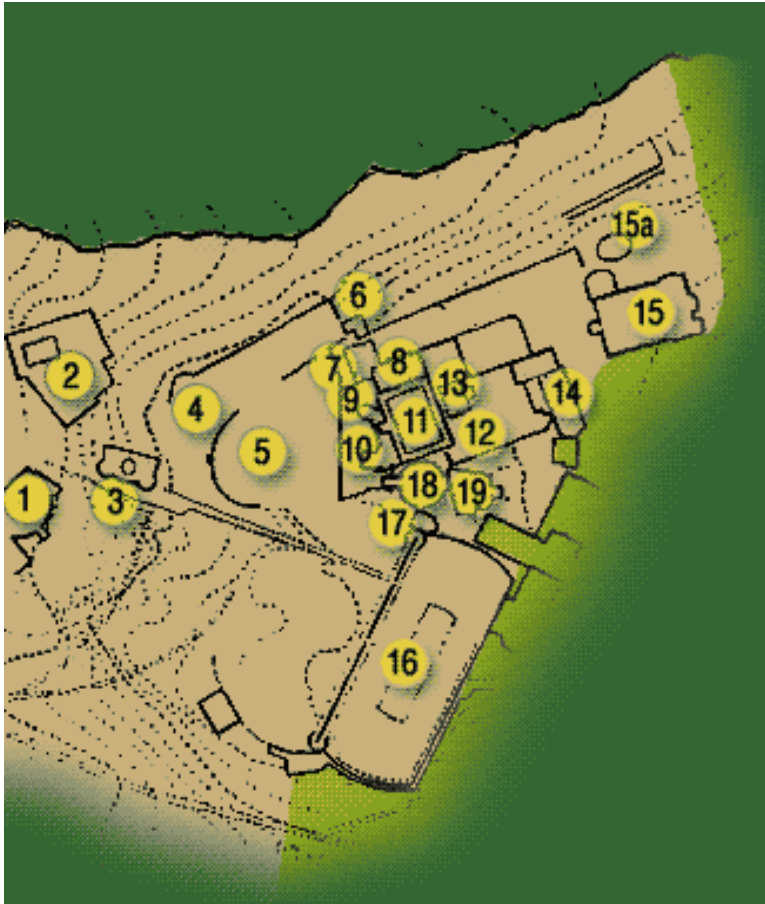


Setores Orientais Superiores

- 1) Teatro Grego
- 2) Palestra
- 3) Ninfêu Fede (Pequeno Templo de Vênus)
- 4) Terraço de Tempe
- 5) Terraço inferior da Biblioteca
- 6) Pavilhão de Tempe
- 7) Triclínio Imperial
- 29) Roccabruna
- 31) Templo de Apolo
- 32) Odeon
- 33) Ínferos
- 34) Grande Trapézio

Setores Centrais Imperiais Setores

- 20) Edifício com Três Êxedras
- 21) Ninfêu Stadio
- 22) Edifício com Pesqueiro
- 22a) Caserna da Guarda
- 23) Quadripórtico
- 24) Pequenas Termas
- 25) Vestíbulo
- 30)



- | | |
|-----------------------------------|---------------------------------------|
| 1. Teatro Grego | 11. Pátio das Bibliotecas |
| 2. Palestra | 12. Palácio Imperial |
| 3. Ninfeu Fede | 13. Criptopórtico com abóbada/mosaico |
| 4. Terraço de Tempe | 14. Edifício com Pilares Dóricos |
| 5. Terraço Inferior da Biblioteca | 15. Piazza d'Oro |
| 6. Pavilhão Tempe | 15a. Arena dos Gladiadores |
| 7. Triclínio Imperial | 16. Pecilo e Cem Pequenas Câmaras |
| 8. <i>Hospitalia</i> | 17. Sala dos Filósofos |
| 9. Biblioteca Latina | 18. Teatro Marítimo |
| 10. Biblioteca Grega | 19. Termas com Heliocaminus |

Partindo da catraca de ingresso do sítio arqueológico que hoje constituem as ruínas da Villa, o primeiro edifício que se encontra é o Teatro

Grego (1), de que somente a cávea (platéia) com uma vasta *piazza* quadrangular ao lado que repousa sobre superestruturas. Ligorio escavou aqui e encontrou algumas ermas, enquanto o Conde Fede, no séc. XVIII, achou aí duas outras representando a Tragédia e a Comédia.

Recentemente o Teatro Grego foi restaurado e a vegetação que o infestava foi cortada, e a cávea está visível novamente, ao passo que a *piazza* adjacente continua enterrada até o momento. As plantas de Ligorio-Contini revelam também a existência de um Teatro Latino (que devia encontrar-se pouco além da Palestra) do qual, porém, nunca se encontrou nenhum traço. Um pouco destacado encontra-se o complexo tradicionalmente conhecido como Palestra (2), que segundo a descrição de Ligorio, tinha três grandes *piazze*, uma das quais pavimentada com mármore *cipollino*. Escavações recentes da Superintendência Arqueológica do Lácio executados nesta área confirmaram a veracidade de seu relato, trazendo à luz um vasto pátio descoberto recoberto com grandes placas de mármore *cipollino*. Era circundada por um pórtico duplo em *opus sectile*, um com desenhos de cubos em perspectiva, outro com retângulos dispostos em espinha de peixe. O pátio descoberto e os dois porticados repousavam sobre uma grande superestrutura formada por dois criptopórticos concêntricos, bem conservados porque no séc. XVIII foram transformados em adegas e depósitos e em parte incorporados pelo Casarão da Fontinha (Casale del Fontanile, também chamada de Fonte de Palácio). O nome faz referência à presença de uma bica então existente, que provavelmente alimentava alguns equipamentos de abastecimento hídrico na parte baixa da Villa.

Na mesma área da Palestra (2), um outro Casarão setecentista foi construído pelo Conde Fede, englobando ruínas adriânicas. Em suas adegas conserva algumas abóbodas em estuco, que foram recentemente catalogadas e estudadas pela Prof^a. Mariette de Vos, da Universidade de Trento. Adjacente

ao Casarão há outras estruturas de época romana, atualmente utilizadas como pátio e depósito de quinquilharias: aqui se conservam algumas abóbodas de estuco, muitas completamente enterradas.



Um dos tetos em estuque conservados em um *Casale* do século XVIII construído sobre ruínas da Palestra (2).

O complexo da Palestra (2) está entre os menos conhecidos da Villa. Suas últimas escavações remontam ao séc. XVIII e ainda hoje é preciso basear-se em plantas de Contini-Ligorio e Piranesi para reconstruí-lo. Luigi Canina³² publicou a única planta antiga do pátio com seus porticados. Outras planimetrias de Contini-Ligorio, Piranesi e de Salza Prina Ricotti d somente os criptopórticos que existem no subterrâneo.

Uma longa ruela flanqueada por ciprestes monumentais, que provavelmente retraça um dos antigos acessos, dá em um nível mais alto, ao lado do *Casino* Fede, construído sobre o sítio de um Ninfeu, com um templo redondo dedicado à Vênus de Cnido, sob o passava uma via carroçável.

³² Canina, Luigi. *Gli edifizii antichi dei dintorni di Roma*, vol. V-VI, 1856.

Este edifício é retratado de maneira sumária nas plantas de Contini-Ligorio e de Piranesi. Foi objeto de diversas intervenções de restauro. Surgia sobre um terraço artificial margeado por um dos mais antigos muros de contenção da Villa, construído em *opus incertum*, que foi reparado e restaurado no início dos anos 90, e que pertencia à preexistente Villa republicana posteriormente incorporada pelas estruturas do Palácio Imperial.

O Ninfeu (3), propriamente dito, consistia em um terraço aberto para o panorama leste, no centro do qual havia um pequeno templo dórico circular, circundado por um pórtico em semi-círculo sobre o qual se abriam duas absides laterais, ladeando um provável corredor de acesso. A parte setentrional da estrutura foi incorporada ao Casino Fede. As diversas casinhas que incorporavam estruturas romanas são ilustradas na *Planta das Possessões do Conde Fede*, desenhada no séc. XVIII por Ristori Gabbrielli.

Um segundo caminho de acesso arborizado parte do Ninfeu (3) e termina junto a uma grande parede em tijolos, que era o muro central do duplo pórtico do Pecilo (16), concebido para passeios ao sol ou à sombra, de acordo com a estação, e para atingir o comprimento de uma milha. Esse duplo pórtico foi construído no início do reino de Adriano, em 117 d.C., como demonstram os selos dos oleiros.



A pequena via com ciprestes que vai do Ninfeu Fede (3) até o Pecilo (16) e que, provavelmente, repisa o percurso de um antigo acesso.



O longo muro medial (*di spina*) do pórtico duplo do Pecilo (16). No alto vêem-se os 104 furos para as traves que sustentavam a cobertura. Neste

pórtico podia-se passear escolhendo o lado sob o sol ou à sombra, fresco ou quente, de acordo com as estações.

A oeste do Ninfeu abre-se a grande esplanada do Pecilo (16), ornada em seu centro por um espelho d'água e circundada por um pórtico. A esplanada do Pecilo (16) é completamente artificial e repousa sobre um complexo sistema de superestruturas, conhecido como Cem Pequenas Câmaras (16). Os selos dos oleiros encontrados nesta zona datam de 123-124 d.C., significando que a parte meridional do pórtico foi edificada em um segundo momento, depois de terminada a construção das superestruturas, cujas formas demandaram prazos bem mais dilatados. As Cem Pequenas Câmaras (16) eram formadas por dezenas de ambientes de serviço, dispostos embaixo da esplanada, mas sem comunicação com ela, nos quais se alojavam os escravos e, provavelmente, a guarnição de guarda na Villa. As Cem Pequenas Câmaras serviam como muro de contenção em direção a leste até o Vestíbulo, além de sustentar o Pecilo.



As grandiosas estruturas conhecidas como Cem Pequenas Câmaras (16) sustentavam a esplanada artificial do Pecilo (16). Aí alojava-se o pessoal de serviço, de soldados a escravos, com vias de acesso separadas.

Na ocasião do Jubileu de 2000, a área defronte as Cem Pequenas Câmaras foi escavada pela Superintendência Arqueológica do Lácio, trazendo à luz um duplo sistema viário. Uma primeira estrada carroçavel de serviço, bastante estreita, costeava as Cem Pequenas Câmaras e introduzia-se em um labirinto de criptopórticos subterrâneos, situados sob o Vestíbulo as Grandes e Pequenas Termas. Um muro divisório separava esta primeira estrada da segunda, que constituía o acesso principal da Villa. Trata-se de um grande anel retangular pavimentado, de grande efeito cenográfico, que chegava até a escadaria monumental que dava no Vestíbulo³³. Na pequena colina a leste da via paviementada foram encontradas as fundações de uma estrutura de forma semi-circular, interpretada como um possível templo dedicado a Antínoo, o favorito do Imperador.



³³ Rinaldi, 2000 e Mari, 2001.

Por ocasião do Jubileu 2000 foi desenterrado o acesso principal da *Villa Hadriana*. À esquerda vêem-se as Cem Pequenas Câmaras (16), ladeadas por uma via de serviço. À direita está a grande via pavimentada em anel. No fundo distingue-se a escadaria monumental que levava ao Vestíbulo.

A partir da extremidade meridional do Pecilo duas arquibancadas semi-circulares ligavam à Sala dos Filósofos (17), grandiosa aula retangular completada por um muro de fundo absidal, construída contemporaneamente ao Teatro Marítimo (18). O acesso principal, delimitado por duas colunas, encontrava-se do lado norte. Uma passagem subterrânea ligava-a ao Ninfeu-Estádio e ao Pecilo. A Sala dos Filósofos deve ter sido a sala monumental para audiências do Imperador. Ligorio escreveu que era decorada com mármore preciosos e, ainda hoje, vêem-se nas paredes os traços do revestimento marmóreo. Nichos decorativos abrigavam estátuas, talvez aquelas encontradas por Michilli nas vizinhas Cem Pequenas Câmaras (16).



Na majestosa Sala dos Filósofos (17), o Imperador concedia audiências durante as cerimônias oficiais. Inteiramente revestida de mármore preciosos,

tinha nichos decorados com estátuas, algumas das quais foram encontradas nas vizinhanças das Cem Pequenas Câmaras.

Ao lado da Sala dos Filósofos encontra o Teatro Marítimo (18), um dos edifícios mais singulares da Villa. Sua entrada principal ficava a norte, precedida de um terraço, e era acessível por uma pequena escada para aqueles que vinham do Pecilo (16) ou da área defronte à Sala dos Filósofos (17). Tal percurso de acesso era nitidamente separado daquele que saía para as Bibliotecas Grega (10) e Latina (9), mas todos os três edifícios faziam parte do setor restrito da Villa, sendo seu acesso disfarçado e oculto.

Externamente o Teatro Marítimo tinha a mesma forma e dimensões do Panteão de Roma: um corpo circular precedido de um pronaos com colunata. O interior, porém, era completamente diverso, com um pórtico circular que circundava um canal de água em anel, e, ao centro, uma pequena ilha artificial que abrigava uma Villa em miniatura, dotada de todas as comodidades: um pequeno jardim ou átrio central, para o qual se abria um triclínio flanqueado por dois outros ambientes, e dois cubículos para dormir, no lado oriental. Na parte sudoeste da ilha foi realizada uma pequena Terma com tanque e ambiente aquecido e, nos espaços entre estes, foram encaixadas latrinas. O conjunto era acessível através de duas pequenas pontes giratórias que podiam ser recolhidas para haver privacidade e segurança totais, substituída na Baixa Antigüidade por uma pequena ponte de alvenaria. Os pisos eram em *opus sectile* na Ilha e em mosaico, no pórtico em anel; as paredes conservam traços da decoração marmórea. As colunas eram coroadas por uma arquitrave com um friso marmóreo representando monstros marinhos, dos quais restam alguns fragmentos *in situ*. O Teatro Marítimo (18), também chamado de *Natatorio*, foi desenhado por Andrea Palladio e comparece em todas as plantas mais antigas, tendo fascinado os arquitetos de todo o Renascimento. Nos anos 80 foi estudado por Ueblacker, que publicou um volume exemplar por ser

completo e preciso (ver Ueblacker, 1985).



O Teatro Marítimo (18) é, sem dúvida, um dos mais singulares edifícios da Villa. Circundado por um anel de água, tinha no centro uma pequena ilha acessível com duas pequenas pontes giratórias. Sobre ela foi edificada uma Villa em miniatura. Na ilhota, o Imperador podia repousar em total segurança e privacidade.

Entre o Teatro Marítimo e o Pecilo inserem-se as Termas com *Heliocaminus* (19), cujo nome advém da grande cúpula que cobria uma de suas salas circulares, intensamente aquecida. Este edifício termal³⁴ foi diversas vezes reformado e restaurado. Artigos recentes de Manderscheid³⁵ propõem a hipótese de que a grande sala circular fosse uma piscina, aquecida por um sistema "de samovar", isto é, mediante um grande braseiro circular de imersão. A Terma tinha um amplo *frigidarium* pavimentado em mármore *cipollino* e dotado de um tanque para a água fria acessível por degraus, e uma série de

³⁴ Verduchi, 1975.

³⁵ Manderscheid, 2000.

ambientes acessórios mais ou menos quentes, alguns dos quais usados como vestiário (*apodyterium*). As Termas com *Heliocaminus* serviam os setores vizinhos orientais da Villa, incluindo o Palácio Imperial e as Bibliotecas.



A grande cúpula das Termas com *Heliocaminus* cobria um ambiente circular intensamente aquecido.

A oriente do Teatro Marítimo (18) estende-se uma série de edifícios contíguos e interdependentes. Partindo do norte, encontra-se o Terraço inferior (5) das Bibliotecas, cujo muro de arrimo decorado com nichos para estátuas com duas pequenas escadas, dava acesso disfarçado e bem controlável ao Terraço Superior e às Biblioteca Grega (10) e Latina (9). Defronte a elas desenterrou-se uma longa fonte que terminava em octágono. As duas bibliotecas formavam um pano de fundo cenográfico e monumental, que precedia os setores mais internos da Villa. O acesso, também nesse caso, não era nem evidente, nem direto: tratava-se de dois estreitos corredores que flanqueavam o Ninfeu do Pátio das Bibliotecas (11), interposto entre os dois edifícios.



A Biblioteca Grega (10) juntamente com a Biblioteca Latina (9) formavam uma quinta cenográfica de acesso à zona do Palácio Imperial.

A Biblioteca Grega (10) tinha duas grandes salas quadrangulares, uma em seqüência da outra, decoradas com alcovas retangulares. Grandes aberturas permitiam ver em perspectiva da entrada até o fundo da sala mais interna. Do lado sudeste uma série de ambientes de formato irregular uniam este edifício com o Pátio das Bibliotecas (11), que tinha uma orientação diferente. A Biblioteca Grega (10) conserva parte do andar superior, dotado de instalações de aquecimento, sendo provável que tenha sido usada como residência de inverno antes da construção do Edifício com Criptopórtico (13) e Pesqueiro (22 - também chamado de Palácio de Inverno), que analogamente tinha uma instalação para aquecimento. A Biblioteca Latina (9) tinha também duas grandes salas decorada com alcovas, mas ali prevaleciam as linhas curvas. Como na Biblioteca Grega, a abside da sala mais interna era visível a partir da entrada, formando uma arquibancada recurvada com duas colunas. Uma série de ambientes ligavam o complexo à orientação diferente do contíguo Pátio das Bibliotecas (11). As duas Bibliotecas, ricamente decoradas com mármore nas paredes e nos pisos em *opus sectile*, tinham a forma de duas torres, e flanqueavam o antigo Ninfeu, da época republicana, erguido para uma Villa

preexistente, que era o ponto focal de uma vasta *piazza* retangular, chamada de Pátio das Bibliotecas.



A Biblioteca Latina (9) com a grande aula absidal.

O Pátio das Bibliotecas (11) era, originalmente, o antigo jardim da Villa republicana, incorporada pelas construções adriânicas do dito Palácio Imperial. Trata-se de uma vasta área retangular, circundada por pórticos pavimentados em *opus sectile*. Ao longo do lado noroeste, para o qual se abriam as Bibliotecas Grega e Latina, achava-se, com já foi dito, o antigo Ninfeu erguido na pré-existente Villa republicana. Coberto por uma abóboda de canhão e terminando em uma abside decorada com nichos com fontes, o Ninfeu era coroado por uma cisterna que servia para alimentá-la. A antiga Villa era dotada de uma *basis villae*, ou seja, de um pódio em alvenaria que servia para ligar o nível mais baixo, correspondendo ao Pátio das Bibliotecas, com aquele mais alto, correspondendo ao Palácio Imperial (12), que incorporou a própria Villa. Essa *basis villae* era formada pelo Criptipórtico com Abóboda de Mosaico (13), um criptipórtico subterrâneo de quatro braços, em um dos quais se conserva ainda o teto decorado com um raro mosaico com pastilhas vítreas e conchinhas com decoração de flores e pássaros, da época de

Sila. A ele era unida uma série de criptipórticos somente em parte explorados, que sustentavam a área sobre a qual se ergue o Palácio Imperial.



O Criptopórtico com Abóboda com Mosaico, erguido na pré-existente Villa republicana e incorporado nas estruturas adriânicas, em uma gravura de Penna do séc. XIX.

Sobre um nível mais baixo e em posição perfilada surgia em seguida o complexo formado pelo Triclínio Imperial (7) e pelos *Hospitalia* (8). Os *Hospitalia* eram decorados por agradáveis mosaicos brancos e negros com motivos florealis e de arabescos típicos da era adriânica. Aí havia dez cubículos em forma de T, com três alcovas onde eram arranjados os leitos para dormir. Dado que o pavimento das alcovas era escondido pelos leitos, o mosaico tinha desenhos mais simples, ao passo que, na parte central e visível do piso, empregavam-se motivos mais complexos e decorativos. Os *Hospitalia* tinham além disso uma vasta aula central, disposta em três eixos com relação à entrada, decorada com uma base para uma estátua, provavelmente um

pequeno oratório.

O Triclínio Imperial (7) está situado em um nível mais baixo em diversos metros com respeito aos *Hospitalia* (8), ao qual era ligado por duas escadas, uma principal e uma secundária. Ao longo do lado sul conserva-se o Criptopórtico (13) com meia abóboda visível em uma gravação de Piranesi. Na abóboda ainda são visíveis traços da decoração em afresco e assinaturas de antigos visitantes. No lado norte do edifício, havia um grande ambiente que se abria por entre duas colunas para um jardim frontal, ladeado por corredores para os quais se abriam vários cubículos. O piso era em mosaico branco e preto com simples faixas negras, sinal de que este era um complexo secundário, destinado ao pessoal de serviço, situado em posição perfilada e dotado de latrinas com diversos lugares.



No Triclínio Imperial ainda é visível o Criptopórtico com abóboda rampante, como em uma gravura de Piranesi.



Os mosaicos do piso dos *Hospitalia* (8) inauguram um novo repertório de arabescos ao par daqueles tradicionais motivos geométricos.

Prosseguindo para sul havia o Palácio Imperial (12), com uma série de ambientes de vários formatos e usos³⁶. Não se conseguiu ainda reconstruir a função de todos os ambientes, mas uma pequena biblioteca dotada de nichos para os armários em que se guardavam os papiros foi identificada. Chamou-se-lhe Triclínio de Verão, caracterizado por uma meia cúpula decorada com nichos. O núcleo central do edifício era formado por um pátio porticado, que

³⁶ Sobre a função do complexo dos *Hospitalia* e do Triclínio Imperial, ver De Franceschini, 1971, pp. 374-376.

originalmente pertencia à antiga Villa republicana, para o qual se abria uma série de cubículos.



Esta sala do Palácio Imperial abrigava uma pequena Biblioteca com estantes.



O Triclínio de Verão do Palácio Imperial, uma das tantas salas para banquetes espalhadas pela Villa.

O lado sul do pórtico abria-se para um grande Ninfeu de formato semi-circular, dotado de grandes degraus pelos quais caía água, que era recolhida em um tanque revestido de reboco pintado de azul. Nesta zona da Villa conservaram-se antigos mosaicos pintados da época republicana e pavimentos em *opus sectile* ou mosaico da época de Adriano. Na área do Triclínio dos Centauros as escavações setecentistas do Cardeal Marefoschi encontraram numerosos painéis em mosaico diminuto (*vermiculatum*), que representam temas ligados à iconografia dionisíaca: centauros em luta com feras, paisagens idílicas e máscaras cênicas. Estão conservados nos Museus Vaticanos e em Berlim.³⁷

³⁷ Para a identificação da vila republicana incorporada nas estruturas imperiais ver o estudo fundamental de Lugli, 1927, e De Franceschini, 1991, p. 414.



O Edifício com Pilares Dóricos (14) encontra-se em uma área compreendida entre a Piazza d'Oro (15), Palácio Imperial (12) e o Edifício com Pesqueiro (22) e ligava-os entre si.

Às costas do Ninfeu com cascata do Palácio Imperial (12), no sul, um outro criptopórtico dava acesso ao Edifício com Pilares Dóricos (14), dotado de uma vasta área porticada e de uma sala absidiada decorada por uma estátua na extremidade oeste. O edifício, de que se conhece bastante pouco, foi escavado em diversas ocasiões e foi restaurado em 1966: os pilares foram reerguidos e parte da abóboda do pórtico foi reconstituída. Alguns estudiosos consideraram o Edifício com Pilares Dóricos (14) como sendo a Sala do Trono, por causa da presença da ala absidiada. Em realidade, servia para ligar o Palácio Imperial (12) com a área a sul, situada entre a Piazza d'Oro (15) e o Edifício com o Pesqueiro (22), que infelizmente nunca foi explorada a fundo.



As grandes subestruturas do Pavilhão de Tempe (6) têm o aspecto de uma poderosa torre. A porta na parte de baixo dá acesso ao Estábulo.

O lado oriental da Villa se debruçava sobre o Terraço de Tempe (4), uma vasta esplanada sustentada por portentosas superestruturas, que têm o aspecto de muros, visíveis da zona da Palestra (2).

O Terraço de Tempe partia do Ninfeu Fede (3) e chegava até uma espécie de torre, coroada pelo Pavilhão de Tempe (6), que ligava os diversos níveis. Em seu plano inferior conservou-se, miraculosamente, um ambiente conhecido como Estábulo, que simulava uma gruta e era inteiramente revestido de *tartari* (falsas estalactites) e de fragmentos de rocha, com mísulas de travertino, nas quais provavelmente eram suspensas lâmpadas. Nele foi encontrada uma estátua de Hércules que alude ao mundo subterrâneo do Além e também ao santuário vizinho de Hércules Vitorioso, de Tívoli. Do Terraço

de Tempe (4) uma rampa e uma escadaria levavam até o plano superior, onde se encontrava o Pavilhão de Tempe (6), a partir do qual se podia admirar a vista da paisagem abaixo. Ele se encontra no mesmo nível do Triclínio Imperial (7), edifício secundário, mas a presença de piso em *opus sectile* indica que fazia parte do setor imperial.

O Pavilhão de Tempe era um ponto de passagem obrigatório e vigiado e fazia parte de um percurso que, por meio de uma escada interna, ia alcançar uma outra esplanada artificial, situada a leste do Palácio Imperial, cuja extremidade meridional dava acesso à *Piazza d'Oro*.



Piazza d'Oro (15): vista do pórtico que circundava um vasto jardim.

A *Piazza d'Oro* (15) era um enorme edifício formado por um grande pátio descoberto organizado como um jardim com canteiros e tanques d'água, circundado por um pórtico duplo. Ao longo do lado leste havia uma série de ambientes, entre os quais um triclínio, enquanto, no lado sul, oposto à entrada, havia um imponente complexo que ladeava um monumental Ninfeu absidiado,

decorado com nichos para fontes em formato de estátua. As salas que o compõem são altas, cobertas com abóboda, abertas para um pátio. Todos os ambientes eram pavimentados em *opus sectile* de mármore preciosos, e, nas paredes, vêem-se traços do revestimento marmóreo que chegava ao teto. Alguns fragmentos de um ornamento marmóreo com cenas de caça conservaram-se no lugar. A planimetria da *Piazza d'Oro* é muito similar àquela da *Stoa* de Adriano, em Atenas, que era uma grande biblioteca construída pelo Imperador naqueles mesmos anos. Isso faz pensar que a *Piazza d'Oro* fosse a grande biblioteca da Villa³⁸, digna de um imperador culto como Adriano.

Da *Piazza d'Oro* se descortinava a leste e a sul um belo panorama do vale abaixo, onde se encontrou uma estrutura de forma oval que foi interpretada como sendo a Arena dos Gladiadores (15a). Um edifício de formato análogo existe em Roma, na *Villa dei Quintili*, na Via Ápia Antiga, mas de ambas as estruturas se

Sob a *Piazza* foi revelada parte de uma galeria subterrânea com diversas ramificações que era ligada ao Grande Trapézio, a rede viária de mais de 4 km de comprimento. Consistia de uma série de galerias escavadas no banco turfáceo, nas quais se vêem os sulcos deixados pela passagem das rodas dos carros.

³⁸ Para uma discussão sobre a *Piazza d'Oro* como possível Biblioteca da Vila ver De Franceschini, 1991, *Piazza d'Oro*, pp. 469-478.

Seção 2 - Setores Centrais Imperiais



- 20 Edifício com Três Êxedras
- 21 *Ninfeu Stadio*
- 22 Edifício com Pesqueiro
- 22a Caserna da Guarda
- 23 Quadripórtico
- 24 Pequenas Termas
- 25 Vestíbulo
- 26 Grandes Termas
- 27 Pretório
- 28 Canopo

Retornando ao Pecilo (16), que era um edifício nodal na repartição da circulação no complexo, encontra-se o acesso a um outro grupo de edifícios que pode ser identificado como sendo a verdadeira Residência Imperial no interior da Villa. Sustentam a hipótese suas características de monumentalidade, a preciosidade das decorações dos pisos e paredes, exclusivamente em mármore, e a reprodução dos elementos fundamentais da *domus romana* pelos vários edifícios que a compõem.³⁹



O Edifício com Três Êxedras (20). Vista axial a partir de oeste em direção a leste: em primeiro plano uma das Êxedras, no fundo o Edifício com Criptopórtico e Pesqueiro (22).

A entrada monumental desse complexo é formada pelo Edifício com Três Êxedras (20), decorado com uma grande fonte que remete, pela presença

³⁹ Para uma discussão a propósito, ver De Franceschini, 1991, pp. 541-546.

da água, aos átrios com *impluvium* das antigas casas romanas. O edifício tinha um pórtico central quadrangular, para o qual se abriam os três espaços absidiados decorados com fontes, atrás dos quais havia outros pórticos semi-circulares. A partir do espaço oriental podia-se ter acesso ao edifício em si. Sobre as paredes de sua sala principal ficaram os sinais do que devem ter sido, provavelmente, grandes baixo-relevos marmóreos. Daí se tem uma visão perspectiva do resto do complexo até o chamado Edifício com Pesqueiro (22). Como em outros setores da Villa, também aí não havia passagem direta de um edifício a outro, mas sim um percurso tortuoso que passava através dos ambientes laterais, de modo a criar um sistema de segurança.



O Ninfeu Estádio visto do alto. No fundo, o Ninfeu semicircular com canaletas para água.

Entre os dois edifícios citados interpunha-se um vasto espaço tratado como jardim com ninfeu e um Triclínio aberto, que foi chamado de Ninfeu Estádio (21). Era formado por três pátios porticados: o central, entre o Edifício com Três Êxedras e o Edifício com Pesqueiro, ligava-os com dois pórticos. O pátio situado mais a norte tinha no fundo três ambientes precedidos por um jardim com três tanques para água. O ambiente axial central era absidiado,

enquanto aquele situado no ângulo nordeste, no qual se conservam restos de afrescos e do piso em *opus sectile*, dava acesso a um corredor de serviço que ligava esta área com o Pecilo (16), com a Sala dos Filósofos (17) e com as Termas com *Heliocaminus* (19). O terceiro pátio, por fim, era situado do lado meridional do complexo e terminava em uma abside que abrigava um grande ninfeu semi-circular em arquibancada, análogo àquele visto no Palácio Imperial (12). Tal ninfeu era precedido de uma sala retangular, cuja cobertura era sustentada por uma colunata aberta, circundada por canais nos quais corria água. Tratava-se evidentemente de um triclínio de verão, que encontra eco em monumentos da antigüidade romana, como no *Auditorium* de Mecenas ou no Aviário de Varrão. A forma estreita e alongada do Ninfeu Estádio (21) evoca estruturas semelhantes presentes nos Plácios Imperiais em Roma ou na Villa imperial de Domiciano, em Castelgandolfo. Não se tratava de verdadeiros de "estádios" propriamente ditos, mas de jardins internos com a típica forma de estádio, que faziam parte da iconografia arquitetônica imperial.⁴⁰ Os pisos eram todos de *opus sectile*. O complexo foi estudado em publicação exemplar de Hoffmann (1980).

⁴⁰ Ver a propósito De Franceschini, 1991, p. 510.



Um dos quatro corredores do Criptopórtico sob o Edifício com Pesqueiro (22). No verão era um local fresco para passear, iluminado por aberturas na abóboda.

Do lado leste do Ninfeu Estádio (21) surge abruptamente o alto Edifício com Pesqueiro (22), dotado de equipamentos de aquecimento para o inverno, o que de *per si* indica, juntamente com a preciosidade da decoração, que era destinado ao Imperador. O edifício ligava dois níveis diferentes da Villa, o mais baixo correspondendo à entrada e ao Pecilo (16), e o mais alto, ao Palácio Imperial (12). Para unir os níveis foi necessário construir três planos. Aquele mais baixo costeava o Ninfeu Estádio (21) e tinha uma série de vastos ambientes ligados por um corredor. Uma ampla escada ia do plano intermediário que funcionava como pódio ou *basis villae* para o plano superior e era constituído de um espetacular criptopórtico subterrâneo de quatro braços. Nas abóbodas, conservam-se alguns restos dos afrescos, e é possível distinguir as assinaturas de visitantes famosos, como Piranesi e Quarenghi, que, dado o soterramento da estrutura em sua época, precisaram arrastar-se de gatinhas,

deixando seus escritos no ápice da abóboda. O plano superior, por fim, é caracterizado por enormes ambientes que descortinavam o panorama abaixo, que se estendia até a Rocca di Bruna e Tívoli. O edifício era inteiramente pavimentado em *opus sectile* em mármore preciosos e nas paredes vêem-se traços do revestimento marmóreo em grandes quadrados que chegavam até o teto. Do lado leste, correspondendo ao criptopórtico de baixo, um pórtico interno circundava um jardim suspenso descoberto, decorado por um grande Pesqueiro, com nichos para estátuas. A partir daí se podia sair, através de uma série de percursos, que levavam ao Palácio Imperial (12) e à *Piazza d'Oro* (15).



A grande piscina ou *natatio* do Edifício com Pesqueiro. Nos nichos eram arranjadas estátuas, subtraídas na Antigüidade.

Um pouco além surgia a Caserna da Guarda (22a), de formato quadrado, que era um edifício de serviço bastante bem conservado, com pátio interno e varanda a que se acedia por meio de escada de madeira. Era dotado de uma latrina coletiva (típica de edifícios de serviço ou secundários), pavimentado em *opus spicatum*, e era situado em posição central e "estratégica". Aí moravam escravos e, provavelmente, também os bombeiros,

dado que incêndios eram um perigo constante. A estrutura é similar à da Caserna da Guarda, de Óstia.



A Caserna dos Vigias, um dos edifícios de serviço melhor conservados da Villa. Análoga àquela de Óstia, tinha o plano superior acessível mediante andaimes de madeira.

No complexo da Residência Imperial foi identificada a entrada monumental, constituído pelo Edifício com Três Êxedras (20), o jardim interno com Triclínio de Verão, formado pelo Ninfeu Estádio e pelo próprio Palácio, dotado também de aquecimento de inverno, identificado no Edifício com Pesqueiro. Não poderia faltar um edifício termal, que foi identificado nas Pequenas Termas (24), ligadas pelo Quadripórtico a todos os outros edifícios.

O Quadripórtico (23) encaixa-se no ângulo formado pelo Ninfeu Estádio (21) e pelo Edifício com Três Êxedras (20), e era um jardim quadrangular circundado por pórticos. Seu lado meridional era decorado por um antigo ninfeu republicano, que tinha um muro de seção ora reta, ora curva, decorado com nichos, erguido na Villa pré-existente. O Quadripórtico é um dos edifícios mais complexos e espetaculares da Villa, concebido como um labirinto com eixos perspectivados divergentes e salas enfileiradas.



O Quadripórtico (23), que ligava as Pequenas Termas (24) com o resto da Residência Imperial. Era decorado com um ninfeu erguido na pré-existente Villa republicana.

Por meio de uma pequena porta (um dos tantos ingressos dissimulados) entrava-se nas Pequenas Termas (24), que por sua complexidade arquitetônica e rica decoração, pode-se inferir terem sido as Termas do Palácio do Imperador. As Pequenas Termas constituem uma catálogo de coberturas elaboradas e multiformes, cujo exemplo mais célebre é a Sala Octogonal, uma verdadeira obra-prima de estática. Os seus oito lados eram alternadamente

retilíneos e convexos, sustentando uma cúpula em concreto de planta circular com óculo central. Ao longo do lado oriental das Termas escavações revelaram um pátio retangular circundado em três lados por um pórtico, considerado uma Palestra. A partir dele entrava-se no *frigidarium*, de forma oval, flanqueado por dois tanques absidais para água fria acessíveis por meio de degraus. Havia um ambiente circular intensamente aquecido (*sudatio*) contíguo a uma grande piscina para água quente. A decoração em mármore está entre alguns dos mais belos pisos em *opus sectile* preservados da Villa e as paredes conservam traços do revestimento marmóreo que chegava até o teto. O complexo nunca foi estudado de modo aprofundado, apesar da excepcionalidade de suas estruturas.



O interior da Sala Otagonal das Pequenas Termas (24), uma das obras-primas de estática da arquitetura adriânica.

Ao lado das Pequenas Termas surgem as Grandes Termas (26), espartanamente decoradas com simples mosaicos brancos e negros e destinadas ao pessoal graduado da Villa. Alguns estudiosos insistem em que as Pequenas Termas fossem destinadas às mulheres e as Grandes Termas, aos homens. Na verdade, os usuários diferenciavam-se por importância, não por sexo, como demonstram as diversas qualidades da decoração: o requintado *opus sectile* das Pequenas Termas indicam que faziam parte dos setores nobres imperiais. O simples mosaico preto e branco, análogo àquele dos *Hospitalia*, indica que as Grandes Termas (26) faziam parte dos setores secundários, destinados às pessoas de importância (e parece que sua construção nunca foi concluída). As Grandes Termas, por outro lado, eram inseridas em um sistema de acessos e percursos que as isolava totalmente dos edifícios circundantes: de fato um criptopórtico costeava-as a leste e permitia a quem viesse das Pequenas Termas (24) ou do Edifício com Pesqueiro (22) chegar ao Pavilhão do Pretório (27) e também ao Canopo (28) sem ter de atravessá-las. As Pequenas Termas, ao contrário, eram ligadas por um amplo criptopórtico e por uma escadaria com o nível superior da Villa, com o Edifício com Criptopórtico e Pesqueiro, de uma parte, e com o Pavilhão do Pretório, de outra.



As Grandes Termas (26), pavimentadas com simples mosaicos preto e branco, eram destinadas ao pessoal de serviço da Villa.

O Vestíbulo (25) era um edifício de triagem que regulava o acesso aos vários setores da Villa. Em seu lado setentrional havia um lance de escada que dava para a via de acesso principal em forma de anel pavimentado. Em seu interior havia vários pátios porticados circundados por recintos. Saindo do lado norte podia-se ir na direção do Pecilo (16). Prosseguindo para leste, ia-se na direção das Pequenas Termas (24) e do Quadripórtico (23), que em sua volta tinha escadas que saíam para o Edifício com Pesqueiro (22) e o Pavilhão do Pretório (27). Por fim, saindo para oeste, dirigia-se para o Canopo. O edifício é pavimentado em *opus sectile* com mosaico nos pórticos. Somente em anos recentes sua parte ocidental, em uma época ocultada por um verdadeiro bosque, foi limpa e revelada.

As Subestruturas do Pretório (27) têm uma estrutura análoga àquela das Cem Pequenas Câmaras, com ambientes altos e abobodados que sustentavam o flanco da colina e ao mesmo tempo sustentavam um plano superior. Lá se

encontrava o Pavilhão do Pretório, do qual se gozava o panorama sobre o campo circundante. O Pavilhão panorâmico, pavimentado em *opus sectile* e com traços de revestimento marmóreo nas paredes, fazia parte dos setores imperiais e tinha características análogas ao Pavilhão de Tempe (6). A zona a suas costas, na qual Canina, na metade do séc. XIX, aventava a hipótese da presença certa de um Hipódromo, nunca foi explorada.



As Subestruturas do Pretório (27) circundavam a colina a leste do Canopo (28). No plano superior, havia um Pavilhão panorâmico do qual se avistava a Villa inteira.

Aos pés das Subestruturas do Pretório, na área entre elas e as Grandes Termas foram encontrados restos de um pequeno edifício e grande quantidade de descartes de trabalho do mármore, razão pela qual se pensa que fossem os setores de serviço com as oficinas para o trabalho do mármore da Villa.

A oeste do Pretório (27) acessava-se um dos edifícios mais célebres e fotografados da Villa, o Canopo (28). Foi escavado no séc. XVIII pelos

jesuítas, que encontraram esculturas de tema egípcio, e, depois, nos anos 50 por Aurigemma, que descobriu numerosas estátuas, entre as quais aquelas das Cariátides, copiadas do Erecteion de Atenas. Infelizmente, a escavação Aurigemma descuidou completamente do estudo da estratigrafia e suas publicações referem-se, quase que exclusivamente, das numerosas esculturas encontradas.



O Canopo (28), com o longo espelho de água decorado com estátuas, colunatas e pérgolas, é um dos complexos mais célebres e sugestivos da *Villa Hadriana*.

O Canopo é formado por um longo espelho d'água flanqueado por pergolados que terminavam em um monumental edifício concebido como uma gruta em concha, decorada com nichos, fontes e jogos de água. As paredes eram revestidas em mármore, a semi-cúpula era decorada por mosaicos. Ao centro havia uma bancada semi-circular que servia como *stibadio*, isto é, como leito para os comensais, porquanto o edifício era um espetacular triclinio de

verão, a céu aberto. No centro da semi-cúpula, abria-se uma espécie de caverna que adentrava a montanha, decorado por nichos dos quais jorravam jatos de água que eram recolhidos em um tanque no nível inferior, do qual depois transbordava para escorrer em uma série de canais em torno do leito triclinar. Nos fundos do edifício havia vários ambientes pavimentados em *opus sectile* e duas pequenas latrinas individuais. Além disso havia ali, do lado oeste, um longo ambiente com a provável função de cozinha, no qual, até os anos 50, eram visíveis os afrescos da abóboda, posteriormente destacados e remontados sobre painéis. Duas escadas levavam à colina atrás do edifício, onde se encontrou um tanque hídrico que alimentava os jatos de água, ligado ao Canopo (28) por um pequeno aqueduto. Naquela área foi identificado um ninfeu.



A grandiosa semi-cúpula em concha do Canopo (28), espetacular triclinio de verão ao ar livre, decorado com nichos com estátuas e fontes.

A semi-cúpula do Canopo (28) era uma gruta artificial e 'virtual'.

Encontrou-se nesse ponto um grupo escultórico fragmentário representando Scilla, o último ditador conservador da República. Esse grupo de esculturas provavelmente evocava outros triclinios imperiais, como aquele da Gruta de Sperlonga, na Villa de Tibério. Lá havia um célebre grupo escultórico, representando Ulisses atacando Polifemo. Já nos reinos helenísticos a gruta se tinha tornado um elemento decorativo e iconográfico imprescindível. Na época romana, as grutas mais ou menos artificiais tornaram-se grande moda, mesmo nas pequenas casas particulares, como se vê em Pompéia e em outros sítios arqueológicos. Nas residências imperiais, como neste caso, as grutas assumiam dimensões grandiosas e monumentais.

Deve-se recordar que a reconstrução da colunata de Euripo é hipotética e não se baseia sobre elementos concretos que emergem da escavação.

Seção 3 - Setores Superiores



- 29 Roccabruna
- 30 Academia
- 31 Templo de Apolo
- 32 Odeon
- 33 Íferos
- 34 Grande Trapézio
- 35 Mausoléu
- 36 Templo de Plutão

Atrás do Canopo (28) estende-se a zona mais alta e isolada da *Villa Hadriana* (não de todo aberta aos visitantes), em grande parte ainda de propriedade privada e só recentemente objeto de limpeza e consolidação. Trata-se de uma longuíssima esplanada artificial cercada por muros de

contenção de mais de 300 metros de comprimento, com contrafortes inclinados sobre todo o lado oeste da Villa, que a norte terminava com a chamada Roccabruna (29) enquanto a sul chegava até o complexo da Academia (30-31) e do Odeon (32).



O pavilhão da Roccabruna (29), originalmente era coroado por um pavilhão panorâmico no plano superior.

O único edifício aberto ao público, recentemente restaurado pela superintendência Arqueológica do Lácio, é a Roccabruna (29). Resta dela apenas a parte inferior, que, na origem, era coroada por uma rotunda panorâmica com pequeno templo, para o qual se podia sair por meio de uma rampa que existe ainda hoje. A Roccabruna conserva uma vasta sala interna circular, ricamente pavimentada e revestida de mármore, decorada com nichos nos quais deviam assentar-se estátuas. Grandes janelas permitiam ver o panorama circundante. Aí havia, além disso, uma série de ambientes acessórios, que giravam em torno da aula central, e um sistema de escadas e

rampas, que ligavam os diversos níveis, permitindo sair para o plano do Pavilhão panorâmico. Trabalhos recentes de restauro fizeram emergir pisos de mosaico policrômico. No entanto, pouco sobrou dos pisos originais em *opus sectile*. Roccabruna (29) tinha função de torre, análoga àquela do Pavilhão de Tempe (6). Como aquele, era ponto de passagem obrigatório e vigiado para entrar na Esplanada de Roccabruna e da Academia (30), que, deste lado, não previa nenhum outro acesso.

A sul de Roccabruna estende-se a vasta esplanada homônima, de mais de 300 metros de comprimento, que chegava até a Academia (30-31), ainda hoje propriedade da família Bulgarini, que ali construiu um *Casino* e fez escavações, a partir do séc. XVII. O lado ocidental dessa esplanada é sustentado por um muro de contenção muito longo, com contrafortes rampados, dispostos a intervalos regulares. Também neste caso, como no Terraço de Tempe (4), pode-se falar propriamente de '*mura*', que protegiam e tornavam inacessível esta parte da Villa.

A parte mais setentrional da esplanada artificial tem menos de 35 metros de largura. Expandia-se gradualmente até atingir cerca de 110 metros, no encontro com o muro trasversal que separava a Esplanada de Roccabruna daquela da Academia, constituindo, provavelmente, uma das tantas barreiras de segurança. Nada de preciso se sabe desta área: talvez fosse tratada como jardim ou, como alguns estudiosos supõem, servisse como reserva de caça, esporte pelo qual o Imperator era apaixonado.



Uma das quatro pilastras remanescentes do Pavilhão de ingresso à Academia.

A 300 metros da Roccabruna, na extremidade meridional da esplanada, surge um dos complexos mais sugestivos e menos conhecidos da *Villa Hadriana*, a Academia (30-31). A primeira estrutura que se encontra é o quanto resta de um vestíbulo ou pavilhão de ingresso, do qual permanecem em pé somente alguns resquícios da alvenaria, totalmente cobertos por hera. São os poucos remanescentes de quatro pilastras que deviam sustentar a cobertura de um pavilhão panorâmico, a serviço de um acesso monumental e cenográfico. As plantas de Contini-Ligorio e Piranesi retratam a existência de uma escada que saía do muro de contenção, ali ao lado, e levava à estrada que o flanqueava. Outrora o pavilhão ostentou as estátuas dos Centauros de Aristeas e Papias, hoje nos Museus Capitolinos.



Três ambientes da Academia (30) transformados em paiol. No ambiente central conservam-se restos do teto em estuque.

Do pavilhão entrava-se no grande jardim interno da Academia, circundado por um pórtico. Seus altos muros perimetrais fazem dele um jardim fechado, secreto, protegido dos ventos, dado que se encontra sobre o topo da colina. Do lado oriental do jardim havia um duplo pórtico (similar àquele do Pecilo), interno e externo. Acessível mediante uma ampla abertura, dava para um terraço artificial com vista panorâmica. Do lado setentrional do pórtico interno, por outro lado, há três ambientes, em um dos quais resta parte do teto original em estuque. Foram transformados em paiol, encimado por um pombal.

Do lado oriental do pórtico está a estrutura melhor conservada e mais importante do complexo, o chamado Templo de Apolo (31), vastíssima sala circular, de mais de 12 metros de diâmetro, da qual só metade está em pé. A parte inferior era separada por uma série de colunas de tijolo, sobre as quais havia uma arquitrave. A parte superior, anteriormente coberta por uma cúpula,

tinha janelas alternadas por nichos semi-circulares. Do lado oriental do Templo de Apolo abria-se uma alcova retangular, no interior da qual foi encontrado talvez o mais célebre dos mosaicos da Villa, as *Colombe* (cf. pág. 110), hoje no Museu Capitolino. As paredes eram inteiramente revestidas de mármore, salpicadas de recortes retangulares, nos quais, supõe-se, era encaixada decoração em relevo.



O Templo de Apolo (31) é uma das estruturas melhor conservadas da Academia (30).

A sul do Templo de Apolo está a Zooteca, vasta sala absidiada, em cujas paredes se vêem grandes recortes para as traves da cobertura. No centro da abside abria-se uma porta que levava a um pequeno ambiente, constituindo um dos vários acessos dissimulados da Villa. A Zooteca fazia parte de um percurso axial norte-sul que partia da Esplanada da Academia para terminar em um pequeno ambiente, na extremidade oposta do complexo.

As plantas de Contini-Ligorio, Piranesi, Winnefeld e Salza Prina Ricotti retratam, ao sul do pórtico da Academia, uma série de estruturas, hoje

não mais visíveis. Estão rasas no solo ou foram incorporadas ao casario e ao *Casino* mandados construir pelos Bulgarini. Segundo Piranesi, nessa área devia haver instalações termas.

A esplanada da Academia era sustentada por muros de contenção também do lado oriental. Tais muros, ocultos pela vegetação, correm obliquamente atrás do Canopo (28), até atingirem as estruturas do Templo de Apolo (31), sob as quais se transformavam em um criptopórtico, acessível a partir de uma área aplainada sobre um nível mais baixo, entre a Academia (30) e os Ínferos (33). As plantas de Piranesi indicam a presença de passagens subterrâneas também sob o pórtico central da Academia.

Mais além estão os restos do Odeon (32), o teatro no qual se desenvolveram as mais antigas escavações de que temos notícia. Encontraram-se aí as estátuas de musas sentadas, hoje no Museu do Prado de Madri. Do Odeon é visível e acessível somente o ambulacro que corre atrás do *frons scenae*, pavimentado com mosaico branco.



O ambulacro do Odeon (32), teatro vizinho da Academia (30).

Emergem, entre os ramos de um bosque de arbustos, no lado oposto, os muros do *frons scenae*, enquanto a *cavea* está completamente invisível, enterrada.

Uma série de galerias subterrâneas colocava o Odeon em direta comunicação com um dos edifícios mais singulares e menos conhecidos da Villa, um ninfeu conhecido como Ínferos (33).

Trata-se de uma antiga pedreira de tufo, que criou uma valeta artificial decorada com um canal para água com dois tanques circulares, a *malapena*, divisível na vegetação. Na extremidade sul, há uma gruta escavada no tufo, com uma mina central de que escorria água. As paredes de tufo da gruta foram trabalhadas de modo a simular rocha, e, em parte revestidas com '*tartari*' de travertino, que imitavam as estalactites das próprias cavernas.



A gruta dos Ínferos, com a mina central da qual escorria água. A rocha era trabalhada de modo a simular uma gruta natural e em parte revestida com *finte* estalactites em travertino (*'tartari'*).

Nos dois lados desta gruta duas aberturas davam acesso ao sistema de vias subterrâneas que chegavam seja ao Odeon seja ao chamado Grande Trapézio (34).

O Grande Trapézio (34), cuja existência era notada já nas plantas de Ligorio-Contini e Piranesi, é um incrível percurso de galerias subterrâneas escavadas no tufo e iluminadas por '*oculi*', isto é, por poços de luz circulares escavados no banco rochoso. Estende-se por mais de quatro quilômetros e tem a forma de um trapézio, daí o nome. De seu lado norte parte uma longa estrada subterrânea que ladeia os Ínferos e prossegue até unir-se com aquela proveniente da Piazza d'Oro (15). Essas galerias não são abertas ao público e são bastante difíceis e perigosas de explorar.



A galeria do Grande Trapézio (34) em uma gravura do séc. XIX, de Penna.

O Grande Trapézio é freqüentemente interpretado como grande via carroçável subterrânea, destinada ao tráfego dos carros que levavam as provisões à *Villa Hadriana*. *Salza Prina Ricotti* levantou a hipótese de que uma dessas galerias, dotada de uma série de reentrâncias, servisse de estábulo subterrâneo para os cavalos e as mulas. Na realidade, a estrutura '*a pettine*' é típica das canaletas de drenagem subterrânea, amplamente difundidas em áreas etruscas e do Lácio, provavelmente ligadas à Villa republicana incorporada pelas construções adriânicas supramencionadas.

Recentemente, Pinto e MacDonald (1995) sublinharam a ligação do Grande Trapézio (34) com o Odeon (32) e a gruta dos Ínferos para lançar a hipótese de que este percurso subterrâneo, absolutamente único em seu gênero, tivesse um significado simbólico, ligado aos cultos do além e, em particular, a cultos *ctonii*, como os Mistérios de Elêusis – dos quais se conhece assaz pouco. É uma hipótese muito sugestiva, reforçada pela presença do teatro, no qual com freqüência havia celebrações simbólicas.



O Mausoléu livre da vegetação em uma gravura do séc. XIX, de Penna.

O Mausoléu (35) está atualmente enterrado e coberto por uma mancha de vegetação, que torna árduo distingui-lo. As gravuras de Penna (1836) , felizmente, logram evocar fielmente seu aspecto. A interpretação como Mausoléu funerário é aquela tradicional, mas Pinto e MacDonald levantaram a hipótese, não sem razão, de que, dada sua forma fechada e parcialmente enterrada, servisse, ao invés disso, como neveira, isto é, depósito para neve.

Pouco adiante surge o chamado Templo de Plutão (36), um complexo de que não se sabe quase nada, em precário estado de conservação. As plantas dão conta de um edifício de formato retangular com uma abside em um dos lados mais longos. No local vêem-se parte de mosaico e de piso em *opus sectile* e poucos restos de muros.

Sempre na área da propriedade dos Bulgarini conservam-se escassos restos ocultos por abundante vegetação de um aqueduto (não indicados em planta). Como mencionado anteriormente, a *Villa Hadriana* tinha um caimento geral de sul a norte, assim é evidente que a alimentação hídrica provinha do sul e do alto. Este aqueduto, que em uma gravação de Penna é mostrado ainda bem conservado nas primeiras décadas do séc. XIX, devia sem dúvida ligar-se com um dos grandes aquedutos públicos que retiravam água do Aniene, em Tívoli, para levá-la a Roma.



O aqueduto da Academia (30) em uma gravura do séc. XIX, de Penna, que documenta um estado de conservação consideravelmente melhor do que o atual.

Por fim, cabe citar os restos de um duplo pórtico recentemente explorado pelo Prof. Jorg Hansen, da Academia da Dinamarca, e outras ruínas ditas de São Estevão (não indicadas em planta) que provavelmente pertenciam a uma outra Villa.

11. - O fim do sistema urbano do Império Universal do Oeste e da urbanização antiga

11.1 - A *Forma Urbis Romæ* e a metrópole do séc. IV

Este capítulo tem o intento de descrever sucintamente os principais fatos do sistema urbano do Império Romano após o principado de Adriano

Depois da morte de Adriano sucede-o Antonino Pio e preserva a *Pax Adrianica*. O imperador seguinte, Marco Aurélio, não consegue no entanto preservar o mesmo estado de coisas. A partir de seu principado, pode-se falar em início de decadência do sistema romano. De uma maneira geral, pressões de bárbaros no *limes* se sucedem sem parar até, por volta de meados do século V, conseguir fracionar a porção ocidental do Império, justamente a área de colonização e fundações recentes. Antes disso, não obstante, a administração do império já se tornara de tal forma problemática que Diocleciano se viu forçado a instituir um governo em 4 partes; Constantino retirou o estatuto de capital de Roma, transferindo o centro para o leste mais rico e culto; e Teodósio dividiu definitivamente o império - na prática, abandonando a porção ocidental mais pobre à própria sorte.

Em termos urbanos, o panorama não destoa muito desse eventos políticos. A cidade de Roma continua a se agigantar.

A Forma Urbis

Entalhada no começo do século III d.C., a grande planta marmórea de Roma, *Forma Urbis Romae*⁴¹, traçava com espantoso detalhamento a planta baixa de todas as características arquitetônicas da antiga cidade. O mapa (medindo cerca de 18,10 m x 13,00 m) era dividido em peças de mármore que eram fixadas em uma parede de uma grande sala (*aula*) no *Templum Pacis* em Roma. O tempo e a demanda por sua pedra de suporte, usada como material de construção, como matéria-prima para cal ou placas de revestimento, gradualmente destruíram a Planta. Hoje dela subsistem somente 1.186 pedaços, ou de 10 a 15 % do total.

Séculos de pesquisa por muitos estudiosos italianos produziram resultados impressionantes na empreita de reconstruir, entender a configuração e a datação daquele que talvez seja um dos principais registros da opulência da capital imperial. No entanto, numerosos fragmentos ainda não estão identificados e muitas questões permanecem sem resposta. Não há referências à *Forma Urbis* nas fontes textuais antigas, implicando que todas as informações concernentes devem ser extraídas da própria planta⁴².

A literatura registra um incêndio no *Templum Pacis* no ano de 192 (Dio Cássio). Várias evidências sugerem que o edifício foi reconstruído por Septímio Severo (193-211). De acordo com um estudo feito por L. Cozza. Boa parte da alvenaria da parede sobre a qual estava montada é de seu principado. Essa estimativa é coerente com a ausência de qualquer monumento posterior a Severo registrado nos fragmentos. As letras inscritas na planta também conferem com essa data. Duas evidências nela presentes aumentam a precisão de sua criação entre os anos 203 e 211. Primeiramente, o *Septizodium*, visível

⁴¹ Conhecida como Planta de Mármore de Severo, *Forma Urbis Romae* [FUR], *Pianta Marmorea* [PM], ou como *Forma Urbis Marmorea* [FUM]).

⁴² Estudo fundamental nesse sentido foi feito por G. Gatti, PM 1960, p. págs. 213-218.

nos fragmentos 8a e 8b, demonstra que o registro foi feito depois do término dessa obra, construída por Severo em 203 d.C. Em segundo lugar, uma inscrição no fragmento 5abcd menciona a nomeação de seu filho, Caracala, como co-imperador (Augusto), o que indicaria o período de 198 a 211. Não há menção ao filho mais novo Geta, assassinado por seu irmão em 209. Isso talvez indicasse que as inscrições datariam de antes desse ano. Há, ainda, uma controvérsia inconclusa sobre se teriam existido uma ou mais plantas monumentais de Roma antes da de Severo, e quais teriam sido as eventuais relações entre elas.

A *Forma Urbis Romae* representava as plantas de cada um dos edifícios e monumentos da capital imperial em uma escala de 1:240, com o sul para cima, como era uso na época. Linhas simples representavam as paredes dos prédios. Em alguns poucos casos, incluindo templos, o *Porticus Aemilia* e o *Septizodium* as paredes e bases das colunas eram sublinhadas e por vezes apresentados em recesso. Essas áreas de destaque eram preenchidas com tinta vermelha para enfatizá-las. As portas eram normalmente representadas como uma interrupção na linha das paredes; arcadas, por linhas tracejadas; colunatas por séries de pontos; as escadas internas por um V ou triângulo e as externas por uma grelha de curtas perpendiculares entre duas paralelas longas. Um aspecto interessante é o não comparecimento de delimitações geográficas ou políticas, somente a arquitetura comparecia. O Tibre, por exemplo, surge somente como um espaço em branco entre os alinhamentos de armazéns e prédios em ambas as suas margens. Não se sabe se o rio recebia alguma cor distintiva. Da mesma forma, o limite sagrado de Roma, o *Pomerium*, não aparece no mapa.

A função da planta, utilitária ou decorativa, permanece um enigma. Não há material comparativo, literatura ou epigrafia que esclareçam o problema, muito menos sobre a função da *aula* do *Templum Pacis* em que se localizava.

Muitos crêem que a sala era o escritório do prefeito urbano, e que o mapa tivesse um fim utilitário, como referência ou planta cadastral (com respeito à propriedade imobiliária). A opinião seria validada pelo grau de detalhamento e fidedignidade, provavelmente fruto de levantamentos *in loco* e o emprego da escala romana padrão para confecção de mapas. A planta mostra sobretudo como Roma mudara no último século e meio.

O *Septizodium*

Um dos importantes edifícios retratados pela planta marmórea é o *Septizodium*, uma singular estrutura construída por Septímio Severo, em 203. Tratava-se de uma elaborada forma de fachada, em colunas e recessos e dotado de uma fonte. Uma espécie de ela de três andares destinada a esconder a aparência pouco atraente do monte Palatino e suas construções desalinhas. Como ele, vários *nymphaea* gigantescos espalharam-se por muitas cidades da Ásia Menor, durante o primeiro e o segundo séculos de nossa era.

A *Notitia Dignitatum*

O século III d.C. também foi marcado por conflitos no Império Romano, pelas invasões germânicas e sassânidas (251-278) e declínio do poderio militar (235-270)⁴³. O Principado de Aurélio (270-275) assistiu a uma recuperação digna de nota, mas que pouco mais significou do o canto de cisne do Império Romano unitário. Com Diocleciano (284-305) instituiu-se a tetrarquia composta por Diocleciano, Maximiniano, Constantino Cloro e Galeriano, cujos centros de poder emanavam de quatro capitais, a saber, Nicomédia (Anatólia), Milão (Itália), Trier (Alemanha) e Sirmium (Sérvia), privando a cidade de Roma de seu papel imperial. O novo sistema de poder e uma subdivisão territorial (12 grandes dioceses governadas por diáconos,

⁴³ STIERLIN, *op. cit.*, pág. 213 e ss.

diakonoi, como que intendentos) de tarefas foram os primeiros passos em direção ao surgimento do Impérios Romanos do Ocidente e do Oriente.

A despeito dos esforços o poder ameaçado por revoltas militares e pela perda de províncias lideradas por imperadores secessionistas apoiados pela plebe, os números relativos ao cargo imperial são eloqüentes por si mesmos: entre 235 e 284, houve 18 ou mais imperadores romanos legítimos, excluídos desse montante os usurpadores e pretendentes, cujo total talvez jamais conheçamos⁴⁴. O regime de principado via-se assim substituído por um regime mais autocrático de maior presença da autoridade “estatal” na vida dos cidadãos, na medida em que a coesão da população tornou-se fundamental para garantir a autoridade. Segundo Stierlin⁴⁵, isso explicaria por que os maiores empreendimentos arquitetônicos da época tenham tido como objetivo o conforto e fausto oferecido a todos.

As grandes obras

A atividade arquitetônica e decorativa das obras de uso público e coletivo do período atingiram píncaros de monumentalidade e opulência. A começar pela construção de muralhas em Roma e em muitas outras cidades ameaçadas pelos invasores germânicos, como Trier e Colônia, e demais obras destinadas a reforçar o *limes*, os últimos imperadores romanos esmeraram-se na construção de termas públicas e basílicas para obterem o apoio das massas. A beleza desses ambientes em nada ficava a dever às salas dos palácios e vilas imperiais.

A tradição das termas públicas remontava ao final da República (século II a.C.), mas atingira escala superior sob Nero e Tito. O Catálogo

⁴⁴ CORNELL, Tim e MATTHEWS, John. *Roma. Legado de um Império*. Rio de Janeiro: Chinaglia Distribuidora, 1996, pág. 168.

⁴⁵ *Id. ibid.*

Regionário⁴⁶, de 354 d.C., lista nada menos do que 952 estabelecimentos de banho na capital. Muitas eram estruturas magníficas, destiandas a um grande número de pessoas, conjugando ambientes fechados e abertos para a prática do banho de vapor e da natação, de corrida e outros exercícios físicos, bem como para a fruição de récitas, debates e recitais. A decoração incluía obras-primas de pintura e escultura suficientes para uma galeria ou um museu. Jardins, piscinas e pátios porticados alternavam-se com grandes salões e bibliotecas, em complexos de, não raro, mais de 15 hectares. As termas de Caracala, nos arredores de Roma, incluíam lojas e escritórios.

A suntuosidade inaudita das termas de Diocleciano, cuja área coberta atingia 30 mil metros quadrados, com seu frigidário cruciforme, serão transformadas, mais de um milênio mais tarde, na Igreja Santa Maria degli Angeli, por ninguém menos do que Michelangelo. Em Trier, as termas de Constâncio Cloro foram feitas com o recurso a um tipo original de planta semicircular, em proliferação das forma curvilíneas. Uma profusão de mármore colorido, brecha, pórfiro, granito cor-de-rosa, alabastro, bronze e outros materiais, de esplêndidos mosaicos nos pisos e paredes de pedra e vidro, embelezava os edifícios erguidos com novas técnicas de construção em concreto para incrementar o luxo oferecido à população. O excesso barroco refletia-se sobretudo na estrutura das ábsides e das êxedras curvilíneas.

A monumentalidade não se restringia às termas. Também as *insulae* assumiam dimensões inauditas. A *Insula Romana* é exemplo disso. Este bloco de moradias erguido no II século d.C. tinha seis andares de altura e era todo abobadado. Cerca de 380 pessoas podem ter ali vivido e para chegar-se ao piso superior era preciso galgar 200 degraus. Diocleciano, que só esteve em Roma uma vez, em 303, foi um dos últimos grandes construtores da cidade. Restaurou e reorganizou o Fórum Romano, que tinha sido lotado de

⁴⁶ WARD-PERKINS, J.B..*Roman Imperial Architecture*. Harmondsworth: Pelican Books, 1981, pág.129.

monumentos comemorativos, reconstruiu os templos de Saturno e Vesta, e a Cúria, recém-incendiada.

O porto de Óstia, principal porto comercial da cidade durante a República e uma base militar que defendia o litoral e a foz do Tibre, continua a crescer durante o Império, apesar do desenvolvimento de Portus, um novo ancoradouro, ligeiramente a noroeste, no II século d.C.. Pessoas de todas as classes provenientes de todo o Mediterrâneo trabalharam e Óstia: há registros de que grãos procedentes da África, a principal carga de Óstia, e que era muitas vezes distribuída de graça, beneficiasse mais de 300 mil homens inscritos para recebê-los. O traçado de Óstia é facilmente identificável: o *decumanus* Maximus, via principal, devia ficar repleta de escravos e cidadãos apressados, evitando carroças e carretas, enquanto comerciantes negociavam sob os pórticos ao longo da rua. Havia casas de banho como as do *cisiarii* (carreiros) e termas maiores, como as de Netuno, nome referente aos refinados mosaicos em preto e branco do piso. O grande teatro com suas tabernas e lojas levava peças clássicas. Atrás dele a praça abrigava 60 ou 70 escritórios das corporações responsáveis por equipar e abastecer os navios: curtidores, cordoeiros, construtores, comerciantes de madeira, mercadores, e encarregados de pesagem. Também havia escritórios dos ricos armadores, nos quais ainda se encontram elegantes mosaicos. O *decumanus* conduzia ao fórum e ao principal templo da cidade, construído por Adriano para Júpiter, Juno e Minerva. No fórum, onde se administrava a justiça local, os funcionários da administração reuniam-se para discutir os problemas da cidade.

O palácio de Diocleciano em *Spalatum* (Split, na Croácia), em seus 32km², próximo de sua terra natal, é também digno de menção. Foi construído para ser ocupado após sua abdicação, em 305 d.C., até sua morte, em 316 d.C. No conjunto seu traçado reproduzia aquele dos campos militares, embora a

grande galeria que se abria para o mar fosse inspirada nas rústicas vilas fortificadas da época, possivelmente decorada por um jardim suspenso. A planta é trapezoidal, os muros, de pedras bem cortadas (*opus quadratum*) são maciços, e, em cada canto, havia sólidas torres quadradas. Quatro portas abriam-se para o centro de cada lado. O peristilo, na área sul, era um amplo ambiente retangular descoberto, limitado nos lados maiores por arcadas e arrematado por uma pró-nau de quatro colunas, com interessante tímpano curvo de inspiração síria. Provavelmente era o local destinado a audiências ao ar livre. A forma externa do mausoléu imperial, a leste, é um octógono, cercado por um períbolo de colunas com marquises. Por dentro é circular, com uma série de nichos separados por colunas. Seu teto era piramidal. A ala oeste ostentava um templo tetrástilo sobre uma cela abobada ornamentadíssima. O interesse do palácio-fortaleza de *Spalatum* reside na exemplificação da nova forma de residencial imperial do Baixo Império, personalista, grandiloquente, militar. Mais uma cidade fortificada do que um palácio.

Atenção semelhante merece a Vila Armerina (*Villa Romana del Casale*), na Sicília, construída entre 310-320⁴⁷, também como residência para depois de sua abdicação, no mesmo ano daquela de Diocleciano. Diferentemente da rigorosa geometria ortogonal de *Spalatum*, o caráter livre e orgânico da Vila Armerina guarda mais semelhanças com a Vila de Adriano. No entanto, os pavilhões espalhados pela periferia de Roma não se comparam com as dimensões reduzidas de aspecto compacto dos diversos ambientes construídos armerinos, que mais se assemelham a uma colossal *folie*. Um labirinto de salas e corredores, ambientes trilobados e multilobados e semicirculares, basílicas e êxedras, recobertos por 3.500m² de pisos trabalhados por mosaicos figurativos de qualidade ímpar, que ecoam a tradição do Norte da África. Os principais blocos de volumes do pátio de entrada e do peristilo, destinado a audiências públicas, banhos e triclinio

⁴⁷ SEAR, Frank. *Roman Architecture*. Londres: Routledge, 1982, pág. 269.

agenciam-se em eixos vários. Como outras construções do período, o interior parece ditar a forma do exterior. Surpreendente, contudo, é que tal complexo fosse menos o resultado de idiosincrasia do comitente ou do arquiteto do que consequência da rigorosa observação de estritos rituais da corte, renunciando a experiência bizantina⁴⁸.

Para lá de Roma e dos reflexos arquitetônicos que dela registramos em *Spalatum* e na Sicília, a proliferação de inúmeras pequenas Romas ecoa o fausto e a opulência pelo Império e como que anuncia, pelo excesso, a decadência do sistema: Baalbek, Dura-Europus, Sabrata, Djemila, Timgad, Éfeso, Petra, Arelate (Arles), Nemausus (Nîmes). A águia imperial romana reuniu cidades do norte da África (tomadas de Cartago durante as guerras púnicas), da Grécia, da Ásia Menor, Levante e Anatólia.

Alguns povoados menores, como Timgad, na Argélia atual, foram reconstruídos por engenheiros militares, conforme o projeto romano, em forma de grade, mas a maioria das cidades recebeu apenas reformas. Fóruns, ruas ladeadas por colunas, basílicas, templos, anfiteatros e luxuosas termas foram acrescentadas às obras já existentes. Timgad possuía todo o conforto de Roma, incluindo 14 termas. Uma inscrição no fórum diz: “Caça, banhos, jogos e riso - isso é viver”. Em Dougga, na Tunísia hodierna, foi erguido um fórum retilíneo com templo dedicado a Júpiter, Juno e Minerva, entre ruas irregulares, monumentos e templos da antiga cidade de passado líbico e púnico. A fachada de colunatas da biblioteca de mármore em Éfeso, hoje na Turquia, expressa a grandeza que marcou as cidades do Império Romano. Éfeso tinha sido uma das preferidas de Adriano, mas mereceram os favores imperiais também Afrodísias, Side, Amida e Garni, todas na Anatólia. No Levante, Palmira, Dura-Europus, Baalbek e Petra destacaram-se como objeto da atenção final do Império. Palmira experimentou uma espetacular explosão

⁴⁸ STIERLIN, *op. cit.*, pág. 226.

urbana; convertida em um império independente (260-270), prestou importantes serviços militares contra os sassânidas. Dura-Europus, Petra e Heliópolis (antiga Baalbek) atingiram o auge de seu esplendor no século II, início do III.

A transferência (330) da capital para Bizâncio, renomeada Constantinopla, marcou o início do período que passou para a História como Baixo Império, durante a qual ficou clara a decadência do oeste do Mediterrâneo. Mais tarde, Teodósio proclamou, pelo edito de Constantinopla, o cristianismo a religião oficial do Estado e proibiu até mesmo o culto privado a divindades pagãs. Seus filhos, Honório e Arcádio herdaram o governo das metades leste e oeste do Império, cujos rumos não cessaram de diferir nos séculos seguintes, sobretudo quando em 476, o bárbaro Odoacro depôs o último imperador do Império Romano do Ocidente, Rômulo Augústulo, e assumiu pelos poderes.

A originalidade e o frescor das composições mencionadas revelam os prodigiosos recursos de que dispunha a cultura pagã às vésperas de sua derrocada pelo cristianismo, que imporia não só sua filosofia moral e estrutura social modificadas, como novos programas aos arquitetos, baseados em necessidades completamente diferentes. O apogeu urbanístico e arquitetônico, somente *a posteriori*, pôde ser interpretado como prenúncio de decadência iminente pelas próprias dimensões assumidas pelo sistema. Outros indícios, no entanto, além do cristianismo, em sua proposta arcaica de despojamento e oposição à pompa, bem como de inclusão universal - a basílica cristã acolherá inicialmente a todos sem distinção -, podem ser identificados. Assim também ocorreu com a burocracia em finais do Império Romano. A *Notitia Dignitatum*, registro dos dignitários civis e militares, foi compilada na década de 390 e usada, em suas secções relativas a oeste do Mediterrâneo, na

administração imperial até 425, tendo sobrevivido como referência geral até o século IX.

A burocracia do Baixo Império, tal como registrada na *Notitia*, exibia as insígnias dos funcionários em uma extensa série de codicilos - cartas de nomeação emolduradas em ouro e marfim e com o retrato do imperador - ou como um livro com fórmulas de boa vontade gravadas na capa e pergaminhos. O número de funções nomeadas é espantoso, como aliás também o história a *Tabula Peutingeriana*, de que falamos na abertura deste trabalho. Dão conta dos últimos suspiros de uma era grandiosa.

11.2 - O retorno para o leste

O fim da urbanização greco-romana

Dois constructos teóricos marcam a concepção tradicional da História do Urbanismo. Ambos podem ser lidos como fortemente ideológicos e datados. O primeiro é a noção de Idade Média, o segundo, a noção de Ocidente. Decorre deles a idéia de que a cidade desapareceu após uma suposta queda do Império Romano, tendo ressurgido depois de séculos de trevas.

Ora, não é falso que a rede urbana em partes do que muito mais tarde seriam os países europeus modernos se enfraqueceu imensamente. No entanto, não só ela nunca feneceu por completo, como cada região corresponde a um problema singular. As terras que compõem a Alemanha, por exemplo, em sua maioria nunca estiveram dentro do *limes*; nelas, não houve decadência, mas inclusão: passaram a pertencer ao mundo urbano de que até então se achavam descartadas. A Península Ibérica abrigou prósperos reinos “bárbaros” que ainda se relacionavam normalmente com o Império do Oriente antes de se integrar ao domínio árabe. Apenas a título de lembrete, Córdoba, conquistada pelos romanos em c. 206 a.C, era no século X d.C. a maior cidade a oeste de Constantinopla, com meio milhão de habitantes. O mesmo vale para os Estados Papais e cidades da Península Itálica. Já as terras das futuras França e Inglaterra viram, sim, um encolhimento notável, mas por curto período. Entre os séculos V e IX, os restos do Império Romano aí se reduzem sem cessar,

mas durante os anos 900 a tendência se inverte lentamente.

E é justamente da lavra de historiadores e eruditos principalmente desses dois países (sem negligenciar as contribuições alemãs e italianas) as supra-citadas noções. A obra do professor de Colúmbia Edward Said⁴⁹ propõe um outro entendimento, segundo o qual o oriente não constituiria um contraponto natural ao ocidente, mas um postulado europeu. A concepção de um mundo que encontra sua *gestalt* em uma afirmação de estranhamento frente a um outro. Este pode até ser um vizinho; o que havia após os domínios austríacos já rescendia a exotismo, súditos do sultão, zimbórios eslavos, cossacos selvagens.

Se o oriente seria uma oposição geográfica à idéia de Europa (mais tarde estendida a Canadá, Estados Unidos, Austrália e Nova Zelândia, entre outros, não importando se se localizavam a leste ou a oeste), a Idade Média seria uma espécie de fronteira temporal. Considerando a glória que era a Grécia e a grandeza que era Roma as suas matrizes longínquas e heróicas, o hiato medievo representaria a gestação da nova glória e grandeza do ocidente re-nascente, contraposto à decadência das terras arcaicas do leste⁵⁰.

⁴⁹ SAID, Edward W. *Orientalismo - O Oriente como Invenção do Ocidente*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

⁵⁰ Nesse sentido é sempre muito interessante acompanhar as discussões sobre o estatuto de alguns países, como a Rússia e a Turquia. São ocidentais ou orientais? A Rússia, por sua população caucasiana, dificilmente pode ser afastada de seu parentesco com os povos a oeste, mas se estende despudoradamente pelo topo da Ásia; a Turquia, tão próxima e ocupando terras da antiga Jônia grega, manifesta costumes incomodamente orientais. O mesmo vale para as repúblicas caucasianas da Geórgia e Armênia, cristãs. vizinhas do islâmico Azebaidjão, e para as estratégicas ilhas de Malta e de Chipre.

De Bizâncio a Constantinopla e o surgimento da semente medieval

Muitas vezes se afirmou (por exemplo, Lavedan⁵¹) a dificuldade de fixar cronologicamente uma tipologia do urbanismo medieval. Não nos parece o caso de retornar ao argumento; todavia *grosso modo* se podem distinguir sem temor de erro dois grandes períodos que certamente tem mais valor para a Itália que para as outras regiões da Europa, onde se verificaram diversas condições sociais e históricas e procedimentos criativos às vezes diversos.

O primeiro período, que tem como fundo histórico a decadência do Império Romano com a desagregação e a dissolução da vasta estrutura criada pela república e pelo império, a formação dos estados "bárbaros", o manorialismo e o feudalismo e a dissolução da sociedade feudal, é caracterizado pelos seguintes fenômenos:

- a) contração da população nas maiores e bem fortificadas cidades romanas dentro de uma zona mais restrita que aquela encerrada na cinta murária romana.
- b) criação de pequenos centros em posição defensável e em torno de paróquias rurais.
- c) formação de centros em torno de monastérios.
- d) formação de centros em torno de castelos.

O segundo período, que se pode fazer iniciar com o séc. XI, no qual em

⁵¹ Op. cit.

todos os países da Europa a reorganização civil começa a permear todos os elementos da vida política e social promovendo o despertar da economia, é caracterizado pela notável atividade edilícia e urbana manifestada:

- a) no desenvolvimento das cidades de fundação romana;
- b) na formação espontânea de novas cidades;
- c) na criação cidades segundo um plano pré-estabelecido.

Contração das cidades romanas

Como primeira consequência da decadência do Império Romano do Ocidente e das invasões "bárbaras", se verificou o fenômeno da contração da população nas cidades romanas mais importantes e bem defendidas. Na maioria dos casos a população se recolhe em uma zona muito mais restrita do que aquela encerrada pelas cintas de muralhas existentes. De fato a partir do III século teve início a crise demográfica do império, que levou, para além dos particularismos regionais, a uma sempre crescente diferenciação entre terras cultivadas e cidade, enquanto pouco a pouco grandes extensões despovoadas e incultas se entrepunham entre as terras cultivadas e os grandes centros; as cidades se encontraram assim privadas das fontes de subsistência do *agro* vizinho: daí uma nova causa de crise demográfica e de abandono dos grandes centros por parte daqueles que possuíam terrenos ou daqueles que os seguiam para cultivá-los. Já no IV século Arcádio proibia o êxodo de Roma para o campo. Enquanto se esvaziavam as cidades, se enchiam as vilas, fato muito importante que determinou o duplo fenômeno caracterizante, como já havíamos acenado, os primeiros passos do urbanismo da Idade Média: o contraste entre a cidade decadente e os centros rurais em via de organização.

As invasões ou as lentas penetrações bárbaras agudizaram a crise do império provocando a estase civil e econômica na qual porém se delineou o pressuposto histórico dos inícios do urbanismo medieval. O século IV viu sentidas pestes e carestias, às quais, para a Itália, se juntaram as guerras góticas e a invasão lombarda. No VIII e IX séculos bosques, pauis e pastos ocupavam grande parte da Europa e a decadência das cidades com frequência isolate continuou portanto durante o assentamento dos reinos bárbaros.

Nos grandes centros romanos da Itália, como Roma, Ravenna, Nápoles, onde perdurou a constituição corporativa, perdurou ainda a distinção territorial em regiões, consoante com o espírito ordenador-burocrático bizantino. Além disso se manteve a distinção citadina em bairros, distinção jurídica que com o assentamento dos godos foi conservada: foi reduzido o poder das cúrias e das corporações e foi instituído o *Collegium ciuitatis*. A ordem interna não foi alterada nem menos quando sobre antigas divisões por bairro foram sobrepostas outras de natureza diversa. A cada bairro urbano correspondia um setor de subúrbio com bosques e pastos comuns e nos documentos do séc. V se fala de *beneficium* e *comitatus ciuitatis*. Dentro de cintas mais restritas, nas cidades então já carentes de florescimento econômico, se teve certamente uma sobreposição das circunscrições eclesiásticas sobre as civis, como já notou Muratori.

A retração aconteceu em toda a parte na antiga Europa romana, mas a Itália permaneceu sempre uma região mais rica em cidades, ou pelo menos a região na qual as cidades, tendo sentido mais tarde o peso das invasões bárbaras, encontrou antes das outras os recursos que as fizeram renascer; de fato as condições históricas que examinamos particularmente para a Itália se manifestaram de modo ainda mais grave para o resto da Europa, onde a vida citadina foi muito influenciada por isso.

Em toda a Europa, portanto, como acenamos rapidamente, seja mesmo através de diversos procedimentos, se nota por toda a alta Idade Média, a não ser pelos renascimentos nacionalistas locais ou a afirmação dos árabes na Espanha meridional, uma piora da situação das cidades, as quais se se encontraram quase nas mesmas condições de despovoamento e de miséria econômica. Todavia as cidades constituíam ainda, na contingência dos perigos e na sucessão de invasões e de lutas, um asilo válido, em contraposição aos campos incultos boscosos e abandonados pelos quais as cidades eram circundadas.

Com o VIII e mais ainda com os séculos IX e X se pode dizer que a vida citadina dava os primeiros acenos de retomada; estamos porém ainda bem longe de um renascimento urbanístico, que se verificou somente mais tarde e como consequência de um longo período de paz e de florescimento econômico. Fica portanto válido nestes três séculos um outro fenômeno: o renascimento do campo por obra sobretudo do patronato laico e das ordens religiosas, mas disso falaremos mais tarde.

O oriente bizantino e árabe, através de duas culturas e de duas civilizações diversas, teve uma sua vida característica: o Império do Oriente no fausto decadente da arte bizantina viu os epígonos da potência de Roma, as florescentes cidades islâmicas representaram com a atividade dos tráfegos terrestres e marítimos uma nova fonte de riqueza para a Europa: de um ponto de vista urbanístico as cidades do levante bizantino ficaram estáticas nos seus esquemas hipodâmicos, as cidades árabes tiveram ambientes de particular sugestão refinada mas os seus planos eram geralmente esquemáticos, exceção feita a Bagdá, onde a cidade do califa Al Mansour era implantada em um esquema radioconcêntrico regular de tradição perfeitamente continental.

A urbanização islâmica e o fim do Império persa Sassânida

Assim, quando se trata de um argumento tão vasto e complexo como a urbanização dita medieval - na verdade as ocorrências urbanísticas no que hoje são os 44 países europeus, entre os séculos V a XV - uma introdução genérica pode responder a uma exigência de esclarecimento.

Primeiramente, é preciso dizer que há no mínimo uma imensa pretensão em dizer que o mundo mergulhou nas trevas porque a rede urbana definhou a oeste. A nova Roma, Constantinopla, permaneceu pujante e iluminada pelo saber clássico - apesar das alterações causadas pela fé cristã. Isso também vale para o norte da África, em que Cartago, por exemplo, foi sede de um reino "europeu" dos vândalos. Em segundo lugar, é preciso definir que nomenclatura se deve dar aos demais estados que nada tinham a ver com os acontecimentos nas terras européias, como aqueles da Pérsia, das Índias e da China. Neles não houve nada semelhante ao hiato medieval.

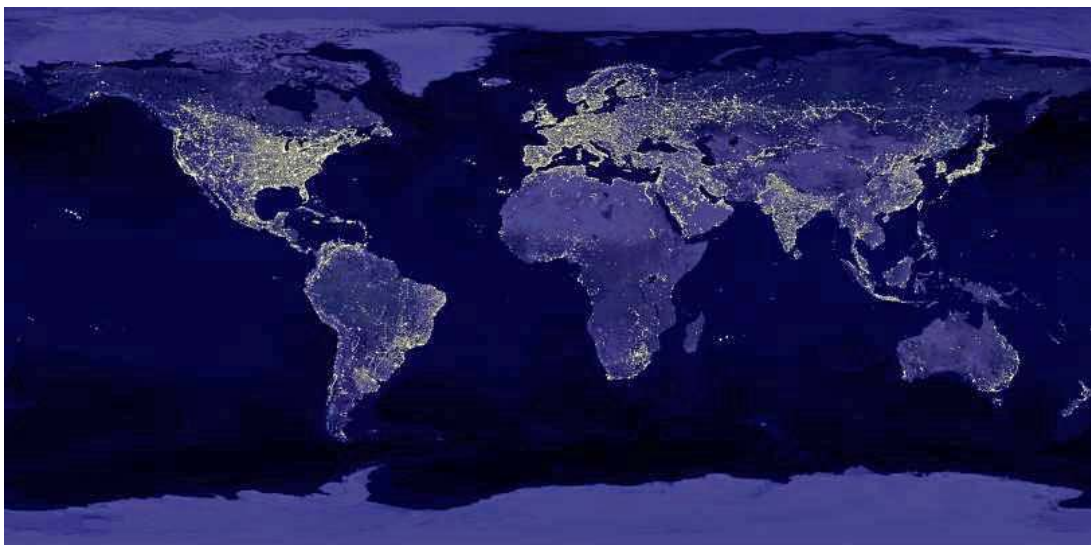
No entanto houve uma crise na urbanização tradicional, entendida como modos de vida bem característicos. A emergência do Islã no início do século VII marcou distintamente seu ponto de inflexão. Todas as antigas possessões romanas do norte da África tiveram suas relações com a Europa seccionadas - até hoje. A potência bizantina passou a ser continuamente ameaçada, perdendo sua maior jóia, Alexandria, até sucumbir oito séculos depois. E a grande nêmesis do mundo greco-latino, rival tanto de Atenas quanto da Roma Imperial desapareceria para sempre: os adoradores do fogo

mazdeístas, herdeiros da linhagem velha de mais de mil anos dos medas, persas e partas seriam engolfados pela onda do crescente, cujo ímpeto não se arrefeceu antes de chegar às áreas búdicas da Ásia Central e do norte do subcontinente indiano (Impérios de Tamerlão e Mughal). Se a urbanização aberta mediterrânea se viu seriamente abalada, a urbanização fechada continental não o foi menos. Nenhuma das grandes cidades antigas desta sobreviveu aos finais do primeiro milênio d.C., com exceção de algumas poucas da Síria e Levante (mais precisamente, Damasco e Aleppo). As invasões mongólicas enterraram de vez os seus últimos traços até a chegada dos arqueólogos europeus no século XIX, mil anos depois.

...

12 - Conclusão:
renascimentos e Renascimento da variante
cênica na configuração das formas de
espaços urbanos de uso público, coletivo,
restrito e privado

12 - Conclusão



A montagem fotográfica acima anterior foi feita pela NASA a partir de imagens de satélite adaptadas a uma projeção de Mercator. Os pontos brancos representam fontes de luz e os contornos das massas de terra foram propositadamente destacados de forma tênue do fundo negro dos oceanos. Procura-se dar uma idéia de como o planisfério seria visto se, hipoteticamente, um observador olhasse a Terra imersa em escuridão, rebatida em duas dimensões. Em outras palavras, um artifício para sugerir uma vista noturna do planeta inteiro.

O que torna a figura atrativa para o público é a sugestão de que seria assim que as cidades se apresentariam vistas do espaço. As enormes manchas luminosas criam impacto por dizerem ao espectador algo como: estas são as áreas civilizadas do globo, onde a escuridão foi vencida pelo progresso da

humanidade, notem a sua extensão. Uma mensagem bastante cabível e coerente para uma agência governamental que vive da idéia de prodígios tecnológicos e que necessita propagandear-los para garantir suas dotações orçamentárias.

Para além de seu caráter alegórico, entretanto, a trucagem também interessa ao urbanista pelo mesmo apelo visual, ou seja, a representação das zonas de intensa urbanização formando nuvens densas, contínuas, sobretudo no hemisfério norte: redes de cidades. O conceito de “*clusters*”, definido por Spiro Kostof como uma das características básicas para a existência do fenômeno urbano, encontra-se aqui ilustrado em seu paroxismo⁵².

Alguns números podem ajudar a dramatizar a questão. Em 1800, somente cerca de 2,5% da população mundial vivia em cidades. A cifra evoluiu para aproximadamente 45% em 1990, e há expectativas de um crescimento de até 55% por volta de 2010. Nos Estados Unidos, em 1800, apenas uns 5% dos americanos eram cidadãos. Hoje, algo como 75% deles o são, e em 2015 talvez se atinja 80%.⁵³ E deve-se ainda levar em conta que esses dados escamoteiam o fato de que em uma sociedade rica e industrializada como a estadunidense praticamente toda a população é altamente urbanizada, mesmo que viva em formas de urbanização dispersa por opção de conforto ou praticidade.

Em 1990 a população mundial era coisa de cinco vezes superior àquela de 1850. No início da mesma década de 1990, por volta de 2.900 cidades

⁵² Uma possível tradução para o termo poderia ser nuvem. In *The City Shaped...* op. cit, p.38.

⁵³ Em geral, todas as comunidades com no mínimo 2.500 habitantes são consideradas urbanas nos EUA, e também aquelas menores que isso que se localizem nas vizinhanças de outras maiores. A conceituação de rural engloba sítios, fazendas e comunidades em áreas de escassa densidade com menos de 2.500 residentes. Os padrões variam de país a país entre esse número e 10.000 pessoas; a ONU considera urbanas somente as aglomerações acima de 20.000. (*World Book*, Chicago: WB Inc., 2001). No Brasil, a Divisão de População da ONU estima a cifra em 81% (apud Almanaque Abril 2004).

tinham mais de 100.000 moradores, e 225 delas contavam mais de 1 milhão de pessoas. Nas mais diversas partes do globo 2,25 bilhões de pessoas habitam em áreas urbanizadas e, em 2010, o número projetado é de 4 bilhões. Esses sistemas urbanos modernos também são muito mais extensos que seus predecessores. Paris, por exemplo, em fins do século XV cobria uns 8 km². Hoje ela possui aproximadamente 105 km² e sua área metropolitana se alastra por 479 km². A densidade tornou-se igualmente brutal: Nova Iorque tinha uma média de 7.700 habitantes por km² segundo o censo de 1990 (77 hab/ha).

O mapa ilustra também a desproporção na distribuição da população urbana no planeta. As regiões mais densamente povoadas estão na Europa e no leste e sudeste da Ásia. Mesmo descontados Estados-cidades como Cingapura, já existem nações se aproximando de 100% de população urbana, como os Países-Baixos - caso da região de Hook van Holland, adensadíssima - e o Reino Unido (ambos com médias gerais de 89%), o Uruguai (91%) e a Bélgica (97%). Conurbações formidáveis como, por exemplo, o eixo Boston - New York - Philadelphia - Baltimore - Washington formam praticamente uma só megalópole contínua, onde um motorista pode trafegar em uma grande via sem cessar de ter a seu lado construções pertencentes a um mesmo sistema.

Há ainda teias de cidades, onde paisagens quase rurais se entremeiam à sucessão de grandes áreas edificadas vinculadas entre si por verdadeiras estradas-avenidas, como a linha

Milão-Turim-Grenoble-Marselha-Montpellier-Barcelona,

articulada ao tramo

Lyon-Dijon-Paris-Lille-Bruxelas-Antuérpia-Rotterdam-Amsterdam,

e mais ainda a um braço

Zurique-Stuttgart-Frankfurt-Colônia-Düsseldorf-Duisburg-Essen-Dortmund-

Hannover-Bremen-Hamburg-Lübeck,

para citar somente alguns dos seus muitos ramos.

Se a atual taxa planetária de incremento populacional de 1,4% ao ano se mantiver estável, em cinco décadas o número de seres humanos dobrará. É de se supor que a concentração continuará a se fazer justamente nessas áreas urbanas mais dotadas de recursos e oportunidades. Hoje, a média global gira em 40 pessoas por km², mas inclui a Antártica e demais terras selvagens. A densidade populacional explosiva nas grandes áreas metropolitanas merece atenção especial e o quadro da ONU a seguir faz um interessante contraponto à figura da NASA.

Para além das dificuldades metodológicas de se definir o que é uma cidade, existe também o problema de delimitá-la fisicamente. Normalmente as suas divisas políticas formais são levadas em conta. Entretanto as pessoas, seus negócios e as instituições que participam da vida urbana freqüentemente ultrapassam jurisdições. A população dentro da circunscrição administrativa de uma cidade muitas vezes representa apenas uma fração do número total de habitantes da região. No Brasil, por outro lado, existem exemplos de áreas urbanas expandidas artificialmente para tirar proveito da diferença de valor entre o imposto sobre o lote urbano (IPTU), bastante elevado e de âmbito municipal e o imposto sobre a gleba rural (ITR), barato e devido à União.

A tabela a seguir define centro urbano como um núcleo principal - a “cidade” no dizer dos brasileiros de fins do século XIX e início do XX - cercada por uma área edificada contínua de alta densidade populacional. As estatísticas das Nações Unidas que lhe serviram de base procuram determinar os seus limites através da análise de cartas demográficas, desconsiderando fronteiras demarcadas politicamente. Seus números finais sobre cada massa populacional baseiam-se nas taxas demográficas de incremento do centro urbano entre o censo mais recente e o ano de 2000.

Os 100 Maiores Centros Urbanos Mundiais

Centro Urbano	País	População
1. Tóquio	Japão	28.025.000
2. Cidade do México	México	18.131.000
3. Mumbai	Índia	18.042.000
4. São Paulo	Brasil	17.711.000
5. Nova Iorque	EUA	16.626.000
6. Xangai	China	14.173.000
7. Lagos	Nigéria	13.488.000
8. Los Angeles	EUA	13.129.000
9. Calcutá	Índia	12.900.000
10. Buenos Aires	Argentina	12.431.000
11. Seul	Coréia do Sul	12.215.000
12. Pequim	China	12.033.000
13. Karachi	Paquistão	11.774.000
14. Délhi	Índia	11.680.000
15. Daca	Bangladesh	10.979.000
16. Manila	Filipinas	10.818.000
17. Cairo	Egito	10.772.000
18. Osaka	Japão	10.609.000
19. Rio de Janeiro	Brasil	10.556.000
20. Tianjin	China	10.239.000
21. Jacarta	Indonésia	9.815.000
22. Paris	França	9.638.000
23. Istanbul	Turquia	9.413.000
24. Moscou	Rússia	9.299.000
25. Taipei	Taiwan	8.501.000
26. Londres	Inglaterra	7.640.000
27. Lima	Peru	7.443.000
28. Teerã	Irã	7.380.000
29. Bangkok	Tailândia	7.221.000
30. Chicago	EUA	6.945.000
31. Bogotá	Colômbia	6.834.000
32. Hyderabad	Índia	6.833.000
33. Chennai	Índia	6.639.000
34. Essen	Alemanha	6.559.000
35. Hangzhou	China	6.389.000
36. Hong Kong	China	6.097.000
37. Lahore	Paquistão	6.030.000
38. Shenyang	China	5.681.000
39. Changchun	China	5.566.000
40. Bangalore	Índia	5.554.000
41. Harbin	China	5.475.000
42. Chengdu	China	5.293.000
43. Santiago	Chile	5.261.000
44. Guangzhou (Cantão)	China	5.162.000
45. São Petersburgo	Rússia	5.132.000
46. Kinshasa	Congo (Rep. Dem.)	5.068.000
47. Bagdá	Iraque	4.796.000
48. Jinan	China	4.789.000
49. Wuhan	China	4.750.000
50. Toronto	Canadá	4.657.000

Centro Urbano	País	População
51. Yangon	Myanmar	4.458.000
52. Argel	Argélia	4.447.000
53. Filadélfia	EUA	4.398.000
54. Qingdao	China	4.376.000
55. Milão	Itália	4.251.000
56. Pusan	Coréia do Sul	4.239.000
57. Belo Horizonte	Brasil	4.160.000
58. Ahmadabad	Índia	4.154.000
59. Madri	Espanha	4.072.000
60. São Francisco	EUA	4.051.000
61. Alexandria	Egito	3.995.000
62. Washington	EUA	3.927.000
63. Dalas	EUA	3.912.000
64. Guadalajara	México	3.908.000
65. Chongqing	China	3.896.000
66. Medelim	Colômbia	3.831.000
67. Detroit	EUA	3.785.000
68. Handan	China	3.763.000
69. Frankfurt	Alemanha	3.700.000
70. Porto Alegre	Brasil	3.699.000
71. Ho Chi Minh	Vietnã	3.678.000
72. Sydney	Austrália	3.665.000
73. Santo Domingo	República Dominicana	3.601.000
74. Cingapura	Cingapura	3.587.000
75. Casablanca	Marrocos	3.535.000
76. Katowice	Polônia	3.488.000
77. Puna	Índia	3.485.000
78. Bandung	Indonésia	3.420.000
79. Monterrey	México	3.416.000
80. Montreal	Canadá	3.401.000
81. Nagóia	Japão	3.377.000
82. Nanjing	China	3.375.000
83. Houston	EUA	3.365.000
84. Abidjan	Costa do Marfim	3.359.000
85. Xian	China	3.352.000
86. Berlim	Alemanha	3.337.000
87. Riad	Arábia Saudita	3.328.000
88. Recife	Brasil	3.307.000
89. Dusseldorf	Alemanha	3.251.000
90. Ancara	Turquia	3.190.000
91. Melbourne	Austrália	3.188.000
92. Salvador	Brasil	3.180.000
93. Caracas	Venezuela	3.153.000
94. Dalian	China	3.153.000
95. Adis Abeba	Etiópia	3.112.000
96. Atenas	Grécia	3.103.000
97. Cidade do Cabo	África do Sul	3.092.000
98. Colônia	Alemanha	3.067.000
99. Maputo	Moçambique	3.017.000
100. Nápoles	Itália	3.012.000

Fontes: estimativas da ONU para 2000. Quanto a Taipei, Taiwan, estimativa da enciclopédia World Book, 2000. op. cit.

Agumas observações a respeito do quadro acima são interessantes. 52 das 100 cidades situam-se em apenas 7 países: China, EUA, Índia, Brasil, Alemanha, Japão e México. Destes, três são potências asiáticas - com diferentes graus de desenvolvimento, bem entendido - três são países de colonização relativamente recente das Américas e somente um é europeu, em que pese sua unificação há pouco mais de cem anos.

Londres e Paris, as duas grandes cidades do século XIX e início do XX, ocupam a 26^a e 22^a posições, respectivamente, em termos de tamanho de suas populações. Isso poderia sinalizar que possuir uma metrópole é um mau negócio, sendo melhor ter uma série de cidades médias. Essa idéia seria corroborada pela ausência de Barcelona e de cidades escandinavas, do Benelux, da Suíça e da Áustria entre esses enormes centros urbanos. O fato dos europeus terem estancado a expansão desordenada de suas cidades adviria de uma dolorosa experiência no passado, os primórdios da cidade industrial. Há muita verdade nisso, no entanto, 23 das cidades da lista situam-se em países do G8, onde as forças produtivas estão melhor organizadas e apresentam maior lucratividade. É certo que quase metade dessas, 14, ficam nos EUA e na Alemanha. Por outro lado, juntamente com o Japão, essas são as economias mais avançadas e pujantes do mundo. Se atualmente as três se encontram em relativa estagnação, a contrapartida chinesa - maior crescimento de PIB anual no globo - com 18 enormes aglomerações, evidencia que ainda é muito lucrativo concentrar gente. Dos quase duzentos países de variadas extensões territoriais existentes hoje, 45 comparecem aqui. Mesmo se apenas 17 contribuem com 72% do total, isso equivale a dizer que quase cada uma das 50 principais economias da Terra possui uma cidade com no mínimo 3 milhões de habitantes. Se a relação dissesse respeito a áreas metropolitanas com mais de um milhão de pessoas, o número de países dobraria para 90.

País	n° de centros urbanos relacionados
China	18
EUA	9
Índia	8
Brasil	6
Alemanha	5
Japão	3
México	3
Austrália	2
Canadá	"
Colômbia	"
Coréia do Sul	"
Egito	"
Indonésia	"
Itália	"
Paquistão	"
Rússia	"
Turquia	"
África do Sul	1
Argélia	"
Argentina	"
Arábia Saudita	"
Bangladesh	"
Chile	"
Cingapura	"
Congo-Kinshasa	"
Costa do Marfim	"
Espanha	"
Etiópia	"
Filipinas	"
França	"
Grécia	"
Inglaterra	"
Irã	"
Iraque	"
Marrocos	"
Mianmar	"
Moçambique	"
Nigéria	"
Peru	"
Polônia	"
República Dominicana	"
Tailândia	"
Taiwan	"
Venezuela	"
Vietnã	"

Decorre que as megacidades até o presente momento parecem ser um fenômeno geral e inelutável. Algumas são espécies de drenos de seu entorno, pólos gravitacionais sugando toda a força de trabalho e potencial econômico de um território para um único ponto. Já se disse que constituem índice de

subdesenvolvimento. O fato de que algumas das maiores massas humanas de hoje são nomes pouco conhecidos no Brasil, como Tianjin (10.239.000 hab.), Hyderabad (6.559.000 hab.), Hangzhou (6.389.000 hab.) ou Chengdu (5.293.000 hab.) torna-se mais significativo se se souber que localidades famosas entre nós, como Oslo, Estocolmo e Amsterdã têm por volta de 750.000 moradores. As riquíssimas Zurique e Genebra contam com 340.000 e 175.000 pessoas, respectivamente. Ao mesmo tempo, Taegu tem 2.450.000, Omdurman, 1.275.000, Aleppo 1.600.000 e Ibadã 1.300.000⁵⁴.

<i>Renda Per Capita</i>	valor médio	nº de centros urbanos
alta	26.217 US\$	26
média	9.165 US\$	8
baixa	3.685 US\$	17
muito baixa	inferior a 1.415 US\$	49

Observa-se no quadro acima que um quarto dessas áreas metropolitanas se situam em países de alto poder de consumo. São aquelas cidades paradigmáticas, de atratividade máxima, espécie de paraíso almejado pelos exércitos de desvalidos que continuam a buscar sua redenção nelas ou mesmo em simulacros grotescos destas capitais. Esse parece ser o papel dos restantes outros três quartos: megalópoles que até prometem chance de inclusão na modernidade, mas que normalmente só garantem acesso a migalhas de cidadania na forma de alguns serviços públicos e programas assistenciais, o que via de regra já é muito mais do que esses indivíduos tinham no meio rural.

A imensa disparidade entre as supercidades dos países centrais e suas congêneres pobres se vê com maior clareza quando se cruzam dados relativos ao PIB detido em cada bloco econômico. Mais de 75% das aglomerações conta com um terço da riqueza concentrada nos sete países mais ricos.

⁵⁴ Situadas, em ordem, na Coreia do Sul, Sudão, Síria e Nigéria.

<u>Produto Interno Bruto</u>	<u>valor total</u>	<u>n° de centros urbanos</u>
G7	US\$ 18.548.792.000	23
8° ao 30°	US\$ 5.822.946.000	52
abaixo do 30°	US\$ 1.174.799.000	25

Em 11 países de colonização recente no Novo e Novíssimo Mundo estão concentradas 29 cidades,: EUA, Brasil, México, Austrália, Canadá, Colômbia, Argentina, Chile, Peru, República Dominicana, Venezuela. Outras são fundações coloniais, como Hong Kong (*circa* 1842), Bombaim (1532), Calcutá (1690), Jacarta (antiga Batavia, *circa* 1619), Cidade do Cabo (1652), Cingapura (1819), Maputo (antiga Lourenço Marques, 1780). Ainda há aquelas refundadas pela colonização do século XIX, em todas as áreas que estiveram sob domínio europeu, como Argélia, Costa do Marfim, Vietnã.

É curioso que algumas dessas grandes áreas urbanizadas derivam de fundações da Antigüidade: Atenas (*circa* 1.900 a.C.), Guangzhou (Cantão, 214 a.C.), Pequim (*circa* 2.000 a.C.), Istambul (de *circa* 600 a.C a 330 d.C, chamada Bizâncio; desse ano a 1453, nomeada Constantinopla), Alexandria (332 a.C.), Milão (222 a.C.), Nápoles (*circa* 600 a.C., inicialmente denominada Partenope), Colônia (*Colonia Agrippinensis*, 50 d.C.). Muitas outras estão sobre o sítio de estabelecimentos humanos antiqüíssimos, da Idade do Bronze ou anteriores, mas só se transformaram em localidades importantes mais recentemente.

Esse quadro basta para assinalar que a questão urbana é de premência máxima para qualquer política de planejamento e administração pública. Entender os mecanismos que levaram ao atual estado das coisas em uma perspectiva de longa duração contribui decisivamente para deslindar as lógicas que operam no presente processo de urbanização.

Entre as características fundamentais desse processo, duas merecem particular destaque: os espaços de uso coletivo intra-urbanos e a possibilidade de mobilidade regional entre espaços de uso coletivo equivalentes entre si nas diversas cidades vinculadas em rede. Em toda cidade, e não só nas do presente, há uma relação dinâmica entre os ambientes construídos de acesso público e as zonas restritas de uso privado. Normalmente a questão principal é conseguir desvendar o que cada cultura entende como público - para quem, como, quando.

O caso romano é paradigmático; a palavra “povo” em *Senatus populusque Romanus*, o Senado e o Povo de Roma, pode sugerir que a massa fosse representada ao lado da instituição senatorial. Muito pelo contrário, a noção antiga de povo dizia respeito somente às *gentes*, o grupo privilegiado formado pelo patriciado e seus *clientes*. *Populus* nada tem a ver com a *plebs*, plebe, a patuléia, os vilões (de *uilis*, barato), os *proletarii*. O acesso a “áreas públicas” como o *forum* era restrito a “pessoas públicas”, aqueles que se associavam ao trato da “coisa pública”, a *res publica*. Estes eram normalmente os cidadãos abastados que podiam dedicar-se ao *otium cum laude*, o ócio produtivo de quem se teria despedido das coisas mezinhas do dia-a-dia e alcançaria as verdadeiras questões da arte e da política, ao contrário, por exemplo, de mundanos comerciantes a quem se negava o ócio, *nec otium*.

Com as áreas privadas das cidades se dá o mesmo - somente alguns podem ingressar nelas - mas o próprio termo “privar” já significa despojar, desapossar, impedir, restringir. O privado é *de per se* restrito, particular, propriedade e privilégio de algo ou alguém, que pode inclusive franquear seu acesso a todos aqueles que se disponham a dispender uma módica quantia, ou ter aparência de poder fazê-lo: a quintessência do *shopping center*, o ambiente de uso coletivo atual.

Talvez não seja exagerado afirmar que tudo o que exista de mais alardeado e demandado nas cidades esteja atrelado a esse conceito: comércios, serviços, instituições, quase todos os prédios importantes de um meio urbano. O indivíduo moderno passa neles os seus horários de trabalho e lazer, dos escritórios a restaurantes, bares e lojas, cinemas, clubes, repartições públicas, hospitais, etc. Com diferentes gradações de acessibilidade, esses espaços de uso coletivo freqüentam mais o imaginário do cidadão ordinário que os antigos modelos clássicos de convivência urbana, a praça e as calçadas das ruas movimentadas.

A possibilidade de “escolha de consumo” traduzida em hábito freqüentativo de lugares urbanos determinados não se restringe à simples eleição em um conjunto de opções fechado. Pelo contrário, é da dinâmica da cidade capitalista inundar o consumidor-cidadão de alternativas aparentemente diversas. No panorama intra-urbano, dependendo de seu tamanho, os espaços de uso coletivo mais atrativos podem estar tanto aglomerados na área central quanto dispersos ou repetidos em vários bairros importantes. Mas eles se apresentam igualmente distribuídos na região e a mobilidade potencial crescente dada pela facilidade de transporte provoca uma formação em rede cada vez mais usual. Se em São Paulo ninguém precisa se contentar com um só centro de compras, pois há um em cada bairro importante, na região de São José dos Campos eles também estão presentes, um ou dois por cidade.

Do mesmo modo, a mobilidade regional entre os diversos agrupamentos de espaços de uso coletivo já se tornou comum inter-regionalmente e além. Até meados do século XX relatos de pessoas vindas de pequenos vilarejos no interior para estudar e fazer carreira nas capitais eram comuns no Brasil, especialmente no caso de um centro atrator como São Paulo. Na atualidade o mesmo fenômeno, em escala global, faz, cada vez mais, parte das biografias da classe média das grandes cidades brasileiras e de suas

congêneres mundo afora⁵⁵. A mobilidade desses atores saiu da esfera local e regional para um âmbito que se quer universal.

No outro polo do problema, é de se perguntar, no entanto, o que resultará da junção de altos índices de miséria urbana, enormes concentrações de renda, processos de segregação, desaparecimento de espaços públicos e grande mobilidade de pessoas, bens, capitais e informações. Se as megalópoles realmente vieram para ficar, se o mundo tende a uma indiferenciação urbana generalizada, com a quase totalidade da população reunida em cidades, quanto mais cedo a complexidade da urbanização em rede planetária for entendida, mais rapidamente novos paradigmas de ação urbana poderão ser concebidos.

Esperamos haver demonstrado com este trabalho porque entendemos que o presente atual processo de urbanização é fundamentalmente de cepa ocidental. Derivaria, em grande parte do ressurgimento das cidades na Europa dos séculos XI e XII. Impelida pela burguesia mercantil e suas navegações, acelerada pela Revolução Industrial, a urbanização europeia alastrou-se mundo afora durante a colonização das Américas, da Ásia, da Oceania e da África, *grosso modo* entre 1500 e 1900. O século XX testemunhou um período

⁵⁵ Hoje não seria implausível imaginar uma trama novelística em que a filha de um hipotético médico paulista - cujo périplo, para padrões de primeira metade do século XX, tivesse sido nascer em Ubirajara, estudar no colégio de Bauru, formar-se em Ribeirão Preto e estabelecer-se em Sorocaba - tivesse uma trajetória bem mais movimentada que o pai. Não soaria inverossímil que essa personagem tivesse feito um intercâmbio durante o 2º grau em Bergen, um curso avançado de inglês em Auckland, o último ano de graduação em Londres, um MBA em Boston, um estágio em Saskatoon que levasse a sua contratação por uma grande firma de Nova Iorque.

O romance poderia ir além, inventando-se que teria sido enviada como auditora à Cidade do Cabo, após excelentes trabalhos em diversas partes dos Estados Unidos, de onde teria obtido uma promoção para a filial de Frankfurt. Lá, teria conhecido um australiano muito interessado pela América do Sul, nascido em Adelaide, de pai adido militar, e que por isso havia morado em Santiago quando criança. Fotógrafo vinculado a uma ONG de preservação da vida selvagem, sua vocação teria sido despertada nos dias em que seu pai estava baseado em Jacarta. Viajara pelo sudeste asiático fazendo fotos de flores e agora expunha seu trabalho na Europa. Casados, dividiriam seu tempo entre Honolulu, para onde ela teria conseguido ser transferida, e Port Moresby, onde ele desenvolveria um projeto de manejo sustentado de flores tropicais.

de reconfiguração dos novos Estados Nacionais independentes e uma retomada do processo de uniformização dos gostos e das mentalidades. Evidentemente, qualquer teórico que arrisque prognósticos sobre as tendências do atual mundo urbano encontrará os limites claros decorrentes da impossibilidade de se observar o fenômeno com imparcialidade. O historiador da arquitetura Joseph Rykwert já dizia que só o que conhecemos é o passado⁵⁶. É em sua alteridade que temos a chance de refletir.

O momento representa uma chance para o arquiteto resgatar seu papel como um dos protagonistas na concepção de soluções urbanas e ao mesmo tempo acertar suas contas com o mal-estar causado pelos projetos de reconstrução do pós-guerra⁵⁷. Se o presente mundo urbano se encontra em plena ebulição, uma chave metodológica possível é observar os vestígios de um outro processo de urbanização já extinto. E não um qualquer, mas aquele que forneceu as condições de possibilidade para as culturas basais do atual processo. Entre os séculos VIII a.C. e VII d.C., nas imediações da bacia do Mediterrâneo, ocorreu um ciclo urbano completo e singular, em cujo apogeu formou-se uma rede urbana complexa e pujante, plena de requintadas organizações, equipamentos e práticas coletivas.

No segundo século da era cristã, na Afreurásia, época dos Grandes Impérios Universais romano, persa, indiano e chinês, as metrópoles eram Roma, Alexandria, Antióquia, Ctesiphon, Hecatompilos, Pataliputra, Chang An. Os grandes portos se chamavam Óstia, Puteoli, Cartago, Siracusa, Rodes, Pireu, Éfeso. As importantes cidades comerciais eram Petra, Samarcanda, Merv, Tréveros, Itálica. Estudava-se em Atenas ou Pérgamo, e as informações mais distantes chegavam pela Rota da Seda. O oceano Índico era o palco das grandes trocas, em um tempo em que o Atlântico e o Pacífico ainda nada

⁵⁶ RYKWERT, Joseph.. *The Seduction of the Place - The History and the Future of the City*. New York: Vintage, 2002. p. 21

⁵⁷ Cf. WOLFE, Tom. *Da Bauhaus ao Nosso Caos*. Rio de Janeiro: Rocco, 1990.

significavam senão territórios de aventura. Uma intrincada tessitura de povos nômades e sedentários, alguns contando centenas de indivíduos e outros organizados em sociedades na casa dos milhões de habitantes, espalhava-se em uma espécie de faixa contínua por sobre a Eurásia, nas latitudes do Mediterrâneo, dos atuais Espanha e Marrocos ao Mar do Japão. Essa imensa área habitada era pontuada por aldeias e cidades. Se não se pode falar de linha evolucionária única para a urbanização, uma vez que cada processo particular detém características marcadamente próprias e circunscritas a locais e períodos definidos, pode-se falar sim em familiaridades entre os mundos citadinos e em um denominador comum: desde o surgimento das cidades, o modo humano de existir a elas vinculado nunca cessou de florescer em alguma parte. A História da Arquitetura é a ferramenta de projeto privilegiada para refletir sobre essas questões.

...

Anexos

A Lista dos Reis Sumérios



O prisma de Weld-Blundell⁵⁸ é o exemplar mais bem conservado da Lista dos Reis Sumérios.

A lista testemunha a função de centro político das cidades. Na concepção mesopotâmica de então, o poder se encontrava no centro urbano, não no território ou na região. Esse fato torna mais fácil compreender seu conceito de Cidade-Estado: uma unidade independente, morada de uma divindade (*Sud* em **Shuruppak**, *Bau* e *Ningirsu* em **Girsu**, *Zababa* em **Kish**,

⁵⁸ Material: argila cozida; achado em: Larsa; datação: 2.170 a.C. dimensões: cada uma das 4 faces com altura de 20 cm; largura de 9 cm; estilo: prisma de 4 lados, 2 colunas em cada faces; texto em cuneiformes acadianos antigos; escriba: Nur-Ninsubur; de Larsa; escavado pela expedição Weld-Blundell, 1922; localização atual: Ashmolean Museum em Oxford.

Inanna em **Uruk**, *Enlil* em **Nippur**, *Enki* em **Eridu**, etc.) e sede de um soberano (*en*, "senhor", *ensi*, "governador" e *lugal* "rei").

Tanto a Suméria quanto a Acádia se dividiam em cerca de doze Cidades-Estado, com seus núcleos cercados por terras cultiváveis (*edin*). Algumas dominavam outras cidades, como **Lagash**, que além de dar nome ao estado em si, incluía em seus domínios **Girsa** e **Nina**.

A Lista vincula o direito ao poder à origem divina dos reis. Ela se inicia dizendo: "*Quando a realeza baixou do céu, a realeza estava em Eridu*". Em seguida o texto enumera quatro dinastias nas cidades de **Bad-tibira**, **Larak**, **Sippar** e **Shuruppak**: "*Cinco cidades, oito reis reinaram durante 241.200 anos. Depois o Dilúvio varreu <a terra>*". Apesar de declarar o nome do rei e de sua cidade, a lista não define o território controlado por cada uma, o que torna difícil compreender a noção dela decorrente de que a monarquia só poderia estar presente em uma cidade por vez, fato não verificado já que diversas dinastias urbanas coexistiam comumente.

Em termos arquitetônicos, é importante destacar que essas práticas sociais se materializam na necessidade de amuralhar a cidade, dadas as disputas constantes, e também de dotá-la de um edifício especial: a morada do deus. Seu programa básico exige a marca da diferença para com as moradas dos homens. A solução plástica adotada é antes quantitativa que qualitativa: o superlativo. O edifício para o deus é muito alto, ocupa muita área, emprega muito material, e portanto demanda muito trabalho da sociedade e é muito dispendioso. Seu destaque se dá prioritariamente por seu tamanho. O monumento nasce sob o signo do muito, e posteriormente atribui a si o muito raro e caro, os materiais preciosos e as soluções técnicas qualitativamente diferentes da casa ordinária. O templo e a muralha - e depois o palácio - são

por excelência a instância de atuação dos técnicos especializados em construções excepcionais, os arquitetos.

Contém os nomes dos soberanos desde suas origens mitológicas anteriores ao Dilúvio até Sin-Magir, rei de **Isin** (c. 1.827-1.817 a.C.).

The Sumerian king list: translation⁵⁹

After the kingship descended from heaven, the kingship was in Eridu.
In Eridu, Alulim became king; he ruled for 28,800 years.
Alalgar ruled for 36,000 years.
Two kings; they ruled for 64800 years.
Then Eridu fell and the kingship was taken to Bad-tibira.
In Bad-tibira, Enmen-lu-ana ruled for 43,200 years.
Enmen-gal-ana ruled for 28,800 years.
The divine Dumuzi, the shepherd, ruled for 36,000 years.
Three kings; they ruled for 108,000 years.
Then Bad-tibira fell and the kingship was taken to Larak.
In Larak, En-sipad-zid-ana ruled for 28,800 years.
One king; he ruled for 28,800 years.
Then Larak fell and the kingship was taken to Sippar.
In Sippar, Enmen-dur-ana became king; he ruled for 21,000 years.
One king; he ruled for 21000 years.
Then Sippar fell and the kingship was taken to Šuruppak.
In Šuruppak, Ubara-Tutu became king; he ruled for 18,600 years.
One king; he ruled for 18,600 years.
Five cities; eight kings ruled for 385,200 years.
Then the Flood swept over.
After the Flood had swept over, and the kingship had descended from heaven, the kingship was in Kiš.
In Kiš, Gišur became king; he ruled for 1,200 years.
Kullassina-bêl ruled for 900 years.
Nan-GIŠ-lišma ruled for 1,200 years.
En-dara-ana ruled for 420 years, 3 months, and 3½ days.
Babum ruled for 300 years.
Pu'annum ruled for 840 years.
Kalibum ruled for 900 years.
Kalumum ruled for 840 years.
Zuqaqip ruled for 900 years.
Atab ruled for 600 years.
Mašda, son of Atab, ruled for 840 years.
Arwi'um, son of Mašda, ruled for 720 years.
Etana, the shepherd, who ascended to heaven and put all countries in order, became king; he ruled for 1,500 years.
Balih, son of Etana, ruled for 400 years.
Enme-nuna ruled for 660 years.
Melem-Kiš, son of Enme-nuna, ruled for 900 years.
Barsal-nuna, son of Enme-nuna, ruled for 1,200 years.
Samug, son of Barsal-nuna, ruled for 140 years.
Tizkar, son of Samug, ruled for 305 years.
Ilku'u ruled for 900 years.
Ilta-sadum ruled for 1200 years.
Enmen-baragesi, who destroyed Elam's weapons, became king; he ruled for 900 years.
Agga, son of Enmen-baragesi, ruled for 625 years.
Twenty-three kings ruled for 23,310 years, 3 months, and 3 1/2 days.
Then Kiš was defeated and the kingship was taken to Eanna.

⁵⁹ <http://www.livius.org/k/kinglist/sumerian.html>; Jona Lendering © 2006 Latest revision: 10 May 2007.

In Eanna, Meš-ki'ag-gašer, son of Utu, became lord and king; he ruled for 324 years. Meš-ki'ag-gašer entered the sea and disappeared.
 Enmekar, son of Meš-ki'ag-gašer, the king of Uruk, who built Uruk, became king; he ruled for 420 years.
 The divine Lugal-banda, the shepherd, ruled for 1200 years.
 The divine Dumuzi, the fisherman, whose city was Ku'ara, ruled for 100.
 Gilgameš, whose father was an invisible being, the lord of Kulaba, ruled for 126 years.
 Ur-Nungal, son of the divine Gilgameš, ruled for 30 years.
 Udul-kalama, son of Ur-Nungal, ruled for 15 years.
 La-bašer ruled for 9 years.
 Ennun-dara-ana ruled for 8 years.
 Mešhe, the smith, ruled for 36 years.
 Melem-ana ruled for 6 years.
 Lugal-ki-GIN ruled for 36 years.
 Twelve kings ruled for 2310 years.
 Then Uruk was defeated and the kingship was taken to Ur.
 In Ur, Mes-ane-pada became king; he ruled for 80 years.
 Meš-ki'ag-Nuna, son of Mes-ane-pada, became king; he ruled for 36 year.
 Elulu ruled for 25 years.
 Balulu ruled for 36 years. (mss. L1+N1, P2+L2 have:)
 Four kings ruled for 177 years.
 Then Ur was defeated and the kingship was taken to Awan.
 In Awan, [...] became king; he ruled for [...] years.
 [...] -Lu ruled for [...] years.
 Kul[...] ruled for 36 years.
 Three kings ruled for 356 years.
 Then Awan was defeated and the kingship was taken to Kiš.
 In Kiš, Su-suda, the fuller, became king; he ruled for 200+N years.
 Dadase ruled for 81 years.
 Mamagal, the boatman, ruled for 240+N years.
 Kalbum, son of Mamagal, ruled for 195 years.
 TUG ruled for 360 years.
 Men-nuna ruled for 180 years.
 Enbi-Ištar ruled for 290 years.
 Lugalgu ruled for 360 years.
 Eight kings they ruled for 3195^{sic} years.
 Then Kiš was defeated and the kingship was taken to Hamazi.
 In Hamazi, Hataniš became king; he ruled for 360 years.
 One king ruled for 360 years.
 Then Hamazi was defeated and the kingship was taken to Uruk.
 In Uruk, En-šakuš-ana became king; he ruled for 60 years.
 Lugal-ure ruled for 120 years.
 Argandea ruled for 7 years.
 Three kings ruled for 187 years.
 Then Uruk was defeated and the kingship was taken to Ur.
 In Ur, Nanne became king; he ruled for 54+N years.
 Mes-ki'ag-Nanna, son of Nanne, ruled for 48 years.
 [...], the son of [...], ruled for 2 years.
 Three kings ruled for [...] years.
 Then Ur was defeated and the kingship was taken to Adab.
 In Adab, Lugal-ane-mundu became king; he ruled for 90 years.
 One king ruled for 90 years.
 Then Adab was defeated and the kingship was taken to Mari.
 In Mari, Anubu became king; he ruled for 30 years.

Anba, son of Anubu, ruled for 17 years.
 Bazi, the leather worker, ruled for 30 years.
 Zizi, the fuller, ruled for 20 years.
 Lim-er, the pašišu-priest, ruled for 30 years.
 Šarrum-iter ruled for 9 years.
 Six kings ruled for 136 years.
 Then Mari was defeated and the kingship was taken to Kiš.
 In Kiš, Ku-Baba, the woman tavern-keeper, who made firm the foundations of Kiš, became king; she ruled for 100 years.
 One queen ruled for 100 years.
 Then Kiš was defeated and the kingship was taken to Akšak.
 In Akšak, Unzi became king; he ruled for 30 years.
 Undalulu ruled for 6 years.
 Urur ruled for 6 years.
 Puzur-Nirah ruled for 20 years.
 Išu-II ruled for 24 years.
 Šu-Sin, son of Išu-II, ruled for 7 years.
 Six kings ruled for 93 years.
 Then Akšak was defeated and the kingship was taken to Kiš.
 In Kiš, Puzur-Sin, son of Ku-Baba, became king; he ruled for 25 years.
 Ur-Zababa, son of Puzur-Sin, ruled for 400.
 Simudara ruled for 30 years.
 Usi-watar ruled for 7 years.
 Ištar-muti ruled for 11 years.
 Išme-Šamaš ruled for 11 years.
 Nanniya, the stonecutter, ruled for 7 years.
 Seven kings ruled for 491 years.
 Then Kiš was defeated and the kingship was taken to Uruk.
 In Uruk, Lugalzagesi became king; he ruled for 25 years. (2341-2316)
 One king ruled for 25 years.
 Then Uruk was defeated and the kingship was taken to Agade.
 In Agade, Sargon, whose father was a gardener, the cupbearer of Ur-Zababa, became king, the king of Agade, who built Agade; he ruled for 56 years. (2335-2279)
 Rimuš, son of Sargon, ruled for 9 years. (2279-2270)
 Maništušu, the older brother of Rimuš, son of Sargon, ruled for 15 years. (2270-2255)
 Naram-Sin, son of Maništušu, ruled for 56 years. (2255-2218)
 Šar-kali-šarri, son of Naram-Sin, ruled for 25 years. (2218-2193)
 Then who was king? Who was not king?
 Irgigi was king, Nanum was king, Imi was king, Elulu was king; those four kings ruled 3 years. (2193-2190)
 Dudu ruled for 21 years. (2190-2169)
 Šu-Durul, son of Dudu, ruled for 15 years. (2169-2154)
 Eleven kings ruled for 181 years.
 Then Agade was defeated and the kingship was taken to Uruk.
 In Uruk, Ur-nigin became king; he ruled for 7 years. (2154-2147)
 Ur-gigir, son of Ur-nigin, ruled for 6 years. (2147-2141)
 Kuda ruled for 6 years. (2141-2135)
 Puzur-ili ruled for 5 years. (2135-2130)
 Ur-Utu ruled for 6 years. (2130-2124)
 Five kings ruled for 30 years.
 Uruk was defeated and the kingship was taken to the army of Gutium.
 The army of Gutium, a king whose name is unknown.
 Nibia became king; he ruled for 3 years.
 Then Ingišu ruled for 6 years.

Ikukum-la-qaba ruled for 6 years.
 Šulme ruled for 6 years.
 Silulumeš ruled for 6 years.
 Inimabakeš ruled for 5 years.
 Ige'a'uš ruled for 6 years.
 I'ar-la-qaba ruled for years.
 Ibate ruled for 3 years.
 Yarla ruled for 3 years.
 Kurum ruled for 1 year.
 Apil-kin ruled for 3 years.
 La'arabum ruled for 2 years.
 Irarum ruled for 2 years.
 Ibranum ruled for 1 year.
 Hablum ruled for 2 years.
 Puzur-Sin, son of Hablum, ruled for 7 years.
 Yarlaganda ruled for 7 years
 Si'u ruled for 7 years.
 Tiriga ruled for 40 days.
 Twenty-one kings ruled for 91 years and 40 days.
 Then the army of Gutium was defeated and the kingship was taken to Uruk.
 In Uruk, Utu-hegal became king; he ruled for 420 years and 7 days. (2124-2113)
 One king ruled for 427 years and 6sic days.
 Then Uruk was defeated and the kingship was taken to Ur.
 In Ur, Ur-Nammu became king; he ruled for 18 years. (2113-2095)
 Šulgi, son of Ur-Nammu, ruled for 46 years. (2095-2047)
 Amar-Sin, son of Šulgi, ruled for 9 years. (2047-2038)
 Šu-Sin, son of Amar-Sin, ruled for 9 years. (2038-2029)
 Ibbi-Sin, son of Šu-Sin, ruled for 24 years. (2029-2004)
 Foursic kings ruled for 108sic years.
 Then Ur was defeated. The kingship was taken to Isin.
 In Isin, Išbi-Irra became king; he ruled for 33 years. (2018-1985)
 The divine Šu-ilišu, son of Išbi-Irra, ruled for 20 years. (1985-1975)
 Iddin-Dagan, son of Šu-ilišu, ruled for 21 years. (1975-1954)
 Išme-Dagan, son of Iddin-Dagan, ruled for 20 years. (1954-1935)
 Lipit-Ištar, son of Išme-Dagan, ruled for 11 years. (1935-1924)
 The divine Ur-Ninurta ruled for 28 years. (1924-1896)
 Bur-Sin, son of Ur-Ninurta, ruled for 21 years. (1896-1874)
 Lipit-Enlil, son of Bur-Sin, ruled for 5 years. (1864-1869)
 The divine Irra-imitti ruled for 8 years. (1869-1861)
 The divine Enlil-bani ruled for 24 years. (1861-1837)
 The divine Zambija ruled for 3 years. (1837-1834)
 The divine Iter-piša ruled for 4 years. (1834-1831)
 Urdukuga ruled for 4 years. (1831-1828)
 Sin-magir ruled for 11 years. (1828-1817)
 Damiq-ilišu, son of Sin-magir, ruled for 23 years. (1817-1794)
 Thirteensic kings ruled for 213 years.

 Hand of Nur-Ninšubur.

After this, tablet B, from Nippur, adds some totals:

A total of thirty-nine kings ruled for 14409+N years, 3 months and 3½ days; four dynasties in Kiš.

A total of twenty-two kings ruled for 2610+N years, 6 months and 15 days; five dynasties in Uruk.

A total of twelve kings ruled for 396 years, 3 dynasties in Ur.

A total of three kings ruled for 356 years; one dynasty in Awan.

A total of one king ruled for 420 years; one dynasty in Hamazi.

A total of one king ruled for 90 years; one dynasty in Adab.

A total of six kings ruled for 136 years; one dynasty in Mari.

A total of six kings ruled for 99 years; one dynasty in Akšak.

A total of eleven kings ruled for 197 years; one dynasty in Agade.

A total of twenty-one kings ruled for 125 years and 40 days; one dynasty in Gutium.

A total of eleven kings ruled for 159 years; one dynasty in Isin.

Eleven royal cities. Their total: 134 kings. Total: 28,876+N years, N months, N days.

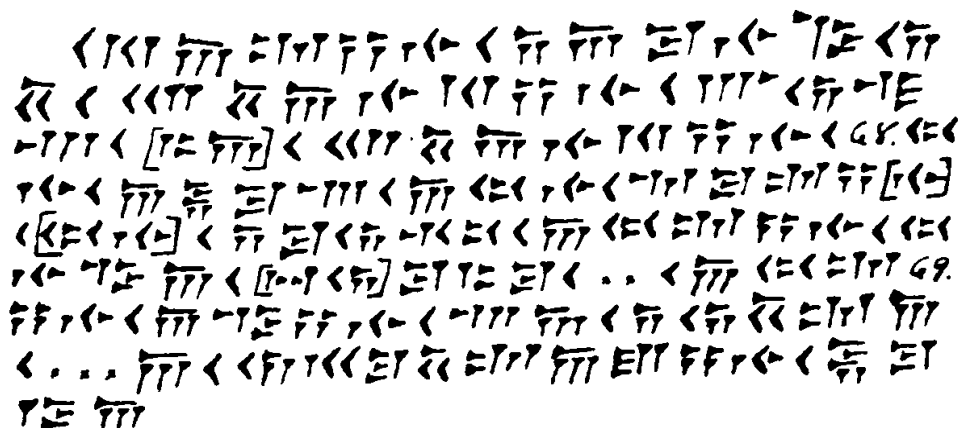


The Behistan Inscription

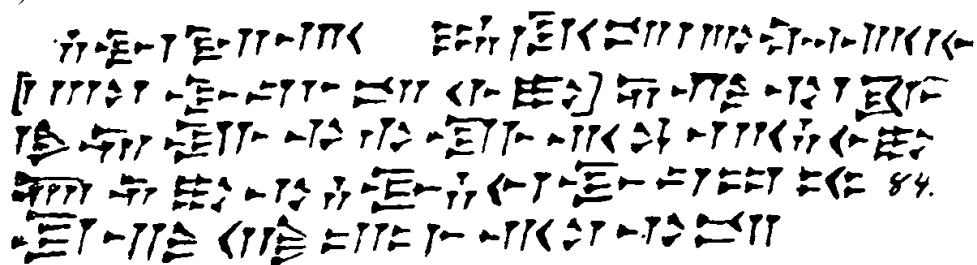
Text Source: *The Behistan Inscription of King Darius* Translator: Herbert Cushing Tolman;
Publisher: Vanderbilt University, Nashville, Tennessee; Copyright: 1908

Reprodução de trecho da inscrição:

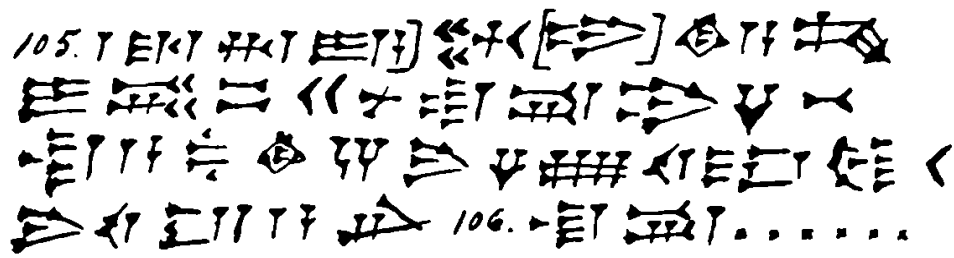
1) em persa antigo



2) em elamita



3) em acadiano babilônico



Column 1

[1.1] I (am) Darius, the great king, the king of kings, the king in Persia, the king of countries, the son of Hystaspes, the grandson of Arsames, the Achaemenide.

[1.2] Says Darius the king: My father (is) Hystaspes, the father of Hystaspes (is) Arsames, the father of Arsames (is) Ariaramnes, the father of Ariaramnes (is) Teispes, the father of Teispes (is) Achaemenes.

[1.3] Says Darius the king: Therefore we are called the Achaemenides; from long ago we have extended; from long ago our family have been kings.

[1.4] Says Darius the king: 8 of my family (there were) who were formerly kings; I am the ninth (9); long aforetime we were (lit. are) kings.

[1.5] Says Darius the king: By the grace of Auramazda I am king; Auramazda gave me the kingdom.

[1.6] Says Darius the king: These are the countries which came to me; by the grace of Auramazda I became king of them; Persia, Susiana, Babylonia, Assyria, Arabia, Egypt, the (lands) which are on the sea, Sparda, Ionia, [Media], Armenia, Cappadocia, Parthia, Drangiana, Aria, Chorasmia, Bactria, Sogdiana, Ga(n)dara, Scythia, Sattagydia, Arachosia, Maka; in all (there are) 23 countries.

[1.7] Says Darius the king: These (are) the countries which came to me; by the grace of Auramazda they became subject to me; they bore tribute to me; what was commanded to them by me this was done night and (lit. or) day.

[1.8] Says Darius the king: Within these countries what man was watchful, him who should be well esteemed I esteemed; who was an enemy, him who should be well punished I punished; by the grace of Auramazda these countries respected my laws; as it was commanded by me to them, so it was done.

[1.9] Says Darius the king: Auramazda gave me this kingdom; Auramazda bore me aid until I obtained this kingdom; by the grace of Auramazda I hold this kingdom.

[1.10] Says Darius the king: This (is) what (was) done by me after that I became king; Cambyses by name, the son of Cyrus (was) of our family; he was king here; of this Cambyses there was a brother Bardiya (i. e. Smerdis) by name possessing a common mother and the same father with Cambyses; afterwards Cambyses slew that Bardiya; when Cambyses slew Bardiya, it was not known to the people that Bardiya was slain; afterwards Cambyses went to Egypt; when Cambyses went to Egypt, after that the people became hostile; after that there was Deceit to a great extent in the provinces, both in Persia and in Media and in the other provinces.

[1.11] Says Darius the king: Afterwards there was one man, a Magian, Gaumata by name; he rose up from Paishiyavada; there (is) a mountain Arakadrish by name; from there - 14 days in the month Viyakhna were in course when he rose up; he thus deceived the people; I am Bardiya the son of Cyrus brother of Cambyses; afterwards all the people became estranged from Cambyses (and) went over to him, both Persia and Media and the other provinces; he seized the kingdom; 9 days in the month Garmapada were in course - he thus seized the kingdom; afterwards Cambyses died by a self-imposed death.

[1.12] Says Darius the king: This kingdom which Gaumata the Magian took from Cambyses, this kingdom from long ago was (the possession) of our family; afterwards Gaumata the Magian took from Cambyses both Persia and Media and the other provinces; he seized (the power) and made it his own possession; he became king.

[1.13] Says Darius the king: There was not a man neither a Persian nor a Median nor any one of our family who could make Gaumata the Magian deprived of the kingdom; the people feared his tyranny; (they feared) he would slay the many who knew Bardiya formerly; for this reason he would slay the people; "that they might not know me that I am not Bardiya the son of Cyrus;" any one did not dare to say anything against Gaumata the Magian until I came; afterwards I asked Auramazda for help; Auramazda bore me aid; 10 days in the month Bagayadish were in course I thus with few men slew that Gaumata the Magian and what men were his foremost allies; there (is) a stronghold Sikayauvatish by name; there is a province in Media, Nisaya by name; here I smote him; I took the kingdom from him; by the grace of Auramazda I became king; Auramazda gave me the kingdom.

[1.14] Says Darius the king: The kingdom which was taken away from our family, this I put in (its) place; I established it on (its) foundation; as (it was) formerly so I made it; the sanctuaries which Gaumata the Magian destroyed I restored; for the people the revenue(?) and the personal property and the estates and the royal residences which Gaumata the Magian took from them (I restored); I established the state on (its) foundation, both Persia and Media and the other provinces; as (it was) formerly, so I brought back what (had been) taken away; by the grace of Auramazda this I did; I labored that our royal house I might establish in (its) place; as (it was) formerly, so (I made it); I labored by the grace of Auramazda that Gaumata the Magian might not take away our royal house.

[1.15] Says Darius the king: This (is) what I did, after that I became king.

[1.16] Says Darius the king: When I slew Gaumata the Magian, afterwards there (was) one man Atrina by name, the son of Upadara(n)ma; he rose up in Susiana; thus he said to the people; I am king in Susiana; afterwards the people of Susiana became rebellious (and) went over to that Atrina; he became king in Susiana; and there (was) one man a Babylonian Nidintu-Bel by name, the son of Aniri', he rose up in Babylon; thus he deceived the people; I am Nebuchadrezzar the son of Nabu-na'id; afterwards the whole of the Babylonian state went over to that Nidintu-Bel; Babylon became rebellious; the kingdom in Babylon he seized.

[1.17] Says Darius the king: Afterwards I sent forth (my army) to Susiana; this Atrina was led to me bound; I slew him.

[1.18] Says Darius the king: Afterwards I went to Babylon against that Nidintu-Bel who called himself Nebuchadrezzar; the army of Nidintu-Bel held the Tigris; there he halted and thereby was a flotilla; afterwards I placed my army on floats of skins; one part I set on camels, for the other I brought horses; Auramazda bore me aid; by the grace of Auramazda we crossed the Tigris; there the army of Nidintu-Bel I smote utterly; 26 days in the month Atriyadiya were in course - we thus engaged in battle.

[1.19] Says Darius the king: Afterwards I went to Babylon; when I had not reached Babylon - there (is) a town Zazana by name along the Euphrates - there this Nidintu-Bel who called himself Nebuchadrezzar went with his army against me to engage in battle; afterwards we engaged in battle; Auramazda bore me aid; by the grace of Auramazda the army of Nidintu-Bel I smote utterly; the enemy were driven into the water; the water bore them away; 2 days in the month Anamaka were in course - we thus engaged in battle.

Column 2

[2.1] Says Darius the king: Afterwards Nidintu-Bel with (his) few horsemen went to Babylon; afterwards I went to Babylon; by the grace of Auramazda I both seized Babylon and seized that Nidintu-Bel; afterwards I slew that Nidintu-Bel at Babylon.

[2.2] Says Darius the king: While I was in Babylon, these (are) the provinces which became estranged from me, Persia, Susiana, Media, Assyria [Egypt], Parthia, Margiana, Sattagydia, Scythia.

[2.3] Says Darius the king: There (was) one man Martiya by name, the son of Cicikhrish - there (is) a town in Persia Kuganaka by name - here he dwelt; he rose up in Susiana; thus he said to the people; I am Imanish king in Susiana.

[2.4] Says Darius the king: Then I was on the march to Susiana; afterwards the Susians [feared] me; they seized that Martiya who was chief of them and slew him.

[2.5] Says Darius the king: One man Phraortes [by name, a Mede], he rose up in Media; thus he said to the people; [I am Khshathrita] of the family of Cyaxares; afterwards the Median people which [were in the palace] became estranged from me (and) went over to that Phraortes; he became [king] in Media.

[2.6] Says Darius the king: The Persian and the Median army, which was by me, it was small; afterwards I sent forth an army; Hydarnes by name, a Persian, my subject, him I made chief of them; thus I said to them; go, smite that Median army which does not call itself mine; afterwards this Hydarnes with the army went away; when he came to Media - there (is) a town in Media Marush by name - here he engaged in battle with the Medes; he who was the chief among the Medes did not there [withstand]; Auramazda bore me aid; by the grace of Auramazda my army smote that rebellious army utterly; 27 days in the month Anamaka were in course - the battle (was) thus fought by them; afterwards my army - there (is) a region Ka(m)pada by name - there awaited me until I went to Media.

[2.7] Says Darius the king: Dadarshish by name, an Armenian, my subject, him I sent forth to Armenia; thus I said to him; go, the rebellious army which does not call itself mine, smite it; afterwards Dadarshish went away; when he came to Armenia, afterwards the rebels came together (and) went against Dadarshish to engage in battle; there is a village [Zuzza] by name in Armenia - here they engaged in battle; Auramazda bore me aid; by the grace of Auramazda my army smote that rebellious army utterly; 8 days in the month Thuravahara were in course - thus the battle (was) fought by them.

[2.8] Says Darius the king: A second time the rebels came together (and) went against Dadarshish to engage in battle; there (is) a stronghold, Tigra by name, in Armenia - here they engaged in battle; Auramazda bore me aid; by the grace of Auramazda, my army smote that rebellious army utterly; 18 days in the month Thuravahara were in course - the battle (was) thus fought by them.

[2.9] Says Darius the king: A third time the rebels came together (and) went against Dadarshish to engage in battle; there (is) a stronghold, U[yam]a by name, in Armenia - here they engaged in battle; Auramazda bore me aid; by the grace of Auramazda my army smote that rebellious army utterly; 9 days in the month Thaugarcish were in course - thus the battle (was) fought by them; afterwards Dadarshish awaited me in Armenia until I came to Media.

[2.10] Says Darius the king: Afterwards Vaumisa by name, a Persian, my subject, him I sent forth to Armenia; thus I said to him; go, the rebellious army which does not call itself mine, smite it; afterwards Vaumisa went away; when he came to Armenia, afterwards the rebels came together (and) went against Vaumisa to engage in battle; there (is) a region I[zar]a by name, in Assyria - here they engaged in battle; Auramazda bore me aid; by the grace of Auramazda my army smote that rebellious army utterly; 15 days in the month Anamaka were in course - thus the battle (was) fought by them.

[2.11] Says Darius the king: A second time the rebels came together (and) went against Vaumisa to engage in battle; there (is) a region Autiyara by name in Armenia - here they engaged in battle; Auramazda bore me aid; by the grace of Auramazda my army smote that rebellious army utterly; at the end of the month Thuravahara - thus the battle (was) fought by them; afterwards Vaumisa awaited me in Armenia until I came to Media.

[2.12] Says Darius the king: Afterwards I went from Babylon; I went away to Media; when I went to Media - there (is) a town Ku(n)durush by name in Media - here this Phraortes who called himself king in Media went with (his) army against me to engage in battle; afterwards we engaged in battle; Auramazda bore me aid; by the grace of Auramazda I smote the army of Phraortes utterly; 25 days in the month Adukanisha were in course - we thus engaged in battle.

[2.13] Says Darius the king: Afterwards this Phraortes with a few horsemen fled; there is a region Raga by name in Media - along there he went; afterwards I sent forth my army in pursuit; Phraortes was seized (and) led to me; I cut off (his) nose and ears and tongue, and I put out his eyes; he was held bound at my court; all the people saw him; afterwards I put him on a cross at Ecbatana, and what men were his foremost allies, these I threw within a prison at Ecbatana.

[2.14] Says Darius the king: One man, Citra(n)takhma by name, a Sagartian, he became rebellious to me; thus he said to the people; I am king in Sagartia, of the family of Cyaxares; afterwards I sent forth the Persian and the Median army; Takhmaspada by name, a Mede, my subject, him I made chief of them, thus I said to them; go, the rebellious army, which does not call itself mine, smite it; afterwards Takhmaspada went away with the army (and) engaged in battle with Citra(n)takhma; Auramazda bore me aid; by the grace of Auramazda my army smote that rebellious army utterly and seized Citra(n)takhma (and) brought (him) to me; afterwards I cut off his nose and ears, and put out his eyes; he was held bound at my court; all the people saw him; afterwards I put him on a cross in Arbela.

[2.15] Says Darius the king: This (is) what (was) done by me in Media.

[2.16] Says Darius the king: Parthia and Hyrcania became rebellious to me and declared allegiance to Phraortes; my father Hystaspes, he was [in Parthia]; the people abandoned him (and) became rebellious; afterwards Hystaspes [went with his army] which was loyal; there is a town Vish[pa]uz[a]tish by name [in Parthia] - here he engaged in battle with the Parthians; Auramazda [bore] me [aid]; by the grace of Auramazda Hystaspes smote that rebellious army utterly; [22 days] in the month Viyakhna were in course - thus the battle was fought by them.

Column 3

[3.1] Says Darius the king: Afterwards I sent forth the Persian army to Hystaspes from Raga; when this army came to Hystaspes afterwards Hystaspes took that army (and) went away; there (is) a town Patigrabana by name in Parthia - here he engaged in battle with the rebels; Auramazda bore me aid; by the grace of Auramazda Hystaspes smote that rebellious army utterly; 1 day in the month Garmapada was in course - thus the battle (was) fought by them.

[3.2] Says Darius the king: Afterwards it became my province; this (is) what (was) done by me in Parthia.

[3.3] Says Darius the king: There (is) a region Margiana by name; it became rebellious to me; one man Frada, a Margian, him they made chief; afterwards I sent forth Dadarshish by name, a Persian, my subject, satrap in Bactria against him; thus I said to him; go, smite that army which does not call itself mine; afterwards Dadarshish with the army went away (and) engaged in battle with the Margians; Auramazda bore me aid; by the grace of Auramazda my army smote that rebellious army utterly; 23 days in the month Atriyadiya were in course - thus the battle {was) fought by them.

[3.4] Says Darius the king: Afterwards it became my province; this (is) what (was) done by me in Bactria.

[3.5] Says Darius the king: One man Vahyazdata by name; there (is) a town Tarava by name; there (is) a region Yutiya by name in Persia - here he dwelt; he was the second to rise against me in Persia; thus he said to the people; I am Bardiya the son of Cyrus; afterwards the Persian army which (was) in the palace cast aside their loyalty; they became estranged from me (and) went over to that Vahyazdata; he became king in Persia.

[3.6] Says Darius the king: Afterwards I sent forth the Persian and the Median army which was by me; Artavardiya by name, a Persian, my subject, him I made chief of them; the rest of the Persian army went with me to Media; afterwards Artavardiya with the army went to Persia; when he came to Persia - there (is) a town Rakha by name in Persia - here this Vahyazdata who called himself Bardiya went with (his) army against Artavardiya to engage in battle; afterwards they engaged in battle; Auramazda bore me aid; by the grace of Auramazda my army smote that army of Vahyazdata utterly; 12 days in the month Thuravahara were in course - thus the battle (was) fought by them.

[3.7] Says Darius the king: Afterwards this Vahyazdata with few horsemen fled (and) went to Paishiyauvada; from thence he took an army (and) again went against Artavardiya to engage in battle; there (is) a mountain Parga by name - here they engaged in battle; Auramazda gave me aid; by the grace of Auramazda my army smote that army of Vahyazdata utterly; 5 days in the month Garmapada were in course - thus the battle (was) fought by them and they seized that Vahyazdata and what men were his foremost allies they seized.

[3.8] Says Darius the king: Afterwards - there (is) a town in Persia Uvadaicaya by name - here, that Vahyazdata and what men were his foremost allies, them I put on a cross.

[3.9] Says Darius the king: This (is) what (was) done by me in Persia.

[3.10] Says Darius the king: This Vahyazdata, who called himself Bardiya, he sent forth an army to Arachosia - there (was) Vivana by name, a Persian, my subject, satrap in Arachosia - against him (he sent an army) and one man he made chief of them; thus he said to them; go, smite Vivana and that army which calls itself of Darius the king; afterwards this army, which Vahyazdata sent forth, went against Vivana to engage in battle; there (is) a stronghold Kapishakanish by name - here they engaged in battle; Auramazda bore me aid; by the grace of Auramazda my army smote that rebellious army utterly; 13 days in the month Anamaka were in course - thus the battle (was) fought by them.

[3.11] Says Darius the king: Again the rebels came together (and) went against Vivana to engage in battle; there (is) a region Ga(n)dutava by name - here they engaged in battle;

Auramazda bore me aid; by the grace of Auramazda my army smote that rebellious army utterly; 7 days in the month Viyakhna were in course - thus the battle (was) fought by them.

[3.12] Says Darius the king: Afterwards this man, who was chief of that army which Vahyazdata sent against Vivana, he fled with a few horsemen (and) went away - there (is) a stronghold Arshada by name in Arachosia - he went thereby; afterwards Vivana, with an army went in pursuit of them; here he seized him and what men were his foremost allies he slew.

[3.13] Says Darius the king: Afterwards the province became mine; this (is) what (was) done by me in Arachosia.

[3.14] Says Darius the king: When I was in Persia and in Media, a second time the Babylonians became estranged from me; one man, Arakha by name, an Armenian son of Haldita, he rose up in Babylon; there (is) a region, Dubala by name - from here he thus lied to the people; I am Nebuchadrezzar, the son of Nabu-na'id; afterwards the Babylonian people became estranged from me (and) went over to that Arakha; he seized Babylon; he became king in Babylon.

[3.15] Says Darius the king: Afterwards I sent forth my army to Babylon; Intaphernes by name, a Persian, my subject, him I made chief of them; thus I said to them; go, smite that Babylonian army which does not call itself mine; afterwards Intaphernes with an army went to Babylon; Auramazda bore me aid; by the grace of Auramazda, Intaphernes smote the Babylonians; and [he led them bound to me]; 22 days in the month + + + + were in course - that Arakha, who called himself Nebuchadrezzar, and the men who [were his foremost allies they seized and bound]; [this Arakha] and what men were his foremost allies were put on crosses at Babylon.

Column 4

[4.1] Says Darius the king: This (is) what was done by me in Babylon.

[4.2] Says Darius the king: This (is) what I did; by the grace of Auramazda it was (done) in every way; after that I became king, I engaged in 19 battles; by the grace of Auramazda I waged them and I seized 9 kings; there was one, Gaumata by name, a Magian; he lied; thus he said; I am Bardiya the son of Cyrus; he made Persia rebellious; there (was) one, Atrina by name, a Susian; he lied; thus he said; I am king in Susiana; he made Susiana rebellious to me; there (was) one, Nidintu-Bel by name, a Babylonian; he lied; thus he said; I am Nebuchadrezzar the son of Nabu-na'id; he made Babylon rebellious; there (was) one, Martiya by name, a Persian; he lied; thus he said; I am Imanish, king in Susiana; he made Susiana rebellious; there (was) one Phraortes by name, a Mede; he lied; thus he said; I am Khshathrita, of the family of Cyaxares; he made Media rebellious; there (was) one Citra(n)takhma by name, in Sagartia; he lied; thus he said; I am king in Sagartia, of the family of Cyaxares; he made Sagartia rebellious; there (was) one Frada by name, a Margian; he lied; thus he said; I am king in Margiana; he made Margiana rebellious; there (was) one, Vahyazdata by name, a Persian; he lied; thus he said; I am Bardiya the son of Cyrus; he made Persia rebellious; there (was) one, Arakha by name, an Armenian; he lied; thus he said; I am Nebuchadrezzar the son of Nabu-na'id; he made Babylon rebellious.

[4.3] Says Darius the king: These 9 kings I seized within these battles.

[4.4] Says Darius the king: These (are) the provinces which became rebellious; the Lie made them rebellious so that these deceived the people; afterwards Auramazda gave them into my hand; as was my will so [I did] unto them.

[4.5] Says Darius the king: O thou who shalt be king in the future, protect thyself strongly from Deceit; whatever man shall be a deceiver, him who deserves to be punished, punish, if thus thou shalt think "may my country be secure."

[4.6] Says Darius the king: This (is) what I did; by the grace of Auramazda I did (it) in every way; O thou who shalt examine this inscription in the future, let it convince thee (as to) what (was) done by me; regard it not as lies.

[4.7] Says Darius the king: I appeal to Auramazda that this (is) true (and) not false (which) I did in every way.

[4.8] Says Darius the king: By the grace of Auramazda much else (was) done by me that (is) not written on this inscription; for this reason it (is) not written lest whoever shall examine this inscription in the future, to him what has been done by me should seem too much; and it should not convince him but he should think (it) false.

[4.9] Says Darius the king: Who were the former kings, while they lived, by these nothing (was) thus done as (was) done by me through the grace of Auramazda in every way.

[4.10] Says Darius the king: Now let it convince thee (as to) what (was) done by me; thus + + + do not conceal this record; if thou shalt not conceal this record (but) tell (it) to the people, may Auramazda be a friend to thee and may there be unto thee a family abundantly and mayest thou live long.

[4.11] Says Darius the king: If thou shalt conceal this record (and) not tell (it) to the people, may Auramazda be a smiter unto thee and may there not be unto thee a family.

[4.12] Says Darius the king: This (is) what I did in every way; by the grace of Auramazda I did (it); Auramazda bore me aid and the other gods which are.

[4.13] Says Darius the king: For this reason Auramazda bore me aid and the other gods which are, because I was not an enemy, I was not a deceiver, I was not a wrong-doer, neither I nor my family; according to rectitude [I ruled] nor made I my power(?) an oppression to [those who praise me]; the man (who) helped my house, him who should be well esteemed, I esteemed; (the man) who would destroy it, him who should deserve punishment, I punished.

[4.14] Says Darius the king: O thou who shalt be king in the future, whatever man shall be a deceiver or a wrong-doer (be) not a friend to these; punish (them) with severe punishment.

[4.15] Says Darius the king: O thou who shalt see this inscription in the future which I have written or these sculptures, thou shalt not destroy (them) as long as thou shalt live; thus thou shalt guard them.

[4.16] Says Darius the king: If thou shalt see this inscription or these sculptures (and) shalt not destroy them and shalt guard them as long as thy family shall be, may Auramazda be a friend to thee and may there be unto thee a family abundantly and mayest thou live long and whatever thou shalt do, this for thee (let) Auramazda make [successful].

[4.17] Says Darius the king: If thou shalt see this inscription or these sculptures (and) shalt destroy; them and shalt not guard them as long as thy family shall be, may Auramazda be a smiter unto thee and may there not be unto thee a family and whatever thou shalt do, this let Auramazda destroy for thee.

[4.18] Says Darius the king: These (are) the men who were there then when I slew Gaumata the Magian, who called himself Bardiya; then these men cooperated as my allies; Intaphernes by name, the son of Vayaspara, a Persian; Otanes by name, the son of Thukhra, a Persian; Gobryas by name, the son of Mardonius, a Persian; Hydarnes by name, the son of Bagabigna, a Persian; Megabyzus by name, the son of Daduhya, a Persian; Ardumanish by name, the son of Vahauka, a Persian.

[4.19] Says Darius the king: O thou who shalt be king in the future, preserve + + + + +

[4.20] Says Darius the king: By the grace of Auramazda this inscription + + + + which I made + + + + + + + + I have written; this inscription; + + + me afterwards the inscription + + + + within the provinces + + + + + + + +

Column 5

[5.1] Says Darius the king: This (is) what I did + + + [when I became] king; (there is) a province Susiana [by name]; this became estranged from me; [one man] + + + mamita by name, a Susian, him they made chief; afterwards I sent forth (my) army to Susiana; [one man] Gobryas by name, [a Persian] my subject, [him] I made chief [of them]; afterwards this Gobryas with an army went to Susiana; he engaged in [battle] with the Susians; afterwards Gobryas smote + + + and annihilated them(?) and seized [that + + + mamita] their chief and brought him to me and I slew him; afterwards the province [became mine].

[5.2] Says Darius the king: Then the Susians [feared] and Auramazda gave them [into my hand]; I offered thanks; by the grace of Auramazda, as was my will, thus I did unto them.

[5.3] Says Darius the king: Whoever shall worship Auramazda, as long as [his family] shall be, and life + + + + +

[5.4] Says Darius the king: With (my) army I went to Scythia; unto Scythia + + + + the Tigris + + + + + + + + + + unto the sea + + + I crossed in rafts(?); the Scythians I smote; one part I seized [and they were brought] bound to me and [I slew] them; + + + Sku(n)kha by name, him I seized + + + + there another I made chief + + + there was + + + by name; afterwards the province became mine.

[5.5] Says Darius the king: + + + + + not Auramazda + + + + by the grace of Auramazda, as was my [will, thus] I did unto them.

[5.6] Says Darius the king: Unto Auramazda he shall give worship + + + + +

The Smaller Inscriptions of Behistan

[A] Over the figure of Darius.

I (am) Darius, the great king, king of kings, king in Persia, king of the countries, the son of Hystaspes, the grandson of Arsames, the Achaemenide. Says Darius the king: My father (is) Hystaspes, the father of Hystaspes (is) Arsames, the father of Arsames (is) Ariaramnes, the father of Ariaramnes (is) Teispes, the father of Teispes (is) Achaemenes. Says Darius the king: Therefore we are called Achaemenides; from long ago we have extended; from long ago our family have been kings. Says Darius the king: 8 of my family (there were) who were formerly kings; I am the ninth (9); long aforetime we are kings.

[B] Under the prostrate form.

This Gaumata the Magian lied; thus he said: I am Bardiya, the son of Cyrus; I am king.

[C] Over the first standing figure.

This Atrina lied; thus he said: I am king in Susiana.

[D] Over the second standing figure.

This Nidintu-Bel lied; thus he said: I am Nebuchadrezzar, the son of Nabu-na'id; I am king in Babylon.

[E] Upon the garment of the third standing figure.

This Phraortes lied; thus he said: I am Khshathrita of the family of Cyaxares; I am king in Media.

[F] Over the fourth standing figure.

This Martiya lied; thus he said: I am Imanish, king in Susiana.

[G] Over the fifth standing figure.

This Citra(n)takhma lied; thus he said: I am king in Sagartia, of the family of Cyaxares.

[H] Over the sixth standing figure.

This Vahyazdata lied; thus he said: I am Bardiya, the son of Cyrus; I am king.

[I] Over the seventh standing figure.

This Arakha lied; thus he said: I am Nebuchadrezzar, the son of Nabu-na'id; I am king in Babylon.

[J] Over the eighth standing figure.

This Frada lied; thus he said; I am king in Margiana.

[K] Over the ninth standing figure.

This (is) Sku(n)kha, the Scythian.

This is, perhaps, the most famous inscription left us by Antiquity. It is inscribed on marble in a building which was a temple of Augustus in Ankara, Asia Minor [today's Turkish capital]. The original of this document seems to have been set up in bronze before the great Emperor's mausoleum in Rome, and this is one of the copies distributed through the provinces. Only a fraction of the long inscription can be cited, and it is hard to abridge what is throughout of high historical value. It gives us what Augustus wished to have regarded as the leading glories of his reign, distorting and suppressing some facts, but adding much to our knowledge of others.

Below is a copy of the deeds of the divine Augustus, by which he subjected the whole world to the dominion of the Roman People, and of the sums of money he spent upon the Republic and the Roman People, even as they are graven on the two brazen columns which are set up in Rome. [Introduction from William Stearns Davis]⁶⁰

The Deeds of the Divine Augustus

Written 14 A.C.E. Translated by Thomas Bushnell, BSG⁶¹

- 1.** In my nineteenth year, on my own initiative and at my own expense, I raised an army with which I set free the state, which was oppressed by the domination of a faction. For that reason, the senate enrolled me in its order by laudatory resolutions, when Gaius Pansa and Aulus Hirtius were consuls (43 B.C.E.), assigning me the place of a consul in the giving of opinions, and gave me the imperium. With me as propraetor, it ordered me, together with the consuls, to take care lest any detriment befall the state. But the people made me consul in the same year, when the consuls each perished in battle, and they made me a triumvir for the settling of the state.
- 2.** I drove the men who slaughtered my father into exile with a legal order, punishing their crime, and afterwards, when they waged war on the state, I conquered them in two battles.
- 3.** I often waged war, civil and foreign, on the earth and sea, in the whole wide world, and as victor I spared all the citizens who sought pardon. As for foreign nations, those which I was able to safely forgive, I preferred to preserve than to destroy. About five hundred thousand Roman citizens were sworn to me. I led something more than three hundred thousand of them into colonies and I returned them to their cities, after their stipend had been earned, and I assigned all of them fields or gave them money for their military service. I captured six hundred ships in addition to those smaller than triremes.
- 4.** Twice I triumphed with an ovation, and three times I enjoyed a curule triumph and twenty one times I was named emperor. When the senate decreed more triumphs for me, I sat out from all of them. I placed the laurel from the fasces in the Capitol, when the vows which I pronounced in each war had been fulfilled. On account of the things successfully done by me and through my officers, under my auspices, on earth and sea, the senate decreed fifty-five times that there be sacrifices to the immortal gods. Moreover there were 890 days on which the senate decreed there would be sacrifices. In my triumphs kings and nine children of kings were led before my chariot. I had been consul thirteen times, when I wrote this, and I was in the thirty-seventh year of tribunician power (14 A.C.E.).

⁶⁰ © Paul Halsall, June 1998. [Internet Ancient History Sourcebook](http://www.ancienthistorysourcebook.com/)

⁶¹ Copyright 1998, Thomas Bushnell, BSG. <http://classics.mit.edu/Augustus/deeds.html>

5. When the dictatorship was offered to me, both in my presence and my absence, by the people and senate, when Marcus Marcellus and Lucius Arruntius were consuls (22 B.C.E.), I did not accept it. I did not evade the curatorship of grain in the height of the food shortage, which I so arranged that within a few days I freed the entire city from the present fear and danger by my own expense and administration. When the annual and perpetual consulate was then again offered to me, I did not accept it.
6. When Marcus Vinicius and Quintus Lucretius were consuls (19 B.C.E.), then again when Publius Lentulus and Gnaeus Lentulus were (18 B.C.E.), and third when Paullus Fabius Maximus and Quintus Tubero were (11 B.C.E.), although the senate and Roman people consented that I alone be made curator of the laws and customs with the highest power, I received no magistracy offered contrary to the customs of the ancestors. What the senate then wanted to accomplish through me, I did through tribunician power, and five times on my own accord I both requested and received from the senate a colleague in such power.
7. I was triumvir for the settling of the state for ten continuous years. I was first of the senate up to that day on which I wrote this, for forty years. I was high priest, augur, one of the Fifteen for the performance of rites, one of the Seven of the sacred feasts, brother of Arvis, fellow of Titus, and Fetial.
8. When I was consul the fifth time (29 B.C.E.), I increased the number of patricians by order of the people and senate. I read the roll of the senate three times, and in my sixth consulate (28 B.C.E.) I made a census of the people with Marcus Agrippa as my colleague. I conducted a lustrum, after a forty-one year gap, in which lustrum were counted 4,063,000 heads of Roman citizens. Then again, with consular imperium I conducted a lustrum alone when Gaius Censorinus and Gaius Asinius were consuls (8 B.C.E.), in which lustrum were counted 4,233,000 heads of Roman citizens. And the third time, with consular imperium, I conducted a lustrum with my son Tiberius Caesar as colleague, when Sextus Pompeius and Sextus Appuleius were consuls (14 A.C.E.), in which lustrum were counted 4,937,000 of the heads of Roman citizens. By new laws passed with my sponsorship, I restored many traditions of the ancestors, which were falling into disuse in our age, and myself I handed on precedents of many things to be imitated in later generations.
9. The senate decreed that vows be undertaken for my health by the consuls and priests every fifth year. In fulfillment of these vows they often celebrated games for my life; several times the four highest colleges of priests, several times the consuls. Also both privately and as a city all the citizens unanimously and continuously prayed at all the shrines for my health.
10. By a senate decree my name was included in the Saliar Hymn, and it was sanctified by a law, both that I would be sacrosanct for ever, and that, as long as I would live, the tribunician power would be mine. I was unwilling to be high priest in the place of my living colleague; when the people offered me that priesthood which my father had, I refused it. And I received that priesthood, after several years, with the death of him who had occupied it since the opportunity of the civil disturbance, with a multitude flocking together out of all Italy to my election, so many as had never before been in Rome, when Publius Sulpicius and Gaius Valgus were consuls (12 B.C.E.).
11. The senate consecrated the altar of Fortune the Bringer-back before the temples of Honor and Virtue at the Campanian gate for my return, on which it ordered the priests and Vestal virgins to offer yearly sacrifices on the day when I had returned to the city from Syria (when Quintus Lucretius and Marcus Vinicius were consuls (19 Bc)), and it named that day Augustalia after my cognomen.

12. By the authority of the senate, a part of the praetors and tribunes of the plebs, with consul Quintus Lucretius and the leading men, was sent to meet me in Campania, which honor had been decreed for no one but me until that time. When I returned to Rome from Spain and Gaul, having successfully accomplished matters in those provinces, when Tiberius Nero and Publius Quintilius were consuls (13 B.C.E.), the senate voted to consecrate the altar of August Peace in the field of Mars for my return, on which it ordered the magistrates and priests and Vestal virgins to offer annual sacrifices.

13. Our ancestors wanted Janus Quirinus to be closed when throughout the all the rule of the Roman people, by land and sea, peace had been secured through victory. Although before my birth it had been closed twice in all in recorded memory from the founding of the city, the senate voted three times in my principate that it be closed.

14. When my sons Gaius and Lucius Caesar, whom fortune stole from me as youths, were fourteen, the senate and Roman people made them consuls-designate on behalf of my honor, so that they would enter that magistracy after five years, and the senate decreed that on thatday when they were led into the forum they would be included in public councils. Moreover the Roman knights together named each of them first of the youth and gave them shields and spears.

15. I paid to the Roman plebs, HS 300 per man from my father's will and in my own name gave HS 400 from the spoils of war when I was consul for the fifth time (29 B.C.E.); furthermore I again paid out a public gift of HS 400 per man, in my tenth consulate (24 B.C.E.), from my own patrimony; and, when consul for the eleventh time (23 B.C.E.), twelve doles of grain personally bought were measured out; and in my twelfth year of tribunician power (12-11 B.C.E.) I gave HS 400 per man for the third time. And these public gifts of mine never reached fewer than 250,000 men. In my eighteenth year of tribunician power, as consul for the twelfth time (5 B.C.E.), I gave to 320,000 plebs of the city HS 240 per man. And, when consul the fifth time (29 B.C.E.), I gave from my war-spoils to colonies of my soldiers each HS 1000 per man; about 120,000 men in the colonies received this triumphal public gift. Consul for the thirteenth time (2 B.C.E.), I gave HS 240 to the plebs who then received the public grain; they were a few more than 200,000.

16. I paid the towns money for the fields which I had assigned to soldiers in my fourth consulate (30 B.C.E.) and then when Marcus Crassus and Gnaeus Lentulus Augur were consuls (14 B.C.E.); the sum was about HS 600,000,000 which I paid out for Italian estates, and about HS 260,000,000 which I paid for provincial fields. I was first and alone who did this among all who founded military colonies in Italy or the provinces according to the memory of my age. And afterwards, when Tiberius Nero and Gnaeus Piso were consuls (7 B.C.E.), and likewise when Gaius Antistius and Decius Laelius were consuls (6 B.C.E.), and when Gaius Calvisius and Lucius Passienus were consuls (4 B.C.E.), and when Lucius Lentulus and Marcus Messalla were consuls (3 B.C.E.), and when Lucius Caninius and Quintus Fabricius were consuls (2 B.C.E.) , I paid out rewards in cash to the soldiers whom I had led into their towns when their service was completed, and in this venture I spent about HS 400,000,000.

17. Four times I helped the senatorial treasury with my money, so that I offered HS 150,000,000 to those who were in charge of the treasury. And when Marcus Lepidus and Lucius Arruntius were consuls (6 A.C.E.), I offered HS 170,000,000 from my patrimony to the military treasury, which was founded by my advice and from which rewards were given to soldiers who had served twenty or more times.

18. From that year when Gnaeus and Publius Lentulus were consuls (18 Bc), when the taxes fell short, I gave out contributions of grain and money from my granary and patrimony, sometimes to 100,000 men, sometimes to many more.

19. I built the senate-house and the Chalcidicum which adjoins it and the temple of Apollo on the Palatine with porticos, the temple of divine Julius, the Lupercal, the portico at the Flaminian circus, which I allowed to be called by the name Octavian, after he who had earlier built in the same place, the state box at the great circus, the temple on the Capitoline of Jupiter Subduer and Jupiter Thunderer, the temple of Quirinus, the temples of Minerva and Queen Juno and Jupiter Liberator on the Aventine, the temple of the Lares at the top of the holy street, the temple of the gods of the Penates on the Velian, the temple of Youth, and the temple of the Great Mother on the Palatine.

20. I rebuilt the Capitol and the theater of Pompey, each work at enormous cost, without any inscription of my name. I rebuilt aqueducts in many places that had decayed with age, and I doubled the capacity of the Marcian aqueduct by sending a new spring into its channel. I completed the Forum of Julius and the basilic which he built between the temple of Castor and the temple of Saturn, works begun and almost finished by my father. When the same basilica was burned with fire I expanded its grounds and I began it under an inscription of the name of my sons, and, if I should not complete it alive, I ordered it to be completed by my heirs. Consul for the sixth time (28 B.C.E.), I rebuilt eighty-two temples of the gods in the city by the authority of the senate, omitting nothing which ought to have been rebuilt at that time. Consul for the seventh time (27 B.C.E.), I rebuilt the Flaminian road from the city to Ariminum and all the bridges except the Mulvian and Minucian.

21. I built the temple of Mars Ultor on private ground and the forum of Augustus from war-spoils. I build the theater at the temple of Apollo on ground largely bought from private owners, under the name of Marcus Marcellus my son-in-law. I consecrated gifts from war-spoils in the Capitol and in the temple of divine Julius, in the temple of Apollo, in the temple of Vesta, and in the temple of Mars Ultor, which cost me about HS 100,000,000. I sent back gold crowns weighing 35,000 to the towns and colonies of Italy, which had been contributed for my triumphs, and later, however many times I was named emperor, I refused gold crowns from the towns and colonies which they equally kindly decreed, and before they had decreed them.

22. Three times I gave shows of gladiators under my name and five times under the name of my sons and grandsons; in these shows about 10,000 men fought. Twice I furnished under my name spectacles of athletes gathered from everywhere, and three times under my grandson's name. I celebrated games under my name four times, and furthermore in the place of other magistrates twenty-three times. As master of the college I celebrated the secular games for the college of the Fifteen, with my colleague Marcus Agrippa, when Gaius Furnius and Gaius Silanus were consuls (17 B.C.E.). Consul for the thirteenth time (2 B.C.E.), I celebrated the first games of Mas, which after that time thereafter in following years, by a senate decree and a law, the consuls were to celebrate. Twenty-six times, under my name or that of my sons and grandsons, I gave the people hunts of African beasts in the circus, in the open, or in the amphitheater; in them about 3,500 beasts were killed.

23. I gave the people a spectacle of a naval battle, in the place across the Tiber where the grove of the Caesars is now, with the ground excavated in length 1,800 feet, in width 1,200, in which thirty beaked ships, biremes or triremes, but many smaller, fought among themselves; in these ships about 3,000 men fought in addition to the rowers.

24. In the temples of all the cities of the province of Asia, as victor, I replaced the ornaments which he with whom I fought the war had possessed privately after he despoiled the temples. Silver statues of me on foot, on horseback, and standing in a chariot-were erected in about eighty cities, which I myself removed, and from the money I placed golden offerings in the temple of Apollo under my name and of those who paid the honor of the statues to me.

25. I restored peace to the sea from pirates. In that slave war I handed over to their masters for the infliction of punishments about 30,000 captured, who had fled their masters and taken up arms against the state. All Italy swore allegiance to me voluntarily, and demanded me as leader of the war which I won at Actium; the provinces of Gaul, Spain, Africa, Sicily, and Sardinia swore the same allegiance. And those who then fought under my standard were more than 700 senators, among whom 83 were made consuls either before or after, up to the day this was written, and about 170 were made priests.

26. I extended the borders of all the provinces of the Roman people which neighbored nations not subject to our rule. I restored peace to the provinces of Gaul and Spain, likewise Germany, which includes the ocean from Cadiz to the mouth of the river Elbe. I brought peace to the Alps from the region which is near the Adriatic Sea to the Tuscan, with no unjust war waged against any nation. I sailed my ships on the ocean from the mouth of the Rhine to the east region up to the borders of the Cimbri, where no Roman had gone before that time by land or sea, and the Cimbri and the Charydes and the Semnones and the other Germans of the same territory sought by envoys the friendship of me and of the Roman people. By my order and auspices two armies were led at about the same time into Ethiopia and into that part of Arabia which is called Happy, and the troops of each nation of enemies were slaughtered in battle and many towns captured. They penetrated into Ethiopia all the way to the town Nabata, which is near to Meroe; and into Arabia all the way to the border of the Sabaei, advancing to the town Mariba.

27. I added Egypt to the rule of the Roman people. When Artaxes, king of Greater Armenia, was killed, though I could have made it a province, I preferred, by the example of our elders, to hand over that kingdom to Tigranes, son of king Artavasdes, and grandson of King Tigranes, through Tiberius Nero, who was then my step-son. And the same nation, after revolting and rebelling, and subdued through my son Gaius, I handed over to be ruled by King Ariobarzanes son of Artabazus, King of the Medes, and after his death, to his son Artavasdes; and when he was killed, I sent Tigranes, who came from the royal clan of the Armenians, into that rule. I recovered all the provinces which lie across the Adriatic to the east and Cyrene, with kings now possessing them in large part, and Sicily and Sardinia, which had been occupied earlier in the slave war.

28. I founded colonies of soldiers in Africa, Sicily, Macedonia, each Spain, Greece, Asia, Syria, Narbonian Gaul, and Pisidia, and furthermore had twenty-eight colonies founded in Italy under my authority, which were very populous and crowded while I lived.

29. I recovered from Spain, Gaul, and Dalmatia the many military standards lost through other leaders, after defeating the enemies. I compelled the Parthians to return to me the spoils and standards of three Roman armies, and as suppliants to seek the friendship of the Roman people. Furthermore I placed those standards in the sanctuary of the temple of Mars Ultor.

30. As for the tribes of the Pannonians, before my principate no army of the Roman people had entered their land. When they were conquered through Tiberius Nero, who was then my step-son and emissary, I subjected them to the rule of the Roman people and extended the borders of Illyricum to the shores of the river Danube. On the near side of it the army of the Dacians was conquered and overcome under my auspices, and then my army, led across the Danube, forced the tribes of the Dacians to bear the rule of the Roman people.

31. Emissaries from the Indian kings were often sent to me, which had not been seen before that time by any Roman leader. The Bastarnae, the Scythians, and the Sarmatians, who are on this side of the river Don and the kings further away, and the kings of the Albanians, of the Iberians, and of the Medes, sought our friendship through emissaries.

32. To me were sent supplications by kings: of the Parthians, Tiridates and later Phrates son of king Phrates, of the Medes, Artavasdes, of the Adiabeni, Artaxares, of the Britons, Dumnobellaunus and Tincommius, of the Sugambri, Maelo, of the Marcomanian Suebi (...) (-)rus. King Phrates of the Parthians, son of Orodes, sent all his sons and grandsons into Italy to me, though defeated in no war, but seeking our friendship through the pledges of his children. And in my principate many other peoples experienced the faith of the Roman people, of whom nothing had previously existed of embassies or interchange of friendship with the Roman people.

33. The nations of the Parthians and Medes received from me the first kings of those nations which they sought by emissaries: the Parthians, Vonones son of king Phrates, grandson of king Orodes, the Medes, Ariobarzanes, son of king Artavasdes, grandson of king Aiobarzanes.

34. In my sixth and seventh consulates (28-27 B.C.E.), after putting out the civil war, having obtained all things by universal consent, I handed over the state from my power to the dominion of the senate and Roman people. And for this merit of mine, by a senate decree, I was called Augustus and the doors of my temple were publicly clothed with laurel and a civic crown was fixed over my door and a gold shield placed in the Julian senate-house, and the inscription of that shield testified to the virtue, mercy, justice, and piety, for which the senate and Roman people gave it to me. After that time, I exceeded all in influence, but I had no greater power than the others who were colleagues with me in each magistracy.

35. When I administered my thirteenth consulate (2 B.C.E.), the senate and Equestrian order and Roman people all called me father of the country, and voted that the same be inscribed in the vestibule of my temple, in the Julian senate-house, and in the forum of Augustus under the chario which had been placed there for me by a decision of the senate. When I wrote this I was seventy-six years old.

Appendix

Written after Augustus' death.

1. All the expenditures which he gave either into the treasury or to the Roman plebs or to discharged soldiers: HS 2,400,000,000.
 2. The works he built: the temples of Mars, of Jupiter Subduer and Thunderer, of Apollo, of divine Julius, of Minerva, of Queen Juno, of Jupiter Liberator, of the Lares, of the gods of the Penates, of Youth, and of the Great Mother, the Lupercal, the state box at the circus, the senate-house with the Chalcidicum, the forum of Augustus, the Julian basilica, the theater of Marcellus, the Octavian portico, and the grove of the Caesars across the Tiber.
 3. He rebuilt the Capitol and holy temples numbering eighty-two, the theater of Pompey, waterways, and the Flaminian road.
 4. The sum expended on theatrical spectacles and glatorial games and athletes and hunts and mock naval battles and money given to colonies, cities, and towns destroyed by earthquake and fire or per man to friends and senators, whom he raised to the senate rating: innumerable.
-

Fontes e Bibliografia

Fontes consultadas

- AELIUS SPARTIANUS. *De Vita Hadriani*. In *Scriptores Historiae Augustae*. V. 1. S.l.: E. Hohl, 1965. Texto disponível em <http://www.thelatinlibrary.com/sha/hadr.shtml>.
- ARISTÓTELES. *A Constituição de Atenas*. São Paulo: Hucitec, 1995.
- _____. *A Política*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- CATÃO. *De Agricultura*. Texto encontrado em <http://www.geocities.com/Athens/Forum/6946/literature/cato/agriculture.html>.
- DISCRIPTIO XIII Regionum Urbis Romae*. Texto disponível em Lacus Curtius.
http://www.ukans.edu/history/index/europe/ancient_rome/L/Gazetteer/Places/Europe/Italy/Lazio/Roma/Rome/.Texts/Regionaries/text*.html
- ESTRABÃO. *The geography of Strabo*. Cambridge, Ma./London : Harvard Un. Press/W. Heinemann, 1954-1961. (The Loeb classical library).
- FRONTINUS. *The Stratagems and The Aqueducts of Rome*. Cambridge, Ma: Harvard University Press, 1980.
- HERÓDOTO. *História*. trad. J. Brito Broca. Rio de Janeiro : W M Jackson, 1950.
- HESÍODO. *Os trabalhos e os dias*. trad. Mary de Camargo. São Paulo: Iluminuras, 1991.
- _____. *Teogonia*. trad. JAA Torrano. São Paulo : Roswitha Kempf, 1986.
- HOMÈRE. *Morceaux choisis*. Paris: Armand Colin, 1956.
- HOMERO. *Ilíada*. trad. Carlos Alberto Mendes. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.
- _____. *Ilíada*. trad. Manuel Odorico Mendes. pref. Silveira Bueno. São Paulo: Atena, 1956.
- _____. *Ilíada*. trad. Haroldo de Campos. São Paulo: ARX, 2002.
- _____. *Odisséia*. trad. Manuel Odorico Mendes. ed. Antonio Medina Rodrigues. São Paulo: Edusp/Ars Poetica, 1992.
- JÚLIO CÉSAR. *Belli Gallici*. Leipzig: Teubner, 1948.
- NOTITIA Dignitatum*. trad. Paul Halsall. Texto disponível em <http://www.fordham.edu/halsall/source/notitiadignitatum.html>.
- PAUSANIAS. *Description of Greece*. trad. W. H. S. Jones, H. A. Ormerod. London/ Cambridge : William Heinemann/Harvard Un. Press, 1954.

- (The Loeb classical library.)
PLATÃO. *As Leis*. Bauru: Edipro, 1999.
_____. *A República*. São Paulo: Martin Claret, 2003.
PLÍNIO O VELHO. *The Natural History*. Texto disponível em Lacus Curtius, http://www.ukans.edu/history/index/europe/ancient_rome/E/Roman/Texts/Pliny/_the_Elder/home.html.
POLÍBIO. *História*. Brasília: EdUnB, 1996.
PROCOPIUS. *Buildings*. Cambridge, Ma: Harvard University Press, 1954.
RES Gestae Divi Augusti. Inscrição de c. 14 d.C. no Monumentum Ancyranum. trad. Thomas Bushnell. (*The Deeds of the Divine Augustus*.) Texto disponível em <http://classics.mit.edu/Augustus/deeds.html>.
VARRÃO. *Rerum Rusticarum De Agri Cultura*. Texto disponível em <http://www.thelatinlibrary.com/varro.html>.
VEGÉCIO. *A Arte Militar*. São Paulo: Paumape, 1995.
VITRUVÉ. *Les Dix Livres d'Architecture*. trad. Claude Perrault (1673). Paris: Errance, 1986.
VITRUVÉ. *De l'Architecture*. Livre I. trad. Philippe Fleury. Paris: Belles Lettres, 1990.
VITRUVÉ. *De l'Architecture*. Livre III. trad. Pierre Gros. Paris: Belles Lettres, 1990.
VITRUVÉ. *De l'Architecture*. Livre IV. trad. Pierre Gros. Paris: Belles Lettres, 1992.
VITRUVÉ. *De l'Architecture*. Livre VII. trad. Bernard Liou *et alii*. Paris: Belles Lettres, 1995.
VITRUVÉ. *De l'Architecture*. Livre VIII. trad. Louis Callebat. Paris: Belles Lettres, 1973.
VITRUVÉ. *De l'Architecture*. Livre IX. trad. Jean Soubiran. Paris: Belles Lettres, 1990.
VITRUVÉ. *De l'Architecture*. Livre X. trad. Louis Callebat, Philippe Fleury. Paris: Belles Lettres, 1990.
VITRUVÉ. *De Architectura Libri Decem*. Lipsiae: Aedibus B. G. Teubneri, 1899.
VITRUVIUS. *On Architecture*. trad. Frank Granger. Cambridge, Ma: Harvard University Press, 1995.
VITRUVIUS. *Ten Books on Architecture*. trad. Ingrid D. Rowland. Il. Thomas Noble Howe. Cambridge: Cambridge Un. Press, 1999.
VITRUVIUS. *The Ten Books on Architecture*. trad. Morris Hicky Morgan. New York: Dover, 1914.
XENOFONTE. *Anabasis*. trad. Henry Graham Dakyns. Texto encontrado em Iran Chamber Society, www.iranchamber.com.
_____. *Cyropaedia*. trad. Henry Graham Dakyns. Texto encontrado em Iran Chamber Society, www.iranchamber.com.

Bibliografia consultada

- ADRADOS, F. Rodríguez, DE LA PEÑA, P. Bádenas, DIOS, José Maria Lucas de. *Raíces Griegas de la Cultura Moderna*. Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia, 1994.
- ALARCÃO, J. de. *Roman Portugal*. v.2 fasc.1: Porto, Bragança e Viseu. fasc.2: Coimbra e Lisboa. fasc.3: Évora, Faro e Lagos. Warminster, Wiltshire, UK: Aris & Phillips, 1988.
- ALCOCK, Susan E. *The Landscapes of Roman Greece*. Cambridge: Cambridge Un. Press, 1993.
- ALEXANDER, Christopher. *Ensayo sobre la síntesis de la forma*. Buenos Aires: Infinito, 1969.
- _____. *A Pattern Language*. New York, Oxford University Press, 1977.
- ALLSOPP, Bruce. *The Great Tradition of Western Architecture*. London: Black, 1966.
- _____. *A History of Classical Architecture*. London: Sir Isaac Pitman & sons, 1965.
- AMBRIERE, Francis (dir.). *Grèce*. Paris: Hachette, 1953.
- AMOURETTI, Marie-Claire, RUZÉ, Françoise. *Le Monde Grec Antique - des palais crétois à la conquête romaine*. Paris: Hachette, 1990.
- ANDRESON Jr., James C. *Roman Architecture and Society*. Baltimore: The John Hopkins Press, 1997.
- ANDRADE, Marta Mega de. *A Vida Comum: o espaço e cotidiano nas representações urbanas da Atenas clássica*. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo - Departamento de História: 2000.
- ANDREAE, Bernard. *La Rome Antique*. Paris: Ed. Citadelles, 1989.
- ANDRIEU, Jean-Louis. *Béziers - L'Aqueduc Romain*. Paris, Les Belles Lettres, 1990
- ANGOLD, Michael. *Bizâncio*. Rio de Janeiro: Imago, 2002.
- ARANTES, Otilia. *O Lugar da Arquitetura depois dos Modernos*. São Paulo, Studio Nobel/FAPESP/Edusp, 1993.
- _____; ARANTES, Paulo Eduardo. *Um Ponto Cego no Projeto Moderno de Jürgen Habermas*. Arquitetura e Dimensões Estéticas depois das Vanguardas. São Paulo: Ed. Brasiliense.

- _____. *Urbanismo em Fim de Linha e outros estudos sobre o colapso da modernização arquitetônica*. São Paulo, Edusp, 1998.
- ARGAN, Giulio Carlo. *Projeto e Destino*. São Paulo: Editora Ática, 2000.
- ARNHEIM, Rudolf. *The Dynamics of Architectural Form*. Berkeley: University of California Press, 1977.
- ATTI del II Congresso Internazionale Italo-Egiziano. *Alessandria e il Mondo Ellenistico-Romano*. Roma: "L'Erma" de Bretschneider, 1995.
- ATLANTE Storico Garzanti - cronologia della storia universale. Milano: 1966/1977.
- ASHMOLE, Bernard. *Architect and Sculptor in Classical Greece*. London: Phaidon, 1972.
- AUGÉ, Christian; DENTZER, Jean-Marie. *Pétra, la cité des caravanes*. Paris: Gallimard, 1999.
- AUFSTIEG und Niedergang der Römischen Welt. Berlin : Walter de Gruyter, [19__].
- BACON, Edmund. *Design of Cities*. London: Thames & Hudson, 1982.
- BAELEN, Jean. *La Chronique du Parthenon*. Paris: Les Belles Lettres, 1956.
- BAGNALL, Roger S. *Reading Papyri, Writing Ancient History*. London: Routledge, 1995.
- BAHN, Paul (ed.). *The Penguin Archaeology Guide*. London: Penguin, 2001.
- BAINES, John; Málek, Jaromír. *Atlas of Ancient Egypt*. Abingdon, Oxfordshire: Andromeda Oxford, 1984.
- BAIROCH, Paul. *De Jericho a México - historia de la urbanización*. México: Trillas, 1990.
- BANDINELLI, Ranuccio Bianchi. (dir.) *Storia e civiltà dei Greci. Origini e Sviluppo della Città*. 4 volumes: Il Medioevo Greco. L'Arcaismo. La Grecia nell'Età di Pericle. La Crisis della Polis. Milano : Bompiani, [1979-1989].
- _____. *Rome, la fin de l'art antique*. [Paris] : Gallimard, 1970.
- _____. ; GIULIANO, Antonio. *Los Etruscos y la Italia anterior a Roma*. Madrid: Aguilar, 1974.
- BARDET, Gaston (1945). *El Urbanismo*. Buenos Aires: Ed. Universitaria, 1959.
- BARKER, Sir Ernest. *Teoria política grega*. Brasília: Edunb, 1978.
- BARRACLOUGH, Geoffrey (ed.). *The Times Atlas of World History*. London: Times Books, 1993.
- BELL, Edward. (1920) *Hellenic Architecture: its genesis and growth*. Freeport, NY: Books for Libraries Press, 1972.
- BENEVOLO, Leonardo. *História da Cidade*. São Paulo, Perspectiva, 1983.
- BÉRARD, Jean. *La Colonisation Grecque de l'Italie Méridionale et de la Sicile dans l'Antiquité: l'histoire et la légende*. Paris, E. de Boccard, Éd., 1941.
- BERGQUIST, Birgitta. *The Archaic Greek Temenos*. Lund: CWK Gleerup, 1967.
- BERNARD, André. *Alexandrie la Grande*. Paris: Arthaud, 1966.

- BERTRAND, Jean-Marie. *L'Hellénisme 323-31 av. J.-C.: rois, cités et peuples*. Paris: Armand Colin, 1992.
- BESCHAOUCH, Azedine. *La légende de Carthage*. Paris: Gallimard, 1993.
- BINTLIFF, J. "The origins of the Greek city-state and the significance for the World Settlement History." In: RUBY, P. (ed.) *Les princes de la Protohistoire et l'émergence de l'État*. Actes de la table ronde internationale de Naples (1994). Naples: coll. EFR 252, 1999: 43-56.
- BIRLEY, Anthony Richard. *Hadrian : the restless emperor*. London/New York: Routledge, 1997.
- BLAKE, Marion Elizabeth. *Ancient Roman Construction in Italy from the Prehistoric Period to Augustus*. Washington DC: Carnegie Institute of Washington, 1947.
- BLOCH, Leo. *Instituciones Romanas*. Barcelona, Ed. Labor, 1942.
- BLOCH, Raymond. *Les Origines de Rome*. Paris: Presses Universitaires de France, 1949.
- BOARDMAN, John; GRIFFIN, Jasper; MURRAY, Oswyn. *Greece and the Hellenistic World - the Oxford history of the classical world*. Oxford: Oxford Un. Press, 1986.
- BOATWRIGHT, Mary Tagliaferro. *Hadrian and the City of Rome*. Princeton, NJ: Princeton Un. Press, 1987.
- BOËTHIUS, Axel. *The Golden House of Nero*. [S.l.]: The Un. of Michigan Press/Ann Harbor, 1960.
- _____ ; WARD-PERKINS, J. B. *Etruscan and Roman Architecture*. Harmondsworth, Middlesex: Penguin Books, 1970.
- BOISSIER, Gaston. *Promenades Archéologiques - Rome et Pompéi*. Paris, Hachette, 1886.
- BONDANELLA, Peter. *The Eternal City*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1987.
- BOWRA, C. M. *Grécia Clássica*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.
- BOYD, Andrew. *An Atlas of World Affairs*. London: Routledge, 1991.
- BOUZON, Emanuel. *O Código de Hammurabi*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- _____. *Uma Coleção de Direito Babilônico Pré-Hammurabiano*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- _____. *Ensaio Babilônicos*. Porto Alegre: Edipucrs, 1998.
- BRANDÃO, Carlos Antonio Leite. *A Formação do Homem Moderno Vista Através da Arquitetura*. Belo Horizonte: AP Cultural, 1991.
- BRAUDEL, F. *Memórias do Mediterrâneo - Pré-História e Antiguidade*. Rio de Janeiro: Multinova, 2001.
- BRIDGE, Gary; WATSON, Sophie. *The Blackwell City Reader*. Malden, MA: Blackwell, 2002.
- BRION, Marcel (text), SMITH, Edwin (photographs). *Pompeii and Herculaneum - the glory and the grief*. London: Elek books Limited, s.d.
- BROADBENT, Geoffrey; BUNT, Richard; JENCKS, Charles. *El lenguaje de la arquitectura: un análisis semiótico*. México: Limusa, 1984.
- BRÖDNER, Erika. *Wohnen in der Antike*. Darmstadt: Wiss. Buchges., 1989.

- BROMWICH, James. *The Roman Remains of Southern France*. a guidebook. London: Routledge, 1993.
- BROWN, Peter. *The World of Late Antiquity AD 150-750*. London: Thames and Hudson, 1971.
- BUNGE, Mario. *La Investigación Científica*. Barcelona, Ariel, 1969.
- BURFORD, Alison. *The Greek Temple Builders at Epidauros*. Liverpool: Liverpool University Press, 1969.
- BURCKHARDT, Jakob Christoph. *História de la Cultura Griega*. Barcelona : Obras Maestras, 1947
- BURN, A. R. *As Cidades Rivals da Grécia - das origens à conquista de Roma*. London: Thames & Hudson, 1968. [tradução p/ port. 1972]
- BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha. *África do norte e Império Romano: processo de integração - Estudo de casos: Hippo Regius e Thamugadi*. Tese (doutorado). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Niterói, 1998.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2000.
- CALI, François. *L'Ordre Grec - essai sur le temple dorique*. s.l., Arthaud, 1958.
- CALLEBAT, L.; BOUET, P.; FLEURY, P.; ZUIGHEDAU, M. *De Architettura Concordance*. Olms: Weidmann, 1984.
- CAMP, John M. *The Athenian Agora*. London, Thames & Hudson, 1986.
- CARCOPINO, Giacomo. *La Vita Quotidiana a Roma all'Apogeo dell'Impero*. Bari, Giuseppe Laterza & Figli, 1942.
- CARDOSO, Ciro Flammarion Santana. *A Cidade Estado Antiga*. São Paulo, Ática, 1987.
- _____ ; BRIGNOLI, Héctor Pérez. *Os Métodos da História*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- CARPICECI, Alberto Carlo. *Pompei com'era 2000 anni fa*. Firenzi: Bonechi - Ed. "Il Turismo", 1977.
- CASTAGNOLI, Ferdinando. *Orthogonal Town Planning in Antiquity*. Cambridge, Ma: MIT, 1971.
- CASSON, Lionel. *O Antigo Egito*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.
- CAUDE, R., MOLES, A. "Le contenu d'une méthodologie appliquée: un essai de recensement des méthodes" In *Méthodologie - vers une science de l'action*. Paris: Gauthier-Villars & Entreprise Moderne d'Ed., 1964. pp. 45-82.
- CAVAGLIERI, Giorgio. "Outline for a History of city planning: from prehistory to the fall of the Roman Empire." In *Journal of the Society of Architectural Historians*. [V. 3, 1943]. pp. 22-34, 37-45, 43-54, 27-42.
- ÇELIK, Zeynep. "New Approaches to the 'Non-Western' City". In: *Journal of the Society of Architectural Historians*. 58:3, september 1999. pp. 374-381.
- CHEVALIER, Jean. *La Cité Romaine à travers la Littérature Latine*. Paris, Éditions Marguerat, 1948.

- CHEVITARESE, André Leonardo. *O Espaço Rural da Pólis Grega*. Rio de Janeiro: Fábrica de Livros/Senai, 2001.
- CHILDE, Vere Gordon. *O que aconteceu na história*. Rio de Janeiro: Zahar, 1960.
- _____. *De la préhistoire à l'histoire*. Paris: Gallimard, 1961.
- _____. "A Revolução Urbana." In *The Town Planning Review*. vol. XXI, 1950, pp. 3-17. trad. Marlene Milan, rev. Nestor Goulart Reis. São Paulo: FAUUSP, 1971.
- _____. "The Urban Revolution." In LEGATES, Richard T.; STOUT, Frederic. *The City Reader*. London: Routledge, 1996.
- CHOISY, Auguste. *Historia de la Arquitectura. Volumen I: Prehistoria y Antigüedad*. Buenos Aires: Ed. Victor Leru, 1958.
- _____. *Vitruve*. Paris: F. de Nobele, 1971.
- CHUECA GOITIA, Fernando. *Breve História do Urbanismo*. Lisboa: Presença, 1992.
- CIPROTTI, Pio. *Pompei*. Roma: Editrice Studium, 1962.
- CLARK, David. *Urban World/Global City*. London: Routledge, 1996.
- CLARK, Grahame. *Space, Time and Man - a prehistorian's view*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- CLAVEL-LEVÊQUE, Monique, e LEVÊQUE, Pierre. *Villes et Structures Urbaines Dans l'Occident Romain*. Paris: Les Belles Lettres, 1985. 2.ed.
- COELHO NETTO, J. Teixeira. *A Construção do Sentido na Arquitetura*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- CONNOLLY, Peter; DODGE, Hazel. *The Ancient City: Life in Classical Athens and Rome*. Oxford: Oxford Un. Press, 2001.
- COLQUHOUN, Alan. *Essays in Architectural Criticism: Modern Architecture and Historical Change*. Cambridge: MIT Press, 1985.
- _____. *Modernity and the Classical Tradition: architectural essays 1980/87*. Cambridge, Ma, The MIT Press, 1991.
- CONRADS, Ulrich. *Arquitetura - escenario para la vida*. Madrid: Blume, 1977.
- COPPA, M. *Storia dell'Urbanistica*. Roma: Officina, 1981.
- CORNELL, Tim; MATTHEWS, John. *Atlas of the Roman World*. Abingdon, Oxfordshire: Andromeda Oxford, 1982.
- COSTA, Lúcio. *Arquitetura*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.
- _____. *Sobre Arquitetura*. Porto Alegre: Centro de Estudantes Universitários de Arquitetura, 1962.
- COULANGES, Numa Fustel de. *A Cidade Antiga*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- COULTON, J. J. *The Architectural Development of the Greek Stoa*. Oxford: Clarendon Press, 1976.
- CULLEN, Gordon. *Paisagem urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- DAVIS, Kingsley. *Cities. Their Origin, Growth and Human Impact*. San Francisco: W. H. Freeman, 1978. Readings from Scientific American.
- DE FUSCO, Renato. *Historia y Estructura: Teoria de Historiografía*

- Arquitectónica*. Madrid: Corazón, 1974.
- DE MIEROOP, Marc van. *The Ancient Mesopotamian City*. Oxford: Oxford Un. Press, 1999.
- DELFANTE, Charles. *A Grande História da Cidade*. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.
- DEMANGEL, R. *La Frise Ionique*. Paris: E. de Boccard, 1993.
- DEONNA, Waldemar. *La Vie Privée des Déliens*. Paris: E. de Boccard, 1948.
- DIACOV, V.; COVALEV, S. *Sociedade Primitiva e Oriente*. São Paulo: Fulgor, 1965.
- _____. *Grécia*. São Paulo: Fulgor, 1965.
- _____. *Roma*. São Paulo: Fulgor, 1965.
- DINSMOOR, William Bell. (1902) *The Architecture of Ancient Greece - an account of its historic development*. London: B. T. Batsford Ltd., 1950.
- DOXIADIS, C. A. *Architectural Space in Ancient Greece*. Cambridge, Ma: The Massachusetts Institute of Technology, 1972.
- DOUMANIS, Orestis B. *Shelter in Greece*. Athinai: Architecture in Greece Press, 1974.
- DRÈGE, Jean-Pierre. *Marco Polo e a Rota da Seda*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.
- DRIPPS, R. D. *The First House - Myth, Paradigm and the Task of Architecture*. Cambridge, Ma: The MIT Press, 1997.
- DUBY, Georges (dir.). *Histoire de La France Urbaine: La ville antique des origines au IX siècle*. S.l.: Ed. du Seuil, 1980.
- DUCHÊNE, Hervé. *The Golden Treasures of Troy*. London: Thames & Hudson, 1996.
- DURET, L., NÉRAUDAU, J.-P. *Urbanisme et Métamorphoses de la Rome Antique*. Paris: Les Belles Lettres, 1983.
- ECOLE FRANÇAISE D'ATHENES. *L'Espace Grec - 150 ans de fouilles de l'EFA*. s.l., Librairie Arthème Fayard, 1996.
- ELLIN, Nan. *Postmodern Urbanism*. Cambridge, Massachusetts: Blackwell Publishers, 1996.
- EMPEREUR, Jean-Yves. *Alexandria Rediscovered*. London: British Museum Press, 1998.
- ENSOLI, Serena; LA ROCCA, Eugenio. (cur.). *Aurea Roma : dalla città pagana alla città cristiana*. Roma : L'Erma di Bretschneider, [2000].
- ÉTIENNE, Robert. *Pompéi, la cité ensevelie*. Paris: Gallimard, 1997.
- ÉTIENNE, Roland; MÜLLER, Christel; PROST, Francis. *Archéologie Historique de la Grèce Antique*. Paris: Ellipses, 2000.
- ÉTIENNE, Roland; ÉTIENNE, Françoise. *The Search for Ancient Greece*. London: Thames & Hudson, 1992.
- FAURE, Paul & GAIGNEROT, Marie-Jeanne - *Guide Grec Antique* - Paris: Hachette Supérieur, HU Langues et Civilisations Anciennes, s.d.
- FAVRO, Diane. "Meaning and Experience - Urban History from Antiquity to the Early Modern Period". In: *Journal of the Society of Architectural Historians*. 58:3, september 1999. pp. 364-373.

- FINLEY, M. I. "The Ancient City: from Fustel de Coulanges to Max Weber and beyond." In *Economy and Society in Ancient Greece*. London, Ed. B. D. Shaw and R. P. Saller, pp. 3-23.
- FLETCHER, Sir Banister. *A History of Architecture*. twentieth edition, reprinted 1998. Oxford, Architectural Press, 1996.
- FOLLET, S. *Athènes au IIe et au IIIe siècle - études chronologiques et prosopographiques*. Paris, Les Belles Lettres, 1976.
- FORSTER, E. M. *Alexandria: A History and a Guide*. Garden City, New York: Anchor Books, 1961.
- FRANKFORT, Henri. (1956) *The Art and Architecture of the Ancient Orient*. Harmondsworth, Middlesex: Penguin Books, 1969.
- FRASER, Douglas. *Village Planning in the Primitive World*. New York: George Braziller, 1968.
- FRASER, P. M. *Ptolemaic Alexandria*. London: Oxford University Press, 1972. 3 v.
- FRAZER, Sir James. *Sur les Traces de Pausanias*. Paris: Les Belles Lettres, 1965.
- FREEMAN, Kathleen. *Greek City-States*. New York, W.W. Norton, 1950.
- FYFE, Theodore. *Hellenistic Architecture: an introductory study*. Roma: L'Erma di Bretschneider, 1965.
- GALLETIER, E.; HARDY, G. *Roma - recueil de textes latins relatifs à l'histoire romaine*. Paris: Hachette, [1912].
- GARCIA Y BELLIDO, Antonio. *Urbanística de las Ciudades del Mundo Antiguo*. Madrid: Instituto Español de Arqueología, 1966.
- GENGARO, Maria Luisa. *Architettura*. Milano, Ed. Ulrico Hoepli, 1946.
- GERKAN, Armin von. *Griechische Städteanlagen - Untersuchungen zur Entwicklung des Städtebaues im Altertum*. Berlin: Walter de Gruyter, 1924.
- _____. *Von Antiker Architektur und Topographie - Gesammelte Aufsätze*. Stuttgart: W. Kohlhammer, 1959
- _____. *Ueber Griechische Städteanlagen - Auszug aus der Inaugural-Dissertation zur Erlangung der Doktorwürde*. Greifswald: Hans Adler, 1922.
- GHIRSHMAN, Roman. *Iran - Parthians and Sassanians*. [S. l.]: Thames & Hudson, 1962.
- GIARDINA, Andrea. *Il Mondo degli Antichi - 1 Preistoria . Vicino Oriente . Grecia*. Roma: Laterza, 1992.
- _____. *Il Mondo degli Antichi - 2 Roma*. Roma: Laterza, 1993.
- GIEDION, Siegfried. *El Presente Eterno: Los comienzos de la arquitectura*. Madrid, Alianza Editorial, 1997.
- _____. *Space, Time, and Architecture : The Growth of a New Tradition*. Cambridge, Harvard University Press, 1941.
- GINOUVES, René, MARTIN, Roland. *Dictionnaire Méthodique de l'Architecture Grecque et Romaine - tome I: matériaux, techniques de construction, techniques et formes du décor*. s.l., CNRS/Ecole Française

- d'Athènes/Ecole Française de Rome, 1985.
- GINOUVES, René. *Dictionnaire Méthodique de l'Architecture Grecque et Romaine - tome II: éléments constructifs - supports, couvertures, aménagements intérieurs*. s.l., CNRS/Ecole Française d'Athènes/Ecole Française de Rome, 1992.
- GLOTZ, G. *The Greek City and its Institutions*. trans. by N. Mallinson. London, Routledge & Kegan paul Ltd., first published in England 1929, reprinted 1950.
- _____. *Le Travail dans la Grèce Ancienne - Histoire Economique de la Grèce*. Paris, Lib. Félix Alcan, 1920.
- GRAHAM, A. J. *Colony and Mother City in Ancient Greece*. Chicago: Ares Publishers, Inc., 1983.
- GRANDAZZI, Alexandre. *La Fondation de Rome - réflexion sur l'histoire*. Paris: Les Belles Lettres, 1991.
- GRANT, Michael. *Greek and Roman Historians*. London: Routledge, 1995.
- GREGOROVIVUS, Ferdinand. *Roma y Atenas en la Edad Media y otros ensaios*. Mexico DF: Fondo de Cultura Econômica, 1946.
- GREGOTTI, Vittorio. *Território da Arquitetura*. 4ª ed. São Paulo, Ed Perspectiva, 1975.
- _____. *Inside Architecture*. Cambridge, Massachusets, The MIT Press, 1996.
- GRENIER, Albert. *Le Génie Romain*. Paris: Ed. Albin Michel, 1925.
- GRIMAL, Pierre. *Les Villes Romaines*. Paris: PUF, 1955 .(col. "Que sais-je? n° 657).
- _____. *Les Jardins Romains*. Paris: PUF, 1969.
- _____. *Nous Partons pour... Rome*. Paris: Presses Universitaires de France, 1962.
- GRIMM, Günter. *Alexandria - Die erste Königsstadt der hellenistischen Welt*. Mainz am Rhein: Philipp von Zabern, 1998.
- GROMORT, Georges. *Histoire Abregée de l'Architecture en Grèce et à Rome*. Paris: Vincent Freal, 1947.
- GROS, Pierre, TORELLI, Mario. *Storia dell'urbanistica - il mondo romano*. Roma-Bari: Editori Laterza, 1988.
- GUSMAN, Pierre. *La Villa d'Hadrien*. Paris : Hachette, 1908.
- GUTKIND. *Urban Development in Southern Europe: Italy and Greece - History of city development (volume IV)*. New York: The Free Press, 1969.
- HACQUARD, G. *Guide Romain Antique*. Paris: Hachette, 1952.
- HADAS, Moses. *Roma Imperial*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.
- HALMA, Abbée. *Traité de Géographie de Claude Ptolémée*. Paris: A. Blanchard, 1989. [fac-simile da edição de 1828].
- HALL, Peter. *Cities in Civilization*. London: Phoenix, 1998.
- HAMMOND, Mason. *The City in the Ancient World*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1972.
- HANDLIN, O.; BURCHARD, J. (ed.). *The Historian and the City*.

- Cambridge, Ma: The MIT Press, 1963.
- HANFMANN, George M. A. *From Croesus to Constantine: The Cities of Western Asia Minor and their Arts in Greek and Roman Times*. S. 1.: University of Michigan Press, 1975.
- HANOUNE, Roger; SCHEID, John. *Nos ancêtres les romains*. Paris: Gallimard, 2001.
- HARDOY, Jorge Enrique. *Ciudades Precolombinas*. Buenos Aires: Infinito, 1964.
- HARMAND, Louis. *L'Occident Romain - Gaule - Espagne - Bretagne - Afrique du Nord - 31 av. J.-C. à 235 ap. J.-C.* Paris, Ed. Payot, 1960.
- HAUSER, Philip M. "Urbanization: an Overview". In HAUSER, Philip M.; SCHNORE, Leo F. (ed.) *The study of urbanization*. New York : Wiley, [1965].
- HEGEL, G. W. *Curso de Estética. O Sistema das Artes*. São Paulo, Martins Fontes, 1997.
- HERSEY, George. *The Lost Meaning of Classical Architecture*. Cambridge, Massachusetts, The MIT Press, 1995.
- HILL, Ida Thallon. *The Ancient City of Athens*. London: Methuen & co., 1953.
- HILL, John E. *The Western Regions according to the Hou Hanshu*. 2003. http://depts.washington.edu/uwch/silkroad/texts/hhshu/hou_han_shu.html.
- HIORNS, Frederick R. *Town-building in History*. London: George G. Harrap, 1956.
- HOMO, Léon. *Rome Impériale et l'Urbanisme dans L'Antiquité*. Paris: Éditions Albin Michel, 1971.
- HOBSBAWN, Eric. *Sobre a História*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- HOWLAND, Richard H. "Some Notes on Markets, especially those of Ancient Athens." In: *Journal of the Society of Architectural Historians*. Vol I nº 2, april 1941.
- HUDNUT, Joseph. "Conjuntos Arquitectonicos del Renacimiento." In ROSENAU, Helen. *Utopia y realidad en la ciudad del renacimiento*. Buenos Aires : Ediciones 3, 1962. (trad. de "Civic Design in the Renaissance.")
- HUELSEN, Ch. *Le Forum Romain - son histoire et ses monuments*. trad. J. Carcopino. Roma, E. Loescher & Cie., 1906.
- HUOT, Jean-Louis. *Les Sumériens - entre le Tigre et l'Euphrate*. Paris, Armand Colin, 1989.
- HUNTINGTON, Samuel P. *O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.
- JACQUES, François. *Les Cités de l'Occident Romain - du 1er siècle avant J.-C. au VIe siècle après J.-C.* Paris: Les Belles Letres, 1992.
- JAEGER, Mary. *Livy's written Rome*. s.l.: The University of Michigan Press, 1997.
- JACOBS, Allan B. *Great Streets*. Cambridge, Ma: MIT Press, 1993.
- JACOBS, Jane. *Morte e Vida de Grandes Cidades*. São Paulo: Martins Fontes,

- 2000.
- JONES, A. H. M. *The Cities of Eastern Roman Provinces*. Oxford: Oxford Un. Press, 1971.
- _____. *The Greek City from Alexander to Justinian*. Oxford: Claredon Press, 1939.
- JONES, Peter V. *O Mundo de Atenas*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- JORGE, Luís Antônio. *O Desenho da Janela*. São Paulo: Annablume, 1995.
- KOLB, Frank. *La Ciudad en la Antigüedad*. Madrid: Editorial Gredos, 1992.
- KORN, Arthur. *History Builds the Town*. London: Lund Humphries, 1953.
- KOOLHAAS, Rem & The Harvard Project on the City; BOERI, Stefano & grupo Multiplicity; KWINTER, Sanford; TAZI, Nadia; OBRIST, Hans Ulrich. *Mutaciones. Événement culturel sur la ville contemporaine*. Bordeaux: Arc en rêve centre d'architecture, nov 2000/mar 2001.
- KOSTOF, Spiro. *The Architect - Chapters in the History of the Profession*. New York: Oxford Un. Press, 1977.
- _____. *The City Assembled.: The Elements of Urban Form through History*. London: Thames & Hudson, 1992.
- _____. *The City Shaped: Urban Patterns and Meanings through History*. London: Thames & Hudson, 1991.
- _____. *A History of Architecture. Settings and Rituals*. second edition. New York: Oxford University Press, 1995.
- KOYRÉ, Alexander. *Do Mundo Fechado ao Universo Infinito*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1986.
- _____. *Dal Mondo del Pressappoco all'Universo della Precisione*. Torino, Giulio Einaudi, 1969.
- KRAMER, Samuel Noah. *Mesopotâmia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.
- KRAUTHEIMER, Richard. *Early Christian and Byzantine Architecture*. Harmondsworth, Middlesex: Penguin, 1986.
- _____. *Rome: Profile of a City, 312-1308*. New Jersey: Princeton Un. Press, 1980.
- KRETZSCHMER, Fritz. *La Technique Romaine*. Bruxelles: La Renaissance du Livre, 1966.
- KRIER, Rob. *Urban Space*. London: Academy Editions, 1979.
- KRIESIS, Anthony. *Greek Town Building*. Athens, The National Technical University of Athens, 1965.
- KRUFT, Hanno-Walter. *A History of Architectural History from Vitruvius to the Present*. New York: Princeton Architectural Press, 1994.
- KUNH, Thomas S. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo, Perspectiva, 2000.
- LA BAUME, Peter. *The Romans on the Rhine*. Bonn: Wilhelm Stollfuss, [1972].
- LAMPARD, Eric E. " Historical Aspects of Urbanization." In HAUSER, Philip M.; SCHNORE, Leo F. (ed.) *The study of urbanization*. New York : Wiley, [1965].
- LAURENCE, Ray. *Roman Pompeii - Space and society*. London: Routledge,

- 1994.
- LAVEDAN, Pierre. *Histoire de l'Urbanisme*. Paris: Henri Laurens, 1926 (vol. 1).
- LAWRENCE, A. W. *Arquitetura Grega*. São Paulo: Cosac & Naifi Edições, 1998.
- LECHAT, H. *Le Temple Grec*. Paris: E. Leroux, 1902.
- LEGATES, Richard T.; STOUT, Frederic. *The City Reader*. London: Routledge, 1996.
- LEHMANN, Johannes. *Os Hititas*. São Paulo: Hemus, [1975].
- LEHMANN, Phyllis Williams. "The Setting of Hellenistic Temples." In: *Journal of the Society of Architectural Historians*. XIII, 4. pp. 15-20.
- LEHMANN-HARTLEBEN, Karl. "The Impact of Ancient City Planning on European Architecture." In: *Journal of the Society of Architectural Historians*. vol. 3, nº1-2, jan.-apr. 1943. pp. 22-29
- LEICK, Gwendolyn. *Mesopotâmia, a Invenção da Cidade*. Rio de Janeiro: Imago, 2003.
- LEMERLE, Paul. *História de Bizâncio*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- LESSING, Erich, VARONE, Antonio. *Pompeii*. Paris: Terrail, 1995.
- LEVEQUE, Pierre. *Ancient Greece: Utopia and Reality*. London: Thames & Hudson, 1994.
- _____ ; VIDAL-NAQUET, Pierre. *Clisthène l'Athénien - sur la représentation de l'espace et du temps en Grèce de la fin du VIe siècle à la mort de Platon*. Paris: Macula, 1964.
- LEVI, Peter. *Atlas of the Greek World*. Abingdon, Oxfordshire: Andromeda Oxford, 1984.
- LIER, Henri van. *Les Arts de L'Espace: Peinture, Sculpture, Architecture, Arts Decoratifs*. Tournai: Casterman, 1960.
- LONIS, Raoul. *La Cité dans le Monde Grec*. s.l.: Éditions Nathan, 1994.
- LYTTELTON, Margaret. *Baroque Architecture in Classical Antiquity*. London: Thames & Hudson, 1974.
- LYNCH, Kevin. *The Image of the City*. Cambridge, Ma: MIT Press, 1960.
- LUNDQUIST, John M. *The Temple: Meeting Place of Heaven and Earth*. London: Thames and Hudson, 1993.
- MACAULAY, David. *Construção de uma Cidade Romana*. São Paulo: Martins Fontes, 1989
- MARCUSE, Peter; VAN KEMPEN, Ronald. *Globalizing Cities: A new spatial order?* Malden, Ma: Blackwell, 2000.
- MARK, Robert. *Architectural Technology up to the Scientific Revolution*. Cambridge, Ma: The MIT Press, 1994.
- MARLOWE, John. *The Golden Age of Alexandria*. London: Gollancz, 1971.
- MARTIENSSSEN, R. D. *La Idea del Espacio en la Arquitectura Griega*. Johannesburg: Witwatersrand University Press, 1956. (tradução de Eduardo Loedel, Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1967)
- MARTIN, Roland. *L'Agora* - Paris, E. E. de Boccard, 1959.
- _____. *Manuel d'Architecture Grecque - I* - Paris, E. A. et J. Picard, 1965.

- _____. *L'Urbanisme dans la Grèce Antique*. Paris: Editions A. & J. Picard & Cie, 1956.
- MARTINDALE, Don; NEUWIRTH, Gertrud. *Introduction to 'The City' by Max Weber*. Glencoe, Illinois: The Free Press, 1958.
- MARTÍNEZ, Alfonso Corona. *Ensaio Sobre O Projeto*. Brasília: Imprensa Oficial SP/Edunb, 2000.
- MATHUR, Suman. *Art and Culture under the Kusanas*. Delhi: Bharatia Kala Prakashan, 1998.
- MCEVEDY, Colin. *Atlas da História Antiga*. São Paulo: Verbo, 1990.
- MCKAY, A. G. *Houses, Villas and Palaces in the Roman World*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1975.
- MEISS, Pierre von. *Elements of Architecture, from form to place*. London: E & FN Spon, 1997.
- MELLAART, James. "As Raízes no Solo - A origem das aldeias e da vida urbana". São Paulo, FAUUSP, 1971. - apostila traduzida por Nestor Goulart Reis Filho. in PIGGOTT, Stuart. *The Dawn of Civilization*. London: Thames and Hudson, 1961.
- MERLEAU-PONTY, M. *Fenomenologia da Percepção* São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- _____. *Textos Selecionados*. Tradução, seleção de textos e notas de Marilena Chauí e Pedro de Souza Moraes. São Paulo: Nova Cultural, 1989. (col. Os Pensadores).
- MÉTRAUX, Guy P. R. "Ancient Housing: *Oikos* and *Domus* in Greece and Rome." In: *Journal of the Society of Architectural Historians*. 58:3, september 1999. pp. 392- 404
- MINISTERO per i beni e le attività culturali, Soprintendenza archeologica per il Lazio. *Adriano : architettura e progetto*. Catalog of an exhibition held at Villa Adriana, Tivoli (Rome), Apr. 13, 2000-Jan. 7, 2001. Milano : Electa, [2000].
- MITCHELL, Stephen. *Anatolia*. Oxford: Clarendon, 1995.
- MITCHELL, William J. *The Logic of Architecture*. London: The MIT Press, 1990.
- MOATTI, Claude. *A la recherche de la Rome antique*. Paris: Gallimard, 1989.
- MODELSKI, George. *Cities of the Ancient World: an Inventory*. University of Washington, 1997.
- MORINI, Mario. *Atlante di Storia*. Milano: Ulrico Hoepli, 1963.
- MORKOT, Robert. *Historical Atlas of Ancient Greece*. London: Penguin, 1996.
- MORRIS, A. E. J. *Historia de la forma urbana*. Barcelona: Gustavo Gili, 1984.
- MUMFORD, Lewis. (1961) *A Cidade na História*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- MURRAY, Oswyn, PRICE, Simon (ed). *The Greek City from Homer to Alexander*. Oxford: Clarendon Press, 1990.
- NASH, Ernest. *Roman Towns*. New York: J. J. Augustin Pub., 1944.

- NEVETT, Lisa C. *House and Society in the Ancient Greek World*. Cambridge: Cambridge Un. Press, 1999.
- NISSEN, Heinrich. *Das Templum. Antiquarische Untersuchungen*. Berlin: Weidmannsche Buchhandlung, 1869.
- NORBERG-SCHULZ, Christian. *Arquitectura Occidental*. Barcelona: Gustavo Gili, 1983.
- _____. *Existence, space, architecture*. London: Studio Vista, 1971.
- _____. *Genius Loci - Towards a Phenomenology of Architecture*. New York: Rizzoli, 1980.
- _____. *Intenzioni in architettura*. S. l.: Lorigi, 1967.
- _____. *Meaning in Western Architecture*. New York: Rizzoli, 1983.
- OBER, Josiah. *Mass and Elite in Democratic Athens*. Princeton: Princeton University Press, 1989.
- O'CONNOR, Colin. *Roman Bridges*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- OLIVEIRA, Beatriz Santos de. *Arkhé: Uma Abordagem Fenomenológica da Arquitetura*. Tese (Doutorado). São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2000.
- ONIAN, John. *Arte y pensamiento en la época helenística. La visión griega del mundo (350-50 a.C.)*. Madrid: Alianza, 1996.
- _____. *Bearers of Meaning - the classical orders in antiquity*. Cambridge, Ma: the Cambridge University Press, 1988.
- OWENS, E. J. *The City in the Greek and Roman World*. London: Routledge, 1992.
- PALLAMIN, Vera. *A Construção da Espacialidade Plástica: plano e voluminidade sob abordagem fenomenológica*. Tese (Doutorado). São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1992.
- _____. *Princípios da Gestalt na Organização da Forma: abordagem bidimensional*. Dissertação (Mestrado). São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1985.
- PANOFSKY, Erwin. *Meaning in the Visual Arts*. New York: Peregrine Books, 1970.
- PATETTA, Luciano. *História de la Arquitectura: Antologia Crítica*. Madrid: Hermann Blume, 1984.
- PARKINS, Helen M. (ed.). *Roman Urbanism*. London: Routledge, 1997.
- PASQUIER, Alain. *História Ilustrada de las Formas Artísticas - 3 - Grecia*. Madrid: Alianza Ed., 1984.
- PAULYS *Realencyclopädie der Classischen Altertumswissenschaft*. Stuttgart/Weimar: J.B. Metzler, 1958.
- PEDLEY, John Griffiths. *Greek Art And Archaeology*. London: Laurence King, 1998.
- PEDROSA, Mário. *Dos Murais de Portinari aos Espaços de Brasília*. São Paulo: Perspectiva, 1981.
- PELLATI, Francesco. *Vitrubio*. Buenos Aires: Clot, 1994.

- PELLETIER, André. *L'urbanisme romain sous l'empire*. Paris: Picard, 1982.
- PETIT, Paul. (1962) *A civilização helenística*. São Paulo : Martins Fontes, 1987.
- PEVSNER, Nicolaus. *Panorama da Arquitetura Ocidental*. São Paulo: Martins Fontes, 1982.
- _____. *A History of Building Types*. London: Thames & Hudson, 1976.
- PICARD, Gilbert; STIERLIN, Henri. *The Roman Empire*. Köln: Benedikt Taschen, [1995].
- PIGNATARI, Décio. *Semiótica da Arte e da Arquitetura*. São Paulo: Cultrix, 1981.
- PIGGOTT, Stuart. *The Dawn of Civilization*. London: Thames and Hudson, 1961.
- PIRENNE, Henri. "'City Origins' and 'Cities and European Civilization'." In: LEGATES, Richard T.; STOUT, Frederic. *The City Reader*. London: Routledge, 1996.
- _____. *Les villes du moyen age*. Bruxelles: Maurice Lamertin, 1927.
- PLOMMER, Hugh. *Ancient and Classical Architecture*. Simpson's History of Architectural Development. Vol. I. London: Longman, 1956.
- POËTE, Marcel. *Introduction à l'urbanisme*. Paris: Anthropos, 1967.
- POLIGNAC, François de. *La Naissance de la Cité Grecque - cultes, espace et société VIIIe-VIe siècles avant J.-C.* Paris: Editions La Découverte, 1984.
- PORPHYRIOS, Demetri (ed.). *On the Methodology of Architectural History*. London: Architectural Design, 1981.
- PORTELLA, Ivana della. *Subterranean Rome*. Cologne: Könemann, 2000.
- PORTOGHESI, Paolo. "Rome and Organic Architecture." In: PICARD, Gilbert; STIERLIN, Henri. *The Roman Empire*. Köln: Benedikt Taschen, [1995].
- PRITCHETT, W. Kendrick. *Studies in Ancient Greek Topography*. Berkeley: University of California Press, 1989.
- PUPPI, Marcelo. *Por uma História não Moderna da Arquitetura Brasileira*. questões de historiografia. Campinas: Pontes/Ed da Unicamp, 1998.
- RAMAGE, Nancy H., RAMAGE, Andrew. *Roman Art - Romulus to Constantine*. London: Laurence King Publishing, 1995.
- RAPOPORT, Amos. *Aspectos Humanos da Forma Urbana*. Barcelona: Gustavo Gili, 1978.
- _____. *History And Precedent In Environmental Design*. New York: Plenum Press, c. 1990.
- _____. *House, Form and Culture*. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice Hall, 1969.
- RAVEN, Susan. (1969) *Rome in Africa*. London: Routledge, 1993.
- REA, Domenico, GIORDANO, Carlo. *Napoli e Pompei*. Firenze: Bonechi Editores, s.d.
- REIS, Nestor Goulart. *Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana no Brasil - 1500/1720*. São Paulo: Pini, 2000.

- _____. "Notas sobre História da Arquitetura e Aparência de Vilas e Cidades". *Cadernos de Pesquisa do LAP*, São Paulo, nº 20, jul/ago 1997.
- _____. *Quadro da Arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- _____. *Urbanização e Teoria*. São Paulo: FAUUSP, 1964.
- REVISTA PÓS* - número especial, vols. I e II. "O Estudo da História na Formação do Arquiteto". São Paulo: FAUUSP, 1996.
- RHODES, Robin Francis. *Architecture and Meaning on the Athenian Acropolis*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- RHYS, Ernest (ed.). *Atlas of Ancient and Classical Geography*. London: J. M. Dent, 1907.
- RIBEIRO, Luiz César de Queiroz, PECHMAN, Robert. *Cidade, Povo e Nação - gênese do urbanismo moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- RICH, John, WALLACE-HADRILL, Andrew. *City and Country in the Ancient World*. London: Routledge, 1991.
- _____. (ed.). *The City in late Antiquity*. London: Routledge, 1992.
- RIDER, Bertha Carr. *The Greek House*. London: Cambridge University Press, 1916.
- RIEGL, Alois. *Arte tardoromana*. Torino : Giulio Einaudi, 1959.
- ROAF, Michael. *Mesopotâmia*. Madrid: Ed. del Prado, 1996.
- ROBERTSON, D. S. *Arquitetura Grega e Romana*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- ROBERTSON, Martin. *Uma Breve Historia da Arte Grega*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- ROBINSON, O. F. *Ancient Rome - City planning and administration*. London: Routledge, 1992.
- RONAN, Colin A. *História Ilustrada da Ciência*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
- RONCAYOLO, Marcel. *La Ciudad*. Barcelona: Paidós, 1988.
- ROSENAU, Hellen. *The Ideal City - its architectural evidences in Europe*. London: Routledge, 1959.
- ROSSI, Aldo. *The Architecture of the City*. Cambridge: The MIT Press, 1982.
- ROSTOVZEFF, Michael Ivanovitch. *Hellenistisch-Roemische Architekturlandschaft*. S.l.: Mitteilungen, 1911.
- _____. *Historia Social y Economica del Imperio Romano*. Madrid: Espasa-Calpe, 1962.
- _____. *Iranians & Greeks in South Russia*. Oxford: The Clarendon Press, 1922.
- _____. *História da Grécia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- _____. *The Social and Economic History of the Hellenistic World*. Oxford : Clarendon Press, 1941.
- _____. *Historia de Roma*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- _____. *The excavations at dura-europos*. New Haven: Yale Un., 1947.
- ROUANET, Sérgio Paulo. *As Razões do Iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- RYKWERT, Joseph. *The Idea of a Town*. Princeton, Princeton University

- Press, 1996.
- _____. "Para onde vai a cidade?" *Diógenes* nº 9. Brasília: EdUnB, 1985. pp. 49-61.
- _____. *The Seduction of the Place - The History and the Future of the City*. New York: Vintage, 2002.
- SAID, Edward W. *Orientalismo - O Oriente como Invenção do Ocidente*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.
- SCARRE, Chris. *Historical Atlas of Ancient Rome*. London: Penguin, 1995.
- SCHODER, Raymond V. *Ancient Greece from the Air*. London: Thames & Hudson, 1974.
- SCHLUMBERGER, Daniel. *L'Orient Hellénisé - l'art grec et ses héritiers dans l'Asie non méditerranéenne*. Paris: Albin Michel, 1970.
- SCULLARD, H. H. *Shorter Atlas of the Classical World*. Edinburgh: Thomas Nelson & sons Ltd, 1962.
- SCULLY, Vincent. *The Earth, the Temple, and the Gods - greek sacred architecture*. New Haven, Yale University Press, 1962.
- SCRUTON, Roger. *Estética da Arquitetura*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- SENNETT, Richard. *Carne e Pedra*. Rio de Janeiro: Record, 1993.
- SICA, Paolo. *L'Immagine della Città da Sparta a Las Vegas*. Bari, Ed. Laterza, 1970.
- SILVA, Elvan. *Matéria, Idéia e Forma*. Uma definição de arquitetura. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS, 1994.
- SILVA, José Afonso da. *Direito Urbanístico Brasileiro*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1981.
- SMITH, J. A. *Athens under the Tyrants*. London: Bristol Classical Press, 1989.
- SNODGRASS, Anthony M. *An Archaeology of Greece*. Berkeley: University of California Press, 1987.
- STAMBAUGH: John E. *The Ancient Roman City*. Baltimore: The John Hopkins Un. Press, 1988.
- STEWART, Cecil. *A Prospect of Cities*. London, Longmans, Green and Co., 1952.
- STIERLIN, Henri. *O Império Romano - Dos Etruscos ao Declínio do Império Romano*. Köln: Benedikt Taschen, 1997.
- STILLWELL, Richard. "The Siting of Classical Greek Temples." In: *Journal of the Society of Architectural Historians*. XIII, 4. pp. 3-8.
- _____. *Greece, from Mycenae to the Parthenon*. Köln: Benedikt Taschen, 1997.
- STROETER, João Carlos Rodolpho. *O pensamento filosófico no ideário de Vitruvius: comentários sobre "De Architectura Libri Decem"*. Trabalho Programado. Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. São Paulo, 1983.
- SUMMERSON, John. *A Linguagem Clássica da Arquitetura*. São Paulo: Martins Fontes, 1985.
- _____. "Urban Forms" in HANDLIN, O. & BURCHARD, J. *The Historian*

- and the City*. Cambridge, Massachussets, 1963. pp. 165-169.
- SVENSSON, Frank. *Arquitetura: Criação e Necessidade*. Brasília: Edunb, 1992.
- TAFURI, Manfredo. *Teorias e História da Arquitetura*. Lisboa: Presença/Martins Fontes, 1979.
- TALBERT, Richard J. A. *Atlas of Classical History*. London: Croom Helm, 1985.
- THEDENAT, Henry. *Pompéi*. Paris: Librairie Renouard, H. Laurens, Editeur, 1933.
- THELM, Neyde. *O público e o privado na Grécia do VIII ao IV séc. a.C. - O modelo ateniense*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1988.
- THOMPSON, Homer A. "The Agora at Athens and the Greek Market Place". In: *Journal of the Society of Architectural Historians*. XIII, 4. pp. 9- 14
- TODD, S. C. *Athens and Sparta*. London: Bristol Classical Press, 1996.
- TOMLINSON, Richard. *Greek Architecture*. London: Bristol Classical Press, 1989.
- _____. *Greek Sanctuaries*. London: Paul Elek, 1976.
- _____. *From Mycenae to Constantinople - The evolution of the ancient city*. London: Routledge, 1992.
- TOYNBEE, Arnold. *Como la Historia Greco-Romana Ilumina la Historia Universal*. Madrid: Universidad de Madrid/Facultad de Filosofia y Letras, 1952.
- TZONIS, Alexander; LEFAIVRE, Liane. *Classical Architecture: The Poetics of Order*. Cambridge: The MIT Press, 1996.
- UNESCO. *História da Humanidade. vol. I: pré-história e o início da civilização*. Lisboa: Verbo, 1996.
- UNWIN, Simon. *Analysing Architecture*. London: Routledge, 1997.
- VALÉRY, Paul. *Introdução ao Método de Leonardo da Vinci*. São Paulo: Ed. 34, 1998.
- VILLAÇA, Flávio. *Uso do Solo Urbano*. São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima/CEPAM, [197_].
- VERNANT, Jean-Pierre. *Les origines de la pensée grecque*. Paris: PUF, 1969.
- _____. *Mythe et pensée chez les Grecs; études de psychologie historique*. Paris: F. Maspero, 1971.
- VEYNE, Paul. "O Império Romano." In: *História da Vida Privada - Do Império Romano ao Ano Mil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990. pp. 21-223.
- VON BLANCKENHAGEN, Peter H. "The Imperial Fora." In: *Journal of the Society of Architectural Historians*. XIII, 4. pp. 21-26.
- WARD-PERKINS, J. B. *Cities of Ancient Greece and Italy: Planning in Classical Antiquity*. London: Sidgwick & Jackson, 1974.
- _____. *From Classical Antiquity to the Middle Ages - urban public building in northern and central Italy AC 300-850*. Oxford: Oxford University Press, 1984.
- _____. *Roman Imperial Architecture*. London: Penguin Books, 1981

- WARDE-FOWLER, W. *The City-State of the Greeks and Romans*. London, MacMillan and Co., 1952.
- WATTERSON, Joseph. *Architecture: 5.000 years of building*. New York, WW Norton & Caine, 1950.
- WEBER, Max. *A Cidade - Conceito e Categorias de Cidade*. São Paulo: FAUUSP, 1971.
- _____. *A Cidade Ocidental*. São Paulo: FAUUSP, 1971.
- _____. *A Decadência da Cultura Antiga*. São Paulo: FAUUSP, 1971.
- _____. *História Agrária Romana*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- _____. *Wirtschaft und Gesellschaft - Grundriss der verstehenden Soziologie*. Tübingen: J. C. B. Mohr, 1985.
- WEBB, Michael. *The City Square*. London: Thames and Hudson, 1990.
- WEIMER, Walter B. *Notes on the Methodology of Scientific Research*. Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum, 1979.
- WHEELER, Mortimer. *Roman Art and Architecture*. London: Thames & Hudson, 1964.
- WILDUNG, Dietrich. *Egypt, from Prehistory to the Romans*. London: Taschen, 1997.
- WINCKELMANN, J. J. *Reflexões sobre a Arte Antiga*. Porto Alegre: Ed. Movimento, 1975.
- WITTKOWER, Rudolf - *Architectural Principles In The Age Of Humanism*. London: Alec Tiranti, 1967.
- WOLFE, Tom. *Da Bauhaus ao Nosso Caos*. Rio de Janeiro: Rocco, 1990.
- WÖLFFLIN, Heinrich. *Conceptos Fundamentales en la Historia del Arte*. Madrid: Espasa, 1945.
- _____. *Principles of Art History: The Problem of the Development of Style in Later Art*. New York: Dover, 1922.
- WORLD Atlas of Architecture*. Avenel, NJ: Crescent Books, 1994.
- WOODFORD, Susan. *An Introduction to Greek Art*. London: Duckworth, 1986.
- _____. *Grécia e Roma*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- _____. *The Parthenon*. Cambridge: Cambridge Un. Press, 1981.
- WYCHERLEY, R. E. *How the Greeks Built Cities*. London: MacMillan, 1949.
- YEGÜL, Fikret. *Baths and bathing in Classical Antiquity*. New York: Architectural History Foundation, 1992.
- YOURCENAR, Marguerite. (1951) *Memórias de Adriano*. Rio de Janeiro: Record, 1995.

7 Wovon man nicht sprechen kann, darüber muß man schweigen.

(Ludwig Wittgenstein, *Tractatus Logico-Philosophicus*. São Paulo: Edusp, 1993, p. 280.)

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)